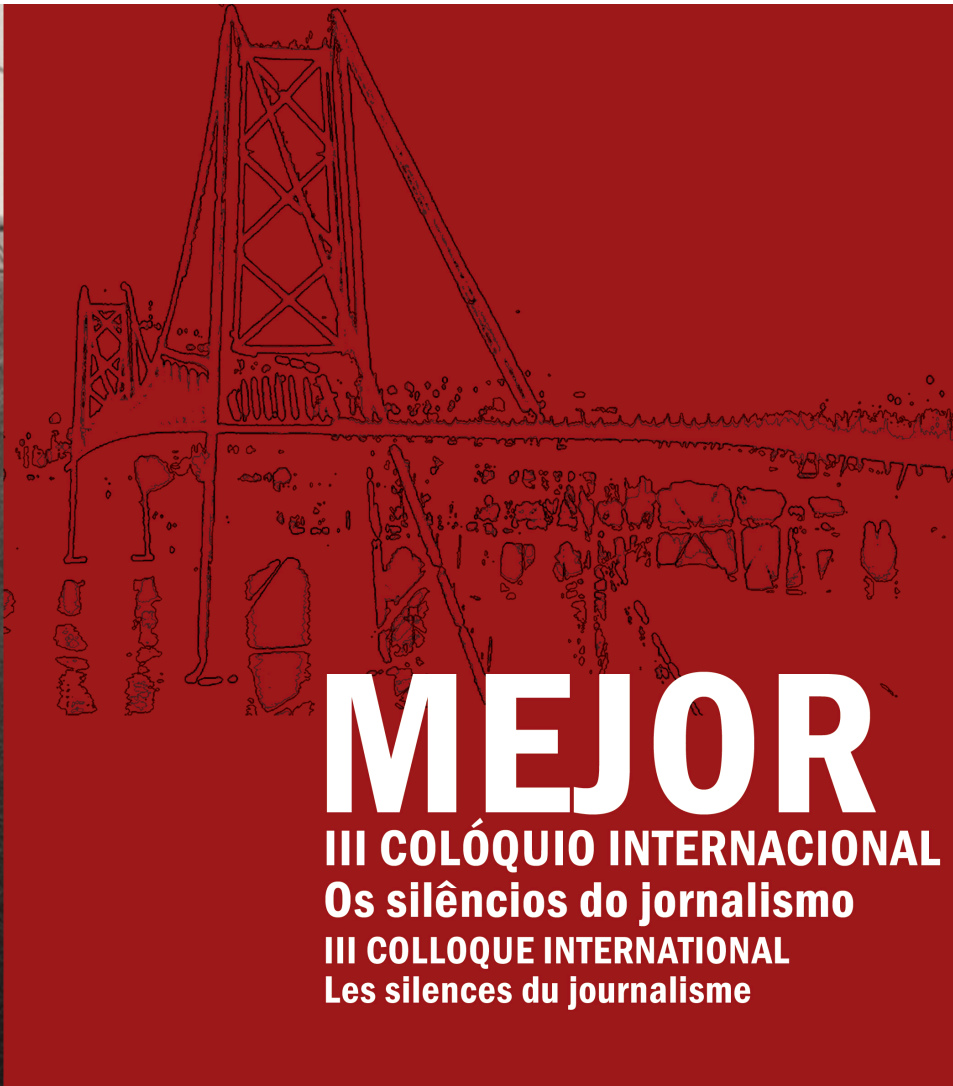
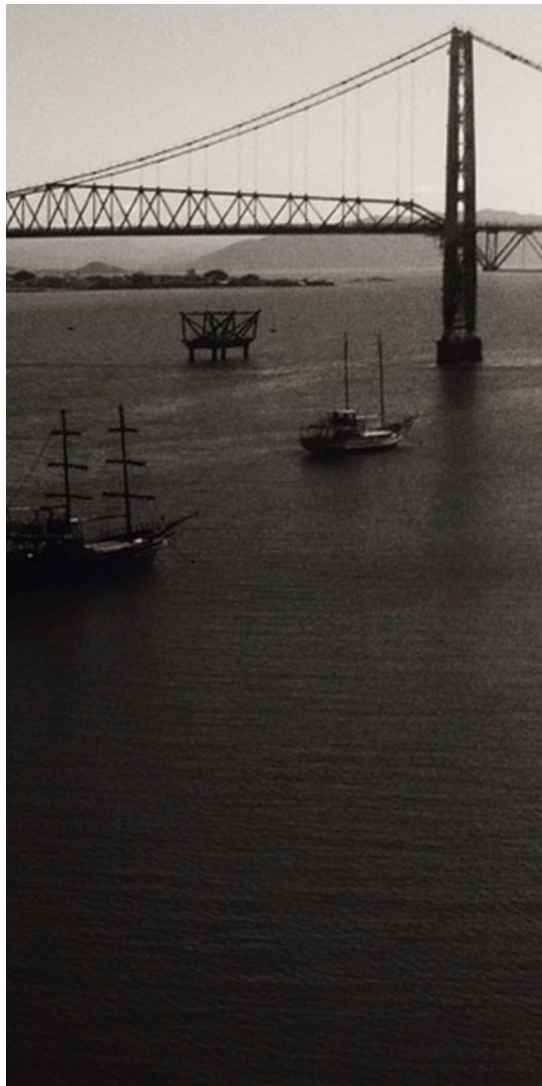


ANAIS DO CONGRESSO
ACTES DU CONGRÈS



MEJOR

III COLÓQUIO INTERNACIONAL

Os silêncios do jornalismo

III COLLOQUE INTERNATIONAL

Les silences du journalisme

realização:



patrocínio:



promoção:



apoio:



agência oficial:



Anais do III Colóquio Internacional Mudanças Estruturais no Jornalismo

Tema: Os Silêncios no Jornalismo

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Comunicação e Expressão
Programa de Pós-Graduação em Jornalismo
Florianópolis, 12 a 15 de maio de 2014

Presidência

Prof. Dr. Francisco José Castilhos Karam

Vice-presidência

Profª. Dra. Rita de Cássia Romeiro Paulino

Comissão Organizadora

Coordenação-Geral

Prof. Dr. Denis Ruellan (Universidade de Rennes 1)

Prof. Dr. Fábio Henrique Pereira (Universidade de Brasília)

Profª. Dra. Florence Le Cam (Universidade Livre de Bruxelas)

Prof. Dr. Francisco José Castilhos Karam (Universidade Federal de Santa Catarina)

Profª. Dra. Marie-Soleil Frère (Universidade Livre de Bruxelas)

Profª. Dra. Rita de Cássia Romeiro Paulino (Universidade Federal de Santa Catarina)

Prof. Dr. Rogério Christofolletti (Universidade Federal de Santa Catarina)

Edição e diagramação dos Anais

Marina Lisboa Empinotti (Mestranda/UFSC)

Thiago Amorim Caminada (Mestrando/UFSC)

ISSN – Mejor

2237-4248



Equipe de Organização

Adriano Eulálio Araújo (Mestrando/UFSC)
Alexandre Bonacina (Mestrando/UFSC)
Ana Paula Bourscheid (Mestranda/UFSC)
Anna Carolina Russi (Mestranda/UFSC)
Jeana Laura da Cunha Santos (Pós-Doutoranda/UFSC)
Kérley Winques (Mestranda/UFSC)
Lívia de Souza Vieira (Doutoranda/UFSC)
Marina Lisboa Empinotti (Mestranda/UFSC)
Mauricio Frighetto (Mestrando/UFSC)
Ricardo José Sékula (Mestrando/UFSC)
Ricardo José Torres (Mestranda/UFSC)
Tássia Becker Alexandre (Mestranda/UFSC)
Thiago Amorim Caminada (Mestrando/UFSC)
Vinicius Batista de Oliveira (Mestrando/UFSC)

Comitê Científico

Prof. Dr. Denis Ruellan (Universidade de Rennes 1, França)
Profª. Dra. Dione de Oliveira Moura (Universidade de Brasília, Brasil)
Prof. Dr. Eduardo Barreto Vianna Meditsch (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)
Prof. Dr. Fábio Henrique Pereira (Universidade de Brasília, Brasil)
Profª. Dra. Florence Le Cam (Universidade Livre de Bruxelas, Bélgica)
Profª. Dra. Isabelle Meuret (Universidade Livre de Bruxelas, Bélgica)
Prof. Dr. Jean Charron (Universidade Laval, Canadá)
Prof. Dr. Jean-Jacques Jaspers (Universidade Livre de Bruxelas, Bélgica)
Prof. Dr. Jorge Kanehide Ijuim (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)
Dra. Juliette Charbonneaux (Universidade de Paris/Sorbonne, França)
Prof. Dr. Luiz Martins da Silva (Universidade de Brasília, Brasil)
Profª. Dra. Marie-Soleil Frère (Universidade Livre de Bruxelas, Bélgica)
Dr. Oliver Trédan (Universidade de Rennes 1, França)
Profª. Dra. Nadège Broustau (Universidade do Québec/Montreal, Canadá)
Prof. Dr. Renaud de la Brosse (Universidade Linnaeus, Suécia)
Prof. Dr. Rogério Christofolletti (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)
Prof. Dr. Thomas Atenga (Universidade de Douala, Camarões)
Prof. Dr. Tourya Guaaybess (Universidade de Clermont-Ferrand, França)



Anais do III Colóquio Internacional Mudanças Estruturais no Jornalismo

Tema: Os Silêncios no Jornalismo

A pesquisa em jornalismo tem se interessado já há algum tempo pelas grandes proibições que são objeto consensual dos discursos profissionais, políticos, sociais: a mentira, a usurpação e a dissimulação da identidade do jornalista; a alteração dos fatos; a narrativa ficcional; a falta de solidariedade com os colegas de profissão; a aliança com o poder político ou com a polícia; a confusão entre a comunicação organizacional e o jornalismo; os conflitos de interesse; o segredo profissional; a censura; a apologia à violência e ao racismo.

A passagem do discurso normativo à prática cotidiana dos jornalistas sempre revelou uma grande quantidade de contradições – algumas fortes – que levam a debates no qual a reflexão deontológica possui um papel essencial. Tais debates permitem dar visibilidade e publicidade aos valores profissionais do jornalismo. Partindo numa direção oposta a esse fenômeno de publicização da cultura profissional do jornalismo, o 3º Colóquio MEJOR sobre as mudanças estruturais do jornalismo quer se dedicar à compreensão do que não se diz, do que não se discute na prática jornalística.

De fato, o jornalismo é marcado por não ditos. A lista pode ser longa: gostar de fazer a cobertura de fait-divers, de um conflito, de uma guerra; investigar aspectos sujos ou obscuros de um tema; estar a serviço das autoridades; decidir não citar as fontes para esconder algum aspecto da apuração; gostar de não ter um compromisso moral com uma fonte, de não ajudar uma fonte em situação de perigo; de amar os contextos de adrenalina, de violência ou, pelo contrário, detestar o lado aventureiro do jornalismo, não gostar de sair da redação; buscar os holofotes, querer ser uma celebridade; trabalhar de forma superficial ou inculta; autocensurar-se por medo de represálias; não ser solidário com um colega; conhecer as dores, ferimentos e doenças advindas do exercício da profissão e não querer reconhecê-las para não demonstrar fragilidade. Junto com o silêncio sobre certas práticas do cotidiano do jornalismo



observamos um outro tipo de ocultação, a dos assuntos não mencionados, das informações que são parcialmente ou totalmente escondidas da cobertura midiática: o nome das pessoas envolvidas em um delito; o suicídio de certas pessoas; a vida privada dos políticos; as relações entre certas fontes de informação e os jornalistas, ou entre atores econômicos e os meios de comunicação; a introdução de produtos, marcas ou mesmo de ideias no conteúdo jornalístico. Esses silêncios variam de acordo com o país. Assim, no Brasil, fala-se pouco do suicídio; na França, prefere-se não mencionar o nome das pessoas que praticaram algum delito; e, durante muito tempo, a vida privada dos políticos era objeto de silêncio.

Hoje isso é menos frequente. Tais práticas e assuntos frequentemente evitados constituem arranjos, pequenos ou grandes, mas que destoam das representações e imaginários do jornalismo, o que explica a sua omissão nos discursos sobre a profissão. Mas o fato da haverem práticas e temas silenciados não tira a importância deles no estudo do jornalismo.

Este 3º Colóquio Mejor se propõe a ir além do simples debate sobre as distorções dos discursos e das práticas entre a moral profissional e os usos que os jornalistas fazem dela na produção jornalística. Ele não visa, portanto, refletir sobre a deontologia em si, mas pretende discutir sobre os silêncios e os seus efeitos, buscando responder a um conjunto de questões:

A – Quais silêncios? Quais são os silêncios do jornalismo? Do que estamos falando quando abordamos esse assunto?

Quais são as transgressões do jornalismo das quais não se fala, não se reconhece e que, contudo, são conhecidas? Como os não ditos variam de um país a outro, de uma época a outra?

B – Quem produz os silêncios? Como eles são construídos? Como são produzidos pelos grupos profissionais e que tipo de cultura eles estabelecem? Eles são resultado das autoridades que regulam a autonomia do jornalismo? São enunciados pela instituição que organiza e orienta o trabalho dos jornalistas?



C – Como detectar os silêncios? Os discursos institucionais (profissão, lei, moral profissional e as prescrições das empresas jornalísticas) apresentam algum tipo de vestígio dessas omissões? Como encontrar os traços desses tabus? Como questionar ou observar os jornalistas a respeito desses não ditos?

D – Como é vivenciado o silêncio? Como se interiorizam os silêncios? Como eles são apreendidos? As figuras tutelares do jornalismo participam desse processo? Ou as prescrições são enunciadas e transmitidas? Como avaliar que uma prática ou atitude seja considerada um tabu? Como o jornalista vive essa situação? O que explica o fato dele não falar sobre isso? Como ele vivencia isso de acordo com os contextos nacionais, com as épocas e locais?

E – Qual o efeito de transgredir um silêncio? Como se apresenta a transgressão de um silêncio? É uma iniciativa individual? É um processo coletivo? O que acontece com aqueles que transgridem um silêncio? O que a comunidade profissional faz com eles? Em que nível é exercido o seu controle: profissão, autoridades, indivíduos?

F – Como os silêncios se relacionam às transformações e permanências do jornalismo? É possível compreender as mudanças e continuidades do jornalismo por meio do estudo dos seus silêncios? De que forma eles são reveladores dessas dinâmicas? Como os processos de emergência, de transformação, de desaparecimento dessas omissões permitiriam revelar as transformações da prática jornalística e do mundo midiático?

Les Silences du Journalisme

La recherche en journalisme s'est, depuis longtemps, intéressée aux grands interdits qui font l'objet de consensus dans les discours professionnels, politiques ou sociaux : le mensonge, l'usurpation et la dissimulation d'identité, la recomposition des faits, les procédés fictionnels, la dénonciation des confrères, l'alliance avec le pouvoir politique ou avec la police, la confusion de la communication et du journalisme,

les



conflits d'intérêts, le secret professionnel, la censure, l'apologie de la violence ou du racisme.

Le passage du discours normatif à la pratique quotidienne des journalistes a toujours révélé quantité de contradictions, parfois fortes, qui entraînent des débats dans lesquels la réflexion déontologique tient une place essentielle. Ces débats contribuent à rendre visibles, publiques, les valeurs professionnelles du journalisme. Prenant le contre-pied de cette publicisation de la culture professionnelle, le troisième colloque MEJOR sur les changements structurels du journalisme, choisit de s'intéresser à ce qui ne se dit pas, ce qui ne se discute pas.

Le journalisme est en effet peuplé de pratiques non dites. La liste peut être longue : – avoir du plaisir à couvrir un fait-divers, un conflit, une guerre, à fouiller les aspects sales ou noirs d'un sujet ; – être redevable des autorités pour la réalisation de son métier ; – ne pas citer ses sources sans autre raison que de cacher ses pratiques ; – estimer ne pas avoir de contrat moral avec une source, ne pas venir en aide à des sources mises en danger ; – aimer les contextes d'adrénaline, de violence ou au contraire, détester le côté aventureux du journalisme, ne pas aimer sortir de la rédaction ; – chercher à briller telle une célébrité ; – travailler de façon superficielle ou inculte ; – s'autocensurer par peur des représailles ; – ne pas être solidaire avec un collègue ; – et même, connaître des douleurs, des blessures, des maladies engendrées par l'exercice de la profession, et ne pas vouloir les reconnaître, par peur d'apparaître faible. Ce silence à propos de certaines pratiques quotidiennes du métier se double d'une autre occultation, celle des sujets dont on ne parle pas ou peu, ou des informations que l'on cache en totalité ou en partie : – le nom des personnes impliquées dans un délit ; – le suicide de certaines catégories de personnes ; – la vie privée des élus politiques ; – les relations entre certaines sources d'information et des journalistes, ou entre des acteurs économiques et des médias ; – l'introduction de produits, de marques ou même d'idées dans le contenu journalistique. Ces silences semblent différents d'un pays à l'autre ; ainsi, au Brésil on parle peu du suicide, en France ce sont les noms des personnes en délit qui sont cachés ; pendant longtemps la vie privée des élus fut passée sous silence, elle ne l'est



plus. Ces pratiques et ces sujets éludés constituent des arrangements, petits ou grands mais peu en phase avec les représentations et les imaginaires du journalisme, ce qui explique leur omission. Or, le fait qu'ils soient non dits, non débattus, ne signifie pas qu'ils n'ont pas d'importance, bien au contraire.

La problématique que le colloque MEJOR 3 tâchera d'aborder ne sera pas la distorsion entre les discours et les usages, entre la morale professionnelle et les usages de production. Il ne réfléchira donc pas sur la déontologie en tant que telle, mais s'interrogera sur la réalité des silences et sur leurs effets, en tentant de répondre à un ensemble de questions :

A – Quels silences? Quels sont les silences du journalisme ? De quoi parle-t-on lorsque l'on aborde ce sujet ? Quelles sont les transgressions dont on ne parle pas, que l'on n'avoue pas, et qui pourtant sont connues ? Qu'est-ce qui est caché dans un pays et pas dans un autre ? Qu'est-ce qui est occulté à une époque et pas à une autre?

B – Qui produit les silences ? Comment se construisent-ils ? Sont-ils produits par les groupes professionnels et la culture qu'ils ont établie ? Proviennent-ils des autorités qui régulent l'autonomie du journalisme ? Sont-ils énoncés par l'entreprise qui organise et oriente le travail des journalistes ?

C – Comment repérer les silences ? Les discours institutionnels (profession, lois, morale professionnelle et prescriptions d'entreprises) portent-ils la trace de ces omissions ? Comment retrouver les traces de ces tabous ? Comment, dans ces cas, interroger ou observer les journalistes ?

D – Comment sont vécus les silences ? Comment s'intériorisent les silences ? Comment s'apprennent-ils ? Les figures tutélaires jouent-elles un rôle ? Où les prescriptions sont-elles énoncées et transmises ? Comment évaluer qu'une pratique ou une attitude soit taboue ? Comment le journaliste vit-il cette situation ? Qu'est-ce qui explique qu'il n'en parle pas ? Le vit-on différemment selon les contextes nationaux, les époques, les lieux ?

E – Quel effet cela a-t-il de transgresser un silence ? Comment survient la transgression d'une occultation ? Est-ce une démarche individuelle ? Est-ce un



processus collectif ? Qu'arrive-t-il à ceux qui transgressent le silence ? Qu'est-ce que la communauté fait de celui qui les transgresse ? A quel niveau se fait le contrôle : la profession, les autorités, les individus ?

F – De quelles transformations ou permanences témoignent les silences ? Est-il possible de comprendre les changements et les continuités du journalisme au travers de l'étude de ses silences ? De quelle manière sont-ils révélateurs de ces dynamiques ? Comment les processus d'émergence, de transformation et de disparition des omissions du journalisme permettent-ils de révéler les transformations du métier et du monde médiatique.



**Programação do III Colóquio Internacional Mudanças Estruturais no
Jornalismo (MEJOR 2015) e da 7ª Jornada Olhares cruzados sobre as dinâmicas
contemporâneas do Jornalismo (REJ)
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, Brasil
De 12 a 15 de maio de 2015**

12 de maio

14h 30 às 17 horas – Recepção dos participantes e Credenciamento

17h – Abertura – Profs. Drs. **Francisco José Castilhos Karam** e **Rita de Cássia Romeiro Paulino** (Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina), prof. Dr. **Fábio Henrique Pereira** (Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília), Prof. Dr. **Denis Ruellan** (Universidade de Rennes 1) e representantes de Instituições e Entidades promotoras

17h30 – Conferência de abertura: Os pequenos e os grandes silêncios do Jornalismo – Profa. Dra. **Sylvia Debossan Moretzsohn** (Universidade Federal Fluminense, Brasil)

19h – Coquetel

13 de maio

9h – Mesa-redonda : Os silêncios do Jornalismo – democracia, transparência e ocultação

Expositores:

- Prof. Dr. **Denis Ruellan** (Universidade de Rennes 1, França) e Profa. Dra. **Florence Le Cam** (Universidade Livre de Bruxelas, Bélgica) – Tema: Emotions sous silence.

Attachements de journalistes au métier



- Profª. Dra. **Marie-Soleil Frère** (Universidade Livre de Bruxelas, Bélgica) –
Tema: Silences et solidarité professionnelle des journalistes dans les régimes semi-
autoritaires d’Afrique francophone

Prof. Dr. **Jorge Kanehide Ijuim** (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)

Tema: Imprensa e o silêncio dos excluídos: A questão indígena no Brasil

Mediação: Prof. Dr. **Carlos Locatelli** (Universidade Federal de Santa Catarina,
Brasil)

14h às 18h30 – Grupos de Trabalho/Comunicações Orais

18h30 – Lançamento de livros

14 de maio

08h30 às 12 horas – Grupos de Trabalho/Comunicações Orais

14h30 às 18 horas – Grupos de trabalho/Comunicações Orais

15 de maio

9 h às 17 h – 7ª Jornada Olhares cruzados sobre as dinâmicas contemporâneas do
Jornalismo (REJ) – Requestionar as normas dos pesquisadores

9h - Abertura da jornada: **Florence Le Cam** (Universidade Livre de Bruxelas) e
Fábio Pereira (Universidade de Brasília)

9h30- As normas do jornalismo

Um quadro normativo neorrealista - **Gilles Gauthier** (Université Laval, Québec,
Canadá)

10h45 às 13h - Normas, ciência e espaços públicos



Normas, reflexividade e discurso no locus da produção do conhecimento: disputas epistemológicas em tempos de controvérsia - **Sayonara Leal** (Universidade de Brasília). Saberes eruditos e saberes profissionais nas Humanidades: uma nova configuração dos saberes críticos - **Florence Caeymaex** (Universidade de Liège, Bélgica)

14h às 15h45 - Questionamentos das ciências sociais e do jornalismo

Metajornalismo: a autorreferencialidade e o discurso normativo - **Madalena Oliveira** (Universidade do Minho, Portugal)

O jornalismo como distúrbio ou como problema? Sobre as relações entre sociologia e jornalismo - **Gilles Bastin** (Universidade de Grenoble, França)

16h às 17h - História de vida e Normas

Atravessagem (Do trânsito inter e transdisciplinar nos saberes científicos, na arte e nas sabedorias do cotidiano.) - **Cremilda Medina** (Universidade de São Paulo)

17 h - Encerramento da Jornada

Prof. Dr. **Eduardo Meditsch** (Universidade Federal de Santa Catarina)



Programação da Sétima Jornada *Olhares cruzados sobre as dinâmicas contemporâneas do Jornalismo (REJ)*

Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, Brasil

De 12 a 15 de maio de 2015

**PROGRAMA FRANCÊS -PORTUGUÊS PROGRAMME FRANÇAIS-
PORTUGAIS**

9h. Lancement de la journée - Abertura da jornada: **Florence Le Cam & Fábio Pereira**

9h30- *Les normes du journalisme- As normas do jornalismo* Un cadre normatif néo-réaliste

Um quadro normativo neorrealista : **Gilles Gauthier**

Fr. À quelle définition et caractérisation minimales et communes du journalisme tous pourraient- ils souscrire quelles que soient les conceptions plus précises et concrètes et la variété des pratiques journalistiques ? Afin d'explorer cette question, je propose un ensemble de trois principes constitutifs de l'univers normatif fondamental du journalisme : a) Un principe de RÉALITÉ : le journalisme porte sur un matériau qui lui est préexistant : l'événement ; b) Un principe de VÉRITÉ : la visée du journalisme est de rendre compte de l'Événement de façon juste et adéquate (de la façon la plus juste et adéquate possible !) en façonnant l'actualité. c) Un principe d'OBJECTIVITÉ: la méthode du journalisme pour modeler l'actualité est la production de représentations «vérifonctionnelles».

Tels que définis plus exhaustivement (à partir d'un a priori informationnel), ces trois principes sont ordonnés de manière séquentielle : le principe d'objectivité est présumé par le principe de vérité qui est lui-même impliqué par le principe de réalité. Cette vue d'ensemble est de nature logique et non pas axiologique dans la mesure où elle ne cherche pas à mener une démonstration de la validité de normes, mais plutôt à dégager un noyau de présupposés formels. Cette mise au jour tend à court-circuiter le problème de la définition du journalisme en servant l'ambition de déterminer des conditions de possibilité « universelles » et « transcendantales », c'est- à-dire générales à toutes les conceptions du journalisme et à ses différentes pratiques.



Pt. A que tipo de definição e caracterização mínimas e comuns ao jornalismo todos poderiam compartilhar, independente de qual precisas, concretas e variadas seriam as práticas jornalísticas? Para explorar esta questão, proponho um conjunto de três princípios constitutivos do universo normativo fundamental ao jornalismo: a) um princípio de REALIDADE: o jornalismo lida com uma matéria-prima que lhe é preexistente: o *evento*; b) um princípio de VERDADE: o objetivo do jornalismo é de dar conta do Evento da forma mais justa e adequada (da forma mais justa e adequada possível!), moldando a *atualidade*; c) um princípio de OBJETIVIDADE: o método do jornalismo para moldar a atualidade é a produção de *representações* “verificáveis”.

Ao serem definidos de forma mais exaustiva (a partir de um a priori informacional), esses três princípios são ordenados de maneira sequencial: o princípio da objetividade é o pressuposto do princípio de verdade e que, por sua vez, é definido pelo princípio de realidade. Esta visão do conjunto do fenômeno é de natureza lógica e não axiológica, na medida em que não busca levar a uma demonstração da validade das normas, mas sobretudo dar origem a um núcleo de pressupostos formais. Esta atualização tende a gerar curtos-circuitos em relação ao problema da definição do jornalismo ao dar margem para a ambição de determinar condições de possibilidades “universais” e “transcendentais” para essa atividade, ou seja, gerais a todas as concepções do jornalismo e às suas diferentes práticas.

10h45-13h Normes, sciences et espaces publics - Normas, ciência e espaços públicos: Sayonara Leal

Normas, reflexividade e discurso no locus da produção do conhecimento: disputas epistemológicas em tempos de controvérsia Normes, réflexivité et discours dans l'espace de la production de connaissances: litiges épistémologiques en temps de controverses

Pt. A reflexividade como marca da modernização das sociedades ocidentais é apontada por diversos autores como importante condição epistêmica para problematização de paradoxos acerca de certezas produzidas pela ciência. Esta proposta de intervenção parte da reflexão sobre operações críticas que tematizam ambivalências oriundas do progresso tecnocientífico e do desenvolvimento econômico. A proliferação de ambiguidades sobre efeitos colaterais das sociedades industriais proporciona ambiente ético e cognitivo promissor para produção de controvérsias sobre temas polêmicos que ultrapassam o *locus* da produção do conhecimento científico e envolvem diferentes mundos sociais, com seu pluralismo lógico-epistêmico. Em tempos de controvérsias, a ciência se confronta com culturas epistêmicas distintas, inclusive leigas, que demandam reconhecimento e legitimidade de seus saberes e levam ao aparecimento de subpolíticas que rediscutem normas e postulam discursos e novas condições cognitivas de produção de conhecimento. Propomos dois desenvolvimentos para orientar a nossa apresentação. De início nos



perguntamos como as normas profissionais/científicas participam do processo de construção do lugar de produção de conhecimento, levando em consideração como o trânsito/circulação dessas normas produzidas em um universo epistêmico específico se configura diante da preponderância da reflexividade como marca da “modernização reflexiva” das sociedades. No segundo momento, evocamos como a circulação de normas e práticas discursivas próprias às coletividades científicas se vinculam a outros espaços epistêmicos, como, por exemplo, a mídia. Nesse sentido, problematizamos como as representações que esse processo (de construção e circulação de normas e constituição desses espaços) produz na vida social e nos processos de participação pública na produção social de conhecimentos.

Fr. La réflexivité comme élément de modernité des sociétés occidentales est considérée par divers auteurs comme une condition fondamentale pour problématiser les paradoxes entourant les certitudes produites par la science. Cette proposition de communication poursuit une réflexion sur les opérations critiques qui analysent les ambiguïtés entourant le progrès technico-scientifique et le développement économique. La prolifération de ces ambiguïtés sur les effets collatéraux des sociétés industrielles fournit un environnement éthique et cognitif prometteur pour la production de controverses sur des thématiques polémiques. Ces controverses outrepassent l'espace de production de connaissances scientifiques et impliquent différents mondes sociaux dans un pluralisme « logico-épistémique ». Dans des périodes de controverses, la science est confrontée à des cultures épistémiques distinctes, y compris laïques, qui exigent la reconnaissance et la légitimité de ses savoirs et entraînent l'émergence de sous-politiques qui rediscutent les normes et les postulats discursifs et les nouvelles conditions cognitives de production de la connaissance. Nous proposons deux pistes pour notre présentation. A l'origine, nous nous sommes demandés comment les normes professionnelles/scientifiques participent du processus de construction des lieux de production de la connaissance. Prenant en compte la façon dont transitent/circulent ces normes produites dans un univers épistémique spécifique, l'importance fondamentale de la réflexivité comme marque de 'modernisation réflexive' des sociétés apparaît. En second lieu, nous rappelons comment les règles de circulation et les pratiques discursives propres à des collectifs scientifiques, se lient à d'autres espaces épistémiques, comme par exemple, l'espace médiatique. En ce sens, notre problématisation porte sur les représentations que ce processus (de production et de circulation des normes et la constitution de ces espaces) produit sur la vie sociale et sur nos processus de participation publiques dans la production sociale de connaissances.

Savoirs savants et savoirs professionnels dans les Humanités: une nouvelle configuration pour les savoirs critiques ? Saberes eruditos e saberes profissionais nas Humanidades: uma nova configuração dos saberes críticos: Florence Caeymaex



Fr. L'intensification actuelle des pratiques formalisées de l'évaluation de la recherche dans le domaine des humanités — lettres, philosophie, sciences humaines et sociales — fait apparaître avec une certaine clarté le travail permanent que ces disciplines doivent fournir pour assurer leur scientificité, autrement dit pour dégager et asseoir leurs normes de validité en tant que savoirs savants. Certains secteurs d'enseignement et de recherche, tels ceux portant sur les arts et sciences de l'information, du spectacle vivant ou de l'architecture, ou ceux relatifs à la didactique par exemple sont particulièrement exposés à ce défi, dans la mesure où les pratiques et savoirs professionnels tendent à être internalisés par la recherche et la production de savoirs savants, avec de puissants effets sur ceux-ci. Plutôt que d'y voir le symptôme d'une inféodation des savoirs académiques aux impératifs externes du marché (de l'emploi, de l'éducation, de la connaissance) ou de la société, nous proposons de les comprendre, plus modestement, comme d'intéressants analyseurs de la situation contemporaine des humanités. Nous ferons l'hypothèse que l'enjeu de cette situation n'est autre que notre capacité à en redéfinir, à nouveau, la valeur d'usage et la portée critique et, au-delà, à interroger le rêve de clôture qui hante la « parole universitaire » (Macherey, 2011).

Pt. A intensificação atual das práticas formais de avaliação da pesquisa no domínio das humanidades – letras, filosofia, ciências humanas e sociais – permitiu o aparecimento de uma certa inteligibilidade sobre o trabalho que tais disciplinas devem realizar para assegurar sua cientificidade, ou seja, o que elas devem fazer para evidenciar e consolidar suas normas de validação enquanto saberes eruditos. Certos setores do ensino e da pesquisa, como aqueles que lidam com as artes e o jornalismo, as artes cênicas ou a arquitetura, bem como os relativos à didática, por exemplo, são particularmente expostos a esse desafio, na medida em que as práticas e os saberes profissionais tendem a ser internalizados na pesquisa e na produção de saberes eruditos, enquanto forma de potencialização dos efeitos destes últimos. Mais do que ver nisso o sintoma de uma submissão dos saberes acadêmicos aos imperativos externos do mercado (do emprego, da educação, do conhecimento) ou da sociedade, propomos compreender modestamente esse processo enquanto interessados em analisar a situação contemporânea das humanidades. Partiremos da hipótese de que o que está em jogo nessa situação é sobretudo a nossa capacidade de redefinir novamente o valor de uso e a crítica e, para além disso, de interrogar o pesadelo do autoencerramento que assombra a “fala acadêmica” (Macherey, 2011).

14h- 15h45 *Enjeux des sciences sociales et du journalisme – Questionamentos de ciências sociais e jornalismo: Metajornalismo: a autorreferencialidade e o discurso normativo Métajournalisme: l'autoréférencialité et le discours normatif: Madalena Oliveira*



Pt. O reconhecimento do poder do jornalismo como atividade constitutiva, isto é, como prática que age sobre o curso da história, conduziu a uma necessidade crescente de refletir sobre a ética dos procedimentos de recolha e tratamento da informação. Alvo de críticas frequentes enunciadas por escritores e intelectuais que encaravam o jornalismo como uma literatura rafeira, os jornalistas passaram, a partir da segunda metade do século XX, a estar sob o olhar escrutinador da sociedade. Em paralelo com o desenvolvimento de mecanismos de hétéro e autorregulação, o jornalismo ganhou progressivamente valor-notícia. Representando uma espécie de meta-discurso, o jornalismo sobre o jornalismo, que admite tanto o género puramente informativo como o género opinativo, trouxe para o espaço público o debate sobre as normas e os efeitos da produção jornalística. Num discurso autorreferencial, em notícias, artigos de opinião, debates ou espaços dedicados ao ombudsman, o metajornalismo define-se por uma atenção a informação factual sobre o campo do jornalismo e por uma reflexão sobre matéria de natureza ético-deontológica. Do ponto de vista científico, encarar o jornalismo como sujeito do seu próprio discurso traduz-se num modo de compreender quer as suas representações coletivas quer os seus imperativos normativos. Nesta mesa redonda, problematizaremos, portanto, o modo como o metajornalismo pode ter contribuído para uma mudança de paradigma nos estudos jornalísticos.

Fr. *La reconnaissance du pouvoir du journalisme comme une activité majeure, et notamment, comme une pratique qui agit sur le cours de l'Histoire, a encouragé la réflexion sur l'éthique des procédures de collecte et de traitement de l'information. Régulièrement critiqué par les écrivains et les intellectuels comme une littérature bâtarde, les journalistes sont devenus, à partir de la seconde moitié du XXème siècle, des acteurs dont les actions étaient scrutées directement par la société. Parallèlement au développement des mécanismes d'hétéro et d'autorégulation, le journalisme s'est progressivement attaché à la notion de valeur informative (news values). Les discours journalistiques sur le journalisme tant informatif que d'opinion, en tant que métadiscours, ont alimenté, dans l'espace public, le débat sur les normes et les effets de la production journalistique. En tant que discours autoréférentiel, incarné dans les nouvelles, les articles d'opinion, les débats et les espaces dédiés aux ombudsmen, ce métajournalisme se définit par l'attention qu'il porte aux informations factuelles portant sur le journalisme lui-même et par la réflexion qu'il pose sur les questions d'éthique et de déontologie. Du point de vue scientifique, considérer le journalisme comme le sujet de son propre discours permet de comprendre la construction de ses propres représentations collectives et des impératifs normatifs posés sur le journalisme. Dans cette table-ronde, nous tenterons de problématiser les façons dont le métajournalisme peut contribuer à la transformation de certains paradigmes des études en journalisme.*

Le journalisme comme trouble ou comme problème ? A propos des relations entre sociologie et journalism. **O jornalismo como distúrbio ou como problema? Sobre as relações entre sociologia e jornalismo:** Gilles Bastin



Fr. Dans cette communication je voudrais examiner la question des relations entre journalisme et sociologie d'un point de vue que je qualifierai de « réflexif » (pour un sociologue), c'est-à-dire en interrogeant les prénotions des sociologues à l'égard des journalistes. Je me placerai donc en amont de la question des « normes » des chercheurs et de celles des journalistes. Il me semble en effet que la discussion sur les divergences normatives entre journalistes et sociologues a souvent tendance à figer ces normes et à les idéaliser dans des formules théoriques qui sont très éloignées des pratiques réelles des uns et des autres, marquées par une très grande variance. Ces pratiques, si on considère la sociologie et le journalisme comme deux disciplines de factualisation du monde social (c'est-à-dire de transformation d'un réel continu en une série discontinue de faits susceptibles d'analyse causale et d'interprétation), présentent d'ailleurs de nombreux points de convergence. Elles divergent en revanche nettement du point de vue des formats des « produits » réalisés et de la nature des publics visés comme la montré toute une littérature sur les parcours d'institutionnalisation très différents suivis par ces deux disciplines. Mais pour ce qui est de ce que l'on entend le plus souvent par le terme de « normes », c'est-à-dire la régulation des pratiques d'enquête, leur convergence est aussi très nette (il suffit de penser au fait qu'elles partagent des méthodes comme celle de l'entretien ou de rappeler des moments d'intense discussion entre les deux dans certains pays comme les Etats-Unis, à l'image des échanges créés à Chicago par Park, de ceux provoqués par P. Meyer et son « journalisme de précision »). Il serait évidemment absurde de dire que sociologues et journalistes se ressemblent toujours. En revanche il n'est pas absurde de noter qu'un sociologue et un journaliste peuvent plus se ressembler dans leur façon de construire, de collecter et d'analyser des faits que deux sociologues entre eux ou deux journalistes entre eux.

Malgré cela les sociologues partagent souvent de tenaces préjugés quant aux journalistes. On peut être tenté de les rapporter à des facteurs culturels comme le « snobisme naturel des humanités » à l'égard du journalisme (Carey). Cependant je voudrais montrer qu'ils ont été en fait construits comme des réponses aux deux principales formes prises par la « panique morale » diffuse qui s'est emparée des sociétés modernes à l'âge des médias de masse : la peur de l'imitation à la fin du XIXème siècle et la peur de la massification au milieu du XXème siècle. J'illustrerai ce point avec deux cas tirés de l'histoire de la sociologie française : le rejet par Emile Durkheim de l'idée que les journaux puissent avoir un rôle dans les phénomènes de suicide autour de 1895 et le rejet par Pierre Bourdieu et Jean-Claude Passeron de l'analyse des communications de masse au début des années 1960. Les médias et leurs journalistes — ainsi que ceux qui défendaient l'intérêt de l'analyse des effets de la médiatisation — étaient dès lors rejetés dans une espèce de superficialité sociale, loin des phénomènes susceptibles d'intéresser les sociologues.

Pour reprendre les termes de Burawoy, cette stratégie de rupture a renforcé la dimension « académique » de la sociologie (et sa pathologie : l'auto-référentialité)



mais a diminué sa capacité à devenir une sociologie « publique ». Le risque que prennent les sociologues, dès lors, est d'alimenter la panique morale autour des journalistes au lieu de la réduire. Pour le dire autrement, de rester au niveau du « trouble » personnel provoqué par les médias sans aller vers la construction d'un « problème » social à propos des médias (Mills).

Je terminerai donc par un plaidoyer pour plus de neutralité sur cet objet et aussi moins de réticences à s'engager dans le débat public sur le rôle des journalistes et des médias. La sociologie doit neutraliser ses propres jugements de valeur sur les journalistes si elle veut produire à leur propos un savoir qui ne soit ni exclusivement auto-référentiel ni superficiel.

Pt. Nesta comunicação, gostaria de examinar a questão das relações entre jornalismo e sociologia de um ponto de vista que classificaria como “reflexivo” (para um sociólogo), ou seja, pelo questionamento das noções prévias que os sociólogos possuem em relação aos jornalistas. Enfatizarei, portanto, a questão das “normas” dos pesquisadores e dos jornalistas. De fato, parece-me que a discussão sobre as divergências normativas entre jornalistas e sociólogos tendem frequentemente a solidificar as normas e a idealizá-las a partir de fórmulas teóricas que estão distantes das práticas reais dos dois grupos, marcadas por grande variação. Se considerarmos a sociologia e o jornalismo como duas disciplinas de factualização do mundo social (ou seja, de transformação de um real contínuo em uma série descontínua de fatos suscetíveis de análise causal e de interpretação), pode-se dizer que tais práticas apresentam vários pontos de convergências. Na verdade, elas divergem claramente no que diz respeito aos formatos dos “produtos” realizados e a natureza dos públicos visados, como mostra toda uma literatura sobre as divergências no processo de institucionalização das duas disciplinas. Mas no que se refere àquilo que costuma frequentemente ser designado pelo termo de “normas”, ou seja, a regulação das práticas de pesquisa, existe também uma clara convergência (basta pensar no fato de que os dois partilham de métodos como a entrevista ou de lembrar dos momentos de intensa discussão entre as duas práticas em países como os Estados Unidos partir dos diálogos promovidos por Park em Chicago e dos debates provocados por P. Meyer e o seu “jornalismo de precisão”). Claro, seria um absurdo dizer que sociólogos e jornalistas sempre se parecem. Por outro lado, não é tão absurdo observar que um sociólogo e um jornalista podem se aproximar na forma de construir, de coletar e de analisar os fatos às mais do que quando dois sociólogos ou dois jornalistas são comparados entre si.

Apesar disso, os sociólogos partilham, em vários momentos, de um preconceito radical contra os jornalistas. É possível cair na tentação de explicar esse comportamento por meio de fatores culturais, como “a postura naturalmente esnobe dos humanistas” em relação ao jornalismo (Carey). Contudo, gostaria de mostrar que tais preconceitos foram construídos como respostas às duas principais formas difusas de “pânico moral” atribuídas às sociedades modernas durante a era dos meios de comunicação da massa: o medo da imitação, ao final do século XIX; e o medo da massificação, em meados do século XX.



Ilustrarei esse ponto por meio de dois casos retirados da história da sociologia francesa: a rejeição por parte de Emile Durkheim da ideia de que os jornais poderiam ter um papel nos fenômenos de suicídio por volta de 1895 e a rejeição por parte de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron em analisar a comunicação de massa no início dos anos 1960. A mídia e seus jornalistas – bem como aqueles que defendiam o interesse de se analisar os efeitos da midiaticização na sociedade – eram, desde aquela época, rejeitados como pertencentes a uma espécie de superficialidade social, distanciando-se do conjunto de fenômenos que poderiam interessar aos sociólogos.

Retomando os termos de Burawoy, essa estratégia de ruptura reforçou a dimensão “acadêmica” da sociologia (e sua patologia: a autorreferencialidade), mas diminuiu sua capacidade de se constituir em uma sociologia “pública”. O risco, para os sociólogos, é o de alimentar o pânico moral em torno dos jornalista no lugar de reduzi-los. Para dizer de outra forma, de se restringir ao nível do “distúrbio” pessoal provocado pela mídia sem avançar na construção de um “problema” social em relação aos meios de comunicação (Mills).

Ao final, farei uma defesa por um pouco mais neutralidade no estudo desse objeto e também de menos reticências no sentido de se engajar no debate público em torno do papel dos jornalistas e da mídia. A sociologia deve neutralizar seus próprios julgamentos de valor sobre os jornalistas se quiser produzir um saber que não seja exclusivamente autorreferencial ou superficial.

16h-17h : Parcours de vie et normes - História de vida e Normas: Atravessagem (Do trânsito inter e transdisciplinar nos saberes científicos, na arte e nas sabedorias do cotidiano.) *Chemin de traverse (La transition inter et transdisciplinaire de nos savoirs scientifiques, dans l'art et les sagesses du quotidien): Cremilda Medina*

Pt. Teoria e prática do Jornalismo, ampliados pela pós-graduação em Ciências da Comunicação, já por si atestam a travessia metodológica do que venho denominando *signo da relação* ou *mediação dialógica autoral*. Em 52 anos de exercício profissional, atravessados pela docência universitária (iniciada em 1967 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul), pesquisaram-se os domínios conceituais e metodológicos da interpretação nas narrativas da contemporaneidade – registrados em 15 livros, o mais recente deles, *Atravessagem, reflexos e reflexões na memória de repórter* (2014). No entanto, as 53 coletâneas de discussões interdisciplinares em universidades nacionais e estrangeiras proporcionaram trocas epistemológicas transdisciplinares.

Em síntese, alinham-se algumas dessas noções que tanto enriquecem o conhecimento. E no intercâmbio interdisciplinar, há de se destacar que a comunicação social oferece



valiosas contribuições à metodologia de pesquisa em outros saberes científicos. Destaca-se a teoria e prática da Reportagem no Jornalismo, desenvolvendo, no âmbito da *experiência empírica*, a observação e técnica da entrevista que constroem *narrativas da contemporaneidade* na dimensão interpretativa do Real. A pesquisa de linguagem (lato senso), motivada pela interação social criadora, leva à produção simbólica que reconhece a fala, o comportamento e a circunstância do Outro. As marcas identitárias que são então valorizadas pela narrativa jornalística sinalizam para outras áreas o significado emergente da ciência enraizada, aquela capaz de remeter o conhecimento para a sociedade em que se insere e devolver ao Jornalismo a polifonia (múltiplas correntes) e a polissemia (múltiplos significados) nos diagnósticos e prognósticos sobre a atualidade. Acrescente-se que a proximidade da produção artística com a comunicação social, cultivada no que denomino *O Gesto da Arte*, reativa a sensibilidade solidária, por sua vez necessária à constituição do conhecimento científico.

*Fr. Mon parcours en tant que théoricienne et praticienne du journalisme, et au cours du travail de recherche et d'enseignement dans les cycles universitaires supérieurs est révélateur d'une forme de traversée méthodologique que j'ai nommée: le signe de la relation (signo da relação) ou la médiation dialogique auctoriale (mediação dialógica autorial). En 52 ans d'exercice professionnel, et une formation universitaire (débutée en 1967 à l'Université fédérale de Rio Grande Do Sul), de nombreux concepts et modalités méthodologiques ont animé ma pratique d'analyse des récits de la contemporanéité (et été le fruit d'une quinzaine de livres, dont le plus récent est intitulé *Atravessagem, reflexos e reflexões na memória de repórter* (2014)). Cependant, 53 séries de discussions interdisciplinaires dans des universités nationales et étrangères ont encouragé des échanges épistémologiques entre disciplines.*

*En résumé, cette communication propose de revenir sur certaines de ces notions qui ont tant enrichi la connaissance. Dans l'échange interdisciplinaire, il faut souligner que la communication sociale offre de précieuses contributions en méthodologie de recherche aux autres savoirs scientifiques : les théories et les pratiques du reportage journalistique, le développement, dans le cadre de l'expérience empirique, de l'observation et des techniques d'entretiens qui construisent des récits contemporains pour interpréter le réel. La recherche sur le langage (au sens large), motivée par les interactions sociales créatives, conduit à une production symbolique qui reconnaît la parole, le comportement et le contexte de l'Autre. Les marques identitaires qui sont tant valorisées dans les récits journalistiques montrent, aux autres ères de connaissance des sciences pratiques, qu'elles sont capables de produire de la connaissance sur la société dans laquelle elle s'insère, et considérer le journalisme comme une polyphonie (de multiples courants) et une polysémie (de multiples significations) dans leurs capacités à diagnostiquer et pronostiquer l'actualité. Enfin, la proximité de la communication sociale avec la production artistique cultive ce que nous nommons *Une Geste de l'Art* (*O Gesto da Arte*), qui réactive la sensibilité solidaire, nécessaire à la constitution d'un savoir scientifique.*

9h. Fermeture de la journée - Encerramento da jornada: Prof. Eduardo Meditsch



ANAIS DO CONGRESSO
ACTES DU CONGRÈS

GRUPOS DE TRABALHO

O SILÊNCIO NA COBERTURA POLÍTICA: CENSURAS E AUTOCENSURAS.....29

Coordenação: Denis Ruellan e Rogério Christofolletti

Os sentidos nos ditos e nos não ditos pelas revistas Veja, Época, IstoÉ e CartaCapital sobre a posse da presidente Dilma Rousseff.....30

Daiane Bertasso, Sabrina Franzoni e Silvia Lisboa

Ne pas dire pour ne pas faire. Le silence comme discours critique du journaliste sur la peopolisation des hommes politiques?.....45

Eva-Marie Goepfert

Quando as narrativas jornalísticas rompem com o silêncio imposto pela ditadura.....65

Marta R. Maia e Isadora M. Ribeiro

Silêncios permissivos: os cadernos especiais da Folha de S. Paulo e Jornal do Brasil no 10º ano do regime militar.....79

Álvaro Nunes Laranjeira

Médias public burkinabè : « L’officieux », « l’informel » et le « tabou » comme forme d’accommodements structurels du champ journalistique.....94

Yaméogo Lassané

O escândalo e o silêncio no radiojornalismo do interior de MG.....114

Rodrigo Portari

Entre escândalos e silêncios: a fetichização da corrupção no discurso jornalístico.....126

Julio Cesar Lemes de Castro

Impactos da autonomia das mídias sociais no jornalismo político.....140

Ricardo José Torres e Rogério Christofolletti



O SILENCIAMENTO DAS PRÁTICAS NO JORNALISMO (I): IDENTIDADE E CULTURA PROFISSIONAL.....153

Coordenação: Florence Le Cam e Samuel Lima

A “Batalha das Biografias” e os seus contornos ideológicos: o que deve ou não ser silenciado?.....154

Alexandre Zarate Maciel e Heitor Costa Lima da Rocha

Une interview hyperréelle? Pratiques non-dites et logiques de simulacre dans l’entretien du lundi des Échos.....167

Charles Sarraute

Regimes de Visibilidade do Empreendedorismo Jornalístico: valores, prescrições e parâmetros identitários em sites especializados na cobertura do campo profissional.....184

Michelle Roxo e Rafael Grohmann

Encobrimento do Duplo Emprego: análise hermenêutica de um conflito de interesses no trabalho de jornalistas no Brasil.....198

Alexandre Claser Elmi e Roberto José Ramos

A precarização do trabalho e a saúde dos jornalistas brasileiros.....212

Samuel Pantoja Lima

O silêncio como prescrição para o trabalho do jornalista.....228

Roseli Figaro, Claudia Nonato e Olivia Bulla

RESISTÊNCIAS E RUPTURAS.....242

Coordenação: Antônio Brasil e Orlando Berti

Os silêncios de ZH: o jornalismo público (des)coberto.....243

Patrícia Milano Pérsigo e Maria Ivete Trevisan Fossá

Quem fala e quem cala em Claudia e TPM – Questões sobre raça e gênero.....259

Gabrielle Vívian Bittelbrun e Simone Pereira Schmidt

O dessilenciamento do Sertão Nordestino. As novas vozes jornalísticas promovidas pelas rádios comunitárias da Internet na região mais pobre do País.....273

Orlando Maurício de Carvalho Berti



Quando a paródia revela silêncios do jornalismo: uma reflexão a partir de memes sobre telejornais nacionais.....288

Antônio Claudio Brasil e Ricardo José Sekula

OS SILENCIAMENTOS E OS NÃO-DITOS NO DISCURSO DO JORNALISMO.....304

Coordenação: Fábio Pereira e Florence Le Cam

Mostrado mas não dito: Considerações sobre os critérios dos Prêmios Imprensa Embratel/Claro e Esso de Jornalismo para valoração das imagens fotográficas..305

Soraya Venegas Ferreira

Os silêncios no telejornal: uma análise das coerções do dito sobre o não-dito no telejornalismo contemporâneo.....320

Guilherme Nery Atem, Ana Paula Goulart de Andrade e Sandro Tôres de Azevedo

Os silêncios que ecoam na cobertura noticiosa do câncer pelo telejornalismo brasileiro.....334

Iluska Coutinho e Allan Gouvêa

O silêncio no jornalismo em saúde: a ordem médica e o discurso da autoridade.....349

Gislene Silva e Amanda Souza de Miranda

La fabrication polyphonique des informations locales en PQR.....365

Joel Langonné e Sandy Montanola

Jornalismo sensacionalista na Paraíba e a cobertura do fait divers: uma realidade silenciada e os discursos dessa ocultação.....374

Joana Belarmino de Sousa e Amanda Carvalho de Andrade

SILÊNCIO E A REPRESENTAÇÃO DAS IDENTIDADES NACIONAIS E DOS GRUPOS SOCIAIS.....393

Coordenação: Jorge Kanehide Ijuim e Fábio Pereira



Le journalisme transfrontalier : une typologie des silences journalistique.....	394
Bénédicte Toullec	
Enchente na fronteira? Noticiabilidade e cobertura ao vivo.....	410
Ada Cristina Machado da Silveira e Clarissa Schwartz	
Silêncio e invisibilização identitária dos países de língua portuguesa a partir da Folha de S. Paulo e do O Globo.....	427
Elton Antunes e José Cristian Góes	
L'« invisibilisation » de la question de l'immigration dans la presse quotidienne régionale : entre professionnalisme et stratégies éditoriales.....	441
Paula de Souza Paes	
Morte e Silêncio: O racismo e o não dito no jornalismo quando se aborda o genocídio da juventude negra.....	454
Luiz Martins da Silva e Kelly Tatiane Martins Quirino	
A prática da invisibilidade social da mídia sobre as áreas de concentração de pobreza de Blumenau (SC).....	472
Magali Moser e Jorge K Ijuim	
O SILENCIAMENTO DAS PRÁTICAS NO JORNALISMO (II): GESTÃO DAS INTERAÇÕES.....	487
Coordenação: Daiane Bertasso e Denis Ruellan	
La responsabilité sociale des journalistes de Sport : un impensé collectif.....	488
Fabien Wille	
A crise do jornalismo: ecos e silêncios nas práticas e nas narrativas.....	501
Christa Berger e Vanessa Hauser	
Futuro e passado presentes na produção noticiosa: apropriações do senso comum e do conhecimento científico na seleção de fontes do jornalismo.....	516
Hendryo André e Elza Oliveira Filha	
O silêncio da primeira página no jornalismo on-line.....	534
Adriana Barsotti e Leonel Aguiar	



Anatomie du “bâtonnage de dépêche”.....	550
Juliette De Maeyer	
Mentira e silêncio, o caso da foto da lua na versão digital do jornal Zero Hora..	566
Elstor Hanzen e Victor Gentili	
Formação profissional do jornalista – os silêncios e os dizeres sobre as novas diretrizes curriculares.....	580
Edgard Patrício	
Silêncios e desvios: desafios do fazer jornalístico diante de novos cenários sociais.....	600
Mozahir Salomão Bruck	



O SILÊNCIO NA COBERTURA POLÍTICA: CENSURAS E AUTOCENSURAS



Os sentidos nos ditos e nos não ditos pelas revistas *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *CartaCapital* sobre a posse da presidente Dilma Rousseff

Daiane Bertasso¹

Sabrina Franzoni²

Silvia Lisboa³

Resumo: Compreendendo o jornalismo como uma prática discursiva, este artigo propõe uma reflexão sobre os silêncios do jornalismo. O objetivo é compreender quais são os sentidos produzidos nos ditos e nos não ditos pelas revistas *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *CartaCapital* sobre a posse de Dilma Rousseff. Com base na perspectiva teórico-metodológica da análise do discurso, identificamos três formações discursivas predominantes nos ditos das quatro revistas: Posse controversa, Posse melancólica e Posse da dieta. Já nos sentidos produzidos pelos não ditos, observamos por parte de *Época*, *IstoÉ* e *CartaCapital* a reiteração da maioria dos sentidos presentes nos ditos de *Veja*, que saiu na frente na cobertura sobre a posse. Isso mostra, entre outras coisas, que a prática discursiva do jornalismo prevalece em relação ao posicionamento editorial das revistas.

Palavras-chave: discurso jornalístico; contrato de comunicação; silenciamento; revistas; Dilma Rousseff.

1. Introdução

Buscamos compreender quais são os sentidos produzidos nos ditos e nos não ditos pelas quatro revistas semanais brasileiras, *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *CartaCapital*⁴,

¹ Professora no curso de Jornalismo da UFSC. Doutora em Comunicação e Informação pela UFRGS. Mestre em Comunicação pela UFSM. Jornalista pela UNIJUÍ. E-mail: daianebertasso@gmail.com.

² Professora no curso de Jornalismo da UNISINOS. Doutora em Comunicação e Informação pela UFRGS. Mestre em Sociologia Política pela UFSC. Jornalista pela UFSC. E-mail: sabrinafranzoni@yahoo.com.br.

³ Mestre em Comunicação e Informação pela UFRGS. Jornalista pela UFRGS. E-mail: lisboasilvia@gmail.com.

⁴ Os nomes estão na ordem decrescente das revistas semanais de informação brasileiras com maior média de circulação (de janeiro a setembro de 2014), conforme o Instituto Verificador de Circulação (ANER, 2015): *Veja* (Abril) com média de 1.167.928 exemplares semanais; *Época* (Globo), de 390.709 exemplares semanais; *IstoÉ* (Três), de 322.518 exemplares semanais; e *CartaCapital* (Confiança), de 29.513 exemplares semanais.



sobre a posse da presidente Dilma Rousseff em janeiro de 2015. Para tanto, nossa reflexão parte da perspectiva de que o jornalismo é a uma prática discursiva que produz sentidos sobre a realidade social, tanto em relação ao que é dito quanto em relação ao que é silenciado. Por essa razão, tomamos o silêncio como objeto teórico-metodológico da análise do discurso de nosso *corpus* que se refere à primeira edição de 2015⁵ de cada uma das revistas semanais.

Em se tratando de silenciamento, este *corpus* apresenta uma particularidade, já que embora a posse do segundo mandato consecutivo da presidente da república Dilma Rousseff seja um acontecimento previamente programado, um “pseudo-acontecimento”, ou “acontecimento de rotina” (MOLOTCH; LESTER, 1993), observa-se que a produção de sentidos realizada pelas revistas *Época*, *IstoÉ* e *CartaCapital* sobre este evento singular para um país democrático como o Brasil foi caracterizada pelo silêncio dessas revistas na primeira semana de janeiro de 2015 após a posse da presidente⁶. Já na semana subsequente, em que *Época*, *IstoÉ* e *CartaCapital* publicaram suas primeiras edições de 2015, houve um certo apagamento dos sentidos produzidos sobre a posse da presidente Dilma Rousseff.

Além da opção editorial das três revistas há que se observar dois aspectos que podem ter tido alguma relação na escolha. Primeiro, as três publicações circularam pela primeira vez no ano na semana entre 12 e 18 de janeiro, quando a posse de Dilma já era um acontecimento passado há quase duas semanas. Segundo, no sábado, 7 de janeiro de 2015, o jornal *Charlie Hebdo*, de Paris, França, sofreu um atentado terrorista que resultou na morte de cinco cartunistas do jornal. O atentado ganhou ampla cobertura de mídias jornalísticas de todo o mundo, incluindo as quatro revistas semanais de informação brasileiras, deixando a posse ainda mais distante e em segundo plano.

⁵ Depois da posse de Dilma Rousseff, em 1º de janeiro de 2015, somente a *Veja* publicou uma edição na semana entre 5 e 11 de janeiro de 2015. Por isso, as edições de *Época*, *IstoÉ* e *CartaCapital* se referem à semana entre 12 e 18 de janeiro de 2015.

⁶ Como já observado na nota de rodapé número 6.



2. Jornalismo como prática discursiva

O que é dito no jornalismo, assim como o que não é, diz respeito a uma prática discursiva que produz sentidos sobre a realidade. Para compreender os silêncios do jornalismo é preciso, primeiramente, entender os modos de produção de sentidos dessa prática discursiva. Para tanto, partimos das teorias construcionistas e interacionistas do jornalismo que permitem compreendê-lo pelas suas características de serviço público e como prática normativa e discursiva. O jornalismo como uma prática que produz informações de uso e interesse público contribui para a construção social da realidade e se constitui uma forma de conhecimento sobre o tempo presente e a vida cotidiana (MEDITSCH, 1997; FRANCISCATO, 2005).

Por conseguinte, como prática normativa, o jornalismo pode ser compreendido como uma instituição social, com normas embasadas em noções de objetividade e de credibilidade (TRAQUINA, 2002; FRANCISCATO, 2005; CHARAUDEAU, 2007). Essas noções que legitimam o discurso jornalístico têm caráter operatório, como explica Tuchman (1993), ao discorrer sobre os procedimentos incorporados pelo jornalista como um “ritual estratégico”, que permitem ao profissional da comunicação se dizer objetivo.

Na perspectiva da prática discursiva, levando em consideração que o discurso é sempre o ponto de vista de um sujeito, seja ele individual ou social, o que é possível produzir são efeitos de sentido de objetividade e/ou efeitos de sentido de credibilidade. Cabe reafirmar que a linguagem nunca será neutra ou objetiva, pois apesar das estratégias de apagamento de posicionamento no texto jornalístico, o enunciador sempre deixa as marcas do lugar de onde está falando, de suas escolhas, das restrições editoriais, dos sentidos que se pretende produzir.

Para Mariani (1998, p. 63) “a objetividade dos fatos, sua evidência de visibilidade, resulta inevitavelmente de um gesto interpretativo que se dá a partir de um imaginário já construído”. Sendo assim, ao relatar os acontecimentos, os jornalistas já estão exercendo uma determinação nos sentidos. Conforme a autora, o texto jornalístico se insere na modalidade de *discursos sobre*, isto é, podemos dizer que estamos tratando,



no caso das revistas semanais, de um *discurso sobre* política e, mais especificamente, sobre a política brasileira a partir da posse da presidente Dilma Rousseff. Para Mariani (1998), os *discursos sobre*, como é o caso do jornalístico, são aqueles que atuam na institucionalização dos sentidos e, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória.

Os *discursos sobre* são discursos intermediários, pois ao falarem sobre um discurso de ('discurso de origem'), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja. De um modo geral, representam lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, já que o *falar sobre* transita na correlação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com o campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor. (MARIANI, 1998, p. 60).

É do lugar de autoridade, da posição de enunciação, que pode haver o acionamento de estratégias de rememoração de saberes já conhecidos e/ou o silenciamento de tantos outros que se quer apagar. Pêcheux (2008), anteriormente a Mariani (1998), ao analisar a relação entre estrutura e acontecimento, afirmava que era do lugar que assumimos que somos capazes de proferir um determinado discurso e não outro, tornando possível a produção de efeitos de sentido. Para o autor, é pela repetibilidade que os enunciados ganham a aparência de estarem ligados a um acontecimento. Essa sensação é criada pela repetição de um mesmo dizer. Dessa maneira, o que se faz ao repetir um acontecimento é reinventá-lo a partir da posição que assumimos.

É importante destacar que, para a AD, a memória é construída na tensão entre esquecimento e rememoração. Assim, não existe discurso sem memória, pois através dela se fazem possíveis os sentidos. Ao silenciar a memória, cria-se a impressão de que novos sentidos estão sendo produzidos, apesar de ser impossível o total apagamento dos rastros da memória.

Ainda, como prática normativa, o jornalismo se constitui como um discurso com regras próprias que possui o seu reconhecimento inscrito em um contrato de informação midiático e se constrói em condições específicas das relações de troca: “toda troca



linguageira se realiza num quadro de cointencionalidade, cuja garantia são as restrições da situação de comunicação” (CHARAUDEAU, 2007, p. 68).

No contrato de comunicação, os interlocutores envolvidos necessitam reconhecer seus lugares de fala e de interpretação baseados no entendimento de que ambos sabem o que é a prática jornalística e o que se pode esperar da enunciação de determinado segmento ou veículo. O entendimento se estabelece no reconhecimento de determinadas condições de produção linguageiras, denominadas por Charaudeau (2007) de condições de propósito, de finalidade, de identidade, de dispositivo, de tematização.

Na compreensão consensual das condições de produção se pode afirmar que o discurso jornalístico é constituído na relação com o ‘outro’, firmado nos princípios do dialogismo, de estabelecer um diálogo (BAKHTIN, 1981), e em sua prática interdiscursiva, na inter-relação entre os discursos (MAINGUENEAU, 2008). Assim, o contrato de comunicação reconhecido por jornalistas, fontes e leitores fornece a legitimidade ao jornalismo para definir o que é notícia e o que não é, sendo que, no primeiro caso, a informação será publicada e, no segundo, descartada. Mais do que isso, mesmo no que é noticiado, pela forma como é tratada a informação ou o fato, o jornalismo produz determinados sentidos, silenciando outros, ainda que os efeitos de sentidos só sejam completados pelo leitor.

Sob essa maneira de perceber o silenciamento, é necessário também compreender o silêncio como o não dito que também está constituído naquilo que é dito, pois quando se opta por dizer uma palavra se exclui outras tantas que poderiam ser ditas. Como diz Orlandi (2007, p. 12), “há um sentido no silêncio”. Isso porque “todo o discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa” (ORLANDI, 2007, p. 24). É a partir dessa perspectiva, do silêncio como objeto teórico-metodológico, que vamos organizar os passos para a análise dos ditos e não ditos das quatro revistas semanais brasileiras sobre a posse de Dilma Rousseff.



3. O silêncio como objeto teórico-metodológico da análise do discurso

Pela perspectiva da análise do discurso, em que compreendemos o silêncio como princípio da significação, ou seja, “o silêncio como fundador” (ORLANDI, 2007, p. 14), podendo ser estudado pela historicidade do texto e pelos processos de construção dos efeitos de sentidos. A partir do entendimento de que o silêncio é “fundante”, observamos que o dito e o não dito andam juntos, ou seja, ambos são constitutivos um do outro na produção e efeitos de sentidos. Por isso, nossa análise parte da identificação dos sentidos nas paráfrases (ORLANDI, 2007; BENETTI, 2010) – na repetição dos sentidos daquilo que é dito e que também produz efeitos de sentidos no não dito, no que é silenciado.

O funcionamento do silêncio atesta o movimento do discurso que se faz na contradição entre o “um” e o “múltiplo”, o mesmo e o diferente, entre paráfrase e polissemia. Esse movimento, por sua vez, mostra o movimento contraditório, tanto do sujeito quanto do sentido, fazendo-se no entremeio entre a ilusão de um sentido só (efeito da relação com o interdiscurso) e o equívoco de todos os sentidos (efeito da relação com a *lalangue*) [...]. (ORLANDI, 2007, p.17).

A repetição dos sentidos (paráfrase), ainda que não seja percebida pelo enunciador do discurso, em virtude do efeito do interdiscurso e da relação histórica do sujeito com a linguagem, além de produzir sentidos que determinam a formação discursiva e a relação com as demais formações (interdiscurso), também produz a polissemia, o sentido que poderia ser outro, mas que foi silenciado. Daí que os sentidos são enunciados por meio de discursos que estão “em regiões historicamente determinadas de relações de força: as formações discursivas” (ORLANDI, 2007, p.20). Pela formação discursiva os sujeitos possuem as condições para produzir o enunciado, uma “modalidade que lhe permite estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer sujeito possível, estar situado entre outras performances verbais, estar dotado, enfim, de uma materialidade repetível” (FOUCAULT, 1972, p. 134-135). Para Foucault (1972, p. 135) o discurso pode ser compreendido como “conjunto dos enunciados que provém de um mesmo sistema de



formação [...]”. Por meio do lugar que o sujeito ocupa em determinada formação discursiva é que ele produz sentidos em seus enunciados, o que vai ao encontro da definição de Pêcheux (1990) de que o discurso é efeito de sentidos entre locutores.

As formações discursivas são diferentes regiões que recortam o interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes. O dizível (o interdiscurso) se parte em diferentes regiões (as diferentes formações discursivas) desigualmente acessíveis aos diferentes locutores (ORLANDI, 2007, p. 20-21).

As formações discursivas se delimitam reciprocamente, já que uma é o limite da outra a partir dos efeitos de sentidos produzidos pelos discursos que as enunciaram. Neste jogo das diversas formações discursivas presentes no interdiscurso dos discursos que são enunciados por distintos sujeitos, “o silêncio é a garantia do movimento dos sentidos. Sempre se diz a partir do silêncio [...]” (ORLANDI, 2007, p. 23). Dessa compreensão do silêncio como a possibilidade de trabalhar com a contradição constitutiva de todo o discurso é que Orlandi (2007) distingue duas formas principais do silêncio: a) o silêncio fundador e b) a política do silêncio:

a) o silêncio fundador; aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significativo, produzindo as condições para significar; e b) a política do silêncio, que se subdivide em: b 1) silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as “outras” palavras; e b 2) o silêncio local, que se refere à censura propriamente (àquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura) (ORLANDI, 2007, p. 24).

Silêncio e linguagem estão sempre em movimento de e nos sentidos, sendo que “o silêncio não fala, ele significa” (ORLANDI, 2007, p. 42), o silêncio é fundante da produção de sentidos e as duas formas do silêncio - silêncio fundador e política do silêncio - tipificadas por Orlandi são constitutivas de todo sentido e de todo discurso. “A diferença entre o silêncio fundador e a política do silêncio é que a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto o silêncio fundador



não estabelece nenhuma divisão: ele significa em (por) si mesmo” (ORLANDI, 2007, p. 73).

Metodologicamente, “quando se trata do silêncio, nós não temos *marcas* formais, mas *pistas, traços*” (ORLANDI, 2007, p. 46, grifos da autora). Por essa razão, nossa análise do silêncio no discurso das quatro revistas semanais sobre a posse da presidente Dilma Rousseff parte, como já dissemos anteriormente, da paráfrase, isto é, da repetição dos sentidos. Assim, colocamos em relação os textos das quatro revistas (intertextualidade) para observar a repetição dos sentidos (paráfrase) que nos permite observar as formações discursivas que constituem esses discurso e o interdiscurso (a memória discursiva construída pela relação entre as diversas formações discursivas). A partir desse gesto de interpretação é que observamos o que foi dito e o não dito, o que foi silenciado pelas revistas *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *CartaCapital* sobre a posse da presidente Dilma Rousseff.

4. Os ditos e os não ditos por *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *CartaCapital* sobre a posse da presidente Dilma Rousseff

Antes de entrarmos na análise propriamente dita, é importante destacar que nosso *corpus* compreende a primeira edição de 2015 de cada uma das revistas semanais: *Veja* (ed. 2407, de 7 de janeiro de 2015); *Época* (ed. 866, de 12 de janeiro de 2015); *IstoÉ* (ed. 2354, de 14 de janeiro de 2015); e *CartaCapital* (ed. 832, de 14 de janeiro de 2015). Porém, apenas *Veja* circulou na semana após a posse, ocorrida numa quinta-feira, dia 1º de janeiro de 2015. Não à toa foi a revista que mais dedicou páginas, um total de 20, à posse da presidente e seus desdobramentos. As outras três revistas, por razões em grande parte comerciais, suspenderam a circulação na primeira semana do ano, que costuma apresentar uma queda nas vendas. Apesar de ser uma decisão de cunho mais econômico do que jornalístico e que ocorre há alguns anos, ela tem um impacto nos ditos - não-produzidos deste acontecimento, ou seja, no seu silenciamento. Um estudo sobre os não ditos do jornalismo encontrará alguns motivos nos valores-notícia e em decisões de ordem editorial e empresarial. As três publicações trataram da posse de



Dilma nas suas últimas edições do ano, mas no sentido de tecer previsões e nenhuma delas se deteve na cobertura do fato, por isso seus textos não integra esse *corpus* de pesquisa. Na primeira edição do ano de *CartaCapital*, *Época* e *IstoÉ*, a posse da presidente é assunto dado.

Cabe agora identificarmos os *ditos* a partir da identificação das formações discursivas (FDs) nos textos que guardam relação com a posse de Dilma Rousseff, eleita para seu segundo mandato numa disputa acirrada com o senador Aécio Neves. Conforme Benetti (2010), a identificação de uma FD se organiza, do ponto de vista metodológico, na reiteração do mesmo sentido (paráfrase). Essa repetição é chamada de sequência discursiva (SD) (Benetti 2010). Uma FD representa um núcleo de sentidos, circunscrito num limite interpretativo que nos permite compreender de que maneira o jornalismo constrói consensos e ajuda na formação do imaginário acerca de assuntos de interesse público.

O mapeamento das FDs foi realizado em 11 textos das quatro revistas. Nosso interesse foi identificar os sentidos hegemônicos em textos que trataram da posse propriamente dita, do ato de assumir o mais alto posto do país e das temáticas que estavam inscritas na ocorrência da posse. Ou seja, não entram na análise textos que versam sobre os desdobramentos do segundo mandato. Constatamos três FDs em 32 SDs: a) FD1 - Posse controversa (24 SDs), FD2 - Posse melancólica (4SDs), FD 3 - Posse da dieta (4 SDs).

O primeiro sentido mais reiterado é o que encara a posse de Dilma Rousseff com sentidos de controversa, de intensa desconfiança sobre sua competência na escolha da equipe e em cumprir promessas de campanha. Em várias passagens nas revistas que circularam quase duas semanas após a posse, como *IstoÉ*, a menção ao evento é feita como forma de comparar o início do mandato com o pronunciamento de Dilma no dia 1º de janeiro e apontar contradições entre o discurso e a prática.

FD1, SD20, *IstoÉ*

O surpreendente foi a presença do Ministério da Educação no topo das pastas atingidas pelo bloqueio de recursos. **Representa a antítese do que Dilma Rousseff prometeu em sua posse.**



FD1, SD 23, CartaCapital

Enquanto isso, 120 mil famílias permanecem acampadas à espera da reforma agrária. **Devem perder as esperanças? Sim, se depender da nova ministra da Agricultura Kátia Abreu, uma escolha pessoal de Dilma.** Em seu discurso de posse, a ruralista chegou ao cúmulo de negar a existência de latifúndios no país.

A FD 2 tem mais presença na revista *Veja*, a única revista a detalhar a posse e o discurso de Dilma Rousseff ao vestir pela segunda vez a faixa presidencial. O tom da cobertura é de melancolia, marasmo, sem empolgação, conforme destacado nas sequências discursivas abaixo. A qualificação de melancolia se dá pela comparação da posse de 2015 com a do primeiro mandato de Dilma e com as duas outras de Lula, ambos do PT, que motivaram um entusiasmo notório.

FD2, SD2, *Veja*

Não empolgou - A posse de Dilma reuniu apenas 10000 pessoas na Praça dos Três Poderes.

FD2, SD3, *Veja*

A sombra do criador - **Lula passou discretamente pela festa de Dilma Rousseff**: em privado, o ex tem se queixado da presidente. Ela tirou os lulistas dos postos mais importantes do Planalto

As explicações para um recebimento da faixa verde-amarela tão morno se deve aos erros de Dilma no primeiro mandato, que interrompeu “um ciclo de estabilidade econômica”. Ou seja, as culpas dos fracassos são atribuídas exclusivamente a decisões da presidente, que no discurso de posse “reconhece” a necessidade de mudança.

FD2, SD 7, *Veja*

O PIB ficou estagnado em 2014, e as vendas do comércio no final do ano foram as piores em uma década. **O segundo quadriênio de Dilma começa sem o ambiente de euforia de outrora.**

A terceira FD observada nos textos analisados é a que recai sobre os seis quilos perdidos pela presidente antes de subir a rampa do Palácio do Planalto. Só a revista *IstoÉ* dedica seis páginas ao emagrecimento dos líderes do governo às vésperas da posse e traz um perfil sobre o médico por trás do enxugamento das silhuetas no Planalto.



Nessa FD, o fato mais digno de nota da cerimônia de posse foi o aparecimento de uma Dilma mais magra, “ostentando” o novo manequim em um vestido claro. Dilma “se deixou seduzir” pelo método de emagrecimento que já havia retirado quilos extras de famosos como Maradona. As revistas aproveitam para relacionar o tema emagrecimento com as primeiras ações do governo Dilma de corte nos gastos públicos e da necessidade de o governo poupar.

FD3,SD22, *IstoÉ*

“O poder está de dieta e isso não é uma metáfora para o cenário do arrocho financeiro do País. A austeridade está no cardápio e os resultados já podem ser verificados em muitas silhuetas, inclusive na da presidente Dilma Rousseff. De vestido claro, Dilma desfilou na cerimônia de posse, dia 1º de janeiro, ostentando seis quilos a menos”.

FD3, SD24, *CartaCapital*

Até o Palácio do Planalto, **a presidente Dilma à frente**, se deixou seduzir. (A foto da matéria ilustra Dilma mais magra com a faixa presidencial)

Após a análise dos ditos das quatro revistas semanais de informação sobre a posse da presidente Dilma Rousseff em seu segundo mandato é possível constatar que os sentidos reiterados nas formações discursivas “Posse controversa”, “Posse Melancólica” e “Posse da dieta” deixam pistas, traços, como se refere Orlandi (2007), dos não ditos, do que foi silenciado.

Um primeiro movimento de silenciamento resultou da não publicação das edições das revistas *Época*, *IstoÉ* e *CartaCapital* na semana posterior à posse de Dilma Rousseff. Independentemente do motivo de não publicação das edições, houve uma redução da importância do fato em si. Apesar de sua relevância histórica, foi tratado como assunto corriqueiro e, por essa razão, aos olhos da imprensa, de menor produção de sentidos. É claro que os acontecimentos com data marcada podem ser encarados como pseudo-acontecimentos dado o seu agendamento prévio. Mas não é por causa dessa razão que eles deixam de ter relevância para o jornalismo e para o público. É como se as três revistas tivessem ignorado um evento de máxima importância que ocorre a cada quatro anos e determina o futuro do país. Esse silêncio das três revistas



sobre a posse em si da presidente Dilma também revela como os valores-notícia influenciam a produção de sentidos sobre a realidade engendrada pelo jornalismo. No momento em que três revistas não fazem a cobertura da posse de Dilma, o acontecimento perde sua temporalidade marcante e, por essa razão, o seu espaço como acontecimento jornalístico e sua notoriedade. Passada a posse em si, as três revistas que não fizeram a cobertura do evento, lançam mão daquilo que irrompe do cotidiano, que foge à regra e abordam o evento apenas por meio de sua faceta mais inusitada, no caso, a silhueta emagrecida da presidente Dilma Rousseff que compõe a FD3.

Além disso, é importante notarmos como ditos e não ditos se entrelaçam. A *Veja*, a única a realizar a cobertura da posse, reiterou a FD 2 - Posse Melancólica, que reforça o sentido de que, apesar da importância histórica, o evento em si foi pouco significativo, morno, quase patético. O que as outras revistas não disseram ou disseram após à *Veja* já contém os efeitos de sentidos do dizer de *Veja* e, de certo modo, reiteram alguns sentidos já ditos por ela. Com isso, os não ditos silenciados com a não publicação das edições de *Época*, *IstoÉ* e *CartaCapital* contribuíram para que os sentidos produzidos pelos ditos de *Veja* agendassem a cobertura das demais revistas e ganhassem mais notoriedade pela questão da exclusividade.

Outro movimento de silenciamento presente nos não ditos das quatro revistas semanais está em relação ao modo de dizer das revistas que deixam pistas da linha editorial de cada uma delas e que contém o seu posicionamento político, nem sempre assumidos em seus ditos⁷. Os não ditos de *Veja*, *Época* e *IstoÉ* produzem sentidos de que essas três revistas possuem um posicionamento político contrário ao de Dilma Rousseff, embora não estejam nos ditos, eles deixam pistas que podem ser observadas nas seguintes sequências discursivas:

FD 1, SD 6, *Veja*

“Ao falar para o Congresso na primeira posse, ela citou uma única vez a palavra Petrobras, e em um contexto esperançoso, o do pré-sal. Na semana passada, Petrobras apareceu nove vezes, **sempre na defensiva, com acusações** a “predadores internos e inimigos

⁷ Com exceção da *CartaCapital* que desde as eleições que elegeram Lula, em 2002, tem se posicionado à favor dos candidatos do Partido dos Trabalhados.



externos”, como se eles existissem, **no velho truque de dizer que o inferno são os outros**”.

FD 1, SD 6, *Época*

“**Dilma promete** ajustar as contas públicas **de forma indolor**, uma **tarefa impossível**”.

Já os não ditos de *CartaCapital* estão presentes em pistas dos seus ditos que produzem sentidos de que a revista possui um posicionamento político condizente ao de Dilma Rousseff. Claro que isso não é uma novidade, como já referido na nota de rodapé oito, o que estamos afirmando aqui é que, mesmo que este posicionamento não seja reiterado em todos os ditos da revista, ele está presente nos modos de dizer, como na seguinte SD: “A **presidenta** está enganada **se, ao agir como fariam os derrotados**, garante tranquilidade ao seu segundo governo” (FD 1, SD 29, *CartaCapital*). O tom de conselho e a opção por chamar Dilma Rousseff de president(a), expressão que causou polêmica e controversa até entre linguistas, mas que acabou sendo adotada pelos simpatizantes de Dilma Rousseff, por enfatizar o gênero feminino. É importante ressaltar a dificuldade de operacionalizar um conceito complexo como o de silenciamento em um discurso opaco e sujeitos a regras próprias como o discurso jornalístico. Nossa tentativa neste artigo foi fazer uma reflexão sobre o não dito no dito e vice-versa em um acontecimento de relevância jornalística e social.

5. Considerações finais

A análise dos sentidos produzidos nos ditos e nos não ditos pelas revistas *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *CartaCapital* sobre a posse de Dilma Rousseff revelam que este gesto de interpretação permite refletir sobre como a prática discursiva do jornalismo dessas revistas, ainda que contenham posicionamentos editoriais distintos, produzem sentidos semelhantes e complementares.

O que não é dito, mas que num primeiro momento nos parece como uma leitura prévia e dada é o posicionamento contrário das revistas *Veja*, *Época* e *IstoÉ* ao governo de Dilma Rousseff e o posicionamento favorável por parte de *CartaCapital*. Entretanto, nos sentidos produzidos pelos não ditos, observamos a reiteração dos sentidos presentes



na maioria dos ditos de *Veja*, que saiu na frente na cobertura sobre a posse, mostrando que a prática discursiva do jornalismo dessas revistas prevalece em relação aos seus posicionamentos editoriais. Isso porque, tanto da parte de *Veja*, *Época* e *IstoÉ* que não dizem seus posicionamentos, quanto da parte de *CartaCapital* que se posiciona em muitos ditos, embora não em todos, há a busca dos efeitos de sentido de objetividade e de credibilidade que legitimam a prática jornalística. Por essa razão as quatro revistas semanais, seja pelos ditos ou pelos não ditos, reiteram os sentidos de que a posse do segundo mandato de Dilma Rousseff foi pautada pela controversa, foi melancólica e marcada pela dieta de emagrecimento.

Bibliografia de referência:

ANER, Associação Nacional de Editores de Revista. **Instituto Verificador de Circulação – IVC**. Disponível: <<http://aner.org.br/dados-de-mercado/circulacao/>> Acesso: 04/03/2015.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1981.

BENETTI, Marcia. Análise do Discurso: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, C.; BENETTI, M. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

CHARADEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente**. São Cristóvão: Editora UFS e Fundação Oviedo Teixeira, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** Biblioteca Online de Ciências da Comunicação - BOCC, 1997.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa**. Rio de Janeiro, Revan, Campinas, Ed. UNICAMPI, 1997.



MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e 'estórias'. Lisboa: Vega, 1993.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6ª Edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1990.

_____. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Orlandi. 5 edição. Campinas, SP. Pontes Editores, 2008.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**. Lisboa: Quimera, 2002.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e 'estórias'. Lisboa: Vega, 1993.



Ne Pas Dire Pour Ne Pas Faire.

La Peopolisation Des Hommes Politiques Au Travers De Ses Silences

Eva-Marie Goepfert⁸

En 1994, la révélation, par *Paris Match*, de l'identité de Mazarine Pingeot, fille cachée de François Mitterrand, entraînait le désaveu des journalistes quant à une pratique jugée, quasi unanimement par la profession, comme dangereuse⁹. Vingt ans après, les révélations à propos de la vie privée d'un homme politique sont de plus en plus fréquentes et banalisées.

« Quelle est cette société où on peut être traqué, pisté plusieurs jours, pris en photo à son insu, des photos livrées au grand public, sans votre accord bien évidemment ? C'est une dérive qui me semble très grave, une sorte de fuite en avant vers une américanisation à laquelle on avait échappé. »
(Florian Philippot, vice-président du Front National, 15/12/14)

L'analyse de trois d'entre elles, survenues en 2010 et 2014, nous invite à réfléchir la banalisation du traitement journalistique de ce type d'information que les journalistes français ont longtemps, et toujours pour certains, passer sous silence. Ce silence, désormais rare, questionne quant à sa survivance.

Les trois révélations étudiées sont des révélations, d'origine médiatique, subies par les hommes politiques.

- Révélation subie non confirmée (origine : Internet) : rumeurs d'infidélités de Nicolas Sarkozy, président de la république en 2010, et de Carla Bruni-Sarkozy – traitement journalistique du 10/01/2010 au 23/04/2010.

⁸ Maître de conférences en sciences de l'information et de la communication, ELICO (EA 4147), Institut de la Communication, Université Lyon 2.

⁹ DAKHLIA, J., 2008., *Politique People*, Bréal, p. 113-114.



En janvier et février 2010, une rumeur circule sur les blogs et réseaux sociaux selon laquelle Nicolas et Carla Sarkozy auraient tous deux une relation extraconjugale (respectivement avec Chantal Jouanno et Benjamin Biolay). Le 7 mars, un blog hébergé par le *JDD.fr* publie un post sur les rumeurs, aussitôt supprimé et remplacé par un message d'excuses. Le 10 mars, plus de 700 sites relaient l'information. La presse internationale s'en saisit et la publie en Une. La presse française, jusque-là restée silencieuse, commence, début mars, à s'y intéresser (*France 24* fut la première à la traiter dans sa revue de presse internationale). Mais la médiatisation s'amplifie lorsque, le 22 mars, le groupe Lagardère (propriétaire du *JDD.fr*) annonce la démission du directeur des opérations du groupe *Newsweb* et de l'auteur du post sur le *JDD.fr* et que, le 31 mars, *Le Canard Enchaîné*, renseigné par Claude Guéant, révèle que Rachida Dati ferait partie de ceux qui auraient diffusé les rumeurs. La rumeur devient une Affaire, une Affaire légitimée par Pierre Charon et Thierry Herzog, respectivement conseiller en communication et avocat de Nicolas Sarkozy, qui dénoncent « *un complot organisé* » et évoquent l'existence d'une enquête. Le 7 avril, Carla Bruni nie la rumeur sur *Europe 1* ainsi que le complot, l'enquête et la responsabilité de Rachida Dati. Le même jour, Bernard Squarcini, directeur de la direction centrale du renseignement intérieur, contredit Carla Bruni en confirmant l'existence d'une enquête. Le 10 avril, en réactions à une diffusion d'informations, Nicolas Sarkozy annule la réunion quotidienne des principaux conseillers de l'Élysée. Le 12 avril, interrogé sur la chaîne CBS, il qualifie les rumeurs de « clapotis ». La condamnation de *France 24*, le 16 avril, six jours après le dépôt de plainte de B. Biolay, constitue le dernier pic discursif de cette Affaire et de cette rumeur jamais confirmée.

- Révélation subie confirmée (origine : *Closer*) : Relation amoureuse entre Julie Gayet et François Hollande, président de la république (alors que celui-ci est en



couple avec Valérie Trierweiler) – traitement journalistique du 10/01/2014 à 01/03/2014¹⁰.

Le 10 janvier 2014, le magazine *Closer* diffuse en Une des photographies de François Hollande, révélant sa relation avec Julie Gayet et leurs rencontres dans un appartement parisien. Le jour même, Valérie Trierweiler, alors compagne de François Hollande, est hospitalisée suite à cette nouvelle (elle sortira de l'hôpital le 17 janvier). Le 14 janvier, François Hollande, dans une conférence de presse, confirme la nouvelle, annonce que « *Les affaires privées se traitent en privé dans une intimité respectueuse de chacun.* » mais qu'il clarifiera la situation avant son voyage aux Etats-Unis prévu le 11 février 2014. Deux semaines après la révélation, le 25 janvier, François Hollande annonce par téléphone à l'AFP, qu'il a « *mis fin à la vie commune qu'[il] partageai[t] avec Valérie Trierweiler* ». Le 26 janvier, Valérie Trierweiler part en Inde, tandis que François Hollande part seul aux Etats-Unis début février, ce qui suscite de nombreux commentaires quant aux modifications des plans de table et des invitations à la Maison Blanche. L'annonce de la nomination aux Césars de Julie Gayet, le 28 février, constitue un nouveau pic discursif et le dernier de notre corpus.

- Révélation subie confirmée (Origine : *Closer*) : Outing de Florian Philippot – traitement journalistique du 12/12/2014 au 31/12/2014.

Le 12 décembre 2014, la Une du magazine *Closer* met en scène Florian Philippot, vice-président du Front National, avec « un ami », désigné comme « *toujours là pour défendre la cause gay* ». Le titre, en Une, « *Oui à l'amour pour tous !* » signe l'outing de Florian Philippot par *Closer*, un outing aussitôt condamné sur les réseaux sociaux et dans les médias. Le même jour, le magazine gay *Têtu* défend l'outing : « *Sur le plan de l'éthique, l'outing est justifiable à une condition* » (...) *oui, le outing*

¹⁰ L'évènement Hollande/Gayet/ Trierweiler ne se conclut pas le 1^{er} mars mais se poursuit, entre autres, avec la parution du livre *Merci pour ce moment* de V. Trierweiler. Nous avons fait le choix de n'étudier que la première phase de cet évènement se focalisant sur la révélation de la relation Gayet/Hollande par *Closer* et sur ses conséquences immédiates.



de Florian Philippot revêt une importance politique ». Le 15 décembre, invité sur *France Inter*, Florian Philippot confirme son homosexualité et le fait que la personne sur les photos est son compagnon. Le lendemain, le compagnon publie une lettre ouverte sous pseudonyme où il se dit « victime collatérale » de cet outing. Florian Philippot porte plainte, le 18 décembre, contre *Closer* qui sera condamné, le 24 décembre, pour « atteinte à la vie privée ».

Ces trois révélations appartiennent à un phénomène identifié et nommé en France à partir des années 2000 : la peopolisation. Dakhlia montre que cette appellation émerge dans les journaux d'actualité francophones en 2002. D'abord utilisé pour désigner « l'investissement du discours people par les responsables politiques et par leur entourage », le terme intègre dans sa définition, à partir de 2003, « l'alignement de l'ensemble des médias sur les formes et les contenus de la presse people » et, à partir de 2005, « le resserrement des liens entre politiques et vedettes »¹¹.

Enjeu idéologique et déontologique, le respect de la vie privée des hommes politiques dans et par les médias constitue une exception française qui tend à disparaître face au phénomène de peopolisation¹². Pourtant, celui-ci n'est pas encore ancré ni légitimé dans la société française¹³. Le traitement journalistique des rumeurs d'infidélités le montre : la presse française a attendu la légitimation de ces rumeurs dans un espace autre que médiatique pour la médiatiser. Une réserve empêcherait donc le phénomène de s'installer pleinement.

Les Discours de la Peopolisation

La peopolisation des hommes politiques est un phénomène discursif médiatique qui mélange les mondes privé, politique et médiatique. En tant que phénomène discursif, elle n'existe pas en dehors du discours et renverse le principe austinien,

¹¹ DAKHLIA, J., 2008, *op.cit.*, p. 100-104.

¹² GREVISSE, B., 2009, « Le journalisme gagné par la peopolisation », *Communication*, Vol. 27/1, p. 179-197.

¹³ GOEPFERT, E-M., 2010, *Médias, Politique et Vie privée. Analyse du phénomène de peopolisation dans la presse écrite française*, Thèse de doctorat, Université de Lyon, 467 p.



devenant ainsi : *quand faire, c'est dire*. Elle se réalise donc dans les discours médiatiques qui mettent en scène ou questionnent le mélange des mondes et lui donnent, ainsi, une réalité sociale. Une typologie des discours journalistiques¹⁴ à propos d'informations people concernant les hommes politiques saisit les enjeux du phénomène au travers de sa discoursivité¹⁵.

Le premier type de discours est dit pratique : le journaliste rend visible ce qui s'est passé (*ça a été*). Ce premier type de discours contient une réflexivité minimum : on ne questionne pas la légitimité ou l'utilité d'une telle information. Ainsi, *Libération.fr* à propos d'une déclaration de François Hollande sur Valérie Trierweiler :

« François Hollande avait confié en 2010 à *Gala*: « Valérie est la femme de ma vie » avant de regretter plus tard de ne pas avoir ajouté « aujourd'hui » par égard à Ségolène Royal, son ex-compagne, et ex-candidate à la présidentielle, avec qui il a quatre enfants. » (*Libération.fr*, 25/01/2014)

Les deux types de discours suivants relèvent du registre métapragmatique : la problématique de ce qui se passe, de comment cela se passe et de ce qui devrait se passer est privilégiée par le journaliste au détriment de la tâche à accomplir elle-même.

« Le journalisme est un métier parfois bien compliqué. Que faire en pareilles circonstances ? Se mettre, comme nous y incite ce conseiller du chef de l'Etat, sur la piste du complot et des mouvements financiers ? » (*Le Monde*, 07/04/2010)

Ainsi, dans un deuxième type de discours journalistique dit métapragmatique critique, le journaliste définit la situation à partir des objets qui importent et la valeur accordée « à l'objet en question avec les questions déontiques que cela suppose »¹⁶. Il produit une hiérarchie entre les différents mondes pour se situer à partir d'un *principe supérieur commun*¹⁷ sur lequel il assoit sa dénonciation de la peopolisation.

¹⁴ Cette typologie reprend les registres de critique définis par Boltanski dans BOLTANSKI, L., 2009, *De la Critique. Précis de sociologie de l'émancipation*, Paris : Gallimard, 294 p.

¹⁵ GOEPFERT, 2010, *op. cit.*, p. 444-463.

¹⁶ BOLTANSKI, L., 2009, *op. cit.*, p. 119.

¹⁷ BOLTANSKI, L. & THEVENOT, L., 1991, *De la justification. Les économies de la grandeur*, Paris : Gallimard, p. 177.



« Pipolisation. Confrontés quotidiennement au dilemme (assez peu à *L'Humanité*, comme vous le savez), beaucoup de journalistes considèrent que le maintien de la frontière entre vie privée et vie publique était carrément devenu irréaliste... car outrepassé depuis des années par Nicoléon lui-même! Qui a osé l'exposition vulgaire de Disney avec des plumitifs consentants ? Qui a utilisé, sur les conseils d'un certain Richard Attias, la mise en scène poujadiste du petit Louis s'écriant « Bonne chance, mon papa! » dans un film de l'UMP ? Qui a joué avec sa propre pipolisation pour se construire un destin papier glacé ? Qui a piétiné le prestige d'une fonction qui n'avait pas besoin de ça pour se désacraliser un peu plus, affectant non seulement la politique mais l'intime lui-même, dévalué d'être ainsi donné à voir ? » (*L'Humanité* du 10/04/10)

A l'inverse, dans la troisième posture, dite métapragmatique de confirmation, le journaliste questionne la peopolisation pour confirmer sa réalité ; il confirme *ce qui est* en confirmant que *ça est* pour tous, arrêtant ainsi la chaîne flottante des interprétations. Cette posture non seulement confirme le mélange des mondes comme une propriété permanente attachée aux hommes politiques (le journaliste répond à la question « Pourquoi on en parle ? » par la réponse : « parce que c'est la réalité! ») mais aussi conforme la pratique journalistique : *faire-savoir* de manière objective et détachée du point de vue sans prendre part au débat idéologique sur la légitimité de l'information.

« L'examen médical et biologique de M. Hollande n'avait-il pas été qualifié de "normal" en juin 2012 par les services de l'Élysée ? Opéré de la prostate en 2011, ce dernier a pourtant attendu les révélations de *France Info* en décembre 2013 pour confirmer avoir subi une intervention chirurgicale. Pourquoi ? Parce que nous sommes en France, pays où le respect de la vie privée précède quasiment la raison d'État. (...) Les affaires "privées" en disent cependant souvent plus long sur la santé d'un État que les affaires dites publiques. » (*Lepoint.fr*, 11/01/2014)

« Mettre quelqu'un en face de ses contradictions, révéler ses cachotteries sur son patrimoine par exemple, passe encore. Mais Jean-Luc Romero reste viscéralement opposé à l'outing sur l'orientation sexuelle (...) Les militants de la cause LGBT (lesbienne, gay, bi, trans) sont paradoxalement beaucoup moins catégoriques sur le cas de Florian Philippot. Et pas seulement parce que cette affaire embarrasse le parti dont l'ancien patron, Jean-Marie Le Pen, avait traité les homos de « *chapons* ». Eux qui se battent contre le renvoi systématique de l'homosexualité à la sphère privée, alors que les hétérosexuels peuvent s'aimer en public, sont tentés d'y voir une bonne nouvelle. » (*Aujourd'hui en France/Le Parisien*, 13/12/2014)



Les discours métapragmatique de confirmation s'organisent, ainsi, dans un compromis déontologique entre « devoir de recherche et de respect de la vérité » et « respect de la vie privée ».

« Cette conception radicale a sans doute été battue en brèche par les ambiguïtés entretenues par François Mitterrand quant à la médiatisation de sa propre vie privée. Depuis, on observe une migration essentielle du raisonnement déontologique des journalistes français. De plus en plus couramment, on peut les entendre évoquer l'intérêt public comme justification de l'exception au principe de respect de la vie privée. »¹⁸

La typologie des discours journalistiques peopolisant ici présentée a été élaborée à partir d'une analyse qualitative de discours. Mais, aux côtés de ces discours, est apparue, dans nos corpus, une posture journalistique inclassable – le silence –, bousculant nos recherches sur la discursivité du phénomène de peopolisation.

Le silence a propos de la vie privée des hommes politiques peut-il avoir un sens ?

Le silence observé dans nos corpus est celui d'un rare média qui se distingue par son non-traitement d'une information à caractère privé dans le *brouhaha* des discours des autres médias. Ce silence questionne. Est-il un résidu de l'exception française quant au traitement de la vie privée d'un homme politique ? Quel statut peut avoir le silence à propos d'un fait dont tout le monde parle ? Le silence est-il une simple absence de discours ou est-il au contraire un discours ? Le silence peut-il avoir un sens ?

Orlandi distingue deux formes de « *politique du silence* »¹⁹ : « le silence local » qui renvoie à l'interdiction de dire et le « silence constitutif » qui nous indique « *que, pour dire, il ne faut pas dire* ». Dans le cas qui nous intéresse, le silence est constitutif : il est le fait de rares rédactions qui choisissent d'ignorer l'injonction à la visibilité²⁰ et

¹⁸ GREVISSE, 2009, *op. cit.*,

¹⁹ ORLANDI, E., 2000, « Rumeurs et silences. Les trajets des sens, les parcours du dire », *Hypothèses*, n°4, p. 258.

²⁰ GREVISSE, 2009, *op. cit.*,



l'imitation de la concurrence²¹. Dans son exceptionnalité, la forme et le positionnement du silence semble intervenir comme un discours journalistique critique à propos de la peopolisation.

« Le silence devient une forme d'opposition quand on se tait de manière délibérée pour traduire un refus, une résistance personnelle à quelqu'un ou à une situation » (Le Breton, 1997 : 21)

En évitant de produire des discours sur le mélange des mondes ou sur les situations qui l'obligent, le journaliste nie la peopolisation en refusant de participer à sa construction discursive. Ce principe ferait donc du silence une violente critique à son égard, plus violente que celle qui émerge du registre métapragmatique critique qui, tout en la dénonçant, participe à la construction sociale de sa réalité.

Telle est l'assise de notre questionnement.

En quoi le silence, à propos d'évènements peopolitiques fortement médiatisés, constitue un traitement journalistique critique particulier fondé sur le refus de participer à la construction sociale de la réalité du phénomène de peopolisation ?

Outre le fait que le silence constitutif à propos d'une information-people est une critique de la peopolisation²², ce questionnement postule que le silence peut porter un sens et aurait une signification. Le silence ne serait pas, dans cette acception, une simple absence mais serait une absence d'expression.

Hjelmslev définit le « sens » comme matériau premier ou support « *grâce auquel toute sémiotique, en tant que forme, se trouve manifestée* »²³. Cette définition nous paraît éclairer notre objet d'étude. Comprenons. Selon Hjelmslev, la langue est composée de deux plans, un plan d'expression et un plan de contenu. Chaque plan connaît « *deux existences, une existence formelle et une existence « substantielle » ou*

²¹ BOURDIEU, P., 1994, « L'emprise du journalisme », *Actes de la recherche en sciences sociales*, Vol. 101-102, p. 5.

²² Nous verrons que ce postulat, sur lequel nous avons construit notre questionnement et cet article, s'infirme dans l'épreuve de l'analyse qualitative des discours entourant le silence.

²³ GREIMAS, A. & COURTÈS, J., 1993, *Sémiotique : dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, Paris : Hachette, p. 348.



empirique »²⁴. Or, Hjelmslev qui s'interroge sur le sens et son extériorité au langage, le définit comme « *ce quelque chose [qui] réside en quelque sorte hors du signe lui-même (...)* »²⁵. Cela lui permet, justement, de postuler d'une existence substantielle et formelle du contenu :

« *Qu'un signe soit signe de quelque chose veut donc dire que la forme du contenu peut comprendre ce quelque chose comme substance du contenu* »²⁶.

La substance du contenu est « *sélectionnée en vue de la signification et présuppose l'existence de la forme du contenu* »²⁷. Ainsi, selon Hjelmslev, il y aurait un sens exogène au langage mais impensable sans sa forme, sa « manifestation » et donc son expression. Greimas et Courtès souligne bien cette tension dans la définition du sens par Hjelmslev :

« *Le terme de substance est ensuite utilisée pour désigner le sens en tant que pris en charge par une sémiotique (...) En effet, matière et sens, qui sont synonymes pour le linguiste danois, ne sont exploités que dans un de leurs aspects, en tant que « support » de signification, pour servir de substance sémiotique* »²⁸

Le sens accède donc à la signification, chez Hjelmslev, lors la réunion du contenu et de l'expression. Mais, le silence est justement une non-manifestation du langage. Dans le silence constitutif, il n'y a pas de réunion entre contenu et expression, pas de « *sémiotique, en tant que forme* »²⁹ et donc pas de signification. Le silence constitutif, dans son absence d'expression, n'a donc pas de signification. Quant à son sens, si le linguiste admet son existence exogène, il ne peut être saisi en dehors de sa manifestation. Le sens du silence ne pourrait donc être appréhendé.

²⁴ ABLALI, D. & DUCARD, D. (dir.), 2009, *Vocabulaire des études sémiotiques et sémiologiques*. Besançon : PUFC, p. 37.

²⁵ HJELMSLEV, L., 1943 (d'après la traduction de 1971), *Prolégomènes à une théorie du langage*, Paris, Minuit, p. 82

²⁶ *Idem*

²⁷ GREIMAS & COURTES, 1993, *op. cit.*, p. 352.

²⁸ *Ibid.*, p. 348 et 368

²⁹ *Ibid.* p. 348



Cependant, dans la perspective des sciences de l'information et de la communication qui est la nôtre, nous nous distançons de l'approche linguistique de la signification. Le changement de perspectives et d'objets permet-il de saisir une signification dans le silence ? Ne cherchons-nous pas la compréhension d'un objet dans des disciplines qui ne peuvent le saisir ? Par ces questions, nous retrouvons les critiques qu'Eliseo Veron a pu adresser à la sémiotique³⁰. Les critiques de Veron poursuivaient deux buts, comme l'expliquent Jeanneret et Souchier : « *Situer les phénomènes d'expression et de signification dans un contexte social, avec ses enjeux et ses déterminations [et] ne pas abstraire les signes des dispositifs médiatiques qui leur donnent forme, avec leur technicité et leur industrialisation.* »³¹.

Ainsi, si le silence n'est pas un objet empirique en soi, il est identifiable, « notable » pour reprendre la terminologie de Bilmès³², par sa présence (ou plutôt par l'absence ou le vide qui le manifeste). Cette manifestation par le vide n'est possible que si nous situons le silence non seulement dans le dispositif médiatique qu'est le journal (ou le site internet du titre de presse) mais aussi dans son contexte médiatique, celui d'un « moment discursif » provoqué par la révélation sur la vie privée d'un homme politique.

« *La notion de moment discursif (...) définit un fait donnant lieu à une abondante production médiatique et dont il reste des traces dans les discours produits ultérieurement à propos d'autres événements.* »³³

Ainsi, en s'éloignant de la linguistique, nous pouvons appréhender l'espace discursif que constitue le silence dans sa différence avec les discours manifestés qui l'entourent thématiquement, temporellement et spatialement.

³⁰ VERON, E., 1995, *La Semiosis sociale : Fragments d'une théorie de la discursivité*, PU Vincennes, 230 p.

³¹ JEANNERET, Y. & SOUCHIER, E., « Socio-sémiotique des médias », ABLALI, D. & DUCARD, D. (dir.), 2009, *op. cit.* p. 145.

³² BILMÈS, J. & JULY, L., 1996, « Le silence constitué. La vie dans un monde de plénitude de sens », *Réseaux*, volume 14, n°80, p. 129-142.

³³ MOIRAND, S., 2007, *Les discours de la presse quotidienne. Observer, analyser, comprendre*, Paris, Presses Universitaires de France, 186 p.



«Le silence s'avère être un objet tout à fait intéressant pour l'analyse sociologique. Le silence est intéressant car d'une certaine façon, nous donnons un sens à ce qui est vide, une absence (Il n'y a rien de tel dans la nature où ce qui n'existe pas ne compte pas et seul ce qui existe compte). »³⁴

Observer les silences de la peopolisation

Ainsi, avant de repérer les vides, observons ce qui permet de les observer : les discours manifestés dans leur contexte et dans leurs dispositifs médiatiques.

« Le silence n'est pas une chose en soi mais plutôt une absence, et son existence dépend par conséquent de l'existence de ce dont il marque l'absence »³⁵

Notre corpus est constitué de 1103 articles traitant de l'une des trois révélations sur la vie privée d'un homme politique et parus dans l'un des dix titres de presse investigués³⁶, sur leur site Internet ou dans leur version papier. Sur ces 1103 articles, 38 sont des doublons, c'est-à-dire des articles reproduits à l'identique sur le site internet et dans la version papier du journal. Ainsi, notre corpus est constitué de 1065 articles différents. La répartition de la médiatisation entre les révélations est fortement déséquilibrée. L'affaire Hollande/Gayet/Trierweiler représente 71.1% des articles, contre 7.5% pour l'outing de Philippot et 21.4% pour les rumeurs d'infidélités. Si nous redressons ce résultat en considérant le nombre de jours investigués et calculant la moyenne d'articles publiés par jour pour chaque révélation, le déséquilibre est maintenu :

- Relation/Séparation Hollande/Gayet/Trierweiler : 16 articles par jour sur 49 jours
- Rumeurs d'infidélités : = 8.42 articles par jour sur 28 jours
- Outing de Florian Philippot : 4.61 articles par jour sur 18 jours

³⁴ BILMES & JULY, 1996, op. cit., p. 132.

³⁵ *Ibid.*, p.131

³⁶ Notre corpus intègre tous les articles parus à propos d'un des trois cas d'études dans l'un des dix titres de presse française suivants : *Le Monde*, *Le Figaro*, *Libération*, *Le Parisien/Aujourd'hui en Actualité* spatialisée, *L'Humanité*, *La Croix*, *Valeurs Actuelles*, *Marianne*, *Le Point* et *L'Express*.



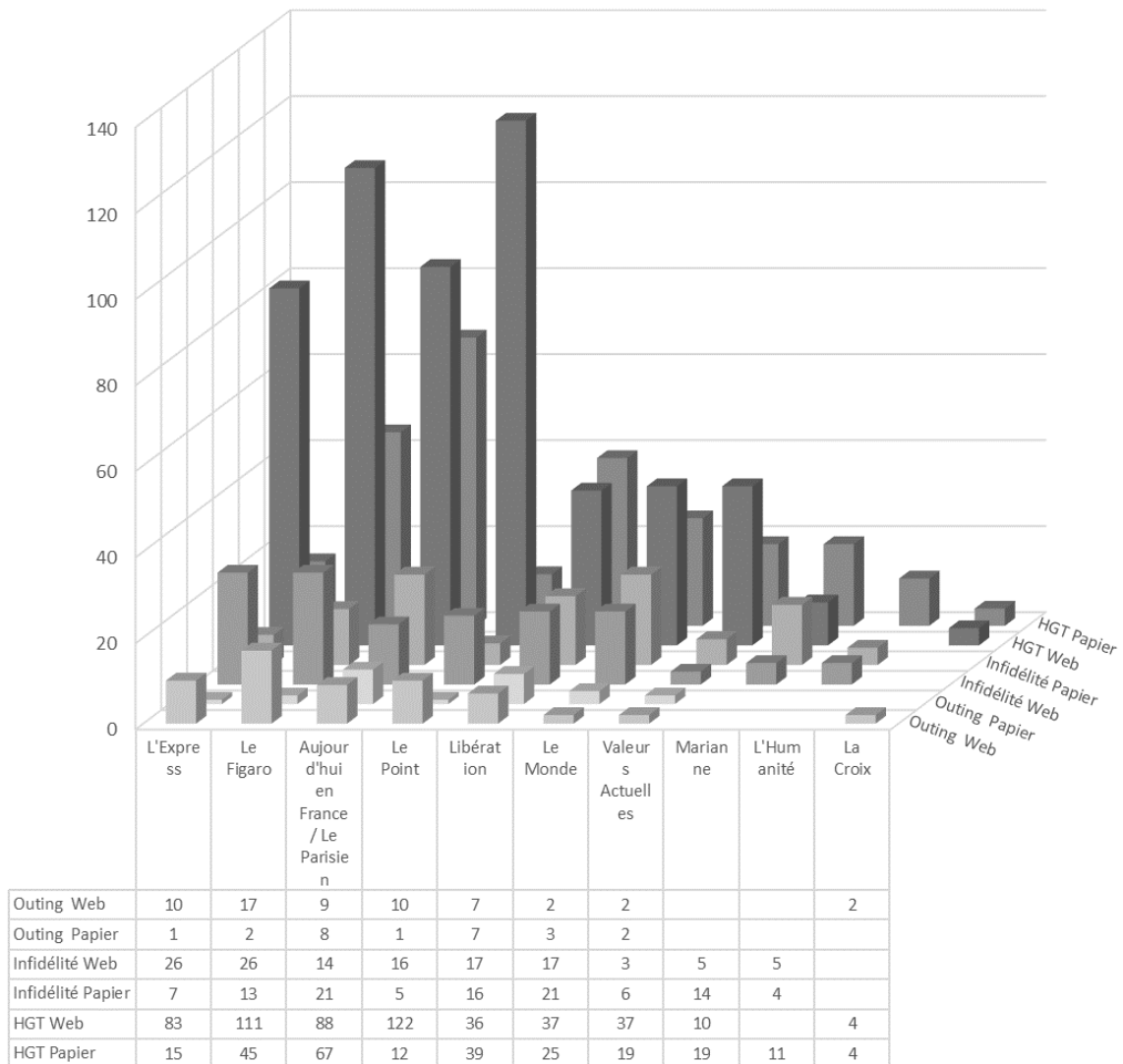
La variable du support de publication montre que 64.9 % les discours journalistiques de notre corpus sont issus des sites internet (contre 35,1% issus de la version papier du journal). Plus encore, le test du khi²³⁷ souligne la dépendance de cette variable avec la variable de la révélation concernée. Ainsi, le pourcentage de l'écart maximum (PEM)³⁸ indique que le support Web est privilégié pour les articles à propos des rumeurs d'infidélités alors que c'est le support papier pour l'affaire Hollande/Gayet/Trierweiler. En revanche, la distinction web/papier n'est pas pertinente pour l'outing de Philippot. Une identification des rubriques lors de la compilation et d'un recodage des différents titres de rubriques propres à chaque ligne éditoriale, distribue les discours selon 13 catégories de rubriques : « Politique », « Actualité », « Une/Dossier spécial », « Actualités spatialisées (Actualité spatialisée, Monde...) », « Médias », « Discours subjectifs (Chronique, édito...) », « People/Gens », « Discours d'autrui (interview, paroles lecteurs...) », « Société », « Economie », « Culture », « Divers », « Justice »³⁹. Le Pourcentage de l'écart maximum indique une attraction forte entre le cas des rumeurs d'infidélités et les rubriques « Culture », « Société », « People/Gens » et « Divers », entre le cas de l'outing de Philippot et les rubriques « Justice » et « Discours subjectifs » et entre le cas Hollande/Gayet/Treirweiller et les rubriques relatives à l'actualité (« Actualité », « Actualités spatialisées » et « Une/Dossier spécial »). Les autres rubriques ne sont pas typiques d'un cas.

³⁷ Tous les tests statistiques ont été réalisés avec le logiciel *Modalisa*. Nous nous servons essentiellement du test du khi², test statistique construit à partir d'un risque et sur une hypothèse. L'objectif de ce test est de croiser deux variables et prouver leur indépendance. Pour cela, le test se base sur l'écart entre le tableau observé (qui croise deux variables, une en colonne, une en ligne) et un tableau virtuel, qui serait obtenu dans le cas d'une parfaite indépendance entre ces deux variables. Il confronte alors cet écart au nombre de degrés de liberté du tableau, qui dépend du nombre de lignes et de colonnes (exprimé par le sigle *ddl* par *Modalisa* ou *df* pour les logiciels anglophones).

³⁸ Le Pourcentage de l'Ecart Maximum (PEM) permet d'estimer la force de l'attraction entre deux modalités : plus la valeur du PEM est proche de 100%, plus l'attraction entre modalités est forte.

³⁹ Les rubriques sont listées par ordre décroissant de mobilisation (de la plus mobilisée à la moins mobilisée)





Le silence constitutif est un discours non exprimé. En tant que discours, il est produit par un locuteur, ici : un titre de presse. L'observation des discours à partir de leur locuteur révèle les silences dans les différences quantitatives de traitement entre médias et entre révélations. Le graphique ci-dessus permet de visualiser clairement les vides et donc les silences.

Ce graphique fait apparaître qu'aucun titre de presse ne réserve strictement l'un de ses supports au discours peopolisant, bien que des tendances puissent être observées (indiquées par le pourcentage d'écart maximum).

- Ceux qui privilégient le web : *L'Express*, *Le Point* et *Le Figaro*



- Ceux qui privilégient la version papier : *L'Humanité*, *Le Monde*, *Libération*, *Marianne* et *Aujourd'hui en France/Le Parisien*
- Ceux qui publient les informations sur les deux supports de manière équilibrée : *Valeurs Actuelles* et *La Croix*

Par ailleurs, aucun des titres étudiés n'est totalement silencieux : tous parle d'au moins de deux des trois révélations. *La Croix* est le journal le plus faiblement médiatisant avec 7 articles distincts sur l'ensemble de la période investiguée, *Aujourd'hui en France/Le Parisien*, à l'extrême inverse, est le journal le plus médiatisant avec 207 articles, suivi de près par *Le Figaro* avec 206 articles distincts.

Une typologie des titres selon le volume d'articles à propos des trois révélations nous permet d'identifier les titres de presse silencieux :

- Les bavards : *Le Figaro* (2.25 articles / jour) - *Aujourd'hui en France/ Le Parisien* (2.18 articles /jour) - *Le Point* (1.75 articles /jour) - *L'Express* (1.49 articles /jour) - *Libération* (1.28 articles / jour)
- Les modérés : *Le Monde* (1.09 article /jour) - *Valeurs Actuelles* (0.73 articles / jour)
- Les silencieux : *La Croix* (0.1 article /jour) - *L'Humanité* (0.21 articles /jour) - *Marianne* (0.51 article / jour)

Ainsi, *Marianne*, *La Croix* et *L'Humanité* sont les médias les plus faiblement médiatisant mais aussi ceux qui sont totalement silencieux à propos d'une des révélations ou sur l'un de leur dispositif de publication des discours. De la distinction par Orlandi entre silence local et silence constitutif⁴⁰ et de celle de Bilmes entre silence absolu et silence notable⁴¹, notre corpus dévoile un silence constitutif notable. Dans ce silence constitutif notable, se révèle deux nouvelles sous-catégories de silence observables.

⁴⁰ ORLANDI, E., 2000, « Rumeurs et silences. Les trajets des sens, les parcours du dire », *Hypothèses*, n°4.

⁴¹ BILMES & JULY, 1996, *op. cit.*



- Silence thématique : ceux de *L'Humanité* et *Marianne* qui ne publient aucun texte à propos de l'outing de Florian Philippot et celui de *La Croix* qui ne traite pas des rumeurs d'infidélités.
- Silence médiologique : celui de *La Croix*, dans sa version papier, quant à l'outing de Florian Philippot et celui de *L'Humanité*, dans sa version numérique, quant à l'affaire Hollande/Gayet/Trierweiler.

Nous choisissons de nous concentrer sur les silences thématiques et de saisir leurs enjeux à partir d'une analyse qualitative des discours les entourant.

Le silence journalistique sur la vie privée des hommes politiques : un discours critique ?

Dans les trois titres silencieux, ni *L'Humanité* ni *Marianne* ne traite de l'outing de Philippot. L'hebdomadaire *Marianne* consacre 48 articles distincts à ces deux révélations (19 à propos des rumeurs d'infidélités et 29 à l'affaire Hollande/Gayet/Trierweiler)⁴². Dix-huit articles distincts (20 articles au total) sont parus dans *L'Humanité* à propos des rumeurs d'infidélités et de l'affaire Hollande/Gayet/Trierweiler.

De nombreux articles situent clairement *L'Humanité* et *Marianne* dans le registre métapragmatique de critique. A titre d'exemples :

- « Quand les médias barbouillent à l'encre épaisse des rumeurs » (*L'Humanité*, 09/04/10)
- « Le boulevard de détournement » (*L'Humanité*, 09/04/10)
- « Vie privée du président : le hors-sujet médiatico-politique » (*L'Humanité*, 13/01/14)

⁴² Le nombre d'articles à propos de la relation entre Hollande et Gayet et ses conséquences médiatiques et politiques doit être nuancé : 13 articles sont issus de blogs (entre autres du blog *Sarkofrance* dans la rubrique « Sarkofrance chez Marianne »). Si nous n'ignorons pas le positionnement numérique de *Marianne*, avec une mise en visibilité de blogs politiques sur son site, qui participe à la visibilité des deux révélations étudiées, nous choisissons de concentrer notre analyse sur les discours journalistiques pour comprendre le sens de son silence.



- « Cirque » (*L'Humanité*, 16/01/14)
- « Au-delà des dérives de certains médias... » (*L'Humanité*, 14/01/14)
- « L'horreur médiatique » (*Marianne*, 25/01/14)
- « La chasse à la vie privée est ouverte » (*Marianne*, 31/01/14)
- « Défense et éthique du journalisme » (*Marianne*, 03/04/10)
- « Vie privée des politiques : ce que " Marianne " en pense » (*Marianne*, 10/04/10)
- « Ça suffit ! » (*Marianne*, 10/04/10)

Les deux titres de presse accusent l'objet « people » de détourner l'individu des vrais problèmes et dénonce « *une idéologie au sens le plus marxien du terme, soit une entreprise de travestissement de la réalité* »⁴³. Cela rejoint – comme l'indique Dakhliya – une des critiques les plus virulentes contre la peopolisation, la désignant comme une mise en danger de la démocratie⁴⁴. Les journalistes sanctionnent ceux qui favorisent la visibilité de l'information-people de ne pas rendre visible le bon objet.

« Le président de la République n'a-t-il pas, en ce moment, d'autres motifs d'inquiétude, d'autres dossiers en tête que ces histoires de cornecul ? N'y a-t-il pas, en ces temps de plans sociaux à répétition, sujet plus brûlant, que les secrets d'alcôve du prince qui nous gouverne ? » (*Marianne*, 10/04/10)

Ainsi, *L'Humanité* et *Marianne* s'attachent à lister les objets cachés derrière les informations-people : « *les retraites, la riposte sociale qui s'organise, l'explosion du scandale du bouclier fiscal, [l]es méthodes de voyou d'un certain patronat dont nous relatons les forfaits* » (*L'Humanité*, 09/04/10), « *tous les dossiers qui fâchent, le chômage qui explose, le pouvoir d'achat qui dégringole, les déficits qui se creusent, la Berezina des régionales, la rébellion des élus de la majorité contre le bouclier fiscal...* » (*Marianne*, 10/04/10)

⁴³ DAKHLIA, 2008, *op. cit.* p. 88.

⁴⁴ *Idem*



L'accusation est complétée par la dénonciation des coupables : les acteurs politiques et les autres médias.

« Trop tard : les médias étaient déjà là pour couvrir cet œuf prêt à éclore. Et pour une fois, les journaux people n'étaient pas les plus avides : *Libération* a consacré sa une à la rumeur, mercredi ; après *Europe 1*, *le Figaro* emboîtait le pas, avec une grande interview de Carla Bruni-Sarkozy hier. *Le Monde* daté d'aujourd'hui a craqué lui aussi : presque une page pour « clore "l'affaire" des rumeurs »... » (*L'Humanité*, 09/04/10)

« Qui sont les démiurges de cette opération à tiroirs, de cette opération à chaque instant plus navrante ? Le chef de l'Etat, son épouse, Mme Bruni-Sarkozy, et leur cercle intime, le conseiller Pierre Charon, l'avocat Thierry Herzog, le ministre Brice Hortefeux, les policiers Bernard Squarcini et Frédéric Péchenard. » (*Marianne*, 10/04/10)

L'identification des acteurs favorisant la mise en danger de la démocratie s'accompagne, par ailleurs, d'un refus de leur propre culpabilité. Ainsi, *Marianne* sur sa ligne de conduite quant à la vie privée des hommes politiques :

« Marianne a toujours eu pour ces dérives " peopolisantes " une profonde allergie, pour ne pas dire une totale aversion. Les poubelles de la République, ça n'a jamais été notre truc... (...) Marianne, comme jadis l'Événement du jeudi, s'est toujours fixé cette ligne de conduite : séparation absolue entre vie privée et vie publique. La première ne nous intéresse pas, la seconde est notre champ d'enquête et de commentaire » (*Marianne*, 10/04/10)

Dans leurs discours, *Marianne* et *L'Humanité* remettent en cause la réalité de la peopolisation, expliquant qu'il est possible de ne pas la favoriser. Ils présentent, ainsi, une alternative à la réalité, où les objets du monde privé ne remplaceraient pas ceux issus du monde politique et où le monde médiatique ne nuirait pas au monde politique. Si cette posture peut paraître paradoxale puisque, tout en dénonçant la peopolisation, ils contribuent à la faire exister, elle permet de comprendre leur silence quant à l'outing de Florian Philippot. *Marianne* le justifie, d'ailleurs, quatre ans avant qu'il ait lieu : « *Mais où est la limite ? Faut-il, comme certains tabloïds anglais, dévoiler l'homosexualité des députés qui se sont opposés au mariage gay ?* » (*Marianne*, 10/04/10)

Dans les titres silencieux, seul *La Croix* traite de l'outing de Philippot dans deux articles intitulés « Philippot réclame à Closer 50.000 euros de dommages-intérêts »



(18/12/14) et « Philippot-Closer: débat sur les limites entre information et vie privée » (22/12/14). Ces deux articles sont des reproductions de dépêches AFP. Aucun des trois titres ne produit donc de discours propres sur l'outing de Florian Philippot bien que *La Croix* participe à la mise en visibilité de cette révélation sur son site Internet par la reproduction de dépêches AFP.

Les articles du quotidien *La Croix* « Valérie Trierweiler hospitalisée » (13/01/2014) et « Valérie Trierweiler a quitté l'hôpital » (20/01/2014) sont aussi des reproductions de dépêches AFP. Si nous mettons de côté l'article « état de confusion » (01/02/2014) qui est une chronique « Humeur du jour », seuls deux articles sont des discours propres du journal : « François Hollande a officialisé sa séparation » signé *La Croix* et « Valérie Trierweiler a quitté l'Élysée » signé Laurent de Boissieu. Si le premier s'inscrit dans une posture pratique racontant ce qui se passe sans questionner la légitimité d'en parler :

« En juin de la même année, durant les législatives, vie privée et vie publique se sont ainsi télescopées au travers d'un tweet de la journaliste de Paris-Match. En moins de 140 signes, elle y apportait son soutien au rival de Ségolène Royal pour le siège de député de La Rochelle. Un épisode qui provoqua une polémique politique mais également une crise au sein de la famille Hollande, les enfants du président reprochant à la première dame de s'attaquer à leur mère. » (*La-croix.fr*, 26/01/14)

Le second adopte une posture métapragmatique de confirmation, citant les points de vue contradictoires de Cécilia Attias, Xavier Bertrand et Bernadette Chirac sur le rôle de la première dame. Au détour de la citation de Xavier Bertrand, le journaliste lie le questionnement quant au rôle de la première dame à celui de la médiatisation de la vie privée des hommes politiques qu'il résout par « un compromis », formulé par Bernadette Chirac. Ainsi, en refusant de prendre part au débat, en laissant les acteurs politiques énoncer les opinions concurrentes à ce propos, le journaliste se distancie du phénomène et s'identifie comme un méta-acteur. *La Croix* confirme ainsi la réalité sociale de la peopolisation sans jamais la condamner.

Les discours de *Marianne* et de *L'Humanité* témoignent d'un refus de participer à la peopolisation, construisant le sens de leurs silences. Mais l'analyse qualitative des



discours de *La Croix* empêche d'attribuer une telle signification à tous les silences constitutifs de notre corpus, révélant différentes formes de silences.

Conclusion : le silence a propos de la vie privée des hommes politiques : un discours politique plus que déontologique ?

L'analyse des silences constitutifs, discours non manifestés mais saisissables comme des espaces discursifs constitués par les discours qui les entourent dans un dispositif et un contexte médiatique, défait le postulat sur lequel était construit notre questionnement. Le silence constitutif, comme son pendant l'hypermédiatisation, ne semble pas marquer un positionnement déontologique des journalistes. Si le quotidien *La Croix* considère la peopolisation comme une réalité sociale, pourquoi une aussi faible médiatisation ? L'éthos professionnel construit dans les discours manifestés de ce titre contredit celui qui émerge de son silence. Il y aurait donc plusieurs sens dans ces silences. Pourtant, le croisement entre médias et révélations signé par le khi² atteste d'un sens porteur des silences et de l'abondance de discours.

C'est finalement une autre variable qui paraît porter le sens des silences : l'orientation politique. Les tests statistiques dans le tableau ci-dessous le montre clairement : un média de gauche traiterait moins d'une révélation à propos d'un homme politique de gauche qu'à propos d'homme politique de droite. Inversement, un média de droite produirait moins de discours sur la vie privée d'un homme politique de droite que celle d'un homme politique de gauche.

Khi²=24 ddl=1 p=0,001 (Très significatif)

	Médias de droite		Médias de gauche		Total
	Nb articles	Ecart	Nb articles	Ecart	
<i>Révélation à propos d'un politique de droite</i>	196	-32	114	32	310
<i>Révélation à propos d'un politique de gauche</i>	589	32	166	-32	755
<i>Total</i>	785		280		1065



La vie privée est un enjeu de délégitimation politique, selon Fabrice D’Almeida. Analysant les usages tactiques, par les acteurs politiques, de la dénonciation médiatique à propos d’information privée, il postule que le resserrement entre vie politique et vie privée aurait participé à déplacer les enjeux de dévoilement de la vie privée vers des pratiques de concurrences (attaques, critiques...) politiques⁴⁵.

Nos analyses tendent à démontrer que cette délégitimation politique dépasserait le jeu des acteurs politiques et serait aussi celui des médias. Le silence ou la faible médiatisation d’une information à caractère privé quant à un homme politique ne se justifierait plus par le respect de la vie privée des hommes politiques mais porterait des enjeux politiques de préservation de l’image d’un acteur politique en lien avec l’orientation politique de la ligne éditoriale du journal.

Le résultat est inattendu. La construction du corpus ne visait pas un tel prisme d’analyse : la représentativité politique des médias et des révélations mériterait donc d’être renforcée afin de pouvoir affirmer, sans détour ni conditionnel, que le silence journalistique à propos de la vie privée des hommes politiques est un discours de délégitimation politique.

⁴⁵ D’ALMEIDA, F., 2010, « Des usages de la vie privée dans la (dé)légitimation politique », *Quaderni*, 72, p. 75-86.



Quando as narrativas jornalísticas rompem o silêncio imposto pela ditadura

Marta Regina Maia⁴⁶

Isadora Moreira Ribeiro⁴⁷

Resumo: As reverberações midiáticas da publicação do Relatório final da Comissão Nacional da Verdade são o substrato de discussão deste trabalho, que tem como objeto de análise as narrativas jornalísticas acerca do tema veiculadas no jornal *Estado de Minas* nos meses de novembro e dezembro de 2014. O norte metodológico aponta para a análise de conteúdo em associação com as noções de acontecimento e memória, considerando-se que o teor das narrativas jornalísticas é perpassado pelo contexto de seu tempo. Sendo assim, pensa-se o jornal enquanto um dos dispositivos sociais por meio do qual se efetua a quebra do silêncio sobre o passado de repressão e ainda como meio que abre suas páginas para a oferta de novas possibilidades de verbalização do que outrora foi impedido.

Palavras-chave: acontecimento; memória; narrativas; Comissão Nacional da Verdade; jornalismo

1. Introdução

Durante dois anos e meio, contados a partir de maio de 2012, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) dedicou-se a investigar as violações dos direitos humanos praticadas no Brasil entre os anos de 1946 e 1988, intervalo de tempo que se estende do fim da Era Vargas à redemocratização posterior ao regime militar, sendo o ano de 1988 considerado “simbólico” devido à promulgação da Constituição até hoje vigente. Em seu curto tempo de existência, no entanto, a CNV concentrou suas atividades de pesquisa a partir do ano de 1964. Nesse ano, o país passou por um golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart e instalou no país um regime de comando militar, com duração de 21 anos, durante os quais práticas de transgressões dos direitos

⁴⁶ Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto. Coordena o Projeto de pesquisa “Verdades escolhidas: jornalismo e novas narrativas sobre a ditadura no Brasil”, financiado pelo CNPq. É líder do Grupo de Pesquisa “Jornalismo, Narrativas e Práticas Comunicacionais” (JorNal/CNPq). E-mail: marta@martamaia.pro.br

⁴⁷ Estudante do curso de Jornalismo da UFOP. Foi bolsista do Projeto de pesquisa “As narrativas jornalísticas desencadeadas pela instalação da Comissão Estadual da Verdade de Minas”. É membro do Projeto “Verdades escolhidas: jornalismo e novas narrativas sobre a ditadura no Brasil”. Participa do JorNal/CNPq. E-mail: isadora.moreiraribeiro@gmail.com



humanos foram recorrentes, tendo em vista que a tortura vigorou como política de Estado nesse período.

Com o intuito de sistematizar as apurações referentes às arbitrariedades perpetradas nas pouco mais de duas décadas em que o Brasil esteve sob o governo militar, a CNV divulgou em 2014, ano em que o golpe completou 50 anos, o seu Relatório final, dividido em três volumes que, apesar de extensos, não encerram as possibilidades de averiguações sobre essa época. Frente ao possível, portanto, os três volumes do Relatório, em mais de três mil páginas, disponibilizam informações sobre o contexto do Estado repressor brasileiro e a representatividade da Comissão da Verdade nesse sentido (volume I); textos temáticos acerca da repressão e grupos vítimas de violações (volume II); e esclarecimentos sobre os métodos e práticas nas graves violações dos direitos humanos e suas vítimas (volume III). Importante destacar que grande parte deste material é fruto também de outras iniciativas pré e pós-existentes à instalação da CNV, como Comissões da Verdade municipais, estaduais, universitárias, Comissões da Anistia e buscas efetuadas pelas próprias famílias que tiveram entes desaparecidos no período. Outro ponto a ser lembrado é que as atividades da CNV se restringiram ao levantamento e divulgação de dados, não compreendendo a dimensão analítica desse material nem a proposição de uma verdade jurídica a partir dele, conforme consta na própria apresentação do primeiro volume do Relatório: “evitamos aproximações de caráter analítico, convencidos de que a apresentação da realidade fática, por si, na sua absoluta crueza, se impõe como instrumento hábil para a efetivação do direito à memória e à verdade histórica” (BRASIL, 2014, p.15).

Identificado, entre outras atribuições, o papel histórico-político da CNV e, conseqüentemente, de seu Relatório, o que se pretende com este trabalho é uma análise, a partir dos cadernos *Política e Nacional* do jornal *Estado de Minas*, da reverberação das atividades da Comissão Nacional da Verdade (CNV) nas imediações temporais da publicação do seu Relatório final, ocorrida oficialmente em 10 de dezembro de 2014. A delimitação temporal para a seleção do material compreende os meses de novembro e dezembro de 2014, valendo lembrar que o jornal diário escolhido é um dos de maior tiragem no estado de Minas Gerais desde que foi criado, em 1928.



Para a tessitura da pesquisa, parte-se do princípio de que a divulgação do Relatório da CNV é um acontecimento midiático narrativizado, no caso, pelo *Estado de Minas*. Assume-se, portanto, esse jornal enquanto dispositivo social por meio do qual as opressões do contexto de outrora são configuradas em narrativas jornalísticas que propagam a versão silenciada da história, ou seja, narrativas de função memorial. Deve-se ressaltar, a partir do conceito de José Luiz Braga (2011), que o dispositivo não representa tão somente o aspecto técnico, mas “o conjunto heterogêneo de materiais e de processos que não só ‘decorre’ da tecnologia, mas que, sobretudo, dá direção e sentido a seu uso” (p.11). Percebe-se então, como diz Vera França (1998), que “a palavra do jornal é sinal de convergência” (p. 220), já que atualiza narrativas sobre o período da ditadura ao estabelecer pontes com o contexto da memória coletiva existente na contemporaneidade.

Como os conceitos de acontecimento e memória são aqui recorrentes, a metodologia acionada, ancorada na análise de conteúdo, confere, a esses conceitos, papel relevante no desenho do percurso de investigação. Ressalta-se que, embora a análise de conteúdo, assim como outros métodos, apresente limitações, sua aplicabilidade ao *corpus* da pesquisa se alicerça na consideração de que o conteúdo das narrativas jornalísticas reflete o modo como o veículo midiático fala de um contexto social que, no caso, é o da quebra de silêncio relacionada à circulação dos processos comunicativos, dado que a “comunicação é sempre uma ação” (BRAGA, 2011, p. 6).

2. A narrativização do acontecimento

Entre os meses de novembro e dezembro de 2014, o jornal *Estado de Minas* veiculou, nas editoriais *Nacional* e *Política* de sua edição impressa, 16 matérias referentes ao contexto da ditadura militar. Esse material, publicado nas imediações temporais anteriores e posteriores à divulgação do Relatório final da CNV (10 de dezembro), foi delimitado como *corpus* deste estudo que pretende, como já introduzido, analisar, a partir do periódico diário, as narrativas jornalísticas desencadeadas nas proximidades da publicização do Relatório, acontecimento que perpassa direta ou



indiretamente o objeto de pesquisa. Antes de adentrar na análise do objeto, entretanto, é necessário examinar a primeira noção conceitual aqui trabalhada, que é a de acontecimento.

Segundo Queré (2012), os acontecimentos são mudanças existenciais experimentadas em consonância com “as dimensões do afeto, do conhecimento e da prática” (p. 37). O autor completa que, além da instância existencial, o acontecimento também é experimentado enquanto configurado no discurso. Dessa forma, observa-se que a divulgação do Relatório é experimentada na forma de um acontecimento configurado na narrativa do jornal e na orientação do conteúdo produzido nas proximidades temporais de sua publicização. Paul Ricoeur (2010), ao apontar o caráter mediador da “operação de configuração”, irá nos dizer que há, no ato de narrar, uma atividade estruturante de composição de uma intriga que é agenciada e posta em encadeamentos episódicos, ressaltando-se o caráter heterogêneo dessa configuração. Ao verter a análise para um dispositivo comunicacional, no caso, um jornal impresso, tem-se (a partir da visão ricoeuriana) que a narrativa somente pode ser atualizada pela presença do receptor, condição *sine qua non* para a existência de um periódico. Tal como esclarece Lage (2013), também de acordo com Paul Ricoeur, “acontecimentos são mais do que fenômenos que se encontram prontos na natureza, e menos do que as próprias narrativas nas quais são enredados: é aquilo que é significativamente instaurado pela narrativa” (2013, p. 230).

Como se torna visível, narrativa e acontecimento estão intimamente ligados entre si. Contudo, é necessário lembrar que, antes de instituído discursivamente, o acontecimento é um fenômeno. A distinção entre as dimensões do acontecimento são delineadas por Queré como primeira e segunda vida. Como explica Vera França (2012), a primeira vida está no âmbito existencial, no acontecimento que percebemos e “a segunda vida é o acontecimento tornado narrativa, tornado um objeto simbólico” (p. 14).

À mídia não se restringe, entretanto, a função de objetivação simbólica do acontecimento, ou seja, sua segunda vida. É importante salientar que os acontecimentos podem irromper na própria mídia, mas o aprofundamento dessa discussão não cabe a



este trabalho. O que se assume, por ora, para a composição desta investigação, é a relação narrativa- acontecimento- mídia. Resta pensar, portanto, na forma como a teoria da narrativa aqui aparece.

Paul Ricoeur (2010), ao discutir a relação entre tempo e narrativa, irá evidenciar o aspecto relacional da experiência humana com a atividade narrativa, ou seja, a composição da narrativa deve ser pensada para além das estruturas internas de um texto, o que leva a uma perspectiva acional e não meramente volitiva. Para ele, “o tempo torna-se humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição da existência temporal” (p. 93). Assim, ao se considerar como narrativas os textos jornalísticos em voga, assume-se o perfil empírico dessas produções, bem como o fato de que elas refletem o contexto de sua produção; tendo em mente a potência humana do jornalismo, é cabível às narrativas essa mesma possibilidade ativo-passiva diante do tempo, sendo, por conseguinte, “via narrativa que se torna possível pensar um sentido para o tempo e para o que acontece ou pode nele acontecer” (SCHWAAB, 2014, p. 33).

A importância de refletir sobre a vinculação temporal da narrativa, nesse sentido, justifica o porquê da adoção desse conceito metodológico para o trabalho com textos jornalísticos. Como afirma Leal (2013), “não se trata, então, de perceber a notícia e/ou a reportagem como formas narrativas do jornalismo, mas, ao contrário, vê-lo como um modo peculiar, dentre outros socialmente existentes, de conformar narrativas (p. 29).

Se o jornalismo conforma narrativas e se é através das narrativas que atribuímos sentido ao tempo, o jornalismo diz não apenas de seu tempo, mas também das possibilidades que o seu tempo permite atribuir ao passado a até mesmo ao futuro. Nas palavras de Queré (2012), “o passado se modifica porque o presente passa por mudanças: um presente diferente faz surgir um passado diferente” (p. 27). Nesse caso, propor-se a analisar o conteúdo das narrativas configuradas no *Estado de Minas* é, também, propor-se a tratar de tempo, espaço e, conseqüentemente, de contexto.

3. Da análise de conteúdo às matrizes de sentido



Quando se propõem a pensar as limitações e a aplicabilidade da análise do acontecimento como conteúdo, Leal e Antunes (2011) alertam que o interesse desse método “não está no conteúdo de um texto, mas em características da vida social que se manifestam nos textos” (p. 20). Continuando o raciocínio, os autores enfatizam que os textos são o *corpus* da pesquisa, seu recorte empírico, mas não o objeto em si. Na realidade, o *corpus* é o meio pelo qual se atinge o objeto que, no caso, é o contexto social delimitado. Com essa premissa, clarifica-se o objetivo desse trabalho e passa-se à indagação: o que o recorte empírico nos permite compreender sobre o contexto da divulgação do relatório da CNV?

O ponto que merece atenção quando se observa o material é que a Comissão da Verdade é o pano de fundo temático de todas as 16 matérias consideradas. Tomando as especificações desse tema principal, cinco subcategorias são averiguadas: 1) Relatório final; 2) Lei da Anistia; 3) vítimas do regime opressor; 4) personagens políticos; 5) episódios históricos.

Caberia então a dúvida: por que as subcategorias ligadas ao Relatório não aparecem como desdobramentos do mesmo, mas sim como eixos temáticos autônomos? Isso é averiguado porque, apesar de nutrirem uma relação com o item “Relatório final”, os demais não são por ele condicionados, de modo que chegamos a um primeiro resultado: o agendamento midiático em relação ao acontecimento definido nesta análise faz-se visível mesmo nas construções jornalísticas não centralizadas nesse evento, o que confirma que a mídia não se isola de seu tempo de produção, mesmo ao tratar de um tempo cronológico passado.

Acionando os estudos de Braga (2011), tem-se que a ação de se comunicar, concretizada no episódio comunicacional que se tece na interação, é desenvolvida “no âmbito de ‘dispositivos interacionais’, produzidos nas circunstâncias históricas e acionáveis nos contextos específicos dos participantes” (p. 6). Para o autor, dispositivos ultrapassam uma visão estrutural de forma delimitada e que conforma algo e funcionam como “matrizes socialmente elaboradas” (p. 11) que agem no processo social da prática de atribuição de sentidos convocados na tentativa da interação comunicacional. Se



levarmos em conta o episódio comunicativo jornal-público, podemos assumir as cinco subcategorias listadas como matrizes de sentido acionadas no exercício da comunicação fundamentada na Comissão da Verdade que, por sua vez, é uma das matrizes possíveis de serem empregadas ao se tratar do período militar.

Retornando à análise dos tópicos levantados como assuntos ou às matrizes de sentido apreendidas dessas narrativas jornalísticas, distinções são pertinentes. Primeiro, é preciso delimitar o que separa “personagens políticos” de “vítimas”, categorias muito próximas se considerarmos o contexto da ditadura. A diferença entre esses dois tópicos foi estabelecida pelo próprio sentido dado aos indivíduos nos textos jornalísticos; os personagens políticos aqui tratados são figuras que publicamente estiveram e/ou estão efetivamente envolvidas no sistema político brasileiro, como o ex-presidente João Goulart e a atual presidente Dilma Rousseff. As vítimas, por sua vez, compreendem indivíduos desaparecidos, mortos ou torturados pelo mecanismo de repressão governamental e que, apesar de não enquadrados como personagens políticos dentro do critério aqui estabelecido, não deixaram de participar ativamente da vida política do Brasil. O que se afirma, portanto, é que na situação de observação, ainda que os personagens políticos mostrados nas matérias sejam vítimas, o caminho inverso não é verdadeiro, o que nos leva a um segundo resultado: as narrativas jornalísticas consideradas optam por dar voz aos personagens políticos (ou porta-vozes) que foram vítimas do sistema opressor, uma vez que há também aqueles que atuaram na repressão.

Outra subcategoria representada na ilustração e que entra em tensão com o próprio regimento das Comissões da Verdade é a “Lei da Anistia”. Já na primeira matéria parte do *corpus*, “Na hora da verdade, comissão está dividida”, veiculada em 9 de novembro de 2014, o tema aparece como fator divisor de opiniões entre os próprios seis membros da CNV, especulação trazida pelo jornal, ao afirmar que somente um dos membros é contrário ao pedido de responsabilização criminal dos agentes da ditadura, outros dois são favoráveis e os três restantes não são tão “incisivos”.

Datada de 1979, a Lei da Anistia concedeu a absolvição a todos os que cometeram crimes considerados políticos durante os “anos de chumbo”. Em 2010, o Supremo Tribunal Federal (STF) negou o pedido para que ela fosse revista, o que se



chocou com a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA), que condenou o Brasil por não punir militares responsáveis por desaparecerem com corpos durante a Guerrilha do Araguaia, um dos episódios de resistência ao regime militar. O pedido de revisão da lei, nesse sentido, é corroborado pela determinação de que crimes contra os direitos humanos, como as práticas de tortura utilizadas pelo Estado, são imprescritíveis. Com isso, mesmo que a verdade jurídica dos fatos relatados não seja competência da CNV, é perceptível nas matérias que tratam da Lei da Anistia um posicionamento pró-revisão e uma defesa da necessidade de a Comissão se posicionar, demonstrando assim que o jornal não é negligente às demandas democráticas de seu tempo, podendo ser considerado um sujeito político ativo.

A subcategoria “episódios históricos” compreende matérias pautadas em eventos de resistência marcados na história oficial e trazidos à discussão nas proximidades da veiculação do relatório, como o caso da Guerrilha do Araguaia (1972-1974) e o Massacre de Ipatinga (1963). Antes de chegar à categoria “Relatório final”, porém, vale lembrar que, sendo o *Estado de Minas* um jornal regional marcado pela defesa de uma “mineiridade” ou “espírito mineiro” (FRANÇA, 1998), é natural a publicação de matérias centradas no estado de Minas Gerais, como “Memória de volta aos donos” (18 de novembro) e “As ‘novas’ vítimas de Minas” (11 de dezembro), mas esse não é o mote principal do recorte.

O Relatório final, já explicado como acontecimento, surge como assunto protagonista. Logo, poder-se-ia pensar: se o tema mais abrangente é a Comissão da Verdade e se os demais a ela subordinados se ligam ao seu Relatório, que é o acontecimento colocado como conteúdo da análise, por que são listadas essas outras subcategorias? Não descartando a pertinência da pergunta, o que a análise do conteúdo das narrativas mostra é que elas versam sobre mais de um tema, de modo que os tópicos de discussão aqui levantados são os que se sobressaíram. No caso, isso mostra que estar diluído na configuração das narrativas não faz do Relatório o assunto preponderante. Porém, uma semelhança atravessa essas produções jornalísticas e se concentra, conforme já detectado por Maia e Lelo (2014b), no “link experiência-memória-política”



que, na concepção dos autores, aponta para um potencial crítico de narrativas referentes ao período da ditadura. Sendo assim, seguindo a proposta metodológica e expressada a aplicabilidade da análise de conteúdo e da teoria do acontecimento, é preciso compreender o papel da memória na investigação do objeto de pesquisa.

4. A memória dos “não-ditos”

Quem são os donos da memória? É essa a pergunta que vem à mente quando olhamos para o título “Memória de volta aos donos”, matéria anteriormente citada. No contexto da produção jornalística em questão, norteadas a partir de uma ação da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora (CMV-JF), a “memória” é utilizada para se referir aos documentos que foram confiscados de ex-militantes na época em que eles estiveram presos na Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora, e agora foram devolvidos. Na situação apresentada pelo jornal, a memória adquire duas dimensões principais: a documental, no sentido de que os documentos das vítimas são tidos como suportes de armazenamento memorial, e a de direito, no sentido de que esses mesmos documentos aparecem como uma legitimação da garantia desses indivíduos em terem acesso ao próprio passado.

Se, por um lado, essas acepções acerca da memória não deixam de ser pertinentes, por outro, essas não são as únicas instâncias na qual ela aparece no objeto de análise. Ao tratar da memória, Assmann (2011) insere, já no início de suas discussões, duas vertentes para se pensar esse conceito: a “memória *Ars*” e a “memória *Vis*”. A primeira, cuja tradução é “memória arte”, compreende a memória enquanto técnica que envolve práticas de armazenamento humanas ou de dispositivos, por exemplo, onde é possível enquadrar o caso dos documentos acima tratados. A segunda, que quer dizer “memória potência”, considera a memória como dotada de uma dinâmica própria, ou seja, uma espécie de energia sujeita à ação do tempo e, por isso, ao esquecimento e outras implicações. Mais adiante, a autora declara que “a memória se orienta para o passado e avança passado adentro por entre o véu do esquecimento. Ela segue rastros soterrados e esquecidos, e reconstrói provas significativas para a



atualidade” (ASSMANN, 2011, p. 53). Nesse sentido, como caracterizar a ideia de memória averiguada nas abordagens jornalísticas aqui presentes?

Primeiro, é possível pensar nas narrativas jornalísticas e no próprio jornal enquanto dispositivos de armazenamento, no qual estão imersos outros dispositivos com esse formato, como as fontes. Porém, “a memória não é uma fortaleza contra o tempo” (ASSMANN, 2011, p. 108), o que significa dizer que não há a possibilidade de resgate de um passado literal. Ainda que vários dispositivos de armazenamento possam ser apontados, não há como voltar ao passado por um caminho reconstituível. O máximo possível, segundo Assmann (2011), são recomposições de sentimentos suscitados por resquícios de experiências pretéritas que não podem ser recuperadas, o que é próprio da imersão da memória no tecido antropológico e social. Por essa perspectiva, a autora chega ao conceito de recordação que, em suas palavras, “não é reflexo passivo de reconstituição, mas ato produtivo de uma nova percepção” (p. 117). Nesse caso, ao propor que as narrativas jornalísticas encerram a ideia de memória em suas abordagens, está se dizendo que elas operam na recomposição de impressões ancoradas no passado, mas impossivelmente capazes de fazê-lo como cópia fiel desse passado quando em sua primeira versão.

Essa limitação em relação ao passado nos convoca a estender o pensamento: se a recordação está sujeita ao tempo, que impossibilita um resgate fidedigno do passado, a verdade oficializada pelo Estado repressor também percorre o mesmo movimento. Segundo Pollak “os dominantes não podem jamais controlar perfeitamente até onde levarão as reivindicações que se formam ao mesmo tempo em que caem os tabus conservados pela memória oficial anterior” (1989, p. 5). Nesse sentido, a memória impedida é trazida à contemporaneidade pelas Comissões da Verdade e pelo jornalismo, rompendo com o silêncio sobre o passado e fazendo parte da configuração de novas versões da história. Portanto, o embate entre a história oficializada e a que foi coibida, dada a impossibilidade de os processos de recordação serem mantidos em estática, nunca é definitivo. Ao discutirem a matriz de sentido nas narrativas sobre crianças vítimas de tortura, Marta R. Maia e Thales V. Lelo (2014b) acentuam o papel da memória coletiva nesse processo e indicam o advento de uma matriz “que dialoga com a



repercussão das atividades desenvolvidas pela Comissão Nacional da Verdade e com o processo de reparação (e reativação) que a memória coletiva reconfigura na atualidade”. (p. 10)

Percebe-se, então, que na ação de dar voz aos “não-ditos” do período da ditadura, o jornalismo, concomitantemente, dá voz a si mesmo, uma vez que a censura à imprensa foi uma das políticas de repressão aplicadas pelo Estado. A memória silenciada de outrora e verbalizada no agora atravessa, assim, um circuito comunicativo imensurável, onde os sujeitos sociais e os dispositivos acionados nas interações estão em constante transformação.

5. Considerações finais

O desenvolvimento deste estudo permitiu compreender os recursos narrativos acionados pelo jornal na perspectiva de colaborar, mesmo que indiretamente, na reverberação da história que permanecia obscurecida pelo desejo de esquecimento do discurso oficial, ao menos antes da presença de uma memória coletiva que irrompe no tecido social nas primeiras décadas do século XXI. Nota-se então que o jornalismo não sonega o valor das atividades da CNV no contexto das narrativas da ditadura. Percebe-se, dessa forma, que “através dessa Comissão seria viável a articulação de determinadas histórias sob um mesmo pano de fundo, de modo a criticar a ‘versão oficial’ oferecida pelas instituições do Estado até aquele momento”. (MAIA; LELO, 2014, p. 10).

A análise dos jornais também explicitou que o circuito narrativo engendrado mostrou-se afeito ao processo de produção de sentidos que o campo jornalístico participa na atualidade. O acontecimento aparece a partir de uma visada indeterminada, mesmo que parcialmente encerrada pela necessidade que o jornalismo tem, na maioria das vezes, de oferecer ao público uma história com começo, meio e fim. As contradições, mais que os aforismos, aparecem nas páginas do jornal, mesmo que inscritas em uma dinâmica ainda em curso. “Mais do que reduzir as indeterminações daquilo que ocorre, o jornalismo, inscrito numa complexa rede de interesses, estratégias



e lógicas de funcionamento acaba por determinar e indeterminar o acontecimento naquela dinâmica inesgotável de apreensões” (LAGE, 2013, p.244).

As matérias publicadas no período analisado inserem-se no contexto de práticas comunicacionais acionadas a partir das atividades finais da CNV (que culminam com o advento do Relatório), que representam matrizes de sentido relacionadas com acontecimentos marcados pela rememoração, pela discussão sobre a necessidade de reparação dos danos ocasionados às vítimas, bem como com os possíveis desdobramentos das denúncias contidas no Relatório. Configuram-se assim narrativas jornalísticas que rompem o silêncio imposto pela ditadura civil-militar e pelos governos sucessores que não atuaram no sentido de ativar, ao menos do ponto de vista institucional (já que, em especial, os familiares de presos e desaparecidos nunca deixaram de exercer pressão em favor de uma justiça de transição no Brasil), a memória e as possibilidades de reparação dos danos causados às vítimas desse regime de exceção.

Vê-se ainda que os jornais reconhecem a importância de trazer à tona pautas referentes a esse recente intervalo de tempo da história. Nesse sentido, como apontam os resultados desta pesquisa, nota-se que a memória, enquanto potência e força com dinâmicas próprias, é a orientação principal das narrativas consideradas, revelando-se o jornalismo, ao lado dos espaços físicos e das fontes testemunhais, não como mera prática que tem nos meios seu dispositivo de armazenamento, mas também como sujeito social que participa da recomposição do passado dentro das novas possibilidades que o presente lhe concede.

6. Referências

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas de transformação da memória cultural. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

BRAGA, José Luiz. Dispositivos interacionais. In **Anais** do XX Encontro da Compós, Porto Alegre, junho de 2011.



_____. “Lugar de Fala” como conceito metodológico no estudo de produtos culturais. In: PPG Comunicação Unisinos. (Org.). **Mídias e Processos Socioculturais**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000, p. 159-184.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014, v.1.

ESTADO de Minas. Edições de 1º de novembro a 31 de dezembro de 2014.

FRANÇA, Vera V. **Jornalismo e vida social**: a história amena de um jornal mineiro. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

_____. O acontecimento e a mídia. **Galaxia**. São Paulo, n. 24, p. 10-21, dez. 2012. Disponível em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/12939/9406>> Acesso em: 5 mar. 2015.

LAGE, Leandro. Notas sobre narrativa e acontecimento jornalístico. In.: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de. (Orgs.). **Narrativas e poéticas midiáticas**: estudos e perspectivas. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 227-245.

LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton. O acontecimento como conteúdo: limites e implicações de uma metodologia. In.: LEAL, Bruno S.; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo B. (Orgs.). **Jornalismo e acontecimento**: percursos metodológicos. Florianópolis: Insular, 2011, p. 17-35.

LEAL, Bruno Souza. Jornalismo à luz das narrativas: deslocamentos. In: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de. (Orgs.). **Narrativas e poéticas midiáticas**: estudos e perspectivas. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 25 - 48.

MAIA, Marta R.; LELO, Thales V. Memórias da ditadura militar no jornalismo: matrizes de sentido nas narrativas sobre crianças vítimas de tortura. In **Revista Fronteiras** – estudos midiáticos, janeiro/abril 2014a, vol. 16, nº 1, p. 2-10.

_____. O potencial crítico das narrativas jornalísticas sobre o período ditatorial. In: **Anais** do 12º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2014b, Santa Cruz do Sul.

MAIA, Marta R., RIBEIRO, Isadora M. As narrativas da ditadura no jornal *Estado de Minas*. In: PICCININ, Fabiana, SOSTER, Demétrio A. (Orgs.) **Narrativas comunicacionais complexificadas 2**: a forma. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2014, p. 411-426.



MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. In.: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). **O jornal**: da forma ao sentido. Brasília: Editora universidade de Brasília, 2012, p. 47 – 53.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Revista Estudos Históricos**, v.2, Rio de Janeiro, 1989, p.1-15.

QUERÉ, Louis. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In.: FRANÇA, Vera Regina Veiga; OLIVEIRA, Luciana de. (Orgs.). **Acontecimento**: reverberações. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012, p. 21-38.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. São Paulo: Editora WMF/Martins Fontes, vol. 1, 2010.

SCHWAAB, Reges. Jornalismo, interrupção: sondar, narrar, reconhecer. In.: PICCININ, Fabiana; SOSTER, Demétrio de Azeredo (Orgs.). **Narrativas comunicacionais complexificadas 2**: a forma. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2014, p. 32 – 53.



Silêncios permissivos: os cadernos especiais da Folha de S. Paulo e Jornal do Brasil no 10º ano do regime militar

Álvaro Nunes Lorangeira⁴⁸

Resumo: A partir do entendimento do silêncio como sujeito de um processo de conexão ideológica e percebendo a disposição/supressão morfológica do material jornalístico como elemento da camada macroproposicional do discurso, tem-se a tese de os silenciamentos ou redirecionamentos analíticos dos jornais *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil* nas edições do 10º ano do regime militar, em 31 de março de 1974, expressam a identificação do objeto de estudo, no caso a mídia, com o projeto da edificação de um regime político-econômico ideal, o qual seria proporcionado pela sociedade liberal capitalista, sendo aceitável, portanto, passar inclusive por governos/ditaduras militares para alcançar o fim último.

Palavras-chave: silêncio permissivo; Imprensa; Mídia; Regime militar; Brasil.

1. Introdução

O silêncio é ato indicial e propositivo por excelência. Nas efemérides dos 20 anos do regime militar as publicações especiais da *Folha de São Paulo* e *Jornal do Brasil* singram caminhos paralelos, para no final confluírem. As chamadas principais, dos cadernos publicados na significativa data de 1º de abril de 1984, complementam-se na perspectiva analítica: “Jango e o golpe de 64” consta como título do primeiro artigo do suplemento da *Folha de S. Paulo*; “64/84: Autoritarismo e mudança” é a chamada do encarte do periódico carioca. Nos artigos e entrevistas aparecem as expressões Golpe, Golpe de 64, Movimento golpista, Regime autoritário, Repressão. No *Jornal do Brasil*, há títulos como “O grande equívoco”, “Tragédia social”, “Um golpe, um crime”. O jornal paulista reserva praticamente toda a edição do Folhetim para, a partir da temática do governo Jango, abordagens desabonadoras do regime militar.

48 Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Linguagens da Universidade Tuiuti do Paraná (PPGCOM-UTP). Pós-doutor em Jornalismo pela Universidade de Coimbra e doutor em Comunicação pela PUCRS. Autor do livro *A mídia e o regime militar* (Sulina/2014). E-mail: lorangeira@terra.com.br



Os dois suplementos alicerçam-se na base consensual de o regime militar ser o resultado de um golpe de Estado protagonizado pelas Forças Armadas, com o respaldo dos segmentos da sociedade preocupados com a emergente mobilização e participação dos movimentos populares e sindicais na implementação do programa de reformas de base proposto pelo governo João Goulart. Apoiam o *coup* inconstitucional os latifundiários mobilizados pelas federações rurais estaduais e nacional, o empresariado comercial, industrial e financeiro representado pelo Conselho Nacional das Classes Produtoras (CONCLAP) e associado ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), entidades criadas especificamente para desestabilizar o governo federal e financiadas por empresas multinacionais e o governo norte-americano (por intermédio da Central de Inteligência Americana), setores da classe média descontentes com a política econômica reformista e os protagonistas do “terrorismo semântico” anticomunista, mencionado no suplemento da *Folha de S. Paulo*. Aqui se constata o primeiro silêncio: a imprensa, eminente instância de intervenção sociopolítica desde o século 18, em nenhum momento é citada/esquadrinhada/inserida no contexto da época abordada.

Entre 1964 e 1974 são contabilizadas 4.841 pessoas punidas com perda dos direitos políticos, aposentadorias compulsórias, demissões. Foram cassados 513 parlamentares, entre senadores, deputados e vereadores. Trinta e cinco dirigentes sindicais são expurgados, 3.783 funcionários públicos perdem o emprego, tendo 72 professores universitários e 61 pesquisadores. Nas Forças Armadas, 43 generais, 240 coronéis, tenentes-coronéis e majores, 292 capitães e 708 suboficiais e sargentos são retirados das corporações; nas polícias civil e militar, 206 são afastados.⁴⁹ No universo sindical, 483 sindicatos, 49 federações e 4 confederações sofrem intervenções. Mortes e assassinatos alcançam a casa da centena e 1.918 pessoas denunciam aos juízes militares torturas nas fases preliminares dos inquéritos policiais militares (IPMs).⁵⁰ E mesmo assim, com todo esse retrospecto, nos cadernos especiais da *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil* alusivos aos 10 anos do regime militar, publicados no dia 31 de março de

49 FIGUEIREDO, 1978, p. 150 e 151.

50 Relatório BRASIL NUNCA MAIS. p. 98.



1974 [e não no Dia dos Bobos), nenhuma referência a tais fatos aparece e, no plano semântico, imperam os termos Revolução, Revolução de 64, Movimento de 31 de Março, Modernização, Democratização.

Por quê?, eis o cerne da proposta, a problemática do trabalho. A partir do entendimento do silêncio como sujeito de um processo de conexão ideológica e percebendo a disposição/supressão morfológica do material jornalístico como elemento da camada macroproposicional do discurso, tem-se a tese de esses silenciamentos ou redirecionamentos analíticos, por parte dos dois jornais pesquisados, expressarem a identificação do objeto de estudo, no caso a mídia, com o projeto da edificação de um regime econômico ideal, o qual seria proporcionado pela sociedade liberal capitalista, sendo aceitável, portanto, passar inclusive por governos/ditaduras militares para alcançar o fim último. O artigo comportará o detalhamento dos sentidos do silêncio, a formação e as estratégias semânticas da informação e a formulação da sociedade liberal capitalista modelar, à qual o Brasil necessitaria se moldar, ensejo iniciado nos anos 1950 por políticas norte-americanas como Doutrina Truman e Aliança para o Progresso e ideia preponderante no Brasil na década de 1990, nas vigências dos governos Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso.

2. O silêncio e suas políticas

Por ser do conhecimento dos editores e articulistas dos suplementos e matérias especiais, os leitores do caderno especial do *Jornal do Brasil* e das 8 páginas internas da *Folha de S. Paulo* sobre os 10 anos do ciclo dos governos iniciados em abril de 1964 nada souberam da existência daqueles 4.841 brasileiros atingidos por banimentos, cassações, demissões, exílios e expurgos, das denúncias dos 1.918 cidadãos torturados nos IPMs, 81% dos quais no período 1969-1974, da pressão internacional por parte da Anistia Internacional, Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas, Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Comissão Internacional de Juristas e Conselho Mundial das Igrejas a partir das denúncias da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) da execução e desaparecimento de corpos em centros de tortura, das



operações de extermínio dos grupos guerrilheiros – Ação Libertadora Nacional (ALN), Movimento de Libertação Popular (Molipo), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e Partido Comunista do Brasil (PC do B), entre outros – e dirigentes e militantes dos agrupamentos políticos proscritos pelos militares – como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) – e da vigência do regime político amparado em 17 Atos Institucionais e respaldado por eleição indireta de um Congresso Nacional fantoche, depurado por cassações e fechado ou colocado em recesso conforme o estado de espírito da plutocracia militar.

A retirada intencional do objeto no enredo torna-se a prova inequívoca da existência do objeto. A ausência é uma forma peculiar da presença⁵¹ e o silenciamento é a efetivação da materialidade do objeto desmaterializado sob a força das dissipações discursivas. Nesse sentido, o silêncio é o ato enunciativo da presentificação dos assuntos ablacionados pela forja do cenário idealizado e a representação negatizada do ser existente. Em outubro de 2000, o contrato bilionário assinado entre a administração do democrata Bill Clinton e Israel para a venda à Força Aérea Israelense dos helicópteros de guerra Apache, na semana da rebelião nos territórios palestinos ocupados por forças israelenses, foi ignorado pela imprensa norte-americana, porque associaria o país aos massacres dos civis árabes. “A imprensa colaborou recusando-se a fazer qualquer comentário sobre o caso – vejam bem, não deixando de noticiar, mas recusando-se a fazê-lo; ela estava a par de tudo.”⁵² Assim, pela deliberada mudez, reiterava-se pela silenciosa denegação do irrefutável o perfilamento ideológico da mídia americana ao lado do aliado político e a complacência com a política genocida empregada pelo parceiro comercial nos conflitos do Oriente Médio.

O silêncio também é o ornamentista do ato comunicacional desencadeado pelo suprimimento temático, por exemplo, e em certos casos o molde da significação. O

51 “A ausência é uma conexão de ser entre duas ou mais realidades humanas, conexão essa que necessita de uma presença fundamental dessas realidades umas às outras e, por outro lado, é somente uma das concretizações particulares desta presença. Estar ausente, para Pedro com relação a Teresa [exemplo dado pelo autor], é um modo particular de estar-lhe presente” - SARTRE, 2009, p. 357.

52 CHOMSKY, 2013, p. 101.



silêncio, independente da fala ou da inexistência da expressão verbal, é, para Orlandi, o significante: “Podemos mesmo chegar a uma proposição mais forte, invertendo a posição que nos é dada pelo senso comum (e sustentada pela ciência), na qual a linguagem aparece como 'figura' e o silêncio como 'fundo'. Desse modo, podemos dizer que o silêncio é que é 'figura', já que é fundante. Estruturante, pelo avesso”.⁵³ Eni Orlandi canaliza essa concepção para a temática da censura no período da ditadura militar brasileira. O campo está assujeitado a dois tipos de esquecimentos do discurso apresentados por Michel Pêcheux: o esquecimento nº 1 compreende a dominância da formação discursiva exterior (formulação da ilusória noção da intersubjetividade falante por parte do sujeito, visto ser ele o espelho do outro, reproduzindo o discurso alheio) sobre o sujeito-falante e o esquecimento nº 2 corresponde ao natural filtro empreendido pelo sujeito-falante no interior da formação discursiva à qual ele está subordinado.⁵⁴

Orlandi recorre a estudos de caso na música popular brasileira, na literatura e na imprensa para ilustrar a reação e resistência aos processos de produção de sentido pelas formas de interdição implementadas a partir de uma política de silêncio. Interessa-nos o caso relativo ao jornalismo. Os editores do *Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*, do mesmo grupo midiático, valeram-se do expediente da publicação de poemas e receitas culinárias para demarcar o espaço do material censurado pelo governo militar, metaforizando o recurso da resposta silenciosa ao silenciamento. Entretanto, temos no referido exemplo o silêncio silenciando uma das matrizes da política de silenciamento. Em 1961, a pedido dos chefes militares golpistas malsucedidos no impedimento da posse do vice-presidente João Goulart no lugar do renunciante Jânio Quadros, o dono do grupo Estado, Júlio de Mesquita Filho, elaborou ato institucional a ser publicado quando do êxito da destituição do presidente constitucional. Mesquita Filho redigiu o Ato Institucional do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, propondo uma junta militar no governo provisório por um ano e alternância anual das três armas no triênio seguinte, fechamento do Congresso, assembleias legislativas e câmaras municipais e tutela dos meios de comunicação. Em dezembro de 1968, a

53 2007, p. 31.

54 PÊCHEUX, 2009, p. 161 a 168.



empresa sofreria a intervenção com base no Ato Institucional nº 5 (AI-5) e o silenciador, ao ser vítima do silenciamento proposto por ele para aplicação a outrem, rebelar-se-ia.

3. Os especiais da Folha de S. Paulo e Jornal do Brasil dos 10 anos do regime militar

Seria atitude prestidigitadora atribuir os silêncios explicitados nos caderno e material especiais da *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil* relativos ao 10º ano do regime militar às consequências do AI-5 implementado em 13 de dezembro de 1968. As duas empresas haviam perfilado-se ao regime decano desde a gênese do movimento. O editor, chefe de redação e comentarista político Wilson Figueiredo, do *Jornal do Brasil*, fazia parte do Grupo de Opinião Pública (GOP) do IPES e, além do acompanhamento e divulgação das atividades ipesianas, colaborava na adaptação para a linguagem jornalística dos textos doutrinários e técnicos da entidade.⁵⁵ O proprietário da empresa Jornal do Brasil, Nascimento Brito, criaria em 1963, com Roberto Marinho e João Calmon, representante dos Diários Associados, a Rede da Democracia, cujo propósito oficial era “defender e difundir as ideias democráticas e a Constituição do Brasil” e o objetivo real de desacreditar o governo João Goulart e dar voz à conspiração em andamento.⁵⁶ Durante a duração da rede – 25/10/1963 a 1/4/1964 – apresentaram-se na estrutura midiática do trio – jornais e rádios JB e Globo e as publicações e emissoras de rádio e TV do conglomerado Associados – todos os mentores e articuladores do movimento vitorioso em abril de 1964. No governo do general Emílio Garrastazu Médici, a empresa Jornal do Brasil seria contemplada com uma concessão de TV em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro.⁵⁷

55 DREIFUSS, 1981, p. 192 e 234.

56 “No Ar a partir de hoje a Cadeia da Democracia, com rádios JB, Globo e Tupi”, *Jornal do Brasil*, 25 out. 1963, p. 3, e CARVALHO, 2010, p. 15.

57 Decreto Nº 72.567, de 1 de agosto de 1973. Senado Federal, Secretaria de Informação Legislativa. Disponível em:

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=186462&norma=202131>.



A empresa jornalística Folha da Manhã beneficiou-se do espólio resultante da perseguição e formatação do meio midiático posterior a 1964. Octavio Frias de Oliveira adquiriu em 1965 os jornais *Última Hora* paulista e *Notícias Populares* e parte da TV Excelsior, por valores irrisórios. A UH foi obtida em negociação com o jornalista Samuel Wainer, exilado em Paris depois da perda dos direitos políticos pelo Ato Institucional N° 1, editado na segunda semana do golpe. O NP foi praticamente repassado a Frias de Oliveira, porque para o antigo proprietário, o deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN) e empresário ipesiano Herbert Levy, perdera sentido manter o jornal popular fundado em 1963 para fazer frente ao *Última Hora* na capital paulista. Sendo concessão federal, a apropriação da TV Excelsior necessitou do aval do chefe da Casa Militar no governo Castello Branco, o general Ernesto Geisel. A empatia do proprietário da *Folha de S. Paulo* com segmentos militares foi a causa da ameaça de morte endereçada a ele em 1971 pela ALN e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), acusando-o de ceder veículos da empresa aos órgãos de repressão nas campanhas e prisões de guerrilheiros.⁵⁸ A *Folha de S. Paulo* foi o único entre os 4 principais diários do país na época – FSP, *Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo* – a publicar *ipsis litteris* o fantasioso relatório do II Exército sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog nas dependências em São Paulo do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), sem interpelar a versão do suicídio.⁵⁹

Se o primeiro ano dos militares no poder havia sido considerado pela *Folha de S. Paulo* benéfico para o país – mesmo com 15 mil pessoas detidas, 40 mil indiciados em IPMs federais e estaduais, 10 mil demissões e aposentadorias forçadas, mil intervenções em confederações, federações e sindicatos, 500 asilados e 378 brasileiros cassados⁶⁰ –, expressando o contentamento no editorial “Um ano: saldo favorável”, publicado em 31

58 PASCHOAL, 2007, p. 157 e 158, ameaças; p. 134 a 137, aquisições.

59 “Caso Herzog: divulgado relatório do IPM”, *Folha de S. Paulo*, 1º caderno, p. 4 e 5, 20 dez. 1975.

60 “Movimento de abril a abril: cassações, prisões e asilos”, *Correio da Manhã*, 1 abr. 1965, 2. caderno, p. 1.



de março de 1965, na data dos 10 anos do regime militar a avaliação do jornal aproximou-se do apoteótico. Em 8 páginas diluídas na edição de 31 de março de 1974, as sete chamadas dos textos e os 14 artigos e reportagens enaltecem as políticas do regime nas áreas política, econômica, social, cultural, educacional e na saúde. Proliferam-se nos textos a positividade do período por meio do desmembramento dos termos-chave, aqui considerados como enunciados na acepção adotada por Foucault,⁶¹ central no contexto: Revolução e Movimento de 64. Em um único artigo, “Decisões políticas do presidente Castello Branco”, escrito pelo chefe da Casa Civil da Presidência da República no governo citado, a palavra Revolução, na forma substantivada, aparece 13 vezes, próximo a um terço do total das 34 menções em toda a edição.

No cotejamento (figura 1) das publicações do 10º ano pela *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil* temos desproporcionalidades, similitudes e peculiaridades. Em espaço comparativo próximo – 8 e 6 páginas – a Folha tem 3 vezes e meio mais cartolas e matérias em relação ao Jornal do Brasil (21 a 6) e o dobro dos termos-chave indicativos da simpatia do avaliador com o objeto analisado (17 a 8). Sintonizam os dois nas proposições ideológicas idênticas representadas pelos titulamentos, chamadas, palavras, expressões e enfoques, todos eles elogiosos ao regime militar. As particularidades extraídas da comparação são extensões corroborativas da predisposição identitária das publicações. O material do *Jornal do Brasil* foi compilado no formato de caderno especial, enfatizando o princípio pedagógico do produto, e a *Folha de S. Paulo* inovou na finalidade das cartolas – geralmente chamativas apenas para o assunto –, fazendo das mesmas sentenças completas, como em “O que se fez nos últimos 10 anos garante o futuro”, “Escolarização aumentou 30% na faixa 7/14 anos” e “No ensino superior, matrículas cresceram 300%”.⁶²

1974 – 10 anos do regime militar

Folha de S. Paulo – 8 páginas internas: 4 no 1º Jornal do Brasil – Caderno especial – 6 páginas

61 “Uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” - FOUCAULT, 1997, p. 99.

62 Folha de São Paulo, 31 mar. 1974, 2. caderno, p. 15, 22 e 24, respectivamente.



caderno e 4 no 2º caderno.

Cartolas e matérias

Elogiosas ao regime militar	Críticas ao regime militar	ao regime militar	Elogiosas ao regime militar	ao regime militar	Críticas ao regime militar
-----------------------------	----------------------------	-------------------	-----------------------------	-------------------	----------------------------

Cartolas:

Os idos de março;
O preço da impopularidade;
O esboço do modelo de desenvolvimento;
O que se fez nos últimos 10 anos garante o futuro;
Escolarização aumentou 30% na faixa 7/14 anos;
As formas supletivas de ensino e telecomunicações;
No ensino superior, matrículas cresceram 300%.

A doutrina revolucionária em evolução;
A Revolução dez anos depois;
O Salto econômico;
As obras do país;
As grandes decisões de Castelo;
Chile: em busca do tempo perdido.

Matérias:

A conspiração em poucos dias;
Decisões políticas do Presidente Castelo Branco;
O movimento tinha raízes profundas;
O que deveria ser e o que foi;
Costa e Silva quis retomar o diálogo;
O acerto com que agimos em 64;
Toma forma o “Milagre Brasileiro”;
Ordens do Dia: destacam os valores da nacionalidade;
A Revolução, segundo Laudo Natel;
Melhores dias para a saúde do brasileiro;
MEC apresenta seu balanço;
Na educação, dez anos significativos;
Erradicar o analfabetismo, velho ideal;
Os caminhos ínvios da educação nacional.



Total: 21

Total: 0

Total: 6

Total: 0

Termos-chave nos textos

Elogiosos ao regime militar	Críticos ao regime militar	Elogiosos ao regime militar	Críticos ao regime militar
Brasil novo; Espírito revolucionário; Governo revolucionário; Idos de março; Milagre econômico; Movimento de 64; Movimento de 31 de Março; Movimento de 31 de Março de 1964; Ordem revolucionária; Poder militar; Preceitos revolucionários; Processo revolucionário; Reconstrução; Revolução Revolução de 64; Revolução de Março de 64; Sistema revolucionário		Conspiração defensiva; Forças subversivas; Governo revolucionário; Grupos subversivos; Período revolucionário; Processo revolucionário; República sindicalista; Revolução de 64	
Total: 17	Total: 0	Total: 8	Total: 0

Figura 1: quadro da produção jornalística da Folha de S. Paulo e Jornal do Brasil para a efeméride dos 10 anos do regime militar.

Fontes: Edições do dia 31 de março de 1974 dos respectivos jornais.

4. O alinhamento midiático à visão da sociedade liberal modelar

Duas assertivas do Projeto Folha, da versão de 1997, indicam a razão do alinhamento da imprensa convencional com o regime militar em 1974: “Os meios de comunicação têm assegurado grande visibilidade para a linha de reformas liberalizantes observada nos três últimos governos. Ao fazê-lo, refletem uma tendência internacional que recebe apoio crescente na opinião pública interna” e “A necessidade de adaptação nacional à dinâmica externa, imperativo aguçado na época que atravessamos, atualiza os



problemas tradicionais em que a divisão entre um setor integrado e um setor excluído nada tem de novo”.⁶³ Os três últimos governos correspondem aos mandatos de Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso, presidente do Brasil entre 1995 e 2002, e representaram a efetiva inserção brasileira nos processos da globalização econômica neoliberal, hegemônica no plano conceitual desde o solapamento em 1991 do país-base do contraponto à visão capitalista norte-americana, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e a segunda premissa, da adequação interna ao cenário internacional (entenda-se economia de mercado nos moldes imperialistas), era um dos postulados do programa Aliança para o Progresso, implementado em 1961 por John Kennedy para disponibilizar recursos financeiros e auxílio técnico a países latino-americanos para, em tese, “propiciar vida melhor a todos os habitantes do continente”⁶⁴ e, na realidade, financiar grupos anticomunistas e conservadores opositores a governos com tendências esquerdistas, como considerava o Departamento de Estado norte-americano o caso do Brasil.

A tiragem de um milhão do encarte *Cartilha para o Progresso – como se faz uma revolução sem sangue*, com as propostas do programa e publicado em 1962 nos principais jornais paulistas e cariocas, foi financiada pelo IPES e a última página da publicação, intitulada “Uma advertência”, sintetizava a perspectiva do instituto: “É nossa convicção que, se levada à plena realidade, a Aliança para o Progresso proporcionará à América Latina em geral e, ao Brasil, em particular, uma nova era em que a democracia política e a liberdade serão definitivamente consolidadas pela extensão dos ideais democráticos, ao campo do econômico e do social”.⁶⁵ A concepção da democracia do instituto – posteriormente incorporada pelo regime militar e os meios de comunicação, entre eles a *Folha de S. Paulo* e o *Jornal do Brasil* – refutava a participação dos segmentos populares e movimentos sociais – por associá-los ao comunismo – e pactuava com governos autoritários intermediários da sociedade democrática pretendida. Seria essa a mensagem subtendida no título do caderno especial

63 “Projeto Folha”, Manual de redação, 2010, p. 18.

64 “Cartilha da Aliança para o Progresso”, Diário de Notícias (RJ), 26 mar. 1962, p. 55 a 61.

65 Idem, p. 61.



do Jornal do Brasil, “A doutrina revolucionária em evolução”, e no último parágrafo do editorial da Folha de São Paulo – “Eis uma das conquistas básicas da doutrina estabelecida há 10 anos. Através dela, o Brasil faz do projeto da construção nacional um exercício permanente de reciclagem do modelo, reduzindo sua margem de erro e elevando o seu padrão de eficiência. E acima de tudo, o Brasil já desfruta da confortável situação de conhecer os caminhos que deve evitar e os caminhos que pode trilhar”⁶⁶ –, nas edições de 31 de março de 1974, justificando silenciamentos estratégicos?

Referências bibliográficas

64/84: AUTORITARISMO e mudança. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1 abr. 1984, Caderno Especial, p. 1-6.

A DOCTRINA REVOLUCIONÁRIA em evolução. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 31 mar. 1974, Caderno Especial, p. 1-6.

A QUEDA EM ABRIL. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 31 mar. 1965, Caderno B, p. 1.

AFONSO, Almino. Tragédia social. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1 abr. 1984, Caderno Especial, p. 3.

ALVES, Márcio Moreira. **Torturas e torturados**. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.

ANDERSON, Perry. **O fim da História: de Hegel a Fukuyama**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Com prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. Petrópolis: Vozes, 2011.

BEHAR. Lisa Block de. **Una retórica del silencio: funciones del lector y procedimientos de la lectura literaria**. 2. ed. Madrid: Siglo Veinteuno Editores, 1994.

CAÑIZAL, Eduardo Peñuela. O silêncio nos entremeios da cultura e da linguagem. In: CONTRERA, Malena Segura; JUNIOR, Norval Baitello; MENEZES, José Eugênio de O. **Os meios da incomunicação**. São Paulo: Annablume/CISC, 2005, p. 13-24.

66 Editorial “O modelo brasileiro” Folha de São Paulo, 31 mar. 1974, 1. caderno, p. 1.



CARVALHO, Aloysio Castelo de. **A Rede da Democracia: O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-64)**. Rio de Janeiro: NITPRESS/Editora da UFF, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CHOMSKY, Noam. **Mídia: propaganda política e manipulação**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

_____. **O poder americano e os novos mandarins**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2006.

CHOMSKY & Cia. Direção: Olivier Azam e Daniel Mermet. França: Les Mutins de Pangée. 2008. 1 vídeo (111 min.). Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=IHSe9FRGpJU>. Acesso em: 28 mar. 2015.

CUNHA, Bocayuva. Um golpe, um crime. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1 abr. 1984, Caderno Especial, p. 3.

DINES, Alberto. **O papel do jornal e a profissão de jornalista**. 9. ed. São Paulo: Summus, 2009.

DINES, Alberto et al. **Os idos de março e a queda em abril**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Alvaro Editor, 1964.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FIGUEIREDO, Marcus Faria. A política de coação no Brasil pós-64. In: FIGUEIREDO, Marcus; KLEIN, Lúcia. **Legitimidade e Coação no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Manual de redação**. 14. ed. São Paulo: Publifolha, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

GONTIJO, Silvana. **A voz do povo: o Ibope no Brasil**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.



GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

HEGEL, G. W. F. **Enciclopédia das Ciências Filosóficas em compêndio (1830)**: Volume 1: a ciência da Lógica. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. **Princípios da filosofia do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HISTÓRIA VACILANTE do golpe de abril (I). **Correio da Manhã**, 31 mar. 1965, 2. caderno, p. 1.

HORIZONTES PROMISSORES. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1 abr. 1965, 1. caderno, p. 6.

JAGUARIBE, Hélio. O grande equívoco. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1 abr. 1984, Caderno Especial, p. 2.

JANGO: A HISTÓRIA, o filme, a peça. **Folha de S. Paulo**, 1 abr. 1984, Folhetim, p. 1-12.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MOVIMENTO DE ABRIL A ABRIL: cassações, prisões e asilos. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 1 abr. 1965, 2. caderno, p. 1.

O ESBOÇO DO MODELO de desenvolvimento. **Folha de S. Paulo**, 31 mar. 1974, 1. caderno, p. 6.

O MODELO BRASILEIRO. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 mar. 1974, 1. caderno, capa.

ONTEM, HOJE, AMANHÃ. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 31 mar. 1965, 1. caderno, p. 6.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Unicamp, 2007.

OS IDOS DE MARÇO. **Folha de S. Paulo**, 31 mar. 1965, 1. caderno, p. 4.

OS IDOS DE MARÇO (16): o triunfo da revolução. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 31 mar. 1965, 1. caderno, p. 3.



PASCHOAL, Engel. **A trajetória de Octavio Frias de Oliveira**. São Paulo: Publifolha, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 2009.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Petrópolis: Vozes, 2009.

UM ANO: SALDO FAVORÁVEL. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 mar. 1965, 1. caderno, p. 4.

Van DIJK, Teun Adrianus. **Cognição, discurso e interação**. 6. ed. Contexto: São Paulo, 2004.



Médias publics burkinabè : « L’officieux » et le « tabou » comme forme d’accommodements structurels du sous-champ médiatique

Yaméogo Lassané⁶⁷

Introduction : Contexte D’enonciation

La présente communication interroge les silences du journalisme dans un contexte particulier : celui d’un pays d’Afrique noire francophone – le Burkina Faso – formellement démocratique depuis 1991 (séparation des pouvoirs législatif, exécutif et judiciaire, pluralisme politique avec une centaine de partis politiques, vitalité institutionnelle, tenue régulière d’élections) mais informellement « semi-autoritaire » (Hilgers et Mazzocchetti, 2010) car réputé dans les manipulations constitutionnelles pour un pouvoir à vie, le contournement de l’alternance politique, l’instrumentalisation du pouvoir judiciaire, la cooptation et la division des opposants, etc. Cet « illusionnisme démocratique » (Natielsé, 2013) du régime Compaoré (15 octobre 1987-31 octobre 2014) se caractérise aussi par un contrôle inavoué de la liberté d’expression des citoyens dont particulièrement les partisans du régime. Ces derniers ne s’expriment publiquement qu’après avoir reçu l’ordre et les « recettes » du dicible de l’état-major du parti. Cette imposition du silence décrétée au sommet de l’État s’est dupliquée dans tous les secteurs de l’administration publique dont celui des médias à financement public où l’« informel », l’« officieux » et le « tabou » se mêlent au « formel », à l’« officiel » et au « connu ». Ces médias entrent dans la danse alors même qu’ils ont opéré une mutation de statut en déposant formellement depuis 2001 (décret n°2001-448/PRES/PM/INFO du 11 septembre 2001) le costume de médias d’État ou gouvernementaux pour enfiler celui de médias de service public c’est-à-dire des médias *a priori* guidés par l’intérêt général. Mais dans les faits, ils restent des médias sous tutelle. Le ministre chargé de l’information en est le directeur de publication. C’est lui

⁶⁷ Doctorant en Sciences de l’information et de la communication. Cotutelle Université libre de Bruxelles – Université de Ouagadougou. Lassane.Yameogo@ulb.ac.be



qui nomme les directeurs généraux et les présidents des conseils d'administration. Les journalistes sont des fonctionnaires, recrutés et payés par l'État burkinabè, ce qui réduit leur marge de manœuvre. C'est dans ce contexte particulier que nous interrogeons le concept de « silences du journalisme » pour voir comment ils se pratiquent et se révèlent. Notre analyse repose sur un objet à la fois hétéroclite et homogène. Hétéroclite parce qu'il concerne trois médias différents (Radio Burkina, Télévision Burkina et le quotidien *Sidwaya*). Homogène parce qu'ils sont tous des médias publics régis par les mêmes textes législatifs, assumant la même mission de service public, vivant les mêmes réalités tant politiques, économiques que professionnelles, etc. Ces caractéristiques communes les prédisposent globalement à une même culture professionnelle (Yaméogo, à paraître), ce qui permet de les envisager comme un seul et même objet, même si, à divers aspects, des nuances comme les genres rédactionnels, les publics-cibles ne sont pas à écarter. C'est ce microcosme que nous appelons ici sous-champ médiatique.

Questions De Recherche Et Methodologie

Les questions que soulève cette recherche sont celles de savoir : qu'est-ce qui fait silences dans les trois médias étudiés ? Comment ces silences se construisent-ils, quelles fins poursuivent-ils et au profit de qui ? D'où proviennent-ils (du journaliste ou de sa hiérarchie) ? Nous formulons l'hypothèse que les silences se cristallisent d'abord dans l'organisation médiatique avant de s'opérationnaliser dans les pratiques journalistiques. Ils sont la résultante d'une culture professionnelle caractérisée par un journalisme d'État c'est-à-dire un journalisme ne mettant en visibilité que les « bonnes » actions du régime, un journalisme dénué de toute critique à l'égard des gouvernants. Consciemment intériorisés et domestiqués, les silences sont, comme le présumant Charron et al. à propos des invisibles du journalisme, « le fruit des idéologies professionnelles dont le propre est d'agencer judicieusement les zones d'ombre et de lumière » à des fins de « domination ou d'exclusion » (Charron et al., 2014 : 6). Ils sont produits d'abord tacitement dans l'organisation médiatique sous le paradigme de l'« officieux » et du « tabou » et ont pour visée le maintien et l'enracinement de l'ordre



politique dominant. Ce contexte d'énonciation conduit ensuite les journalistes de gré ou de force dans un certain moule duquel n'émerge que du « politiquement correct » (ce que la hiérarchie souhaite voir, entendre ou lire). Les silences sont ainsi une construction collective secrétée par « le haut » (l'équipe directoriale ou politico-journalistique) et mise en pratique par « le bas » (les journalistes). L'objectif poursuivi est de rendre compte de ces normes, codes et pratiques structurellement confinés dans l'univers de l'officieux et de tabou. Il s'agit de montrer comment des mécanismes non-dits, non écrits, informels ou officieux structurent le sous-champ médiatique étudié et de saisir leurs implications dans le travail journalistique. Le décryptage de cet univers silencieux – « l'informel » – est d'autant pertinent qu'il « est rarement évoqué dans les règles définies par la profession alors que de plus en plus de livres de témoignage rédigés par des journalistes décrivent aujourd'hui par le menu des pratiques qui échappent à la norme prescrite » (Rieffel, 2014 : 100).

L'analyse des silences du journalisme des médias publics burkinabè s'appuie sur une enquête qualitative menée dans le cadre de nos recherches doctorales. La collecte des matériaux s'est déroulée à Ouagadougou au Burkina Faso en 2013 et 2014. Elle a été ponctuée d'observations participantes dans les trois médias étudiés suivies d'entretiens semi-directifs réalisées auprès de soixante journalistes dont des décideurs (rédacteurs en chef, secrétaires de rédaction, directeurs, directeurs généraux). Les entretiens comportant plusieurs thèmes, nous ne retenons ici que les passages spécifiques postulant les non-dits, lesquels passages sont d'abord recensés verticalement (entretien après entretien), puis analysés horizontalement (croisement des entretiens) et mis en perspective avec les observations. Nous montrerons d'abord comment s'ancrent les pratiques « occultes » au sein de l'organisation médiatique avant de montrer comment ces accommodements officieux impactent le traitement de l'information. Tous les informateurs sont anonymisés. Ils portent des pseudonymes botaniques à dominante *moaga*⁶⁸.

Définition Des Concepts Cles

⁶⁸ Le *moaga*, (les *mossé* au pluriel) est l'ethnie majoritaire du Burkina Faso.



« Le mot « tabou » ne se laisse pas facilement définir ni même cerner », écrit Du Bois De Gaudusson (2012 : 53). « À vrai dire, chacun a le droit de donner à ce terme l'extension qu'il lui plaît », ajoute Cazeneuve (1971 : 48). Ces assertions traduisent le caractère polysémique du vocable. Il désigne, selon Cazeneuve, « l'objet ou l'individu impur dont le contact est dangereux, et l'on nomme aussi tabou l'interdiction même de toucher ou manger ce qui est dangereux ou de faire une chose dangereuse » (Cazeneuve, 1967 : 184).

Du Bois De Gaudusson, qui a analysé les tabous du constitutionnalisme en Afrique, postule que certains tabous relèvent de l'« innomé » ou de l'« impensé » et d'autres de l'« indiscuté » ou de l'« indélélibéré » (2012 : 54). Dans le contexte de cette recherche, le tabou est envisagé comme « innomé », « indiscuté », « indélélibéré », ce dont on ne parle pas (ce qui est tu), ou si on en parle, on survole le phénomène voilé. C'est ce qui fait mystère, ce qui est volontairement maintenu dans l'ambiguïté, le flou, le non-dit, l'implicite. Certains phénomènes sont couverts de silences « parce qu'il s'agit de points obscurs, enfouis sous le convenu, le politiquement correct ou encore plus fréquemment parce qu'ils sont sources de controverses, de conflits » (Du Bois De Gaudusson, 2012 : 54).

Concrètement, le tabou, dans ce travail, concerne le rôle inexprimé qu'est appelé à jouer le média de service public burkinabè : ne pas relayer des propos critiques au régime Compaoré. La critique du régime par les opposants, quoique permis officiellement, n'est pas tolérée mais rien ne l'indique explicitement. De peur de représailles de l'élite politico-administrative, directeurs et rédacteurs en chef cultivent un non-dit, un tabou autour de cette fonction critique. Tabou qui se manifeste par l'adoption de normes informelles ou officieuses se traduisant par l'évitement d'une explicitation de la ligne éditoriale, par des sanctions invisibles à l'encontre des journalistes non conformistes et insoumis et par la pose d'un voile opaque sur les critères définissant le profil des journalistes devant aller en mission.

Outre la catégorie « tabou », nous employons les termes « officieux » et « informels » qui nécessitent aussi d'être clarifiés. Le mot « officieux » renvoie à l'idée



de ce qui est clandestin, tacite, ce qui se fait dans les coulisses, ce qui n'est pas officiellement proclamé, connu ou rendu public. Briquet dans une interview sur le clientélisme et les pratiques politiques officieuses en Italie, définit l'officieux comme étant « ce qui se joue dans les espaces informels, voire illégaux » (Mauger et Weber, 2010 : 65). Il affirme que les pratiques officieuses sont des « comportements qui, parce que disqualifiés au regard des modèles idéaux et idéalisés de l'action politique, relèvent de stratégies pratiques qui ne peuvent être publiquement dévoilées sans délégitimer celui qui les adopte » (Briquet, 1995 : 73).

L'« officieux » est également envisagé dans cette recherche comme ce qui relève de l'« informel » par opposition au « formel » entendu comme « la dimension officielle, publique du métier » (Legavre, 2014 : 7) ou « le degré le plus achevé de la formalisation de l'information » (Bachelot, 2014 : 46) ou comme « ce qui relève du contrôle de la parole des institutions, de l'officialité de leurs discours, du discours d'institution » (Chupin et Mayance, 2014 : 188). « Même si les frontières du formel et de l'informel ne sont pas données une fois pour toute » (Chupin et Mayance, 2014 : 187), l'informel est défini comme « le non-dicible, le non-officiel ou le hors-cadre ou encore comme tout ce qui n'est pas soumis à des règles strictes » (Rieffel, 2014 : 100). « Tabou », « officieux » ou « informel » ne s'excluent pas mutuellement dans cette recherche. Ils se complètent car l'un convoque implicitement l'autre.

Le « Tabou » Et L'« Officieux » À L'échelle Du Sous-Champ Mediatique

Le silence de la ligne éditoriale

La ligne éditoriale est l'ensemble des règles et normes définissant l'orientation des contenus, l'identité du support, la posture idéologique, le style et l'angle de traitement, le ton et le format choisis, les critères de hiérarchisation des sujets, bref, ce qui constitue la cohérence et la politique qui sous-tendent la création du média. Elle est censée être connue par les journalistes qui, en principe, ne sont embauchés qu'à condition de l'épouser. Dans les médias publics Burkinabè, la ligne éditoriale reste



floue et implicite. Statutairement, ce sont des médias de service public mais, rien n'énonce clairement leur ligne éditoriale. Elle demeure un tabou. Du coup, les journalistes qui y travaillent sont livrés à eux-mêmes voire jetés en pâture. Chacun se fait sa ligne éditoriale mais en se gardant de franchir une certaine « ligne rouge » implicitement dressée par la hiérarchie. Bila, journaliste à Télévision Burkina, témoigne :

« J'avoue que quand on est à la télé, il est difficile de percevoir la ligne éditoriale du média. Quand vous arrivez nouvellement, à aucun moment, on va vous parler de la ligne éditoriale du média. Il va juste arriver qu'on vous envoie en reportage, vous revenez, vous traitez l'élément et on vous dit : 'ici on ne dit pas ça' ; ici on ne dit pas ça ; ayez à l'esprit que c'est un média d'État'. Mais qu'est-ce qu'un média d'État ? On ne nous a jamais dit ça. Moi personnellement, j'ai cherché à comprendre en allant lire les statuts de la RTB. À aucun moment, on ne définit clairement ce que la RTB doit faire comme travail. C'est essentiellement sa gestion financière qui y est consignée. Quand on est ici, on essaie d'imaginer ce qu'on attend de nous ».

Ce silence oblige certains journalistes à puiser dans l'univers des croyances, du passé et parfois des *a priori* pour se représenter une ligne éditoriale, selon la logique de « l'ancrage » de la théorie des représentations sociales (Moscovici, 1961), (Moliner, 2001). « Avant de venir à *Sidwaya*, je savais depuis l'université déjà, ce qui n'est pas faisable dans un média public ». Cette phrase de Tagsognoma illustre le phénomène d'ancrage, défini comme « le processus par lequel la représentation s'insère (s'accroche) dans la société », ou le procédé par lequel l'individu appréhende « l'objet nouveau en le ramenant à un domaine connu tout en orientant l'utilité sociale de la représentation » (Moliner, 2001 : 18-19). Répertoire des savoirs préexistants comme la notion d'« habitus » (Bourdieu, 1980), l'ancrage facilite la compréhension, l'interprétation de l'objet de représentation et, dans le foulée, l'orientation des conduites, des décisions, des choix. « Tout journaliste qui vient à la télévision a une idée de ce qu'il doit faire à la rédaction. On découvre la ligne sur le tas mais tout le monde sait ce qu'on doit dire et ce qu'on ne doit pas dire. Il y a une certaine ligne rouge qu'il ne faut pas franchir », raconte Pousbila, journaliste de près d'une vingtaine d'années d'expérience. Rabi de *Sidwaya* s'est aussi appuyé sur l'ancrage pour se fondre



dans la politique du silence que lui impose son organe. « En venant déjà, on s'est dit que c'est média public et donc, qu'il y a des choses qu'on ne pourrait pas dire » affirme-t-il avant d'ajouter : « Lorsqu'on est arrivé, on a rencontré les responsables pour une prise de contact mais à aucun moment, il n'a été question de décliner la ligne du quotidien ».

D'autres journalistes, les plus jeunes notamment, sont contraints de faire du *learn on the job*. « Ici, quand vous arrivez, on ne dit rien à ce propos [de la ligne éditoriale]. Vous l'apprenez sur le tas », raconte Patindé, journaliste à Télévision Burkina. Abba est, lui aussi, catégorique quant au mystère qui entoure la ligne éditoriale de la télévision publique. « Non, jamais. On n'a jamais eu d'éclairage sur la ligne éditoriale de la télévision. On l'apprend soi-même, on la découvre soi-même au fil des ans », affirme-t-il. Les journalistes sont obligés de se conformer à quelque chose dont ils n'ont pas connaissance. « J'ai appris à la connaître par moi-même et à m'y conformer. Avec le temps, j'ai appris par moi-même qu'il fallait travailler d'une certaine façon parce qu'on est dans un média public. Il y a des règles dans la maison », avoue Pogbi, journaliste à *Sidwaya*. Une « certaine façon » et des « règles » implicites qui installent les journalistes dans une routinisation, du sur-place et même dans la transgression des règles journalistiques. « Je dirai qu'il y a un vase creux entre ce qu'on a appris à l'école et ce qu'on fait ici », fait remarquer Pamoussa de *Sidwaya* avant d'ajouter que la ligne éditoriale si elle existe, elle fluctue au gré de l'actualité et des enjeux du moment.

« C'est dans la pratique, c'est par rapport à certaines conjonctures que les responsables vous imposent une ligne de conduite. C'est ce qui arrange l'État. Je ne suis pas journaliste. Je le dis souvent. Je suis un communicateur. C'est l'absence de ligne clairement énoncée qui fait que je ne fais pas de commentaire sur l'actualité nationale. Je me camoufle dans l'actualité internationale même si j'estime qu'il y a des non-dits qui interpellent, en réalité, les dirigeants au niveau national », raconte-t-il.

Si certains journalistes se réfèrent à l'ancrage ou à l'habitus pour imaginer ce que pourrait être la politique éditoriale, d'autres au *learn on the job*, une troisième catégorie recourt à ce que les théoriciens des représentations sociales nomment le « système périphérique » (Abric, 1984) entendu comme les éléments concrets auxquels



se réfère l'individu pour se représenter un objet. Ils s'appuient en effet sur des observations concrètes et palpables pour se faire une idée de la ligne. Parmi eux, Suzi de *Sidwaya*. « Officiellement non, je ne connais pas la ligne éditoriale de *Sidwaya* (...). Par ailleurs, en lisant les éditos du premier responsable, on peut se faire une idée » confie-t-elle. Mais la hiérarchie elle-même est dubitative, parfois évasive sur la question de la ligne éditoriale. Kouraogo, un des rédacteurs en chef de *Sidwaya* est même perplexe quant à son existence. « Non, la ligne n'a jamais été déclinée. Même aujourd'hui, je me demande si elle est bien définie ». À la Radiodiffusion Télévision du Burkina, la politique éditoriale prend un sens « bateau », élastique. Elle est méconnue, ou partiellement connue ou alors simplement intériorisée. Tomki, un rédacteur en chef affirme : « la ligne édito, c'est la ligne d'un service public, l'intérêt général ; c'est participer au rayonnement du Burkina, c'est éviter qu'on sombre dans des dérives ». Cette « définition » ne répond en réalité qu'à la logique d'un flou « diplomatique ». D'une part, les termes « service public », « intérêt général » restent de l'ordre du non-dit (ils ne sont pas clairement définis dans les actes juridiques régissant les médias) ; d'autre part, les médias publics n'ont jamais disposé de cahier des charges et des missions bien que se revendiquant des médias devant assumer un service d'intérêt général. Paradoxalement, un cahier des charges et de missions fut imposé à la presse privée depuis 1998 (arrêté n°98-015/CSC/CAB du 26 mai 1998).

L'autorité politique a voulu ce « 2 poids, 2 mesures » pour maintenir son rôle paternaliste, sa mainmise sur son instrument de pouvoir. Dans cette visée, une ligne éditoriale clairement définie viendra brouiller ou remettre en cause la stratégie. Comme le souligne Du Bois De Gaudusson à propos du tabou du constitutionnalisme en Afrique, le silence entretenu sur la ligne éditoriale est légitimé par la « crainte de réveiller des passions, de se trouver confronté à des questions sans solutions véritables » (2012 : 54). Ce mystère s'explique davantage par le contexte politique sous le régime Compaoré où le système mis en place est celui d'un « parti-État » (Loada, 2010 : 271), celui d'« une démocratie surveillée, contrôlée, impulsée d'en haut à bien des égards » (Idea, 1998 :26). Il est l'expression d'une violence symbolique (Bourdieu, 1997) en ce sens que les médias publics sont appelés tacitement à reproduire la politique de l'ordre



établi en assumant une fonction d'endoctrinement, de légitimation de l'idéologie dominante, en faisant des dominés – ici les journalistes –, les complices de leur propre domination. C'est pour cette raison que les directeurs et les rédacteurs en chef sont « intelligemment » nommés par le pouvoir politique. Ils sont là plus pour jouer subtilement un rôle politique au sens de la politique politicienne qu'un rôle journalistique au sens professionnel du terme.

Le silence des critères définitionnels du profil du « journaliste-missionnaire »

Les Journalistes désignés pour aller en mission sont pris en charge financièrement par le budget de l'État. Les missions se déroulent aussi bien à l'intérieur qu'à l'extérieur du pays. À l'intérieur, elles sont généralement conduites par des commis assumant des fonctions officielles au sein de l'appareil étatique (ministres, députés, présidents d'institution, directeurs généraux...) mais aussi par des membres d'associations, d'ONG, de groupements professionnels etc.). C'est la dynamique du journalisme de communication et de publicisation. À l'étranger, elles concernent habituellement les voyages présidentiels ou ministériels. Cette dernière catégorie de mission est prisée dans les rédactions. Elle est très juteuse car le journaliste qui voyage avec le chef de l'État est logé et nourri au frais du trésor public et reçoit à la fin de la mission, de retour dans l'avion, une enveloppe discrète dont lui seul et le « donateur » (généralement le directeur de la communication de la présidence) savent le montant. Des journalistes peuvent alors ne pas avoir le même chiffre alors qu'officiellement la législation fixe un montant précis en fonction des régions ou du pays où se tient la mission (sous-région, Afrique, Europe, Amérique, Asie). Plus on va loin, plus on reçoit théoriquement une « grosse » enveloppe. « J'ai voyagé avec le chef de l'État une demi-journée à Yamoussokro en Côte d'Ivoire. Au retour, j'ai reçu une enveloppe de 300 000 FCFA [458 €] », confie Pamoussa, journaliste à *Sidwaya*. Officiellement, ce journaliste devrait percevoir 80 000 FCFA (121 €) comme frais d'hébergement et de restauration pour une nuitée. Mais la délégation présidentielle règle, souvent même à l'avance, cette facture ; si fait que le journaliste revient avec l'entièreté de ses frais de mission. Un



autre journaliste de retour d'une mission présidentielle aux États-Unis a laissé entendre : « je change tous les pneus de ma voiture », l'enveloppe à lui remis ayant pesé lourd. Ce business a fait émerger dans le milieu de la presse publique un certain affairisme doublé d'un clientélisme invisible et d'accords tacites de partage du « butin »⁶⁹. Il a souvent entraîné des querelles intestines larvées entre journalistes d'une part, et entre journalistes et décideurs d'autre part. Tout le monde voulant voyager en classe-affaire avec le président pour espérer « arrondir sa fin de mois ». Mais le clanisme faisant, certains sont favorisés par rapport à d'autres.

« Par exemple si on prend le cas des missions, quand ça vient, ceux qui sont dans le clan du responsable, par exemple du directeur comme ça, ils sont plus favorisés que les autres. Si l'un du camp opposé arrive à faire une mission, c'est que de l'autre côté, il y a une personne qui a fait deux ou trois missions (...). Ce sont les missions présidentielles et autre-là, c'est là-bas qu'on voit vraiment la bataille des clans et là, il faut être dans le [bon] clan pour pouvoir bénéficier d'une mission présidentielle », raconte Sako, journaliste à Radio Burkina.

La course au « journalisme classe-affaire » avec son corollaire d'enveloppes consistantes en CFA (la monnaie locale) a occasionné une certaine opacité dans le choix du journaliste-missionnaire. Sa désignation ne repose sur aucun critère officiel. Elle relève du seul pouvoir discrétionnaire de sa hiérarchie, comme l'indique Patindé, présentateur à Télévision Burkina. « Ceux qui sont désignés ne savent pas pourquoi ce sont eux, ceux qui ne sont pas désignés également ne savent pas pourquoi ce ne sont pas eux ». Mais le « terrorisme sélectif » est tel que personne n'ose broncher. « Je ne sais pas pourquoi je suis mis de côté ; je veux bien comprendre quels sont les critères mais j'ai peur que mon chef me trouve très curieux », confie Silga, journaliste à Radio Burkina. Curiosité qui va certainement l'éloigner davantage du *gombo*⁷⁰. À la télévision publique, la résignation est aussi totale comme l'atteste Nina, présentatrice : « moi personnellement, ça fait 5 ans que je ne suis pas allée en mission mais ça ne me dit

⁶⁹ À leur retour de mission, certains journalistes apportent de petits cadeaux à leurs supérieurs (cravate, stylos dorés, café de luxe, etc.), une façon subtile de leur témoigner la reconnaissance mais aussi de maintenir le bon positionnement pour les voyages futurs.

⁷⁰ Localement, l'argent que le journaliste reçoit illicitement ou tacitement des sources est appelé *gombo*.



absolument rien. Je n'ai jamais revendiqué, je n'ai jamais cherché à comprendre pourquoi. Si quelqu'un décide de revendiquer je le soutiens à 100%. Ce n'est pas de ma culture de revendiquer de moi seul ». Il est même difficile de revendiquer dans la mesure où on ne sait pas sur quelle base les missions sont octroyées. Elles relèvent de l'ordre de l'officieux, des prérogatives de la hiérarchie qui a son idée sur les critères qu'elle privilégie : l'« expérience » et le « professionnalisme ». « On ne va quand même pas envoyer n'importe qui en mission avec le chef de l'État. Il faut envoyer des journalistes aguerris », se justifie Madou, ancien rédacteur en chef à Télévision Burkina. Cependant, le « professionnalisme » et l'« expérience » auxquels on semble se référer pour le choix du journaliste relèvent eux-mêmes du tabou et de l'officieux. Rien n'indique le profil du journaliste « professionnel » ou « expérimenté ». Du coup, des journalistes sont restés des décennies durant sans être partis en mission comme l'atteste Madou : « il y a des journalistes qui sont à la rédaction depuis 1990 et qui ne sont jamais partis en mission ». Tout comme d'excellents journalistes à l'instar de Nina qui dit n'être pas allée en mission depuis 5 ans et qui, pourtant, a reçu plusieurs prix *Galian*⁷¹ pour son professionnalisme.

Même si des critères étaient clairement définis, il aurait été difficile de les mettre œuvre, des choix étant souvent imposés par le politique. « Notre chef [rédacteur en chef] nous a une fois signifié qu'il reçoit des instructions d'en haut pour le choix des journalistes devant aller en mission », raconte Abba. Des instructions guidées (certainement) par les logiques propres des gens d'en haut. L'officieux dans les rédactions est l'expression d'un code tacite érigé en normes partagées par un petit groupe de décideurs. C'est un sous-système, dirigé de main de maître par des agents d'une « morale locale » (Briquet, 2014 : 10), dont l'enjeu est, en réalité, une fois de plus, de participer à la consolidation de l'ordre établi. En jouant le jeu du politique, les décideurs éditoriaux espèrent, en retour, bénéficier d'une bonne stabilité dans leur poste ou, mieux, d'une nouvelle promotion. Ce faisant, ils « fabriquent » par le silence qu'ils imposent aux journalistes une catégorie de journalistes corvéables à merci : les

⁷¹ Le *Galian* est un concours annuel institué par le ministre chargé de communication pour récompenser les meilleurs journalistes et techniciens des médias publics et privés burkinabè.



journalistes de service. Ces derniers, parce qu'ils tiennent tant à jouir des retombées des missions présidentielles (la manne circonstancielle) se mettent entièrement à la disposition de la hiérarchie en exécutant « dans la lettre dans l'esprit » tout ce qu'elle leur dicte comme instructions et stratégies de voilement. Ils sont aux petits soins des supérieurs. Ils leur obéissent religieusement même au prix de leur crédibilité en cédant à toute tentative de charcutage de leurs articles. À ce spectre d'arrangements informels s'ajoute un autre silence davantage « méchant », celui des sanctions sournoises.

Le silence des sanctions à l'encontre des journalistes non conformistes

Dans les médias publics burkinabè, si certaines sanctions sont prononcées officiellement et publiquement (sanctions dont l'acte est officiellement signé par la hiérarchie et porté à la connaissance de l'ensemble du personnel), d'autres se reprennent dans les « vestiaires », dans le « noir », dans un cercle restreint où rien ne filtre. La logique qui prévaut est celle décrite par Arpin pour qui « la culture du secret reste assimilée à une culture, illégitime, de l'arbitraire », (Arpin, 2010 : 229). En effet, les sanctions officieuses s'opèrent à l'insu du « présumé coupable ». Elles le surprennent souvent. Car ce pour quoi on le sanctionne ne lui est jamais signifié. Il le constate à un moment donné, le vit et ce, dans l'impossibilité de trouver un interlocuteur qui puisse le renseigner sur les motifs du changement intervenu dans son quotidien professionnel. Souka, journaliste à Télévision Burkina, témoigne : « ici, on terrorise les gens. Si tu commets la moindre faute, on ne te dit rien. Mais, on te fait vivre ça dans le quotidien. On ne prend pas de note pour montrer qu'on te sanctionne mais, en réalité, tu es sanctionné car on te confiera plus de tâche ». Un ancien présentateur de cette même chaîne a été, à plusieurs reprises, l'objet de cette forme de sanctions policées. « J'ai été mis à pied plusieurs fois sans aucune raison officielle. On a suspendu mon salaire sans me dire pourquoi ». La sanction silencieuse découle *a priori* de son entêtement à la souveraineté éditoriale. « Dès le départ, j'avais réussi à avoir une certaine indépendance. Je ne me faisais pas lire mes reportages. J'étais assez critique quand j'en faisais. J'avais pu initier une émission sur l'Assemblée nationale qui permettait à



l'opposition de critiquer le pouvoir » affirme-t-il. Mais dans un contexte où la tendance est à la pensée unique, il lui était difficile de tenir longtemps. Les pressions tacites et l'imposition du « politiquement correct » l'ont poussé, dix ans après, à la démission du poste de présentateur.

« Je suis parti parce qu'à un moment donné, je ne me retrouvais pas dans les médias publics au regard de l'idée que je me faisais du travail du journaliste et du rapport d'imputabilité et de la question de responsabilité dans les médias publics ou des médias d'État ; c'est comme ça qu'il faut les appeler, ce ne sont pas des médias publics. Je ne me retrouvais pas du point de vue de l'éthique, du point de vue de la responsabilité sociale du journaliste, du point de vue de la question du droit du citoyen à l'information, du point de vue de l'approche ».

Un journaliste du service des sports de Télévision Burkina a, lui aussi, subi cette politique du non-dit. Il a constaté pendant plusieurs mois qu'il n'était plus programmé pour la présentation du *Magazine des sports* ni envoyé en reportage. Aucune décision officielle n'indique ce pour quoi il se retrouve brusquement dans « l'oisiveté ». Officieusement, sa placardisation serait liée à ses prises de position contre l'assujettissement du journaliste. C'est par cette même voie de répressions silencieuses que le rédacteur en chef et son adjoint du service webdiffusion de la Radiodiffusion Télévision du Burkina, constatèrent la mise sous scellé de leurs droits d'accès au site web du média. Alors que ce sont eux qui sont chargés de la mise en ligne de l'actualité, ils furent officieusement débarqués de leur fonction parce que voulant officiellement tout dire et tout montrer pendant que le mot d'ordre est celui de ne dire et de ne montrer que ce qui est « politiquement correct » aux yeux des gouvernants.

La non-officialisation des sanctions et des critères de participation aux missions répond à une logique stratégique de domination des agents subalternes du sous-champ médiatique. Cette stratégie consiste à les mettre dans une posture où ils ne peuvent pas s'exprimer sans pourtant être formellement dans l'interdiction de s'exprimer. L'explicitation des règles qui fondent l'organisation et les pratiques journalistiques étant synonyme d'un éveil des consciences et donc de revendication de droits. Le journaliste qui n'est pas désigné pour aller en mission ne peut pas se plaindre ou revendiquer quoi



que ce soit parce qu'officiellement aucun critère ne définit le profil des journalistes autorisés ou habilités au « journalisme classe-affaire ». Celui qui est sanctionné sournoisement ne peut pas non plus se plaindre parce qu'aucun acte juridique ne le sanctionne. Ces silences sont alors décrétés, adoptés pour façonner un idéal-type de journalistes : les journalistes de service. Comme un entonnoir, le tabou et l'officieux participent, aux côtés des contraintes officielles (aussi évoquées dans notre thèse), à orienter le travail des journalistes, à l'inscrire dans un moule, un filtre par lequel des sujets précis ne passent pas parce que devant être *a priori* tus, intentionnellement oubliés.

L'indicible Dans Un Régime Semi-Autoritaire

Ce qu'imposent le tabou et l'officieux, les deux formes d'agencements structurels et informels du sous-champ médiatique comme devant relever du domaine de l'indicible, ce sont les sujets qui « fâchent » : la voix des opposants les plus critiques. L'information visant frontalement le régime Compaoré, tendant à l'égratigner ou à dévoiler ses faiblesses. Ces sujets sont qualifiés dans le lexique local de « sensibles ». « Sensibles » parce qu'ils « menaceraient » la cohésion sociale. L'indicible s'opérationnalise davantage en contexte de crise sociopolitique où le régime est contesté. « Les immixtions interviennent quand l'opposition est dans la rue. On estime qu'on ne doit pas laisser entendre leur point de vue. Avant, on ne les interviewait même pas. On va les filmer et on vient poser une voix *off*, la voix du journaliste, et c'est tout », souligne Tendaogo, journaliste à Télévision Burkina. Le journaliste est dans ces conditions perçu comme « un agent du dévoilement » (Arpin, 2010 : 230).

L'indicible se manifeste par un *black out* de l'évènement ou de l'information contestataire au triple plan : soit on ne le couvre pas parce que sa médiatisation perturberait l'ordre politique dominant, soit on le couvre mais on ne le diffuse pas (il est soigneusement rangé dans les tiroirs) ou alors, on le diffuse mais en prenant le soin d'ostraciser la partie « dérangeante ». Les dernières manifestations de rue – dont la marche des femmes le 27 octobre 2014 – contre les vellétés de pouvoir à vie de Blaise



Compaoré qui ont précipité sa chute sont passées sous silence dans les médias publics alors qu'elles occupaient la UNE des médias privés et internationaux. La perturbation du jeu politique par les partisans du régime est aussi tue même quand les faits se produisent devant caméras, micros et stylos de journalistes. « En 2005, des militants du parti au pouvoir ont empêché, par la violence, la tenue d'un meeting d'un opposant aux présidentielles. J'ai filmé les images mais quand je suis arrivé à la télé, la hiérarchie ne m'a même pas laissé le temps de traiter l'élément. Quand elle les a visionnées, elle m'a dit : 'garde ça pour le moment...' ; et il n'y a plus jamais eu de suite », raconte Yaya, le reporter du jour. Le même incident n'a ni été diffusé à Radio Burkina ni publié à *Sidwaya*. C'est le même sort qui a été réservé à la grogne du Syndicat Autonome des Travailleurs de l'Information et de la Culture en juillet 2013⁷². L'élément qui faisait initialement 2'12 a d'abord été ramené à 1'02 par la hiérarchie avant d'être déclassé *in extrémis* du conducteur, suite à des instructions venues d'en haut. « C'est pendant que l'édition était lancée, que le chef d'édition m'a appelé pour me dire que mon élément ne pourra plus passer parce qu'on lui a dit de l'enlever », témoigne Abba. L'évènement n'a pas non plus été diffusé à Radio Burkina. À *Sidwaya*, il est paru mais partiellement. Le point principal pour lequel le syndicat a observé le *sit-in* – l'intrusion de l'autorité de tutelle dans le traitement de l'information – a été expressément écarté. C'est par cette même violence silencieuse que Kalou, journaliste au même quotidien a vu son dossier sur « l'affaire Justin Zongo », cet élève dont la mort a provoqué la crise sociopolitique de 2011, tripatouillé. « J'ai été surpris de voir le produit fini le lendemain sans les propos d'une des parties parce que justement cette partie a été critique envers les gouvernants. On a poussé l'article à sortir du professionnalisme parce qu'on a estimé que c'était trop fort et qu'on allait murmurer au haut lieu ». Même lorsque qu'on transgresse la loi, ça reste indicible si les auteurs sont du système. Bila, journaliste à Télévision Burkina qui s'est intéressé à l'accaparement des terres à Pô⁷³ par l'élite politico-économique, a réalisé un dossier sur le sujet mais qui est resté sans suite.

⁷² Les agents des médias publics sous la houlette de ce syndicat ont observé un *sit-in* le 16 juillet 2013 pour protester contre ce qu'ils ont appelé « l'immixtion des autorités du ministère de la communication dans le traitement de l'information ».

⁷³ Pô est une province située à une centaine de kilomètres au sud de Ouagadougou



« Quand je suis revenu, le rédacteur en chef m'a dit de mettre la cachette aux oubliettes ». Tout simplement parce qu'il s'est rendu compte après visionnage que « les personnes qui détiennent ces terres sans les mettre en valeur [alors qu'un décret gouvernemental les y oblige] sont des ministres, des députés, des DG, d'influents opérateurs économiques. Dans un tel contexte, ce n'est pas la voix des parlementaires opposants qui passera dans les médias publics comme une lettre à la poste. « À l'issue d'un vote de loi, j'ai interviewé des députés de la majorité et de l'opposition. Mais, à ma grande surprise, la hiérarchie a décidé que la voix de l'opposition ne passera pas ici, et ce n'est effectivement pas passé », témoigne Raogo, journaliste à Radio Burkina.

Comme l'affirme Durand au sujet de la censure, les journalistes des médias publics burkinabè sont pris dans un engrenage qui les oblige à tenir des propos qu'on attend d'eux « à se soumettre à une attente normative qui prend la forme, dans le texte, d'idées reçues, de pensées banalisées, de formules toutes faites qui seront comme l'expression de la soumission du discours à l'ordre dominant ou du souci de celui qui le tient de se mettre au diapason de la parole autorisée » (Durand, 2004 : 10). Le contexte les façonne et les conduit tout droit à l'autocensure. « Moi, je m'autocensure pour arriver à la maison et dormir tranquille. Je ne veux que, quand j'arrive à la maison, on me demande de justifier l'injustifiable, ou bien, on me demande d'expliquer ce que tout le monde sait déjà. Pour éviter tout ça, je m'autocensure », raconte Sandaogo de Télévision Burkina. Pamoussa à *Sidwaya* est lui aussi gagné par le renoncement. « Je fais juste ressortir ce qu'ils veulent entendre. Je me fonde dans la logique érigée ici ». Tout comme son confrère Rabi (*Sidwaya*) qui affirme : « je me suis souvent dit que ce n'est pas la peine d'employer certains mots ou d'écrire certains papiers parce que forcément les responsables ne les laisseront pas passer ». Effectivement les mots politiquement « incorrects » comme l'expression « la marche a été une réussite » sont impubliables dans les médias publics même quand ils proviennent de l'univers discursif des sources et que le journaliste a pris de soin de les mettre entre guillemets. Baba, journaliste à Radio Burkina témoigne : « Après la marche de l'opposition du 29 juin 2013 contre le Sénat, celle-ci, lors d'une conférence de presse, a soutenu que « la marche a été une réussite. J'ai repris l'expression dans mon élément mais le rédacteur



en chef m'a dit de l'enlever et de la remplacer par ' la marche a eu lieu ' ». Baba a dû se soumettre, malgré lui, à la « leçon » de journalisme de son chef. « On me prive de ma liberté d'expression mais bon (...) Si demain on me charge de faire un tel reportage, je déclinerai poliment l'offre. Parce que ça ternit moi-même mon image, ma carrière », ajoute-t-il.

Le journaliste s'autocensure en obéissant aux mots d'ordre de la hiérarchie de peur de la placardisation ou de la sanction silencieuse ou pour les missions juteuses. « (...) C'est frustrant mais on va faire comment. Si vous refusez, on vous affecte au garage alors qu'il y a des gens à votre charge. C'est parce que vous parlez que vous dites ça non. Si demain vous ne parlez pas... », se demande Tanga de Radio Burkina. L'indicible est ainsi l'expression d'un sens commun officieux intériorisé par la plupart des journalistes. Seuls quelques uns affrontent courageusement les sanctions « intelligentes » en jouant au « rebelle ». « J'ai préféré, au moins à deux reprises, ne pas aller en reportage, ne pas le faire parce qu'on a voulu m'imposer l'angle », clame Wendinda de Radio Burkina. La tension avec les *gatekeepers* (rédacteurs en chefs et directeurs) se joue dans un climat de méfiance. Chacun ne sait pas qui est le soutien politique, le mentor de l'autre. Et pour Wendinda, c'est un risque que de vouloir affronter quelqu'un dont on ne connaît pas les ressorts protecteurs. « Comme on ne connaît pas votre force de frappe, on a peur donc de s'opposer ouvertement à vous parce qu'on ne sait pas jusqu'où ça peut aller »⁷⁴. Tindaogo dit aussi faire quelquefois le « rebelle » avant d'être accepté. « Ici, il faut être fort de caractère, sinon ça ne passe pas », affirme-t-il. C'est la posture qu'adopte également Wampoko de *Sidwaya*. « J'ai toujours réussi à faire passer mes papiers. Je me suis toujours opposée à ce qu'on les cisaille ». Cette témérité lui a valu, en 2013, le premier 'Prix Norbert Zongo' pour une enquête qu'elle a menée sur la gestion mafieuse d'une cité par des commis de l'administration publique. La parution de son dossier dans le quotidien a entraîné le limogeage de gros « poissions » politico-administratifs. Ce journalisme-rebelle vient

⁷⁴ Il y a, dans les rédactions, des « intouchables ». Même quand ils sont fautifs, ils ne sont pas sanctionnés parce que politiquement bien protégés.



démontrer la perméabilité du mur de la censure. Du coup, l'indicible devient quelquefois du dicible.

Conclusion

Les silences dans le microcosme « Médias publics burkinabè » se réalisent à deux niveaux : au niveau de l'organisation médiatique où se déploient des stratégies silencieuses, des arrangements informels, lesquels stratégies et arrangements sont symptomatiques de la culture du silence et du non-dit entretenue au sommet de l'État. Ces accommodements hors champ définis par Lahire comme étant « les pratiques 'amateurs' ou de loisirs, sans enjeux autres que locaux et qui ne donnent pas lieu à des luttes de même nature que dans les champs » (Lahire, 2012 : 146) sont l'œuvre des décideurs éditoriaux (autorités de tutelle, directeurs, rédacteurs en chef) qui dupliquent implicitement la politique des gouvernants. Ils s'opérationnalisent par l'évitement d'une clarification-publicisation de la ligne éditoriale, par un silence autour des critères définitionnels des missions, gages de bonnes affaires pour le journaliste, et par des sanctions inexprimées. L'enjeu de ces pratiques « occultes » est d'ordre politico-économique : participer à l'ancrage, par une forme de violence symbolique, de l'ordre politique dominant et espérer une longévité dans le poste ou une ascension fulgurante. Ces « agencements sociaux informels de l'indicible et l'invisible », cet « ensemble de règles, de contraintes et d'usages plus ou moins tacites, plus ou moins stabilisés » qui se prennent en « marge de l'espace public habermasien » (Arpin, 2010 : 228-235), tout en exposant implicitement le journaliste à la soumission, à la corruption et à la « prostitution » journalistique, le conduit tout droit dans un second niveau de silences : la censure et l'autocensure. Ce niveau de silences impose, comme indicibles dans les productions journalistiques, les sujets politiques contestataires de l'ordre établi. Les silences, dans les médias publics au Burkina Faso, sont ainsi une co-construction de deux mondes : un monde « social homogène et relativement clos » (Arpin, 2010 : 230) et un monde moulé, dirigé et constitué d'exécutants. Ils sont le fruit d'un rapport de force entre le « haut » et le « bas », respectivement le dominant et le dominé.



Referencias Bibliográficas

ABRIC Jean-Claude (1989), « L'étude expérimentale des représentations sociales », in JODELET Denise (dir.), *Les représentations sociales*, Paris, PUF

ARPIN Stéphane (2010), « Pourquoi les médias n'en parlent pas ? L'occurrence à l'épreuve du sens commun journalistique et des processus de médiatisation », *Réseaux*, n° 159, p. 219-247

BACHELOT Carole (2014), « Du brouillage sur la ligne : de l'informel dans les relations entre les dirigeants du Parti socialiste et les médias », in LEGAVRE Jean-Baptiste (dir.), *L'informel pour informer. Les journalistes et leurs sources*, Paris, L'Harmattan.

BOURDIEU Pierre (1980), *Le sens pratique*, Paris, Editions de Minuit

BOURDIEU Pierre (1996), *Sur la télévision, suivi de l'emprise du journalisme*, Paris, Liber-Raison d'agir

BOURDIEU Pierre (1997), *Méditations Pascaliennes*, Paris, Le Seuil.

BRIQUET Jean-Louis (1995), « Les pratiques politiques «officieuses». Clientélisme et dualisme politique en Corse et en Italie du Sud », *Genèses*, n°20, p. 73-94.

CAZENEUVE Jean (1967), *L'ethnologie*, Paris, Librairie Larousse.

CAZENEUVE Jean (1971), *Sociologie du rite (Tabou, magie, sacré)*, Paris, PUF.

CHARRON Jean et al. (2014), « Les invisibles du journalisme - Introduction », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 3, n°1, URL : <http://surlejournalisme.com/rev>

CHUPIN Ivan et MAYANCE Pierre (2014), « Derrière le formel, la communauté. Le cas de la presse professionnelle agricole », in LEGAVRE Jean-Baptiste (dir.), *L'informel pour informer. Les journalistes et leurs sources*, Paris, L'Harmattan.

DU BOIS DE GAUDUSSON Jean (2012), « Les tabous du constitutionnalisme en Afrique », *Afrique contemporaine*, n° 242, p. 53-58.

DURAND Pascal (2004), « Censure et sens commun professionnel », in DURAND P. (dir.), *Médias et censure. Figures de l'orthodoxie*, Liège, Les Editions de l'Université de Liège.



HILGERS Mathieu et MAZZOCCHETTI Jacinthe (dir.) (2010), *Révoltes et oppositions dans un régime semi-autoritaire. Le cas du Burkina Faso*, Paris, Karthala.

LAHIRE Bernard (2012), *Monde pluriel. Penser l'unité des sciences sociales*, Paris, Éditions Minit.

LEGAVRE Jean-Baptiste (2014), « « L'informel » : s'appuyer sur une notion fuyante », in LEGAVRE Jean-Baptiste (dir), *L'informel pour informer. Les journalistes et leurs sources*, Paris, L'Harmattan.

MAUGER Gérard et WEBER Louis (2010), « Clientélisme et pratiques politiques officieuses. Un regard sur l'histoire politique récente de l'Italie », *Savoir/Agir*, n° 11, p. 65-75.

MOLINER Pascal, (2001). *La dynamique des représentations sociales*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble.

MOSCOVICI Serge (1961), *La psychanalyse son image son public*, Paris, Presses Universitaires de France.

NATIELSE Kouléga Julien (2013), *Le Burkina Faso de 1991 à nos jours : entre stabilité politique et illusionnisme démocratique*, thèse de doctorat, Université Montesquieu - Bordeaux IV.

RIEFFEL Rémy (2014), « Entre omission et dévoilement. L'informel dans les manuels et ouvrages de journalistes », in LEGAVRE Jean-Baptiste (dir), *L'informel pour informer. Les journalistes et leurs sources*, Paris, L'Harmattan.



O escândalo e o silêncio no radiojornalismo do interior de MG

Rodrigo Portari⁷⁵

Resumo: O presente artigo traz uma discussão sobre o comportamento do jornalismo em duas emissoras de rádio do município de Frutal – MG. Diante de um escândalo político registrado na cidade no mês de dezembro de 2014, foi percebido dois posicionamentos totalmente distintos. Enquanto uma emissora repercutiu o caso por quatro dias consecutivos, dedicando mais de uma hora de programação para fazer uma denúncia de compra de votos, outra emissora preferiu ignorar ou omitir o fato de seu programa de radiojornal, o que nos leva ao questionamento: qual o motivo ou qual força provocou esse silenciamento do jornalismo de uma emissora e de seus profissionais? Após entrevistas por meio eletrônico com componentes da redação da emissora, passou-se a um estudo de caso, valendo-se principalmente de três perspectivas teóricas para auxiliar na compreensão do fato: a Teoria Organizacional, de Warren Breed; a Hipótese do Agenda Setting, de McCombs & Shaw; e a Espiral do Silêncio, de Nöelle-Neuman.

Palavras-chave: Silenciamento; Escândalo; Radiojornalismo; Teorias do Jornalismo.

1. Introdução

O mês de dezembro de 2014 foi considerado marcante na história do município de Frutal – MG. Contando com aproximadamente 55 mil habitantes⁷⁶, a população foi tomada de surpresa quando um áudio denunciando compra de votos para a eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal, gravado às escondidas por um telefone celular, foi divulgado em redes sociais e posteriormente em uma emissora de rádio local, a 102FM. A gravação, conforme explicitado posteriormente em entrevistas, teria sido realizada por um dos candidatos à presidência do Legislativo local em conversa com outro vereador sobre uma possível compra de votos em favor de seu adversário. Na conversa, sobressaem-se duas expressões: primeiro a de uma “doação” de R\$60 mil em favor de

⁷⁵ Jornalista, professor do curso de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade de Frutal. Doutor em Comunicação e Sociabilidade Contemporânea pela UFMG. Contato: rdportari@gmail.com

⁷⁶ Estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Acesso em 16/02/2015 às 10h55m.



outros dois parlamentares locais e, posteriormente, a oferta de um “mensalinho”⁷⁷ de R\$1,5 mil para garantir os votos da chapa contrária.

Inicialmente o trecho da conversa, que dura cerca de 4 minutos, foi difundido por redes sociais entre moradores da cidade, tais como Facebook, Twitter e, num segundo momento, difundida pelo aplicativo de troca de mensagens via celular, WhatsApp. A partir daí, foram rápidas as manifestações de eleitores descontentes com o conteúdo do áudio e centenas de mensagens em redes sociais mostravam protestos contra a situação. Em menos de 48 horas o assunto tomou conta das conversas da cidade, ganhando comentários em salões de barbeiro, cabelereiros, bares, praças, filas de banco, ambientes de trabalho e mesmo dentro de casa, já que essa foi a primeira vez que um “escândalo” como esse fora registrado em áudio e divulgado massivamente para a população.

Não tardou para que o descontentamento da população chamasse a atenção da mídia e o assunto, difundido inicialmente no meio digital e, posteriormente no boca a boca, conseqüentemente acabou por pautar o jornalismo local. O município de Frutal, no entanto, tem algumas características próprias do interior acerca da mídia.

Por ser considerada uma praça pequena, o município não conta com sedes ou mesmo escritórios de jornalismo de emissoras de TV. Somente quando casos de grande repercussão ocorrem na cidade é que se sente a presença do telejornalismo no município. No que tange ao jornalismo impresso, conta com cinco publicações semanais e todas, de certa forma, comprometidas com o poder público por meio de anúncios institucionais presentes em suas páginas. Dessa forma, o meio de maior credibilidade e difusão de informações no âmbito do município é o rádio.

No total, existem cinco emissoras FM no município, sendo elas: 97FM (Rádio Centenário FM, emissora comercial), 98FM (retransmissora de uma emissora evangélica de São Paulo), 102,9FM (Rádio Natividade FM, emissora comercial), 104,9FM (emissora evangélica, operando de forma comunitária) e 105,9FM (Rádio

⁷⁷ A expressão utilizada na gravação faz clara referência ao escândalo do “Mensalão”, ocorrido no Congresso Nacional, que consistia no pagamento de mensalidade para deputados para que votassem favoráveis a projetos enviados pelo Poder Executivo.



Cultura que opera em caráter comunitário). Além delas, há um canal AM na cidade, a Rádio Nova Frutal (operando em 1480khz), primeira emissora do município que, no entanto, hoje se limita a retransmitir a programação da Rádio Jovem Pan AM, de São Paulo (SP)⁷⁸.

De todas essas emissoras, a 97FM e 102FM contam com programas de radiojornalismo que são veiculados em duas edições de segunda a sábado, nos horários que vão das 7h. às 7h30 e das 11hs. às 13hs. Assim, ambas emissoras contam com 2h30m de radiojornalismo diário, tendo como principal enfoque os acontecimentos pertinentes ao município de Frutal, com grande destaque para o noticiário policial, político, matérias de interesse social, esporte local e regional, além de utilidade pública e a “mensagem do dia”, onde um texto motivacional é lido no encerramento da segunda edição dos dois programas.

Cada uma das emissoras comerciais conta com equipes de reportagem compostas por cinco pessoas, sendo um editor e quatro repórteres de rua, além do apresentador. Nos dois casos, com exceção dos apresentadores, toda a equipe conta com jornalistas graduados em cursos superiores, o que demonstra certa preocupação das empresas com a qualificação profissional de seus repórteres.

No entanto, o que se verificou durante os dias em que o escândalo dominou a cidade como principal assunto do dia, foi um comportamento que causou estranheza em parte dos ouvintes. Entre os dias 16 e 19 de dezembro, véspera da eleição da nova Mesa Diretora da Câmara Municipal, a Rádio 102FM dedicou cerca de 1 hora de sua programação para falar das denúncias pelo programa de radiojornalismo intitulado Raio-X, enquanto seu principal concorrente, o Jornal da 97, sequer fez menção ao assunto, seja por meio de entrevistas ou mesmo por pequenas notas. Enquanto que para

⁷⁸ Sobre a história dessa emissora, sugerimos a leitura dos seguintes artigos: OLIVEIRA, Zilma ; PORTARI, Rodrigo . A História do Rádio em Frutal: da Implantação à decadência da Rádio Frutal AM. In: I Congresso Mundial de Comunicação Ibero-Americana, 2011, São Paulo, SP. Anais do I Confibercom, 2011. v. 1.; PORTARI, Rodrigo . José Buzollo: o idealizador do rádio em Frutal - MG. In: 9 Encontro Nacional de História da Mídia, 2013, Ouro Preto - MG. Anais do 9 Encontro Nacional de História da Mídia, 2013. v. 1. p. 52-52; e ARAUJO JUNIOR, Antonio; GUILHERME, Clarissa; et. Al. DOCUMENTÁRIO A HISTÓRIA DA IMPRENSA DE FRUTAL - UM PASSADO PRESENTE. In: 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013, Ouro Preto, MG.



uma emissora o assunto era alvo de intensos debates, inclusive entre as partes envolvidas na gravação que concederam entrevistas ao vivo para o programa.

Diante dessa inconsistência, onde uma emissora ecoa um caso considerado grave de corrupção no âmbito municipal, enquanto a outra ignora o assunto, passamos a fazer o acompanhamento sistemático dos dois programas durante os dias que antecederam a disputa da presidência e, durante esse período, entramos em contato, via E-Mail, com os repórteres do Jornal da 97 solicitando informações sobre os motivos que levaram o assunto a não figurar em seu noticiário. Dos cinco componentes da equipe, três se dispuseram a responder nossas perguntas desde que não tivessem seus nomes divulgados ou mesmo características que permitissem sua identificação por parte da empresa. A principal argumentação dos repórteres foi a de que o assunto teria sido vetado pela direção da emissora por motivos comerciais, uma vez que o Poder Legislativo seria cliente da emissora e havia a preocupação do desgaste resultar em um encerramento da parceria comercial.

Diante das respostas, encontramos pelo menos três situações que nos permitem desenvolver o presente artigo. A primeira condiz com a hipótese da Agenda Setting, que nos traz a premissa de que a mídia pode nos sugerir assuntos para que possamos pensar ou discutir; a Espiral do Silêncio, que surge no contexto da hipótese do agendamento indicando caminhos para se entender como determinados assuntos são “esquecidos” pela mídia e, por conseqüente, não fazem parte do cotidiano de seus receptores; e, diante das respostas obtidas via E-Mail, a constatação de uma forte pressão organizacional em cima dos repórteres, condizendo com os estudos iniciais de Waren Breed, onde são apontados que constrangimentos organizacionais também influenciam na produção das notícias e na atividade jornalística o que, no caso em destaque, parece se confirmar.

2. O comportamento das emissoras e o referencial teórico

Segundo pesquisas de audiência divulgadas por uma agência de publicidade local, o Jornal da 97 seria o detentor de 60% da parcela dos ouvintes do município,



enquanto o programa Raio-X teria 32% de audiência, sendo que o 8% restante é distribuído entre a emissora evangélica (104FM) e a rádio comunitária 105FM, que transmite noticiário esportivo local, regional e nacional no mesmo horário em que os programas Raio-X e Jornal da 97 são veiculados, ou seja, entre 11h. e 13h.

Sendo a detentora da maior parcela de audiência, chama-nos a atenção o fato da emissora se calar sobre o escândalo. Nas entrevistas realizadas por meio do correio eletrônico, os entrevistados disseram que o motivo para não divulgação do escândalo se deve a compromissos financeiros estabelecidos entre o Poder Legislativo e a emissora: *“a orientação que recebemos é de que esse assunto deveria ser deixado de lado por enquanto e só seria relatado alguma coisa após processos judiciais concluídos para evitar prejuízos”* (Entrevistado A); *“é um assunto vetado aqui na redação, apesar de sabermos dele. O peso do convênio financeiro é grande”* (Entrevistado B); *“tem coisas que funciona naquele ditado: manda quem pode, obedece quem tem juízo”* (Entrevistado C).

Estabelece-se, dessa maneira, assim uma relação direta entre a hipótese do agendamento, a Espiral do Silêncio e a Teoria Organizacional, partindo do pressuposto de que, como detentora da maior parcela de ouvintes, a emissora Centenário FM teria capacidade de “agendar” com mais força o tema entre eleitores e população em geral caso o fato fosse repercutido.

De acordo com TRAQUINA (2005), a teoria organizacional de Warren Breed dispõe a analisar o trabalho jornalístico diretamente do contexto onde o profissional está inserido: a organização jornalística. Nesse sentido, ele aponta que:

Breed sublinha a importância dos constrangimentos organizacionais sobre a atividade profissional do jornalista e considera que o jornalista se conforma mais com as normas editoriais da política editorial da organização do que com quaisquer crenças pessoais que ele ou ela tivesse trazido consigo. O sociólogo norte-americano escreve que o jornalista acaba por ser “socializado” na política editorial da organização através de uma sucessão sutil de recompensa e punição. (TRAQUINA, 2005, p.152)

O constrangimento organizacional interfere diretamente na produção do noticiário no caso em tela. Um “recado” ou um “veto” dado a determinado assunto é



refletido diretamente no produto final que vai ao ar, numa tentativa de esconder o fato dos ouvintes, especialmente pelo fato da emissora ser a detentora da maior parcela de ouvintes locais. Assim, a autoridade institucional age e promete sanções ou punições para aquele que transgredi-la, ou seja, se o assunto ganhasse a programação a reação seria a de uma demissão sumária por descontentar um cliente da empresa.

Essa é a primeira forma de silenciamento imposto aos jornalistas e ao jornalismo local, agindo, de certa forma, com desonestidade perante o compromisso firmado de levar informação de interesse público aos ouvintes. Enquanto a emissora concorrente dedicava blocos inteiros de programação para discutir o assunto, o Jornal da 97 ocupava seu tempo com furtos de bicicleta ou matérias de utilidade pública, como reclamações de moradores sobre problemas na infraestrutura não solucionados pelo Poder Executivo local. Entendendo que a empresa também é um negócio, Traquina já advertia que “todas as empresas jornalísticas, com a exceção das empresas públicas, enfrentam mais tarde ou mais cedo a tirania do balanço econômico final, ou seja, a comparação entre custos e receitas” (2005, p.158). O rompimento de um contrato “generoso”, significaria déficit ao final do mês ou ao final do ano, colocando em risco não só os empregos da equipe de repórteres como também de outros profissionais que compõem o quadro de locutores e estrutura administrativa da organização.

Se a notícia é um produto a ser vendido para satisfação do ouvinte, que seria o cliente da emissora, a autoridade institucional, no entanto, deixou de entregar esse produto para satisfazer outra modalidade de cliente, aquela de caráter econômico, responsável por contribuir para um balanço comercial positivo ao encerramento de cada mês.

Ainda de acordo com as respostas obtidas pelos entrevistados A, B e C, todos eles afirmaram ter pleno conhecimento da polêmica mesmo antes do assunto ganhar força em redes sociais e na emissora concorrente. “*Uma semana antes já havíamos recebido uma informação por uma das partes de que o caso seria levado ao Ministério Público e que pretendiam repercutir tudo na mídia*” (Entrevistado B). Conforme o relato concedido na entrevista eletrônica, a denúncia chegou a ser colocada durante reunião de pauta, porém, foi retirada após a intervenção da direção da empresa.



A perspectiva adotada era a de que o silêncio mediante o fato forçaria, de certa forma, o assunto a cair no esquecimento, tentando limitar sua difusão apenas no âmbito das mídias sociais, onde a parcela de repercussão é, sobremaneira, menor do que o público ouvinte de rádio. A crença de que isso ocorreria se deu pelo fato de que a emissora concorrente e o programa Raio-X também tinham parceria comercial com o Poder Legislativo e, assim, o silêncio sobre o assunto seria dividido entre os dois órgãos de imprensa. Na prática, não foi o que ocorreu.

Com a tentativa de “barrar” a informação no meio mais popular de difusão de informações no município de Frutal, além da pressão organizacional e econômica realizada por parte de um cliente das emissoras, também se tentou criar um agendamento da população. Como dito antes, o alcance das redes sociais ainda é menor do que as ondas do rádio, especialmente pela dependência da conexão com a Internet e dispositivos preparados para acessá-la, sejam computadores, telefones celulares ou tablets.

Nesse sentido, a pressão organizacional também atuou como uma tentativa de “agendamento” do assunto perante a população, especialmente aqueles que não se conectam a rede de computadores e dependem quase que exclusivamente do rádio jornalismo para manterem-se informados dos acontecimentos de sua cidade ou região. Antônio Hohlfeldt (2001, p.201-203) observa que a hipótese do agendamento depende de algumas variáveis, como observado também por McCombs, Noelle-Neumann e Clóvis de Barros Filho. Essas variáveis seriam: acumulação, consonância, onipresença, relevância, *frame* temporal, *time-lag*, centralidade, tematização, saliência e focalização. Para esse caso em específico, chama-nos a atenção os aspectos debatidos acerca da acumulação, relevância e centralidade (e, por conseguinte, a tematização, que depende da centralidade).

A primeira característica refere-se imediatamente à “capacidade que a mídia tem de dar relevância a um determinado tema, destacando-o do imenso conjunto de acontecimentos diários que serão transformados, posteriormente, em notícia” (HOHLFELDT, 2001, p.201). Apesar da grave denúncia e do amplo interesse popular, o Jornal da 97 utilizou sua capacidade de acumulação para destacar outros assuntos



durante a semana, com grande enfoque em matérias policiais tais como furtos de motocicleta, furtos de bicicleta ou agressões de marido e mulher (Lei Maria da Penha), que consumiram aproximadamente 2 horas de programação nos quatro dias antecedentes à eleição.

Em momento algum o caso foi noticiado, nem sequer na forma de informativo ou uma pequena nota de poucos segundos, ou seja, o assunto não ganhou relevância alguma em sua programação, o que nos leva ao segundo aspecto, contrariando a premissa de que a notícia “é avaliada pela consonância do tema nos diferentes mídias, ou seja, se um determinado acontecimento acaba sendo noticiado por todos os diferentes mídias, independentemente do enfoque que lhe venha a ser dado, ele possui evidente relevância” (Idem, p.201).

Da mesma forma, no que tange à centralidade, ou seja, a “capacidade que os mídias têm de colocar como algo importante determinado assunto, dando-lhe não apenas relevância quanto hierarquia e significado” (Ibidem, p.202) também foi deixada de lado, sendo que assuntos de menor “valor-notícia” acabaram por ser utilizados para preencher o espaço da programação, mesmo que algo mais grave estivesse ocorrendo no município. O caso, que podemos considerar como uma polêmica para uma cidade do porte do município de Frutal-MG, nos demonstrou que outra forma de forçar o jornalismo a se “silenciar” é o de não atribuir “valor-notícia” ao fato em detrimento de outros, numa tentativa de ocultar o escândalo dos ouvintes da emissora.

Nesse sentido, seguimos para o que Nöelle-Neumann chamou de “Espiral do Silêncio”, hipótese que surge a partir do agendamento para compreender como determinados assuntos acabam caindo no esquecimento por parte da mídia. A autora chamava a atenção, em sua pesquisa, para o fato de existir “uma possível conexão entre mídia e mudança de opinião” (HOHLFEDLT, 1998, p.37). Na ocasião, suas pesquisas se concentravam na opinião do público diante de uma disputa eleitoral na Alemanha, destacando a ênfase dada pela mídia a uma corrente ideológica em detrimento da outra. Se considerarmos que na hipótese do agendamento é considerada uma percepção seletiva da audiência sobre o conteúdo, o fato de não se apresentar notícias relacionadas ao fato em questão reforçariam a premissa de fazer o escândalo cair no esquecimento.



Assim, repórteres e editores são orientados a não abordar o tema para que, pelo agendamento sugerido pela emissora, o assunto se “abafasse”, ou seja, não repercutisse com maior ênfase entre a população.

Diante desse fato e, levando em consideração as respostas obtidas com os profissionais que concordaram em se manifestar, mesmo que anonimamente, observamos uma “violência simbólica” presente na pressão organizacional, que valendo-se do poder de “demitir” ou “punir” os que estão subordinados à organização, pautam a atividade jornalística em defesa de interesses comerciais.

3. Considerações Finais

Quando se discute o silêncio do jornalismo e se coloca a questão de quais seriam os motivos que provocam esse silêncio, o conhecimento empírico tende a apontar a pressão organizacional ou a mera “camaradagem” como principais “culpados” por determinados assuntos não ganharem relevância suficiente diante de uma série de outros – muitas vezes taxados de supérfluos.

Nesse sentido, a inquietação que nos motiva a presente publicação está intimamente relacionada com uma forma de “testar” o silêncio de profissionais e meios de comunicação diante de um caso concreto, onde foi possível estabelecer um parâmetro sólido com base em comparação de um acontecimento que, por si só, já serviria para atender aos critérios de noticiabilidade para romper a “membrana invisível da mídia” (QUÉRÉ, 2006) e irromper no cotidiano dos ouvintes dos programas de radio jornalismo do município de Frutal-MG.

As respostas obtidas por E-Mail dos profissionais que concordaram em colaborar com a presente pesquisa reforçam, de sobremaneira, a desconfiança de ser o fator organizacional um dos responsáveis por provocar essa situação, pelo menos, em pequena empresas de comunicação do interior, nesse caso, do estado de Minas Gerais. É latente a afirmação dos entrevistados onde o principal motivo para o “silenciamento” do programa de radiojornalismo se deu diante da pressão financeira entre “cliente” –



envolvido no escândalo em tela – e “organização”, sob pena de ter recursos financeiros ceifados diante da exploração do assunto.

Optando por não se prejudicar financeiramente, a organização realizou um movimento de pressão por cima de seus profissionais no sentido de que a denúncia fosse “esquecida” da agenda daquela semana, numa tentativa de forçar os ouvintes a não ter o conhecimento do caso. Assim, a Espiral do Silêncio agiria para tirar o foco de atenção do caso, proporcionando tranquilidade ao cliente no que diz respeito à sua imagem institucional. Para isso, elegeu-se como valores-notícia de primeira hora naquela semana acontecimentos que se encaixam na categoria de *fait-divers*, ocupando a programação com notícias de menor potencial de noticiabilidade mas que, no entanto, eram de extrema utilidade para preencher os minutos necessários de programação.

As constatações obtidas com as entrevistas, diante do referencial teórico, nos oferece um amplo caminho de reflexão sobre a prática jornalística, especialmente em pequenos órgãos de imprensa em municípios de menor porte do que capitais. Se, por um lado, o jornalismo prega a objetividade e a máxima de “a verdade, nada mais que a verdade”, por outro, a verdade jornalística nessa realidade é “parcial” ou veleja de acordo com os interesses daqui e acolá.

Noelle-Neumann apontava em seu texto sobre a Espiral do Silêncio a possibilidade de influência da mídia nos receptores. No entanto, a autora observava uma dependência das características de cada audiência que poderia ser preponderante para a compreensão da extensão desse poder de sugestão proposto nos estudos de mídia. Na situação recortada por nós, observa-se, sobretudo, que apesar de deter maior porcentagem de audiência entre os ouvintes de rádio jornalismo do município, ignorar a denúncia não foi o suficiente para calar o acontecimento, que ganhou não apenas as ondas sonoras da emissora concorrente, mas também foi amplamente repercutido em redes sociais.

Não se aplicou, nesse caso, a perspectiva da autora de que o silenciamento também ocorreria por pressão da maioria:



...o ponto central de toda a sua hipótese é a capacidade que ela reconhece nas pessoas de perceber o que por ela é denominado de *clima de opinião*, independentemente do que essas pessoas sintam. Assim, ao perceberem – ou imaginarem – que a maioria das pessoas pensa diferentemente delas, essas pessoas acabam, num primeiro momento, por se calarem e, posteriormente, a adaptarem, ainda que muitas vezes verbalmente, suas opiniões às do que elas imaginam ser a maioria. (HOHLFELDT, 1998, p.41)

No entanto, dessa vez, a opinião da minoria – no caso da porcentagem de ouvintes – acabou por prevalecer: a repercussão do escândalo ganhou não apenas destaque nas ruas e redes sociais como também chegou a ser denunciado no Ministério Público para posterior investigação. Por mais que a emissora tenha conseguido silenciar profissionais, foi o público quem deu a lição.

4. Referências Bibliográficas

DeFLEUR, M. L., BALL-ROKEACH. Teoria da comunicação de massa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. La espiral del silencio. Trad: Javier Ruiz Calderón. Disponível em: http://capacitacion.iedf.org.mx/moodle/seminario/lecturas/lecturas/sesion2/La_Espiral_del_Silencio.pdf. Acesso em 6 de março de 2015.

HOHLFELDT, Antonio. Espiral do Silêncio. Revista Famecos, No. 8, p. 36-47. Porto Alegre: PUC-RS, 2008.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. Teorias da Comunicação: Conceitos, escolas e tendências. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

PENA, Felipe. 1000 perguntas sobre Teoria da Comunicação. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo: por que as notícias são como são? Vol. 1. Florianópolis: Editora UFSC, 2005.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Vol. 2. Florianópolis: Editora UFSC, 2005.

TRAQUINA, Nelson (org.). Jornalismo: questões, teorias e "estórias". Lisboa: Vega, 1993.

WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação. Lisboa: Editorial Presença, 1999.



Entrevistas

Entrevista concedida pelo Repórter A. [dez.2014]. Entrevistador: Rodrigo Daniel Levoti Portari. Frutal, 2014.

Entrevista concedida pelo Repórter B. [dez.2014]. Entrevistador: Rodrigo Daniel Levoti Portari. Frutal, 2014.

Entrevista concedida pelo Repórter C. [dez.2014]. Entrevistador: Rodrigo Daniel Levoti Portari. Frutal, 2014.



Entre escândalos e silêncios: a fetichização da corrupção no discurso jornalístico

Julio Cesar Lemes de Castro⁷⁹

Resumo: A cobertura do jornalismo brasileiro sobre corrupção, especialmente aquela protagonizada por atores políticos, parece caracterizar-se pela escandalização. Uma análise mais atenta, contudo, indica que tal escandalização é acompanhada por uma série de lacunas e distorções. Este trabalho propõe-se a fazer uma tipologia dos silêncios correlacionados aos escândalos midiáticos em torno da corrupção no Brasil, no contexto contemporâneo do neoliberalismo: silêncio sobre aliados políticos; silêncio sobre temas além da corrupção; silêncio sobre causas estruturais da corrupção; silêncio sobre corrupção empresarial; silêncio sobre corrupção e outras distorções da própria mídia. O padrão que emerge dessas correlações – focar em alguma coisa para obscurecer outra – é caracterizado como uma operação de fetichização.

Palavras-chave: corrupção, escândalo, jornalismo, fetichização, neoliberalismo.

Como acontece em outros países (THOMPSON, 2000), a cobertura do jornalismo brasileiro sobre corrupção, especialmente aquela protagonizada por atores políticos, caracteriza-se pela escandalização. Com efeito, trata-se de um tema que rende manchetes com facilidade, até quando se trata apenas de suspeitas. E a repercussão desse tipo de noticiário aponta na mesma direção – basta ver o tom predominante de indignação nas manifestações do público, seja no próprio veículo, em seu *Web site* ou nas redes sociais em geral.

Uma análise mais atenta, contudo, indica que tal escandalização é acompanhada por uma série de lacunas e distorções. Virilio (1993, p. 13-15) argumenta que a mídia atua como um poder sem controle, especialmente por sua capacidade de esconder fatos. A mesma mídia que aparenta avidez por trazer à tona revelações, posando como guardiã implacável da ética e defensora encarniçada dos interesses dos cidadãos, mostra-se, curiosamente, propensa a cultivar silêncios de várias naturezas. Como mostra Entman

⁷⁹ Pesquisador de pós-doutorado na Escola de Comunicação da UFRJ. Graduado em Jornalismo pela ECA-USP, com mestrado e doutorado em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.



(2012), a oscilação entre reações de escândalo e silêncio diante da má conduta de políticos é também bastante comum nos Estados Unidos. O padrão que emerge desse comportamento dúplice – focalizar alguma coisa para obscurecer outra – pode ser caracterizado como uma operação de fetichização. Com efeito, na análise de Freud (1948), o fetichismo sexual é um mecanismo para eludir a castração, enquanto, na análise de Marx (1962, p. 85-98), o fetichismo da mercadoria oculta o papel do trabalho. Explorando especificamente o caso da corrupção no Brasil, este trabalho propõe-se a fazer uma tipologia dos silêncios correlacionados aos escândalos midiáticos em torno da questão.

1. Silêncio sobre aliados políticos

No Brasil, a propriedade dos meios de comunicação sempre esteve concentrada nas mãos de um pequeno número de empresas, sob o comando de determinadas famílias. Diferentemente de outros setores da economia nacional, a indústria da mídia não está submetida a legislação e controle que coíbam tendências oligopolistas e monopolistas. É curioso notar que mesmo num país como os Estados Unidos, com toda a sua tradição liberal, o Estado tem uma presença mais forte na regulação da comunicação do que aqui. No período recente, vários países latino-americanos têm demonstrado preocupação com a concentração midiática e adotado medidas para tentar reverter esse quadro, em que pese a resistência dos grupos dominantes e o caráter polêmico que acabam assumindo essas iniciativas. Já no Brasil, apesar da posição favorável a mudanças por parte do Partido dos Trabalhadores (PT), no poder desde 2003, praticamente não houve avanços nesse sentido, conforme reconhece até mesmo um balanço (LIMA, 2013) publicado num volume que celebra realizações dos governos Lula e Dilma Rousseff.

Não é difícil constatar que “a configuração da propriedade midiática no Brasil afeta diretamente o livre fluxo de notícias e informações e obstrui o pluralismo” (REPORTERS WITHOUT BORDERS, 2013). A concentração da mídia é potencializada por sua homogeneidade em termos ideológicos e pela ausência de



concorrência de fato. Em outros tempos o jornalismo brasileiro, majoritariamente, alinou-se às forças políticas de oposição aos governos de cunho nacionalista de Vargas e Goulart e apoiou o golpe militar de 1964. No período recente, por um conjunto de razões, a tônica da cobertura das administrações petistas por parte da grande mídia também é negativa.

Bourdieu (2004) observa que o neoliberalismo, hoje hegemônico no mundo, conta via de regra com o apoio decisivo das corporações midiáticas. Isso acontece também no Brasil, onde a linha editorial dos principais veículos é uniforme, advogando medidas como privatização, enxugamento do Estado, austeridade monetária, independência do Banco Central e abertura comercial. E não se trata de uma questão puramente ideológica: a sobrevalorização do real, por exemplo, um dos pilares do arcabouço econômico neoliberal vigente no país desde os anos 90, barateia o papel e os equipamentos e programas importados pela indústria de mídia, que ademais defende os interesses de seus anunciantes e financiadores. Desde 2005, os grupos de mídia mais importantes organizam-se institucionalmente no Instituto Millenium, *think tank* de extração neoliberal. Como os governos petistas, não obstante suas numerosas concessões, não seguem exatamente a ortodoxia dos mercados, a tendência é que eles sejam bombardeados por ataques sistemáticos.

Além disso, embora não se encaixe exatamente na conceituação do populismo conforme Laclau (2005), que envolve a contraposição do povo às elites, adotando uma postura mais conciliatória, o PT no poder investe em políticas sociais que lhe dão apelo popular. Ora, há uma longa tradição conservadora de desconfiança em relação às massas, que remonta a sua caracterização derrisória por Le Bon (2010) no final do século XIX. A mídia alinhada ao capital financeiro insere-se nessa tradição, opondo-se ao imaginário político associado às massas, que no Brasil está identificado ao PT.

Outro fator a ser considerado é o enfraquecimento das correntes de oposição: na medida em que o discurso conservador que prometia melhorias dentro da ordem é apropriado com eficácia pelo lulismo, como mostra Singer (2012), elas perdem o domínio sobre o centro do tabuleiro político e são empurradas para a direita. Fragilizadas por estarem fora do poder e apoiarem-se num sistema partidário pouco consistente, acabam



subordinando-se à liderança da mídia. Gramsci (1999, p. 164), comentando a situação da Itália, observa que, diante da carência de partidos bem articulados, a representação dos interesses conservadores é assumida pelos diários, “que constituem os verdadeiros partidos”. Exatamente nessa linha, Maria Judith Brito, na qualidade de executiva da *Folha de S.Paulo* e presidenta da Associação Nacional de Jornais, declarou numa entrevista em 2010 que, em virtude da fraqueza dos partidos, era a mídia quem de fato fazia oposição no Brasil.

A orientação política da grande mídia transparece claramente em seu noticiário, como demonstra o Manchetômetro, pesquisa do Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP), da UERJ, que mensura o viés positivo, negativo ou neutro adotado sobre candidatos e partidos em períodos eleitorais. No caso da cobertura negativa, o pretexto usual são os escândalos de corrupção. Num levantamento sobre as revistas semanais *Veja*, *Época* e *IstoÉ*, Nascimento (2013) mostra que a publicação de denúncias nos anos eleitorais de 2002, 2006 e 2010 atingiu um patamar muito mais elevado do que nos anos eleitorais de 1989, 1994 e 1998. Embora o autor não explore as causas desse aumento, ele coincide justamente com o período em que a coalizão petista se torna vitoriosa. A mesma tendência é observada nesse período, fora dos anos de eleições. Seja em termos da disposição em investigar, seja em termos do destaque dado às denúncias e suspeitas, há uma nítida assimetria no tratamento dos casos de corrupção de acordo com quem está neles envolvido. Basta comparar os casos do Mensalão petista e do Mensalão tucano, ou os casos das propinas pagas por fornecedoras da Petrobras e daquelas pagas pela Alstom e pela Siemens nos trens e metrô paulistas. A escolha de alvos preferenciais contrapõe-se à tendência ao silêncio sobre outros alvos.

Stroud (2011) constata nos Estados Unidos, nas últimas décadas, uma tendência à partidarização da mídia, de forma que republicanos e democratas podem escolher, entre os veículos, aqueles com cuja cobertura eles têm maior afinidade: por exemplo, a Fox News para uns e a CNN para outros. A diferença, no Brasil, é que a partidarização, na grande mídia, ocorre praticamente numa única direção. Deve-se salientar ainda que os critérios seletivos adotados na cobertura sobre corrupção são naturalmente bastante conhecidos no meio político. Assim, a possibilidade que a mídia tem de eleger seus



alvos traduz-se em poder de barganha ou chantagem sobre os políticos.

2. Silêncio sobre temas além da corrupção

No contexto neoliberal das últimas décadas, o declínio do espaço público e o individualismo tornam o ambiente mais rarefeito para a atividade política. Isso não chega a ser um problema do ponto de vista do neoliberalismo, visto que ele pensa a política em termos de consenso racional. Essa concepção é tributária de uma associação entre política e mercado, no qual as divergências de interesses entre os agentes econômicos se resolveriam em última análise através dos mecanismos de preços. O corolário dela é a redução da atividade governamental a uma atividade de gestão, ou seja, algo burocrático, técnico, neutro, distante o mais possível de interferências políticas.

O problema dessa concepção, assinala Mouffe (2005), é que ela deixa de lado dois ingredientes essenciais da política, o conflito e a emoção. Ora, como demonstra a psicanálise, tudo que é reprimido acaba retornando de alguma forma. Excluídos da política concebida como consenso racional, o conflito e a emoção reaparecem por outras vias, como o moralismo que preside a escandalização da corrupção. À primeira vista, o discurso sobre moral na política é o terreno por excelência dos truísmos e da retórica vazia: não há em princípio do que discordar e ele acomoda-se facilmente nos lábios de qualquer um, inclusive daqueles cuja prática se situa a léguas de distância dele. A platitude desse discurso sugere, assim, um prolongamento do consenso racional. Mas o moralismo embute uma dimensão de antagonismo, pois permite dividir o mundo em bom e mau, certo e errado, conferindo automaticamente a qualquer enunciador a confortável posição de juiz e investindo-o de superioridade instantânea sobre quem ele condena. O moralismo desdobra-se igualmente numa dimensão emocional, na medida em que a estigmatização do outro como mau e errado permite canalizar a intolerância e a agressividade contra ele.

Outra tendência contemporânea é a espetacularização da política, uma faceta do que Debord (1987) denomina “sociedade do espetáculo”. Numa boa medida, as



campanhas eleitorais e as atividades dos governantes acontecem numa atmosfera midiática e fazem uso de recursos de *marketing*. Isso está ligado a uma crescente personalização da política e um concomitante esvaziamento de seu conteúdo ideológico. Uma faceta da transformação da política em espetáculo é a escandalização da corrupção. Num certo sentido, pode-se dizer, com Baudrillard (1981, p. 28), que episódios como Watergate representam uma tentativa de “regenerar através do escândalo um princípio moral e político”, resgatando a crença na política. O problema é que o recurso à espetacularização toma como remédio o próprio veneno responsável pelo enfraquecimento da política.

A cobertura midiática sobre corrupção tende a ser impregnada pelo moralismo e pela espetacularização. Essa lógica contamina e corrompe o próprio funcionamento da justiça:

No processo espetacular desaparece o diálogo, a construção dialética da solução do caso penal a partir da atividade das partes, substituído pelo discurso dirigido pelo juiz: um discurso construído para agradar às maiorias de ocasião, forjadas pelos meios de comunicação de massa, em detrimento da função contramajoritária de concretizar os direitos fundamentais (CASARA, 2015).

No caso do Mensalão, os acusados foram brindados pela imprensa com epítetos como “mensaleiros” muito antes de serem julgados; na abertura da ação penal, de acordo com declarações atribuídas ao ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), “a imprensa acuou o Supremo” e “todo mundo votou com a faca no pescoço” (MAGALHÃES, 2007); o julgamento da ação pelo STF foi coberto, segundo o jurista Dalmo Dallari, “como se fosse um comício” (LEMES, 2012); as condenações foram celebradas com estardalhaço; as prisões foram tratadas como *show* midiático; o cotidiano dos condenados na cadeia foi esquadrihado por repórteres em busca de irregularidades e privilégios. Aparece aqui um certo gozo sádico, que corresponde ao lado obscuro da lei, semelhante ao que Žižek, no documentário *The pervert’s guide to cinema* (direção de Sophie Fiennes, 2006), aponta em *Pluto’s judgement day*, desenho animado produzido por Walt Disney em 1935.



Impulsionada pelo moralismo e pela espetacularização, a escandalização da corrupção deixa em segundo plano temas de conteúdo mais propriamente político. Assim, a ênfase jornalística na temática da corrupção pode ser enquadrada numa estratégia deliberada para tentar definir os parâmetros do debate político, o chamado *agenda setting* (McCOMBS; SHAW, 1972). A manipulação de prioridades transborda a mídia, pautando também a atuação dos partidos, que por vezes parecem agir em parceria com ela. Isso aparece com maior destaque em períodos eleitorais, quando a discussão sobre projetos nacionais, com dimensões políticas, sociais e econômicas, é ofuscada pela expectativa do próximo escândalo, pela busca da bala de prata – a ser fornecida, supõe-se, pelas mãos prestimosas do jornalismo – para derrotar o adversário.

Fenômenos semelhantes ocorrem em outros países. Os Estados Unidos, argumentam Ginsberg e Shefter (1999, p. 16), parecem ter entrado numa época pós-eleitoral, em que o duelo político se dá por outros meios: “Ao invés de engajar-se numa competição aberta por votos, as forças políticas em disputa passaram a confiar em armas de combate institucional, tais como investigações do Congresso, revelações midiáticas e processos judiciais, para derrotar seus oponentes”. Na Espanha, descreve Castells (p. 254-264), o Partido Socialista de Felipe González foi derrotado em 1996, após treze anos no poder e quatro vitórias eleitorais, graças aos esforços de uma rede de oposição liderada informalmente por um grupo de jornalistas. Num país em que a maioria dos eleitores se definia como sendo de centro-esquerda, a ascensão dos conservadores não se deu no terreno ideológico, mas através do recurso a uma campanha sistemática de desconstrução de imagem dos socialistas, baseada na denúncia de casos de corrupção. No Brasil, onde a ortodoxia neoliberal foi rejeitada pelo eleitorado em quatro eleições presidenciais consecutivas (2002, 2006, 2010 e 2014) e a oposição passou a investir de forma crescente na escandalização midiática da corrupção, é especialmente notável o paralelo com o caso espanhol. Mas, além da tentativa de interferir nos resultados eleitorais, a escandalização tem uma função preventiva, mantendo o governo acuado e diminuindo assim sua capacidade de adotar medidas que desafiem o pensamento hegemônico do mercado e da mídia, além de inibir a discussão de alternativas. Hoje, quando o modelo do lulismo, que representou uma saída provisória aos impasses do



neoliberalismo, demonstra esgotamento, a pressão do capital financeiro, secundado pela mídia, é para o retorno à ortodoxia dos anos 90, como se não houvesse nenhuma outra opção.

3. Silêncio sobre causas estruturais da corrupção

A corrupção política, obviamente, não é um fenômeno recente no Brasil e tem causas estruturais conhecidas, valendo destacar duas delas. O sistema partidário e eleitoral vigente desde a redemocratização funciona de tal forma que o partido que conquista a presidência da república chega a cerca de um quinto, na melhor das hipóteses, da representação total no Congresso. Algo semelhante tende a acontecer nos Estados e municípios. Assim, o poder executivo torna-se refém das demandas fisiológicas das coalizões parlamentares requeridas pela governabilidade, geralmente na forma de cargos e emendas. Além disso, os candidatos ao executivo e ao legislativo, na medida em que dependem de doações eleitorais de empresas privadas, tornam-se reféns de seus interesses. Portanto, o combate à corrupção passaria, sobretudo, por uma reforma política que modificasse esse estado de coisas, a qual encontra compreensível resistência por parte dos que dele se beneficiam.

O alarido midiático em torno da corrupção, contudo, é acompanhado de um relativo silêncio sobre suas causas estruturais. A tônica da cobertura jornalística é a fulanização: ao invés de incidir sobre o sistema político que alimenta a corrupção, ela a associa a pessoas e partidos específicos, como se fora resultado basicamente de deficiências de índole moral. A moral pública, ligada à estrutura de funcionamento da política, é reduzida à moral privada, que consiste no somatório da moral individual de cada participante da atividade política, algo difícil de aquilatar e facilmente manipulável através de operações de construção de imagem. E, embora haja referências protocolares, aqui e ali, à necessidade de reforma política, o noticiário privilegia a via policial e judicial, patrocinando a crença numa operação de limpeza do mundo político, por meio de justiceiros que se encarregariam dessa tarefa. Esse tipo de abordagem está relacionado com a seletividade, o moralismo e a espetacularização características da



cobertura.

É interessante considerar aqui o caso da França, onde o tipo de jornalismo investigativo que se dedica a explorar casos de corrupção se desenvolveu relativamente tarde, a partir dos anos 80. Chalaby (2004) sustenta que isso aconteceu por conta de uma tradição intelectual que dá preferência a explicações de caráter sistêmico e que de alguma forma influencia o jornalismo. Por exemplo, para Durkheim, mesmo o suicídio é um fato social. Isso sugere uma incompatibilidade entre a escandalização em série e a ênfase na estrutura subjacente aos elementos da série.

A omissão, por meio do discurso da escandalização, sobre os fatores estruturais que favorecem a corrupção faz com que esse discurso tenha pouca eficácia, se ele for avaliado quanto a sua possível contribuição ao combate efetivo à corrupção. Na verdade, não tocar nas causas da corrupção é a melhor maneira de manter o *status quo*, que, como foi dito, garante à mídia uma fonte de poder sobre os políticos.

4. Silêncio sobre corrupção empresarial

“As definições tradicionais de corrupção”, observa um documento da organização internacional Tax Justice Network (no date), “encorajam um foco excessivo no setor público, enquanto ignoram o setor privado.”

Nos casos de corrupção no Brasil, a mídia tende a focar os políticos, tratados como os vilões habituais, ao passo que as empresas e os empresários envolvidos geralmente são poupados. Mesmo no escândalo recente da Petrobras, em que as empreiteiras entraram na berlinda por serem o caminho para chegar aos agentes políticos, a situação acabou servindo de pretexto para a defesa da privatização da exploração do petróleo. Procura-se sempre reforçar, portanto, o preconceito quanto à política e ao Estado típico do neoliberalismo.

Outro escândalo corrente, o Swissleaks, que envolveu o vazamento de uma lista de clientes do banco HSBC em todo o mundo potencialmente envolvidos em operações suspeitas, colocou na ordem do dia a chamada separação entre Igreja e Estado no jornalismo, ou seja, a barreira que deveria existir entre redação e departamento



comercial. O banco chegou a declarar explicitamente que suspenderia a publicidade em veículos de cuja cobertura discordasse, e jornalistas em vários países denunciaram sua interferência. No Brasil, embora representantes da grande mídia tenham tido acesso aos dados, a cobertura foi tímida desde o início e alguns poucos nomes foram aparecendo a conta-gotas, o que sugere seja a pressão do banco, seja o interesse em proteger os envolvidos, seja a decisão de priorizar o caso Petrobras.

O Swissleaks também é importante porque está relacionado com outra questão fundamental, a evasão fiscal. A partir do cotejo de levantamentos a respeito, pode-se dizer que a sonegação de impostos representa um desvio de dinheiro público em volume muito maior que a corrupção. Enquanto a estimativa de corrupção no Brasil é de 1,38% a 2,3% do Produto Interno Bruto (PIB) (DECOMTEC-FIESP, 2010), a de sonegação está entre 8,44% a 10,4% do PIB (SINPROFAZ, 2014). Assim, tomando o PIB brasileiro em 2013 como sendo de R\$ 4,838 trilhões (IBGE, 2015), a estimativa do volume de corrupção naquele ano oscilava entre 66,8 e 111,3 bilhões, enquanto a da sonegação variava de 408,3 a 503,1. Num *ranking* com estimativas para 175 países, o Brasil aparece como o 69º menos corrupto, empatado com a Itália e à frente de todas as nações sul-americanas, exceções feitas a Chile e Uruguai (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2015) – ou, invertendo a escala, como o 101º mais corrupto. Em outro *ranking*, com estimativas para 145 países, o Brasil aparece em sétimo lugar do mundo em matéria de sonegação, medida em porcentagem do PIB, ou em segundo lugar, em números absolutos (TAX JUSTICE NETWORK, 2011). Trazer o foco para o que deixa de ser arrecadado via evasão fiscal, o que a grande mídia não faz, permitiria situar melhor não apenas a questão da corrupção, mas também a dos impostos supostamente elevados (tema caro à retórica neoliberal), visto que coibir a sonegação possibilitaria baixá-los significativamente.

5. Silêncio sobre corrupção e outras distorções da própria mídia

Em *blogs* independentes, encontramos frequentes denúncias sobre o envolvimento das corporações midiáticas com práticas duvidosas, não muito distantes



da corrupção que alvejam, seja por se colocarem à margem da lei, seja por comprometerem potencialmente sua independência em operações de barganha por favores ou de vendeta por conta de interesses contrariados. É o caso da evasão fiscal (o Swissleaks, por exemplo, trouxe à tona uma série de nomes de proprietários de mídia e jornalistas), da reivindicação de publicidade estatal, dos contratos de venda de assinaturas de jornais e revistas para governos que os distribuem a repartições públicas, ou da solicitação de financiamento em bancos públicos em condições favoráveis, ou de apoio governamental para seus negócios, inclusive alheios à mídia (como a venda de livros didáticos). Essas práticas contam geralmente com o silêncio cúmplice dos veículos mais importantes, seja porque eles próprios incorrem nelas, seja porque não há concorrência efetiva entre eles, mas acordo tácito quanto a objetivos e métodos.

A seletividade nas denúncias implica certas transgressões das práticas jornalísticas que não são admitidas explicitamente, configurando-se como objeto de outro tipo de silêncio. Há numerosos casos de denúncias de corrupção baseadas em gravações ou vazamentos ilegais, ou em imputações por parte de indivíduos ou grupos que tiveram seus interesses prejudicados, ou em fontes do submundo, ou em delações premiadas. Essas circunstâncias, por si só, certamente não invalidam as acusações. O mais importante é a falta um esforço de apuração que vá além disso, comprometendo a consistência do que é noticiado. Aos problemas no âmbito da reportagem são acrescentados aqueles de ordem editorial: suspeitas apresentadas como fatos; manchetes tendenciosas, sem sustentação nas matérias a que elas se referem; destaque reduzido para as alegações de personagens acusadas em sua defesa, ou mesmo para a comprovação ulterior de sua inocência; emprego de retórica moralizante.

Finalmente, há de considerar-se o silêncio do jornalismo sobre suas reais motivações. É perfeitamente compreensível que as empresas de comunicação tenham uma agenda própria, empenhando-se em defender seus interesses e sua ideologia. Mas, conquanto essa agenda seja clara para um observador com suficiente senso crítico, as empresas via de regra procuram disfarçá-la, posando como *watchdogs* independentes. Aqui, cabe recuperar o sentido do fetichismo, sintetizado pela fórmula de Mannoni (1969, p. 9-33): “*Je sais bien, mais quand même...*” (“Sei muito bem, mas mesmo



assim...”). Ou seja, o fetiche serve para esconder algo, mas o fetichista não é ingênuo, ele sabe exatamente o que está sendo escondido.

Referências

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacres et simulation**. Paris: Galilée, 1981.

BOURDIEU, P. **Contre-feux**: propos pour servir à la résistance contre l’invasion néolibérale. 11e éd. Paris: Raisons d’Agir, 2004.

CASARA, Rubens R. R. Processo penal do espetáculo. 14 de fevereiro de 2015. Disponível em <<http://justificando.com/2015/02/14/processo-penal-espetaculo/>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

CASTELLS, Manuel. **Communication power**. Oxford and New York: Oxford University Press, 2009.

CHALABY, Jean K. Scandal and the rise of investigative reporting in France. **American Behavioral Scientist**, v. 47, n. 9, p. 1194-1207, May 2004.

DEBORD, Guy. **La société du spectacle**. Paris: Gérard Lebovici, 1987.

DECOMTEC-FIESP (Departamento de Competitividade e Tecnologia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Corrupção: custos econômicos e propostas de combate. Março de 2010. Disponível em <<http://www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=2021>>. Acesso em: 4 mar. 2015.

ENTMAN, R. M. **Scandal and silence**: media responses to presidential misconduct. Cambridge (UK): Polity, 2012.

FREUD, S. Fetischismus. In _____. **Gesammelte Werke, vierzehnter Band**: Werke aus den Jahren 1925-1931. London: Imago, 1948. p. 309-317.

GINSBERG, Benjamin; SHEFTER, Martin. **Politics by other means**: politicians, prosecutors, and the press from Watergate to Whitewater. rev. ed. New York: Norton, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cuadernos de la cárcel, tomo 1**. 2a. ed. Ciudad de México: Era/Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 1999.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). PIB - valores correntes. 2015. Disponível em <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/contas-nacionais/pib-valores-correntes>>. Acesso em: 4 mar. 2015.



LACLAU, Ernesto. **On populist reason**. London and New York: Verso, 2005.

LE BON, Gustave. **Psychologie des foules**. Paris: Presses Universitaires de France, 2010.

LEMES, Conceição. Dalmo Dallari critica vazamento de votos e diz que mídia cobre STF “como se fosse um comício”. 28 de setembro de 2012. Disponível em <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/dalmo-dallari-critica-vazamento-de-votos-e-diz-que-midia-cobre-stf-como-se-fosse-um-comicio.html>>. Acesso em: 4 mar. 2015.

LIMA, Venício A. de. Por que não se avança nas comunicações? In: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo/Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 207-223.

MAGALHÃES, Vera. “Tendência era amaciar para Dirceu”, diz ministro do STF. **Folha de S.Paulo**, 30 de agosto de 2007. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3008200702.htm>>. Acesso em: 9 mar. 2015.

MANNONI, Octave. **Clefs pour l’imaginaire ou l’Autre Scène**. Paris: Seuil, 1969.

MARX, K. Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie, Buch I – der Produktionsprozess des Kapitals. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Werke, Band 23**. Berlin: Dietz, 1962.

McCOMBS, Max; SHAW, Donald. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, v. 36, n. 2, 1972.

MOUFFE, Chantal. **On the political**. London and New York: Routledge, 2005.

NASCIMENTO, Solano dos Santos. Reportagens com denúncias na imprensa brasileira: análise de duas décadas da predileção por mostrar problemas. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 22., 2013, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: Compós, 2013. Disponível em <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_2017.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2015.

REPORTERS WITHOUT BORDERS. The country of thirty Berlusconi. January 2013. Disponível em: <http://en.rsf.org/IMG/pdf/brazil_report.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2015.

SINPROFAZ (Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional). Sonegação no Brasil - uma estimativa do desvio da arrecadação do exercício de 2013. Março de 2014. Disponível em <<http://www.quantocustaobrasil.com.br/artigos-pdf/sonegacao-no-brasil-uma-estimativa-do-desvio-da-arrecadacao-do-exercicio-de-2013.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2015.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.



STROUD, Natalie Jomini. **Niche news**: the politics of news choice. Oxford and New York: Oxford University Press, 2011.

TAX JUSTICE NETWORK. The cost of tax abuse. Nov 2011. Disponível em <http://www.tackletaxhavens.com/Cost_of_Tax_Abuse_TJN%20Research_23rd_Nov_2011.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2015

_____. Corruption. no date. Disponível em <<http://www.taxjustice.net/topics/inequality-democracy/corruption/>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

THOMPSON, J. B. **Political scandal**: power and visibility in the media age. Cambridge (UK) and Malden: Polity, 2000.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. Corruption Perceptions Index 2014. 2015. Disponível em <http://files.transparency.org/content/download/1900/12610/file/CPI2014_ResultsSpreadsheet.xlsx>. Acesso em: 4 mar. 2015.

VIRILIO, Paul. **L'art du moteur**. Paris: Galilée, 1993.



Impactos da autonomia das mídias sociais no jornalismo político

Ricardo José Torres⁸⁰
Rogério Christofolletti⁸¹

Resumo: Este estudo busca discutir e analisar os impactos que a autonomia das mídias sociais proporciona em relação a produção e distribuição de conteúdos multimídia ligados a temas políticos. Para tanto examina o caso específico da página SP Invisível (<https://www.facebook.com/spinvisivel?fref=ts>), comunidade no Facebook que se propõe a humanizar “personagens” invisíveis e silenciados na sociedade. A originalidade na forma de abordagem de uma temática política importante (exclusão social, muitas vezes silenciada no noticiário) se orienta por autonomia em relação à media mainstream. Essa característica sinaliza a necessidade de uma reflexão sobre as limitações, convencionadas pelas práticas jornalísticas, impostas aos temas abordados pelo jornalismo político contemporâneo.

Palavras-chave: Jornalismo Político; Mídias Sociais; Engajamento; Ciberativismo.

Introdução

Os movimentos relacionados ao ciberativismo têm diversas características e um teor político evidente que de uma forma geral passam despercebidas pela cobertura jornalística política convencional. É o que Orlandi (1997) chama de “política do silêncio” ou “silenciamento”. “Aí entra toda a questão do 'tomar' a palavra, 'tirar' a palavra, obrigar a dizer, fazer calar, silenciar, etc. Em face dessa sua dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto como parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência)” (30-31). Em um contexto específico, por meio das mídias sociais, os atores engajados apresentam suas causas e ideais mesmo sem estar inseridos no campo da política canônica.

O ativismo político, entendido em uma perspectiva de transformação social, ganha contornos importantes no cenário, não pela notoriedade de suas lideranças e componentes, mas pelo olhar que dedica aos temas da sociedade. Esta abordagem tem

⁸⁰ Jornalista, especialista em Marketing Digital e Mídias Sociais e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, SC, Brasil.

⁸¹ Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista de Produtividade do CNPq. Florianópolis, SC, Brasil.



sido mais largamente difundida pelas mídias sociais. Conforme Castells, “novas vias de mudança social, mediante a capacidade autônoma de comunicar-se e organizar-se, têm sido descobertas por uma nova geração de ativistas, para além do alcance dos métodos usuais de controle empresarial e político” (2013: 28). Novos desafios se apresentam para o jornalismo político no que diz respeito ao tratamento dos temas que extrapolam as estruturas do Estado, o voto e a militância.

A internet tem fomentado novas formas de ativismo, muitas vezes marcadas por seu caráter individualista com foco na autoexpressão, mas que representam um fenômeno importante a ser estudado. É uma ferramenta de comunicação primordial para novos e velhos movimentos sociais, grupos minoritários e organizações contra hegemônicas, proporcionando compartilhamento de informação de forma quase instantânea e a baixo custo. Mas o jornalismo, em particular, e os conteúdos simbólicos da grande mídia empresarial, em geral, continuam ocupando uma posição central. (MIGUEL, 2014, p. 144).

Um dos exemplos notáveis que ocorrem nas mídias sociais, em particular no Facebook, é a página SP Invisível⁸², criada pelo estudante de jornalismo, Vinicius Lima, e pelo estudante de cinema, André Soler. O projeto busca humanizar, por meio de relatos de moradores de rua, ambulantes, catadores de lata, artistas, as histórias de pessoas “invisíveis” e marginalizadas no contexto social. A página surgiu em março de 2014, conta com colaboradores e já registrou mais de 160 mil curtidas em um ano. Segundo os idealizadores, seu conteúdo busca romper com a ideia de que a vida de todo mundo é muito boa, contradizendo um comportamento largamente disseminado no próprio Facebook. É, então, uma voz dissonante. Para tanto, decidiram mostrar a vida como ela é, com vícios, tristezas e decepções. “Normalmente (os moradores de rua) são as melhores histórias e as mais despercebidas”⁸³. As postagens são simples e concisas, com relatos transformados em textos narrados em primeira pessoa. A iniciativa de interagir, mais especificamente de ouvir e compartilhar as histórias, tenta denunciar o silenciamento e a invisibilidade crônica originada na desigualdade social, comum nas

⁸² Disponível em: <https://www.facebook.com/spinvisivel?fref=ts> . Acesso em: 21 de fevereiro de 2015.

⁸³ Conforme Vinicius Oliveira ao blog: #hashtag - Mídias sociais e a vida em 04 de outubro de 2014. Disponível em: <http://hashtag.blogfolha.uol.com.br/2014/10/04/onde-os-invisiveis-tem-vez/>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2015.



idades brasileiras. Orlandi (1997) exemplifica o silenciamento a partir da questão indígena no Brasil.

Como o Índio foi excluído da língua e da identidade nacional brasileira? Com efeito, o índio não fala na história (nos textos que são tomados como documentos) do Brasil. Ele não fala, mas é falado pelos missionários, pelos cientistas, pelos políticos. Mesmo se eles têm boas intenções, como mediadores, eles reduzem os índios a "argumentos" da retórica colonial. Eles falam do índio para que ele não signifique fora de certos sentidos necessários para a construção de uma identidade brasileira determinada em que o índio não conta. (p.59)

O contexto atual apresenta perspectiva semelhante à da problemática indígena. Os marginalizados são silenciados e não significam fora dos sentidos da exclusão, da pobreza e dos problemas sociais. Esses indivíduos “não contam” fora dessas situações. A falta de recursos financeiros impede esses sujeitos de acessar os seus direitos básicos como saúde, alimentação, moradia e educação. Nas grandes cidades essa situação torna-se mais evidente diante do número de pessoas que estão à margem do contexto social. Esses indivíduos acabam alienados da sociedade e suas dignidades, apagadas.

Cabe salientar que este estudo não pretende categorizar ou verificar se o conteúdo apresentado pela página SP Invisível é jornalístico. O objetivo é observar impactos e potencialidades das mídias sociais relacionadas ao engajamento em temas e problemáticas sociais que envolvem a ineficiência das políticas públicas e a omissão do jornalismo político em relação a essas questões.

2. Jornalismo político e mídias sociais

A disseminação de dispositivos tecnológicos e a possibilidade de pessoas produzirem e distribuírem informações e conteúdos multimídia em diversos formatos potencializam as formas de interação entre os indivíduos. Neste novo ecossistema, perguntamos: o jornalismo político vive também um novo contexto? Que características tem esse cenário?

Temas do jornalismo político passam por um momento de reconfiguração, e as demandas da sociedade, especialmente quanto à diversidade de informações e



participação no processo de comunicação, estão cada vez mais acentuadas. Segundo Cruvinel, “a plenitude da liberdade de imprensa, o fortalecimento do poder civil, a complexidade do sistema político e o surgimento de uma cidadania mais ativa passaram a exigir um novo padrão de cobertura política, com aumento da oferta e melhora da qualidade da informação política” (2006: p. 213).

Mais ciente de seus direitos políticos, a sociedade civil passou a perceber a necessidade de um maior volume de informações consistentes para poder formar a sua opinião e tomar decisões. Mas os tradicionais meios de comunicação já não satisfazem as expectativas e exigências do público, conforme atesta Gentilli (2005). A diversidade de formas de participação das audiências no processo de comunicação de forma ativa e engajada, especialmente através de mídias sociais, amplia os modos de pressão para reestruturação da mediação. “O impacto do jornalismo, em outras palavras, não vem de quem produz a notícia, mas de quem consome a notícia – do próprio cidadão de democracias” (ANDERSON, BELL e SHIRKY, 2013, p. 66). No complexo e dinâmico contexto apresentado pelo jornalismo, pela política e pela democracia atualmente, assinala-se um período marcado por evoluções e adaptações. A inter-relação entre esses elementos está permeada pelas possibilidades oferecidas pela internet e pelos avanços tecnológicos.

Neste sentido, as mídias sociais digitais abarcam não só novas características tecnológicas, mas uma nova relação entre o jornalista e o público, onde é possível aos jornalistas engajar-se, e com o público interagir, gerando horizontalidade de relações antes impensável no jornalismo convencional.

Para Jenkins (2014: p.24), a mudança sinaliza um movimento na direção de um modelo mais participativo de cultura, onde o público não é mais simplesmente consumidor de informações pré-construídas “mas como pessoas que estão moldando, compartilhando, reconfigurando e remixando conteúdos de mídia de maneiras que não poderiam ter sido imaginadas antes”.

Seabra (2002), por sua vez, alerta para a vulgarização da ideia de que cada um pode ter seu próprio espaço na rede para dizer o que pensa sobre qualquer assunto sem qualquer restrição.



O excesso de informações poderia, paradoxalmente, forjar um cenário com menos espaço para a discussão das temáticas democráticas. As possibilidades de autonomia e pluralização na disseminação de informações apresentados pelas mídias sociais revelaram feições importantes da dinâmica de construção das notícias no segmento político. Para Shirky (2011: p.18), “os usos sociais dos nossos novos mecanismos de mídia estão sendo uma grande surpresa, em parte porque as possibilidades desses usos não estava implícita nos próprios mecanismos”. Para o autor, o uso das ferramentas é altamente influenciado pelas intenções dos usuários. Grupos com interesses em comum, jornalistas e cidadãos, podem reformular os processos de omissão que ocorriam com as limitações impostas pela centralidade da comunicação. Daí que perguntamos: de que maneira as mídias sociais estão sendo utilizadas para abordar temas políticos que vão além dos bastidores do “poder” e das declarações de políticos e colunistas opinativos? Como elas operam suas estratégias de silenciamento?

3. A atuação do SP Invisível

Quando tratamos de avanços tecnológicos e novas formas de comunicação nos parece natural a ideia de que estamos evoluindo nas formas de inter-relação e inclusão. Entretanto, as características da sociedade contemporânea apresentam, ao contrário, traços de isolamento e individualização. Em muitas situações pessoas “fora do padrão” são excluídas e silenciadas. Para dar voz a elas, surgiu o projeto SP Invisível, uma forma de ampliar a divulgação de temas aparentemente silenciados pela grande mídia. Os relatos apresentados na página buscam humanizar as histórias dos “personagens” e sempre vêm acompanhados de fotos. É o caso do catador de material reciclável, Jean, que teve seu depoimento postado em 03/11/2014. Até o dia 25/02/2015, a publicação contava com mais de 35 mil curtidas, mais de mil e quatrocentos comentários e mais de cinco mil compartilhamentos.

Meu nome é Jean, tenho 33 anos e tô há 2 vivendo como catador. Porém, eu não vivo pra mim, vivo pra Larissa. Lá na Júlio Prestes, mora eu, a Larissa, minha filhinha de 6 anos, e a minha mulher; a gente mora na pensão da Kelly. Minha filha tem síndrome de Down, mas eu não considero isso uma doença, ela é um presente



de Deus na minha vida, ela é muito inteligente e muito amorosa, estuda e tudo. E minha mulher?! Tem nem o que falar, ela é guerreira e tá sempre comigo, lado a lado. Quando eu decidi vir de Ribeirão Preto pra São Paulo, ela topou na hora, mesmo não dando nada certo e eu tendo que pegar latinha e papelão. Cada latinha que eu pego é pra minha filha. Faço tudo por ela, hoje toda minha vida gira em torno dela, tento ao máximo ser um bom pai. Antes eu pegava mais, mas um cara bêbado bateu com o carro na minha carroça, acabou com ela e nem parou pra ajudar, saiu até rindo. Graças a Deus, já mandei arrumar e busco amanhã. A pior coisa na rua é a discriminação com o catador. Pra quem acha que todos são bandidos, eu digo: nem todos os dedos da mão são iguais, procure saber a história e os porquês antes de julgar. Deus abençoe⁸⁴.

Os relatos acabam sensibilizando diversas pessoas que se identificam com os anseios apresentados. As histórias revelam situações que os leitores dificilmente teriam contato sem a possibilidade oferecida pela página. As narrativas apresentam sentimentos e reflexões de vidas humildes, e motivam comentários, como os reproduzidos abaixo⁸⁵:

Jean. Ou quem escreveu sua história. Gostaria de sugerir que procure uma agencia do INSS mais próxima, pois sua filha tem direito ao amparo social, devido ao down, que garante uma renda de um salário mínimo mensal. Claro que sua filha é um presente e deve ser uma graça mesmo. E se ela tem direito a essa ajuda de custo do governo, então use isso para garantir uma melhor qualidade de vida a sua família. (Laercio Monteiro Silva).

Bom dia, também tenho um filho Down, é só amor, porém precisa de alguns cuidados especiais. Sua vida deve ser muito difícil. Como podemos ter contato para saber mais sobre vocês? Abraço e não desista de seus sonhos. (Wilson Antonio Gobetti).

A cada história lida eu vejo o quão desumano uma pessoa pode ser ao mesmo tempo que me emociono e vejo que mesmo ralando e sem ter nada, essas pessoas são cheias de uma simplicidade cativante e tento absorver um pouquinho de cada palavra, pra aprender, pra ser mais gente. Pra amar mais. Respeitar mais. Muita gente deveria ler esses relatos e olhar pras próprias atitudes e tentar mudar pra melhor. Menos ganância, menos preconceito. Mais respeito. Mais oportunidades. (Janaina Paulela).

É importante destacar que a veracidade de alguns relatos pode ser questionada, e provavelmente serão, afinal, os textos não sofrem tratamento estilístico ou revisões.

⁸⁴ Publicação SP Invisível de 3 de novembro de 2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/spinvisivel?fref=ts> Acesso em: 21 de fevereiro de 2015.

⁸⁵ Comentários relacionados a publicação do SP Invisível de 3 de novembro de 2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/spinvisivel?fref=ts> Acesso em: 21 de fevereiro de 2015.



Nem todas as postagens alcançam números tão elevados de engajamento, sendo que, conforme podemos observar, as postagens seguem uma espécie de cronograma (uma por dia, em média). A abrangência das postagens atinge um universo restrito, mas significativa, tendo em vista as possibilidades de compartilhamento. Nem todos os comentários demonstram adesão às histórias e diversos se reportam a questões político-partidárias, políticas públicas e outros se propõem a auxiliar os “personagens”.

A foto a seguir é do morador de rua, Mauro Isidoro, publicada em 05/11/2014.



Fonte: <https://www.facebook.com/spinvisivel/photos/>

A marginalização de indivíduos gera isolamento, discriminação e estigmatização dos sujeitos, forçados a ocupar as margens do contexto social. Esta situação, ratificada pela grande maioria dos veículos de comunicação, reforça preconceitos e visões estereotipadas.

As mobilizações sociais contemporâneas estão diretamente relacionadas ao ciberativismo e ao engajamento das pessoas em torno de questões e interesses pontuais de grupos, e elas tentam reescrever as narrativas atuais. Conforme Araújo (2013), a mudança do fluxo comunicacional descentralizado para um fluxo distribuído diminui o



poder dos conglomerados de mídia e influencia o comportamento de determinados grupos de pessoas.

O ciberativismo é uma estratégia para formar coalizões temporais de pessoas que utilizando ferramentas dessa rede, geram a massa crítica suficiente de informação e debate, para que este debate transcenda à blogosfera e saia a rua, ou modifique, de forma perceptível o comportamento de um número amplo de pessoas. (UGARTE, 2008, apud ARAÚJO, 2013, p. 25).

Ugarte (2008) atribui a fenômenos sociais como o ciberativismo uma ampliação da autonomia individual, sendo indispensável a identificação com o outro. A efetividade das ações ciberativistas está ligada ao engajamento de indivíduos desconhecidos. Para Araújo (2013), esse engajamento se dá quando há identificação com a imagem discursiva construída através das enunciações ciberativistas. Consequentemente essa identificação amplifica a colaboração.

As mobilizações que vêm ocorrendo por meio das mídias sociais acabam inserindo, através do ciberativismo e do engajamento, novos atores na construção da visibilidade dos fatos. Essa característica demonstra novas possibilidades para que cidadãos discutam questões e temas políticos com maior amplitude.

4. Silêncios, segredos, poderes

Para Orlandi (1997), o silêncio não é a ausência de palavras. Impor silêncio não é calar, mas impedir que se sustente um discurso. “Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação de sentidos. As palavras vêm carregadas de silêncio(s)”. (p.105).

Quando se trata do político, e sobretudo do político tal como ele se representa atualmente, a questão da "credibilidade" se impõe, trazendo, em consequência, o problema da relação entre verdade e falsidade na linguagem. [...] E isto pela inserção no domínio da relação pensamento/linguagem/mundo ou no que Pêcheux (1989) denomina esquecimento número 2, do nível enunciativo, esquecimento que produz no sujeito a impressão da realidade do pensamento (ilusão referencial): impressão de que aquilo que ele diz só pode ser aquilo. (idem: p.98).



É importante, então, refletir sobre “o que se diz” no jornalismo político contemporâneo e o que conseqüentemente está em segredo para preservar esse discurso.

O segredo é às vezes utilizado para esconder problemas ou questões. Sem a publicidade, tais questões ou problemas inexistem politicamente. É por isso que numa democracia, quando a publicidade ganha terreno sobre o segredo, os problemas se tornam mais aparentes. O segredo impede um controle mais efetivo por parte da sociedade sobre seus governantes. Ou seja, o segredo constitui uma forma de evitar o julgamento, preservando, assim, o lugar do poder. Ele permite, ademais, que uns poucos possam ser detentores de um “saber”, o dos segredos políticos, com o qual pretendem exercer um poder exclusivo. Cria-se uma realidade escondida e outra aparente. Tendo acesso apenas a esta última, a sociedade é mantida na ignorância de processos decisórios que lhe dizem diretamente respeito. (ALMINO, 1986, p. 98).

Para Almino (1986), o segredo é o muro erguido por quem deseja ocultar aquilo em que outros têm interesse atual ou potencial. Ele salienta que, de um ponto de vista democrático, não deveria haver lugar para o segredo e a mentira na esfera pública, embora esse ideal inexista nos contextos democráticos atuais. “Ou seja, esperar-se-ia que não apenas o Estado, mas também as organizações e instituições que desempenham uma função pública (...) não deveriam guardar segredo daqueles implicados em seus atos secretos”. (p.16).

Como os meios de comunicação deixaram de ser apenas veículos para a expressão de uma opinião pública e se transformaram em geradores, emissores originários e guias de opinião e em instrumento de propaganda de interesses privados e individuais, coloca-se cada vez mais a questão de sua democratização. Há jornais de linhas políticas definidas. Estas linhas podem estar ligadas a interesses de um grupo econômico ou de um partido político. Existem em alguns lugares até mesmo jornais oficiais do Partido. Diz Habermas que “desde que o volume da parte propriamente jornalística de um jornal é proporcional a parte ao volume dos anúncios, a Imprensa, que era até então uma instituição própria às pessoas privadas enquanto público, torna-se a instituição de certos membros do público que não são mais que pessoas privadas – em outras palavras, ela é o instrumento pelo qual certos interesses privados privilegiados irrompem na esfera pública” (HABERMAS apud ALMINO, 1986, p. 89).

Na busca por visibilidade pública, os políticos estão cada vez mais preocupados em persuadir os eleitores, deixando em segundo plano o debate das demandas da sociedade que envolvem os problemas sociais. Os jornalistas especializados em política desempenham um papel fundamental para consolidar esse contexto.



Pelo fato de que o essencial de sua competência consiste em um conhecimento do mundo político baseado na intimidade dos contatos e das confidências (ou mesmo dos rumores e dos mexericos) mais que na objetividade de uma observação ou de uma investigação, eles tendem, com efeito, a levar tudo para um terreno em que são peritos, interessando-se mais pelo jogo e pelos jogadores do que por aquilo que está em jogo, mais pelas questões de pura tática política que pela substância dos debates, mais pelo efeito político dos discursos na lógica do campo político (a das coligações, das alianças ou dos conflitos entre as pessoas) que por seu conteúdo. (BOURDIEU, 1997, p. 135).

Gomes (2004) afirma que a transformação da política contemporânea acompanha a modificação estrutural da visibilidade coletiva, sendo que essa provavelmente é mais profunda do que os especialistas imaginam e inclui tanto a comunicação mediática da política quanto a esfera política em si.

Conforme Gomes (2004), o discurso político passa a considerar a centralidade de estratégias voltadas para a produção e administração de afetos e de emoções, para a conversão de eventos e ideias em narrativas e para o destaque daquilo que é espetacular, incomum ou escandaloso. Esses aspectos alteram a perspectiva da relação entre os agentes políticos e o público. “Agora, o agente político volta-se para o público que constitui a audiência dos meios de informação e entretenimento e que, por conseguinte, forma a clientela que demanda e consome os seus produtos”. (GOMES, 2004, p.3). A expectativa predominante é que essas audiências sejam convertidas em eleitores e em opinião pública favorável, no jogo político regular. Tomando o jornalismo como um serviço essencial para a democracia pode-se descrever algumas características contemporâneas da atividade.

No contexto das actuais democracias, os jornalistas intervêm decididamente na configuração do agir político, propondo e impondo uma agenda de questões, sobre as quais decorrem não poucos dos debates e das controvérsias politicamente relevantes. Não é possível esquecer o papel dos *media* informativos na atração da visibilidade sobre determinados temas, na definição e no fechamento da agenda de temas que polarizam a atenção dos receptores, no enquadramento dos temas de molde a confinar os limites dentro dos quais se definem as controvérsias consideradas legítimas, na disseminação dos debates que permitem a natureza conversacional das sociedades democráticas. (CORREIA, 2011, p.16).

Para Correia (2011), observa-se a migração de uma parte significativa de diversas formas de comunicação pública para os novos meios digitais, paralelamente a



concretização e aparecimento, em alguns momentos experimentais, e em outros consolidados, de novas formas de jornalismo. Nesse sentido poderíamos afirmar que existem novas perspectivas para o jornalismo político para além dos limites do dizer instaurados nas práticas jornalísticas convencionais.

Determinado pelo caráter fundador do silêncio, o silêncio constitutivo pertence à própria ordem de produção de sentido e preside qualquer produção de linguagem. Representa a política do silêncio como um efeito de discurso que instala o antiimplícito: se diz x para não (deixar) dizer y, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentido que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma "outra" região de sentidos. O silêncio trabalha assim os limites das formações discursivas, determinando conseqüentemente os limites do dizer. (ORLANDI, 1997, p.75 e 76).

Percebe-se que o jornalismo político está restrito à política palaciana, silenciando causas e ideais espalhados pela sociedade, especialmente em grupos que querem participar e fazer ver os problemas públicos crônicos que os veículos de comunicação tradicionais apresentam de acordo com os seus interesses. Assim, mantêm em segredo as suas relações com entidades, grupos econômicos, instituições e até mesmo com o Estado.

5. Considerações finais

Após análise e discussão das perspectivas apresentadas pela página SP Invisível podemos observar que as possibilidades autônomas desse canal de comunicação dão uma outra visibilidade para os personagens das postagens. A forma de tratamento dispensada a esses indivíduos nas publicações da página os transformam em sujeitos, sujeitos de direitos, cidadãos.

Cabe salientar, mesmo diante das limitações deste estudo, que o SP Invisível permite que se quebre os silêncios que cercam essas pessoas, aspecto que evidencia a emergência de um melhor entendimento dos movimentos relacionados ao ciberativismo, especialmente no que tange o seu teor político. Essa reflexão também revela a necessidade de aprofundamento na análise da cobertura política realizada tradicionalmente pelo jornalismo. Diante dos novos elementos de difusão de



informação, em particular as mídias sociais, revelam-se de forma mais concreta causas e ideais políticas que vão além do universo restrito e das paredes habitadas por "políticos".

A autonomia das mídias sociais apresenta novos questionamentos e um poder disruptivo que pode modificar as práticas e ações do jornalismo, especialmente no segmento político. No contexto atual essa característica está mais evidente em grupos com interesses em comum, que querem participar e fazer ver os problemas que atingem a sociedade. Em um sentido democrático esses grupos também podem interferir em questões que envolvem a transparência dos veículos de comunicação quanto as suas ações, seus interesses e suas relações “secretas” com os diferentes segmentos da sociedade.

Aspectos ligados ao ciberativismo se mostraram fundamentais para legitimar e potencializar ações por meio das mídias sociais, sendo que o engajamento pode ser caracterizado como uma estratégia para formar grupos temporais. Essas aglutinações podem gerar uma massa crítica impulsionada por informação e por debates, que acabam transcendendo a internet e refletindo, nas ruas, modificando, de forma perceptível o comportamento dos indivíduos.

Diante da autonomia demonstrada atores engajados em causas públicas tem a possibilidade de apresentar as suas ideias mesmo sem estar inseridos no campo da política convencional. Como já afirmamos esse cenário apresenta novos desafios para o jornalismo político no que diz respeito a abordagem ao tema para além das estruturas do estado e das questões relacionados ao voto e a militância política.

6. Referências Bibliográficas

ALMINO, João. O segredo e a informação. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

ANDERSON, C.W., BELL, Emily e SHIRKY, Clay. Jornalismo Pós-Industrial: adaptação aos novos tempos. Revista de Jornalismo da ESPM, abril-junho de 2013, p. 30-89.

ARAÚJO, Willian Fernandes. “WE OPEN GOVERNMENTS”: Uma análise de discurso do ciberativismo praticado pela organização Wikileaks. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.



BOURDIEU, Pierre. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2013.

CORREIA, João Carlos. O admirável Mundo das Notícias: Teorias e Métodos. Covilhã: UBI, LabCom, 2011.

CRUVINEL, Tereza. Colonismo: análise, opinião e ética. In: SEABRA & SOUZA, (org.). Jornalismo político – teoria, história e técnicas. Rio de Janeiro: Record, 2006. P. 210-233.

GENTILLI, Victor. Democracia de massas: jornalismo e cidadania: estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GOMES, Wilson. Sobre a transformação da política na era da comunicação de massa. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_601.pdf>. Acessado em 21 de fev. 2015.

JENKINS, Henry. Cultura da Conexão: Criando valor e significado por meio da mídia propagável. São Paulo, Aleph, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. Democracia e representação – Territórios em Disputa. 1.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. 4ª ed. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1997.

SEABRA, Roberto. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). Imprensa e poder. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. P. 31-46.

SHIRKY, Clay. A cultura da participação: Criatividade e generosidade no mundo conectado. Rio de Janeiro, Zahar, 2011.



O SILENCIAMENTO DAS PRÁTICAS NO JORNALISMO (I): IDENTIDADE E CULTURA PROFISSIONAL



A “Batalha das Biografias” e seus contornos ideológicos: o que deve ou não ser silenciado?

Alexandre Zarate Maciel⁸⁶

Heitor Costa Lima da Rocha⁸⁷

Resumo: Em 2013, a mídia brasileira foi palco de um debate público acirrado envolvendo jornalistas autores de biografias não autorizadas e artistas como Roberto Carlos, Caetano Veloso, Gilberto Gil e Chico Buarque, reunidos no grupo Procure Saber, em torno da necessidade ou não de autorização prévia para esse tipo de obra. Os artigos 20 e 21 do Código Civil (2002) condicionam à liberação dos biografados ou herdeiros a divulgação de escritos ou audiovisuais, sem diferenciar pessoas anônimas das públicas, o que despertou ações judiciais para retirada de circulação de biografias. A partir de várias definições do conceito de ideologia e do estudo das suas estratégias, conforme apontadas por autores como Thompson (1995) e Van Dijk (1999) este artigo analisa a denominada “Batalha das Biografias” como uma disputa que conferiu contornos ideológicos aos valores da liberdade de expressão e do direito à privacidade.

Palavras-chave: Biografias não autorizadas; Ideologia; Mídia; Jornalismo.

Introdução

O debate público denominado pela mídia de “Batalha das Biografias” apresenta contornos evidentes de um conflito ideológico em termos de dois valores que seriam considerados, em primeira análise, incontestáveis: a liberdade de expressão e o direito à privacidade. No centro da questão está a legitimidade dos artigos 20 e 21 do Código Civil Brasileiro (2002). A lei estabelece que “salvo se autorizadas, (...) a divulgação de escritos, a transmissão da palavra ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas” não só pelos biografados, mas também

⁸⁶ Professor mestre assistente do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus de Imperatriz. Cursa o doutorado em Comunicação na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bolsista do programa Prodoutoral da CAPES.

⁸⁷ Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco/Programa de Pós-Graduação em Comunicação, atualmente desenvolvendo pesquisa de Pós-Doutorado na Universidade da Beira Interior/Portugal, com bolsa da CAPES.



pelos seus herdeiros em caso de morte, “(...) se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se destinarem a fins comerciais”.

Desenvolvido em um campo múltiplo e complexo, o conflito envolve, de um lado, os autores de biografias não autorizadas – como o diretamente atingido Paulo César Araújo, biógrafo de Roberto Carlos – e a Associação Nacional dos Editores de Livros (Anel), que ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF), em 2012, questionando os referidos artigos. No outro polo, pessoas públicas biografadas, herdeiros e seus respectivos advogados e até mesmo artistas de renomado capital simbólico acumulado na luta contra a censura, como Caetano Veloso, Gilberto Gil e Chico Buarque, reunidos em torno da entidade Procure Saber. Estes últimos se manifestaram, com algumas ressalvas, favoráveis ao consentimento prévio para elaboração de biografias.

A discussão teve palco garantido na mídia impressa, principalmente em jornais que mantêm editoras de livros, como “O Globo”, “Folha de S. Paulo” e “O Estado de São Paulo”, com artigos de opinião de vários envolvidos, reportagens e colunas. E, na televisão, em uma entrevista de Roberto Carlos ao programa Fantástico, exibida em outubro de 2013. Obteve, ainda, repercussão significativa nas redes sociais com duras críticas aos artistas que se colocaram contra a produção de biografias não autorizadas. Acabou reverberando no poder legislativo, acelerando a aprovação, na Câmara dos Deputados, em maio de 2014, da chamada “Lei das Biografias”, de autoria do deputado Newton Lima (PT-SP). O projeto altera os artigos polêmicos do Código Civil, acrescentando, no texto original, que a mera ausência de autorização “não impede a divulgação de imagens, escritos e informações com finalidade biográfica de pessoa cuja trajetória pessoal, artística ou profissional tenha dimensão pública”. Agora a contenda prossegue na análise do Senado e do STF.

Este artigo tem como proposta avaliar os pontos cruciais desse embate verbal em torno dos valores coroados da liberdade de expressão e do direito à privacidade, que ganharam, no contexto referido, contornos ideológicos, claramente expressos nas formações discursivas dos envolvidos. Para tanto, será preciso analisar os principais argumentos explicitados pelos expoentes do debate situados em ambos os lados do



campo de conflito a partir de modelos de análise ideológica e reflexões críticas sobre o assunto propostos por autores como Thompson (1995), Van Dijk (1999) e Eagleton (1997). Como a discussão é ampla e ainda prossegue, a intenção é flagrá-la em seu processo, com a riqueza oferecida pelas nuances de possibilidades de análise que os valores contaminados pela ideologia podem tomar em uma sociedade democrática.

2. Ideologia: conceito polêmico e em evolução

Thompson (1995, p.79) argumenta que é preciso superar a tendência histórica de neutralização do termo ideologia, resgatando o seu sentido como dominação. Para este artigo, foi valiosa a proposta de “estudar como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder” (idem). Ele entende estas formas como “(...) um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos reconhecidos por eles e outros como constructos significativos” (ibidem). Justamente o que se deu no debate midiático sobre as biografias não-autorizadas.

Outra perspectiva essencial é a de só se poder analisar a ideologia “(...) quando situamos os fenômenos simbólicos nos contextos sócio-históricos, dentro dos quais esses conceitos podem ou não, sustentar relações de dominação”. Seguindo o norte proposto por Thompson, é necessário analisar a “interação de sentido e poder em circunstâncias particulares”, ou seja, nas maneiras como as “formas simbólicas são empregadas, transmitidas e compreendidas” (THOMPSON, 1995, p. 76).

É importante lembrar que a chamada “Batalha das Biografias” se dá no terreno movediço da consolidação dos valores democráticos de um Brasil que amargou uma ditadura civil e outra militar no século XX, marcadas por censura rigorosa às manifestações de discursos de liberdade. E envolve atores de reconhecido capital simbólico que empenham seus trabalhos jornalísticos ou artísticos na luta pela liberdade de expressão, mas que divergem, no contexto atual, com relação ao também complexo tema do direito à privacidade no processo de narrativas da realidade.



3. Embate ideológico na “Batalha das Biografias”

Na visão de Bordieu (2003, p.15), o poder simbólico é “dado pela enunciação, de constituir, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou transformar a visão do mundo”, e que permite “obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica)”, operando pelo “efeito específico da mobilização”. No entanto, esse poder só é eficaz se “for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário” (idem). Os advogados de Roberto Carlos invocaram o Código Civil e conseguiram retirar de circulação, em 2007, a biografia “Roberto Carlos em detalhes”, do jornalista e historiador Paulo Cesar de Araújo. Em 2013, integrantes do grupo Procure Saber entraram na discussão sobre as biografias em apoio ao cantor e compositor.

Interessante, no caso da “Batalha das Biografias”, entender quando valores incontestáveis podem ganhar formas ideológicas. Certas normas e valores impregnados na memória social “definem o que está bem e o que está mal, permitido ou proibido e os objetos fundamentais pelos quais não se lutam os indivíduos, grupos e sociedades” (VAN DJIKI, 1999, p.17). Exemplos desses valores que as pessoas geralmente aceitam seriam, segundo o autor, a liberdade e a independência, caros ao jornalismo. Assim, “poucos de nós estamos contra a liberdade ou igualdade”, valores que, somados a outros, formariam uma espécie de “fundamento comum”, ou seja, “crenças que geralmente não se questionam dentro de uma cultura” (idem).

A questão ideológica emerge, envolvendo os valores incontestáveis, justamente quando os grupos interpretam esses princípios com uma lupa específica. Na opinião de Van Dijk (idem), “ainda que provavelmente todos estejamos a favor da liberdade, a liberdade de mercado se defende como ideologia liberal; a liberdade de imprensa, na ideologia profissional dos jornalistas”. Desta maneira, conclui o pensador, “a interpretação dos valores de maneira específica em função do grupo e seus interesses, estabelece os pilares das crenças ideológicas” (VAN DJIKI, 1999, p.18).

Cabe aqui demarcar dois momentos cruciais para a deflagração do que se convencionou chamar de “Batalha das Biografias” para que se exemplifique a questão dos valores ideológicos. No dia 7 de setembro de 2013, durante um debate na Bienal do



Livro do Rio de Janeiro, o jornalista e biógrafo Ruy Castro leu publicamente um documento denominado “Manifesto dos intelectuais brasileiros contra a censura às biografias”, organizado pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros e assinado por 48 intelectuais, entre os quais Carlos Heitor Cony, Nélida Piñon e João Ubaldo Ribeiro. O texto exalta o gênero literário biografia como de importante papel para “(...) a construção da nossa ideia de nação, imortalizando personagens e ajudando a consolidar um patrimônio de símbolos e tradições nacionais”. Os signatários consideram a proibição das biografias não autorizadas “censura privada” e a legislação específica sobre o assunto um “entulho autoritário” (ARAÚJO, 2014, pp. 429-430).

Desde a proibição do livro sobre Roberto Carlos, em 2007, praticamente nenhuma voz da classe artística tinha se levantado para defender as biografias previamente autorizadas. Até o anúncio oficial, em outubro de 2013, que o grupo Procure Saber, composto por Caetano Veloso, Gilberto Gil, Chico Buarque, Djavan e Chico Buarque – e tendo como porta-voz a empresária Paula Lavigne – estava entrando no debate com a surpreendente posição de apoio à censura prévia das biografias. “O que queremos é combater os aproveitadores e agressores da honra alheia”, comentou Lavigne na coluna de Ancelmo Gois, no jornal “O Globo”, em 2 de outubro de 2013.

Foi o início de uma série de comentários nas redes sociais e respostas formais, em artigos publicados nos grandes órgãos de imprensa escrita, tentando abarcar a posição dos integrantes do grupo e a de seus opositores. Para Eagleton (1997, p.20), a ideologia teria mais a ver com a questão “de quem está falando o quê, com quem e com que finalidade, do que com as propriedades linguísticas inerentes de um pronunciamento”. A estranheza quanto a certo espírito de censura manifestado pelos artistas transparece em artigo escrito pelo biógrafo de Clarice Lispector, o escritor norte-americano Benjamim Moser (“Folha de S. Paulo”, 9/10/2013).

Em formato de carta aberta ao compositor baiano, ele se diz constrangido ao constatar que achou “as declarações suas [Caetano] e de Paula [Lavigne], exigindo censura prévia de biografias, escandalosas, indignas de uma pessoa que tanto tem dado para a cultura do Brasil”. E conclui: “A diferença entre o jornalismo e a propaganda é que o jornalismo é crítico. Não existe só para difundir as opiniões dos mais poderosos”.



Caetano Veloso só foi se pronunciar sobre o assunto pela primeira vez 12 dias depois do início da polêmica, em sua coluna no jornal “O Globo” (13/10/2013), O compositor preferiu atacar o que ele acusou de cobertura parcial da imprensa e negou uma suposta postura autoritária de sua forma peculiar: “Censor, eu? Nem morta!”.

Na opinião de Eagleton (1997, p.26), para as ideologias serem “verdadeiramente eficazes” devem dar “algum sentido que seja, à experiência das pessoas”, ou seja, “ajustar-se (...) ao que elas conhecem da realidade social com base em sua interação política com esta”. Por essa perspectiva, a opinião dos artistas em favor do direito à intimidade como superior à liberdade de expressão pode ser em parte explicada pelo sentimento de devassa de suas vidas íntimas que muitos deles têm apontado não só com relação às chamadas “revistas de fofoca”, mas, principalmente, às incontroláveis redes sociais. Anos de convívio com a imprensa, nem sempre honesta, podem desenvolver na pessoa pública uma crença inabalável de que a sua vida íntima não deve ser devassada.

4. Categorias de produção da ideologia

Se a definição de ideologia envolve várias ponderações e conceitos em aberto, a investigação de como essa se processa nas formações discursivas revela-se um desafio ainda mais difícil de transpor. Aproveitando esquemas de interpretação dos processos ideológicos propostos por Van Dijk (1999) e Thompson (1995) é possível relacionar as estratégias mencionadas com dois momentos que marcaram a chamada “Batalha das Biografias”: a proibição da obra “Roberto Carlos em Detalhes”, em 2007, e a relação dos demais membros do Procure Saber com o referido cantor e compositor, em 2013, que culminou com o seu afastamento do grupo. Fica visível a estratégia de mudança de discurso gradual dos seus membros à medida que o “cerco crítico” da mídia e das redes sociais passou a representar sérios prejuízos ao capital simbólico acumulado em defesa da liberdade de expressão por nomes como Caetano Veloso e Chico Buarque.

Van Dijk propõe algumas categorias para entender o que ele chama de “esquema da ideologia”. Ele pondera que esses critérios definem “(...) o que significa sentir-se conjuntamente como grupo” (VAN DIJK, 1999, p. 20). O primeiro deles, envolvendo a



pergunta “quem (não) pertence ao grupo?”, é o de pertinência. Despertou estranheza na mídia a associação de Roberto Carlos a nomes como Gilberto Gil, Caetano Veloso e Chico Buarque. Não por uma aproximação artística, o que até já havia acontecido no caso dos baianos, mas, sim, política.

A identificação histórica dos três compositores, além de outros alegados membros do Procure Saber, com os discursos de liberdade e contra a censura não pareciam combinar com a postura de censor que Roberto Carlos vinha assumindo desde 2007, quando entrou na justiça civil e criminal para retirar, com sucesso, sua biografia não autorizada de circulação. Com fotos de Roberto Carlos, Gil, Caetano e Chico Buarque, a revista *Veja* publicou uma matéria de capa com o título: “Nossos ídolos não são mais os mesmos. Artistas favoráveis à censura de biografias causam decepção”.

Diante da recepção negativa, os integrantes do Procure Saber, liderados pela empresária Paula Lavigne, tentaram ocupar os espaços midiáticos para responder outras questões cruciais apontadas por Van Dijk (1999, p.20) nas seguintes perguntas: Atividades típicas (que fazemos?); objetivos gerais (o que queremos? Por que o fazemos?) e normas e valores (o que é bom ou mal para nós mesmos?).

Lavigne acusou, na coluna de Ancelmo Gois (07/10/2013) a campanha como desigual: “A mídia distorce os nossos objetivos por interesses próprios (...) Não somos a favor de proibir ou censurar. Somos contra a violação da intimidade e da privacidade de uma pessoa, direitos dos mais caros e delicados da nossa Constituição”. Em entrevista à “Folha de S. Paulo” (05/10/2013), para jornalista Juliana Gagnani, afirmou que “usar o argumento da liberdade de expressão para comercializar a vida alheia é pura retórica”. Para Lavigne, a liberação estimularia biografias sensacionalistas “em um país em que a reparação pelo dano moral é ridícula”.

Quanto às duas últimas categorias apresentadas por Van Dijk (p.20), – as perguntas “quais são as nossas relações com os demais?” e “quem acessa aos recursos do nosso grupo?” – cabe uma análise de como os membros do grupo foram mudando a sua posição à medida que a pressão das redes sociais e dos principais órgãos de imprensa tornou-se sufocante. No livro “O réu e o rei - minha história com Roberto Carlos, em detalhes”, lançado pela Companhia das Letras em 2014, o biógrafo



censurado Paulo Cesar Araújo dissecou todo o processo civil e criminal que sofreu e as repercussões midiáticas desde 2007. E relata todos os episódios envolvendo o Procure Saber e o cantor Roberto Carlos até o final de 2013.

O jornalista assegura que, no auge do debate, o advogado do artista, Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, contratou um especialista em gerenciamento de crises, que opinou a favor de um “tom conciliador”, evitando o confronto direto (ARAÚJO, 2014, p. 457). Desde então, as relações de Roberto Carlos com o grupo se tornaram complexas, gerando a saída oficial do cantor em 5 de novembro de 2013. A alegação, conforme afirmaram em carta aberta aos demais integrantes, foi de que o momento era importante para “continuar o trabalho que iniciamos há muitos anos sobre biografias, independente de estarmos em uma associação ou grupo” (ARAÚJO, 2014, p. 466). O desligamento aconteceu depois de uma entrevista exclusiva ao programa da rede Globo, Fantástico, na qual finalmente Roberto Carlos resolveu tratar do assunto, a partir de uma cobrança direta dos outros membros.

Roberto Carlos argumentou na entrevista ser a favor da lei das biografias, e, questionado se havia mudado de opinião, respondeu: “Há algum tempo, pra gente preservar o direito à privacidade, só existia essa forma. Não permitir uma biografia não autorizada”. Logo depois acrescentou que via como “um pouco tardio” o processo judicial brasileiro de calúnia e difamação, já que o resultado só viria depois que “todo mundo leu, já viu na internet”. E defendeu, por alto, ajustes na lei para estabelecer “algumas regras que não prejudiquem o biografado” (ARAÚJO, 2014, p. 459).

Na sua coluna no jornal “O Globo” (3/11/2013) Caetano Veloso fez acusações fortes à postura do chamado “rei da música”: “E RC só apareceu agora, quando da mudança de tom. Apanhamos muito da mídia e das redes e ele vem de Rei. É normal da nossa vida”. Tentou, ainda, chegar a argumentos conclusivos depois de toda saraivada de críticas que recebeu: “Claro que os princípios luminosos da liberdade de expressão e do direito à informação reagiram, como reagiriam e reagirão, à ameaça que esse mundo novo apresenta [referindo-se às mudanças trazidas pelas novas tecnologias]”.

Para entender com mais detalhes o processo de formulação ideológica que marcou os discursos sobre o assunto das biografias não autorizadas, cabe lançar mão do



modelo proposto por Thompson (1995). Ele trata de estratégias particulares de construção simbólica que adquirem caráter ideológico. Convém comparar algumas das categorias expostas pelo autor com o embate jurídico e discursivo que envolve, desde 2007, o biógrafo de Roberto Carlos, Paulo Cesar Araújo e os advogados do cantor e compositor.

Tomando por base Max Weber, Thompson (1995, p.82) argumenta que o primeiro princípio seria a legitimação, ou seja, o estabelecimento de relações de dominação “pelo fato de serem representadas como legítimas, isto é, como justas e dignas de apoio”. Thompson desdobra três fundamentos que apoiam esse quesito: o racional (que faz apelo à legalidade das regras dadas); o tradicional (referente à sacralidade de tradições imemoriais) e o carismático (relacionado ao “caráter excepcional de uma pessoa individual que exerça autoridade”).

Para processar civil e criminalmente o jornalista Paulo Cesar Araújo, os advogados de Roberto Carlos apelaram, nos autos, para a excepcionalidade da figura histórica do cantor, estabelecendo uma metáfora “poética”. “Compreendendo e prezando a delimitação que deve haver entre os espaços público e privado, o querelante (Roberto Carlos) sempre fez questão de não levar à praça aquilo que diz respeito ao seu jardim”, afirma o texto apresentado como parte da queixa-crime (ARAÚJO, 2014, p. 242). O apelo às regras dadas (a interpretação específica dos artigos 20 e 21 do Código Civil) e a “sacralidade” da intimidade do cantor estão bem frisadas no trecho que acusa o livro de “(...) indiscrições que traem uma disposição para se intrometer (...) na vida alheia, uma invasão de intimidade e privacidade, que se não é física, certamente é moral” (ARAÚJO, 2014, p. 247).

Araújo alega que em nenhum momento dos processos foram apontados os alegados trechos abusivos. Ele ironiza a metáfora ideológica da praça e do jardim, retrucando que poucos compositores da música brasileira expuseram tanto a sua vida privada em entrevistas e nas letras das músicas, praticamente em sua totalidade autobiográficas, como Roberto Carlos. Também menciona que, curiosamente, o “rei” nunca se levantou contra “revistas de fofoca”, que têm muito mais abrangência.



Outras duas estratégias ideológicas apontadas por Thompson e que também estão presentes nos discursos do Procure Saber e do próprio Roberto Carlos são as de racionalização e universalização. A primeira refere-se ao fato de um produtor de uma forma simbólica construir uma “cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações ou instituições sociais, e com isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio”. Já a universalização envolve “acordos institucionais que servem aos interesses de alguns indivíduos e são apresentados como servindo aos interesses de todos”, sob a aparência de estarem abertos “a qualquer um que tenha a habilidade e a tendência de ser neles bem sucedido” (THOMPSON, 1995, pp.82-83).

Uma das estratégias mais curiosas dos integrantes do grupo Procure Saber foi a produção de um vídeo divulgado na internet em outubro de 2013. Só participaram do audiovisual Erasmo Carlos, Gilberto Gil e Roberto Carlos. A estratégia da universalização foi reivindicada no discurso do ex-ministro da Cultura, Gilberto Gil. No vídeo, ele diz que a classe artística busca garantias contra “os ataques, os excessos, as mentiras, os insultos, os aproveitadores”, dando a entender que o mercado editorial está repleto de biografias não autorizadas tendenciosas e carregadas de má fé. (ARAÚJO, 2014, p. 464). Já Roberto Carlos usa do artifício da racionalização, ao afirmar, no vídeo, que os integrantes do grupo não são censores. “Nós estamos onde sempre estivemos: pregando a liberdade, o direito às ideias” (idem).

Porém, Araújo lembra a pressão de Roberto Carlos sobre o presidente José Sarney para que ele proibisse, um ano após o fim da ditadura, em 1986, o filme do diretor franco-suíço Jean-Luc Godard, “Je vous salue, Marie”, alegando, em telegrama público, que não se tratava de “obra de arte ou expressão cultural que mereça a liberdade de atingir a tradição religiosa de nosso povo”. E também detalha o ensaio de uma nova proibição, que acabou resultando infrutífera, do livro “Jovem Guarda, moda, música e juventude”, resultado da dissertação de mestrado de Maíra Zimmermann, professora da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP).

Tanto a narrativa construída pela imprensa quanto as próprias estruturas discursivas utilizadas pelos artistas ao longo de todo debate sobre as biografias foram marcadas por muitos momentos de depreciação do opositor do debate, o que configura



exemplo claro do que Thompson (1995, p.87) chama de fragmentação (“dirigindo forças de oposição potencial em direção a um alvo que é projetado como mau, perigoso ou ameaçador”). Principalmente na expressão do que o autor chama de “expurgo do outro”, no caso a “construção de um inimigo”.

Em uma entrevista com tom de encerramento da questão, concedida ao jornal “O Estado de São Paulo” para o repórter Júlio Maria (10/09/2014) depois de meses de silêncio, a empresária Paula Lavigne afirmou que não está mais na pauta do grupo Procure Saber a questão das biografias. “Não é mais assunto para nós. A questão básica era a existência da liberdade de expressão ao lado do direito à privacidade, mas não conseguimos ir a fundo porque viramos ‘os censores’. Não houve discussão. Só falavam nisso”, atacou. Lavigne acrescentou que esse tema “veio e foi embora com o Roberto Carlos” e, em uma clara postura de “expurgo do outro”, constatou: “Vocês perderam os palhaços, os palhaços se cansaram. A imprensa fez a gente de gato e sapato, chega”.

5. Valores e ideologia: elementos para uma conclusão

Procurou-se neste texto entender as estratégias ideológicas das formações discursivas que se fizeram presentes nesse episódio não caracterizando a “ideologia como um tipo de discurso ou linguagem”, como alerta Veron (1978, p. 181), mas buscando “um nível de significação de todo discurso transmitido em situações sociais concretas”. No caso da “Batalha das Biografias”, os valores tidos como incontestáveis da liberdade de expressão e de direito a intimidade entraram em uma espiral discursiva ideológica. Um verdadeiro mosaico de opiniões que se chocavam ou se amalgamavam tendo como palco a imprensa e as redes sociais.

Importante frisar que há muitos aspectos desse episódio de confronto de ideias tendo como palco a mídia de referência, que merecem um olhar mais cuidadoso em outros artigos. Por exemplo, a repercussão intensa do assunto nas redes sociais com muitos comentários depreciativos e condenatórios às figuras públicas de artistas como Caetano Veloso e Chico Buarque. Ou mesmo artigos científicos que analisem como o acirramento do debate no espaço midiático sensibilizou as esferas do poder.



Fica também a questão se a imprensa e os biógrafos não poderiam ter sido mais tolerantes à opinião dos cantores como uma possibilidade de debate legítimo a respeito dos limites da abordagem da vida privada com a pessoa pública, o que é previsto por lei e constitui uma questão ética. A postura de certa forma editorializada de vários meios de comunicação, de ataque ao Procure Saber, conferiu munição para que os seus integrantes enxergassem no engajamento da imprensa um viés sensacionalista.

Diante de tantas definições de ideologia, algumas conflitantes entre si, o autor deste artigo optou por compactuar com a opinião segundo a qual as formações discursivas ideológicas só podem ser analisadas em seus contextos sócio-históricos e culturais concretos. Como sugere o caso específico em estudo, ideologia também pode representar um amplo debate de valores que, ao se aproximarem do campo político e das ações sociais dos diversos grupos, ganham contornos apaixonados legitimadores de relações mais circunstanciais de “dominação”, como a de censura às biografias.

Portanto, o debate sobre as biografias não autorizadas – ainda em pleno curso, à espera de decisões do Senado Federal, Executivo e do STF – tem sua importância muito ressaltada no fato de colocar a mídia tradicional em uma posição de resgate da esfera pública para diálogos de alto nível. Nesse caso, sobre valores tão caros para um país que se pretende democrático, como a liberdade de expressão e de privacidade.

Referências

ARAÚJO, Paulo Cesar. *O réu e o rei: minha história com Roberto Carlos, em detalhes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 6 ed. 2003.

BRASIL. Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 20 ago.2014.

BRASIL. Câmara Federal. Projeto de Lei 393/2011. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=491955>. Acesso em: 19 ago.2014.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Unesp/Boitempo, 1997.



GOIS, Ancelmo. **Lei Roberto Carlos**. Rio de Janeiro: jornal “O Globo”, 02/10/2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/posts/2013/10/02/a-coluna-de-hoje-511006.asp> . Acesso em: 20 ago. 2014.

GOIS, Ancelmo. **Lei Roberto Carlos**. Rio de Janeiro: jornal “O Globo”, 04/10/2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/posts/2013/10/04/lei-roberto-carlos-511140.asp>. Acesso em: 20. ago. 2014.

GOIS, Ancelmo. **Lei Roberto Carlos**. Rio de Janeiro: jornal “O Globo”, 07/10/2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/posts/2013/10/07/a-coluna-de-hoje-511272.asp> Acesso em: 20. ago. 2014.

GOMES, Laurentino. **Laurentino Gomes critica defensores de “biografias chapa-branca”**. Rio de Janeiro: Jornal “O Globo”, 09/10/2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2013/10/09/laurentino-gomes-critica-defensores-de-biografia-chapa-branca-511524.asp>. Acesso em: 22 ago. 2014.

GRAGNANI, Juliana. **Músicos questionam comercialização de livros; leia entrevista com a produtora Paula Lavigne**. São Paulo: Jornal “Folha de S.Paulo”, 05/10/2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/10/1352302-musicos-questionam-comercializacao-de-livros-leia-entrevista-com-a-produtora-paula-lavigne.shtml>. Acesso em: 22 ago. 2014.

MARIA, Júlio. **Paula Lavigne rebate críticas e fala dos desafios do Procure Saber**. São Paulo: jornal “O Estado de São Paulo”, 10/09/2014. Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,paula-lavigne-rebate-criticas-e-fala-dos-desafios-do-procure-saber,1557458>. Acesso em: 10 setem. 2014.

MOSER, Benjamin. **Biógrafo de Clarice pede que Caetano mude posição sobre biografias; leia carta**. São Paulo: jornal “Folha de S. Paulo”, 09/10/2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/10/1353698-biografo-de-clarice-pede-que-caetano-mude-posicao-sobre-biografias-leia-carta.shtml>. Acesso em: 20. ago.2014.

THOMPSON, J. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995.

VAN DIJK, T. *Ideologia: una aproximación multidisciplinar*. Barcelona: Gedisa, 1999.
VELOSO, Caetano. **Cordial**. Rio de Janeiro: jornal “O Globo”, 13/10/2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/cordial-10348401>. Acesso em: 20. ago.2014.

VELOSO, Caetano. **Código**. Rio de Janeiro: jornal “O Globo”, 03/11/2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/codigo-10668455>. Acesso em: 22. ago. 2014.

VERÓN, Eliseu. *Ideologia, estrutura e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1978.



Une interview hyperréelle?

Pratiques non-dites et logiques de simulacre dans l'entretien du lundi des *Échos*

Charles Sarraute⁸⁸

Le pouvoir est une parole sans réponse

Jean Baudrillard⁸⁹

Ventriloque ou mutique, le patron constitue une figure médiatique dont la parole, forcément stratégique, n'est jamais anodine. De la *métacommunication* à l'*infracommunication*, des modèles sont construits et convoqués pour que la figure du patron s'affirme tout en incarnant l'entreprise, telle une parole à voix-mêlées. Comme le rappelle Nicole D'Almeida :

« l'intervention et la prise de parole n'est qu'une facette d'une stratégie de communication dont l'autre pan est le silence, un mutisme délibéré, organisé à certains moments sur certains thèmes. L'important n'est pas d'occuper continûment la scène médiatique mais de la façonner, de la tenir à disposition pour y alterner présence et absence.⁹⁰ »

Cette vision stratégique de la communication, nous amène à penser que l'interview de grand dirigeant, envisagée comme prise de parole mûrement réfléchi et préparée par des conseillers en communication, constitue l'un des lieux privilégiés de *silence*, c'est-à-dire de pratiques non-dites. Que ce soit lors de sa préparation, son exercice, sa diffusion et sa circulation, l'interview pose question : *quid* des démarches entreprises pour l'obtenir, à qui revient son initiative, celle-ci se justifie-t-elle par une

⁸⁸ Doctorant en sciences de l'information et de la communication au Celsa-Paris Sorbonne, sa thèse préparée sous la direction d'Adeline Wrona porte sur l'interview de grand dirigeant. Au sein du laboratoire GRIPIC, il participe au projet de recherche DEFI sur les figures de pouvoir en régime médiatique.

⁸⁹ BAUDRILLARD Jean « Requiem pour les médias », *Pour une économie politique du signe*, Paris,, Gallimard, NRF, 1972, p. 208.

⁹⁰ D'ALMEIDA Nicole, « Les organisations entre récits et médias », *Revue Canadian Journal of Communication*, Vol. 29, Montréal, 2004, p. 25-46.



actualité ou/et la rareté des prises de parole des patrons, quelles sont les conditions de cet entretien, les questions sont-elles préparées et communiqués à l'avance, y-a-t il relecture ou/et correction des propos recueillis, etc. Par pratiques non-dites, nous entendons ici l'ensemble des *gestes*, dont la non-communication au public est organisée, sciemment ou non, par les différents acteurs de cette interview, qu'ils soient journalistes, dirigeant interviewé, ou communicants.

Un format fabriqué par et pour les patrons

La presse économique paraît l'espace privilégié et légitimé pour réaliser des interviews de grands patrons. Adeline Wrona rappelle que depuis les Trente Glorieuses et le développement de titres s'inspirant des *newsmagazines* américains, la presse économique a eu recours à des formats visant à « humaniser l'entreprise par la mise en récit de ceux qui la dirigent⁹¹. » Ainsi dans le contexte médiatique contemporain, les biographies de dirigeants se feraient le relais comme jadis des tableaux de marchands pour : « rendre visible le pouvoir, lui donner un corps – et ce faisant s'assurer par la relation qui s'y dessine, une place dans la société des représentations.⁹² » Si le geste biographique est une forme associée à la valorisation de l'individu, qu'en est-il alors de l'interview, qui semble offrir un espace à une parole digne d'être entendue ? L'interview naît aux Etats-Unis vers 1838. Son origine tient à la découverte de la possibilité *créer* l'information grâce à l'enquête au lieu de se contenter de retransmettre les seuls faits avérés⁹³. Ce moyen d'obtenir une information devient une fin et un genre à part entière, quant il s'agit de produire une information en régime d'exception comme lors de la guerre de Sécession. Le genre est introduit en France en 1884 par *Le Petit Journal*. Si l'interview a d'abord été utilisée pour renouveler le journalisme d'enquête sur une question d'actualité, son développement en tant que genre tire son origine du patrimoine des formes travaillées par la littérature, comme le modèle conversationnel, le

⁹¹ WRONA Adeline, « L'ordinaire en portraits : une forme impossible ? Biographies au travail dans les séries d'été des Échos. », *Communication & langages*, Numéro 158, 2008, pp 3-12.

⁹² *Ibid*

⁹³ NEVEU Erik, *Sociologie du journalisme*, 3e éd., Paris, La Découverte « Repères », 2009, p. 10



dialogue. Il serait aussi pertinent de retenir une conception de l'interview comme occasion et lieu de débat. Ses origines remontent ainsi aux philosophes grecs, qui par exemple, choisissaient de transmettre leur pensée sous forme de conversations imaginaires et didactiques. Ainsi, pour rendre compte du réel, le journal s'inspire de pratiques d'écritures, notamment fictionnelles. L'interview n'est pas en reste puisqu'il comprend au moins trois pratiques du langage : « celle de la parole du corps dans l'espace ; celle de l'écrit, c'est-à-dire de la transcription des propos ; celle de l'écriture, qui produit un texte destiné à être lu⁹⁴. » Dans le contexte médiatique actuel, l'interview a dépassé le seul cadre du journal, et se présente comme un genre à la fois classique et attractif pour le public. A la radio ou à la télévision, durant la matinale ou le JT du soir, l'invité est interrogé jusqu'à faire parfois événement. Cette profusion et importance du genre conduit à des pratiques diverses et une multiplication des stratégies d'acteurs qu'il convient donc d'interroger.

Il sera ici question d'un format d'interview quelque peu particulier dans le paysage médiatique français. Quelques précisions quant au support s'imposent d'abord. Fondé en 1908, *Les Échos* est un quotidien papier d'information économique et financière. Depuis la disparition de son principal concurrent *La Tribune* en 2012, il est considéré comme le quotidien économique de « référence » en France. Selon l'OJD, *Les Échos* est diffusé à 128 172 exemplaires chaque jour, notamment via des abonnements d'entreprise pour leur personnel, principalement des cadres supérieurs et dirigeants. Cette audience spécifique et les pratiques journalistiques qu'elles impliquent confèrent au journal la réputation d'être une publication d'orientation libérale. A ce titre, il faut entendre l'un des rédacteurs en chef s'expliquer sur les partis-pris du journal et leurs conséquences sur leur pratique du métier, notamment en matière d'intervie

« Mais si on faisait un pro-rata de la façon dont on couvre les choses on a un biais naturel, on est plus pro-entreprises, a un prisme plus positif sur l'économie que beaucoup d'autres médias. Ce qui déjà crée un rapport particulier aux entreprises. Ensuite, dans notre ligne éditoriale, on n'a pas vocation à être pro-patrons ou anti-patrons, ce qui nous intéresse c'est l'entité entreprise. On a un biais favorable à l'encontre de l'économie, de

⁹⁴ ROYER Jean « De l'entretien » *Études françaises*, vol. 22, n° 3, 1986, pp. 117-124.



l'entreprise. On considère que le profit ce n'est pas quelque chose de sale, que de gagner de l'argent, progresser, qu'il y ait des gens plus payés que d'autres...C'est important d'avoir ça en tête parce que ça influence grandement notre manière de faire une interview. Si moi j'étais journaliste dans un autre quotidien ou à la radio ou TV, sûrement que les interviews que je ferais et les rapports que j'aurai avec les patrons ne seraient pas les mêmes. Le support en lui-même teinte la manière qu'on a d'interviewer les gens d'une manière générale. » [un rédacteur en chef]⁹⁵

Ces propos renseignent *a priori* d'une pratique singulière de l'interview dans le quotidien économique *Les Échos*. Il est ainsi possible d'en distinguer trois formes spécifiques :

- La première pourrait être qualifiée d'interview d'actualité. Ici, l'interviewé est censé apporter une information inédite et la commenter. L'interview n'est dans ce cas pas codifiée, mais demande une réactivité aux acteurs pour faire face l'immédiateté visée.
- Une autre forme pourrait être qualifiée d'interview de décryptage. Ici, l'interviewé est le plus souvent un expert dont la mission assignée par le journaliste est d'apporter son éclairage sur un fait économique complexe survenu dans l'actualité.
- Enfin, il existe une troisième forme d'interview spécifique au journal *Les Échos*. En effet, celle-ci est construite comme un format spécifique, avec un titre propre, une périodicité et une rubrique. Intitulée « l'entretien du lundi », cette interview constitue un rendez-vous du journal.

C'est cette troisième forme d'interview que nous proposons d'analyser. Avant d'en offrir une présentation détaillée, il convient d'écouter le rédacteur en chef précédemment cité la décrire comme :

« une interview d'une page entière, avec une grande photo, qui est prestigieuse, plus en majesté. C'est une interview différente, qui a vocation à légèrement se décorrélérer de l'actualité. (...) Cette interview donne la vision du monde d'un patron. Comment un patron voit de manière générale le monde qui l'entoure, questions macro-économiques, comment est la conjoncture, quelles sont les zones de croissance, où sont les fragilités de notre monde, quelles sont les tendances d'évolution à long terme sur le

⁹⁵ Entretien réalisé le 12 mars 2015, à Paris.



marché du travail, l'énergie...» [un rédacteur en chef]⁹⁶

Si ces propos amorcent d'ores et déjà des réflexions sur les représentations journalistiques de l'objet, plusieurs caractéristiques doivent être relevées pour présenter cette interview hautement codifiée. Caractéristique la plus évidente, la périodicité de l'interview est un élément d'autant plus essentiel qu'il est contenu dans son titre. En effet, « l'entretien du lundi » est un exercice hebdomadaire au sein d'un support quotidien. Ainsi, au cours de l'année 2014, 39 de ces interviews ont été publiées. Ce chiffre s'explique notamment en raison de la pause estivale d'un mois et demi entre juillet et septembre ainsi que la non-parution du journal lors des ponts et autres jours fériés. Enfin deux éditions du lundi des *Échos* ont été publiées sans entretien. Au-delà de la périodicité, « l'entretien du lundi » se caractérise également par une mise en forme spécifique, telle une rubrique, qui permet de l'identifier par rapport au reste du contenu du journal. Le nom de la rubrique est inscrit en réserve sur une photo portrait de l'interviewé. Au bas de l'image, sur un fond de couleur une citation en exergue fait office de titre. Celle-ci est signée de son auteur, suivi de son statut. Pas de chapô en guise d'introduction, seulement deux capsules biographiques intitulées « son parcours » et « son actualité » font ce travail de manière liminaire de rappel du contexte dans lequel s'inscrit l'entretien. Si celui-ci prend la forme d'un question-réponse, les journalistes ne sont crédités que de « propos recueillis ». Cet effacement des journalistes dans l'énonciation conduit à mettre « en majesté » l'interviewé comme si tout semblait être mis en forme pour valoriser la parole accueillie. Hormis de rares exceptions⁹⁷, les invités de cet entretien du lundi sont des patrons. Ils répondent principalement à des critères de notoriété : personnelle, ou celle attribuée à l'entreprise qu'il dirige. Sont ainsi exclus les directeurs d'activité ou dirigeants de filiales françaises d'entreprises étrangères ou de groupes internationaux.

Les patrons retenus sont amenés à s'exprimer de façon relativement déliée de l'actualité de leur entreprises. Ainsi comme l'explique le rédacteur en chef, un principe

⁹⁶ *Idem.*

⁹⁷ Les trois exceptions relevées sur l'année 2014 concernent des acteurs de la politique économique à l'échelle nationale ou internationale.



d'actualité « immédiate » cède au principe d' « être dans l'air du temps ». Ce qui permettra une relative flexibilité dans le travail journalistique, une plus grande facilité d'accès à des sources réputées comme rares. La douzaine de questions posée lors d'un « entretien du lundi » s'articule autour de trois axes : une vision du monde, un regard sur le secteur, les vues de l'entreprise. Par ailleurs, l'analyse lexicométrique⁹⁸ tend à attester l'existence si ce n'est d'une vision commune aux interviewés, du moins de thèmes récurrents. D'un point de vue général, la compréhension de « l'entretien du lundi » requiert, de la part du lecteur, la maîtrise de 1336 mots⁹⁹. Plus spécifiquement, il peut être observé un primat géographique avec les mots France (26 occurrences retrouvées dans les 39 entretiens analysés), Europe (20) et Allemagne (19). De même, plusieurs préoccupations communes à certains interviewés émergent au travers des termes industrie (17), marché (14) et coûts (13). Ces caractéristiques énoncées participent à la définition des codes qui feraient la singularité de « l'entretien du lundi » : un format par et pour les patrons. Malgré quelques dissonances liées aux positions des acteurs, leurs discours convergent vers une représentation de l'objet comme l'interview de « référence » dans le quotidien économique de « référence ».

*« c'est une interview extrêmement prestigieuse. Elle a de l'importance parce qu'elle est lue par des gens importants. Comme ces gens font partie d'un réseau, avoir cette interview c'est l'assurance qu'elle va être lue par tous ses camarades patrons, inspecteurs des finances, etc. Il y a un enjeu d'image et d'ego qui est très fort. Pour le coup, comme c'est une interview prestigieuse et qu'il y en a 50 par an, je pense que c'est plutôt... On est plutôt dans un cas où le patron ne peut pas trop refuser. En tous cas c'est un honneur qui lui est fait et c'est difficile à solliciter en tant que tel. Ce n'est pas comme une tribune. Une tribune dans un journal ça se place, une interview aussi. Là c'est un peu institutionnalisé dans le journal. » [un conseiller en communication]*¹⁰⁰

« c'est un format qui est destiné aux patrons d'entreprise, plutôt aux grands patrons, - soit patrons de très grosses boîtes, soit patrons d'entreprises plus petites mais qui sont déjà un peu connus. (...) Généralement ces interviews

⁹⁸ Cette analyse lexicométrique a été réalisée grâce au logiciel Sonal qui permet à partir d'un corpus de texte ou d'entretien d'étudier les mots les plus utilisés par locuteur sur un sujet donné. Voir <http://www.sonal-info.com/>

⁹⁹ Pour offrir un ordre de comparaison un dictionnaire comme *Le Petit Robert* compte près de 60 000 occurrences.

¹⁰⁰ Entretien réalisé le 5 mars 2015, à Paris.



sont menées avec le spécialiste du secteur, un rubriquard, dans le cas là c'était moi, et un ou deux rédacteurs en chef qui participaient à l'entretien. Le but est de faire parler le patron, un petit peu sur sa boîte, et beaucoup plus sur des sujets qui dépassent le cadre de sa boîte : la conjoncture économique globale du pays, des questions réglementaires ou législatives, des choses politiques, ou même sur le climat des affaires. (...) avoir le regard d'un patron. Sachant que les patrons ont un peu une optique différente. Eux voient l'entretien du lundi comme - c'est important aussi de savoir que ce n'est pas le même rapport, comme un espace d'expression assez prestigieux, c'est une page entière dans Les Échos, etc. Et, souvent ils acceptent ou proposent pour se mettre en valeur, ou mettre en valeur leurs sujets du moment. » [un chef de service adjoint]¹⁰¹

Ces représentations nous renseignent autant sur les enjeux perçus de cette interview de la part de ses acteurs, qu'elles préfigurent les jeux qui la constituent. C'est dans ce cadre élargi que vont s'inscrire des pratiques-non dites. De son initiative à ses circulations ultérieures, nous proposons donc de retracer la trajectoire des énoncés de « l'entretien du lundi » d'un patron français du secteur de la distribution publié dans *Les Échos* à l'approche des fêtes de fin d'année. Nous nous appuyons sur des entretiens menés avec des participants à l'ensemble du processus d'écriture pour mettre au jour ce qui n'apparaît pas lors d'une simple lecture du contenu final.

S'accorder

Comme tout échange, pour qu'une interview ait lieu, encore faut-il que leurs acteurs s'accordent sur les conditions de celle-ci. Chaque matin, les journalistes des *Échos* se réunissent en conférence de rédaction pour traiter des sujets à l'ordre du jour. Une seconde se tient le mardi pour que chaque service annonce ses projets à moyen termes. C'est le moment propice d'évoquer les tendances de chaque secteur économique et donc pour les « rubriquards » de proposer leurs noms au « casting » de « l'entretien du lundi ». Ce format particulier est géré de manière indépendante vis à vis des autres sujets par la rédaction en chef. Celle-ci tient à jour un calendrier ou planning qui

¹⁰¹ Entretien réalisé le 10 mars 2015, à Paris.



répertorie sur plusieurs semaines ou mois l'avancée des projets d'interviews en fonction des sollicitations reçues ou envoyées :

« En fait il y a plein de gens qui vous disent « Est-ce que tu penses que ça serait possible un jour ou pas ? » et à qui je peux dire non, ce n'est même pas la peine d'y penser. Donc ce n'est pas vraiment une demande. Après, c'est une démarche plus pro-active de notre part. C'est plutôt nous qui sommes demandeurs. Il y a des gens qui posent la question de savoir si un jour ça nous semble possible, et donc dans ce cas là j'ai un grand calendrier sur lequel je note toutes les propositions que j'ai, et puis on essaye d'avoir un équilibre, alors ce n'est pas toujours parfait. (...) » [un rédacteur en chef]¹⁰²

Cet agenda peut faire l'objet de négociations, principalement en vue de la date de publication. C'est pourquoi « l'entretien du lundi » est un projet mené de longue haleine qui dans le cas qui nous intéresse particulièrement débute par un déjeuner de rentrée entre le directeur de la communication de l'entreprise et le chef de service adjoint, « rubriquard » ès distribution. Celui-ci sait qu'il a affaire au représentant d'un patron qui répond à tous les critères nécessaires de par « sa personnalité, on sait qu'il est connu, qu'il a pas mal de relations dans l'establishment français ». Pour une entreprise cotée en bourse comme celle dirigée par l'interviewé, toute publication d'information est régie par des aspects juridiques. Ainsi cette contrainte dans l'agenda vient participer à la rareté de la prise de parole du patron. Discuter d'agenda, c'est décider du moment pertinent pour parler, offrir sa « vision du monde », qui pour les communicants revient à une opportunité de prendre publiquement des positions sur des thèmes précis :

« C'est un moment où l'on sait que voilà en novembre, on a l'annonce des résultats, on avait aussi la possibilité de pouvoir communiquer des informations, parce qu'il y a des périodes où on ne peut pas communiquer l'information. Euh...[cette loi] est un sujet que [l'interviewé] porte assez haut et fort en tant que patron d'une enseigne de distribution. Et donc, c'était le souhait de pouvoir d'exprimer son point de vue et la position de [l'entreprise] sur le sujet. » [une responsable des relations publiques]¹⁰³

¹⁰² Entretien réalisé le 12 mars 2015, à Paris.

¹⁰³ Entretien réalisé le 12 mars 2015, à Paris.



« On n'accepte pas les diktats des patrons. Ils ne nous dictent pas leurs trucs. On prend en compte leurs problématiques, eux aussi après comprennent nos problématiques, à nous. Donc, on se met d'accord à peu près sur un horizon, sur une date. Généralement dans le travail préparatoire les communicants nous expliquent un peu les messages que le patron a envie de faire passer. (...) Il n'y a pas de raisons de ne pas le dire clairement. Voilà, ça fait partie un peu des messages, on liste les thèmes. Nous aussi on dit de quoi on voudrait parler mais on ne communique pas les questions à l'avance. » [un chef de service adjoint]¹⁰⁴

Une fois le terrain d'entente trouvé sur un horizon de publication, l'exclusivité de l'interview, et les thèmes à aborder, ainsi que les aspects pratiques de l'interview (date, lieu, durée), il tient ensuite aux différents acteurs de se préparer, de répéter leurs gammes.

Se préparer

Chacun dispose donc de plusieurs semaines entre la validation de la date suivant les modalités détaillées plus haut, et l'exercice de l'interview pour travailler ses questions ou ses réponses. Du côté de l'entreprise, des réunions pilotées par le directeur de la communication indiquent la marche à suivre. Dans un premier temps, les services de relations presse et d'affaires publiques sont mobilisés pour recueillir l'ensemble des documents nécessaires à l'élaboration d'argumentaires (actualité parlementaire, veille sectorielle, résultats annuels, « Q&A » distribués lors des assemblées d'actionnaires, les récents discours du patron et autres interviews données dans le passé.) Dans un second temps, un cabinet de conseil spécialisé en stratégie de communication est démarché afin de travailler à l'élaboration des « messages que veut faire passer le patron ».

« Il y a tout un tas de matériaux qui permet au consultant de voir le niveau d'attente de la part du client. Là on a affaire à un client ultra pro, qui ne laisse rien au hasard. On fait une interview, on veut ne rien laisser au hasard. On part d'un matériau important qui nous est fourni. (...) On a fait deux entretiens préparatoires. Un premier où l'on nous présente le brief. Le deuxième on est arrivé avec des pistes, des angles. C'est là-dessus qu'on

¹⁰⁴ Entretien réalisé le 10 mars 2015, à Paris.



*attend un cabinet de conseil en com, « c'est quoi les angles que l'on choisit. » [un conseiller en communication]*¹⁰⁵

Si le vocabulaire utilisé pour décrire ce travail rappelle celui du journaliste (« angle »), c'est fort à propos puisqu'il s'agit d'un véritable travail collectif d'écriture. Le client apporte une somme d'informations sous la forme documentaire et le cabinet offre sa capacité et sa compétence à la formaliser, à apporter une cohérence à la stratégie d'entreprise à partir de ces éléments disparates. Cela correspond à un volume d'une cinquantaine d'heures passées sur le « sujet » par trois consultants à la recherche d'un « nouveau souffle » pour le discours du patron. Une veille est également réalisée sur les questions posées par les journalistes des *Échos*. Ce travail de synthèse et d'anticipation, disons de préfiguration de l'horizon d'attente des journalistes, prendra la forme d'une note de quinzaine de pages livrée au patron et à son directeur de la communication. Cet exercice de préparation est vécu aussi comme l'occasion de travailler plus largement à tester la stratégie de l'entreprise à l'épreuve de la communication :

*« En détechnicisant un peu le discours d'entreprise on met à jour des failles dans le raisonnement, des raccourcis. Et là y'a deux manières de faire de la com'. Soit on va habiller un discours technique incohérent, - c'est une possibilité, avec des mots d'ordre un peu généraux. Et ça c'est le risque de quelqu'un qui interviendrait simplement sur la forme et pas du tout sur le fond. Soit on retravaille l'argumentaire avec le client en partant du fait que l'entreprise doit aussi convaincre des clients, des partenaires, ses salariés, et que la rhétorique au sens ancien a quand même une importance. Ce n'est pas du tout annexe. On est vraiment au cœur de ces enjeux. » [un conseiller en communication]*¹⁰⁶

Suite à cette opération de *mise en conformité*, reste à l'intervisé de répéter sa partition lors d'une séance de questions-réponses menée par son directeur de la communication. Du côté des *Échos*, s'il n'y a pas de préparation spécifique, c'est qu'il s'agit d'un travail au quotidien de veille sectorielle opérée par le « rubriquard » qui lui permet de connaître « *tellement bien le secteur que je n'ai pas besoin de documents*

¹⁰⁵ Entretien réalisé le 5 mars 2015, à Paris.

¹⁰⁶ *Idem.*



pour travailler. » Il peut toujours sur un point précis faire appel à ses sources, les communicants de l'entreprise ou piocher dans l'ensemble des articles publiés par les du journal qui constitue sa première base documentaire. A l'approche de l'événement, les trois journalistes qui mèneront conjointement l'entretien s'accordent sur une liste de thèmes et une trame d'interview. Une division du travail s'opère en fonction du statut de chacun au sein de la rédaction. Le chef de service s'occupe de ce qui est relatif à l'entreprise et son secteur, et le rédacteur chef, qui il le décrit comme lui-même, en sa qualité de « toutologue »¹⁰⁷ : « *a une vision plus globale et plus large* » ce qui lui permet de poser « *non pas des questions qui soient bêtes mais plus de base* »¹⁰⁸ de façon à provoquer des réponses et *in fine* produire un contenu à destination d'un public plus large que les simples spécialistes du secteur.

Question-Message

Les accords sont passés, le rendez-vous est pris, tout le monde est préparé. Reste à vivre comme l'appelle le conseiller en communication « *le moment de vérité* ». Les deux ou trois journalistes, le directeur de la communication et son patron se réunissent dans le bureau de ce dernier. Parfois, il peut s'agir d'un lieu dit « neutre » par le chef de service adjoint comme « *le bar d'un grand hôtel* ». C'est au journaliste à l'initiative de l'interview que revient la responsabilité de mener l'entretien. Ici, il s'agit donc du « rubriquard » dont le véritable enjeu sera de parer à la fois à la stratégie mise en place par le directeur de la communication tout en ménageant une source précieuse. Ainsi, la présence de ce dernier se justifie par le besoin pour le patron d'un dernier « filtre » qui pourra grâce à sa vigilance intervenir sur un sujet épineux. Les techniques de media-coaching et de media-training visent à déplacer l'interview du modèle question-réponse à un schéma de question-message. L'intérêt est double pour le dirigeant : se défaire d'une charge émotive en passant de ce qui est vécu comme une *mise à l'épreuve* à une

¹⁰⁷ Expression empruntée à Honoré de Balzac qui a élaboré cette catégorie dans sa *Monographie de la presse parisienne*.

¹⁰⁸ Entretien réalisé le 12 mars 2015, à Paris.



mise en récit, et ainsi rentabiliser aux maximum le temps de parole ou l'espace d'expression potentiellement disponibles. A ce jeu, le journaliste n'est pas dupe et réplique :

« Il faut sortir d'un certain confort, d'une certaine trame, inverser le sens des questions pour ne pas qu'il lise son papier non plus. Je pense qu'il faut...Moi, je trouve qu'il faut accrocher l'attention et après on peut tirer cette petite pelote, on peut aller assez loin dans le truc. Mais il ne faut pas hésiter à...Je ne dis pas qu'il faut être agressif. Mais il ne faut pas non plus que l'on soit trop complaisant avec l'establishment ou être dans l'exercice de com' de l'entreprise, et de s'y faire enfermer. » [un chef de service adjoint]¹⁰⁹

Pour autant, malgré ces moyens développés pour obtenir si ce n'est ses volontés, quelque chose à la hauteur de ses attentes, ce journaliste fait face dans cet exercice à la particularité de son média, à l'ensemble des caractéristiques décrites qui conditionnent en partie ses pratiques de l'interview. Ainsi, il s'agit de « briser la glace » tout en marchant sur des oeufs :

« C'est des gens qu'on connaît bien, donc, du coup on a une certaine proximité avec eux...mais il ne faut pas se laisser entraîner non plus dans une fausse complicité qui de toute façon n'a pas lieu d'être puisque on est journaliste... Et puis on la particularité que les gens qui nous lisent et nous achètent sont ceux qu'on fait en interview. (...)Donc, en fait, grosso-modo, on évite d'être fâché avec qui que ce soit, on évite d'être trop agressif puisque ce sont des gens qu'on rencontre régulièrement on ne peut pas aller jusqu'au point qui créerait une rupture, donc il faut naviguer entre certaines amabilités tout en conservant évidemment le fait de travailler en indépendance journalistique, et notre volonté et mission qui sont de faire sortir la vérité, quelque part. » [un chef de service adjoint]¹¹⁰

(Re)lire - (Ré)écrire

Faire sortir la vérité de ce moment, passe par un travail de retranscription. A partir des notes prises lors de l'entretien, chacun des journalistes selon son thème de prédilection apportera sa part au texte final. Avec ce travail collectif de *mise en forme*

¹⁰⁹ Entretien réalisé le 10 mars 2015, à Paris.

¹¹⁰ *Idem.*



s'opèrent une sélection dans les propos tenus, selon un critère de pertinence et les contraintes liés au format (nombre de signes, espace disponible sur la page) de « l'entretien du lundi ». Pour le chef de rubrique adjoint ce travail revient à une reconstruction du moment qui s'apparenterait plus à un véritable exercice d'écriture. Pour établir ce texte de nouvel ordre : revoir le déroulé des thèmes et des questions, et améliorer le niveau de langage tout en gardant les rares marques de singularité de l'interviewé, repérer les expressions clés qui pourraient servir de titre ou de citations à valoriser. S'en suit alors une étape collaborative avec les communicants :

Sachant que nous il y a un exercice qu'on pratique - ce n'est pas le cas de tout le monde : nous on fait relire l'interview. Comme c'est la parole du type, il a le droit d'avoir une maîtrise de sa parole, donc on renvoie la retranscription. Les types la relisent, et peuvent modifier à la fois les phrases, ce qu'ils ont dit, le style...Selon les patrons, ils y en a qui font confiance aux journalistes, qui reviennent parfois sur des éléments factuels, un chiffre qui n'était pas le bon, etc. Y en a d'autres par contre qui réécrivent carrément le style des phrases. Souvent ça donne un résultat assez mauvais parce que c'est un style, - comment dire, technocratique, un peu plat, quoi. Après, ils nous renvoient la copie. On regarde les corrections faites. On peut aussi contester : « Ah non, là il avait dit ça, c'était vachement bien. Il faut le garder parce que sinon ce n'est par fair-play. » [un chef de service adjoint]¹¹¹

Si la métaphore sportive est ici convoquée, c'est bien parce que les journalistes ont accepté les règles du jeu. Pour autant, l'absence d'arbitre conduit à une libre interprétation par chacun des acteurs, et favorise celui qui dispose de plus de ressources dans le rapport de forces. Dans le principe ces pratiques de relecture, qu'il est possible de retrouver notamment chez les anglo-saxons, s'appuient sur des raisons juridiques. Les différentes opérations de sélection et de mise en forme qui vont dans « l'intérêt du lecteur », peuvent amener à dénaturer les propos recueillis, c'est pourquoi, ils sont soumis à relecture. Dans sa lettre d'information numéro 394, le CNRS rappelle à ses membres scientifiques les principes juridiques de l'entretien médiatique. Ainsi, elle recommande de passer un contrat par écrit qui stipule les conditions de l'interview. Si dans la pratique cela se fait le plus souvent par oral, il n'en reste pas moins que le droit de relecture s'appuie sur une jurisprudence bien éprouvée. Si le droit d'auteur d'un

¹¹¹ *Idem.*



entretien appartient totalement ou en partie à l'interviewer, la responsabilité pénale des propos tenus revient à l'interviewé. C'est sur ces éléments explicites, que le directeur de la communication va pouvoir s'appuyer de manière implicite lors de ses échanges avec le journaliste jusqu'à la publication de l'entretien.

« Est-ce que quelqu'un s'exprime comme ça ? Est-ce que l'on pose ce type de question, est-ce qu'on apporte ce type de réponse ? Soit cela veut dire que les questions étaient posées à l'avance et que la personne a lu la réponse. Voilà. En fait on sent bien que c'est... C'est amusant d'ailleurs parce que généralement les gens ne le repèrent pas tout de suite. Ce truc là c'est les effets probables d'une réécriture. Encore une fois moi je n'ai pas travaillé à ça. Mais c'est évident qu'il y a des éléments qui sont des reprises textuelles d'argumentaires que l'on avait pu bâtir ensemble. (...) Y'a des éléments de texte que l'on va retrouver dans d'autres interviews. Là-dessus c'est effectivement hyper hyper formalisé. On peut se demander du coup si ce n'est pas trop formel. On peut se poser la question au niveau du travail du journaliste : « Qu'est-ce qui est le plus efficace pour informer le public ? Est-ce que c'est ça ou un autre type d'interview ? » Ca je ne sais pas, ça dépasse mes compétences. En tous cas, l'interview est là, elle est fait, elle est proposée. » [un conseiller en communication]¹¹²

L'exactitude du propos ainsi respecté, est telle que le communicant retrouve dans le texte les traces de son travail, jusqu'à se poser des questions de journaliste. Si l'ordre *naturel* des propos tenus par le patron, est reconstruit, il tend à se présenter finalement comme tel. Ce travail sur le réel, jouant formellement sur ses apparences, tel un jeu d'écritures, pourrait se lire à travers les apports des théoriciens de l'hyperréalité, comme Jean Baudrillard¹¹³, pour qui ces logiques de simulacre se caractérisent par « la simulation de quelque chose qui n'a jamais réellement existé ». Cette perspective inspirée de Marshall Mac Luhan, tend à reprendre un schéma linéaire de communication où le récepteur serait passif, face au pouvoir du média, « une parole sans réponse »¹¹⁴. D'où l'importance du message dans le discours des communicants, dont il faudrait s'assurer de la bonne transmission, là où le journaliste constitue un *filtre*.

¹¹² *Idem.*

¹¹³ BAUDRILLARD Jean, *Simulacres et simulation*, Paris, Galilée, 1981, 240 p.

¹¹⁴ *op.cit.*, p. 208



Message reçu ?

« Chacun perçoit finalement l'autre comme un « filtre ». Les journalistes comme les communicants. ¹¹⁵» Jean-Baptiste Legavre propose d'observer ces liens d'interdépendances à partir de la notion d'*associés-rivaux*. Comme nous avons pu le voir en présentant et décrivant un cadre particulier d'interactions entre eux à partir de cette interview, la rivalité tiendrait à la co-existence d'objectifs pour chacun de nature différente et l'association à celle d'intérêts communs ou du moins croisés et convergents. Le sociologue nous rappelle que « s'ils sont d'ailleurs autant associés, c'est qu'un point commun décisif les rassemble : ils sont souvent persuadés de la puissance des médias.¹¹⁶ » Cette vision inspire donc les critères d'évaluation ou d'appréciation de l'interview une fois publiée :

« Une bonne interview, c'est une interview où le président a pu s'exprimer sur l'ensemble des messages sur lesquels il souhaite s'exprimer. Passer des messages qu'il voulait faire passer, ou en tout cas qu'on ait le sentiment que le journaliste ait aussi compris, que cela se fasse autour d'un échange constructif, où le message est passé le journaliste a compris aussi la stratégie de l'entreprise. » [une responsable des relations publiques]¹¹⁷

Est-ce que le message est passé ? Nous avons établi que l'un des objectifs déterminés de la part du patron et qui justifiait cette interview était de porter et défendre la stratégie de l'entreprise, en se positionnant clairement sur un texte de loi en préparation. La publication de l'article final comprend ainsi, deux citations du dirigeant, mises en exergue par une police grasse et supérieure, qui évoquent d'une part la nécessité de réformes économiques et d'autre part le caractère essentiel pour son entreprise d'un aspect de la loi visée. Cet objectif rempli tient aussi à un intérêt commun avec les journalistes :

¹¹⁵ LEGAVRE Jean-Baptiste Legavre. « Entre conflit et coopération. Les journalistes et les communicants comme « associés-rivaux ». *Communication & langages*, N°169, 3ème trimestre 2011, pp 105-123

¹¹⁶Ibid

¹¹⁷ Entretien réalisé le 12 mars 2015, à Paris.



« Une bonne interview, c'est quand le type dit des choses qui ne sont pas convenues. Une bonne interview, c'est comme un bon article, c'est quand le type a des choses à dire. Quand on lui pose des questions, il y répond et qu'il a des positions assez tranchées. C'est clair sur certains sujets qui peuvent faire polémique, etc. Ca c'est déjà pas mal. Parce qu'il y a des gens qui veulent être interviewés juste pour le plaisir de se voir dans le journal mais dont les propos sont assez...disons qu'ils n'ont pas grand chose à dire en réalité. Pas plus que ce que l'on sait déjà. » [un chef de service adjoint]¹¹⁸

Suite à la publication de cet « entretien du lundi », ce dernier recevra un texto aimable de remerciement de la part du directeur de la communication, satisfait notamment au regard des nombreuses reprises et suites données à cette interview. Ainsi, sur le réseau social Twitter, 41 des 127 messages mentionnant cette interview font part des positions exprimées par le patron sur le projet de loi en cours. Ces propos seront repris dans une dépêche AFP, et encore par une dizaine de médias français sur leurs sites en ligne. Dans les jours qui suivirent, la responsable des relations publiques recevra de « nombreuses » demandes d'interviews. Ainsi, cette communication qu'elle décrit comme « en cascade » peut se lire comme une adaptation ou intégration du modèle *Two Step Flow of Communication* de Paul Lazarsfeld et Elihu Katz. Du côté, des *Échos*, la rédaction est bien consciente de cette possible instrumentalisation, mais elle y trouve son compte dans une économie de marque qui continue grâce à cette stratégie d'exclusivité ou de primeur d'instituer « l'entretien du lundi » comme l'interview de « référence » dans le quotidien de « référence » :

« L'interview du lundi devient l'interview de référence sur les patrons d'entreprise. Donc l'entreprise et les communicants le savent et fondent ainsi leurs stratégies de communication : on fait un truc de référence dans un journal sérieux comme Les Échos, et puis après on aura des reprises, on pourra décliner ça dans d'autres médias. Pour nous, c'est une chance parce que du coup ça salue notre sérieux et notre compétence et nous ouvre aussi des portes, c'est pas souvent. » [un chef de service adjoint]¹¹⁹

Cette rhétorique résolument positive fait d'un accord explicite « donnant-donnant » un échange implicite de bons procédés vécu sur le mode du « gagnant-

¹¹⁸ *Idem.*

¹¹⁹ *Idem.*



gagnant ». Ainsi, la présentation des avantages tirés de la situation selon des intérêts convergents fait effet d'euphémisation sur les compromis engagés et vient alors justifier les pratiques non-dites.

Conclusion

En retraçant la trajectoire des énoncés, de la prise d'initiative à aux circulations possibles de « l'entretien du lundi », nous avons pu mettre au jour différentes pratiques non-dites. Cette approche socio-sémiotique a rendu compte à la fois de la mise en majesté de la figure du patron par le format, des logiques de simulacre liées aux procédés d'écriture, et des jeux entre ses différents acteurs. Ainsi ce format d'interview par et pour les patrons pose autant question qu'il ouvre de perspectives pour la recherche. Sur le plan sémiotique, l'interview de patron mériterait d'être saisie par une approche en termes d'énonciation éditoriale pour révéler « les relations de pouvoir qui s'expriment dans les formes »¹²⁰. Sur le plan sociologique, les jeux d'accords et de négociation entre journalistes et communicants dans le champ économique mériteraient d'être affinés pour révéler pleinement comment ces liens d'associés-rivaux sont plus ou moins « assumés » ou « refoulés ». Enfin, les phénomènes d'hyperréalité ou d'instrumentalisation, propres aux pratiques des communicants, soulèvent la question d'une culture de la communication ou du pouvoir propre à ces acteurs, et sous-tendant leurs stratégies.

¹²⁰ JEANNERET Yves, SOUCHIER Emmanuël. « L'énonciation éditoriale dans les écrits d'écran. » *Communication et langages*. N°145, 3ème trimestre 2005. p 7



Regimes de Visibilidade do Empreendedorismo Jornalístico: valores, prescrições e parâmetros identitários em sites especializados na cobertura do campo profissional

Michelle Roxo¹²¹

Rafael Grohmann¹²²

Resumo: O artigo procura compreender como o discurso sobre o jornalismo e o jornalista empreendedor circulou em matérias e artigos de sites especializados do campo profissional (*Portal Imprensa, Comunique-se e Observatório da Imprensa*) nos últimos dois anos (2013 e 2014). Considerando o pano de fundo de transformações no mundo do trabalho, buscaremos compreender como se dão os regimes de visibilidade – a partir da questão discursiva – e a produção de sentido sobre o mundo do trabalho dos jornalistas atualmente, ou seja, quando se fala de jornalismo/jornalista empreendedor, quais são as prescrições de um tipo de prática, modelo produtivo e perfil profissional desejáveis? Podemos pensar em consequências desses regimes de visibilidade para a identidade e trabalho dos jornalistas, e para o próprio jornalismo?

Palavras-chave: jornalista; empreendedorismo; discurso; trabalho; identidade

1. Introdução

Ser jornalista hoje, definitivamente, não é o mesmo que no século passado, ou em boa parte dele. Mudaram os processos produtivos, as tecnologias, a própria linguagem jornalística e a sociedade, enfim. A identidade profissional do jornalista e o seu trabalho se inserem nesse processo, que é de lutas e disputas, contradições e conflitos envolvendo a própria definição da profissão.

Se a identidade é construída discursivamente e a partir da diferença, podemos conceber como o discurso de um campo ajuda a legitimar algumas práticas profissionais e atividades de trabalho em detrimento de outras. Essa construção identitária pelo

¹²¹ Doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora do curso de Jornalismo do FIAM-FAAM – Centro Universitário. Integrante do Grupo de Pesquisa “Jornalismo, Mercado de Trabalhos e Novas Linguagens” (FIAM-FAAM / CNPq).

¹²² Doutorando em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo - USP. Professor dos cursos de Jornalismo da Faculdade Cásper Líbero e do FIAM-FAAM – Centro Universitário. Membro do Centro de Pesquisas em Comunicação e Trabalho (CPCT-ECA/USP) e do Grupo de Pesquisa Teorias e Processos da Comunicação (FCL). Coordenador do Grupo de Pesquisa “Jornalismo, Mercado de Trabalho e Novas Linguagens” (FIAM-FAAM / CNPq).



discurso se dá a partir de uma circulação de sentidos no processo comunicacional, considerando a questão da hegemonia, seja a partir dos imaginários provenientes dos meios de comunicação – cinema, ficção televisiva ou mesmo do discurso reiterativo do jornalismo sobre si mesmo – ou dos discursos dos próprios jornalistas sobre o trabalho. Grohmann (2012), por exemplo, mostra como o *ethos* do jornalista ligado ao repórter de redação das grandes empresas de comunicação é hegemônico mesmo entre os jornalistas *freelancers*, seu objeto de estudo. Como dizem alguns entrevistados: “meus coleguinhos que são jornalistas mesmo, e estão dentro das redações...”; “aí na redação que você sente que é um jornalista mesmo. Trabalhado em casa não parece muito que você é esse profissional” (Grohmann, 2012, p. 133)

Porém, ser jornalista hoje não é somente trabalhar em uma empresa de comunicação. A pesquisa de Mick e Lima (2013) sobre o perfil do jornalista brasileiro mostra que 40,3% dos jornalistas atuam fora da “mídia”. Entretanto, mesmo dentro da “mídia”, há diversas formas de atividades de trabalho que não se igualam à forma tradicional.

Este é o pano de fundo para o presente artigo, que se insere na pesquisa “Os sentidos do empreendedorismo segundo atores do campo jornalístico”, pertencente à Rede de Estudos sobre Trabalho e Identidade dos Jornalistas. O objetivo é compreender como o discurso sobre o jornalismo e o jornalista empreendedor circulou em matérias e artigos de sites especializados do campo profissional (*Portal Imprensa, Comunique-se e Observatório da Imprensa*) nos últimos dois anos (2013 e 2014).

Há que se ressaltar que as condições de possibilidade de emergência e circulação de um discurso sobre o empreendedorismo jornalístico não podem ser compreendidas fora do contexto das transformações estruturais que afetam o mundo do trabalho dos jornalistas e que estão associadas, em nível mais amplo, ao movimento de reestruturação macroeconômica, nos marcos do chamado “regime de acumulação flexível” (Harvey, 2003).

Nesse cenário, a capacidade de ser flexível, no sentido de se adaptar às circunstâncias e responder com eficiência a elas, torna-se uma espécie de valor social. O imaginário do empreendedorismo, conforme observam Casaqui e Sinato (2015), tem



sido associado, entre outros aspectos, à mobilidade, à autonomia das atividades de trabalho, à possibilidade de criar seu próprio negócio e “ser feliz”. Certas disposições são valorizadas, como a mobilização de estratégias individualizadas que permitam aproveitar as “janelas de oportunidade”, de maneira competitiva, inovadora, criativa e eficiente, num mercado onde as vagas de emprego tradicionais não acolhem parcelas significativas da força de trabalho. A maioria das competências necessárias é centrada na figura do indivíduo, louvado por seus acertos e culpabilizado por seus erros. Esta “ideologia meritocrática”, nos termos de Bourdieu (2007), pode ser considerada como uma maneira de dominação, que oculta sua face social, como uma *illusio* ou uma “naturalização das práticas”.

A figura do “jornalista empreendedor” acaba por tensionar a identidade e o trabalho dos jornalistas nos planos das atividades de comunicação e trabalho, tanto no nível discursivo quanto das práticas concretas de produção. Dessa forma, considerando o pano de fundo de transformações no mundo do trabalho, buscaremos compreender como se dão os regimes de visibilidade e a produção de sentido sobre o empreendedorismo jornalístico.

2. Discurso e Regimes de Visibilidade

Considerar a dimensão discursiva é imprescindível para a compreensão dos processos comunicacionais com relação à produção e relações de sentido. É ao analisar essa dimensão que conseguimos melhor entender os valores que perpassam esses processos. Como diz Adilson Citelli (2004, p. 31), podemos “‘ler’ a consciência dos homens através do conjunto de signos que a expressa”.

Trata-se de um processo de escolha e de estar no mundo a partir de determinada perspectiva, um olhar: os signos são, por excelência, ideológicos (Bakhtin/ Volochinov, 2010), refletindo e/ou refratando a realidade, e por isso revelam essas escolhas e esses valores que circulam pelo cotidiano. Isso porque a língua não é uma “ferramenta”, mas um lugar dinâmico e vivo que é também lugar de conflitos e dinâmicas – o “micro” do discurso revela dinâmicas do “macro” da sociedade. Ou seja: como os discursos



analisados significam e ressignificam as práticas sociais e do mundo do trabalho dos jornalistas?

Então, somente podemos compreender os discursos a partir de sua historicidade, ou na dinâmica dos processos comunicacionais e sociais, isto é, eles só podem ser compreendidos se pensarmos a partir do “primado do interdiscurso” (Maingueneau, 2008). Tudo isso significa que devemos compreender sempre os discursos em diálogo (nem sempre concordantes – na verdade, explicitando também conflitos e contradições) com outros discursos – pois podemos observar as várias vozes presentes nos enunciados.

Nesse processo dialógico, enunciar algo é sempre um posicionamento no mundo. Não existe lugar neutro: dizer-se neutro ou não-enunciar já são posições. Dessa forma, dizer algo é também sempre não-dizer outra coisa. Os não-ditos e os silêncios também significam e comunicam. Podemos pensar, então, o silêncio como algo fundante do discurso, elegendo algumas “vozes” que serão enaltecidas e reveladas e outras que serão apagadas, não-mostradas. Segundo Orlandi (1992, p. 92), “é no silêncio que as diferentes vozes do sujeito se entretecem em uníssono. Ele é o amálgama das posições heterogêneas”.

Dessa maneira, podemos conceber os discursos como um jogo de visibilidade/invisibilidade das vozes, onde a polissemia é domesticada – um apagamento discursivo que produz sentido. Podemos compreender os “regimes de visibilidade”, que, segundo Landowski (2002) são os “modos de aparecer” discursivamente, um modalizador das vozes presentes no discurso.

É também a partir dos regimes de visibilidade que podemos compreender o *ethos*¹²³ de jornalista (e mesmo de trabalhador) nos enunciados analisados em relação ao empreendedorismo jornalístico, pois a identidade só se torna possível a partir da diferença e, em alguma medida, do silêncio.

Além disso, esses “modos de aparecer” também estão relacionados às “prescrições discursivas” sobre o mundo do trabalho – dentro da dimensão da “comunicação sobre o

¹²³ Trata-se de um conceito relacionado à identidade discursiva construída de si mesmo ou do outro (enunciador / enunciatário). Nesse caso, é o *ethos* do “jornalista empreendedor” (enunciatário) construído por um enunciador também jornalista.



trabalho” (Boutet, 1995). As prescrições do corpus analisado não são exatamente como normas regulamentares ou manuais de conduta, pois não são “obrigatórias” em um ambiente de trabalho – de certa forma, fazendo parte do *zeitgeist* de flexibilidade próprio do capitalismo atual. Essas prescrições devem ser encaradas a partir de atributos desejáveis para o jornalista “ter sucesso” em seu mundo do trabalho. Ou, como afirma Aidar Prado (2013), são como “convocações dos dispositivos comunicacionais”, mostrando o que fazer e o que não fazer para ser um “sujeito de sucesso”.

O que está em jogo, portanto, no material analisado, é o *ethos* de “jornalista empreendedor” nas matérias dos sites especializados na cobertura do campo profissional e os regimes de visibilidades implicados nessa construção identitária: os modos de aparecer do jornalista empreendedor. Que maneiras de pensar o jornalismo, entre outras possíveis, são construídas nos textos que partem do campo profissional para falar de empreendedorismo jornalístico? Que outros sentidos sobre a atividade são “apagados”? Que valores, prescrições e parâmetros identitários emergem daí?

Os discursos sobre o empreendedorismo no jornalismo, nesse sentido, podem ser compreendidos como um discurso circulante, nos termos de Charaudeau (2006), enquanto algo que revela alguns enquadramentos em detrimento de outros, regulando os próprios contratos de comunicação. Partimos desse conceito de circulação para compreender a diversidade do corpus presente nos sites especializados na cobertura do campo profissional, pois consideramos, como Fausto Neto (2013), que há neste espaço uma complexificação dos processos interacionais, bem como das condições de produção das referências – em que a própria linguagem afeta e é afetada.

3. O empreendedorismo nos sites especializados em jornalismo

Mapeamos oito textos, entre artigos e reportagens que abordaram diretamente o tema do empreendedorismo, entre os anos de 2013 e 2014, em três sites especializados em jornalismo¹²⁴. Do portal **Comunique-se**, temos: “Jornalistas empreendedores: da

¹²⁴ O material selecionado pode ser definido como um discurso de tipo jornalístico sobre o campo profissional jornalístico. Há, nesse sentido, um enquadramento a partir das narrativas do próprio campo, entendido segundo a noção de Bourdieu (1999).



redação para os negócios” (28 de Agosto de 2013); “Jornalista empreendedor: como montar e gerir agências digitais é tema de curso” (3 de Outubro de 2013); “”Sou mais empreendedora do que jornalista”, conta Ana Paula Padrão em bate-papo do Comunique-se” (3 de Setembro de 2014). Do **Observatório da Imprensa**: “Rede Locable busca jornalistas empreendedores” (21 de Janeiro de 2014); “Empreendedor cria ponte entre jornalismo e projetos sociais” (21 de Agosto de 2014); “Jornalistas, tirem suas ideias do papel” (16 de Setembro de 2014). Do **Portal Imprensa**: “Empreendedores apostam em startups voltadas para o jornalismo” (6 de Maio de 2014); “Novas diretrizes no curso de jornalismo privilegiam aulas práticas e empreendedorismo” (8 de Maio de 2014)¹²⁵.

No corpus analisado, observa-se a valorização de certas disposições subjetivas e comportamentais que orbitam em torno da noção de empreendedorismo. Inovação e criatividade são, por exemplo, palavras-chave dentro de um regime de visibilidade que busca mobilizar atitudes capazes de incrementar o potencial de empregabilidade e responder às exigências de desempenho flexível e “autônomo”. Esses enunciados possuem interdiscursividade com a “classe criativa” apontada por Florida (2011), com um *ethos* que “valoriza a criatividade, a individualidade, as diferenças e o mérito” (Florida, 2011, p. 8).

No texto intitulado “Jornalistas, tirem suas ideias do papel” (Observatório da Imprensa, 2014), Torres faz uma associação entre empreendedorismo por via das *startups* e uma espécie de cultura permanente da inovação. “[As startups] são células embrionárias de um movimento que, apesar de não ser novo, clama por mentes inquietas dispostas a oferecer mais, melhor e, acima de tudo, oferecer o novo, o inusitado”. O trecho em questão nos dá pistas sobre como as *startups* têm sido encaradas como estratégia para a saída da crise do mercado de trabalho. Estratégia que no cenário contemporâneo tem sido estimulada inclusive, segundo Sanchez (2012), no terreno de políticas públicas, que apostam em modalidades tais como cooperativismo,

¹²⁵ Disponível, respectivamente, em: www.comunique-se.com.br; www.observatoriodaimprensa.com.br; www.portalimprensa.com.br



economia solidária e outras “alternativas de emprego e renda”. As pequenas empresas jornalísticas inovadoras se encaixam neste perfil.

Num mercado que estimula a via das saídas individuais, por fora do emprego assalariado tradicional, o empreendedorismo aparece, em algumas passagens, como uma espécie de “salvação” para o jornalismo, para além da produção nas mídias tradicionais e especialmente almejável num cenário de transformações tecnológicas que impactam a profissão.

Já bastante difundido em países como Estados Unidos, sobretudo pela presença no Vale do Silício, esse mercado [das startups] é relativamente novo por aqui, mas já há quem acredite que seja o “futuro da mídia”, principalmente pela crise que a profissão enfrenta e pela mudança no fazer e consumir jornalismo. A busca pelo pote de ouro, literalmente, se dá por definir um modelo rentável de negócio (...). “Estamos estudando novas formas de gerar conteúdo para a profissão continuar existindo. O empreendedorismo pode abrir novas portas, sem precisar dos grandes grupos de mídia. Se mais profissionais investissem nesse mercado, esse levante seria forte o suficiente para mudar a perspectiva das pessoas” [diz o entrevistado Felipe Gazzola]. (Portal Imprensa, maio de 2014).

Nesse enunciado, podemos observar como o empreendedorismo é visto como “futuro”, “modelo rentável de negócio” como “pote de ouro”, o que evidencia a visibilidade ligada ao capital econômico. A única expressão que destoa claramente deste campo semântico é “levante” – palavra própria do vocabulário político para significar motim, revolta ou insurreição – no sentido de revoluções populares e de transformação social. Nota-se, acima, como o sentido da expressão é deslocado, e como as possibilidades de mudança são situadas não na chave da ruptura, mas das saídas individuais. Ou seja, o *ethos* empreendedor não é contra-cultural ou contra-hegemônico, mas ajusta-se ao “novo espírito do capitalismo” (Boltanski; Chiapello, 2009) e à habilidade própria deste sistema de mudar sem que ocorra uma transformação social. Apesar de falar em “mudanças” no jornalismo, independente dos “grandes grupos de mídia”, o texto cita o Vale do Silício e invisibiliza o fato de que a região abriga um dos maiores polos de empresas de tecnologia do mundo.



O sentido do empreendedorismo como espécie de “salvação” para o mercado jornalístico também se insinua na abertura do texto do *Comunique-se* (2013), intitulado “Jornalistas empreendedores: Da redação para os negócios”: “*Com o mercado de comunicação saturado e organizações jornalísticas desaparecendo, cada vez mais profissionais da área têm se tornado empreendedores*”. O texto segue sua linha argumentativa apresentando “histórias de três jornalistas que saíram das redações em busca de seus sonhos”. O profissional de sucesso aparece como espécie de personagem exemplar, protagonista de trajetória profissional bem-sucedida que reforça um sentido positivo sobre as práticas empreendedoras, articulado à lógica de engajamento e de responsabilização individual. Expressões como “inovação”, “prazer”, “criatividade”, “dedicação ilimitada”, “paciência”, “dar o passo à frente” aparecem nas falas de entrevistados selecionados pelo portal, e podem ser lidas como prescrições do “espírito” necessário para alcançar o sucesso. Sucesso este que se relaciona não apenas ao rendimento econômico propriamente dito, mas à possibilidade de dedicar-se a um projeto desejado, um “sonho”. Em alguns casos, vinculando à prática de um projeto de jornalismo empreendedor ao “bem social”, conforme matéria publicada no Observatório da Imprensa em 2014 (“Empreendedor cria ponte entre jornalismo e projetos sociais”).

Olivier Kamanda foi ativista estudantil na Universidade de Princeton, é jornalista de política externa, advogado e foi redator dos discursos da ex-secretária de Estado dos EUA Hillary Clinton. Embora tal currículo pudesse lhe garantir bons empregos, ele optou por se engajar em um projeto que tem como objetivo usar o jornalismo em favor do bem social. (Observatório da Imprensa, outubro de 2014).

Embora tente se distanciar do aspecto propriamente econômico (a busca do lucro), a perspectiva de “usar o jornalismo em favor do bem social” se ajusta, aqui, a práticas de engajamento em conformidade com o “espírito” do capitalismo contemporâneo. Como aponta Casaqui (2014, p.21), em estudo realizado sobre o cenário português, a figura do “empreendedor social” tem ganhado destaque, quer seja nos discursos midiáticos ou de organizações que assumem o papel de promover o “bem comum” diante do desmonte do Estado de Bem Estar Social. Apoiadas na noção de



altruísmo - de um tipo de ação desinteressada ou generosa que se distancia dos interesses econômicos - essas iniciativas de empreendedorismo social são capazes de potencializar rendimentos, sob a forma daquilo que Bourdieu (2004) caracteriza como “lucros simbólicos”.

Em 3 de setembro de 2014¹²⁶, o *Comunique-se* publica reportagem cujo eixo central constrói-se novamente a partir da posituação do caso exemplar. Desta vez o destaque é dado à trajetória de uma jornalista reconhecida, Ana Paula Padrão, que após alcançar notabilidade atuando em grandes redações, faz incursões no mundo do jornalismo como empresária de mídia, criadora de portal e produtora. A matéria caracteriza a personagem como uma “empreendedora-jornalista” que “não para de investir em novos negócios”. O empreendedorismo se associa aqui à lógica prescritiva de um comportamento supostamente capaz de potencializar as oportunidades e diversificar as modalidades de atuação, a partir de uma ética empresarial do trabalho. Esta ética parece estar associada a uma mobilização contínua do “espírito”, ao estímulo de uma espécie de prontidão ou disponibilidade permanente, com vistas ao aumento do rendimento ou “alta performance”. “O culto da performance aponta para um devir atlético e empresarial da sociedade, um processo de conversão aos valores supremos da concorrência e da conquista” (FREIRE FILHO, 2011, p.40).

“A dedicação deve ser ilimitada”. Estas são as palavras de uma jornalista-empresária, entrevistada em matéria do *Comunique-se* (“Jornalistas empreendedores: Da redação para os negócios”), que reforçam o valor da superação permanente e da competição sem descanso.

“Para quem está começando, ou recomeçando, é importante traçar um modelo de negócio com foco em inovação, no impacto social e na oportunidade de crescer usando tecnologia. A dedicação deve ser ilimitada. Indico participar dos eventos de empreendedorismo, estudar, escolher o melhor caminho e traçar”. (*Comunique-se*, agosto de 2013).

¹²⁶ Reportagem intitulada: “Sou mais empreendedora do que jornalista”, conta Ana Paula Padrão em bate-papo do *Comunique-se*”.



Sabe-se da exposição direta da figura dos empreendedores em relação aos riscos e flutuações do mercado. É ele ou ela quem tem de assumir os riscos de suas escolhas profissionais (formação, investimento em ferramentas e local de trabalho, busca por potenciais interessados na oferta de seus serviços etc.), assim como é ela ou ela quem tem de velar pelo sucesso econômico ou arcar com a responsabilidade por possíveis fracassos decorrentes das escolhas que fez. A capa de autonomia, realização pessoal e liberdade no plano individual, no entanto, surge em determinados enunciados sobre o empreendedorismo, em detrimento de características como insegurança no trabalho (cf: Grohmann, 2012). Ao explorar a diferença de trabalhar por conta própria, depois de sua experiência como editora local para um site da Patch, uma jornalista pontua (na condição de entrevistada de texto publicado no Observatório da Imprensa em 2014)¹²⁷: *“A maior diferença é que não tenho mais um chefe me dando orientações. Como editora local na Patch, eu tinha que postar sete vezes por dia. Trabalhando para mim mesma, estabeleço minhas metas em 2 artigos por dia, de segunda a sexta”*.

A aparência de maior liberdade no espaço produtivo tem como contrapartida, segundo Antunes (2001, p.130), “o fato de que as personificações do trabalho devem se converter ainda mais em personificações do capital”. Caso contrário, “serão substituídos por outros que demonstrem ‘perfil’ e ‘atributos’ para aceitar esses ‘novos desafios’” (Antunes, 2001, p. 130). Estes ‘novos desafios’ podem, inclusive, ser associados à necessidade de potencializar vantagens concorrenciais nos momentos de crise, conforme aponta entrevistado de matéria do *Comunique-se* (2013)¹²⁸: “[O momento de crise] *É o pontapé para tomar uma decisão que talvez você nunca tomaria. É preciso acreditar em você e no que faz*”, diz o jornalista, que, segundo a matéria, deixou o emprego em uma redação tradicional para se tornar palestrante profissional sobre motivação em empresas e no setor educacional.

Pontuamos anteriormente a recorrência, no corpus analisado, de “narrativas exemplares” que reforçam a ideia de que qualquer um pode ser empreendedor: bastaria querer ou possuir a perseverança necessária para tal empreitada. Isso acaba por

¹²⁷ “Rede Locable busca jornalistas empreendedores” (Observatório da Imprensa, 21 de janeiro de 2014).

¹²⁸ “Jornalistas empreendedores: Da redação para os negócios”. (*Comunique-se*, 28 de Agosto de 2013).



invisibilizar e naturalizar as condições sociais das trajetórias desses indivíduos. Com isso, o insucesso é visto apenas como fracasso individual, traduzido como incapacidade e incompetência. Observa-se, assim, como há uma interdiscursividade da ideologia meritocrática com o empreendedorismo, que naturaliza a ideia de competência (e do sucesso e insucesso), com base em explicações naturais e individuais que reforçam a prescrição por autorrealização.

Se alguns textos do corpus analisado privilegiam “narrativas exemplares” de jornalistas-empresendedores, outros enunciados dão visibilidade à importância da dimensão formativa para a prática do empreendedorismo. Em matéria de 3 de outubro de 2013, o *Comunique-se divulga*, sob a chamada “jornalismo empreendedor”, um curso de montagem e gestão de agências digitais online, promovido pelo *Comunique-se Educação*¹²⁹. O curso convida ao aprendizado de “pontos essenciais para quem quer empreender” (e, porque não dizer, tornar-se afinal um “sujeito de sucesso”), destacando a importância de saberes associados ao mundo dos negócios, como tendências de mercado e benchmarking. Significativo é notar que as aulas para jornalistas serão conduzidas por uma especialista em gerência executiva em marketing. Sua “expertise” é anunciada no texto, como forma de justificar a autoridade para o ensino do empreendedorismo. Podemos falar, a partir deste exemplo, em uma interdiscursividade entre o mundo do jornalismo (e as habilidades requeridas dos jornalistas no mundo contemporâneo) e o mundo dos negócios, aproximação explícita que um cuidado distintivo (Bourdieu, 1996) em relação às especificidades do campo (interesse econômico x desinteresse do polo simbólico constituído historicamente em torno do jornalismo) buscava evitar. (Oliveira, 2005).

Em dois textos publicados no Portal Imprensa, em 06 e 08 de maio de 2014¹³⁰, a dimensão formativa associada ao empreendedorismo também é evidenciada, desta vez a partir da referência às novas diretrizes curriculares para o curso de jornalismo. As

¹²⁹ “Jornalista empreendedor: Como montar e gerir agências digitais é tema de curso” (*Comunique-se*, 3 de outubro de 2013).

¹³⁰ “Novas diretrizes no curso de jornalismo privilegiam aulas práticas e empreendedorismo” (Portal Imprensa, 6 de maio de 2014) e “Empresendedores apostam em startups voltadas para o jornalismo” (Portal Imprensa, 8 de maio de 2014).



matérias destacam que o documento inclui entre suas orientações a necessidade de dar ênfase ao “espírito empreendedor” dos estudantes, ao longo da trajetória nos espaços universitários.

A visibilidade dada ao tema, a partir do texto das novas diretrizes, nos permite pensar como o discurso sobre o empreendedorismo tem ganhado espaço ou suporte nas agências de ensino, como um tipo de conhecimento que se afirma como capaz de responder a demandas em termos de empregabilidade e produtividade dos novos jornalistas. Embora não seja o objetivo deste texto explorar aspectos do documento aprovado pelo MEC, compreendemos que a entrada desta orientação no texto curricular tem consequências significativas sobre os sentidos da identidade do jornalista que se busca formar, com relação às prescrições de um tipo de prática, modelo produtivo e perfil profissional desejáveis.

Então, podemos perceber que a dimensão das “narrativas exemplares” dos jornalistas-empresendedores de alguma forma se complementa com a dimensão formativa, circulando os sentidos entre o “quero ser jornalista-empresendedor” e o “já sou e faço sucesso”. O que os regimes de visibilidade analisados nos mostram são, na dialética de expressão e expropriação (ou controle e autonomia), nos termos de Huws (2015) em relação aos trabalhadores criativos, uma valorização da expressão, quase sempre individualizada e naturalizada, de modo que a expropriação é também, em certa medida, positivada. É preciso, pois, pensar sobre como meritocracia, performance e competência tem circulado com mais frequência como prescrições hegemônicas para as práticas profissionais jornalísticas.

4. Referências

AIDAR PRADO, José Luiz. **Convocações Biopolíticas dos Dispositivos Comunicacionais**. São Paulo: Educ, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2001.

BAKHTIN, Mikhail/ VOLOCHINOV. **Marxismo e Filosofia da Linguagem..** São Paulo: Hucitec, 2010.



BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O Novo Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**. Sobre a teoria da ação. 5ed. Campinas: Papiрус Editora, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.
BOUTET, Josiane (org.). **Paroles au Travail**. Paris: Harmattan, 1995.

CASAQUI, Vander; SINATO, Angelina. Empreendedorismo social em perspectiva global: bem comum, trabalho e engajamento na retórica do capitalismo contemporâneo. **Revista EPTIC**. V. 17, n. 1, p. 185-198, jan/abr. 2015

CASAQUI, Vander. Ideologia do empreendedorismo social: representações do trabalho em tempos de crise do Estado Social português. **Revista Rumores**. V. 8, n.16, p.19-36, julho/dez. 2014.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e Persuasão**. São Paulo: Ática, 2004.

FAUSTO NETO, Antonio. Como as linguagens afetam e são afetadas na circulação? In: BRAGA, José Luiz; FERREIRA, Jairo; FAUSTO NETO, Antonio; GOMES, Pedro Gilberto (org.). **10 Perguntas para a Produção de Conhecimento em Comunicação**. São Leopoldo/RS: Ed. Unisinos, 2013, p. 43-64.

FREIRE FILHO, João. Sonhos de grandeza: o gerenciamento da vida em busca da alta performance. In: FREIRE FILHO, João e COELHO, Maria das Graças Pinto (orgs). **A promoção do capital humano: mídia, subjetividade e o novo espírito do capitalismo**. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 27-50.

FLORIDA, Richard. **A Ascensão da Classe Criativa**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

GROHMANN, Rafael. **Os Discursos dos Jornalistas Freelancers Sobre o Trabalho: comunicação, mediações e recepção**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 2003.



HUWS, Ursula. A Ignição no Motor: trabalhos criativos na economia global. **Revista Parágrafo**. V. 1, N. 3, 2015.

LANDOWSKI, Eric. **Presenças do Outro**: ensaios de sociosemiótica. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos Discursos**. São Paulo: Cortez, 2008.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do Jornalista Brasileiro**. Florianópolis: Insular, 2013.

OLIVEIRA, Michelle Roxo. **Profissão Jornalista**: um estudo sobre representações sociais, identidade profissional e as condições de produção da notícia. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Bauru, 2005.

ORLANDI, Eni. **As Formas do Silêncio**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.

SANCHEZ, Fábio José Bechara. **Além da informalidade, quem dos direitos**: reflexões sobre o trabalho desprotegido. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.



Encobrimento do Duplo Emprego: análise hermenêutica de um conflito de interesses no trabalho de jornalistas no Brasil

Alexandre Claser Elmi¹³¹

Roberto José Ramos¹³²

Resumo: Acumulado nos bastidores da produção da notícia, relativamente aceito pela categoria profissional, acatado pelo perfil permissivo do principal documento deontológico do jornalismo no Brasil, o duplo emprego de jornalistas se constitui em um engano à audiência. Este artigo analisa como se dá o encobrimento do duplo vínculo em dois jornais diários do Rio Grande do Sul, o Jornal do Comércio e o Correio do Povo. A partir da hermenêutica de John Thompson, serão analisadas as estratégias ideológicas mobilizadas para mascarar a disfunção e avaliar os eventuais prejuízos à credibilidade provocados pela forma como o conflito de interesses tensiona as noções de autonomia e transparência, ligadas ao agir ético responsável de Patrick Lee Plaisance.

Palavras-chave: Comunicação, jornalismo, profissão, ética, duplo emprego.

O problema ético, jornalístico e profissional do duplo emprego

O problema do duplo emprego tem natureza jornalístico-profissional e repercussão ética. A perspectiva de Neveu (2006), de que o jornalismo “não é mais que uma profissão” (p. 14), abre caminho para enxergar o tema como resultado de condições específicas de trabalho no Brasil, que levam alguns jornalistas a exercer, ao mesmo tempo, mais de uma atividade ligada à mídia. O flanco de interpretação parte dos dilemas profissionais e da fragilidade normativa que regem a atividade no país. Com a modernização da imprensa, em escala global, a profissão de jornalista configurou

¹³¹ Mestre em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com a dissertação Comunicação e ética: duplo emprego na imprensa do Rio Grande do Sul. Professor de Jornalismo na Faculdade de Comunicação Social (Famecos) da PUCRS.

¹³² Ph.D em Ciências da Comunicação. Professor de cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade de Comunicação Social (Famecos) da PUCRS. Entre as obras publicadas, estão *Futebol: Ideologia do Poder* e *Os Sensacionalismos do Sensacionalismo*.



contornos mais nítidos e consolidou normas de conduta, que, em maior ou menor grau, padronizam e racionalizam processos de operação, além de tentar blindar o cotidiano das redações dos efeitos nocivos dos conflitos de interesses, sejam eles políticos ou econômicos, coletivos ou individuais.

Partindo da ideia de conquista de um status de confiabilidade perante o público, que decorre desta modernização, o duplo emprego, na direção oposta, embaralharia as cartas profissionais, encobrendo dilemas éticos. Por isso, merece ser enquadrado a partir de teorias organizacionais do jornalismo, como as formulações de Soloski (1999), Breed (1999) e Lester e Molotch (1999). Soloski (1999), por exemplo, entende que o “profissionalismo é um método eficiente e econômico através do qual a organização jornalística controla o comportamento de repórteres e editores” (p. 92). Combinado às políticas editoriais, definidas pela empresa – escritas ou tácitas –, o profissionalismo, segundo o autor, é o avalista do comportamento dos jornalistas, a garantia de que a redação agirá segundo rotinas produtivas pré-determinadas e normas éticas compartilhadas.

Quando a norma ética, externa, é frágil e não oferece um veto explícito e inequívoco, cabe às empresas adotarem algum tipo de regramento que mantenha íntegra a operação jornalística, em nome da boa prática jornalística (BREED, 1999, p. 164). As concepções de Soloski e Breed indicam que estas normas internas de conduta também têm um papel importante a desempenhar, sobretudo em ambientes de baixa regulação ou de fragilidade normativa profissional. Ocorre, por assim dizer, uma combinação permanente entre a atuação dos controles transorganizacionais (profissionais e deontológicos) e dos controles intraorganizacionais (editoriais). Ambos seriam aplicados para minimizar o conflito dentro de uma redação, muito embora as regras não sejam explícitas e raramente acabem contestadas.

Lester e Molotch (1999) reconhecem ser o processo de produção e consumo da notícia movido por atores com papéis definidos, específicos e muitas vezes contraditórios, o que realçaria a incompatibilidade de exercê-los simultaneamente. A dupla de pesquisadores identifica três agências, que constituem o acontecimento, a saber: os *news promoters* (os promotores de notícias, na qual estão os assessores de



imprensa e os gestores de comunicação), os *news assemblers* (que trabalham sobre o material fornecido pelos promotores) e os *news consumers* (os consumidores de notícias, a quem chega o acontecimento na forma de uma informação publicada). Lester e Molotch (1999) realçam a exigência de as necessidades dos *news promoters* e dos *news assemblers* diferenciarem-se para que a organização jornalística execute suas funções de forma independente. Quando um profissional de imprensa é, ao mesmo tempo, jornalista e assessor de comunicação, ele convive com um conflito de interesses original, com repercussão sobre a credibilidade, justamente porque haveria uma disjunção de necessidades, obrigações e estratégias entre os dois papéis.

O conflito de interesse conduz a um segundo movimento analítico, aplicado sobre as normas deontológicas dos países ou das empresas de jornalismo, no que tange a vetos que buscam proteger contra eventuais conflitos de interesses. Deve-se lembrar que os códigos de ética têm função normativa, cuja eficácia, para Bertrand (1999), depende da existência de um “senso moral por parte do jornalista” (p. 71), o que significa dizer que a adesão e o cumprimento demandam algum tipo de envolvimento individual. Ao comparar as regras previstas pelos códigos de ética de alguns países (OBSERVATÓRIO DE ÉTICA JORNALÍSTICA, 2012), Elmi (2014) seleciona dez países e constata que apenas Brasil e Chile são permissivos em relação ao duplo vínculo. Diante do mundo, conforme o estudo, a cultura profissional no Brasil é leniente. O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros não veda a prática de acumular empregos, mesmo que o duplo expediente seja exercido entre a redação e a assessoria. O texto em vigor (no seu artigo 7) diz que o jornalista não pode realizar cobertura jornalística para o meio de comunicação em que trabalha sobre organizações públicas, privadas ou não governamentais, da qual seja assessor, empregado, prestador de serviço ou proprietário, nem utilizar o referido veículo para defender os interesses dessas instituições ou de autoridades a elas relacionadas (FENAJ, 2007b).

O regramento do jornalismo brasileiro (controle transorganizacional) tolera o duplo emprego, recomendando ao jornalista, apenas, não fazer uma cobertura ligada a interesses das instituições para a qual também trabalhe, nem usar o veículo para defender interesse da organização com a qual mantenha contrato de trabalho. Por outro



lado, ao se remontar o ecossistema deontológico do jornalismo brasileiro, é indispensável observar, também, como os veículos de comunicação do país tratam a possibilidade de o jornalista exercer, ao mesmo tempo, a atividade em uma redação e em uma assessoria de imprensa. Diante do vazio normativo, misturar as atividades passa a depender, exclusivamente, de uma decisão ética individual do profissional de imprensa ou do controle da empresa, pois não há uma proibição clara e compartilhada por toda a categoria.

Como o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros é ambíguo ao tratar do tema do acúmulo de empregos conflitantes, a responsabilidade recai sobre os veículos de comunicação do país. E se alguns condenam a prática de acumular empregos é porque a situação embute algum tipo de inadequação. Ao comparar trechos de sete documentos internos de conduta de veículos de comunicação no Brasil, escolhidos com o objetivo de apontar, ou não, a existência de impasses ligados à exclusividade, Elmi (2014) constata que, em nome do combate ao conflito de interesses, quatro deles vedam¹³³, explicitamente, o acúmulo de empregos e obrigam o jornalista a trabalhar com dedicação exclusiva.

A noção de duplo emprego adotada neste artigo estará subsidiada pela ideia de conflito de interesses, amparada pelas disjunções profissionais e conceitualmente alicerçada no pensamento de Plaisance (2011, p. 188):

Os conflitos de interesses podem assumir muitas formas, mas eles geralmente surgem quando vivenciamos um choque entre nossos deveres ou fidelidades profissionais (isto é, de servir ao público, de buscar a verdade) e outros interesses pessoais ou externos (isto é, ajudar um amigo, aumentar os lucros). Nem todos os conflitos de interesses são evitáveis; todos eles devem ser revelados. Todos estes conflitos, quer sejam reais, potenciais ou percebidos, devem ser evitados caso representem uma ameaça à credibilidade ou à nossa capacidade de agir como agentes morais.

¹³³ As três categorias foram propostas no âmbito do estudo referido (ELMI, 2014): proibitiva (exige a dedicação exclusiva), genérica (fala em necessidade de evitar conflito de interesses, mas não menciona a dedicação exclusiva) e permissiva (quando a orientação oscila entre a proibição e a permissão). Os quatro que vedam são Grupo RBS, Folha de S.Paulo, O Estado de S.Paulo e Correio Braziliense.



Na concepção do autor, em nome de um agir ético responsável, a indústria da mídia constrange seus jornalistas a atuarem com regras explícitas em relação a conflitos de interesses, “muitas das quais exigem que se revelem qualquer tipo de envolvimento comercial, financeiro e pessoal que possam ter com pessoas ou grupos da comunidade” (PLAISANCE, 2011, p. 193). O duplo emprego está inserido neste conflito, embora não seja o único. Dos seis princípios (autonomia, transparência, dano, comunidade, justiça e privacidade) desse agir ético de Plaisance (2011), transparência e autonomia relacionam-se com os problemas que podem ser gerados pelo fato de um jornalista não revelar a sua dupla condição profissional. A confiança do público no conteúdo jornalístico que consome dependeria, entre outros fatores, da nitidez do papel desempenhado pelo profissional – a transparência – e, também, da certeza de que a produção de notícias não é contaminada por nenhum interesse que não seja o de informar o público, a partir de critérios técnicos independentes – a autonomia.

O conceito de transparência é central. Como diz Plaisance (2011, p. 71),

o conceito de transparência (...) não contempla simplesmente o conteúdo das nossas mensagens emitidas a outras pessoas, mas exige que reflitamos sobre a forma e a natureza da nossa interação com os outros. A transparência não é apenas uma questão que diz respeito ao que dizemos, mas também por que dizemos e até mesmo como falamos.

A transparência é a condição para a troca honesta entre jornalista e leitor, o “modo como demonstramos que somos seres éticos desde o início”, de acordo com a caracterização feita por Plaisance (2011, p. 77). Revelar ao público como são obtidas as reportagens é uma questão central desta concepção de agir ético do jornalismo. Com o duplo emprego, não se tem a certeza de que uma apuração está contaminada por interesses, que não sejam os de informar o público, intencionalmente ou não. Por outro lado, quando interesses estranhos aparecem na cena da produção de conteúdo, as decisões jornalísticas ficam comprometidas e perdem autonomia. Ou seja, a questão central do tema da autonomia é a da independência jornalística, estruturada, na noção de Plaisance (2011), em torno da ideia de conflito de interesses, que deve sempre ser evitado, a fim de que os jornalistas possam, no plano ideal, dar conta de suas obrigações



morais e exercer com responsabilidade o poder de que dispõem em sociedades democráticas, na qual atuam como produtores e mediadores de informação e portadores do dever de informar o público.

A análise hermenêutica do duplo emprego

Para analisar casos de conflito de interesses gerados pelo duplo emprego no Jornal do Comércio e no Correio do Povo, jornais do Rio Grande do Sul que não exigem exclusividade do empregado jornalista, será usado o método da Hermenêutica de Profundidade (HP), de John Thompson. A opção por este referencial metodológico se deve ao fato de o instrumental da HP garantir, ao mesmo tempo, a análise das formas simbólicas – os textos selecionados – e do seu contexto de produção. Como visto até aqui, os contextos de produção de tais formas simbólicas por jornalistas em situação de duplo emprego mascaram uma disfunção ética potencial, caracterizada pela colisão de interesses, resultado do processo de formação do mercado profissional para o jornalismo brasileiro e de condicionantes institucionais da prática jornalística no Brasil.

A HP de Thompson trabalha com a tríplice análise: análise sócio-histórica, análise formal- discursiva e interpretação/reinterpretação. A análise sócio-histórica é a primeira. As formas simbólicas – as construções culturais significativas, na visão de Thompson – são produzidas, transmitidas e recebidas a partir de condições sociais e históricas bem determinadas. Este projeto de tornar compreensível é complementado pela segunda etapa, a análise formal-discursiva das formas simbólicas, colocadas em movimento de significação pelos produtos e meios técnicos da comunicação de massa, conforme a HP. Esta etapa articula-se vitalmente à primeira, pois não há forma simbólica desenraizada de seu contexto histórico e social de produção. As formas simbólicas são produtos de ações, regras, convenções, recursos de poder e oportunidades – todo o conjunto de contextualização compreensível pela análise sócio-histórica –, mas elas são mais do que isso: significam como produções simbólicas, no caso, os textos dos jornais analisados.



Thompson (2009b) deixa o caminho livre à escolha da técnica para proceder a segunda etapa do seu método. Para entender em que medida o sentido pode sustentar relações de poder, será usada neste artigo a técnica das estratégias da ideologia, retirada do próprio ambiente teórico de Thompson, porque elas permitem avaliar a existência de padrões de significação. De acordo com o autor, as estratégias da ideologia são alguns dos procedimentos típicos de construção simbólica, por meio dos quais a ideologia opera. O terceiro flanco da tríplice análise da HP é a interpretação/reinterpretação, momento em que as evidências levantadas pela análise sócio-histórica e pela análise formal-discursiva são combinadas e recombinaadas, buscando alcançar uma síntese criativa. O impacto pelo aspecto de as formas simbólicas carregarem as marcas de suas condições de produção materializa-se na categoria ideologia, fundamental no esquema interpretativo de Thompson. A ideologia, para ele, é o teatro onde as formas simbólicas interpretam os seus papéis no jogo do poder.

Tais propósitos da ideologia são atingidos por intermédio de recursos, que Thompson (2009b) denomina de estratégias da ideologia. São elas que definem o percurso por meio do qual a ideologia vai sustentar relações particulares de dominação, ou seja, as assimetrias de poder. São cinco os modos de operação, de acordo com Thompson (2009b): legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Cada um destes modos exige uma estratégia típica de construção simbólica, para atingir os seus objetivos. Legitimação e dissimulação são os que se enquadram neste estudo. A partir da reiteração das evidências lançadas pelas análises sócio-histórica e pela formal-discursiva¹³⁴, chega-se à interpretação das três notícias publicadas no Jornal do Comércio: “Navistar anuncia local de fábrica até o mês de junho”, “Polêmica sobre o auxílio-moradia do Judiciário volta à pauta do parlamento estadual” e “Produtor e ambientalista criticam vetos ao código”. O mesmo tipo de interpretação foi aplicado às notícias selecionadas do jornal Correio do Povo: “Novo carro GM sai até dezembro”, “Dupla argentina no meio” e “Horas de tensão e agonia”. Será resumido o empreendimento interpretativo de uma notícia do Jornal do Comércio, “Navistar

¹³⁴ O detalhamento das duas primeiras análises e a caracterização teórica das categorias podem se aprofundadas em Elmi (2014).



anuncia local de fábrica até o mês de junho”, publicada na página 9 da edição conjunta e 30, 31 de março e 1º de abril de 2012¹³⁵. O mesmo percurso foi aplicado nas demais análises, com evidências coincidentes.

O texto foi assinado por jornalista que, além de repórter da editoria de Economia, também trabalhava na assessoria de imprensa no Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers). A seleção foi feita seguindo o critério de identificar um texto assinado, para deixar evidente a autoria e permitir a posterior caracterização do duplo emprego. O texto não aborda um assunto ligado diretamente ao trabalho de assessoria, a saúde, o que contribui para justificar a sua escolha como *corpus* deste estudo, porque a norma deontológica do jornalismo brasileiro autoriza a atividade secundária, desde que o jornalista não produza conteúdo sobre tema de interesse da instituição assessorada, conforme definido em Fenaj (2007b).

A partir da ideia de globalização, conforme delineada por Thompson (2009a), derivam três forças: (a) interconexão econômica, (b) compartilhamento de modelos empresariais e (c) transferência de práticas profissionais. No caso da imprensa brasileira, a importação de práticas profissionais teve como fonte o conjunto de procedimentos desenvolvidos e aprimorados nos EUA. O que é entendido como o modelo norte-americano de operação jornalística é um pacote diversificado, composto, entre outras características, pela profissionalização, que organiza habilidades e práticas, de acordo com a caracterização de Neveu (2006). Nos EUA, “o jornalista deve evitar o emprego secundário” (OBSERVATÓRIO DE ÉTICA JORNALÍSTICA, 2012, p. 81). No Brasil, o jornalista não pode, apenas, “realizar cobertura jornalística para o meio de comunicação em que trabalha sobre organizações públicas, privadas ou não governamentais da qual seja assessor” (FENAJ, 2007b). O Jornal do Comércio, ao contrário de alguns importantes jornais diários brasileiros, não proíbe o duplo emprego, ou seja, encaixa-se na permissividade prevista pelo próprio Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.

¹³⁵ A análise detalhada das seis notícias pode ser encontrada em Elmi (2014). As seis notícias selecionadas para este artigo – três do Jornal do Comércio e três do Correio do Povo – seguiram o mesmo critério de escolha.



Como mídia, o jornal é um meio técnico, que engendra formas específicas de mediação entre o profissional e o leitor. Esta relação, na visão de Thompson (2009b), firma-se por meio de quatro atributos específicos, sendo que o quarto deles reúne: (a) tipos de habilidades, (b) competências e (c) formas de conhecimento. Os três tipos deste quarto atributo do meio técnico podem fazer parte do conjunto de regras e procedimentos que o jornalista coloca em movimento para estabelecer a relação mediada por formas simbólicas com o leitor. O Jornal do Comércio, ao autorizar o duplo emprego, pode embaralhar o uso das regras e dos procedimentos, mesmo que isso não seja perceptível para o leitor, já que a condição do vínculo duplo é mascarada. Embora a matéria destacada para análise, “Navistar ...”, contemple critérios técnicos de seleção da informação, ela foi produzida a partir de um lugar embaralhado, sem que esta informação seja de domínio do público leitor.

O jornalista analisado escreve sem que se possa, *a priori*, contestar sua habilidade narrativa e sua competência para apurar – duas exigências também cristalizadas pela globalização das práticas profissionais e essenciais ao fazer jornalístico moderno, conforme Neveu (2006) –, mas é possível criticar a forma de conhecimento, que são os recursos culturais, trazidos à cena do intercâmbio simbólico (THOMPSON, 2009b). No caso, estes recursos culturais estão condicionados pelo duplo emprego, na medida em que o jornalista tem de administrar um conflito de interesses.

Como toda mídia, o Jornal do Comércio adota padronizações, sejam elas restritivas ou permissivas. Constatou-se, por exemplo, que o duplo emprego está autorizado no diário. Vale dizer, ainda, que o periódico possui um Manual de Redação, no qual predominam orientações de ortografia e texto. Os manuais de conduta ou de redação oferecem o tipo de regramento que compõe a análise sócio-histórica, na etapa necessária de avaliação das instituições sociais, conforme proposto pela HP de Thompson (2009b). É importante, neste ponto em que se configura o contexto de produção da notícia do objeto de estudo, destacar que a ausência de um livro de regras de conduta jornalística impede o JC de compartilhar, de forma organizada e pública, procedimentos essenciais à produção de um jornalismo de credibilidade, a partir de



exigências processuais e comportamentais. A ausência prejudica a constituição de um “conjunto relativamente estável de regras e recursos” (THOMPSON, 2009b, p. 367). No caso do jornalismo, a norma profissional mais importante é a objetividade, de acordo com Soloski (1999). Para que seja alcançada, a objetividade demanda três movimentos: o *news judgement* (as decisões sobre o que vai ser notícia), a seleção de fontes e o *news beats* (as áreas e as rotinas de cobertura, a partir de critérios operacionais). A combinação dos três pavimentam o caminho da objetividade. Em “Navistar...”, as fontes mais importantes estão corretamente selecionadas, além de o investimento estar detalhado na notícia de forma correta. São explicados os antecedentes, e as consequências, apontadas. Os *news judgement* estão pertinentemente colocados. No entanto, o *news beats* de Soloski (1999) está comprometido, na medida em que um repórter em duplo emprego realizou a cobertura. O relato só pôde ser produzido porque houve a possibilidade de o profissional conciliar a pauta do Jornal do Comércio com o seu horário de trabalho e seus compromissos com a assessoria em que também trabalha. Se não foi assim, fica uma dúvida, legítima, sobre se a decisão editorial transcorreu livre de condicionantes externas, não jornalísticas.

É dentro da mídia que acontece o duplo emprego, então é importante, como etapa da análise sócio-histórica, cogitar sobre a estrutura social que leva a este desvio profissional. Para Bohére (1994), a insuficiência de remuneração está na raiz do duplo emprego. Trata-se de uma situação de mercado profissional, portanto. O piso para o exercício do Jornalismo na Capital, na época em que a análise foi feita, negociado pelo Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, era de R\$ 1.690,00 (2012-2013, com data base em junho¹³⁶). Este era o salário básico de entrada na redação do JC e do CP. O diário de economia pratica a jornada de trabalho especial do jornalista, de cinco horas, conforme estabelecido pelo artigo 303 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A relação entre o piso salarial do jornalista e o salário mínimo nacional, calculada em 2,49, indica a precarização profissional. Quando a estrutura salarial alicerçada em um piso que equivale a apenas 2,49 salários mínimos se associa a uma jornada de trabalho

¹³⁶ Na data da análise, o dissídio coletivo da categoria dos jornalistas profissionais no Rio Grande do Sul para o biênio 2013-2014 ainda não havia sido definido.



reduzida, de apenas cinco horas, o profissional de jornalismo vê-se diante da possibilidade de buscar fontes alternativas de renda para contornar uma necessidade material.

Na notícia “Navistar...” é preciso refletir sobre o tipo de dano causado, já que ela, em princípio, está elaborada seguindo os preceitos jornalísticos da objetividade. Mas, quando fala em transparência, Plaisance (2011) busca avaliar a forma e a natureza de uma interação, no caso, jornalística, independentemente do conteúdo, que é essencial à credibilidade do veículo de comunicação. A incerteza, o disfarce e o mascaramento seriam forças prejudiciais, na medida em que não deixam claros o método e as limitações do trabalho jornalístico. É o que ocorre com o jornalista em duplo emprego do JC em relação ao seu público, pois esta condição não é transparente à audiência.

O segundo aspecto ético que deve ser analisado é o da autonomia, fundado no princípio da independência jornalística, de acordo com as diretrizes do agir ético responsável, formuladas por Plaisance (2011). O jornalista do JC, que também exerce a função de assessor de imprensa, produz a notícia “Navistar anuncia local de fábrica até o mês de junho”, segundo critérios aparentes de objetividade, mas a incerteza pode levar à desconfiança sobre a existência de favorecimentos ou constrangimentos. Haveria o que Plaisance (2011) chama de “choque de deveres”, que também pode, no âmbito de uma discussão sobre o agir ético responsável, ser real ou potencial. Este choque deveria ser revelado – mas é silenciado.

Retoma-se a ideia de Thompson (2009b) de que as formas simbólicas carregam os traços das suas condições de produção. Dentro delas, manifestam-se cinco características da forma simbólica, das quais duas, em especial, interessam a esta análise: a contextual e a intencional. A contextual opera com a ideia de campo de interação, no qual o jornalista exibe uma série de capitais, entre eles o prestígio. A condição do duplo vínculo, escondida na notícia “Navistar...”, altera o prestígio, mesmo que não publicamente, pois o jornalista produz o conteúdo a partir de um lugar crítico. Da mesma forma, toda a construção simbólica tem um aspecto intencional, que também merece ser analisado no caso do jornalista do JC, pois ele pode não ter a intenção de ludibriar a técnica de apuração e produção de texto de um jornalismo objetivo e



imparcial, mas o mascaramento da sua posição profissional dúbia tem potencial para repercutir na confiança (real ou aparente) sobre as suas decisões.

Entre os modos de operação da ideologia, a legitimação e a dissimulação serão aplicadas à presente análise. Cada modo tem as suas estratégias da ideologia específicas. Ambas podem ser encontradas no texto “Navistar anuncia local de fábrica até o mês de junho”. A legitimação é o modo de operação da ideologia que usa a forma simbólica para justificar uma relação de dominação (THOMPSON, 2009, p. 75-76), a partir de argumentos legítimos. Estes argumentos não aparecem explicitamente no conteúdo da notícia selecionada. Mas é possível perceber que a legitimidade transparece no uso de uma técnica jornalística, esta sim, evidente na notícia do JC. A estratégia utilizada foi a da racionalização, pois a narrativa organizou-se a partir de informações racionais, apuradas e estruturadas tecnicamente, o que legitima a forma simbólica, de acordo com a HP.

A dissimulação é central na análise feita aqui, pois abre caminho para se efetivar a base da interpretação sobre como o duplo emprego pode afetar a credibilidade do jornalista, ao representar um desvio ético. Thompson (2009b) entende que a dissimulação pode ser acionada por diversas estratégias. No caso da notícia analisada, ocorreria uma ocultação da relação de poder, empreendida pela forma simbólica, em decorrência do fato de o jornalista em análise dissimular a sua condição profissional: o leitor desconhece o duplo vínculo. Conforme o autor, o fato de uma forma simbólica ser produzida de uma maneira que desvia a atenção ou passa por cima de processos sociais consolidados é como se manifesta a estratégia de dissimulação, perceptível no tipo de situação alimentada pelo duplo emprego.

Considerações finais (a interpretação)

A partir da Hermenêutica de Profundidade (HP), buscou-se reconstituir neste artigo as condições sócio históricas e interpretar como determinadas formas discursivas, os seis textos selecionados do Jornal do Comércio e do Correio do Povo, carregam as marcas do duplo emprego, uma condição para o exercício da profissão em redações no



Brasil. Tal condição tem repercussão ética, eivada por um conflito de interesses e encoberta pela deontologia do jornalismo brasileiro.

A ideologia, para Thompson (2009b), estrutura assimetrias nas relações sociais. A partir dela, o autor trabalha com a noção de estratégias da ideologia para pensar sobre quais recursos são colocados em ação a fim de que determinada forma discursiva (os textos produzidos por jornalistas em duplo emprego) cumpra suas funções ideológicas. Entre os modos como a ideologia opera, este artigo trabalhou com dois, a dissimulação e a legitimação, para pensar como ambos envolvem o fazer profissional de um jornalista com mais de um vínculo profissional, sendo um deles fora da mídia.

Pelo que se constatou na interpretação, tais estratégias da ideologia, portanto, configuram uma cultura profissional permissiva, na medida em que caracterizam as condições de produção da notícia no Jornal do Comércio e do Correio do Povo, porque cristalizam e reproduzem um padrão de decisão, que não pode negar o fato de sofrer com a pressão de um agir ético permissivo, no que diz respeito à exclusividade do vínculo profissional. Prevalece a racionalização (legitimação) da aparência do produto final e a dissimulação de um traço profissional, contaminado por um dano ético (real ou potencial), conforme Plaisance (2010), principalmente em relação a dos princípios: a autonomia e a transparência.

Em uma expressão, para sintetizar o argumento central deste artigo: os textos analisados são jornalísticos na aparência legitimada e eticamente contestáveis na essência dissimulada e encoberta pela condição de duplo emprego. A notícia disfarça, com a racionalização jornalística, o seu impasse original: ser produzida por um profissional em conflito de interesses.

REFERÊNCIAS

BREED, Warren. “Controle social na redação, uma análise funcional”, 1955. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega Editora, 1999. 360p.

BERTRAND, Claude-Jean. **A deontologia das mídias**. Bauru: Edusc, 1999. 234p.



BOHÉRE, G. **Profissão: Jornalista**. São Paulo: LTr, 1994. 255p.

ELMI, Alexandre Claser. **Comunicação é ética: duplo emprego na imprensa do Rio Grande do Sul**. 2014. 184f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. 2007b. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2013.

LESTER, Marilyn; MOLOTCH, Harvey. “As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos”. In TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega Editora, 1999. 360p.

NEVEU, Érik. **Sociologia do Jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006. 216p.

PLAISANCE, Patrick Lee. **Ética na comunicação: princípios para uma prática responsável**. Porto Alegre: Penso, 2011. 295p.

SOLOSKI, John. “O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico”. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega Editora, 1999. 360p.

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2009a. 264p.

_____. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 2009b. 430p.



A precarização do trabalho e a saúde dos jornalistas brasileiros

Samuel Lima¹³⁷

Resumo: O artigo aborda a questão do adoecimento dos jornalistas que atuam nas empresas de mídia, a partir dos indicadores de precarização do trabalho apurados na pesquisa nacional sobre o perfil profissional: a) jornada de trabalho excessiva; b) intensidade do trabalho, impactada de forma direta pela evolução tecnológica dos instrumentos de trabalho; c) vínculo precário, considerando que dos jornalistas atuantes em mídia apenas 60% têm carteira assinada; d) baixos salários: 61% ganham até cinco salários mínimos; e) por último, os indícios de multifunção evidentes nas relações de trabalho dos profissionais. Para tanto, será utilizado o número total de respostas válidas na base de dados da pesquisa (MICK e LIMA, 2013), cotejando esses dados com informações provenientes das unidades da federação com o maior número de jornalistas no país (Sul, Sudeste e Distrito Federal).

Palavras-chave: perfil profissional, precarização e saúde dos jornalistas.

1. Introdução

Os indícios evidentes de precarização do trabalho jornalístico afetam dramaticamente a saúde dos trabalhadores, problema que se articula sob o manto do silêncio absoluto por parte dos profissionais e empresas. O objetivo geral deste artigo é “conhecer as dores, ferimentos e doenças advindas do exercício da profissão” e entender por que os profissionais recusam-se a “reconhecê-las para não demonstrar fragilidade”. Pretende-se analisar e refletir sobre as causas do adoecimento relacionadas aos indicadores de precarização do trabalho jornalístico. A proposta do presente artigo dialoga com o eixo temático C (Como detectar os silêncios?) do III Colóquio MEJOR.

Um espectro ronda os espaços de trabalho do jornalismo brasileiro: o da precarização, que pode ser aferida por, pelo menos, cinco indicadores apurados por MICK e LIMA (2013), a partir de extensa pesquisa nacional sobre o perfil profissional da categoria: a) jornada de trabalho excessiva (45,1% trabalham mais de 8h diárias,

¹³⁷ Graduado em Jornalismo, mestre e doutor pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É professor adjunto da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (FAC/UnB). Participa da coordenação do projeto de pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro. E-mail: samuca13@gmail.com



destacando-se 4,5% cuja carga horária ultrapassa 12h/dia) – isso, excluindo-se os 43,3% cuja jornada está entre 5h (previsão legal) e 8h/dia; b) intensidade do trabalho, impactada de forma direta pela evolução tecnológica dos instrumentos de trabalho (smartphones, tablets e móveis em geral), estendendo a jornada às 24h do dia; c) vínculo precário, destacando-se para fins de análise, dos jornalistas atuantes em mídia (55% do total nacional), 60% têm carteira assinada (vínculo formal), contudo o número de freelancers (11,9%) somados aos que possuem contrato de prestação de serviços (8,1%) e os que firmaram contrato de pessoa jurídica, os PJ's (6,8%), alcançam 26,8% de todos os trabalhadores de mídia. Ou seja, um em cada quatro jornalistas tem hoje um vínculo precário de trabalho no país; d) uma questão sempre atual: do ponto de vista salarial, 61% ganham até cinco salários mínimos (R\$ 3.620,00); e) os indícios de multifunção estão também claros nas relações de trabalho dos profissionais em mídia e fora da mídia: por exemplo, 35,40% dos profissionais (na mídia) e 47,70% (fora da mídia) fotografam como parte das atividades de rotina; concomitantemente, as atividades de redação são desenvolvidas por 83,10% dos profissionais (na mídia) e 78,50% (fora da mídia); finalmente, 67,90% (na mídia) e 57% (fora da mídia) dos profissionais são também editores¹³⁸.

As transformações contemporâneas no mundo do trabalho têm interferido, cada vez mais, na qualidade de vida do trabalhador e nas formas de sua interação social. Observando esse cenário, é possível perceber a convivência incorporada de modernização tecnológica e precarização das condições de trabalho (STANDING, 2008; 2011a). A imposição de ambos os fatores sobre os profissionais pode ser vista como condição para a implantação de padrões de consumo determinados por movimentos contemporâneos calcados na alta demanda por novos produtos informacionais a custos cada vez menores e margens de lucro mais abrangentes.

No léxico weberiano, trata-se de perda do sentido da vida e da liberdade (SELL, 2010). Quanto mais o profissional permite-se “explorar”, mais o modo de produção precariza seus vínculos, intensifica a apropriação do trabalho. Numa perspectiva mais integrada à realidade do mercado de trabalho do jornalista, pode-se dizer que, nas

¹³⁸ Dados disponíveis em MICK; LIMA (2013).



mudanças históricas pelas quais transitaram os meios de comunicação, houve estímulo à precarização do uso de força de trabalho, combinada aos investimentos em tecnologia da informação. O recurso a formas precárias de contratação (contratos de prestação de serviços, freelancers, *pejotização*), que alcança um a cada quatro trabalhadores, endossa tal constatação.

Do ponto de vista metodológico, o desenvolvimento do artigo implica em primeiro lugar na revisão de bibliografia que analisa as condições de saúde dos jornalistas no Brasil e em outros países (HELOANI, 2004; HELOANI e SILVA, 2007; FRIGO e SCHUSTER, 2013; MICK, 2014). A investigação sobre o nexo entre precarização do trabalho jornalístico e adoecimento pode ser captada, em princípio, aprofundando-se a análise dos dados coletados no *online survey* realizado em 2012. Nesse estudo se constata que os jornalistas possuem um engajamento relativamente baixo quanto à sindicalização (25,2%)¹³⁹, mas defendem em sua maioria a formação específica (55,4%) e a existência de um órgão de autorregulação (72%).

Essas informações precisam ser analisadas com profundidade, seja através do exame detalhado de estratos da amostra, como do cotejamento dos dados globais a outras pesquisas (por exemplo, HERSCOVITZ, 2000; 2010; FIGARO e. a., 2013). O total de respostas válidas na base de dados da pesquisa constitui material relevante para estudos regionais, que explorem com maior detalhamento as informações provenientes das unidades da federação com maior número de jornalistas participantes do levantamento (Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal, unidades federativas onde estão concentrados cerca de 63% dos jornalistas, em escala nacional). O acesso a tais dados permitirá a realização de clivagens regionais em cada uma das dimensões do problema a serem analisadas neste artigo.

Mais que traçar um comparativo entre os dados nacionais e dos estados mais representativos da amostra trabalhada por Mick e Lima (2013), pretende-se investigar os efeitos sobre a saúde da precarização da profissão de jornalistas na mídia, sobretudo a partir das mudanças estruturais no sistema produtivo hegemônico, balizadas pelos

¹³⁹ MICK; LIMA (2013)



vetores de sobrecarga de tempo, multifunção e intensidade das jornadas de trabalho sob os novos paradigmas tecnológicos.

2. Indicadores nacionais de adoecimento

Do ponto de vista teórico-metodológico, a literatura disponível sobre os indicadores de adoecimento, a partir das características de precarização do trabalho, aponta para dois grupos. De acordo com Mick (2014), “o primeiro tenta mapear dimensões gerais da precarização, incidentes sobre o conjunto dos jornalistas: referem-se à sobre-exploração do trabalho, sob a forma de jornadas extremas, duplo ou triplo emprego, baixa remuneração, multifuncionalidade e trabalho em domicílio”. Os dados já estão presentes, consolidados em amostra nacional realizada por Mick e Lima (2013), através de um online survey que ouviu 2.731 jornalistas profissionais, no país. Esses fatores que irão impactar, fortemente, o quadro de saúde do trabalho da categoria profissional, serão analisados e comparados, vis-à-vis essa concentração escolhida como escopo do presente artigo.

O segundo grupo de indicadores, conforme Mick (2014), “explora especificamente a precarização das formas de contratação: a informalidade dos freelancers, o trabalho como PJ ou em ‘empreendedorismo’ de um só cliente”. Nesse sentido, cerca de 30% dos jornalistas brasileiros têm um vínculo precário de trabalho (freelas, contratos de prestação de serviços, PJs e outros).

Há outros fatores que podem se somar nesse fenômeno contemporâneo da precarização profissional. Antunes (2011) *apud* Mick (2014) aponta que

ao mapear as principais modalidades da precarização, elenca o trabalho informal, a terceirização, a criação de “cooperativas” ou empresas (Pjs) por determinação do capital e o “trabalho voluntário”, as quais utilizam “novos e velhos mecanismos de intensificação (quando não de autoexploração do trabalho)”. Tais mecanismos não são exclusivos dessas modalidades: a intensificação da exploração do trabalho por meio, por exemplo, de jornadas excessivas, de multifuncionalidade, do “aumento da produtividade”, da diversificação das formas de exploração do trabalho, da baixa remuneração



ou da eliminação de benefícios não salariais são práticas que podem afetar também trabalhadores com carteira assinada.

Druck e Franco (2007) *apud* Mick (2013) “identificaram seis formas de precarização: a) vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais; b) intensificação do trabalho e terceirização; c) insegurança e saúde no trabalho; d) perda das identidades individual e coletiva; e) fragilização da organização dos trabalhadores; e f) a condenação e o descarte do Direito do Trabalho”.

Por outro lado, como observa Nonato (2013, p. 161)

os jornalistas tornaram-se profissionais multifuncionais e polivalentes, obrigados a atuarem como repórteres, redatores, fotógrafos e cinegrafistas; às vezes, ao mesmo tempo. São profissionais requisitados em todas as áreas e também precisam ter múltiplas habilidades, escrevendo para jornais impressos, Internet, blogs, revistas, rádio e televisão, convivendo em um ambiente de trabalho muito mais competitivo, com grandes exigências e baixos salários.

Um estudo mais vertical sobre o quadro de saúde do trabalho e adoecimento dos jornalistas brasileiros com capacidade para mensurar suas variadas dimensões qualitativas (seus efeitos simbólicos sobre os trabalhadores, por exemplo), quanto de estimar o alcance da precarização no conjunto da categoria no Brasil, ainda está por ser feito (MICK, 2014).

Apresentaremos, a seguir, uma síntese da revisão de literatura, cuja gênese é a área de sociologia do trabalho, estabelecendo um nexos mais fecundo e profundo entre os indicadores de precarização e o adoecimento dos trabalhadores.

3. Precarização e adoecimento no trabalho

Os anos 1970 representam um marco importante na divisão internacional do trabalho. O fim do padrão ouro, a partir do governo Richard Nixon (EUA, 1971) e a crise do petróleo determinaram um novo padrão de acumulação de capital, que se convencionou nominar de reestruturação produtiva: “O período pós-fordista é o regime



hegemônico, a partir dos anos de 1970. Antes dele, o regime de acumulação predominante era o fordismo” (FRIGO e SCHUSTER, 2013).

O eixo desse novo modo de produção passou a ser a automação. As redações de jornais e o chão das fábricas foram invadidos pelos sistemas de informatização, que anunciavam o fim das extensas jornadas de trabalho e o advento do ócio produtivo. Ledo engano.

Heloani (2013) *apud* Frigo e Schuster (2013), “por sua vez, considera que as promessas - desde a informatização, nos anos de 1970 – de que a modernização facilitaria as funções do trabalhador não se concretizaram em nenhuma área da produção dos serviços. A informatização e a automação mantiveram o mesmo ritmo e as mesmas condições de trabalho ou as pioraram, como é o caso dos jornalistas”.

Antunes (2005, p. 12) *apud* FRIGO e SCHUSTER descreve:

Retornando às necessidades do capitalismo, para que os seus lucros sejam mantidos no regime de acumulação flexível, a consequência imediata é a redução dos custos, tanto de insumos como da força de trabalho. Daí decorrem a flexibilização, a precarização e a exploração intensificada do trabalho humano. Os salários são achatados, os direitos trabalhistas são reduzidos e o risco do desemprego torna-se mais evidente. [...] quase um terço da força mundial disponível para o ato laborativo está exercendo trabalhos parciais, precários, temporários ou já vivencia as agruras do não trabalho, do desemprego estrutural.

Na visão de Heloani e Silva (2006), é importante “salientar que, no atual momento histórico da reestruturação produtiva, a precarização das relações de trabalho, a intensificação do ritmo de trabalho e a exigência de polivalência têm agravado os problemas de saúde ocupacional” dos trabalhadores, de maneira geral. Àqueles que vivem uma rotina produtiva intensa e tensionada pelo espectro do stress, como é o caso dos jornalistas, esse quadro tende a se agravar, paulatinamente, como demonstram as tabelas do quadro comparativo no item 4.

Heloani e Silva (2007) apontam ainda a “imprescindibilidade de considerarmos o contexto econômico, social e político do trabalho, a articulação dialética entre o subjetivo e o objetivo e os aspectos ergonômicos da atividade trabalho”.



Numa visão mais acurada, a própria reconfiguração da identidade profissional do jornalista, no âmbito do fenômeno da precarização institucional, é descrito por Lima e Bezerra (2010, p. 9) *apud* Frigo e Schuster (2013):

As transformações técnicas e econômicas que atingem as organizações da mídia jornalística ao longo do tempo transformam não apenas a sua organização institucional, suas rotinas de produção e o perfil dos jornalistas, como também a natureza do jornalismo e com isso a identidade sócio-profissional do jornalista. [...] pela necessidade de fornecer o máximo de informações precisas num tempo cada vez mais comprimido, o jornalista afasta-se da sua condição de mediador crítico, daquele que relata, explica, interpreta e analisa questões de interesse público para a sociedade, contribuindo para a formação da opinião pública. O padrão que parece se delinear é o de um jornalismo basicamente informativo, prestador de serviços, adaptado a lógica capitalista da corporação, um mediador de retórica técnico-objetivista.

Frigo e Schuster (2013) acrescentam ainda que “neste contexto, o jornalista passa a ser um trabalhador politecnista, flexibilizado, submetido a um ritmo de trabalho eletrizante e sobrecarregado pelas novas ferramentas de comunicação”.

Um indicador que solapa sobremaneira a saúde dos jornalistas são as extensas jornadas de trabalho às quais a categoria está submetida, de Norte a Sul do país. O exemplo acachapante de institucionalização do adoecimento pode ser conferido na Convenção Coletiva de Trabalho 2012/2013 do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul - SINDJORS (instrumento também assinado pelo Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas no Estado do Rio Grande do Sul – SINDIJOE e pelo Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado do Rio Grande do Sul, o SINDIRÁDIO). Frigo e Schuster (2013) escrevem:

A cláusula vigésima sétima – sobre a prorrogação da jornada - da Convenção Coletiva de Trabalho 2012/2013 celebrada SINDJORS, SINDIJOE e pelo SINDIRÁDIO prevê que: a) As empresas ficam autorizadas a praticar o sistema de prorrogação de jornada de trabalho, para compensação, em outro ou outros dias da semana, atendidas as disposições legais pertinentes à semana de 30 (trinta) horas de trabalho; b) As empresas poderão estabelecer programas de folgas em dias úteis e ou intercalados com feriados e fins de semana, de sorte que os empregados possam ter períodos de descanso mais prolongado.



Neste caso, é inusitada que a própria entidade sindical representativa dos trabalhadores (jornalistas) assine um instrumento que garante às empresas superexplorar a jornada de trabalho, em troca de banco de horas. Nesse jogo de troca simples, além das horas de trabalho realizadas e não remuneradas, os jornalistas gaúchos entregam um summo bem: sua saúde.

4. Comparativo nacional com DF, MG, RJ e SP

Para fins do objeto deste artigo, vamos compara alguns indicadores de precarização do trabalho jornalístico coletados em âmbito nacional, vis-à-vis aos dos trabalhadores do Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo – que representam em torno de 63% da categoria profissional, no país.

A extensão da jornada é talvez a síntese da superexploração do trabalho dos jornalistas brasileiros: apenas 11,6% dos profissionais atuam sob a jornada prevista por lei, de 5 horas diárias; 43,3% trabalham de 5 a 8 horas; 45,1% trabalham mais de 8 horas diárias (Tabela 1). O percentual de jornalistas com jornada superior a 12 horas em funções jornalísticas (4,8%) é maior do que a média nas faixas entre 41 e 64 anos, o que parece indicar que, quanto maior a consolidação na carreira, maior a sobre-exploração.

Tabela 1

Jornalistas por média de horas diárias de trabalho em funções jornalísticas – Brasil, 2012

Opções	Respostas (%)
Até 5 horas	11,60%
De 5 a 8 horas	43,30%
Entre 8 e 12 horas	40,30%
Mais de 12 horas	4,80%

Fonte: MICK; LIMA, 2013.



Os dados do DF, MG, RJ e SP (Tabela 2), evidenciam uma situação similar ao quadro nacional, destacando-se a situação mais grave de São Paulo, o mais representativo no universo amostral nacional dos jornalistas.

No caso de S. Paulo, unidade da federação que concentra cerca de 36% da categoria profissional, o excesso de jornada (acima das 5h regulamentadas por Lei) chega à taxa de 92,40%, considerando que quase 6% trabalham mais de 12 horas por dia. Ou seja, um mecanismo similar à “bomba relógio do adoecimento” está acionado nos principais estados, que representam somados notáveis 63% dos jornalistas brasileiros (Mick e Lima, 2013).

Tabela 2

Jornalistas por média de horas diárias de trabalho em funções jornalísticas – Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro e S. Paulo, 2012

Opções	DF (%)	MG (%)	RJ (%)	SP (%)
Até 5 horas	7,40	17,30	7,90	7,60
De 5 a 8 horas	39,30	47,60	42,70	40,50
Entre 8 e 12 horas	49,20	31,00	43,40	46,10
Mais de 12 horas	4,10	4,20	6,0	5,80

Fonte: MICK; LIMA, 2013. Elaboração do autor.

Do ponto de vista da remuneração, outro fator de precarização dos jornalistas, é possível comparar a média ponderada de salários dos maiores estados (DF, MG, RJ e SP) com o quadro nacional. Nestes quatro estados, que concentram 63% dos profissionais brasileiros, o nível de renda se concentra na faixa de um a 10 salários mínimos: quase 80% dos jornalistas recebem até 10 salários mínimos, enquanto que no panorama nacional 82% estão concentrados nessa faixa de remuneração mensal.

Há um razoável equilíbrio nos dados nacionais e na média ponderada das maiores unidades da Federação (Tabela 3). Ainda que o vínculo “carteira assinada” alcance quase 60% dos profissionais, nas duas situações, em percentuais muito similares, cerca de 30% dos jornalistas brasileiros têm um vínculo precário de trabalho



(Freelas, contratos de prestação de serviços, PJs e outros). Ou seja, praticamente um em cada três profissionais são impactados por esse tipo de vínculo instável e precário.

Tabela 3 – Jornalistas de mídia e de fora da mídia por tipos de vínculo empregatício – Brasil, 2012 – Dados Comparados com DF, MG, RJ e SP

Tipo de vínculo empregatício	Nacional	DF, MG, RJ e SP
Carteira assinada	59,80%	57,90%
Servidores públicos	4,1%	3,6%
Cargos em comissão	2,4%	1,6%
Empresários	3,8%	3,8%
Freelancers	11,9%	12,6%
Contratos de prestação de serviços	8,1%	8,8%
Trabalham como pessoas jurídicas (PJs)	6,8%	8,7%
Outro tipo de vínculo	3,1%	3,0%

Fonte: MICK, 2013b; Elaboração do autor (LIMA, 2015).

Os dados sobre benefícios não salariais evidenciam, de outro lado, as desigualdades regionais (Tabela 4). Distrito Federal (66,7%) e Rio de Janeiro (54,8%) se destacam no quesito Plano de Saúde, enquanto a taxa nacional é de 46,9%. Do ponto de vista de plano de Previdência Complementar, apenas o Rio de Janeiro (22,3%) se distancia das taxas dos demais estados (SP e DF na faixa de 10%) e o indicador nacional é de que em torno de 10% dos jornalistas têm esse benefício garantido.

Por fim, quando se trata do jornalista multifunção (Tabela 5), há plena similitude entre os percentuais encontrados nos profissionais na mídia (nacional) e os indicadores dos estados mais representativos. A Reportagem prevalece, nos dois casos, com 84,30% (na mídia, nacional), equivalendo-se no dado ponderado do DF, MG, RJ e SP (84,20%). Mas, é inegável que o jornalista hoje, no âmbito das empresas de mídia (produção de



conteúdo jornalístico comercial) não mais se limita à produção do gênero mais típico, a reportagem. Além disso, faz edição, concebe pautas, fotografa, capta imagens e até diagrama.

Tabela 4

Jornalistas por outros benefícios vinculados a esse trabalho?(É possível assinalar mais de uma resposta) – Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro e S. Paulo vis-à-vis Quadro Nacional, 2012

Opções	DF (%)	MG (%)	RJ (%)	SP (%)	Nacional (%)
Plano de saúde	66,7	41,6	54,8	47,7	46,9
Vale (auxílio) alimentação	73,0	39,0	49,7	49,0	42,3
Vale (auxílio) transporte	33,3	35,1	49,0	33,3	34,8
Auxílio creche	19,0	5,2	10,8	4,9	6,1
Previdência complementar	9,5	5,2	22,3	10,1	9,8
Creche	1,6	0,0	0,0	0,6	0,4
Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)	15,9	11,7	32,5	22,4	20,5
Incentivo à qualificação	20,6	7,8	10,2	8,6	10,2
Nenhum	14,3	40,3	27,4	30,8	31,9

Fonte: MICK; LIMA, 2013. Elaboração do autor.

Tabela 5 – Jornalistas de mídia por atividades desenvolvidas no trabalho x Dados Ponderados do DF, MG, RJ e SP – Brasil, 2012

Atividades desenvolvidas no trabalho	Na mídia (Nacional)	Dados Ponderados DF, MG, RJ e SP –
Reportagem	84,30%	84,2%
Redação	83,10%	84,2%
Edição	67,90%	69,4%
Concepção de pauta	70,60%	71,1%
Fotografia	35,40%	34,1%
Cinegrafia	14,10%	14,6%



Assessoria de imprensa	16,50%	15,4%
Diagramação/design gráfico	18,10%	20,4%
Gestão	14,00%	15,0%
Ensino	4,20%	3,7%
Outra	4,20%	4,5%

Fonte: MICK, 2013b. Elaboração do autor.

Esse conjunto de dados comparativos permite que se possam lançar olhares mais verticais, a partir de levantamentos qualitativos, que sugerimos focados nos estados mais representativos – aos quais poderiam ser agregados, num primeiro momento, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

5. Considerações finais: caminhos & descaminhos

Este breve levantamento de indicadores de precarização do trabalho jornalístico, no país, vis-à-vis aos dados dos estados que concentram 63% da categoria profissional, permitem concluir que os jornalistas brasileiros vivem uma gravíssima situação de adoecimento, gerada por uma combinação de todos esses fatores.

Resgatando os dados de Mick e Lima (2103), temos: 25% dos jornalistas têm mais de um emprego; quase 80% têm renda de um a 10 salários mínimos; 45,1% trabalham mais de oito horas – destacando-se negativamente 5% que ultrapassam as 12h/dia; 23% dos jornalistas na mídia ou fora da mídia levam trabalho para casa; cerca de 30% dos jornalistas nesses dois segmentos trabalham com vínculos precários (freelancers, contratos de prestação de serviços ou como Pjs); e o fenômeno da multifuncionalidade que impacta toda a categoria profissional.

Ou mais precisamente de acordo com Mick (2014):

A categoria se divide em dois blocos. O maior deles é o de trabalhadores em empregos ainda protegidos por direitos sociais e trabalhistas; nesses casos, a precarização se traduz, sobretudo por uma combinação perversa entre salários e jornada, em que a ascensão a todas as faixas de remuneração superiores a 4 mínimos é majoritariamente assegurada àqueles que trabalham mais de 8 horas diárias. O bloco menor é o dos trabalhadores informais ou



com contratos desprotegidos por direitos sociais e trabalhistas. É um grupo heterogêneo, integrado tanto por freelancers mal remunerados quanto por Pjs no topo da carreira.

O advento da Internet está produzindo, por outro lado, uma situação de maior precariedade, que transcende o mero fenômeno da multifuncionalidade. As coberturas de grandes eventos, como as manifestações de 13 e 15 de março de 2015, nas redações dos grandes jornais impressos, só para ficar num exemplo, foram realizadas utilizando-se as redes de “Whatsapp” dos repórteres de rua com as equipes nas redações. Isso reconfigura as rotinas produtivas baseadas na produção individual, coordenadas por um editor, passando-se ao processo colaborativo, em tempo real, sob a égide de um tipo novo de intensidade cuja plataforma é o celular – que capta imagens, fotografias e transmite pequenos textos.

Na visão de Heloani (2013),

as novas tecnologias pioraram as condições de trabalho dos jornalistas, já que com o advento da internet e a possibilidade do home office (trabalho em casa), as empresas consideram que não há limites numéricos de produções realizadas pelo jornalista. Ele desenvolve suas tarefas não só em horário que ele mesmo administra, como escolhe o local de trabalho que vai exercê-las. Diversas vezes, o faz em casa – fora do horário de expediente e sem receber hora-extra – já que com as novas tecnologias ele pode, por exemplo, tirar a foto de um acidente de trânsito, voltando do trabalho para casa, e já postar uma nota no site do veículo para o qual trabalha. O jornalista fica conectado, praticamente, todo o tempo à empresa.

O pesquisador Roberto Heloani, que é pioneiro nas pesquisas sobre saúde dos jornalistas desde 2002, realizou recentemente a terceira etapa do estudo “Reestruturação positiva e qualidade de vida dos jornalistas”, em 2012. Tomo sua conclusão para ilustrar o que os dados coletados por Mick e Lima (2013) e aqui cruzados e reinterpretados.

Em recente entrevista ao jornal Unidade, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, ele declarou:

Hoje os jornalistas enfrentam um grau de estresse que beira a exaustão, bem diferente do apurado na primeira pesquisa que já existia, mas não no grau de hoje. E a quase exaustão propicia, se não cuidada, os AVCs. É um estresse



que fugiu do controle, está cronificado. Ele dá indícios que pode te levar ao hospital. Então, você já vê pessoas usando de tal maneira o seu organismo para mostrar que ainda é produtivo, que é melhor do que o outro, que vão ter consequências físicas e psíquicas, em curto, médio e longo prazo. Por isso, que o discurso que já existia, mas bem menor na primeira fase, nessa terceira é recorrente. Alguns já falam que pensaram em fazer outra faculdade, falam que o tempo de jornalista é curto. Mas isso aos 40 anos. Porque ele já começa a ter consciência de que só aguenta esse ritmo até certo ponto e não é brincadeira. Você vê uma categoria cada vez mais jovem e é óbvio que, para trabalhar nesse ritmo, só sendo jovem mesmo (HELOANI, 2013).

Heloani (2013) não considerou, em sua análise, o impacto sobre a reconfiguração atual do mercado de trabalho dos jornalistas brasileiros produzido pela quintuplicação da oferta de cursos superiores em jornalismo. Entre 1990 a 2010, o número de cursos de jornalismo saiu de 61 para 317 (MICK e LIMA, 2013: p. 20).

Entre caminhos e descaminhos que se apresentam aos profissionais de jornalismo, nestes tempos de precarização, para o qual confluem baixos salários, duplo ou triplo emprego, jornadas excessivas e as exigências da multifuncionalidade, dramaticamente complexificadas pelo advento da Internet, resgato para concluir uma contundente observação do pesquisador Roberto Heloani: “O jornalista acaba sendo o pior inimigo de si mesmo. Ou a gente muda essa formação, volta a ter uma formação mais humanista - isso não vai ser fácil no momento atual, acho que hoje o Sindicato tem uma função muito importante nisso - ou nós vamos ter pessoas com projetos cada vez mais individualistas e mais adoecidas. Não tem saída. Eu não vejo outra saída, não” (Heloani, 2013).

6. Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os modos de ser da informalidade**: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, Sept. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 Jul. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282011000300002>

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.\



FIGARO, Roseli (Org.). **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista**. São Paulo: Atlas, 2013.

FRIGO, Diosana; SCHUSTER, Patrícia Regina. **O impacto da reestruturação produtiva do trabalho para jornalistas**: antes e depois da Internet. Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Estudos em Jornalismo do V Seminário Internacional de Pesquisa em Comunicação (SIPECOM) – Epistemologia e desafios da pesquisa no campo da comunicação, realizado em 12 e 13 de outubro de 2013, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

HELOANI, J. R. M. **Mudanças no mundo do trabalho e impactos na qualidade de vida do jornalista**. In: VII Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais, 2004, São Paulo. Anais do VII Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais. São Paulo: FGV, 2004. v. 1. p. 1-15.

HELOANI, J. R.; SILVA, E. P. (2006). **O desgaste da realidade sócio-institucional, identidade e stress no trabalho de guardas municipais**. In G. Gutierrez (Org.), Qualidade de vida e fadiga institucional (pp. 271-289). Campinas: Unicamp/IPES.

HELOANI, J. R. M.; SILVA, Eduardo Pinto. **Aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa em saúde mental e trabalho**: reflexões a partir de uma análise comparativa do estresse em jornalistas e guardas municipais. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho (USP), v. 10, p. 105-120, 2007.

HELOANI, J. Roberto. Entrevista concedida ao site do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP), postada em 16 de Abril de 2013. Disponível em LINK: <http://migre.me/peqUy>

HERSCOVITZ, Heloiza. **Jornalistas de São Paulo**: quem são e o que pensam em comparação aos jornalistas americanos e franceses. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. Vol. XXIII, n. 2, jul/dez. 2000.

HERSCOVITZ, Heloiza. **Jornalistas brasileiros no século XXI, visões sobre a profissão**. Brasília: Fenaj, 2010. Disponível em http://www.fenaj.org.br/arquivos/resultados_enquete_com_jornalistas_brasileiros.doc. Acesso em 05/02/2011.

LIMA, V.; BEZERRA, V. **Jornalismo e Jornalistas em Tempos de Reestruturação Produtiva**: Reflexos do Pós-Fordismos e das Tecnologias Digitais na Atividade Profissional. In: XII Intercom, Campina Grande/PB, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2010/resumos/R23-1148-1.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2013.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro**: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.



MICK, Jacques. **A precarização do trabalho dos jornalistas no Brasil**. Artigo apresentado ao 11º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, em 2013, em Brasília (DF). Versão revista e ampliada foi apresentada em seminário de pesquisa em Sciences Po Grenoble, em 2014.

NONATO, Cláudia. O Perfil Diferenciado dos Jornalistas Associados ao Sindicato de São Paulo. FIGARO, Roseli (Org.). **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista**. São Paulo: Atlas, 2013, p. 143-202.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

STANDING, G. (2008). **Economic insecurity and global casualization: Threat or promise?** Soc. Indic. Res., 88, 15–30.

STANDING, G. (2011a). **The precariat—The new dangerous class**. Policy Network. London: Bloomsbury Academic.



O silêncio como prescrição para o trabalho do jornalista

Roseli Figaro¹⁴⁰
 Claudia Nonato¹⁴¹
 Olivia Bulla¹⁴²

Resumo: O artigo apresenta uma discussão sobre o silenciamento, ou o ato impositivo do silêncio, como prescrição para o trabalho do jornalista. Para tanto, desenvolvemos o tema em dois tipos de problematização: a) os jornalistas que migram para os blogs, o fazem em busca de maior autonomia, para fugir das prescrições coercitivas das empresas de mídias tradicionais; b) a prescrição para o uso argumentativo dos números configura-se como estratégia persuasiva desviante, que, por sua aparente força de objetividade, silencia outros argumentos mais relevantes para a reflexão crítica do cidadão, público-alvo consumidor do jornalismo. Essas duas questões são abordadas, tendo como orientação teórico-metodológica o binômio comunicação e trabalho e as pesquisas do Centro de Pesquisas em Comunicação e Trabalho – CPCT, da ECA-USP, membro da Rede de Estudos sobre Trabalho e Identidade do Jornalista.

Palavras-chave: jornalista, jornalismo, comunicação e trabalho, silêncio, liberdade de expressão

1.Introdução

O silêncio é uma forma de significado, é uma forma de expressão. O silêncio não é sinônimo de proibição. O silêncio pode significar compreensão, cumplicidade, reflexão, pausa para o mínimo dialógico da fala interior. Poderíamos dizer que há hoje um falatório sem reflexão: nesse sentido, o silêncio faz falta. No entanto, o silêncio de que trata a temática deste artigo, é outro. Trata-se do silenciamento, ou seja, do ato impositivo do silêncio. Relaciona-se com o tema da autonomia e da liberdade de expressão no âmbito dos processos de trabalho do jornalista à medida que se

¹⁴⁰ Professora livre docente do Programa de pós-graduação em Ciências da Comunicação da ECA-USP. E-mail: figaro@uol.com.br

¹⁴¹ Jornalista, professora do FIAM-FAAM Centro Universitário e doutoranda no Programa de pós-graduação em Ciências da Comunicação da ECA-USP. E-mail: claudia.nonato@uol.com.br

¹⁴² Jornalista, mestranda no Programa de pós-graduação em Ciências da Comunicação da ECA-USP. E-mail: oliviabulla@gmail.com



estabelecem prescrições para o trabalho que cerceiam o pleno desenvolvimento da atividade do profissional.

É relevante para a nossa discussão esclarecer que o conceito de liberdade de expressão com o qual se opera neste artigo é aquele lastreado pela tradição do republicanismo, ou seja, “a liberdade política do republicanismo, que se define como não-dominação e se orienta pelo modelo das virtudes cívicas da cidadania com valor substancial” (Ramos, 2011, p.44), e que se diferencia da compreensão liberal, assentada no “livre agir do indivíduo”. Sendo assim, quando se fala em silêncio, censura ou interdição da palavra no mundo do trabalho, afirma-se a operação programada de apagamento de quem trabalha como cidadão, aquele que é ser político.

Nesse sentido, os mecanismos processuais e prescritivos de como trabalhar já contêm as formas de controle da expressão. Geram rotinas produtivas cujo sentido é o de neutralizar as especificidades e as características do fazer, do trabalhar de cada um. Mas as prescrições não dão conta da realidade do trabalho. O trabalho é mais “complexo” é sempre “inédito”, desafiando as “infidelidades do meio” (Schwartz, Durrive, 2007). Essas características do trabalho exigem o ser humano por inteiro, daí as manobras realizadas, os desafios a serem superados e as limitações que, no caso da comunicação, são aspectos que levam ao silêncio e à autocensura.

O educador Paulo Freire abordou o tema ao falar na submissão dos oprimidos pelo silêncio, que chamou de “cultura do silêncio”. Em seus textos, analisados dentro da realidade latino-americana, Freire afirma que no Brasil colonial, o Estado português e seus aliados se beneficiavam da opressão aos indígenas e escravos vindos da África, por meio da submissão e da proibição da liberdade de se expressar; ou seja, impondo o silêncio. Os colonizadores portugueses foram os nossos primeiros censores, e deixaram como herança “uma cultura de dominação que, uma vez internalizada, condicionava o comportamento submisso” (Freire, 1970, p. 169, in Lima, 2011, p.111).

No cotidiano, o silêncio aparece no mundo do trabalho parte como submissão internalizada e parte como silenciamento da voz do trabalhador. Aquele que trabalha não é visto como criador, realizador, inteligente e ser de comunicação. Para Boutet (2008), o trabalhador não tem direito à palavra no mundo do trabalho. Nos mais



diversos ramos profissionais a palavra aparece domada. Como se fosse possível que as prescrições e normas de procedimentos da instituição pudessem cumprir e abarcar todas as situações de trabalho, mesmo as mais inusitadas.

No jornalismo, o silêncio está implícito. Tratar de um tema implica abrir mão de outro. A seleção e hierarquização dos fatos são categorias da prática jornalística, cujo exercício mobiliza valores que orientam escolhas e organização do que será notícia. Venício Lima (2011) considera que o silêncio é uma forma de censura disfarçada imposta pela grande mídia em relação a determinados temas. Para ele, a grande mídia é a principal mediadora e construtora dos espaços públicos, e, quando omite algo desse espaço, sonega ou exclui a possibilidade desse tema fazer parte do conhecimento e do debate público.

Para discutir essas formas de silenciamento, apresentamos duas pesquisas, realizadas por investigadores do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT-ECA-USP): *Jornalistas, blogueiros, migrantes da comunicação: em busca de novos arranjos econômicos para o trabalho jornalístico com maior autonomia e liberdade de expressão* (LIMA, 2015); e *A evidência dos números no discurso jornalístico através das relações de comunicação e trabalho* (BULLA, 2015, em andamento).

2. Contra o silêncio: jornalistas blogueiros em busca da liberdade de expressão

O jornalismo on-line, os blogs e as ferramentas das redes sociais são inovações nas rotinas profissionais. Motivados pela indicação de colegas mais jovens, pela busca de atualização tecnológica e também pela possibilidade de gerar informação diferenciada daquela publicada na grande mídia, os jornalistas tornaram-se blogueiros para, principalmente, “conciliar com mais liberdade o exercício da profissão jornalística com a percepção sobre o mundo social, a política e o próprio jornalismo” (Guazina, 2013, p. 11).

A instantaneidade protagonizada pelos novos meios de comunicação trazem novos elementos e maiores desafios para os jornalistas. A pesquisa *As mudanças no*



*mundo do trabalho do jornalista*¹⁴³ mostrou que as redes sociais têm sido uma ferramenta de trabalho importante para estes profissionais. Para buscar fontes, informações de pessoas, famosos, celebridades e até desconhecidos, utiliza-se como aliado o *Facebook*, o *LinkedIn* e o *Twitter*, ferramentas que tornaram muitas agendas obsoletas. A notícia em tempo real do *webjornalismo*, do *blog*, está à frente da notícia que circula nos demais veículos e também em relação ao poder que hoje uma parcela da população tem de contestar, de criticar, ou de “furar” as empresas de comunicação.

O simples fato de qualquer pessoa ter acesso às informações, e às ferramentas para produzi-las, mesmo sem a mediação de um jornalista, significa, para Bernardo Kucinski (2012) que “houve um avanço civilizatório incremental na esfera dos direitos humanos básicos”. Ignácio Ramonet (2013), por sua vez, considera que “a internet nos permite voltar a sonhar com a democratização da informação”. A internet é, para Manuel Castells (2004), de fato, uma tecnologia da liberdade. Mas o autor alerta que a internet “pode libertar os poderosos para oprimir os desinformados, pode levar à exclusão dos desvalorizados pelos conquistadores de valor” (p.225).

Há dez anos os jornalistas brasileiros passaram a adotar os blogs como veículos de comunicação. Os blogs fascinaram esses profissionais, seja pela sensação de liberdade que o meio promove, pela revitalização que trouxe à profissão, ou pela mudança na produção e na plataforma discursiva do jornalismo. No novo meio, o jornalista escreve sobre o que gosta, investe no jornalismo investigativo, assume integralmente o papel de formador de opinião, com a possibilidade de aprofundar a notícia; além disso, ele pode simplesmente compartilhar um texto com outras pessoas; tem a instantaneidade e rapidez da Internet a seu favor e ainda conta com o *feedback* do leitor/receptor. Para Luís Mauro Sá Martino (2009), “os blogs desestabilizam algumas certezas da prática jornalística e colocam em questão algumas ideias consagradas a

¹⁴³ Pesquisa feita pelo Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT-ECA/USP), entre os anos de 2009 e 2012. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/comunicacaoetrabalho/wp/index.php/pesquisas/2009-2012/> A síntese dos resultados da pesquisa está no livro *As mudanças no mundo do trabalho do jornalista*. São Paulo: Atlas, 2013.



respeito do interior da profissão, de um lado, e da amplitude dos efeitos do jornalismo no espaço público, de outro” (p. 271).

Desse modo, as alternativas às formas de trabalho jornalístico se organizam nas inúmeras iniciativas de profissionais que buscam autonomia e independência em relação a empresas jornalísticas por meio de seus blogs. A pesquisa *Jornalistas, blogueiros, migrantes da comunicação: em busca de novos arranjos econômicos para o trabalho jornalístico com maior autonomia e liberdade de expressão* (LIMA, 2015) parte do dado do enorme crescimento de blogs produzidos por jornalistas e busca comprovar duas hipóteses: a) os profissionais do jornalismo com vasta experiência na profissão estão migrando para novas mídias, principalmente para blogs independentes; e b) jornalistas experientes migram para os blogs em busca de maior autonomia, liberdade de expressão e realização profissional. O estudo realizado entre 2011 e 2014, observou as rotinas e produção dos jornalistas nos próprios blogs; pesquisou artigos de sites especializados em jornalismo, como *Observatório da Imprensa*, *Portal IMPRENSA* e *Comunique-se*; e também artigos de revistas científicas; pesquisas acadêmicas (teses e dissertações) e analisou entrevistas de material primário e secundário com jornalistas blogueiros. Foram selecionados quinze profissionais com blogs, posteriormente divididos em dois grupos, baseados em sua relação com os portais e/ou empresas de comunicação: dependentes (A) e independentes (B), sendo que este último grupo possui uma subdivisão, entre blogueiros ligados a portais independentes e aqueles sem vínculo com portais. São eles: Josias de Souza, Juca Kfourir, Leonardo Sakamoto, Reinado Azevedo, Ricardo Kotsho e Ricardo Noblat (Dependentes – ligados a portais de grandes grupos de comunicação); Conceição Oliveira, Renato Rovai, Rodrigo Vianna, Luís Nassif, Luiz Carlos Azenha e Paulo Henrique Amorim (Independentes ligados a portais também independentes); Altamiro Borges, Altino Machado e Miguel do Rosário (Independentes sem ligação com portais). A partir dessa divisão foi feita uma análise geral do perfil dos blogueiros, detalhando seus meios de produção e de subsistência. E, a partir da fala do grupo de jornalistas blogueiros independentes (B), foram detectadas a existência de redes de conexão e também a formação de uma mídia contra hegemônica,



grupo que evidenciou um enfrentamento às tentativas de controle e censura, além de uma busca por arranjos econômicos alternativos para a subsistência.

No blog, o jornalista não precisa da estrutura de uma empresa de comunicação; pode escrever de qualquer local e, principalmente com isenção, sem a interferência de interesses comerciais e/ou das empresas de comunicação. Nessa condição, o jornalista se vê como um empreendedor social, “uma alegoria do trabalhador imaginado pelo sistema capitalista, que integra a vocação, no sentido weberiano; a habilidade empreendedora; a capacidade de ser sustentável, no sentido econômico; e uma imagem de felicidade e realização plena” (Casaqui, 2015). Para o autor, essa seria “a intersecção entre a dimensão comunicacional que constitui o espírito do capitalismo contemporâneo e significados atribuídos ao mundo do trabalho, à cultura corporativa” (idem).

Fiéis à ideia de liberdade trazida pela internet e redes sociais, onde, a princípio, era possível partilhar informações a respeito de qualquer assunto ou pessoa sem restrições, os jornalistas blogueiros começaram a produzir reportagens fora da pauta da grande mídia. A repercussão desse trabalho começou a incomodar, principalmente as grandes empresas de comunicação, que detinham o monopólio até então, além de políticos, rotineiramente denunciados por corrupção. Na falta de uma legislação específica que regulasse a internet, a maneira constantemente encontrada por esses grupos para censurar a mídia digital foi recorrer ao sistema Judiciário. Este foi o início de uma série de processos contra blogueiros, por publicações próprias ou de terceiros, que se viram cerceados judicialmente e também economicamente, por conta dos altos custos com advogados e indenizações.

Essa nova forma de controle acaba gerando, também, a autocensura, ou o silêncio e omissão impostos pelo próprio jornalista. Para Mattos (2012), a autocensura no jornalismo pode ser identificada tanto na omissão quanto na manipulação dos fatos, pois “o comprometimento político e econômico pode levar um veículo, ou profissional, a adotar certas práticas de manipulação da informação para tirar proveitos escusos delas”. Fato é que, por meio da manipulação das informações, a mídia promove distorções na realidade, filtrada pelos veículos de comunicação. No ensaio “Significado político da manipulação na grande imprensa”, Perseu Abramo (2013) afirma que a



manipulação da informação é uma das principais características do jornalismo no Brasil, praticado hoje pela grande imprensa. Para ele, a realidade artificial criada pela imprensa acaba se transformando em realidade para a população. Essa distorção dos fatos ocorre, segundo ele, de múltiplas e variadas formas, mas “a gravidade do fenômeno decorre do fato de que ela marca a essência do procedimento geral do conjunto da produção cotidiana da Imprensa”.

Kucinski (2002, p. 541 e 542) identifica na história da imprensa diversos tipos de uso de autocensura jornalística, a começar por países ibéricos, que a utilizavam “na clandestinidade política e da criminalização da dissidência e do não conformismo por parte das elites dirigentes” (p.539) à incorporação da autocensura ao *ethos* do jornalista brasileiro. Também mostra que a autocensura foi utilizada como método ideal de controle da informação (“ao suprimir a própria informação de que a informação está sendo suprimida, a autocensura torna-se, para o opressor, a melhor forma de controlar a informação”), e como sistêmica (“muitos episódios de autocensura durante a ditadura militar eram definidos no âmbito de sistemas jornalísticos, de empresas ou de redações, e não por indivíduos”).

O Claudio Abramo tem toda a razão do mundo. Ele dizia, a única liberdade de imprensa que existe numa redação é a do dono da empresa, o jornalista vai ter que se submeter a isso, ele até pode se submeter, mas procurando manter uma certa ética, dignidade, não produzindo coisas escrotas, tentando ver o contraditório, conferindo fontes, não dando notícias de forma de escandalização, seguindo a ética do jornalista, ou ele pode tentar ser o mais realista do meio. (Miro Borges, 2014)

Neste enunciado, Miro Borges, jornalista blogueiro independente, militante e sem vínculos com empresas de comunicação, demonstra sua convicção de que o jornalista que trabalha para uma empresa, nunca terá liberdade de expressão, que é diferente, como afirma Venício Lima (2012), na liberdade de imprensa. Para ele, quem aceita trabalhar nessas condições deve, dentro do possível, ao menos ter uma postura ética e profissional.

A pesquisa, portanto, chega a conclusões contundentes com relação aos jornalistas blogueiros. A primeira delas é que a total independência e liberdade de



expressão desejada pelos blogueiros é ilusória. Como sobreviver, dentro da lógica capitalista, sem um meio de subsistência? Além da difícil relação com os anunciantes, há falta de uma legislação específica, que deixa brechas para medidas judiciais e cerceamento econômico contra os jornalistas blogueiros. A segunda, a censura sai das mãos do Estado e passa a ser controlada por decisões judiciais. Consequentemente, aqueles que têm mais recursos conseguem sobreviver ao enfrentamento com a Justiça; aos demais, resta procurar apoio, novas soluções, ou simplesmente encerrar o blog e voltar ao silêncio. A terceira, a estabilidade financeira está nas empresas de comunicação e a dificuldade econômica e jurídica desses arranjos econômicos se constitui no desafio de se manterem com seu discurso contra hegemônico.

3. O silêncio através dos números

Com base na fundamentação teórica exposta, outra pesquisa, em andamento, de pesquisadora do CPCT problematiza o uso argumentativo dos números na notícia como estratégia persuasiva desviante, que, por sua aparente força de objetividade, silencia outros argumentos mais relevantes para a reflexão crítica do cidadão. Está pesquisa mantém-se nos marcos do jornalismo tradicional e verifica como a linha editorial de um veículo jornalístico conforma prescrições e normas para as rotinas produtivas que, por sua força institucional, ditam as formas da objetividade.

Para elucidar os conceitos envolvidos no problema de pesquisa, o recorte se deu a partir de um *corpus*, composto por elementos que detectam o objeto de pesquisa. Esse *corpus* consiste em matérias jornalísticas referentes às manifestações sociais contra o aumento da tarifa de transporte público em São Paulo, em junho de 2013, e seus desdobramentos. Posteriormente, julgamos necessário coletar uma segunda amostra, um ano depois, quando protestos foram retomados em meio à Copa do Mundo sediada no Brasil.

O material coletado sobre o tema e assuntos relacionados foi publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, doravante *Estadão*. Inicialmente, foram selecionadas 51 publicações no período de um mês, entre 1º e 30 de junho de 2013, sendo que o material



é distribuído entre capa, cadernos de política, metrópole e esportes, além de editoriais. O critério de seleção foi a recorrência no uso dos números no texto para a construção de um sentido. Depois, outras 40 reportagens foram inseridas ao primeiro *corpus*.

A ampliação do corpus com as novas matérias selecionadas, entre os dias 12 de junho e 14 de julho de 2014, permite inferir como a opinião pública foi formada em torno do tema dos números, deixando a pesquisa mais atualizada e completa no que tange a um fenômeno de política nacional. Nesse sentido, esse material consiste em uma análise documental que capta a utilização dos números para retratar um fato importante da história política brasileira recente, uma vez que os protestos saíram do âmbito dos R\$ 0,20 e se transformaram em reivindicações dos mais diversos tipos e com relevância internacional.

Segundo Vainer (2013), não há como não reconhecer uma conexão estreita entre os protestos que tiveram curso em junho de 2013 e o contexto propiciado pelos intensos e maciços investimentos urbanos associados à Copa de 2014. Não se pode, com isso, descartar os efeitos das manifestações e do torneio de futebol no País nas urnas, resultando nas eleições presidenciais mais acirradas no Brasil entre os pensamentos de direita e de esquerda.

A leitura do *corpus* foi confrontada com as observações das rotinas produtivas dos jornalistas, por meio de entrevistas com alguns dos autores que mais se repetem entre as reportagens selecionadas. No total, foram ouvidos cinco jornalistas.

Buscamos, com isso, compreender as transformações e reconfigurações na relação trabalho/linguagem acionadas pela atividade de cobertura jornalística do jornal *Estadão*. A partir desse entendimento procurou-se apreender como se dá o processo de criação da notícia e como os números revelam as rotinas produtivas.

Portanto, esse desenho metodológico resulta em um ponto de encontro entre a subjetividade do relato individual e as propriedades macrosociológicas do objeto analisado. Trata-se de uma tentativa de assumir a discussão em sua complexidade ideológica. Compreender as reconfigurações nas relações de comunicação e trabalho é, então, entender a formação das subjetividades e a importância desse binômio para os sujeitos, em suas dimensões individual e social. Como resultado, têm-se mudanças nos



valores e nas formas de construir a sociedade, com o jogo do micro e do macrosocial construindo as relações de comunicação.

A fagulha dos protestos que tomaram as cidades brasileiras em meados de 2013, das chamadas Jornadas de Junho, foi a mobilização contra o aumento da tarifa no transporte público urbano na capital paulista convocada pelo Movimento Passe Livre (MPL) no dia 6 daquele mês. Aparentemente despreziosa, a manifestação liderada por 150 jovens ganhou a manchete dos principais jornais de São Paulo no dia seguinte. A chamada de capa do *Estadão* em 7 de junho de 2013 é dividida entre uma notícia econômica e a que se refere ao protesto ocorrido na noite anterior. No título e no texto, os números sobre a manifestação que parou a cidade de São Paulo são usados como recursos para quantificar a informação, ao citar a presença “*de cerca de mil pessoas contra o aumento da passagem de ônibus e metrô de R\$ 3,00 para R\$ 3,20*” que “*parou o trânsito de algumas das principais vias*” da cidade “*no horário de pico*”.

Tratava-se, portanto, conforme a manchete daquele dia, de um “*protesto contra tarifa*” de transporte público protagonizado por um número nem tão grande de pessoas, mas que acabara “*em depredação e caos em SP*”. Na linha fina, o jornal dizia que os “*manifestantes fecharam avenidas, invadiram shoppings e deixaram rastros de destruição*”. Tal cenário criado buscava ainda qualificar os personagens, dizendo que “*pelos menos 50 pessoas ficaram feridas e 15 foram detidas*”. Ao lado, uma foto intitulada “*vandalismo*” na legenda.

Apenas nesse trecho inicial é possível perceber o papel dado ao número na notícia, quantificando o total de manifestantes, sendo que alguns dos envolvidos sofreram consequências mais graves, e foram classificados como “*vândalos*”, que bloquearam o trânsito e provocaram confrontos com a polícia. Para o *Estadão*, o primeiro dia de protesto contra o aumento da tarifa de ônibus levou “*caos*” e “*deprecação*” à cidade, causando um dos piores índices de congestionamento do ano, o que acabou por ofuscar, na manchete do jornal, os motivos das reivindicações sociais.

Na versão dos jornalistas, as manifestações de junho de 2013 demandaram um tipo de cobertura que, até então, não era foco do jornal onde esses profissionais trabalhavam. “*Junho foi algo completamente atípico, foi algo completamente diferente*”



conta Bruno Paes Manso. Ele, assim como Paulo Saldaña, lembra que os protestos do MPL já haviam ocorrido em gestões municipais anteriores, como a do ex-prefeito Gilberto Kassab, que também havia sido “perseguido”. “Então não era uma novidade pra gente, em tese”, continua Manso. “Era um assunto que não costumava inclusive ser coberto pelo jornal”, pois viam “os ‘malas’ do MPL como um protesto a mais dentre as dezenas que acontecem na cidade”.

Ocorre que “2013 foi tomando uma proporção que ninguém imaginava”, conta Saldaña, que acompanhou as manifestações “da redação”. Para ele, a população só conseguiu “ter uma dimensão depois de determinados dias que as coisas tinham acontecido”. “A gente ia acompanhando e falava: ‘Pô, cara, onde isso vai parar?’”. Já em 2014, a imprensa, os manifestantes, as autoridades, estavam todos mais preparados. Porém, já não havia mais o MPL “ostentando a bandeira de redução de tarifa”, lembra Manso.

Para Diego Zanchetta, que viu da janela as Jornadas de Junho nascerem, quando apurava outra matéria, na Câmara Municipal, “2013 e 2014 foram muito diferentes, porque... 2014 os protagonistas foram os Sem-Teto, que não tiveram o uso tanto da violência, do embate, mas uma tática muito mais organizada, é...de invasão de terrenos (...)”. Assim, as manifestações de 2014 estiveram longe de provocar a mesma sensação de perplexidade entre os jornalistas e a opinião pública que foi provocada um ano antes, avaliam. Da mesma forma, a violência deixou de ser o mote.

Apenas na apresentação inicial do relato de três dos cinco profissionais entrevistados, é possível aferir a linha editorial do *Estadão*, que não demonstrava interesse na cobertura das manifestações feitas pelos “malas” do MPL, que já eram conhecidos pelo “quebra-quebra”. Percebe-se, com isso, como o leitor do jornal, ao longo da narrativa dos fenômenos sociais analisados, não tem conhecimento da cobertura que tais eventos mereciam na grande mídia brasileira.

Nessa ótica, a linha editorial do *Estadão* se insere em uma sociedade na qual prevalece uma forma disfarçada de censura, que é o silêncio da grande mídia em relação a determinados temas. Essa censura disfarçada de silêncio sobre as manifestações populares ocorreu em outros lugares importantes, como relata Lima (2011).



Mas ao invés de omitir, pode-se também “disfarçar” a notícia, construindo o sentido do texto a partir dos números. Assim, a informação chega ao leitor com uma dupla conotação: a do discurso matemático (da exatidão, da objetividade, da verdade, do conhecimento científico) e a do discurso jornalístico, concedendo à mensagem a credibilidade e isenção necessárias, ao mesmo tempo ofuscando os verdadeiros conteúdos (mercadológico, político e ideológico).

4. Considerações finais

As duas pesquisas do CPCT mostram a complexidade da discussão sobre os silenciamentos e as formas de censura ao trabalho jornalístico. Nas empresas jornalísticas tradicionais, as rotinas produtivas do fazer da notícia estabelecem as prescrições e as normas que dissimulam os apagamentos dos fatos necessários ao *status quo* e silenciam vozes e versões dissidentes. Nos blogs de jornalistas que buscam o exercício de um jornalismo alternativo à grande empresa, a pressão econômica e os processos jurídicos fazem o papel da censura e freiam a possibilidade de iniciativas que poderiam ser significativas para a renovação do jornalismo.

5. Referências

ABRAMO, Perseu. **Significado político da manipulação na grande imprensa**. In Padrões de manipulação na grande imprensa. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. Disponível em <http://novo.fpabramo.org.br/content/significado-politico-da-manipulacao-na-grande-imprensa> Acesso em 05/03/15

BOUTET, Josiane. **La vie verbal au travail**. Des manufactures aux centres d’appels. Toulouse: Octares, 2008.

CASAQUI, Vander. **Empreendedorismo social em perspectiva global: bem comum, trabalho e engajamento na retórica do capitalismo contemporâneo**. Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (EPTIC) v. 17, n. 1 (2015). Disponível em <http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/3383> Acesso em 05/03/15

CASTELLS, Manuel. Inovação, liberdade e poder na era da informação. P. 225 a 231. In MORAES, Dênis de (Org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.



FÍGARO, Roseli. “**A comunicação como processo de interação verbal e produção de sentidos**”. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Foz do Iguaçu, PR. 2 a 5/9/2014.

_____; NONATO, C., GROHMANN, R. **As mudanças no mundo do trabalho dos jornalistas**. São Paulo: Salta, 2013.

_____; NONATO, C. **A autocensura como aspecto da prática no mundo do trabalho dos jornalistas**. Trabalho apresentado no GP Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão, XIV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Foz do Iguaçu (PR), 2 a 5 de setembro de 2014.

KUCINSKI, Bernardo. A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar. In In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). **Minorias silenciadas: história da censura no Brasil**. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 533-551.

_____. **A nova era da comunicação**: reflexões sobre a atual revolução tecnológica e seus impactos no jornalismo. Revista Estudos em Jornalismo e Mídia. Vol. 9, No. 1 – janeiro a junho de 2012, p. 4 a 16. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/19846924.2012v9n1p4/2223>
Acesso em 18/10/2014

LIMA, Cláudia do Carmo Nonato. **Jornalistas, blogueiros, migrantes da comunicação: em busca de novos arranjos econômicos para o trabalho jornalístico com maior autonomia e liberdade de expressão**. 2015.250 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LIMA, Venício A. de. **Comunicação e Cultura: as ideias de Paulo Freire**. 2ª ed. rev. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Fundação Perseu Abramo, 2011.

_____. **O silêncio como forma de censura**. Publicado no Observatório da Imprensa em 22/03/2011. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o-silencio-como-forma-de-censura>.
Acesso em 15/02/2015.

_____. **Liberdade de expressão x liberdade de imprensa: direito à comunicação e democracia**. 2.ed. revista e ampliada. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria da Comunicação: ideias, conceitos e métodos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MATTOS, Sérgio. O jornalismo brasileiro continua sob censura. In COSTA, Cristina (Org.): **Seminários sobre censura**. Núcleo de pesquisa em comunicação e censura (NPCC/ECA/USP). São Paulo: Fapesp; Balão Editorial, 2012.

ORLANDI, Eni. **Terra à vista – Discurso do confronto: velho e novo mundo**. 2ª edição. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2008.



RAMONET, Ignacio. In MORAES, Dênis de (Org.). Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados? In **Mídia, poder e contrapoder**. Da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

RAMOS, César Augusto. **O modelo liberal e republicano de liberdade: Uma escolha disjuntiva?** Revista Trans/Form/Ação, Marília, v.34, n.1, p.43-66, 2011.

SCHWARTZ, Yves e DURRIVE, Louis. (Orgs.) **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Niterói: Eduff, 2007.

VAINER, Carlos. “Quando a cidade vai às ruas”. In: **Cidades Rebeldes** – Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil, MARICATO, Ermínia [et al]. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.



RESISTÊNCIAS E RUPTURAS



Os silêncios de ZH: o jornalismo público (des)coberto

Patrícia Milano Pêrsigo¹⁴⁴

Maria Ivete Trevisan Fossá¹⁴⁵

Resumo: As transformações do cenário contemporâneo de mídia lançam diversos desafios aos veículos de comunicação. A busca pela diversificação de produtos, formatos e pautas provoca, algumas vezes, silêncios no fazer jornalístico. Apesar desse contexto, entendemos persistir seu papel social, sua responsabilidade enquanto articulador e mediador dos discursos sociais. Nessa perspectiva, este artigo aborda a prática do jornalismo público, como aquele que prioriza a cidadania como valor notícia, a participação da audiência, o debate público e, assim, a constituição do veículo em uma efetiva esfera pública. Adotamos como objeto empírico o jornal Zero Hora, no qual realizamos observação sistemática não participante, entrevistas, análise documental e análise das reportagens publicadas. No jornal em questão, observamos que o bairrismo, o papel de *watchdog* e a rotina da editoria de relacionamento com o leitor representam silêncios em Zero Hora.

Palavras-chave: jornalismo público; Zero Hora; relacionamento com leitor;

1. Introdução

Os processos comunicativos passam por transformações principalmente a partir do advento e inserção da tecnologia digital desde atividades privadas até profissionais. Antigos papéis de produtores e receptores de conteúdos informativos tornam-se fluidos e intercambiam-se. O ciclo de notícias passa a ser de 24 horas por dia, sete dias por semana, vindos de contextos distantes temporal e geograficamente. A popularização de mídias móveis também provoca mudanças na forma dos conteúdos noticiosos, já que estes precisam adaptar-se às necessidades de leitores específicos em circunstâncias de mobilidade. Todas essas questões somadas à possibilidade de acesso a informações tanto da mídia tradicional, quanto de blogs e outros meios alternativos, coloca as

¹⁴⁴ Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Mestre em Comunicação Midiática (UFSM). Professora Assistente do Departamento de Ciências da Comunicação da UFSM, Campus Frederico Westphalen. E-mail: patricia.persigo@ufsm.br

¹⁴⁵ Doutora em Administração (UFRGS); Mestre em Comunicação Social (UMESP). Professora Adjunta do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. Atua na graduação de Comunicação Social e nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação e em Administração da UFSM. É tutora do PET Ciências Sociais Aplicadas da UFSM. E-mail: fossa@terra.com.br



organizações midiáticas frente a um contexto dinâmico e mercadologicamente diverso. Nesse cenário, a busca pela diversificação de produtos, formatos e pautas provoca, algumas vezes, silêncios no fazer jornalístico.

Os conteúdos midiáticos podem constituir-se como referência de nossas conversas diárias, provocar reflexões, conformismos ou até mesmo lançar dúvidas. Em alguns momentos, ensinam, difundem tendências, dão a conhecer ou apagam certas questões. Todos esses movimentos demonstram um complexo papel de atuação social da mídia. No entanto, o que vemos, diversas vezes, é um enumerar de acontecimentos acompanhado de um silenciamento da reflexão, das implicações de determinada situação, de possíveis providências e envolvidos no caso. Nesse patamar, fica delineada a relevância da atuação também social dos meios de comunicação.

Sob essa perspectiva, adotamos como tema deste artigo o jornalismo público (JP) na mídia impressa. Surgido nos Estados Unidos em meados dos anos 1990, é um movimento que busca estabelecer outro tipo de relacionamento com os públicos da mídia, em que a cidadania prevaleça como valor-notícia e os produtos midiáticos estejam orientados ao cidadão e ao desenvolvimento humano (SILVA, 2006). Tem como prioridade o debate social e o encaminhamento à deliberação e soluções como uma forma de concretização da responsabilidade social da mídia. Ao mesmo tempo em que essa corrente de práticas jornalísticas encontra-se voltada para uma efetiva atuação social da mídia, a ela também podem ser colocadas uma série de silenciamentos inerentes às rotinas jornalísticas atuais.

O presente artigo tem origem a partir da tese de doutorado intitulada “Pelas páginas de Zero Hora, o jornalismo público (des)coberto”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação¹⁴⁶ da Universidade Federal de Santa Maria, em abril de 2014. Para este artigo, temos como objetivo investigar os silêncios do jornalismo público percebidos em Zero Hora. Entendemos que, no dia a dia desse veículo, existem certos aspectos indicativos do jornalismo público, por outro lado, compreendemos ser possível, a partir do manifesto, identificar lacunas, falhas, fracas iniciativas ou até mesmo apagamentos de temas e pessoas envolvidas, por exemplo.

¹⁴⁶ Disponível em: www.ufsm.br/poscom.



Para tal proposta, adotamos como técnicas de levantamento de dados entrevistas semi-estruturadas, análise documental e observação sistemática não participante (MARCONI E LAKATOS, 2003). O *corpus* de pesquisa investigado está composto por 10 profissionais da gestão e produção do veículo, além de 15 matérias analisadas, segundo um roteiro elaborado pela autora. Iniciamos tratando sobre o jornalismo público, origem e perspectivas contemporâneas a partir dos autores Rosen (1996), Traquina (1999; 2003), Rothberg (2011), Ahva (2011), Haas (2006) e Silva (2002; 2006). No segundo tópico, delineamos nosso objeto, o Jornal Zero Hora, a partir das informações contidas em seu website¹⁴⁷, no Guia de Autorregulamentação e ética do Grupo RBS¹⁴⁸ e do Código de Conduta RBS¹⁴⁹. Por fim, apresentamos uma reflexão sobre os silenciamentos em Zero Hora.

2. Jornalismo público: origem e perspectivas contemporâneas

A gênese do JP dá-se na área política. Rothberg (2011, p. 153) menciona um movimento surgido nos Estados Unidos na década de 1990 como “uma resposta específica para os desafios enfrentados pelo jornalismo na atualidade”. O jornalismo passava por três tipos de indagações teóricas: “a influência das teorias do ‘comunitarismo’ [...], a crítica ao comportamento dos jornalistas perante a política e os políticos, [...] e a crise de credibilidade da imprensa e, em geral, dos *media* detectada através de estudos de opinião [...]”. Essas questões atuaram no sentido de mover jornalistas e demais indivíduos deste campo a refletir sobre sua forma de atuação e sobre sua própria profissão (MESQUITA, 2003, p. 21).

Também naquela década, os veículos de comunicação dos Estados Unidos estavam imersos em um período de eleições presidenciais e suas abordagens focadas em

¹⁴⁷ Disponível em: < <http://www.gruporbs.com.br/en/atuacao/zero-hora/>> Acesso em: 10 de janeiro de 2015.

¹⁴⁸ Disponível em: < http://www.gruporbs.com.br/wp-content/blogs.dir/1/files_mf/1393530357guiaética_pgsduplas.pdf> Acesso em: 5 de dezembro de 2014.

¹⁴⁹ Disponível em: < http://www.gruporbs.com.br/wp-content/blogs.dir/1/files_mf/1393530380Codigo_de_conduta_final_14_06_13_online.pdf> Acesso em 5 de dezembro de 2014.



enquadramentos e bastidores das campanhas, seus temas perpassavam erros e acertos deste ou daquele candidato frente à mídia. Essa exacerbada visibilidade da forma tomando espaço do conteúdo político eleitoral ocasionou um distanciamento dos cidadãos tanto da política, quanto dos jornais e telejornais. “A cobertura não teria abrangido quais propostas ou temas estavam em discussão na campanha, mas teria apenas focado como e por que motivo cada candidato teria mais ou menos chances de ganhar a eleição” (ROTHBERG, 2011, p. 154).

Para Costa Filho (2006), a cobertura das eleições presidenciais poderia ser interpretada muito mais como uma *corrida de cavalos*, um *jogo* ou uma competição do que propriamente como o processo fundamental de uma sociedade democrática. Essa abordagem jornalística atinge seu momento de saturação quando os próprios profissionais percebem que ao contrário de atrair os cidadãos à política, o que ocorre é um baixo comparecimento às urnas (ROTHBERG, 2011).

A frustração generalizada com a cobertura da campanha presidencial norte-americana desse ano, marcada pela publicidade negativa, pelas “oportunidades fotográficas” como a visita dos candidatos às fábricas de bandeiras e às bases militares, pelas polêmicas em torno de questões secundárias, em suma, pela superficialidade, reforçou outras críticas fundamentadas pelos estudos empíricos já realizados desde os anos 70 sobre o papel dos mídia na política (TRAQUINA, 1999, p. 173).

Nesse momento, presenciava-se não só essa postura da mídia, mas, na outra ponta, também teve início um movimento crescente de profissionalização das campanhas dos candidatos. Acreditamos que talvez esse novo cenário de negociação tenha representado um desafio para os profissionais do campo da mídia.

“O resultado, para os leitores, seria um quadro sem reflexo de suas preocupações com as soluções necessárias aos problemas da comunidade, e isto seria um forte incentivo à desconexão geral em relação à política” (ROTHBERG, 2011, p. 155). A informação jornalística, como matéria-prima para um posicionamento mais crítico e atuante socialmente, esvaziava-se nesse contexto de enquadramentos espetaculares ou



dramáticos visibilizados pela mídia. Dessa forma, jornais e telejornais dedicavam pouco espaço a temas como educação, saúde, segurança pública, etc. Logo,

a agenda das preocupações dos leitores parecia ter simplesmente desaparecido do noticiário. O significado do debate cívico, que deveria ser alimentado pela imprensa de acordo com as funções tradicionalmente atribuídas a ela, acabou subtraído por um noticiário movido por desconfiança permanente em relação aos temas eleitorais (ROTHBERG, 2011, p. 156).

Esse descompasso de agendas produziu não só o afastamento do público do comportamento cívico e cidadão, como também da própria mídia que passou a registrar baixos índices de tiragens e leitores. Esse cenário impôs às organizações midiáticas uma urgência de readequação de foco e até mesmo de políticas editoriais em que se via a necessidade de ouvir os leitores como forma de buscar um equilíbrio maior entre as agendas; da sociedade e da mídia. É em função desse movimento que Costa Filho (2006, p. 127) elucida a conduta de jornalistas e institutos de pesquisa de mídia, os quais “propunham uma nova atitude de relacionamento para com os usuários”. Assim,

Jornalismo público (ou jornalismo cívico) é um movimento de reforma jornalística americana e uma idéia na qual busca colocar a mídia mais próxima dos seus leitores e os leitores mais próximos da vida pública (HAAS, 2007 apud AHVA, 2011, p. 119)¹⁵⁰.

Obras que abordam o tema trazem em suas proposições teóricas formulações que perpassam termos chaves como cidadania, vida pública, engajamento cívico, qualidade de vida pública, debate, reconhecimento de temas de interesse público, entre outros. Essas questões já nos antecipam a amplitude das discussões que envolvem o Jornalismo Público, uma vez que, em seu cerne, estão aspectos essenciais à vida democrática em sociedade. É entender a democracia como um modo de vida e não apenas uma forma de governo (ROTHBERG, 2011).

¹⁵⁰ “Public journalism (or civic journalism) is an American-based journalistic reform movement and an idea which aims at connecting the media more closely with its readers, and readers with public life” (HAAS, 2007 apud AHVA, 2011, p. 119, TRADUÇÃO NOSSA).



Os jornalistas públicos partem da premissa de que é necessário reanimar o debate público, pois a informação por si só não é suficiente. É necessário interpelar o cidadão para que ele participe. Deste modo, propõe-se uma nova dinâmica da vida em sociedade, tendo a imprensa um fundamental papel não só como mediadora, mas como espaço de mediação. De simples observadores isentos, os jornalistas passam a ser atores (COSTA FILHO, 2006, p. 127).

O autor supracitado argumenta sobre os jornalistas como atores no sentido de atores sociais, aqueles que atuam em seu contexto e não como apenas observadores e relatores distantes do fato. Ao atuarem no JP, buscam constituir públicos vitais para o debate, a deliberação e o engajamento na busca pelas soluções. Não se trata unicamente de dar visibilidade aos temas, mas também promover a discussão e encaminhar possibilidades de deliberação. Podemos falar em uma outra postura cívica do jornalista em que seus objetivos são colaborar para que o debate público efetive-se e, assim, reforçar a cidadania (TRAQUINA, 1999).

Se partirmos das teorias do jornalismo de que este existe para narrar os fatos que ocorrem no espaço público, então é premente a existência de uma vida pública pulsante e que gere também um engajamento cívico nas questões e dilemas da gestão pública. Mais uma vez é interessante observarmos que o Jornalismo Público surge não como um novo jornalismo, mas como uma retomada da sua essência em consonância com os anseios e formações sociais. Para tanto, essa corrente tem como sua marca as seguintes mudanças:

1) Ir para além da missão de dar as notícias para uma missão mais ampla de ajudar a melhorar a vida pública; 2) deixar pra trás a noção do ‘observador desprendido’ e assumir o papel de ‘participante justo’; 3) preocupar-se menos com as separações adequadas e mais com as ligações adequadas; 4) conceber o público não como consumidores mas como atores na vida democrática, tornando assim prioritário para o jornalismo estabelecer ligações com os cidadãos (MERRIT, 1995 *apud* TRAQUINA, 2003, p. 13).

A noção de “ligação com os cidadãos” do livro de Jay Rosen (1996) resgata o cidadão como participante da vida pública e torna o trabalho jornalístico mais efetivo “na construção do espaço público mais vibrante e na resolução de problemas da comunidade” (TRAQUINA, 2003, p. 14). Essa contextualização mostra-se relevante para compreendermos que o jornalismo público não foi meramente uma nova corrente



surgida nos anos 90. Os preceitos e elementos que o compõem também estão presentes no próprio entendimento de esfera pública, sendo esta uma importante moldura para entender o papel do jornalismo na sociedade (AHVA, 2011).

Como esfera pública, o jornalismo dá a ver os acontecimentos ocorridos na sociedade, no entanto sabemos que, no contexto de mídia brasileira, nem sempre diversas vozes são ouvidas ou contextualizadas. Pressões políticas, jogos de poder, mudança de hábitos de consumo das notícias, aumento da concorrência com as mídias digitais são apenas alguns elementos que caracterizam o intrincado fazer jornalístico na contemporaneidade.

Se as mudanças, por vezes, acabam revelando a exigência de uma dinamicidade nas rotinas dos jornais, o que percebemos é um produto noticioso produzido a partir do imediatismo, do factual, consultando as mesmas fontes, com forma e conteúdos viciados. Nesse cenário, outras tantas vozes são silenciadas, fatos são ignorados, contextos são deixados. Dessa forma, entendemos ser relevante resgatar a prática do jornalismo público para que os silêncios sejam evitados. Assim, investigamos o jornal Zero Hora, jornal de maior circulação no RS, afim de perceber formas de manifestação e silenciamentos dessa prática.

3. Zero Hora: papel, digital, o que vier

Sob o slogan “Zero Hora: papel, digital, o que vier”, o jornal Zero Hora apresenta-se desde 1º de maio de 2014 à sociedade gaúcha, quando, então, completou 50 anos¹⁵¹. Sua história inicia-se em quatro de maio de 1964, inicialmente chamando-se “Última Hora”. Foi fundado pelo jornalista Samuel Wainer e, logo em seguida, foi substituída a palavra “Última” por Zero, intitulado-se então de Zero Hora. Nessa edição, anunciava sua proposta de ser um veículo gaúcho, livre de vínculos ou pressões políticas, existindo para representar o povo, seus direitos e reivindicações

¹⁵¹ A construção do objeto empírico aqui delineado deu-se tanto por fontes primárias e oficiais da empresa, quanto por fontes secundárias fruto de outros trabalhos de investigação científica em nível de mestrado e doutorado.



(LINDEMANN, 2014). O Grupo RBS¹⁵² tendo adquirido um jornal já existente decide manter o formato tabloide, contrariando a tendência nacional da época dos formatos *standard*.

Zero Hora foi o primeiro jornal diário do sul do país a adotar a tecnologia *off-set* de impressão em 1969, promovendo uma reforma no seu parque gráfico “que tornou extremamente competitiva a área industrial da empresa” (FACCIN, 2009, p. 10). No ano seguinte, o jornal passou por uma adequação de gestão e política editorial com vistas à conquista do público leitor e, também, à expansão de mercado. Fruto dessas mudanças, em 1982, o jornal Zero Hora supera o tradicional Correio do Povo e assume a liderança de tiragem no estado desde então (FACCIN, 2009).

Atualmente, o jornal Zero Hora conta com uma circulação de aproximadamente 185 mil exemplares diários. Nacionalmente, ZH configura-se na sexta posição entre os jornais de maior circulação do Brasil de acordo com a Associação Nacional dos Jornais¹⁵³ (ANJ) em dados de 2013. Nesse ranking, o veículo em questão é o primeiro do RS a aparecer na lista sendo precedido do Super Notícia de Minas Gerais, Folha de São Paulo, O Globo, O Estado de São Paulo e o Extra do Rio de Janeiro.

É interessante destacar que Zero Hora entrou na plataforma digital, inicialmente, com seu *website*, mas já, em 2009, lançou produtos em versão *mobile* (tablets, smartphones e celulares). Um aplicativo para leitura do jornal para *iPhone*, *blackberry* e celulares com o sistema *Android* foi lançado em 2011 e, nesse momento, o *website* de ZH passou por uma reformulação para incluir *links* do seu perfil nas redes sociais (LINDEMANN, 2014). A partir daí, são ofertados e organizados espaços para a participação do leitor, complementando os antigos recursos de contato via telefone ou

¹⁵² O Grupo RBS ou Rede Brasil Sul de Comunicação inicia sua atividade nesse setor em 1957, a partir do momento em que Jayme Sirotsky Sobrinho associa-se a já existente Rádio Gaúcha, sendo que, em 1960, seu irmão, Maurício, também entra como sócio no negócio de radiodifusão. Sua expansão veio em 1962 com a inauguração da TV Gaúcha e, em 1967, esta TV torna-se afiliada da Rede Globo de Televisão. Nos anos seguintes, foram várias aquisições em veículos de comunicação entre o RS e Santa Catarina e, em 2009, o Grupo inaugura seu parque gráfico com possibilidade de impressão de 20 jornais por segundo, 1250 por minuto e 70 mil por hora. De acordo com Fonseca (2008), esta organização conta com uma posição hegemônica no setor de comunicação da região sul do Brasil, detendo rádios, jornais, TV's e portais na internet.

¹⁵³ Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil>> Acesso em 30 de outubro de 2014.



carta, agora disponibilizando também ferramentas na plataforma digital como e-mail e perfis nas redes sociais on-line.

Em 1999, após um período de interlocução com os jornais mexicanos do Grupo Reforma, Jayme Sirotsky, então presidente do Conselho de Administração do Grupo RBS, voltou motivado a implantar, em ZH, o Conselho do Leitor. Para os diretores de ZH, o Conselho do Leitor seria uma abertura desse jornal tanto ao público, quanto aos demais veículos numa tentativa de “não perder o contato com a rua”¹⁵⁴. Já a partir do ano de 2012 foi criado o Conselho Virtual de Leitores¹⁵⁵.

Em 1º de maio de 2014, o jornal Zero Hora completou 50 anos. Para marcar o cinquentenário e responder a questões do mercado de mídia impressa, o qual vem passando por transformações com a inserção da tecnologia e mudanças nos hábitos de consumo dos leitores, ZH lançou a seu público um jornal transformado. São mudanças como “uma reformulação editorial, gráfica e de logotipo, além de novos aplicativos *mobile* e de um visual inovador na internet” registrou a matéria “Zero Hora celebra seus 50 anos”, publicada em 1º de maio no próprio veículo.

Com expressões que indicam um olhar para o futuro, conectado à tecnologia, a fim de atender a um público também em transformação, ZH promoveu mudanças na forma de organização do conteúdo. Das sete editorias antigas, hoje, o jornal apresenta quatro, sendo elas: notícias, sua vida, esporte e segundo caderno. O objetivo dessa mudança é não compartimentar a informação, publicar menos editorias, mas com conteúdo mais acurado e aprofundado¹⁵⁶.

3.1) Dados da pesquisa:

Este artigo parte do problema de pesquisa que busca investigar como o jornalismo público manifesta-se nas práticas de ZH? Entendemos que a partir do momento em que identificamos as manifestações de JP no referido veículo, também

¹⁵⁴ Trecho de entrevista concedida a Minuzzi (2007, p. 282).

¹⁵⁵ A partir dos 50 anos de ZH, o Conselho dos Leitores deixou de existir, uma vez que o veículo entende que, hoje, já existem diversos canais para diálogo, críticas e sugestões entre ZH e seus leitores.

¹⁵⁶ Informações disponíveis na edição de ZH de 1º de maio de 2014.



podemos perceber seus silenciamentos. Ou, ainda, as potencialidades de JP silenciadas. Para tal investigação, adotamos algumas técnicas de levantamento de dados como a entrevista semi-estruturada com gestores e repórteres do jornal¹⁵⁷, análise documental do Guia de ética e autorregulamentação jornalística RBS¹⁵⁸ (2011), do Código de Conduta RBS¹⁵⁹ (2013), das informações disponíveis no *Website* do Grupo RBS¹⁶⁰ e de ZH e no Guia da Mudança – ZH 5.0, caderno encartado no jornal Zero Hora, de 1º de maio de 2014.

Outra técnica de coleta de dados foi a observação sistemática não participante (MARCONI E LAKATOS, 2003). Nela, o pesquisador dirige-se a um determinado ambiente, o qual acredita ser rico em informações nem sempre explícitas em documentos ou falas e, partindo de objetivos próprios, realiza a observação do (s) momento (s). O período adotado foi de uma semana, de segunda à sexta-feira, entre os dias 20/10/2014 a 24/10/2014, nas reuniões de pauta de Zero Hora e junto à editoria de Relacionamento com o Leitor. Somando-se a esse cenário de pesquisa, também realizamos uma análise¹⁶¹ de reportagens da editoria de notícias.

3.2) Pelas páginas de Zero Hora

Zero Hora mostra-se como um veículo de comunicação atento às mudanças de mercado, econômicas e tecnológicas. O jornal conta com a editoria de Relacionamento com o Leitor, a qual também é a responsável pela interação com os leitores nas redes sociais on-line, bem como pelas sugestões de pautas vindas por outros meios, como

¹⁵⁷ A seleção dos profissionais para as entrevistas deu-se, principalmente, pela questão da disponibilidade em participar. Ao mesmo tempo, também esclarecemos que partindo da nossa proposta de entender o JP na gestão, produção e produto, alguns cargos foram identificados na estrutura organizacional de ZH e justamente por representarem estas etapas do processo produtivo foram incluídos no *corpus* da pesquisa.

¹⁵⁸ Disponível em: < http://www.gruporbs.com.br/wp-content/blogs.dir/1/files_mf/1393530357guiaética_pgduplas.pdf> Acesso em 07 de junho de 2014.

¹⁵⁹ Disponível em: < http://www.gruporbs.com.br/wp-content/blogs.dir/1/files_mf/1393530380Codigo_de_conduta_final_14_06_13_online.pdf> Acesso em: 07 de junho de 2014.

¹⁶⁰ Disponível em: < <http://www.gruporbs.com.br>> Acesso em 07 de junho de 2014.

¹⁶¹ Análise realizada segundo roteiro elaborado pela pesquisadora com base em Lindemann (2014). Ao todo foram analisadas 14 reportagens segundo uma semana escalonada de 29/09/2014 à 16/11/2014.



telefone e cartas. Porém, embora exista uma abertura do veículo a essas pautas vindas dos leitores, ainda assim existe uma “fiscalização editorial”. Isto é, um recebimento de conteúdos para utilização com objetivos editoriais específicos.

A observação sistemática não participante mostrou uma audiência de participação ativa, manifestando-se por diversos meios. No entanto, existe um gargalo interno à redação. É a própria equipe da Editoria de Relacionamento com o Leitor, um grupo pequeno (quatro jornalistas), de posicionamento reativo frente à interação com leitores e não leitores e com uma rotina pouco sistematizada. Acompanhando o dia a dia desses profissionais, foi possível perceber algumas táticas sendo colocadas à audiência de ZH, o que acaba contribuindo para uma não constituição de públicos vitais para o debate de temas de interesse público e para o não agendamento. Nesse sentido, também fica enfraquecida a correspondência de agendas, pública e midiática, já que a principal forma de ouvir o público leitor está “limitada”. Nesse aspecto, percebemos a simulação de uma abertura ao diálogo por meio da Editoria, a qual, na verdade, silencia a maior parte de seus interagentes (leitores e não leitores).

Depoimentos colhidos destacam a importância da credibilidade de ZH, bem como do seu fortalecimento como marca. Observamos uma preocupação com a confiança despertada pelo jornal, principalmente, em sua comunidade. O fortalecimento de marca, mencionado diversas vezes, mostrou-se no patamar de um objetivo mercadológico da organização Zero Hora. São diversas as forças que se interpõem a essas organizações e isso, o modelo de negócio, acaba algumas vezes sobrepondo-se à vertente jornalística. Aqui, entendemos que o discurso do “fortalecimento da marca” de ZH constitui-se como um objetivo organizacional de correspondência mercadológica.

Percebemos algumas aberturas de ZH, ainda que limitadas, que possibilitam a interação do leitor, como, por exemplo, os e-mails, telefones e nomes dos jornalistas publicados no impresso (figura 1); a própria editoria de Relacionamento com o Leitor, assim como as redes sociais do jornal (figura 2), que são espaços de entrada – digamos assim – do leitor na redação, mesmo que de forma simbólica.



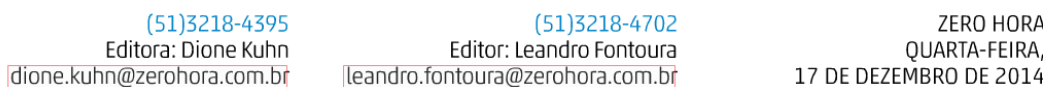


Figura 1: contatos publicados junto às matérias no impresso.

Fonte: ZH, 17/12/2014.



Figura 2: contatos da editoria de Relacionamento com o Leitor em ZH impressa.

Fonte: ZH, 17/12/2014.

O silenciamento nesse cenário é que a interação ocorre, mas não necessariamente sobre temas, pautas ou iniciativas que venham ao encontro do jornalismo público. E, ainda, não necessariamente atuam na colaboração da definição da agenda midiática. Os próprios jornalistas entrevistados assinalaram que, diversas vezes, são contatados pela audiência, mas que nem sempre suas sugestões/opiniões são passíveis de constituírem-se como pautas. Aqui, residiria, então, o papel de espaço de mediação que não vem sendo desempenhado de forma constante por ZH. Além disso, também acreditamos que cabe ao veículo constituir públicos vitais para o debate, mas esse seria um objetivo buscado ou silenciado pelo veículo?

Vale lembrar ainda que, segundo os preceitos do JP, cabe ao jornalismo informar, mas também formar sua audiência. Longe do extremismo de delegar ao jornalismo uma completa responsabilidade pela formação cidadã dos indivíduos, entretanto, compreendendo a dimensão do seu papel de porta-voz da sociedade, de



representante do interesse público, questionamo-nos se, no caso de ZH, isso não está ocorrendo de forma contínua, então cabe a quem essa função nos dias de hoje?

Outra questão que acreditamos representar um silenciamento de ZH refere-se ao bairrismo. De acordo com o Guia de Autorregulamentação jornalística do Grupo, a cobertura de pautas locais, do RS, é um dos focos dos seus veículos. Entendemos que ao contrário da exaltação cega do “somos bons, por que somos gaúchos” caberia ao veículo olhar para as mazelas, possibilitar que venham a tona e estimular que os indivíduos reconheçam-se com vistas a uma mobilização para a resolução de problemas e questões sociais. Além disso, ocorrendo o bairrismo de forma exacerbada a audiência de ZH está sendo estimulada a olhar a “parte” em detrimento do “todo”, do nosso país.

Como foi apontado anteriormente, a “chegada” da audiência no jornal dá-se principalmente pela Editoria de Relacionamento com o Leitor, além dos e-mails pessoais dos jornalistas quando publicados acompanhando as matérias. No entanto, essa editoria constitui-se, hoje, ao nosso ver, no *gatekeeper* de Zero Hora, uma vez que, por diversos motivos (falta de pessoal, gestão ou competência para tal atividade), a equipe atual “filtra” as manifestações vindas da audiência dentro de suas possibilidades de tempo e outras demandas internas; uma audiência não conhecida, já que, pelos depoimentos, fica clara a falta de uma maior apuração do perfil dessas pessoas.

Outro silenciamento nas páginas de ZH refere-se ao fato de que, normalmente, as reportagens analisadas que apresentaram traços de JP faziam referência a questões de responsabilidade do poder público, assim percebemos uma ausência de matérias problematizadas envolvendo, por exemplo, questões da iniciativa privada.

4. Considerações finais

Compreendemos que o fazer jornalístico é marcado por constantes escolhas, seleção de fatos, enquadramentos e apagamentos. No cenário contemporâneo da mídia impressa, percebemos uma constante busca de reposicionamento dos veículos de comunicação como forma de responder à mudança de hábitos de consumo da audiência, a popularização das ferramentas de produção de conteúdo e a velocidade da circulação



da informação. O jornal Zero Hora também passa por essas questões e, em seu dia a dia, lança mão de estratégias que correspondem ao seu negócio jornalístico. Talvez possamos arriscar dizer que os silêncios de hoje não necessariamente foram os mesmos de ontem ou serão os de amanhã. E esse cenário mostra justamente que essa indefinição também pode representar correspondência com o atual momento do jornalismo impresso.

Neste artigo, trouxemos a proposta do jornalismo público como forma de identificá-la como uma resposta possível ao contexto delineado anteriormente. Nessa perspectiva, percebemos que as práticas de jornalismo público ocorrem aleatoriamente, sem planejamento, não chegando a constituírem-se como políticas editoriais de ZH. Como silenciamentos, identificamos o diálogo/escuta do leitor, uma vez que este não chega a constituir-se como colaborador na produção e definição das pautas de ZH. O bairrismo surge supervalorizando o estado do RS, silenciando questões que também são nacionais e/ou contextos mais amplos. E, por fim, percebemos que o veículo ao desempenhar a função de *Watchdog* do espaço público acaba questionando e expondo em maior número as questões relativas ao poder público, silenciando questionamentos à iniciativa privada.

Assim, temos o que Ahva (2011) comenta que os cidadãos estão envolvidos num monitoramento do ambiente, porém, dado aos silenciamentos de ZH, esses indivíduos não necessariamente chegam a ter acesso ao veículo, o que, conseqüentemente, impede ZH de constituir-se como esfera pública de forma constante. Esse cenário é o que Haas e Stainer (2001) apontam como aquele veículo de comunicação que não está verdadeiramente comprometido com o JP, então o que ele promove é um falso senso de participação. Para os autores, isso acarreta uma fragilidade na tentativa de relação mais próxima entre jornalismo e cidadãos.

Dessa forma, podemos dizer que o JP em ZH manifesta-se dependendo de uma série de aspectos como: o perfil do profissional, do repórter que escreve a matéria, do



tema, do espaço, das negociações internas, da concorrência com outras pautas. Essas questões são outros tantos “*Gates*¹⁶²” que moldam a notícia como produto final.

No caso de ZH, o que observamos, a partir desses indicadores, é uma potencialidade de prática que disputa espaço com as transformações que passa a mídia impressa frente à popularização dos aparatos tecnológicos e, conseqüentemente, com as dinâmicas de mercado (custos, mudanças de hábitos de consumo, concorrência, responsabilidade social...). A prática do jornalismo público em ZH ora coberto ora descoberto também não deixa de representar um silenciamento do veículo quanto à adoção dessa corrente como política editorial.

5. Referencial Bibliográfico

AHVA, Laura. **What’s public in public journalism?** Estudos em Comunicação n°9, 119-142 Maio de 2011.

COSTA FILHO, Paulo Celestino da. Jornalismo Público: por uma nova relação com os públicos. **Revista Organicom**, ano 3, número 4, 2006.

FACCIN, Milton Júnior. Zero Hora, a voz que une os gaúchos. **7. Encontro Nacional de História da Mídia**. Fortaleza, CE. 19 à 21 de agosto de 2009.

HAAS, Tanni. The Practice of Public Journalism Worldwide: A Comprehensive Overview. **International Journal of Communication** 16.1-2: 5-20. (Books and Publications: Peer Reviewed Article), 2006.

HAAS, Tanni; STEINER, Linda. **Public Journalism** a reply to critics. London: Sage Publications, 2006.

LINDEMANN, Cristiane. **O jornal Zero Hora e seus leitores no contexto da convergência jornalística**. 249 fl. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

¹⁶² Portões (tradução nossa).



MERRITT, Davis Jr. **Public Journalism and Public Life**: why telling the news is not enough. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1995.

MESQUITA, Mário. As Tendências Comunitaristas no Jornalismo Cívico. *In*: TRAQUINA, Nelson; MESQUITA, Mário (org.). **Jornalismo Cívico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

ROSEN, Jay. **Getting the connections right**. New York: A Twentieth Century Fund Essay, 1996.

ROTHBERG, Danilo. **Jornalismo Público**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SILVA, Luiz Martins da. **Jornalismo Público**. Brasília: Casa das Musas, 2006.

SILVA, Luiz Martins da. **Jornalismo Público**: o social como valor-notícia. *In*: COMPÓS. GT de Políticas e Estratégias de Comunicação da Compós, 2002.

TRAQUINA, Nelson, (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e estórias. 2 ed. Lisboa: Veja, 1999.

TRAQUINA, Nelson; MESQUITA, Mário (org.). **Jornalismo Cívico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.



Quem Fala E Quem Cala Em Claudia E TPM: Questões Sobre Raça E Gênero

Gabrielle Vívian Bittelbrun¹⁶³
Simone Pereira Schmidt¹⁶⁴

Resumo: As revistas femininas são creditadas como um espaço para as mulheres se verem e serem vistas, como canais para falarem e se ouvirem. Mas um olhar mais atento sobre as publicações *Claudia* e *TPM*, consolidadas no mercado editorial brasileiro, pode sugerir que nem sempre esses veículos são tão igualitários como propõem. Tendo como base a análise das últimas edições especiais sobre racismo dos dois títulos, pretende-se considerar como as negras aparecem e o modo com que é apresentado o que seria a categoria “mulheres”. Com o apoio de autores como Spivak (2010), Castro-Gómez (2007), entre outros, intenta-se estimular o debate sobre aspectos de gênero e raça, interrogando-se se os processos de escolha das publicações não envolveriam uma exclusão de indivíduos, que despontariam como subalternos.

Palavras-Chave: Revista *Claudia*. Revista *TPM*. Gênero. Raça. Subalternidade.

1. Introdução e problematização

Tanto *Claudia* como *TPM* têm seu valor ao se voltarem para as mulheres, que podem ser admitidas como subalternas no contexto social, à medida em que “não há valor algum atribuído à ‘mulher’ como um item respeitoso nas listas de prioridades globais” (SPIVAK, 2010: 126).

No entanto, é preciso considerar como são representadas, no sentido de “falar por” e no sentido de “performance ou encenação”, admitidos por Spivak (2010), as negras nessas revistas em questão. Estudos como de Bahri (2013) apontam que as negras têm sido silenciadas nos discursos, impondo-se sobre elas o título de “outro”, mesmo nos espaços que poderiam ser de problematização, como os de discussão feminista. Nesse sentido, busca-se “destacar aspectos invisibilizados e contraditórios

¹⁶³ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo pela mesma instituição (2011) e jornalista pela Universidade Estadual Paulista (2008).

¹⁶⁴ Professora do Programa de Pós-Graduação em Literatura da UFSC, pós-doutora em Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Nova de Lisboa (2005) e em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa pela UFF (2011-2012), doutora em Teoria Literária pela PUC-RS (1997).



das narrativas dominantes, que, paradoxalmente, também são reproduzidos por algumas correntes de pensamento feminista” (SIMPSON, 2012: 39) e, como se acredita, mesmo nas publicações jornalísticas voltadas ao público feminino.

*Claudia*¹⁶⁵ é a revista feminina mais antiga em circulação no Brasil a manter o mesmo formato¹⁶⁶, e firmou-se sobre a proposta de liberação do gênero, exaltando ideais como da mulher no mercado de trabalho ou defendendo métodos contraceptivos, direcionamentos considerados subversivos em décadas anteriores. Ao mesmo tempo, sempre se autopromoveu como “parceira” da leitora, sugerindo-se que a revista não deixaria de trazer inquietações de um suposto universo feminino. De um outro lado, viria *TPM*¹⁶⁷, com o indicativo de se contrapor aos estereótipos relacionados à figura feminina. Para tanto, a revista se valeria de enfoques diferenciados e assuntos polêmicos, como homossexualidade, violência sexual e feminismo. “Trip Para as Mulheres” sugere um veículo destinado a uma categoria específica que encontraria naquelas páginas matérias que se distanciariam daquelas encontradas na maior parte dos outros títulos das bancas (TRIP, 2014).

Claudia e *TPM* se enquadram em um formato com produção e difusão mediadas de um conjunto ordenado de textos que, com periodicidade regular, não apenas informa, mas entretém e faz compartilhar referências, designa uma manifestação simbólica com linguagem e suporte, podendo ser caracterizado, portanto, seguindo-se o pensamento de Fontcuberta (2002: 28), como jornalismo.

Admite-se que tais veículos jornalísticos operam pela consagração do que é considerado o “certo”, pela repetição do que é considerado o “normal”, mas também atuam na depreciação de formas de ser e agir, com o que não é colocado nas páginas, o que merece ser analisado.

¹⁶⁵ Criada em 1961, *Claudia* “abrasileirou” as tendências por meio de estúdios próprios para as fotografias de moda, de decoração e para os testes das receitas de culinária, que até então eram apenas reproduzidos de outros países.

¹⁶⁶ Em relação às revistas femininas em circulação, *Capricho* e *Manequim* são as mais antigas. No entanto, as duas já sofreram grandes reformas editoriais, mudando o seu enfoque (MIRA, 2001).

¹⁶⁷ A *TPM*, da Editora Trip, foi lançada em 2001 para trazer um “conteúdo inovador” e ir “na contramão” do que é trazido pela maioria das outras publicações voltadas para as mulheres (TRIP, 2014). Versão feminina da revista Trip, *TPM* tem uma tiragem de cerca de 36 mil exemplares por mês, segundo o site da Editora.



Assim, o estudo dessas duas produções culturais, referenciais no mercado editorial brasileiro pela tiragem expressiva ou pelo tempo de publicação, poderá denunciar formas de poder com as quais trabalham, vislumbrando-se também aspectos vigentes na sociedade na qual se inserem e dando pistas de como falas e silêncios são produzidos.

2. Método e *corpus*

Nestas discussões, pretende-se considerar capas, editoriais e matérias jornalísticas¹⁶⁸ de destaque de dois exemplares de *Claudia* e TPM que têm como foco o combate ao racismo e, por isso, evidenciariam mais claramente os posicionamentos dos veículos sobre o tema. A edição de setembro de 2009 de *Claudia* e de abril de 2014 de TPM foram as últimas, das mencionadas publicações, dedicadas principalmente ao combate à discriminação racial, trazendo personagens negras da capa às matérias jornalísticas principais e editoriais. Por isso, é importante observar como figuras das brancas e das negras foram apresentadas não só nos espaços de mais destaque das publicações como também de um modo geral nesses exemplares determinados.

Em tal processo, ancora-se em estudos como de Bahri (2013), Simpson (2014), Restrepo e Rojas (2010), Foucault (2002), entre outros que possam contribuir para a discussão sobre como os discursos são produzidos, bem como o que destacam, o que ficam de fora de linhas e imagens e quais podem ser as consequências do que é trazido nas páginas. Não se ignoram ainda os recursos jornalísticos utilizados e outras edições convencionais, a fim de se compararem aspectos gerais.

Espera-se, com isso, avaliar o modo com que meios de comunicação que se dizem democráticos, inovadores e porta-vozes trazem as mulheres, além de que mulheres seriam essas, o que dizem delas e para elas e como as deixam falar.

¹⁶⁸ Neste trabalho, destaca-se matéria jornalística como o que, para Fontcuberta (2002: 80), “serve para dar a conhecer os fatos e o que dá a conhecer as ideias”. Afinal, a liberdade textual e temática de *Claudia* faz com que nem sempre suas matérias possam ser consideradas reportagens, como construções que, para Lage (2003: 112), atendem aos requisitos de contar com diferentes fontes, em uma “exposição que combina interesse do assunto com o maior número possível de dados, formando um todo compreensível e abrangente”.



3. O racismo e seu combate em *Claudia* e *TPM*

É inegável o valor das revistas femininas no Brasil, proporcionando o acesso a informações a um público que, até meados da década de 1960, tinha pouco espaço no mercado de trabalho e na política, como destacou atentou Mira (2001). Por meio de textos como da colunista de *Claudia* Carmen da Silva, então, a mulher seria incentivada e procurar emprego e conquistar a própria independência financeira. Porém, é necessário lembrar Spivak (2010), para quem falar pelas mulheres, como subalternas, nem sempre implica em falar pelas marginalizadas ou pelas silenciadas de um modo geral.

Por isso, toma-se como ponto de partida para reflexões edições especiais das revistas *Claudia* e *TPM* sobre o combate ao racismo. Entende-se racismo como um “complexo de ideias, imagens, valores, atitudes e práticas sociais, que operam com base na ideia de raça galvanizando assim as relações entre dominadores e submetidos” (RESTREPO; ROJAS, 2010: 116). Como complementa Castro-Gómez (2007), o racismo é um padrão que apela para uma suposta distinção e hierarquia de ordem biológica. Nesse processo, privilegia determinados grupos e silencia outros, relegando-os ao que pode ser considerada uma subalternidade.

No exemplar de setembro de 2009 de *Claudia*, que pede pelo fim do racismo e prega por uma igualdade, a publicação não se distancia de seu formato convencional. Na capa, uma modelo com uma caprichada produção de figurino, cabelo e maquiagem exhibe sua figura esguia. O único aspecto que parece denunciar que se trata de uma edição especial sobre o combate à discriminação, além das chamadas da primeira página, é a cor negra da pele da atriz Taís Araújo.

No editorial de *Claudia*, a então diretora de redação, Marcia Neder, fala do exemplar em questão como um “manifesto anti-racista”. Para ela, o combate à segregação racial deve ser ensinado aos filhos e ser um legado passado a todos, “sejam brancos, amarelos, vermelhos ou negros” (CLAUDIA, 2009: 10). Marcia, como figura responsável pelo veículo, assume a postura de porta-voz das mulheres. Essa pressuposição do gênero como grupo unificado, homogêneo, que poderia ser



representado por uma só mulher – e branca –, vem sendo amplamente contestada em estudos feministas.

A autora Judith Butler (2008: 20) ressalta que a ideia de gênero, assim como de sexo, não pode ser dissociada das intersecções políticas e culturais sobre as quais é produzida e sustentada. Longe de ser coerente ou natural, então, o conceito de gênero é decorrente da maneira como a mulher é construída socialmente. Não passariam, desse modo, de individualidades impostas, atribuições arbitrárias, procedentes de múltiplos setores sociais a todo o tempo, com colocações que operam inclusive sob eixos de dominação e exclusão.

Apesar de se atestar como representativa de um gênero, então, *Claudia* constantemente forma esse gênero, com sugestões que passam dos cuidados de beleza à conquista do homem, e supostamente seriam de um “interesse feminino”. Nesse percurso, tanto não é explicitada em discurso a arbitrariedade dessas colocações como não são mencionadas as supressões de indivíduos que as tornam possíveis. Desse modo, o editorial de moda com a modelo magra e branca (CLAUDIA, set., 2009: 172-183) ou a matéria sobre como conquistar e manter o homem certo (IDEM: 152-156), neste mesmo exemplar especial, revelam, por exemplo, que seduzir os homens deve estar entre as preocupações e que um corpo magro e branco está entre os referenciais de beleza.

Certamente, como veículo que deve atingir a maior massa de leitores possível e, ao mesmo tempo, por ser segmentado, afirmar seu direcionamento a um grupo específico, que compartilharia os mesmos interesses, a revista precisa, até algum ponto, trabalhar com generalizações e delimitações. Porém, o que se nota é uma delimitação constante de comportamentos e modos de ser que culminam na exclusão de quem não se enquadra nesses padrões.

Como complementa Brah (2006), o signo “mulher” tem sua própria especificidade constituída dentro e por meio de configurações historicamente específicas de relações de gênero, de modo que vem a simbolizar, nos discursos, trajetórias, circunstâncias materiais e experiências culturais históricas particulares. Portanto, nem a mulher de *Claudia* ou de *TPM* pode ser uma só e nem estruturas de



classe, racismo e sexualidade podem ser tratadas como “variáveis independentes”, como se pressupõe ao se produzir uma edição especial de combate ao racismo. Afinal, a opressão de cada uma dessas variáveis está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela. A mulher negra sentirá o fluxo intenso determinado tanto pelas vias do gênero ao qual pertence, mas também pela sua raça, classe e por suas demais localizações.

De qualquer maneira, a edição especial de *Claudia* elege a visão de celebridades, personalidades e famosas para tratar da temática racial. Na matéria de capa, está Taís Araújo, que “treinou cedo suas respostas ao preconceito” e “batalhou” até conquistar espaço na televisão, conta sua trajetória (CLAUDIA, set., 2009: 48-52). O destaque à insistência da atriz em lutar por sua carreira denuncia uma abordagem que chega a minimizar os impactos do racismo no país, ao sugerir que, com determinação e talento, é possível vencer a discriminação e se tornar uma estrela da televisão.

Nas páginas seguintes, seguem-se depoimentos e opiniões de pessoas negras sobre questões raciais: “É ótimo ter a primeira heroína negra, Taís Araújo, na novela das 9. Seria mais maravilhoso ainda se não fosse notícia. O fato de ser notícia revela o nosso estágio no combate ao racismo: estamos engatinhando”, afirmou a atriz, cantora e poetisa, Elisa Lucinda (CLAUDIA, set., 2009: 57). Das 24 pequenas falas, apenas dois são de pessoas “comuns”, que não se enquadram na titulação de celebridades, ativistas ou políticos. Um pequeno texto, de meia página, finaliza essa matéria principal, mencionando possíveis origens do racismo e apontando a diferença salarial entre negros e brancos.

Os breves depoimentos podem causar certo impacto ao público e promover questionamento sobre o tema. Contudo, nota-se uma superficialidade em relação à abordagem, de forma que a menção ao fim do racismo, no total, fica restrita a 13 páginas seguidas¹⁶⁹ das 226 páginas totais do exemplar em questão. Após esse “especial”, a revista segue com os assuntos abordados em todas as edições, como editoriais de moda, sugestões de maquiagem, de viagem, dicas de como cuidar dos filhos, de bichos de estimação, etc.

¹⁶⁹ Nessa contagem, foram excluídas as páginas de anúncio entre as matérias.



A temática racial e a própria apresentação das mulheres com tom de pele escuro está de tal modo restrita àquele espaço determinado que em nenhuma matéria seguinte do exemplar, seja editorial de moda ou matéria de viagem, encontra-se uma outra negra. Depois dessa edição, Camila Pitanga estaria na capa em abril de 2010, sendo seguida por um hiato de negras na primeira página, interrompido por Taís Araújo somente no exemplar de agosto de 2012 de *Claudia*¹⁷⁰.

Em *TPM*, notam-se tentativas de diferenciação do veículo desde as capas, o que não foi diferente na edição especial pelo fim da discriminação racial. O vestido volumoso rosa, aliado ao sorriso aberto de Taís Araújo, intensamente maquiada, e aos recursos gráficos que deram uma aura alegre na edição de *Claudia* contrapõem-se de forma contundente à capa do exemplar de abril de 2014 de *TPM*.

Nesta última, a atriz Juliana Alves aparece toda de preto, com expressão séria. A figura da atriz é acompanhada por um fundo cinza e pela frase “ser negra no Brasil é (muito) f*da”. O cabelo preso de Juliana, em oposição às madeixas soltas de Taís, contribui para complementar o caráter de seriedade do assunto a ser tratado¹⁷¹. Nas páginas da edição, *TPM* se destaca por trazer mais de 50 mulheres que discutiriam o que é “enfrentar o racismo e o machismo ao mesmo tempo” (*TPM*, abr., 2014: 6), evidenciando um debate que, diferentemente do proposto por *Claudia*, não levaria em conta apenas uma localização do indivíduo.

O editorial dessa edição de *TPM*, assinado pelo diretor editorial, Fernando Luna, traz estatísticas que comprovam as desigualdades sociais enfrentadas pelas negras e revela que elas “costumam nascer diante de um Himalaia de desigualdades históricas” (*TPM*, abr., 2014: 6). Para ilustrar, a foto da sobrinha da atriz Juliana Alves, Lara, de 9

¹⁷⁰ Após a edição de 2012, Taís Araújo mais uma vez seria a negra escolhida por *Claudia* para estampar a capa, longos dois anos depois, na edição de agosto de 2014. Nesse exemplar mais recente, a atriz falaria novamente sobre sua vida pessoal. A menção ao racismo, enfrentado desde a infância, é feita de forma bem similar à entrevista da edição de 2009, inclusive em respostas a perguntas bem parecidas. Olhando-se para as *Claudias* dos últimos oito anos, nota-se que Taís Araújo e Camila Pitanga se tornaram as únicas negras ícones da primeira página, como se não existissem outras personalidades com tom de pele mais escuro que merecessem esse lugar privilegiado.

¹⁷¹ A revista traz duas capas diferentes nesta edição: uma focada no rosto sério da atriz Juliana Alves e outra que mostra o corpo inteiro da personalidade. Mas as duas mantêm as mesmas características gerais destacadas aqui. No mesmo mês, a versão masculina da revista trouxe o lutador Anderson Silva na capa, acompanhado da frase: “ser negro no Brasil é f*da”. Na edição masculina, 70 pessoas, na maioria homens, dão seus depoimentos sobre como o país é racista.



anos, aparece séria, sem maquiagem, com o cabelo solto, aparentemente natural, sem alisamentos ou penteados: “(queremos que) Lara possa ser o que quiser na vida, sem tanto sofrimento” (TPM, abr., 2014: 38-39). A matéria é composta pelo depoimento, de uma página inteira de Juliana, seguido por uma série de confissões e impressões, de pessoas comuns e personalidades, a maioria mulheres, que sofreram com o racismo, além de matérias diversas relacionadas ao tema, como sobre cabeleireiras especializadas em cabelos afro.

Assim, a temática racial concentra-se da página 38 à 69¹⁷², de um total de 98 desse exemplar. A apresentação de negras se seguirá ainda em páginas seguintes, em editorial de moda e em crônica da mesma edição. Pode-se considerar, então, que a edição de TPM garante méritos. Pode-se supor que a revista não apenas fala das negras, como criticaria Spivak (2010), mas dá condições para que elas possam falar.

Por outro lado, questiona-se se TPM, assim como *Claudia*, não traz direcionamentos que manteriam esse grupo racial como o “outro”, enquanto as brancas seriam o “eu”, o padrão da normalidade e da regularidade. Em *Claudia*, esses direcionamentos ficam evidentes pela insistente repetição das figuras brancas, por exemplo. Já em TPM, ao se observar essa edição especial, nota-se que, embora a revista traga personagens de diversos meios, a grande maioria das falas parte do pressuposto do preconceito que enfrentam ou enfrentaram. As dificuldades que tiveram em relação ao mercado de trabalho, o tratamento diferenciado na escola, as humilhações em situações cotidianas e etc. são o mote principal da maior parte das matérias sobre o tema e praticamente único motivo de se conferir espaço às negras.

A consulesa da França no Brasil, Alexandra Loras, por exemplo, relata: “quando vou em algum jantar, sinto as socialites me farejando, sem entender como e por que eu estou ali” (IDEM: 56). Não seria a questão da subalternidade um caminho de legitimação da apresentação das negras na edição especial? O único depoimento que parece destoar dessas premissas é o de Elisa Freitas, a primeira negra eleita Miss Santa Catarina, que diz “nunca ter sido tratada diferente” pela cor da pele (TPM, abr., 2014: 44).

¹⁷² Não há anúncios entre essas páginas.



É de se supor que a própria exposição, no enfoque da inferioridade, reforce, em alguma medida, uma concepção ficcional e simplista das negras, como exclusivamente relegadas ao preconceito, como se não existissem senão por esse aspecto. A posição ocupada pelo sujeito, seja racial, de classe, de gênero, não pode associá-lo à vitimização, sob pena de se cair justamente na postura ideológica imperialista que se critica.

Acredita-se que retratar a negra que não pela ligação ao racismo e ao preconceito sofridos poderia trazer contribuições no sentido de deslocá-la desse local inferiorizado, de “outro”, na qual ela pode se encontrar nos discursos. Essa proposta, apontando-a como agente e seguindo uma intervenção política, deveria ser aplicada não somente em edições especiais de revistas, mas também como prática vigente nas publicações.

Tanto nessas edições especiais como em uma breve observação de exemplares convencionais, encontra-se a branca em editoriais de moda, em matérias sobre como cuidar da saúde, dos filhos, ao mesmo tempo em que é problematizado o seu salário inferior em relação aos homens e o peso sobre si de convenções sociais como o casamento, entre outros aspectos. Por que, então, a negra estaria restrita quase exclusivamente à abordagem sobre o racismo que encara, mesmo em uma edição dedicada a ela?

Como já foi apontado, cada indivíduo não traz consigo apenas um título e nem remete a apenas um lugar, mas a vários; são muitos os rótulos que se têm de uma só vez e que precisam ser questionados, por não serem naturais e para se encontrarem formas de liberdade.

4. Últimas considerações

Se não é conferido valor à mulher nos contextos sociais, como ressaltou Spivak (2010), no caso das negras, isso se dá de forma ainda mais determinante, já que elas não encontram o mesmo espaço que as brancas nem nos canais voltados para o público feminino, como se observa em análises de *Claudia* e *TPM*.



Quando se tratam de edições especiais sobre o combate ao racismo, nota-se um esforço por parte das publicações para evidenciar a representatividade das negras, em exemplares que se autodeclaram democráticos. Na prática, os veículos pecam ou por contradizerem esses próprios ideais igualitários, como faz *Claudia*, ao propor o fim do racismo em 2009 e manter as negras como exceção nas páginas, ou por vitimizarem o grupo, reforçando sua associação com o sofrimento contínuo, como sugere TPM, na edição especial de 2014.

Como expôs Simpson (2012: 34), em um debate sobre a dimensão feminina dentro do contexto biopolítico contemporâneo, e fazendo referência a Miskolsi, “não basta reivindicar visibilidade, é preciso também questionar que tipo de visibilidade queremos”. Acredita-se, então, que, colocar as negras como eternas vítimas na sociedade não vai trazer avanços para a causa anti-racista. Também não vai contribuir para essa causa passar uma edição inteira sem uma negra entre as personagens ou estampar na capa uma atriz negra a cada dois anos e loiras no restante dos exemplares. Tentativas de fazer com que as negras deixem o seu lugar de subalternidade também nas revistas passa por se criarem espaços discursivos para que elas possam falar e serem apresentadas de maneira não inferiorizada ou estereotipada. As revistas voltadas para as mulheres podem ser um espaço para se desfazerem ideias como a de que, com determinação, os preconceitos de raça ou de gênero podem ser superados, o que foi a tônica da matéria de *Claudia* (set., 2009: 48-52) com Taís Araújo e apenas coloca sobre o indivíduo uma suposta responsabilidade da discriminação que sofre.

Seria possível argumentar que os meios de comunicação de massa se autoalimentam e, nesse sentido, a cantora ou a atriz famosa na televisão serão aquelas que aparecerão também nas páginas de revista. No entanto, mesmo essa pouca visibilidade das negras nos demais meios midiáticos não justificaria que Taís fosse praticamente a única negra celebridade lembrada por *Claudia*, por exemplo. No caso de TPM, observa-se um esforço para se trazerem personagens que não são da grande mídia. Mas mesmo TPM ainda passa uma edição inteira sem negras em suas páginas (como foi a edição seguinte à de combate ao racismo), na contramão das próprias



estatísticas, que apontam que, no Brasil, os negros respondem por 7,6% da população, totalizando 15 milhões de pessoas¹⁷³ (IBGE, 2010).

Para que, de fato, proponham uma mudança em relação aos padrões, como defendem, é necessário, portanto, que as revistas em questão admitam toda a complexidade da categoria mulheres, atravessada por diversas outras localizações. Às leitoras, cabe uma vigilância, no sentido proposto por Spivak (1997;1998 apud ALMEIDA, 2013), o que exige uma atenção às forças da matriz colonial de poder, mas também às possíveis construções ilusórias de democracia e engajamento político e ético. É preciso investir em uma postura crítica, afinal, as brasileiras não são só as brancas das páginas. Afinal, enquanto *Claudia* e TPM perseguem, em vão, o ideal de falar para um grupo supostamente uníssono, diversas vozes femininas permanecem em silêncio.

5. Bibliografia de referência

ABRIL [on-line]. **Perfil do leitor**. Fonte dos dados: estudos Marplan consolidados em 2013. Disponível em: <http://www.publiabril.com.br>. Acesso em 23 jan. 2014.

ALMEIDA, S. R.G. Prefácio – Apresentando Spivak (p. 7-18). In: SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

_____. Intervenções feministas: pós-colonialismo, poder e subalternidade. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC, vol. 21, número 2, maio/ ago. 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2013000200019&script=sci_arttext#nt29. Acesso em 13 ago. 2014.

BAHRI, D. Feminismo e/no pós-colonialismo. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC, vol. 21, número 2, maio/agosto 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2013000200018&script=sci_arttext. Acesso em 13 ago. 2014.

¹⁷³ Segundo dados do IBGE 2010, 7,6% da população brasileira se auto-intitula negra, totalizando 15 milhões de pessoas, enquanto 43,1% se denomina parda, em um total de 82 milhões de pessoas. Os dois grupos juntos extrapolam o de brancos (apesar dos direcionamentos dos discursos da revista), que representariam 47,7% da população, 91 milhões de brasileiros. Amarelos seriam 1,1%, totalizando 2 milhões no país, e indígenas, 0,4%, 817 mil pessoas.



BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu: trajetórias do gênero**. Campinas: Unicamp, n. 26, jan./jun 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000100014. Acesso em 22 jan. 2014.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Tradução de Ingrid Muller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CASTRO-GÓMEZ. S. Michel Foucault y La colonialidad del poder. **Tabula Rasa**. Bogotá: Universidade Colégio maior de Cundinamarca, n.6, jan-jun. 2007. Disponível em http://www.scielo.unal.edu.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892007000100008&lng=es&nrm. Acesso em 26 out. 2013.

_____; GROSFUGUEL, R (Org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CLAUDIA [on-line]. Editora: Nathália Florencio, Designer: Carol Soman. Webmaster: Gabriela Fontainhas. Disponível em www.claudia.com.br. Acesso em 11 ago. 2014.

_____. São Paulo: Editora Abril, n. 9, ano 48, set., 2009.

COSTA, C. de L. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Caderno Pagu: trajetórias do gênero**. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, pp. 59-90, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n19/n19a04.pdf>. Acesso 26 de out. 2013.

FONTCUBERTA, M. de. **A notícia: pistas para compreender o mundo**. Tradução de Fernando Cascais. Lisboa: Editorial notícias, 2002.

FOUCAULT, M. **Os anormais- Curso no Collège de France (1974-1975)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) [on-line]. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência, Censo 2010**, s/l. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/default_caracteristicas_religiao_deficiencia.shtm. Acesso em 23 dez. 2014.

KITCH, C. **The girl on the magazine cover: the origins of visual stereotypes in American Mass Media**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2001.

LAGE, N. **A reportagem**. São Paulo: Editora Record, 2003.

LORDE, A. Age, race, class and sex: women redefining difference (p. 374-380). In: **Dangerous Liaisons: Gender, Nation and Postcolonial perspectives**. McClintock, A.; Mufti, A.; Shohat, E. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

LUGONES, M. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, Bogotá: Universidade Colégio maior de Cundinamarca, n. 9, edição julho-dezembro, p. 73-101, 2008.

MIRA, M. C. **O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX**. São Paulo: Olho d'Água e Fapesp, 2001.

PORTILHO, R. Onde está o jornalismo? – Uma análise da imprensa feminina a partir de CLAUDIA. 2009. In: XXXII Congresso Brasileiro de ciências da comunicação, INTERCOM, n. 32, 2009, Curitiba-PR, **Anais...** Curitiba: Positivo (cd-room), p. 1-14.

RESTREPO, E.; ROJAS, A. **Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos**. Popayán: Instituto de Estudios Sociales y Culturales Pensar; Maestría en Estudios Culturales; Universidad Javeriana; Editorial Universidad del Cauca, 2010.

RICH, A. Notas para uma política de localização (p. 15-35). In: MACEDO, A. G. **Gênero, identidade e desejo: antologia crítica ao feminismo contemporâneo**. Lisboa: Cotovia, 2002.

RODRIGUES, B. M. Novas representações da mulher: um estudo dos editoriais da revista TPM. 2011. In: VIII Seminário dos Alunos de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC-Rio, Poscom, 2011, Rio de Janeiro-RJ, **Anais...** p. 1-11. Disponível em <http://pucposcom-rj.com.br/wp-content/uploads/2011/11/Novas-representacoes-da-mulher-Bruna-Rodrigues.pdf>. Acesso em 13 de ago. 2014.

SIMPSON, J. Resistências epistemológicas feministas: subjetivações emergentes como estéticas do existir. **E-cadernos**. Coimbra: Universidade de Coimbra, n. 18, 2012.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.



TPM. São Paulo: Editora Trip, n. 141, abr., 2014.

TRIP [on-line]. Revista TPM. Disponível em <http://www.tripeditora.com.br/marcas-trip/>. Acesso em 13 ago. 2014.



O dessilenciamento do Sertão Nordestino. As novas vozes jornalísticas promovidas pelas rádios comunitárias da Internet na região mais pobre do País

Orlando Maurício de Carvalho Berti¹⁷⁴

Resumo: Estuda-se o dessilenciamento de comunidades do Sertão do Nordeste do Brasil, com foco comunicacional no jornalismo feito pelas rádios comunitárias que estão na Internet. Objetiva-se descrever e refletir o fenômeno, utilizando-se de pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e acompanhamento virtual do trabalho dessas emissoras. Traz-se um estudo de campo de oito emissoras, recortando-se uma em cada estado com área no Sertão nordestino: Canudos FM (CE); Cultura FM (BA); Interativa FM (RN); Livramento FM (PB); Maravilha FM (AL); Nova FM (PE); Serra FM (PI) e Simão Dias FM (SE). Nota-se que a retroalimentação entre os processos comunicacionais jornalísticos da Internet e do território nessa região são fortalecidos, mas necessitam de maior interação entre as emissoras e as comunidades.

Palavras-chave: Comunicação Social; Jornalismo; Comunicação Comunitária; rádio comunitária; Sertão Nordestino.

1. Introdução

As rádios comunitárias são caracterizadas atualmente como os meios de comunicação com maior aproximação local. O fenômeno é dado por conta das mais de vinte mil emissoras (legalizadas ou não) presentes nos mais diferentes lugares do País. Nenhum outro meio de comunicação no Brasil está mais próximo do local e do comunitário.

Esse fenômeno instiga dois fatos comunicacionais: o poder comunicacional diferencial (principalmente suas versões jornalísticas, caso sejam adotadas) bem como o poder de voz comunitário, local e até regional, caracterizando, justamente, o dessilenciamento, a possibilidade de, finalmente, esses lugares (muitos deles padecendo de problemas sociais crônicos) poderem ser ouvidos ou terem suas vozes exacerbadas.

¹⁷⁴ Pós-doutorando em Comunicação, Região e Cidadania na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Doutor e mestre em Comunicação Social pela UESP com estágio doutoral na UMA – Universidad de Málaga (Espanha). Jornalista atuante. Professor, pesquisador e extensionista (Assistente I – DE – e do curso de Comunicação Social – habilitação em Jornalismo – da UESPI (Universidade Estadual do Piauí, campus de Teresina e colaborador no campus de Picos, Sertão do Piauí). Militante social da causa das rádios comunitárias. E-mail: orlandoberti@yahoo.com.br



Estuda-se como as rádios comunitárias da região do Sertão do Nordeste brasileiro, e que também estão na Internet, ajudam, através de suas programações (jornalísticas e informacionais informais), a dessilenciar as populações daquela região do País.

O jornalismo formal e suas práticas mais regionais e às vezes amadoras, ou feitas de uma forma não acadêmica e profissional, também ajudam a mediar informacionalmente o que ocorre nos rincões do País. Faz-se também reflexões acerca do fenômeno.

Os mais de mil municípios localizados no Sertão nordestino ficam na área socialmente mais pobre do país, sendo um grande desafio jornalístico tentar ajudar na transformação social do lugar. Esse reflexo está ligado diretamente à questões como aumento do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), acesso à políticas públicas de saúde e educação, além do provimento de informações relacionadas à saúde.

Muitas transformações têm sido vistas com a inserção das rádios comunitárias (eminentemente territoriais) Como isso tem ocorrido? Como vivencia-se a retroalimentação jornalística? Que vozes são essas? Que atores são esses? Como é ecoado? Como é reverberado? Como há a interação? Esses são os principais questionamentos do trabalho.

Metodologicamente destaca-se as emissoras que estão na Internet (e não as webrádios) porque acredita-se que é no território, via retroalimentação comunicacional entre o que é transmitido na Internet com o que é escutado no dial terminam por trazer vivências múltiplas, refletidas justamente no fazer jornalístico e no dessilenciamento da população.

Utiliza-se o método qualitativo, com estudo de casos múltiplos, analisando-se o trabalho jornalístico de uma emissora de cada um dos oito estados do Nordeste brasileiro que estão em áreas sertanejas (Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe)¹⁷⁵.

¹⁷⁵ Canudos FM, da cidade de Boa Viagem, Sertão do Ceará; Cultura FM, da cidade de Araci, Sertão da Bahia; Interativa FM, da cidade de Riacho de Santana, Sertão do Rio Grande do Norte; Livramento FM, da cidade de Livramento, Sertão da Paraíba; Maravilha FM, da cidade de Maravilha, Sertão de Alagoas; Nova FM, da cidade de Mirandiba, Sertão de Pernambuco; Serra FM, da cidade de São Francisco de Assis, Sertão piauiense; e Simão Dias FM, da cidade de Simão Dias, Sertão de Sergipe.



Acompanhou-se durante um ano o trabalho dessas emissoras, fazendo-se visita “*in loco*” e acompanhando suas programações através de suas transmissões na Rede Mundial de Computadores, dando especial atenção às redes sociais virtuais e seus mecanismos de interação.

Baliza-se teoricamente estudos a partir do que foi encontrado na Dissertação “Os processos comunicacionais nas rádios comunitárias legalizadas do Sertão do Piauí” e na Tese “Os processo comunicacionais “Processos comunicacionais nas rádios comunitárias do Sertão do Nordeste brasileiro na Internet”. A partir daí usa-se um quadro teórico destacando-se o Jornalismo, o silenciamento no Jornalismo, o dessilenciamento no Jornalismo, o jornalismo regional, bem como o jornalismo comunitário e suas interfaces com o Sertão Nordestino para chegar-se a uma reflexão acerca dos trabalhos dessas emissoras em prol dos novos falares, olhares e processos comunicacionais jornalísticos.

2. Rádios comunitárias

Parte-se do entendimento e conceituação básicos de que rádio comunitária é o tipo de emissora radiofônica da, na e para a comunidade. Sendo essa comunidade territorial ou virtual, ou ainda retroalimentada nesses dois tipos de perspectivas.

A rádio comunitária pode ser transmitida via ondas físicas eletromagnéticas (maneira mais comum, também chamada: via dial), alto-falantes (postes e irradiadoras) e também pela Internet (forma mais nova e em vias de popularização). Uma mesma rádio comunitária pode estar ao mesmo tempo no dial, na Internet, e em alto-falantes, dependendo apenas da intencionalidade de seus colaboradores em multiplicar os canais de acesso.

Para conceituar rádio comunitária, segue-se o princípio de que ela é, ao menos em sua essência, um meio interligado, ou tem possibilidades de interligações, com a comunicação comunitária e alternativa, além de proporcionar uma comunicação livre, diferencial, integradora e mais socializante. Reconhece-se e defende-se essas emissoras



como importantes canais para uma comunicação socializadora, inclusiva e participativa, que estimulam assuntos ligados à educação, saúde e emancipação coletiva.

A rádio comunitária, por ser um meio de comunicação social, serve (ou deveria servir) também como canal de promoção e incentivo de desenvolvimento social para comunidades, localidades e até regiões inteiras. Com a implementação de que a comunidade não é um ambiente apenas territorial, o conceito de lugar e local também são relativizados, como será destacado na discussão sobre o fenômeno das rádios comunitárias na Internet, tendo essas emissoras mais lugares de atuação e responsabilidade.

Esse tipo de emissora radiofônica, bem como as TVs comunitárias são meios de comunicação com grande penetração social, ou possibilidade de penetração (em termos quantitativos e qualitativos) no Brasil, principalmente entre as camadas mais pobres da sociedade e nos lugares mais afastados (inclusive os urbanos). Essas ações são dadas também em faixas de alcance (públicos, localidades e regiões) e da reverberação social e popular (recepção), haja vista que movimentam, informam e trazem entretenimento a uma parcela considerável da população brasileira.

Parte desse público tem essas emissoras como principais fontes midiáticas, e às vezes culturais, bem como únicas formas para se entreter e se informar, além de muitas vezes serem também únicos meios para influência e ajuda de tomadas coletivas de decisões, inclusive para melhores dias do próprio ambiente comunitário.

O rádio também tem importância por conta de sua linguagem e facilidade de identificação, com praticamente todas as classes sociais, econômicas e culturais, principalmente as menos favorecidas (maioria no Brasil). E as rádios comunitárias, em seu papel teórico de estarem ainda mais comprometidas com essas demandas, justificam-se realmente como emissoras que desempenham papel social em prol de uma comunicação diferenciada para terem reconhecimento local (social e comercial).

As rádios comunitárias brasileiras funcionam de três maneiras.

A primeira é em forma de alto-falantes (atualmente em menor número, mas ainda bem forte em lugares mais afastados dos grandes centros e em comunidades periféricas das grandes cidades).



Outra maneira de funcionamento das rádios comunitárias é via Internet (de forma crescente, destacadamente como plataforma retroalimentadora das emissoras de FM ou das que estão atualmente fechadas, inclusive com o fenômeno das rádios comunitárias na Internet e das Web Rádios).

A terceira, e mais comum maneira de funcionamento das rádios comunitárias, é através de emissão de sinais sonoros em caráter de Frequência Modulada (FM).

3. Rádios comunitárias na Internet

Um dos grandes fenômenos da Comunicação Comunitária na contemporaneidade, com grande expansão, são as rádios comunitárias na Internet.

Elas surgem na Rede Mundial de Computadores como contraponto comunicacional, e ainda têm a chance de agregação e potencialização do que é feito pelas rádios comunitárias via dial ou no território das comunidades físicas. “O rádio mudou a cartilha da imprensa. A televisão mudou a do rádio. Atualmente, a globalização mudou a da cultura e a revolução tecnológica mudou a cartilha de todos os meios de comunicação de massa” (VIGIL, 2003, p.19). A Internet tem mudado o jeito de ser e fazer boa parte das rádios comunitárias no Brasil, bem como as rádios comunitárias ajudam a potencializar o que há de bom na Internet.

As rádios comunitárias na Internet são caracterizadas como sendo sem transmissão via ondas hertzianas, como trata Marcelo Kischinhevsky (2007, p.114), em que o sinal das emissoras vem via modem, ondas de Internet, cabo ou satélite.

O rádio via Internet é essencialmente desterritorializado e não-massivo. Permite a recepção a partir de pontos remotíssimos do globo, beneficiando diretamente populações que, por motivos diversos, moram fora de seus países de origem e que antes só dispunham das limitadas ondas curtas (KISCHINHEVSKY, 2007, p.116).

Isso é a exacerbação para que qualquer pessoa, grupo social ou outro grupo possa ter uma emissora de rádio sem precisar de concessão. Armando Coelho Neto (2002, p.194) assevera que a Internet traz o mais legítimo exercício de liberdade para as rádios comunitárias. “Fecha-se uma rádio comunitária? Jogue-se na Internet. O



provedor nacional não quer? Vincule-se a um provedor internacional. O mundo não tem mais fronteiras, está e a realidade” (COELHO NETO, 2002, p.194).

Nair Prata (2009, p.13-15) traz o debate sobre o rádio ser engolido pela Internet, principalmente por conta da exacerbação das tecnologias atuais e do seu sucesso, tendendo as emissoras a se tornarem mais webrádios (rádios da Internet). O fenômeno das webrádios é explicado justamente não pela rádio estar na Internet, mas por emissoras exclusivamente na Rede Mundial de Computadores.

Conforme Sônia Virgínia Moreira (2001, p.16 e p.20), a ocupação da Internet por emissoras de rádio já é um fenômeno consolidado desde o fim do século passado. Além do espaço virtual, as transmissões de áudio digital compõem o futuro do rádio no mundo. “A propagação do áudio na forma de arquivos pela rede mundial de computadores foi uma consequência direta das pesquisas voltadas para o desenvolvimento do rádio digital” (MOREIRA, 2001, p.16).

Nair Prata (2009, p.58-60) assinala que a rádio na Internet é diferente, principalmente porque, balizada em vários autores, as rádios podem ser hertzianas (através de ondas – as do dial); e as emissoras na Internet, que chama de Webrádio, também chama de modo hertziano com presença na Internet¹⁷⁶.

Os estudos sobre rádios comunitárias na Internet ainda são tímidos e iniciais no Brasil, principalmente porque o fenômeno ainda é nascente. Mas também não é só em território brasileiro que as rádios comunitárias na Internet ainda são novidades em termos de popularização e aceitação no movimento, mas também em países da América Latina, principalmente porque a retroalimentação dessas emissoras, via ambientes físicos e virtuais, ainda é vista com desconfiança por uma parte dos que fazem o movimento e também por parte da própria Academia, que deveria estar atenta com o processo comunicacional, benéfico ou não. Acredita-se que, na virtualidade, as lutas do ambiente físico terminam perdidas e deixadas de lado.

Acredita-se também que, na virtualidade, as lutas são mais volúveis, principalmente por não haver enfrentamento direto com o status do poder dominante,

¹⁷⁶ A Webrádio também pode ser considerada a emissora radiofônica apenas com presença na Internet, inclusive com vários recursos tecnológicos, notadamente destacados com a presença de ferramentas, chamando a questão dos gêneros e da interação.



criando-se um ativista de teclado que, na verdade, não estaria diretamente ligado com as causas comunitárias.

Há diferenças em relação às emissoras territoriais, principalmente porque funciona em outro ambiente, a virtualidade. Uma rádio comunitária na Internet é a transposição do que ocorre no ambiente físico para um ambiente virtual, potencializando o alcance da emissora territorial, porque, em um ambiente físico, a rádio comunitária só pode ser escutada em espaço territorial delimitado, principalmente pelos preceitos da Lei 9.612/98.

Além disso, existem os pontos congruentes, ligados a uma integração de quem faz parte da comunidade, mas, por algum motivo, fisicamente não está presente nesse ambiente.

As rádios comunitárias na Internet também podem ser on-line e off-line, principalmente em sua forma de estarem presentes em suas transmissões ou protocolos na Rede Mundial de Computadores. As terminologias “on” e “off” vêm dos termos da língua inglesa que traduzidas podem ser entendidas como ligada (no caso “on”) e não ligadas, ou desligadas (no caso “off”).

As rádios comunitárias na Internet on-line são caracterizadas também por terem transmissões de forma simultânea entre suas plataformas territoriais e virtuais. Além de estarem na rede, também proporcionam outros canais de interação. Elas ainda se subdividem entre as on-line apenas para retransmissão do sinal territorial e ainda as que estão on-line e retransmitem esses sinais, bem como ainda têm outros canais de participação, interação e interatividade, como é o caso dos links, das enquetes, dos murais, além de sua retroalimentação com redes sociais como Facebook, Orkut, Flickr, Twitter, YouTube, Google+ e Fousquare.

Por sua vez, as rádios comunitárias na Internet off-line são caracterizadas por apenas garantir seu lugar no ciberespaço; ou seja, têm um site na Internet, ou então um blog, mas não utilizam esse espaço para transmissão de programação, apenas como forma institucional de resguardar um espaço na virtualidade, provavelmente para em um futuro transmitirem programação ou então para terem garantia de endereço eletrônico ou para a execução de projetos futuros.



Quando as emissoras de rádio comunitária estão na Internet, aumentam seu potencial para os processos comunicacionais comunitários, principalmente pela multiplicação de usuários e de consumidores dessa informação. Sai-se do ambiente territorial para interagir com a virtualidade e suas potencialidades. Uma mesma mensagem exacerba no ambiente territorial, a partir do momento em que é lançada pela Internet atinge milhares de outras pessoas, algumas de forma intencional e outras por meio do anarquismo que é a Rede. Muitas vezes são pessoas da própria comunidade territorial que estão distantes do lugar, por isso a integração proporcionada pelas emissoras também na virtualidade deve ser levada em conta.

Estando na Internet as emissoras comunitárias terminam por cumprir o que foi preconizado por Bertold Brecht na década de 1930 (apud PRADO, 1989, p.17):

A radiodifusão poderia ser o maior meio de comunicação já imaginado na vida pública, um imenso sistema de canalização. Isto é, seria, se fosse capaz não apenas de emitir, mas também de receber; em outras palavras: se conseguisse que o ouvinte não apenas escutasse, mas também falasse, que não permanecesse ilhado, mas relacionado.

Com a Internet aumenta a possibilidade de retroalimentação nesse processo, a partir de maior participação ativa dos sujeitos nos processos comunicacionais das rádios comunitárias na Internet. Marcelo Kischinhevsky (2007, p.78) fala de uma nova categoria no processo comunicacional radiofônico, o receptor-emissor, que interage com as mensagens veiculadas e ainda se faz ouvir de forma imediata e por um público amplo. Esse novo sujeito tem aguçado espírito crítico e é “cada vez mais vacinado contra mensagens nocivas dos meios de comunicação” (KISCHINHEVSKY, 2007, p.82).

São pontos positivos das rádios comunitárias na Internet as possibilidades que essas emissoras trazem em termos de participação. A partir do momento em que ampliam os canais participativos, há maior alternativa de reverberação para a comunidade, inclusive trazendo elementos antes alheios ou distantes (principalmente quem não conseguia acompanhar a programação no dial). A partir de que mais membros coadunam pensamentos há maior possibilidade de convergência de ideias e ideais.



Outra vantagem é que as rádios comunitárias, a partir do momento em que estão na Internet, transformam-se em novos canais de espaço comunitário, ajudando em vivências, reclamações, cobranças e até na agregação entre membros da comunidade física (com membros de outras). É notória a participação virtual (por causa de maior tempo de utilização da Rede Mundial de Computadores), e tende, se bem utilizada e com estratégia, a trazer novos e positivos elementos para a comunidade. Essas emissoras também podem vivenciar e promover a retroalimentação de quem está no espaço territorial para com o espaço virtual.

4. O dessilenciamento da população sertaneja nordestina brasileira pelas rádios comunitárias na Internet

Não era de se esperar um jornalismo profissional como nas grandes emissoras do País, pois, até nas maiores rádios comerciais do Sertão do Nordeste, a divulgação de informações ainda carece de certo profissionalismo e de maior representatividade de seleção do que é a informação local e a informação regional.

Na maior parte da programação das rádios comunitárias estudadas, há pequenos espaços específicos para o jornalismo ou para a divulgação de informações, não só na programação territorial, mas também na Internet através de seus sites. Mas nota-se o desejo de crescer; os diretores e comunicadores entrevistados sabem que a circulação de informações é um dos maiores chamarizes e vantagens para o sucesso social da emissora.

O jornalismo, ou a aspiração a essa área, é mais forte na transmissão territorial do que em sua complementação pela Internet, o que termina sendo um paradoxo, já que no espaço virtual há muito mais espaço para a divulgação das notícias. O problema esbarra justamente no sentido de que há pouca gente habilitada nas emissoras estudadas para socializar informações; e, mais ainda, para cuidar da socialização das informações na Internet, já que exige entendimento de técnicas multimidiáticas (postar fotos, vídeos,



intertextos para links, podcasts)¹⁷⁷. Somente a Maravilha FM, do Sertão alagoano, não tem espaço específico para veiculação de informações em sua programação territorial; e pouco tem espaço em seu blog, apesar de ter uma barra que faz as vezes de socializador de notícias através de um plug-in de um site de notícias nacional (G1).

Pôde-se observar que, em todas as programações das emissoras, há espaço, caso seja necessário, para a veiculação de boletins ou divulgação de notícias de interesse público. Há todos os espaços com possibilidade para veiculação de fotografias e vídeos, tornando o conteúdo multimidiático e hipertextual, tendo capacidade de abarcar as plataformas textuais, bem como as de áudio (podcast) e as de vídeo, em consonância com o site de compartilhamento de vídeos YouTube (algumas emissoras prometem até canais próprios no YouTube, o que, por meio de constatação on-line, ficou só na promessa e o canal não é utilizado).

A Cultura FM, a Interativa FM, a Serra FM, e a Simão Dias FM têm sistemas de transmissão ao vivo e on-line, via Internet, de qualquer lugar ou região em que estão fisicamente inseridas, o que proporciona coberturas informativas a qualquer hora do dia e ainda bem próximas dos fatos. Esse sistema é muito utilizado para transmissões ao vivo de eventos culturais e esportivos. A Interativa FM praticamente todos os finais de semana realiza transmissões de campeonatos de futebol amador na região de Riacho de Santana, Rio Grande do Norte. O conteúdo das resenhas esportivas serve para, às segundas-feiras, alimentar programa jornalístico esportivo.

A questão da informação é reconhecida pelos agentes dessas emissoras como crucial. Mas os mesmos assumem que faltam profissionais qualificados para a área, principalmente pessoas formadas em Jornalismo, que dominam melhor e mais profissionalmente as técnicas de radiojornalismo. Apenas a Livramento FM, do Sertão da Paraíba, tem um jornalista à disposição da emissora, Marcos Lima, que é o diretor específico da área e apresentador do programa jornalístico da emissora. “A gente podia fazer um jornalismo melhor, mas nos falta tempo, pois a rádio não nos sustenta,

¹⁷⁷ Por isso, boa parte das notícias que aparecem nos sites das emissoras é de reproduções de outros veículos on-line de comunicação, inclusive de alguns sites nacionais como é o caso do G1 e do UOL.



precisamos ter muitas outras atividades, e no horário de a gente produzir o jornal, terminamos fazendo apressadamente”, diz Marcos Lima.

Na Serra FM, do Sertão do Piauí, apesar de não ser jornalista, o diretor da rádio, Severino Carvalho, age como principal mediador de informações não só da rádio, mas de toda a cidade. São as notícias apuradas por ele, que também abastecem sites noticiosos de todo o Piauí, como o que ocorre em São Francisco de Assis. Ele termina sendo o grande mediador informacional do local para o local, bem como do local para fora dele. “Tento tirar umas fotos, faço umas anotações, gravo e faço do jeito que dá”, explica Severino Carvalho.

Pôde-se notar que a falta de profissionais da informação, e de formação, mesmo que básica sobre Jornalismo, deixa a circulação de notícias, notadamente locais e de conteúdo mais comunitário, relegada a planos inferiores ou apenas a demandas do factual. Um dos pontos cobrados pelos diretores das emissoras seria uma maior aproximação das universidades de Comunicação, via projetos de pesquisa e, principalmente, de extensão universitária, no intuito de colaborar com a formação das equipes das emissoras¹⁷⁸.

Para suprir essas lacunas de socialização de informações, a maioria das rádios estudadas promove debates e incentiva muito a participação popular por meio de ligações telefônicas, envio de bilhetes e cartas, além do SMS, e-mails, e participação via Facebook. Esses canais também dão espaço para circulação de informações e, muitas vezes, fatos de interesse da comunidade são socializados nas redes e depois lidos na rádio.

Pôde-se constatar que há fluxo informativo em todos os municípios, principalmente de demandas comunitárias, necessitando apenas de um trabalho para que tais informações circulem com mais frequência. Destaque-se, aqui, o exemplo da Serra FM, que tem um programa específico para correspondentes populares. Esses

¹⁷⁸ Exemplo emblemático acerca dessa demanda é o que ocorre com a Interativa FM, do Sertão potiguar, que recebe boletins, de caráter regional e sertanejo, por meio de convênio com projeto de extensão do curso de Jornalismo da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), que fornece boletins informativos sobre temáticas regionais do Sertão potiguar. “Esse projeto é muito importante porque permite que todo dia a gente tenha informação para passar pro povo”, disse Laécio Bento, da Interativa FM.



correspondentes são os mesmos agentes pastorais da Fraternidade São Francisco, órgão da Igreja Católica na cidade que mantém em cada comunidade um agente pastoral. Esses comunicadores semanalmente informam sobre novidades ligadas ao trabalho das pastorais católicas, bem como as demandas comunitárias em geral, dando início a uma rede informal de circulação de informações de praticamente todos os cantos do município.

5. Considerações

Conclui-se, acerca dos processos comunicacionais nas rádios comunitárias do Sertão do Nordeste do Brasil que estão na Internet, que estas, principalmente, no que se refere ao lugar, cumprem seu papel comunicacional de tentar integrar as cidades e comunidades e seus respectivos membros, sejam elas em sua perspectiva territorial ou no ciberespaço. Mostrando que o jornalismo também está a reboque.

Nota-se que as rádios on-line, as que têm conteúdo agregador por causa de sua transmissão e canais extras de participação, além do que é trazido no dial, potencializam o comunitário e mesmo a Internet, que antes era tida como meio desagregador da comunidade, por, teoricamente, desarticular o local. Por mundializar suas sociabilidades, ela é tida, ao menos no fenômeno estudado, como agregadora e retroalimentadora, pois a Rede, símbolo da globalização, não é fim dos processos comunicacionais comunitários, mas ajuda na mediação e integração entre os sujeitos desse processo, mesmo entre os que não estão no território físico, originalmente acolhedor da emissora de rádio comunitária. Por isso a agregação entre os sujeitos do território e do virtual é tida como virtude da Internet e das emissoras de rádio comunitária estarem na Rede.

Elas levam em conta suas atuações como emissora convencional no dial e no ciberespaço, e estão cientes do potencial de beneficiar os ouvintes (que estão no território) e o novo público gerado pelas transmissões na Internet, gerando a recepção dos usuários. Há mais noção ainda de que os dois públicos podem ser um só, mesmo os segundos não estando presencialmente no território das transmissões no dial.



Em um Brasil de fortes migrações (emigrações dos sertanejos em períodos de estiagem – muito comuns nos últimos anos para lavouras de café e laranja, além do corte de cana-de-açúcar e trabalhos na construção civil – e a volta – imigrações – de muitos que foram para os grandes centros e agora retornam para tentar a vida em seus torrões, fato principalmente mais forte nas maiores cidades do Sertão) a ligação entre os que estão no território e esses públicos é premente.

A retroalimentação atua na individualidade do receptor, a partir do momento em que mata a saudade de um parente, de um amigo, de uma música que há tempo não escutava, pois nas grandes cidades não há tanta identidade com o que se escuta no rádio, além de saber o que acontece entre seus pares e ainda poder participar, mesmo remotamente, das decisões e cobranças por melhorias no seu local de nascimento e educação. Mas também a retroalimentação age na coletividade, aproxima públicos, age em campanhas, não só entre membros da comunidade que estão distantes, mas também entre as zonas urbanas e rurais, já que muitas comunidades rurais são distantes (e, nos casos estudados, geralmente as zonas rurais têm mais habitantes que as zonas urbanas). Nota-se que boa parte dessas emissoras, até pela carência de meios de comunicação locais e regionais comprometidos com as causas sociais e de cidadania, terminam transcendendo o papel de rádios comunitárias, e passam para uma função mais abrangente. Além de entreter, noticiar, tentar formar para atitudes cidadãs na própria comunidade, acabam sendo meio de proporções geográficas maiores. Há forte inclinação para as emissoras assumirem para si o papel de promotoras da cidadania, fato constatado acerca de suas reais intenções para com a participação dos ouvintes e dos usuários.

Ao estar na Internet, essas emissoras têm seu trabalho e suas ações mais potencializadas, principalmente, por estimular a participação, interação, interatividade e cidadania. Este é um fato comprovado nas emissoras estudadas, que refletem o Sertão nordestino.

Esses destaques são necessários para entender o novo comunitarismo radiofônico, e, conseqüentemente, o territorial, promovido também pela desterritorialização da Comunicação Comunitária Radiofônica incentivada pela Internet.



A retroalimentação da comunicação tradicional, em ambiente territorial, traz frutos que mundializam as emissoras e integram o emigrante com a comunidade originária, além de dar mais espaço para as causas sociais, econômicas e políticas, além da integração natural daqueles que ficam com os que estão longe de sua cidade natal.

O lugar isolado de outrora evolui e não mais é apenas o do cara a cara, mas o espaço de interações entre os moradores e seus antigos membros que necessitaram emigrar. As distâncias, antes de milhares de quilômetros e dirimidas por telefonemas semanais, mensais ou até pela distância e tempo do envio de correspondências, agora são diminuídas diariamente pela utilização de SMS enviados para as emissoras, ou ainda a utilização de seus espaços virtuais. As rádios comunitárias que estão na Internet, no Sertão, promovem o elo entre o emigrante, aquele que se encontra fora de sua terra natal para tentar a vida em grandes centros do Sudeste do País ou em outras capitais dos Estados.

A participação também é destacada a partir do aumento de canais em interlocução com as redes sociais virtuais. Participar não significa só enviar alô, mas também estar consonante com o que está ao redor ou então circundante em relação aos membros da comunidade territorial. A participação virtual tem como objetivo-fim a melhoria das condições de vida no território geográfico. Conclui-se, portanto, que a participação nas rádios comunitárias sertanejas nordestinas também desterritorializa e retroalimenta a comunicação comunitária.

A interação também é destacada porque, com o uso das ferramentas virtuais nos sites das emissoras, há mais espaços sociais, e a própria comunidade ganha social, econômica e politicamente, além de ter mais elementos para a luta e sua evolução.

Constata-se a existência de um Brasil e de um Sertão nordestino em que o movimento de rádios comunitárias é crescente no sentido quantitativo. Em pouco tempo, principalmente pelos períodos eleitorais e pela inserção do coronelismo eletrônico de nova geração, novas emissoras estarão no territorial e no virtual; pois ao tempo em que, aos poucos, todos os municípios ganham uma rádio comunitária, ou, pelo menos, todas as regiões têm uma emissora do tipo. O maior desafio é a apropriação pela população que está na cidade das rádios, para que as demandas realmente locais e



comunitárias sejam evidenciadas, distanciando-se da política partidária e da imitação dos meios de comunicação comerciais.

Por estas rádios estarem na Internet, fenômeno notado nas emissoras que tentam fazer um diferencial, nota-se que há um comunitarismo diferente, agregando-se novos elementos aos processos comunicacionais, principalmente envolvendo o migrante (aquele que está temporariamente ou permanentemente fora de sua comunidade e cidade).

6. Referências

BERTI, Orlando Maurício de Carvalho. **Processos comunicacionais nas rádios comunitárias do Sertão do Nordeste brasileiro na Internet**. São Bernardo do Campo: Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, 2014.

_____. **Os processos comunicacionais nas rádios comunitárias legalizadas do Sertão do Piauí**. São Bernardo do Campo: Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, 2009.

BRASIL. **Lei 9.612/98**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19612.htm>. Acesso em: 28 fev 2015.

COELHO NETO, Armando. **Rádio comunitária não é crime: direito de antena: o espectro eletromagnético como um bem difuso**. São Paulo: Ícone, 2002.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **O rádio sem onda: convergência digital e novos desafios na radiodifusão**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

MOREIRA, Sônia Virgínia. **Tecnologia e legislação para o rádio no Século XXI**. In: BIANCO, Nélia R. del; MOREIRA, Sônia Virgínia. **Desafios do rádio no século XXI**. São Paulo: Intercom; Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal do Brasil – 2013. **O que é o IDH**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH>. Acesso em: 25 fev. 2015.

PRADO, Emílio. **Estrutura da informação radiofônica**. São Paulo: Summus, 1989.

PRATA, Nair. **Webradio: novos gêneros, novas formas de interação**. Florianópolis: Insular, 2009.

VIGIL, José Ignacio López. **Manual urgente para radialistas apaixonados**. São Paulo: Paulinas, 2003.



Quando A Paródia Revela Silêncios Do Jornalismo: Uma Reflexão A Partir De Memes Sobre O Jornal Nacional

Antônio Brasil¹⁷⁹
Ricardo Sékula¹⁸⁰

Resumo: A expansão do ciberespaço através dos processos de simplificação e acesso das tecnologias tem gerado significativas mudanças nas dinâmicas comunicacionais. As constantes apropriações e ressignificações de discursos midiáticos e formas expressivas feitas pelo público permite criar novas maneiras de retratar e de incidir sobre a realidade. Caracterizados por seu apelo humorístico, os *memes* estabelecem uma construção paródica da realidade, capaz de trazer à tona silêncios submersos nos discursos da imprensa. Propõe-se aqui uma reflexão sobre esse contexto a partir de *memes* sobre o Jornal Nacional.

Palavras-chave: *Meme*, Paródia, *Framing*, Jornal Nacional

1. Introdução

“Quando eu era pequeno, tinha a fantasia de que o mundo inteiro era um espetáculo que acontecia só para mim, que, a menos que eu estivesse presente para ver as coisas, elas simplesmente deixavam de existir. Mais tarde, encontrei outros com fantasias parecidas quando criança. Nenhum de nós acreditava realmente naquilo, mas todos ficamos fascinados pelo fato da teoria não poder ser invalidada. [...] Nós percebemos o mundo como um todo, através da experiência dos nossos sentidos. No entanto, nossos sentidos podem revelar um mundo fragmentado e incompleto. Mesmo uma pessoa muito viajada só pode ver partes do mundo durante uma existência. Nossa percepção de “realidade” é um ato de fé baseado em meros fragmentos”. (McCLOUD, 2005, p.65)

No livro *Desvendando os quadrinhos* Scott McCloud (2005) propõe uma reflexão para tratar da incompletude das coisas, e de como conseguimos, a partir da ideia de “conclusão”, perceber o todo pela observação das partes. Segundo ele, é comum tirarmos conclusões, completando mentalmente o que está incompleto com base em nossas experiências anteriores, e embora algumas delas aconteçam automaticamente e

¹⁷⁹ Doutor em Ciências da Informação pelo convênio IBICT/CNPq/ECO/UFRJ, professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Grupo de Pesquisa Interinstitucional de Pesquisa em Telejornalismo - GIPTLE, e-mail: antonibrasil@hotmail.com

¹⁸⁰ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, email: rike_s@hotmail.com



sem muito esforço, outras são invenções criadas deliberadamente para provocar sensações no espectador. Isso serve de base para o autor discutir o conceito de “sarjeta”, termo utilizado pelos aficionados em histórias em quadrinhos para delimitar o espaço em branco que se instala entre um quadro e outro nesse tipo de narrativa, onde cada quadro fragmenta o tempo e o espaço e requer a conclusão do público sobre o que acontece nesse entremeio para constituir uma realidade contínua e unificada. Guardadas as proporções é possível estabelecer aproximações dessa estrutura narrativa com a jornalística, as quais assumiram ao longo do tempo um discurso de apresentação da realidade a partir do compromisso com a veracidade dos acontecimentos.

Ao tomarmos a notícia como o produto final de uma série de apropriações da realidade reorganizadas em um produto jornalístico a fim de relatar um acontecimento, podemos percebê-la como um enquadramento da mesma. São fatos destituídos de sua ordenação natural, reorganizados dentro de novas sequências e associações de ideias, apresentados em linguagem própria (a jornalística) para estruturar aquilo que entendemos por realidade, e na qual depositamos certa fé na verdade. Dessa forma, ao se constituírem enquanto narrativas as notícias também deixam lacunas, "sarjetas". Porém, mais do que um efeito narrativo resultante de omissões estruturais e de fácil conclusão pelo público, tais “sarjetas” podem, na medida em que ignoram informações e/ou pontos de vista, se configurar em silêncios jornalísticos, estabelecendo uma construção unilateral da realidade.

A expansão do ciberespaço através dos processos de simplificação e acesso a tecnologias tem gerado significativas mudanças nessas dinâmicas. As constantes apropriações e ressignificações de discursos midiáticos e formas expressivas feitas pelo público abrem um campo com potencial para romper com tais silêncios, criando novas maneiras de incidir sobre a realidade e abrindo espaço para que novos enquadramentos sejam explorados. As inovações que emergem desse contexto, conforme ressalta Brasil (2014), não se resumem à tecnologia, mas a sua utilização para criação de novas ideias ou novas narrativas. Da mesma forma Martín-Barbero (2006) destaca que a tecnologia não se reduz a aparelhos, mas a novos modos de perceber a linguagem através de novas sensibilidades e escritas. O ciberespaço enquanto canal interativo, conforme constata



Lévy (1998), atua não apenas numa interface técnica, capaz de tornar factível o possível, mas enquanto equipamento cultural que, como um todo, torna imaginável aquilo que antes era inimaginável.

Materializações perceptuais das dinâmicas que ocorrem no contexto da cibercultura os *memes* podem ser vistos, conforme propõe Tavernari (2013), como sintomas e como manifestações culturais devido a sua grande capacidade de propagação de enunciados. São exemplos bastante significativos das reinterpretações que possibilitam os “novos modelos de produção de visualidades e verbalidades” na contemporaneidade e da “problemática das ressignifâncias históricas de configurações discursivas”. (p.01-02) Termo cunhado por Richard Dawkins (1979) para expressar a relação entre a forma de propagação dos genes e das ideias, os *memes*, no contexto da internet, apresentam-se como enunciados capazes de incorporar conceitos evolutivos do contágio biológico. De acordo com a autora, o modelo memético característico desse tipo de narrativas deriva da Teoria Matemática da Comunicação, a qual aborda as novas tecnologias como instrumentos capazes de promover a circulação de dados e informações, os quais replicam-se, competem entre si e se movem em diferentes graus de abstração.

Caracterizados por seu apelo humorístico, os *memes* propõem uma construção paródica da realidade capaz de trazer à tona discursos não expressos nas narrativas jornalísticas tradicionais. Conforme apontam Bakhtin (1981) e Sant’Anna (2008), a paródia aparece como um jogo intra e/ou intertextual que perverte o sentido da mensagem original, estabelecendo uma voz antagônica que questiona, critica e traz novo sentido a ela. Bakhtin a trata como uma segunda voz que, de acordo com ele, “depois de se ter alojado na outra fala, entra em antagonismo com a voz original que a recebeu, forçando-a a servir a fins diretamente opostos. A fala transforma-se num campo de batalha para interações contrárias.” (in SANT’ANNA, 2008, p.14) A paródia pode ser vista, portanto, como uma representação, na medida em que dramatiza um determinado acontecimento ou texto, e uma re-apresentação daquilo que ficou escondido, implícito no original. É uma nova forma de ler determinado discurso. Tal perspectiva denota que, apesar de não estar expresso de forma direta, o sentido da



paródia já existe enquanto potencial silenciado, apto a ser revelado mediante a recombinação de elementos.

Enquanto produtos jornalísticos os telejornais caracterizam-se por estabelecer um duplo recorte da realidade. Primeiro e de maneira mais evidente, através da seleção de assuntos e acontecimentos de diferentes ordens que elegem para comporem um quadro, um panorama do que seria importante para o público em um dado momento. Segundo e de forma mais implícita, dos tratamentos que propõem aos assuntos e acontecimentos escolhidos, conferindo-lhes enquadramentos que perpassam por questões processuais, editoriais e ideológicas, tanto pelos canais a que estão vinculados como por seus jornalistas. Estudos pautados em perspectivas como a do *Gatekeeper* (WHITE, 1950), *Agenda Setting* (McCOMBS; SHAW, 1972) e *Newsmaking* (TUCHMAN, 1983) evidenciam tais dinâmicas, discutindo como e porque determinados assuntos são eleitos para ganhar o status de notícia dentro de um grau de importância e como estes estão submetidos aos constrangimentos, sejam eles empresariais ou pessoais, nas abordagens que recebem. Questiona-se, portanto, até que ponto e de que maneiras *memes* sobre o Jornal Nacional são capazes de revelar silêncios contidos na estrutura e/ou abordagens deste, contribuindo para uma reflexão sobre a possibilidade de novas representações da realidade.

2. Memes: a paródia como artifício para romper silêncios

Enquanto elemento comunicacional os *memes* podem ser situados no entremeio de expressões historicamente legitimadas para apreender e significar o mundo a nossa volta, a exemplo da arte e do jornalismo. Da primeira, carregam técnicas expressivas (em especial das vanguardas artísticas do século XX) que permitem livres associações, sem a necessidade de reproduzir o real. Do segundo, trazem o potencial informativo de referenciar acontecimentos. Vogel (2010, p.65) percebe essas duas expressividades (a arte e o jornalismo) “como séries particularizadas de procedimentos culturais”, nas quais ambas, cada uma a sua maneira, propõem a criação de novos produtos que, de uma só vez, referenciam acontecimentos e passam a fazer parte do contexto social no



qual se inserem.

No campo da comunicação, mais especificamente no midiático, tais dinâmicas se evidenciam no universo da internet em especial pela facilidade com que praticamente todas as mídias e linguagens são colocadas em diálogo constante. Neste sentido, esse ambiente estabelece uma articulação das informações cada vez mais multifacetada, com a possibilidade não só retransmitir e armazenar conteúdos de outras mídias, mas também de manipulá-las, reeditá-las e relacioná-las, fazendo surgir, em potencial, novas experiências comunicativas. É a cultura da convergência proposta por Jenkins (2008), ou o que Longui (2014) aponta como um processo de fusão conceitual, que se caracteriza pela organicidade das relações existentes entre diferentes formas estáticas a partir das novas possibilidades de manejo das linguagens. Uma interrelação entre variadas formas e seus significados expressivos, reunidos em formas particulares de representação.

Bolter e Grusin (2000) contribuem para a questão, indicando que nenhuma mídia é uma mídia isolada da outra, sendo todo meio capaz de remediar, apropriando-se de técnicas, formas e significados sociais de outras mídias, renovando-as. Essa remediação gera o que eles chamam *refashion*, uma lógica formal na qual uma mídia renova as formas das mídias anteriores. Na medida em que são representadas ou realçadas pelas novas mídias, as anteriores recebem novos propósitos, bem como novos tipos de acesso e uso. Nesse sentido, a própria cibercultura pode ser considerada, de acordo com a ideia de discursos circulantes trabalhada por Charadeau (2007), como uma possibilidade discursiva, já que estes consistem na soma empírica de enunciados com grande capacidade de incidir sobre o entendimento social, cultural, político, etc. Em função disso, é capaz de gerar mensagens capazes de revelar como funciona internamente a cultura de um determinado grupo, servindo para instituir poder, regular o cotidiano social e dramatizar os relatos.

Sobressaem-se nesse contexto narrativas cuja construção se estabelece pelo viés da coletividade. A re-mixagem, princípio que segundo Lemos (2005) rege a cibercultura, trata de um "conjunto de práticas sociais e comunicacionais de combinações, colagens, cut-up de informação a partir das tecnologias digitais" (in



ARAÚJO, 2006, p.52) capazes de converter linguagens e narrativas tradicionais em novas formas significativas. A partir do texto original e seus desdobramentos possíveis, Sant'Anna (2008) trabalha com as ideias de “pró-estilo” (a partir do critério de intertextualidade da semelhança) e “contra-estilo” (a partir do critério de intertextualidade da diferença). Em relação com a primeira coloca a *estilização* e a *paráfrase*, e com a segunda, a *paródia* e a *apropriação*. Para o autor, aquelas se caracterizam como formas expressivas consonantes com a mensagem do texto original que, embora proponham alterações estilísticas, não mudam seu sentido, e estas como destoantes, conferindo novos sentidos à mensagem a partir da manipulação e desvio de seus elementos. Um novo enquadramento. A apropriação seria, sob essa ótica, uma espécie de paródia levada ao extremo de seus limites, criando um deslocamento total do texto original para atribuir-lhe um sentido completamente novo.

A recombinação de elementos para criação de novos produtos é uma estética que está presente na cultura ocidental desde as vanguardas artísticas do século XX. A reprodutibilidade técnica, discutida por Benjamin (1994), já apontava para alteração da importância do original diante da possibilidade de reproduzi-lo tecnicamente, propondo uma nova expressão das sensibilidades coletivas. Ao tratar da problemática da reprodutibilidade técnica e da consequente perda da aura como a “figura singular, composta de elementos espaciais e temporais” que permitiria “a aparição única de uma coisa distante por mais perto que ela esteja” (p.79), o autor propõe uma discussão que ultrapassa o campo da arte, embora o tome como ponto de partida. Trata-se, conforme bem coloca Martín-Barbero (1997), de pensar o popular na cultura como experiência e produção, onde as novas experiências possibilitadas pela técnica permitem a qualquer um o uso e o gozo das coisas (não só das artes). Uma aproximação de tudo aquilo que anteriormente a configuração das relações sociais fazia parecer distante. Dessa forma, as massas podem agora sentir próximas até mesmo as coisas mais longínquas e sagradas. Trata-se da mudança de um paradigma estético que se materializa nas técnicas e que resulta em políticas que se estendem para todos os campos da vida em sociedade, uma vez que “esse ‘sentir’, essa experiência, tem um conteúdo de exigências igualitárias que são a energia presente na massa”. (MARTÍN-BARBERO, 1997, p.74)



Rancière (2009), por sua vez, discorda da relação causa x efeito ocasionada pelas chamadas “artes mecânicas”, afirmando que estas só se tornam “artes” em função da abertura que oferecem ao anônimo e às massas, e uma vez que as próprias práticas artísticas são “maneiras de fazer” que permitem a ação e a distribuição do comum, do ordinário. Para o autor já existe na base da política um modo de dividir e compartilhar o sensível comum que independe da arte ou de sua apropriação pela técnica. Dessa forma, ao propor que a partilha democrática do sensível cabe até mesmo ao mais anônimo dos atores sociais, a vertente utópica das vanguardas permite que a modernidade seja percebida como “uma época em que qualquer um é considerado como cooperado com a tarefa de ‘fazer’ a história”. (RANCIÈRE, 2009, p.59)

Nesse contexto, a defesa do caos e da imperfeição proposta pelo Dadaísmo com a intenção de enfraquecer os sistemas e códigos estabelecidos pelo mundo da arte (Imagem 01), bem como a bricolagem típica do Pop Art (Imagem 02) aparecem como expoentes dessa dialética da re-mixagem, onde o deslocamento e a (re)combinação de imagens já existentes são utilizados para criação de novas narrativas, as quais por sua vez parodiam a própria realidade na qual estão inseridas, aparecendo tanto como produtos de expressão artística como uma crítica de costumes. No ciberespaço, de acordo com as ideias de Lévy (1998), todos esses princípios são potencializados, uma vez que em um sistema coletivo inteligente seus próprios membros estabelecem uma negociação constante acerca da ordem estabelecida.

Imagens 01 e 02: *A Fonte*, de Marcel Duchamp (1917) e *O que exatamente torna os lares de hoje tão diferentes, tão atraentes?*, de Richard Hamilton (1956)





Fonte: www.ecoarte.info

Dessa maneira, mais do que mudanças tecnológicas o ciberespaço propõe mudanças de paradigmas que, segundo Lévy (1999, p.113), “transformam, efetivamente, as condições da vida em sociedade”. Quanto mais ele se amplia, mais universal ele se torna e menos totalizável fica o mundo informacional. E uma vez que o universo da cibercultura não possui centro ou linha diretriz, ele aceita todos os conteúdos, colocando em contato pontos distintos, independente de sua carga semântica ou entidades relacionadas. Isso torna possível que o público, antes relegado ao papel de receptor das mensagens jornalísticas, não só as contestem como também as subvertam. Nesse sentido, os *memes* que fazem menção a conteúdos e abordagens do Jornal Nacional também o fazem em diferentes níveis, rompendo com silêncios referentes a temas que são ignorados pelo mesmo e/ou abordagens ideológicas que revelam aspectos como sua linha editorial.

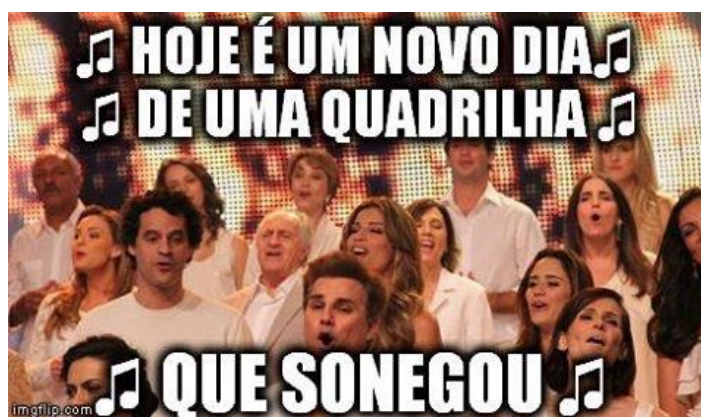
Um exemplo bastante ilustrativo da omissão de um assunto de grande relevância jornalística por parte do Jornal Nacional diz respeito ao processo de sonegação fiscal referente ao período de 2005 a 2008 envolvendo a Rede Globo e que veio à tona em 2013 através de um grupo de blogueiros e canais alternativos como o Centro de Estudos de Mídia Alternativa Barão de Itararé e o Mega Cidade. Arquivado em outubro de 2014 o caso, que não foi destaque na grande mídia, condenava a emissora em uma autuação em torno de R\$ 700 milhões. Na internet, principalmente através de sites como o Facebook, o caso ganhou espaço através de *memes* que evidenciavam a omissão do



assunto pelos telejornais da emissora. As imagens 03 e 04 apresentam, respectivamente, Willian Bonner, editor chefe do Jornal Nacional, e Arnaldo Jabor, cronista dos telejornais da Globo, em indicações diretas sobre o silêncio da emissora em torno do caso. No primeiro *meme* (Imagem 03) é feito um comparativo com outros escândalos que, mesmo representando valores menores, foram destaque no telejornal. O silenciamento aqui aparece na brincadeira com a falta de tempo para abordar o assunto devido a estrutura do telejornal, que finaliza com o clássico “boa noite” do apresentador quando o assunto em questão vêm a tona. No segundo *meme* (Imagem 04) é feita uma provocação direta, sugerindo que Arnaldo Jabor comente o caso, o que aponta para a crença de que o silêncio em torno do tema irá prosseguir. Já o terceiro *meme* (Imagem 05) faz alusão ao processo de maneira indireta e com uma abordagem humorística mais evidente, utilizando-se do clássico comercial de fim de ano da Rede Globo para remeter ao caso.

Imagens 03 a 05: *Memes* que fazem alusão a investigação por sonegação fiscal da Rede Globo e da omissão por parte da emissora em seus telejornais.





Fontes: facebook.com/bastidoresdamidia, facebook.com/políticanoface e imgflip.com

Outros *memes* emblemáticos que sugerem silenciamentos do Jornal Nacional são aqueles que circularam durante o período eleitoral, no segundo semestre de 2014 (Imagens de 06 a 08). Nestes a sugestão da omissão se dá de maneira mais implícita, revelando o silêncio em torno de determinados pontos de vista em detrimento de outros, o que aponta para o caráter ideológico do telejornal. No primeiro exemplo (Imagem 06) o *meme* resgata um acontecimento da história da política nacional para expor a posição ideológica da Rede Globo. Trata-se do último debate das eleições presidenciais de 1989 entre os candidatos Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Luís Inácio Lula da Silva (PT), o qual ficou conhecido pela edição que favoreciam o primeiro.



Imagens 06 a 08: Memes que sugerem o viés político partidário da Rede Globo a partir das



entrevistas aos candidatos das eleições presidenciais no Jornal Nacional
Fontes: geradordememes.com e facebook.com/poserra

O segundo *meme* (Imagem 07) faz uma brincadeira com a dinâmica da entrevista feita com a candidata a presidência Dilma Rousseff (PT), onde o apresentador e editor-chefe do Jornal Nacional, Willian Bonner teria ocupado grande parte da mesma na formulação de perguntas, deixando pouco tempo para as repostas. A relação se dá pela utilização de trechos da música *Faroeste caboclo*, do grupo Legião Urbana, conhecida como uma das mais extensas do cenário musical nacional. Já a Imagem 3 se configura por uma explicitação da posição político-partidária da emissora, sugerindo que as notícias apresentadas pelo Jornal Nacional dariam voz um determinado partido político



em detrimento dos demais, que estariam de certa forma sendo silenciados. Para isso, compara o telejornal com o horário eleitoral gratuito, que se caracteriza por expor o ponto de vista de um determinado grupo político.

3. *Framing, memes e a ampliação de vozes*

O conceito de *framing* trabalhado por Reese (2001) possibilita o aprofundamento dessa discussão, já que permite entender a narrativa jornalística como o resultado aparente de uma série de procedimentos permeados por princípios e dinâmicas culturais que interferem no diálogo que se estabelece nos diferentes momentos do fazer jornalístico, dos processos de seleção das informações às possíveis significações atribuídas pelo público. “*Frames* são princípios organizativos que são compartilhados socialmente e persistentes no tempo, que operam simbolicamente para dotar de sentido o mundo social”. (Reese, 2001, p.11) Dessa maneira, ao mesmo tempo em que sugerem um todo que interfere nas produções humanas, uma forma de compreender e agir sobre o mundo, delimita também um recorte, uma moldura sobre a qual se aplicam esses princípios de seleção e organização e que, ao se materializarem, voltam a fazer parte desse todo.

Tal princípio pode ser visto como uma das manifestações estéticas da “partilha do sensível”, a qual dá forma à comunidade. Ao mesmo tempo em que significa a participação em um conjunto comum, contrariamente significa separação. “Uma partilha do sensível é, portanto, o modo como se determina no sensível a relação entre um conjunto comum partilhado e a divisão de partes exclusivas”. (RANCIÈRE, 2009, p.07) A duplicidade contida nessa ideia percebe a “partilha do sensível” a partir daquilo que é comum (cultura, direitos civis, liberdade, etc.) e, ao mesmo tempo, das disputas por esse comum, as quais se estabelecem nos campos das diversas atividades humanas e buscam definir “competências ou incompetências” para a partilha. Para o autor essa estética independe da experiência da subjetividade política, sendo um modo negociado de visibilidade que “faz ver quem pode tomar parte no mundo em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce”. (RANCIÈRE, 2009, p.16)



O jornalismo apresenta-se assim como uma atividade que solicita para si o direito de colocar em comum determinados aspectos da vida social, apresentando um real reorganizado num discurso próprio para que seja compartilhada pelos sujeitos. Nesse contexto, *framing* refere-se à maneira como diferentes eventos e questões são organizados para fazer sentido, em especial através dos discursos dos meios de comunicação, seus profissionais e audiências. Tratam-se, ainda segundo o autor, a partir das ideias de Goffman (1974) e Bateson (1972), de expectativas nas quais as pessoas se baseiam para dar sentido a sua experiência social cotidiana, a qual segundo Meditsch (2010), ao retomar as ideias de Berger e Luckmann (1985), deve ser percebida como um processo dialético contínuo, onde o homem e seu mundo social atuam reciprocamente um sobre o outro e no qual o jornalismo aparece como um campo participante, não sendo, contudo, o único, ou mesmo o mais importante.

Destaca-se assim o caráter interdisciplinar do *framing*, decorrente da multiplicidade de olhares que incidem sobre o campo da comunicação e do jornalismo.

Entman (1993), refere-se ao *framing* como um paradigma fraturado, que assim como o próprio campo da comunicação torna-se atrativo por sua natureza interdisciplinar. Quando visto como a ação recíproca de práticas de mídia, cultura, audiências e produtores, os defensores da abordagem de *framing* são contra compartimentar indevidamente componentes de comunicação (remetente, conteúdo, audiência). Como qualquer formulação teórica, nós preferimos considerar quais aspectos do mundo social são melhor explicados com ele, e quais são obscurecidos. (Reese, 2001, p.07)

Mais do que um recorte que se instala sobre uma dada realidade, como se fosse um dos quadros que delimita a ação dentro de uma história em quadrinhos, por exemplo, o *framing* jornalístico carrega consigo uma variedade de quadros que relacionam-se entre si, e cujas tensões aparecem não apenas nos conteúdos manifestos na narrativa, mas também a partir daquilo que não é expresso no texto, em suas “sarjetas”, por assim dizer. Assim, enquanto estruturas de significado elaboradas a partir de “um conjunto de conceitos e relações entre esses conceitos”, os *frames* também estabelecem “regras para o processamento de novos conteúdos.” (MEDITSCH, 2013, p.18) Considerando que no ciberespaço esses os enquadramentos sobre o cotidiano



deixam de ser produzidos apenas pelos jornalistas, mas também pelos cidadãos, que têm agora a possibilidade de editar e reeditar conteúdos, participando de uma realidade constantemente remediada, temos uma ampliação no número de vozes e, por consequências, de *frames* aos quais uma dada realidade pode ser submetida.

Tal perspectiva é reforçada se, conforme propõe Reese (2001), entendermos o *frame* enquanto um princípio organizador do discurso, o qual é resultado de uma interpretação social e cultural que se materializa em um texto. Acrescenta-se ainda o entendimento técnico de *frame* como cada um dos quadros de um produto audiovisual e temos também importantes elementos que compõem as narrativas meméticas. A possibilidade de captar *frames* diversos, fragmentos de diferentes narrativas, inclusive jornalísticas, e reorganizá-los em uma nova, amplia significativamente as possibilidades de difundir discursos sobre a realidade social do nosso tempo. Dessa forma o público, a partir de suas próprias criações narrativas, tem o potencial de revelar perspectivas deixadas de lado pela grande imprensa, gerando saberes capazes de produzir efeitos de verdade nos receptores (CHARAUDEAU, 2007), os quais podem se tornar novos emissores no contexto do ciberespaço.

Quando isso acontece a partir de um texto previamente existente, a exemplo dos *memes* que parodiam o Jornal Nacional, temos um re-enquadramento, uma vez que a realidade em questão já passou por um enquadramento prévio. Esse novo tratamento é possível a partir de novas associações, porém, sempre em relação às que foram apresentadas inicialmente, como se o *framing* que possibilitou a exploração de um dado discurso trouxesse, em potência, os elementos para exploração de novos. No caso dos textos de caráter jornalístico, que possuem a autorização simbólica para representar a realidade, a paródia também pode sugerir um rompimento do contrato social com o público, uma vez que, ao satirizar, revela outros *frames* possíveis para essa realidade. A piada, nesse contexto, vira um veículo expressivo que manifesta *frames* existentes ao mesmo tempo em que ajuda a elaborar novos. Mais do que o riso, provocam uma reflexão sobre como estamos compreendendo o mundo a partir de tais narrativas.

Sobre a dupla natureza do *framing*, ao mesmo tempo em que é resultado das ordenações objetivas e subjetivas, conscientes e inconscientes da realidade social que os



produz, possuem potencial para incidir novamente sobre ela, atribuindo-lhe novos sentidos. Cabe questionar que partilhas comuns permitem a estruturação das partilhas específicas que ocorrem dentro do ciberespaço. Assim, ao romperem com silêncios presentes no jornalismo os *memes* aparecem alinhados com as proposições estéticas e políticas nas quais a sociedade está inserida, apresentando-se como importantes pistas para revelá-las. Resta saber, contudo, até que ponto a experiência estética politizada proposta pelas vanguardas artísticas ainda é capaz de revelar horizontes utópicos capazes de ampliar as participações a partir dos novos espaços do debate público.

4. Referências

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BOLTER, Jay David; GRUSIN, Richard. *Remediation: understanding the new media*. EUA, 2000.

BRASIL, Antônio. Telejornalismo pós-industrial: Drones, ninjas e jornalismo imersivo. In *Jornalismo pós-industrial: caminhos para o pós-jornalismo*, Revista do Instituto Humanitas da Unisinos. n.447, ano XIV, ISSN 1981-8793, 18-20.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2007.

LEMONS, André. *Viver-cultura-remix*. In *Imagem (ir)realidade: comunicação e cibermídia*. ARAUJO, Denize Correa (org). Porto Alegre: Sulina, 2006.

LÉVY, Pierre. *A Inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Loyola, 1998.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LONGHI, Raquel Ritter. *O audiovisual como gênero expressivo e sua reconfiguração no jornalismo online*. Estudos em comunicação n.16. UFSC, 2014.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rido Janeira: Editora UERJ, 1997.



_____. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In *SociedadeMidiatizada*, Denis de Moraes (org.).Rio de Janeiro: Mauad, 2006, 51-80.

McCLOUD, Scott. *Desvendando os quadrinhos*. São Paulo: M. Books do Brasil Editora, 2005.

MEDITCSH, Eduardo. Jornalismo e a construção social do acontecimento. In *Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos*. Marcia Benetti; Virginia Pradelina da Silveira Fonseca. (org.).Florianópolis: Insular, 2010, 19-41

_____. Os múltiplos framings do acontecimento no jornalismo. In *Jornalismo e acontecimento: tramas conceituais*. Eduardo Meditsch; Gislene Silva; Daisi Vogel. (org.) Florianópolis: Insular, 2013, 17-29.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2009

REESE, Stephen D. A bridging model for media research. In *Framing public life: perspective on media and our understanding of the social world*. Stephen Reese; Oscar Gandy; August Grant. Mahwah, N.J.: Lawrence Erlbaum, 2001, 7-31.

SANT'ANNA. *Paródia, paráfrase & Cia*. São Paulo: Editora Ática, 2007.

TAVERNARI, Mariana. *Modelos de protagonismo e deslizamentos narrativos em memes na internet*. XXXVI Intercom: Manaus, 2013.

VOGEL, Daisi. I. *O acontecimento no jornalismo e na arte*. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. (org). *Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos*. (63-76) Florianópolis: Insular, 2010.



OS SILENCIAMENTOS E OS NÃO-DITOS NO DISCURSO DO JORNALISMO



Mostrado mas não dito: considerações sobre os critérios dos Prêmios *Imprensa Embratel/Claro* e *Esso de Jornalismo* para valoração das imagens fotográficas

Soraya Venegas Ferreira¹⁸¹

Resumo: Ao enunciar que “os jornalistas têm os seus óculos particulares através dos quais vêem certas coisas e não outras e vêem de uma certa maneira aquilo que vêem”, Pierre Bourdieu nos instiga a refletir sobre os não-ditos que constituem os critérios de excelência para o jornalismo em geral e para o fotojornalismo em particular. As fotografias vencedoras do *Prêmio Esso* e do *Prêmio Embratel/Claro* passaram por crivos profissionais com objetivos diferenciados: edição para publicação no veículo noticioso, seleção para inscrição no certame, avaliação de diversas comissões julgadoras e, mesmo assim, em cinco edições dos prêmios, os resultados foram coincidentes. Mais do que imagens fruto de cuidadosa produção pré-fotográfica, de rebuscados processos de enunciação ou de intervenções pós-fotográficas, os jornalistas integrantes do júri parecem privilegiar o fato em detrimento da foto, reafirmar a morte – mesmo que de um colega - como valor notícia, o flagrante como estratégia discursiva e contemplar as sequências fotográficas em patamar de igualdade com as imagens síntese obtidas num único click.

Palavras-chave: Silêncios do Jornalismo, Fotojornalismo, *Prêmio Esso de Jornalismo*, *Prêmio Imprensa Embratel/Claro*

1. Gritos do Silêncio: traços de uma atividade profissional em crise

O ethos profissional que configura a categoria dos jornalistas em geral e dos fotojornalistas em particular vem sofrendo rápidas fissuras nesse início de século. No Brasil, há vários traços que indicam essas mudanças. A morte do repórter Tim Lopes (torturado e assassinado por traficantes, em 2002), a alteração do código de ética dos jornalistas (2007), a queda da exigência de diploma de graduação para obtenção de registro profissional pleno (2009) e a homologação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (2103) são alguns dos indícios que movem o questionamento sobre que tipo de jornalismo e de fotografia de imprensa a sociedade demanda.

¹⁸¹ Jornalista, Mestre e Doutora em Comunicação e Cultura pela ECO-UFRJ, como Pós-Doutorado em Teorias do Jornalismo pelo PPGCom-UFF. Coordenadora do Curso de Jornalismo do Campus Niterói da Universidade Estácio de Sá.



Destaca-se ainda o crescimento da área ocupada pelas imagens nos veículos impressos e nos sites noticiosos, o desenvolvimento da tecnologia de captação digital que fomenta a hibridização das linguagens fotográfica e videográfica e as alterações nas condições de trabalho, na medida em que ao tradicional equipamento jornalístico de cobertura externa – câmeras, bloco e caneta – foram adicionados não apenas os celulares, *notebooks* e *tablets*, mas também coletes a prova de balas, capacetes e máscaras anti-gás. Mais recentemente, não apenas em função do risco crescente das coberturas externas, mas também do desejo de tomadas aéreas, drones tem sido usados na captação fotografias e vídeos. Coloca-se em questão a regulamentação do que já vem sendo chamado de drone-jornalismo, ou seja, o uso de veículos aéreos não tripulados, acionados por controle remoto ou computador, criados inicialmente para fins militares, mas que hoje têm sido usados para cobertura jornalística.

Nesse artigo, parte-se do pressuposto que, como em qualquer outra categoria, a identidade do profissional do jornalista se configura a partir de uma rede de representações sociais que, através de um conjunto de conceitos, técnicas e procedimentos, reproduz e é produzida pelas práticas cotidianas originadas em seu campo. Entre essas práticas estão as premiações que destacam, pela ótica dos profissionais, os melhores trabalhos jornalísticos veiculados em diversos suportes em um determinado período, sejam eles sobre tema específico ou não.

No Brasil, a imagem fotográfica é contemplada como categoria em alguns certames, entre eles, os Prêmios *Esso de Jornalismo e Imprensa Embratel/Claro*. No primeiro, criado em 1956, a categoria *Fotografia* existe desde 1961. No segundo, cuja primeira edição ocorreu em 1999, a de *Reportagem Fotográfica*, começou em 2000. Na edição de 2014 do *Prêmio Imprensa Embratel/Claro*, seja em função de uma não explicitada limitação orçamentária¹⁸² ou da hibridização que se desenvolve silenciosamente no interior dos departamentos fotográficos, houve a fusão das categorias de *Reportagem Fotográfica* e *Reportagem Cinematográfica*. Nessa edição, a

¹⁸² Em 2013, não houve edição do *Prêmio Imprensa Embratel*, que retornou em 2014 já com o novo patrocinador, passando a se chamar *Prêmio Imprensa Embratel/Claro*.



disputa pelo título de melhor Reportagem Foto-cinematográfica estava empatada até o anúncio do vencedor do prêmio principal.

Essas duas premiações se tornaram tão relevantes, que sua conquista pode ser considerada como capital simbólico, referência de bom exercício profissional e evidenciar paradigmas também da prática fotojornalística. Por isso, a partir do estudo de seus regulamentos, dos textos referentes ao anúncio de vencedores nos sites oficiais, do contato informal com integrantes das comissões julgadoras e da observação das imagens premiadas, buscar-se-á entender o que é mostrado, mas não dito: os valores que separam as fotos vencedoras das demais concorrentes.

O *corpus* de análise será constituído pelo conjunto de fotografias premiadas simultaneamente nos dois certames. Em duas ocasiões há diferença quanto ao ano da premiação devido ao período de publicação dos trabalhos aptos à inscrição, a saber: 2002, 2003/2004, 2004/2005, 2012, 2014. Toma-se ainda, por hipótese, que a sistemática de julgamento bem como os critérios utilizados pelo júri refletem uma dada visão do campo e da atividade do fotojornalista.

2. Jornalistas Jurados: os valores de uma “comunidade interpretativa”

A atividade jornalística é depositária de um conjunto de técnicas, práticas e normas que orientam a competência do profissional de informar a sociedade sobre assuntos de relevância pública, através de um relato baseado em fatos e com o maior senso de objetividade possível. Os manuais de redação, os profissionais renomados, a grade curricular dos cursos de Jornalismo e o resultado das premiações são exemplos da garantia da coesão desta atividade em torno de critérios que lhe são próprios, conforme postula Nelson Traquina (2008) quando teoriza que o jornalismo tem um “modo de ver, de falar e de agir”.

A todo momento, os *media* colocam à disposição de forma orquestrada uma sequência de imagens, palavras e centenas de sinais gráficos, imagéticos ou sonoros sobre um calhamaço de papel, nas ondas do rádio ou da televisão, ou digitalmente na Internet. Através da mobilização de profissionais, máquinas, normas deontológicas,



condutas éticas e rotinas de produção, os jornalistas se empenham em executar suas atividades baseadas em parâmetros que o próprio campo oferece a partir de um *ethos* coletivamente construído e que se concretizam no *habitus* da identidade profissional. Essa prática capaz de gerar competição que, em alguns casos, visa à conquista do reconhecimento oferecido por mais de uma centena de diferentes premiações organizadas anualmente no Brasil.

Para os profissionais que resolvem disputar os prêmios, o regulamento deve ser conhecido, pois há implicitamente a exigência da adequação do seu trabalho às normas da premiação cobiçada. Uma vez conquistada, tal prática vira exemplo da boa conduta jornalística, a ser seguida por aqueles que desejam chegar em primeiro lugar. Do ponto de vista simbólico, o reconhecimento pela conquista é a melhor medalha que um jornalista pode receber dos seus pares.

Os *Prêmios Esso de Jornalismo e Imprensa Embratel/Claro* são exemplos de competições que por sua longevidade, profissionais envolvidos na sistemática de julgamento e por contemplarem apenas trabalhos executados e já publicados por jornalistas, são capazes de indicar traços desse *ethos* profissional. As imagens que disputam os *Prêmios Esso* e *Embratel/Claro* passaram por sucessivos crivos: foram publicadas pelos veículos noticiosos, escolhidas no interior das redações para inscrição, pré-selecionadas por uma comissão julgadora composta por profissionais de imprensa e, normalmente, premiadas por outra comissão de jornalistas. No *Esso*, há uma comissão específica para a Fotografia, enquanto no *Embratel*, as reportagens fotográficas são avaliadas pelos mesmos profissionais que se ocupam das demais as categorias. Esses jornalistas recebem um *pro-labore* não explicitado nos documentos públicos das premiações mas, por vezes, comentado informalmente.

No *Prêmio Esso de Jornalismo*, a atual sistemática de julgamento, disponível no site da premiação, prevê que a avaliação seja feita em duas etapas e por duas comissões distintas: a de Seleção, sobre a qual impera o silêncio e a de Premiação, cujos nomes são amplamente divulgados e funcionam como uma espécie de capital simbólico capaz de garantir a idoneidade da competição. Na primeira etapa, a Comissão de Seleção, com número de integrantes determinado em função da quantidade de trabalhos inscritos,



indica, dentre eles, as dez fotografias, sequências ou ensaios que exibam melhores condições de conquistar os prêmios¹⁸³. Isso é feito através da atribuição individual de notas. Os trabalhos que obtiverem maior pontuação serão os finalistas. Os critérios de desempate bem como algumas situações excepcionais estão previstos e explicitados no regulamento.

A Comissão de Premiação é composta por pelo menos cinco integrantes, cabendo ao jurado mais idoso o voto de desempate, caso necessário. Na segunda etapa, ela avaliará os finalistas, para escolher o vencedor de cada categoria e os vencedores do *Prêmio Esso de Reportagem* e do *Prêmio Esso de Jornalismo*. Somente, em caráter excepcional¹⁸⁴, essa comissão se ocupará do *Prêmio Esso de Fotografia*, que é escolhido dentre os dez finalistas, por uma Comissão Especial composta por 50 fotojornalistas, que não atribuirão nota, mas sim votarão na imagem vencedora. A mais votada leva o prêmio.

O fato de a avaliação da imagem fotográfica ocorrer no âmbito de comissão especial indica que os organizadores reconhecem a especificidade da categoria e consideram que uma jornalista “de texto” não sejam os profissionais mais adequados para estabelecer critérios de excelência no campo das imagens. Essa configuração, embora ofereça um olhar especializado em relação aos trabalhos inscritos, acaba por isolá-los, dificultando que sejam contemplados em qualquer outra categoria que não a específica. Ao longo da história da premiação, fotografias chegaram a receber menções honrosas e, em 1990, o fotojornalista Jorge William conquistou o *Prêmio Esso de Informação Esportiva*, com a foto intitulada *Farsa Chilena*. A partir da imagem foi possível provar que o sinalizador lançado por uma torcedora não atingira o goleiro chileno Rojas, no jogo BrasilXChile, nas eliminatórias da Copa do Mundo.

No *Prêmio Imprensa Embratel/Claro*, o julgamento é feito em três fases: *Pré-Avaliação*, *Seleção Regional* e *Julgamento Nacional*, explicitadas no regulamento

¹⁸³ Nas demais categorias, são selecionados apenas cinco trabalhos finalistas, que seguirão para Comissão de Premiação.

¹⁸⁴ Quando ocorre empate entre finalistas com maior número de votos atribuídos pela Comissão Especial de Fotografia, caberá à Comissão de Premiação promover o desempate..



disponível no site da premiação. A Comissão de Pré-Avaliação, sobre a qual não há publicidade, é composta por um coordenador geral e mais sete membros (dois representantes de entidades de classe e cinco indicados pelo patrocinador). Essa comissão seleciona cerca de dez reportagens por categoria. Nessa etapa, é possível recomendar o remanejamento de um determinado trabalho para outra categoria que não a indicada na inscrição, caso a comissão avalie que este não se enquadra na categoria indicada pelo seu autor. Na etapa de seleção regional, há uma nova comissão, composta por doze jornalistas de todas as regiões do país. Eles são indicados pelos organizadores e pelo patrocinador. A comissão faz a avaliação das reportagens regionais, atribuindo notas aos trabalhos selecionadas pela Comissão de Pré-Avaliação. Com base na pontuação obtida, no mínimo, três matérias de cada região são encaminhadas para avaliação da Comissão Julgadora Nacional, que é amplamente divulgada e, cujas opiniões chegam a ser explicitadas nas publicações referentes a cada edição do prêmio.

A Comissão Julgadora Nacional é composta por 12 membros, escolhidos entre renomados profissionais de imprensa. Seus nomes devem ser aprovados pelo patrocinador, organizadores e entidades que apoiam o projeto. Entre mais presentes nas comissões anteriores estão os professores, jornalistas e escritores Arnaldo Niskier e Zuenir Ventura, que estão no Júri desde a primeira edição, além do presidente da Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Rio de Janeiro, Alberto Jacob Filho e da ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, Janice Caetano.

A comissão é presidida por um dos seus membros, escolhido na reunião de instauração. Ele tem o poder de decisão em caso de empate em qualquer uma das categorias existentes. Caetano já foi presidente do júri diversas vezes e responsável por desempates, como o que, em 2007, premiou em o ensaio fotográfico *O começo do fim - efeitos do aquecimento global*, publicado no *Jornal do Commercio/PE*. No trabalho, o fotojornalista Marcos Michael retrata “a realidade da seca em Pernambuco, mostrando a paisagem castigada pelo aquecimento global e imagens de um povo que sofre as



consequências cruéis da falta de água na região”¹⁸⁵. Essa decisão marcou uma ruptura pontual na tendência das comissões anteriores em premiar imagens de violência urbana na categoria *Reportagem Fotográfica*.

O Júri Nacional atribui notas a cada um dos trabalhos de cada categoria e, por média, chega-se aos vencedores. Além disso, a comissão elege a reportagem para o *Grande Prêmio Barbosa Lima Sobrinho*. Ao contrário do *Prêmio Esso*, que tem uma comissão diferenciada para analisar a imagem; no *Embratel/Claro*, a comissão julgadora é única para todas as categorias, o que indica que o jornalismo é uma atividade de caráter generalista e que, independentemente da função exercida no cotidiano profissional, qualquer jornalista é capaz de avaliar todos os trabalhos, independentemente da mídia em que são veiculados, ou se são compostos imagens – fotografias ou vídeos - ou por textos.

Essa característica da sistemática de julgamento pode ter facilitado que imagens fotográficas e cinematográficas conquistassem o prêmio principal do certame. Em sua 13ª edição, pela primeira vez o grande prêmio foi dado a uma narrativa visual. O *Troféu Barbosa Lima Sobrinho* foi entregue ao repórter cinematográfico Francisco de Assis, da Rede Globo, pela reportagem *Fuga da Vila Cruzeiro*. Para Zuenir Ventura, um dos jurados da edição, o prêmio foi merecido já que as imagens dos traficantes fugindo da polícia tornaram-se num marco noticioso, ao sintetizar simbolicamente o momento em que a lei se impõe ao crime. “Pela primeira vez na história da competição a imagem suplantava a escrita: a TV batia os jornais e revistas. Foi uma surpresa, inclusive para o júri, que só toma conhecimento do resultado na solenidade de premiação, já que o voto é secreto e cada um dos 12 jurados não conhece a escolha dos outros”. (VENTURA, in LOUSADA, 2012:59). Em 2014, foi a vez de uma sequência fotográfica conquistar o grande prêmio, mas a violência retratada não era externa à categoria. As fotos mostram o momento em que Santiago Andrade, um profissional de imagem, tornou-se alvo de um rojão atirado por manifestantes, no Rio de Janeiro, em fevereiro do mesmo ano.

A pluralidade de perfis profissionais deveria marcar comissões julgadoras, mesmo aquelas especializadas em uma determinada categoria – como no caso da

185 <http://www.premioimprensaembratel.com.br>. Acesso em 10 de abril de 2013, 13h23m.



Fotografia, mas sabe-se que não é fácil definir “o” jornalista. Ciro Marcondes Filho (2002), por exemplo, apresenta o jornalismo como uma atividade múltipla: múltipla em suas tarefas e diversa quanto aos meios de difusão das mensagens. Para ele, além de distinguir funções, meios e veículos, é preciso entender as “classes” numa redação: dos jornalistas com grande visibilidade e detentores de altos salários (e que normalmente integram as comissões julgadoras) até o que o autor chama de “massa-suporte”, composta pelos repórteres, cinegrafistas, fotógrafos e jornalistas iniciantes – os *focas*.

Muitas vezes, social e salarialmente desvalorizados em relação aos colegas do texto, alguns repórteres-fotográficos, integrantes ou não dessas comissões julgadoras, afirmam-se mais como fotógrafos do que como jornalistas. Outros oscilam entre a autoimagem de “apertadores de botão”, capazes apenas de operar o equipamento fotográfico e a de “artistas da imagem”, cerceados em sua criatividade pelo “compromisso com a verdade”, imposto pelos veículos noticiosos. Alguns profissionais defendem a estética do flagrante e a “caça ao referente” como estratégia de objetividade, enquanto outros buscam as intervenções pré-fotográficas para elaborar uma imagem mais “produzida”, em busca de mais impacto nas páginas dos periódicos. Mesmo com a diversidade de sistemáticas e de profissionais envolvidos na avaliação das fotografias, em cinco momentos houve concordância entre as duas premiações.

3. “Passando recibo”: paradigmas de excelência em fotojornalismo

Das cinco ocasiões em que *Esso* e *Embratel/Claro* foram coincidentes na premiação de imagens fotográficas – seja em categoria específica ou no prêmio principal - em três delas, o destaque foi dado às sequências fotográficas. Contudo, nas cerimônias de premiação, no material distribuído pelas assessorias de imprensa e disponível nos sites oficiais que deveriam prezar pela memória da premiação, nem sempre elas foram disponibilizadas integralmente. Todas as imagens premiadas – sejam elas integrantes de sequências ou fotos únicas - a estética reforçada é a do flagrante, que se baseia na mínima relação entre o fotojornalista e o referente. Essa postura reconcilia



o profissional com o conceito de “momento decisivo” proposto por aquele que muitos consideram o pai do fotojornalismo moderno: Henri Cartier-Bresson.

Entre os paradigmas de qualidade enunciados nos textos referentes às fotografias nos sites oficiais das premiações, pode-se encontrar algumas pistas que reforçam essa percepção. Com base nas tabelas a seguir, nota-se a reincidência de alguns termos que se referem à valores-notícia (violência, morte, conflito, execução), funções e estratégias de concepção fotografia (mostra, registro, flagrante, documento, síntese, prova) e papel social da informação jornalística, na medida em que algumas das fotos premiadas auxiliaram na identificação e prisão de envolvidos em atividades criminosas, o que é explicitado junto à descrição das imagens.

Tabela 1: Prêmio Esso de Jornalismo

ANO	AUTOR/ VEÍCULO	TÍTULO	TEXTO DISPONÍVEL EM http://www.premioesso.com.br/site/home/index.aspx
2002	Wania Corredo/ Extra – sequência – 3 fotos	<i>Execução em uma rua de Benfica</i>	“Flagrante do assassinio de um desenhista de móveis, em plena luz do dia, em uma rua do bairro de Benfica, no Rio de Janeiro. A execução foi cometida pelo ocupante da garupa de uma moto. A publicação das fotos levou, dias depois, à prisão dos criminosos”.
2003	Márcio Rodrigues/Agên- cia Fotocom	<i>Voo para a morte</i>	“O repórter-fotográfico Raphael Lima Teixeira é atirado para o alto após ter sido atingido pelo carro desgovernado do piloto Gualter Salles, em corrida de Stock Car realizada na cidade de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul.”
2004	Carlos Moraes/ O Dia (sequência – 9 fotos)	<i>Ataque a helicóptero : reação, fuga e execução</i>	“O conjunto de fotos, tiradas de um helicóptero, mostra o momento em que dois suspeitos são mantidos sob a mira de armas por policiais, pouco antes de aparecerem mortos, sendo carregados pelas escadarias do Morro da Providência, no Rio. As tatuagens exibidas por um dos detidos permitiram que fossem reconhecidos como os mesmos suspeitos que, momentos antes, apareciam desarmados e já dominados”.
2012	Wilton Júnior/ O Estado de São Paulo	<i>Touché</i>	Sem texto
2014	Domingos Peixoto/ O Globo	<i>Crime à liberdade de imprensa</i>	A sequência mostra “o momento em que Santiago Andrade, cinegrafista da TV Bandeirantes, é atingido por um foguete disparado por integrantes de manifestação violenta ocorrida no Centro do Rio de Janeiro”. ¹⁸⁶

Fonte: elaboração própria

Tabela 2: Prêmio Imprensa Embratel/Claro

ANO	AUTOR/ VEÍCULO	TÍTULO	TEXTO DISPONÍVEL EM www.premioimprensaembratel.com.br
-----	-------------------	--------	--

¹⁸⁶ Texto disponível na notícia referente ao anúncio dos vencedores, mas não na parte do site que se refere à memória do prêmio. Disponível em http://www.premioesso.com.br/site/noticias/release_2014_05.aspx, acessado em 27 de março de 2015



2002	Wania Corredo/ O Globo	<i>Execução numa rua de Benfica</i>	"Seqüência de três fotos registrando o flagrante de dois motoqueiros atirando à queima-roupa e matando um cidadão no bairro de Benfica, no Rio de Janeiro, após uma tentativa frustrada de assalto para levar sua caminhonete."
2004	Marcio Rodrigues/ Agencia Fotocom.net/ jornal Extra	<i>Voo para a morte</i>	"documenta a tragédia na prova de Stock Car, realizada em Mato Grosso do Sul, quando o piloto bateu, saiu da pista, atropelou, levantou e matou um estagiário de fotografia de 19 Anos"
2005	Carlos Moraes / O Dia	<i>Execução no Morro da Providência</i>	Conjunto de fotos "mostra a execução de um jovem da favela por policiais, após um ataque de traficantes a um helicóptero da Polícia Civil, a bordo do qual estava o repórter autor da foto vencedora."
2012	Wilton Júnior/ O Estado de São Paulo	<i>Touché</i>	"A foto sintetiza o momento difícil que a Presidente Dilma Rousseff vivia. Era um momento delicado do Governo Dilma, em que o PMDB, principal aliado, estava em conflito com o PT, partido da Presidente, na disputa por mais espaço e troca de acusações que envolviam ministros dos partidos. A foto é de 20 de Agosto de 2011, quando a Presidente passava a tropa em revista, durante uma cerimônia militar na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)."
2014	Domingos Peixoto/O Globo	<i>Crime à liberdade de imprensa</i>	Registra "o momento exato no qual o cinegrafista da TV Bandeirantes, Santiago Andrade, foi atingido por um rojão explosivo, culminando com a sua morte. A sequência de fotos conquistou o Grande Prêmio Barbosa Lima Sobrinho e a entrega do troféu ao vencedor foi aplaudida de pé por todos os presentes na festa (...).As fotos foram utilizadas como provas do crime, resultando na prisão dos envolvidos". ¹⁸⁷

Fonte: Elaboração Própria

Das cinco premiações coincidentes, apenas uma é apresentada sem texto "explicativo"; a mesma que é única a não retratar um evento, cujo desfecho é a morte. A exceção cabe a foto de Wilton de Sousa Júnior, intitulada *Touché*. Ele declarou a *O Estado de São Paulo*: "Eu buscava uma foto que sintetizasse o momento difícil que a presidente Dilma vivia. Tentei fazer a foto de mais perto, mas o resultado não ficou tão bom. Então, optei pela imagem mais distante".¹⁸⁸ E conta que a edição da imagem inscrita restringiu-se ao enquadramento, o que foi feito por ele mesmo antes de transmitir a foto à redação d'*O Estado de São Paulo*. Depois, não houve mais alterações.¹⁸⁹

¹⁸⁷ Texto disponível na notícia referente ao anúncio dos vencedores, mas não na parte do site que se refere à memória do prêmio <http://www.premioimprensaembratel.com.br/Releases/?ID=53>, acessado em 27 de março de 2015

¹⁸⁸ Wilton Júnior em <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,fotografo-do-estado-e-premiado-por-imagem-de-dilma-em-ato-militar,821863,0.htm>, acessado em 10 de março de 2014 às 17h22m

¹⁸⁹ *Touché* recebeu ainda o *Prêmio Internacional Rei de Espanha* na categoria *Fotografia*.





Figura 1 – *Touché*

A foto pré-pensada e planejada, não costuma ser a marca da vencedora; mas ao contrário, valoriza-se àquela que requer do fotojornalista rapidez nas escolhas técnicas, posicionamento privilegiado e “nervos de aço” no enfrentamento de situações de violência urbana. As quatro imagens restantes são bons exemplos desse paradigma de excelência profissional. Em duas delas, a violência – urbana ou não – se aproxima mortalmente do cotidiano profissional.

4. O mostrado, mas não dito: não matem o jornalista! - o lugar do *foca* e a passagem do profissional de escudo à vidraça

Os Prêmios *Esso de Fotografia e Imprensa Embratel/Claro de Reportagem Foto-cinematográfica*, ao elegerem a violência urbana como tema recorrente e o flagrante como estratégia discursiva privilegiada, praticamente obrigam os aspirantes à premiação a uma postura que, além de colocá-los em risco, exige deles qualidades dignas dos super-heróis: flagrar atentados à lei e à ordem pública e, no caso, através de suas lentes, defender a coletividade. Essa defesa pode acontecer pela sua simples presença, que impedirá um ato maior de violência, ou a posteriori, quando suas fotos forem usadas para comprovar um ato criminoso, ou mesmo para conscientizar a sociedade

Essa postura foi chamada em trabalhos anteriores de *Síndrome de Peter Parker*, com base na afirmação do jornalista Geraldinho Vieira que pontua que “o poder da imagem, da palavra, da seleção e interpretação dos fatos, e de sua multiplicação cria a



ilusão do repórter super-homem” (VIEIRA, 1991:12). É o que ele chama de *Complexo de Clark Kent*. Nesse sentido, as comissões julgadoras, ao valorarem o *modus operandi* para obtenção da imagem fotográfica – nível de risco envolvido, coragem do profissional para enfrentar a situação, tamanho do perigo vencido, tempo gasto na execução da reportagem e resultados obtidos a partir de sua veiculação - busca premiar um perfil profissional semelhante ao do fotojornalista da ficção Peter Parker, que fora do horário de trabalho no *Clarín Diário*, salva o mundo como Homem-Aranha.

Nelson Traquina aponta a morte com um dos principais critérios de noticiabilidade: “Onde há morte, há jornalistas. A morte é um valor notícia fundamental para essa comunidade interpretativa e uma razão que explica o negativismo do mundo jornalístico que é apresentado diariamente nas páginas do jornal” (TRAQUINA, 2008:79). A morte é o personagem principal das imagens vencedoras em quatro das cinco edições em que os *Prêmios Esso* e *Embratel/Claro* foram coincidentes.

A fotojornalista Wania Corredo foi vencedora com uma sequência de três fotos nas quais registra o momento que dois motoqueiros, após uma tentativa frustrada de assalto, matam um homem à queima-roupa, em Benfica, na zona Norte do Rio de Janeiro. O repórter-fotográfico Carlos Moraes venceu com a reportagem composta por imagens feitas a partir de um helicóptero e intitulada “Execução no Morro da Providência”, na qual policiais matam suspeitos detidos. Após a publicação das fotos, Moraes chegou a ser ameaçado pelos policiais e, por segurança, teve que interromper suas atividades profissionais cotidianas, até que não houvesse mais risco para sua integridade física.

Mas, nas edições de 2003/2004 e 2014, a morte chegou perto demais e o jornalista virou a notícia. Em 2003, o morto era um aspirante à repórter-fotográfico. O acadêmico de Jornalismo Raphael Lima Pereira, ao cobrir fotograficamente uma prova de Stock Car, por inexperiência, posicionou-se fora da área de proteção e colocou-se de costas para a pista. Mas, “antes de invadir a área, foi autorizado a utilizar uma credencial de repórter fotográfico, mesmo não estando habilitado para o exercício da



profissão”.¹⁹⁰ No texto que apresenta a foto premiada Raphael é tratado como “estagiário de fotografia” (*Embratel/Claro*) e repórter-fotográfico (*Esso*).

Já na imagem premiada na última edição das premiações, não há dúvidas sobre o *status* profissional do morto. Santiago Andrade era repórter cinematográfico da Rede Bandeirantes. Além de inaugurar a categoria *Reportagem Foto/Cinematográfica*, o ano de 2014 marcou também a primeira vez em que o Prêmio Principal desses certames não foi atribuído a uma reportagem impressa ou televisiva, mas à reportagem fotográfica. Esse reconhecimento veio através do *Troféu Barbosa Lima Sobrinho (Grande Prêmio Imprensa Embratel/Claro)* conquistado pelo fotojornalista Domingos Peixoto, que recebera anteriormente o *Prêmio Esso de Fotografia* pelo mesma obra¹⁹¹. *Crime à Liberdade de Imprensa* é uma sequência de quatro imagens, que mostra o momento em que o repórter cinematográfico Santiago Andrade foi atingido por um rojão. Os ferimentos decorrentes da explosão levaram a sua morte.



Figura 2 - *Crime à Liberdade de Imprensa*

Esse resultado torna-se emblemático do momento atual do Jornalismo, no qual os profissionais de imagem demonstram sua *Síndrome de Peter Parker* ao assumirem riscos crescentes em busca da imagem que receba o reconhecimento dos pares e,

¹⁹⁰ FRANCO, J. *De quem é a culpa?*, disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/asp0909200392.htm>, acesso em 2 de abril de 2015

¹⁹¹ *Crime à liberdade de imprensa* venceu ainda o 32º Prêmio Internacional Rei da Espanha, na categoria *Fotografia*.



especialmente ao dispensarem seus novos instrumentos de trabalho: capacetes, máscaras anti-gás e coletes a prova de balas.

5. Conclusão

A partir da observação do resultado das categorias *Fotografia* e *Reportagem Foto-cinematográfica*, respectivamente dos *Prêmios Esso de Jornalismo e Imprensa Embratel* é possível detectar pontos em comum entre as imagens premiadas. Na medida em que as comissões julgadoras são formadas por profissionais com grande experiência de mercado, suas decisões são rastros dos valores da comunidade interpretativa dos jornalistas, que tende a privilegiar o flagrante como estratégia discursiva, bem como a morte como valor notícia.

Através dos textos que constituem a fala oficial do concurso, seja através dos regulamentos, apresentação das imagens ou *releases* nota-se que há um certo fascínio pelo nível de risco assumido pelos profissionais para que suas imagens tenham impacto suficiente para estimular a conscientização e promover mudanças na situação retratada. Em busca de reconhecimento pelos pares, seja na redação, seja nas premiações, os profissionais (ou não) muitas vezes esquecem de cuidar da própria segurança. Se em 2003, a morte do acadêmico pode ser atribuída à inexperiência, o mesmo não é válido para 2014. Embora ambos possam ser considerados acidentes – visto que aparentemente não houve a clara intenção de matar – Santiago Andrade foi morto num contexto em que as agressões a jornalistas tornavam-se comuns.

Assim, a edição de 2014 dos *Prêmios Esso de Jornalismo e Imprensa Embratel/Claro* tornou-se paradigmática do momento de crise enfrentado pela profissão, não apenas pelo ineditismo de conceder o prêmio principal a uma fotografia, mas pelo caráter de metalinguagem por ela apresentado ao retratar as condições de trabalho dos profissionais de imagem. A premiação de Domingos Peixoto pela foto intitulada *Crime à liberdade de Imprensa* oferece um momento de grito de socorro profissional e uma afirmação do que costuma ser silenciado: os prêmios são criados de



jornalistas para jornalistas, como uma ação entresos pares (que conta com diversos tipos de patrocinadores) e, na qual à sociedade cabe apenas o papel de espectador.

6. Referências

- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva. 1992
- CAETANO, J. & FREITAS, L. *Prêmio Imprensa Embratel – 10 Anos*. Rio de Janeiro: Embratel. s/d
- DIAS, R. *Prêmios em Jornalismo: paradigmas em transição*. Tese. UNB. Brasília, 2013
- LOUSADA, K. *Prêmio Imprensa Embratel : jornalismo, prática e mediação*. Rio de Janeiro: Instituto Embratel, 2012
- MARCONDES FILHO, C. *Comunicação e Jornalismo*. São Paulo: Hacker, 2002
- MEMÓRIA BRASIL. *Uma história escrita por vencedores – 50 anos do Prêmio Esso de Jornalismo*, Rio de Janeiro, Memória Brasil. 2006
- RAMOS, S & PAIVA, A. *Mídia e violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*, São Paulo, Ceseq. 2007
- SOUSA, J.P. *Uma História Crítica do Fotorjornalismo Ocidental*. Chapecó: Argos. 2004
- TRAQUINA, N. *Teorias do Jornalismo – Volume II*. Santa Catarina: Insular. 2008
- VIEIRA, G. *Complexo de Clark Kent. São super-homens os jornalistas?*. São Paulo. Summus. 1991
- ZALUAR, A. “Violência e crime”. In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré/ANPOCS, p. 13-107, v. 1. 1999



Os Silêncios No Telejornal: Uma Análise Das Coerções Do Dito Sobre O Não-Dito No Telejornalismo Contemporâneo

Guilherme Nery ATEM¹⁹²

Ana Paula GOULART DE ANDRADE¹⁹³

Sandro Tôrres de AZEVEDO¹⁹⁴

Resumo: Este artigo tem como projeto refletir sobre as práticas contemporâneas do telejornalismo, a partir da conceituação do silêncio a partir de diferentes autores. Assim, iniciamos com uma fundamentação teórica multidisciplinar versando sobre diversos tipos de silêncio, para então discutirmos como eles operam nas rotinas de produção no telejornalismo. Em função do aporte elencado, a questão que pretendemos desvelar aqui envolve analisar e criticar os aspectos que implicam o silêncio no Jornalismo a partir da presença de materiais produzidos por instâncias exteriores à redação jornalística, mais especificamente por imagens de câmeras amadoras e de videovigilância produzidas por não-profissionais e que têm comparecido excessivamente no telejornalismo brasileiro, alimentado a prática que atualmente tem sido designada por jornalismo colaborativo.

Palavras-chave

Telejornalismo; silêncio; análise do discurso.

1. Introdução

O intercâmbio entre público e instância jornalística contém mais silêncios do que se pode imaginar – esse é o ponto de partida de nosso trabalho. De antemão, o caminho da investigação aqui proposta requer reconhecer uma fronteira entre a mera participação e o que temos classificado como “telejornalismo apócrifo” (GOULART DE

¹⁹² Professor de graduação do departamento de Comunicação e da pós-graduação em Mídia e Cotidiano – IACS/UFF. Graduado em Comunicação Social / Publicidade e Propaganda – FACHA; especialista em Filosofia Contemporânea – PUC-Rio; mestre e doutor em Comunicação e Cultura – UFRJ; pós-doutor em Letras/Linguística – UERJ.

¹⁹³ Jornalista, editora de texto da TV Record Rio, professora de graduação do departamento de comunicação – IBMEC / FPG. Graduada em Comunicação Social / Jornalismo – UNESA; especialista em Telejornalismo – UNESA; Mestre em Comunicação – PUC-Rio; membro da Telejor – Rede de Pesquisa em Telejornalismo da SBPJor.

¹⁹⁴ Professor de graduação do departamento de Comunicação Social – FACHA / UVA; graduado em Comunicação Social / Publicidade e Propaganda – UFF; mestre em Comunicação e Cultura – UFRJ; doutorando em Estudos de Linguagem – UFF.



ANDRADE, 2014), para daí percebermos, neste processo, o quanto de silêncio se estabelece nas negociações que culminam na narrativa mediatizada.

A hipótese do agendamento proposta por McCombs e Shaw (WOLF, Op. Cit.) reforça que os temas/assuntos em voga são construídos em função do que a mídia veicula. Essa lógica se associa ainda com a teoria organizacional (TRAQUINA, 2012), que trata do conformismo sobre a política editorial da organização jornalística, e revela uma profunda interferência na produção da notícia. É aí que a perspectiva comercial das emissoras tem impulsionado uma pretensa, mas, no entanto, frenética, interatividade entre mídia e público, sobretudo a partir da popularização dos dispositivos digitais contemporâneos.

Diante dessa mudança na rotina da atividade profissional do jornalista, que muitas vezes são obrigados a silenciar e adequar-se ao conformismo da política editorial da empresa de comunicação, parece-nos inadiável observar os *modus operandi* da atividade jornalística, com a presença recorrente de circulação e publicização de produtos extraídos por dispositivos digitais e também identificar de que forma esse processo de produção está calando a comunidade interpretativa (TRAQUINA, 2008), através de um silêncio oculto.

Aparamo-nos numa recente pesquisa etnográfica (GOULART DE ANDRADE, 2014), que revela a percepção de jornalistas de televisão sobre o cenário contemporâneo e mostra o comportamento dos profissionais diante dessas novas normas de produção de discursos. Propomo-nos, ao final, a refletir sobre como as formas silenciosas se relacionam com o telejornalismo atual, avaliando os processos de vivência deste silêncio.

2. Os silêncios

O silêncio é uma ausência, mas não é um vazio. É uma ausência de som, mas não é carente de conteúdos; muito pelo contrário: o silêncio, em geral, é repleto de sentido. A Semiótica, a Análise do Discurso e a Psicanálise o sabem muito bem. A comunicação verbal é uma parte do sistema complexo da comunicação humana.



Para o filósofo Francis Wolff (2014), o silêncio precisa ser pensado não pelo seu negativo, não por aquilo que ele não é, ou pelo que deveria ser; ele tem a potência de ser pensado por aquilo a que ele remete, por aquilo que ele pode significar (o que lhe dá seu caráter irredutivelmente semiótico e pragmático). Segundo Wolff, há diversos tipos, ou classes de silêncio. Se o silêncio parece ter uma única forma, uma única expressão, as maneiras de se ocupar o silêncio são múltiplas. O silêncio não é um “nada”. Ele é uma “privação” (de ruídos, de sons, de músicas e de falas). “A regularidade é tão confortadora quanto o silêncio” (*idem*, p.40).

Resumindo, o silêncio é privação de som, mas não de sentido. Aqui, percebemos o caráter semiótico do silêncio: se não se pode atribuir sentido ao silêncio em si, pode-se atribuir sentidos àquilo para o que o silêncio aponta, para o seu objeto/referente. O silêncio é o *representâmen* (PEIRCE, 2000; SANTAELLA, 1983) de diferentes objetos/referentes. E produz comportamentos, pensamentos, afetos, *interpretantes dinâmicos*.

Para que o silêncio seja significativo, para que ele seja signo positivo e não mais apenas negação ou ausência, para que se torne presença, é preciso que, por uma transmutação, a ausência que ele é se transforme em presença, não dele mesmo, mas de alguma outra coisa (WOLFF, 2014, p.47).

Existem vários tipos de silêncio: há aquele que separa palavras (é intrínseco à linguagem verbal); há aquele que separa frases... (carregando sentidos de reticências, dúvidas, implícitos, perplexidade, etc.); há aquele que está nas próprias palavras (pelo princípio de “valor”, em Saussure (1970), segundo os quais uma palavra “vale” por sua diferenciação com relação a outras palavras, e que, ao ser dita, não diz outras tantas.

Na Análise do Discurso francesa (Pêcheux), diversos conceitos dizem respeito ao não-dizer: a ideologia, a interdiscursividade, a formação discursiva, por exemplo. “Quando se diz ‘x’, o não-dito ‘y’ permanece como uma relação de sentido que informa o dizer de ‘x’.” (ORLANDI, 2005, p.82). Orlandi diz que o interdiscurso determina o intradiscurso. Sabe-se disso pelo menos desde que Bakhtin conceituou a polifonia. Isto



faz parte do sistema de restrições semânticas a que todo discurso está submetido. Não se pode dizer toda e qualquer coisa em todo e qualquer momento.

A Análise do Discurso pêcheutiana chama de “silêncio fundador” (ORLANDI, 2005) a esse silêncio que faz com que o dizer signifique. Haveria também um outro tipo, o silenciamento político-discursivo (ou “política do silêncio”), que se dividiria em a) “silêncio constitutivo, pois uma palavra apaga outras palavras (para dizer é preciso não-dizer: se digo ‘sem medo’ não digo ‘com coragem’)” (ORLANDI, 2005, p.83) e b) “silêncio local”, que é a censura, o proibido, o que o sujeito até pode dizer, mas não deve. O silêncio, portanto, pode ser “quieto” ou “gritante”, conforme cada caso.

O dito e o não-dito se atravessam e se influenciam o tempo todo, como já havia explicado Oswald Ducrot (1972). A partir da distinção básica entre locutório (o dito), perlocutório/performativo (o que se faz ao dizer) e ilocutório (o não-dito). Ducrot (1972) explica a diferença, no ilocutório, entre os pressupostos (meramente frasais) e os subentendidos (as frases em seus contextos sociais de usos). O subentendido é uma parte constitutiva da conversação e é carregado de sentido. Do contrário, se tudo o que se quisesse dizer tivesse que ser dito explicitamente, seria insuportável, senão inviável, a interação humana. Por exemplo, quando um rapaz diz para uma moça “Eu te amo”, o locutório (o dito “Eu te amo”) e o perlocutório/performativo (o ato de estar se revelando à moça, ou fazendo uma jura de amor) servem como veículos para o ilocutório (subentendendo a promessa de fidelidade e casamento). A Análise do Discurso francesa atual – especialmente a de Dominique Maingueneau (2005) – toma tal conceituação trabalhada por Ducrot como base. Mas para este artigo, Pêcheux é mais objetivo:

Esta é uma questão de método: partimos do dizer, de suas condições e da relação com a memória, com o saber discursivo para delinear os contornos do não-dito que faz os contornos do dito significativamente. Não é tudo o que não foi dito, é só o não-dito relevante para aquela situação significativa. (ORLANDI, 2005, p.83).

Por outro caminho, a Semiótica Discursiva greimasiana, mais especificamente a Sociossemiótica de Eric Landowski (2002), discute a questão dos regimes de sentido dados pelos modos de “presença” – e também por esse ângulo, identificamos que o



silêncio (ou o que silencia; ou ainda, o que é silenciado) interfere na produção de significados, não sendo o silêncio senão uma forma inexorável de estabelecer presenças – no ato discursivo e na situação que dele se desdobra.

De outra forma, John B. Thompson (1998), ao tratar da interação na comunicação e incluir as “deixas simbólicas” como elementos fundamentais para o estabelecimento do processo comunicativo, nos faz crer que o silêncio pode, ao seu turno, instaurar marcas significativas nos enunciados (principalmente os mediatizados) – ao mesmo tempo ampliando o contexto da emissão, tanto quanto complexificando o da recepção.

Tais prerrogativas conceituais servem de guias ao explorarmos o horizonte do Jornalismo, o que iniciamos adiante, refletindo sobre novas rotinas de produção no telejornalismo.

3. Para além do Jornalismo Colaborativo

Em Teoria do Jornalismo, na atualização da corrente chamada de *Communication Research*, especificamente quanto ao estudo dos efeitos a longo prazo, a pesquisadora alemã Elisabeth Noelle-Neumann desenvolveu, a partir de 1972, a hipótese da “Espirial do Silêncio” – derivada da hipótese da *agenda setting* de McCombs e Shaw (HOHLFELDT; MARTINO; FRANÇA, 2002; WOLF, 2003). Parte-se do entendimento de que, a longo prazo, os efeitos cognitivos criados pelas mídias (segundo ela, especialmente a televisão: HOHLFELDT, 2001, p.220) vão se sedimentando na subjetividade dos indivíduos.

Partindo do conceito de *percepção seletiva* e retomando o de *acumulação* provocada pela mídia, conceito aliás que a ainda recente hipótese de *agenda setting* havia colocado em circulação, Noelle-Neumann destacava a *onipresença* da mídia como eficiente modificadora e formadora de opinião a respeito da realidade (HOHLFELDT, 2001, p.221 – grifos do autor)

Segundo Noelle-Neumann, os meios de comunicação partem do mapeamento do que ela chamou de “clima de opinião”: diante de certos temas ou assuntos publicizados



e de outros silenciados numa sociedade, detectados na opinião pública, as próprias pessoas tenderiam a enfatizar ou a esconder suas opiniões (por medo de isolamento ou marginalização); e também os veículos de imprensa tenderiam a destacar ou calar tais temas.

Para além do jornalismo colaborativo, cremos que predomina uma subversão dos critérios de noticiabilidade e da ordem canônica na construção de produtos noticiosos televisivos, a partir do uso indiscriminado de conteúdos audiovisuais flagrados pelo cidadão comum e pelos circuitos de vigilância recobrando os textos do telejornalismo contemporâneo. O que se percebe hoje é que essa prática não apenas ajuda a contar uma história, mas pode estar constituída por outras intencionalidades e os jornalistas televisivos, regidos pela tirania do tempo tal como aponta a teoria interacionista (TRAQUINA, 2012), “aproveitam” e apropriam-se desse conteúdo para dar conta de cumprir suas rotinas diárias de produção, colocando em segundo plano a importância da qualidade do jornalismo informativo. Dessa forma, os “cidadãos e cidadãs comuns” já perceberam o poder que possuem enquanto agentes participativos e tecnologicamente pertencidos às notícias televisivas.

É na ultrapassagem dessa cultura colaborativa que se encaixa o Telejornalismo Apócrifo (GOULART DE ANDRADE, 2014), considerando a construção de modos de interpretação dos fatos cotidianos a partir de perspectivas construídas por dispositivos audiovisuais operados por “leigos”, ou seja, que se origina no exterior dos cânones tradicionais do fazer jornalístico. Assim, nos concentramos num outro aspecto dessa participação, a saber, no que remodela a rotina de trabalho dos profissionais que estão nessa cadeia noticiosa – mais ainda, buscamos avaliar quais os tipos de silêncios que estão embutidos nesse processo de transformação do fazer telejornalístico contemporâneo.

5. Um olhar etnográfico: os silêncios e as rotinas de produção

A descrença e falta de perspectivas nas mudanças públicas sobre o jornalismo podem estar, de fato, afetando os modos de produção e o comportamento dos



profissionais. O incentivo das empresas para a publicização de produtos apócrifos, a qualquer preço, parece rondar as emissoras de TV em uma busca incessante por resultados imediatistas, subjugando as rotinas dos jornalistas que, cada vez mais, são obrigados a conviver com os constrangimentos organizacionais (TRAQUINA, 2012). Os jornalistas são socializados com a política editorial da empresa através de uma relação de recompensas e punições. Assim, o profissional se conforma mais com as regras editoriais impostas pela organização, do que com as crenças pessoais da profissão de jornalista em si. Desta forma, “na teoria organizacional, a ênfase está num processo de socialização organizacional em que é sublinhada a importância de uma *cultura* organizacional, e não uma *cultura profissional*.” (TRAQUINA, 2012, p.155)

Uma recente pesquisa comparativa (GOULART DE ANDRADE, 2014) entre três telejornais nacionais de emissoras diferentes (O “Jornal Nacional”, “Jornal da Record” e “SBT Brasil”), apontou que cerca de 40 % do conteúdo dos noticiários incluem imagens de videovigilância e amadoras na construção do telejornal. Nessa primeira parte da análise, foram verificados continuamente 328 produtos telejornalísticos¹⁹⁵ –transmitidos no período de 27 a 31 de maio de 2013.

Diante dos dados apresentados e no mesmo caminho de investigação da deontologia do Jornalismo e suas respectivas técnicas, um outro recorte de caráter etnográfico com profissionais das mesmas emissoras da análise anterior, indicou de que forma esses novos arranjos sociais estão tensionando os modos de produção telejornalístico contemporâneo e interferindo no devir social da comunidade jornalística.

A segunda parte da pesquisa foi materializada em entrevista direta, gerando 192 horas e 03 minutos de gravações com o objetivo foi interpretar os discursos dos jornalistas, a fim de perceber como eles estruturam a notícia e interpretam as narrativas televisivas vigentes, com inserções constantes de imagens apócrifas, conforme o resultado exposto acima. Parte dela serviu de base para a construção do objeto de análise desse artigo e a investigação, portanto, se inclina sobre os silêncios que estão presentes na produção dos telejornais contemporâneos.

¹⁹⁵ Consideramos aqui como *produtos telejornalísticos* aqueles que são exibidos com *off* (texto jornalístico de televisão) e imagem.



É importante destacar que, propositalmente ou não, as normas da linha editorial de uma empresa jornalística nunca parecem muito claras. Sendo assim, os jornalistas possuem uma certa independência profissional quando constroem uma pauta, escrevem um texto ou exibem um material depois de editado. Isso é algo que “faz parte do jogo” e está implícito na teoria organizacional como uma espécie de sanção normalizadora (TRAQUINA, 2012).

Dessa forma, a responsabilidade sobre uma interpretação errônea de uma imagem cedida, por exemplo, fica diluída. No entanto, na perspectiva do telejornalismo apócrifo, superar essas questões no mercado de trabalho está se tornando um desafio diário. Para atender as normas da empresa e inserir as imagens cedidas e/ou negociadas no telejornal, muitos jornalistas precisam até correr o risco de “criar uma notícia”.

Eu tenho tido experiências recentes em relação a isso. Sou editora de texto e por ter sido muitos anos repórter, em geral, quando chega material de amador na casa, ele acaba vindo para mim, com a tarefa de transformar aquilo numa matéria jornalística. Então eu preciso ver essas imagens e a partir daí construir uma notícia. Muitas vezes ela não existe, mas por conta de uma única imagem, a gente vai criar, entre aspas, uma informação para poder aproveitar aquele material (GRUPILLO, 2014).¹⁹⁶

Notamos nessa fala uma coerção que já evoca reflexões acerca do silêncio: aproveitar um material cedido a qualquer preço para cumprir o horário de fechamento de um telejornal, ou seja, obedecer à tirania do tempo e espaço em que os jornalistas estão diariamente submetidos pode representar um tipo de silenciamento, obstruindo aquilo que não foi exposto, mostrado, contado em imagens conforme o gênero televisivo e, conseqüentemente, apurado.

Então, o saber jornalístico que, a princípio, seria naturalmente movimentado pela editora, ao produzir uma matéria para veiculação, é silenciado, em favor de uma lógica mercadológica que se pontua pela audiência. Assumir a responsabilidade sobre a finalização de um produto noticioso implica, enfim, narrar o óbvio do que as referidas imagens já dizem por si só, ao passo que, por isso, “calam” a angústia do profissional

¹⁹⁶ GRUPILLO, Aline – Sistema Brasileiro de Televisão. Entrevista concedida. Rio de Janeiro, 9 jan. 2014.



que não reconhece o valor-notícia do material exibido, mas que é obrigado a cumprir a “tarefa de transformar aquilo numa matéria jornalística”.

O silenciamento da perspectiva verdadeira do jornalista que edita a matéria reafirma um “modo de presença” da emissora (e de seus posicionamentos políticos, organizacionais, comerciais etc.), demonstrando que não se trata de outra coisa senão a confirmação da ideia de que o jornalismo televisivo instaura regimes de sentido que silencia para presentificar – e mesmo que o público não se aperceba de tal circunstância, o discurso enunciado já se constrói a partir de uma tensão entre silêncio e presença (cf. LANDOWSKI, 2002).

Naturalmente existe um acordo tácito entre os que escolhem a profissão de jornalista e os telespectadores (no caso da mídia televisiva) que possibilita dar credibilidade ao jornalismo. Sendo assim, “o principal produto do jornalismo contemporâneo, a notícia, não é ficção, isto é, os acontecimentos ou personagens das notícias não são invenção dos jornalistas” (TRAQUINA 2012, p. 20). Esse acordo tácito pode perfeitamente ser entendido a partir do ilocutório subentendido (DUCROT, 1972) e de toda a complexidade do silenciamento na Análise do Discurso (ORLANDI, 2005).

Para atender às necessidades das instituições e agindo como reféns da tirania do tempo, os jornalistas de TV precisam ser cada vez mais ágeis, inclusive, na apuração e escrita de um *off*. No entanto, o que os relatos dos próprios jornalistas mostraram é que apenas a imagem pontuada por um texto descritivo parece interessar, criando uma depressão na qualidade do produto informativo.

É um exercício quase que mediano, porque você vai escrever aquilo que a imagem está mostrando. É quase que um “emburrecimento”, digamos assim, do texto. É um empobrecimento do escrever jornalismo (GRUPILLO, 2014).¹⁹⁷

Eu odeio texto que fala assim: ‘as imagens mostram o homem pescando...’ Mas eu estou vendo que ele está pescando. Ele não está soltando foguete. Eu odeio esse tipo de *off*. É um empobrecimento do texto assim. E empobrece até as imagens (DURAN, 2014).¹⁹⁸

¹⁹⁷ *Idem*

¹⁹⁸ DURAN, Arnaldo – Rede Record de Televisão. Entrevista concedida. Rio de Janeiro, 08 jan. 2014.



Eu acho que a desvantagem é que a gente vai estar cada vez mais botando um jornalismo descritivo e não investigativo [...]; existe muito esse empobrecimento, até porque, as emissoras como são concorrentes, têm jornais fortes nos horários, elas têm que dar logo. Porque se elas segurarem muito, a outra vai dar na frente. (NASCIMENTO, 2014).¹⁹⁹

Nosso foco está justamente nos silêncios produzidos na rotina produtiva e o comportamento dos profissionais diante dessas situações corriqueiras. Ora, se essas imagens são usadas para preencher tempo de programação, se elas são invocadas pela produção jornalísticas a todo instante, parece comum que elas tenham as informações para cumprir com o jornalismo informativo. No entanto, o que ocorre diariamente, pela correria do tempo de fechamento dos telejornais, é uma escassez de dados consistentes e o risco de se propagar um discurso não confiável. A falta de apuração potencializa o perigo de publicar uma falsa notícia.

Em relação à checagem, é lógico que a gente também tem que, às vezes, a gente não tem uma garantia, a gente não tem um atestado de idoneidade da pessoa que fez aquele vídeo. (NASCIMENTO, 2014).²⁰⁰

[...] Quando a gente pega uma imagem da internet, a gente primeiro tenta checar o quê é aquilo, a gente vê: foi postado por quem? Teve alguma história? A pessoa que postou, colocou alguma informação? A gente vai atrás da pessoa que postou aquela imagem, entendeu? E quando a pessoa não oferece, não fornece informação nenhuma, mas a imagem é muito boa, pode trazer a audiência para a televisão, pode chamar e aguçar a curiosidade do telespectador, a gente divulga mesmo assim e geralmente o apresentador narra aquilo, quando a gente não tem informação nenhuma, entendeu? Então, geralmente é basicamente isso que acontece (CARDOSO, 2013).²⁰¹

Eu às vezes me surpreendo quando eu percebo que as perguntas básicas para a construção de uma notícia não são respondidas. Especialmente quando se trata de imagem de amator. O que eu acho é o seguinte: não se pode desprezar a imagem do amator. Não, não se pode. Principalmente hoje, quando ela conta uma história. O que eu acho é que aí dobra a importância do filtro do jornalista, do editor de

¹⁹⁹ NASCIMENTO, Humberto. Rede Record de Televisão. Entrevista concedida. Rio de Janeiro, 12 jan. 2014.

²⁰⁰ *Idem*

²⁰¹ *Idem*



texto e editor de imagem e, especialmente, do apurador (GRUPILLO, 2014).²⁰²

Além do mais, vejamos: “geralmente o apresentador narra aquilo, quando a gente não tem informação nenhuma” traz à baila, mais uma vez, uma tensão silêncio-presença. A narração do material exibido, por exemplo, normalmente não enfatiza que a apuração se deu com afinco – há aí um não-dito que se configura na produção de sentido como uma “deixa simbólica” (cf. THOMPSON, 1998) que faz crer no polo da recepção, por contrato interpretativo, que a instância jornalística exauriu todas as possibilidades de averiguação do fato narrado. No entanto, quando falta informações na exibição de uma imagem apócrifa, o silêncio quanto a essa mesma falta de informações é intencionalmente sacado justamente para criar um efeito de sentido de valor-notícia legítimo.

Aliás, o garimpo de imagens sensacionais nas redes sociais é uma forma bastante comum de agendar o telejornalismo contemporâneo. O que precisamos enfatizar é que a ausência de menção desse subterfúgio implica num silêncio que é extremamente conveniente, pois não compromete a credibilidade ou o valor-notícia daquilo que é exibido.

O máximo que os conteúdos extraídos da web adquirem são contornos e formas de destaque (algo que se pode fazer ao vivo), justamente pela tirania do tempo.

Um blog aí com cinquenta mil de visualizações dias, é um blog de sucesso. Mas quando vai para uma emissora de televisão, mesmo que de porte médio, a visualização já passa aí para a casa do milhão de telespectadores. É muita coisa, então, alavanca, então, aquela imagem que você publicou a partir da internet (NASCIMENTO, 2014).²⁰³

Todos os vídeos gravados pelo *youtube*, a gente pedia autorização para a pessoa. Porque o nosso pensamento era: se essa pessoa fez, o vídeo é dela e ela tem que autorizar. Depois dos protestos a gente teve uma outra visão em relação aos vídeos. O vídeo que a pessoa faz é uma ferramenta de proteção ou de acusação a alguém ou de afirmação de que aquela pessoa está ali. Se ela coloca na internet, vira uma coisa pública e uma coisa democrática (MONTEIRO, 2014).²⁰⁴

²⁰² *Idem*

²⁰³ *Idem*

²⁰⁴ MONTEIRO, Priscilla – Rede Globo de Televisão. Entrevista concedida. Rio de Janeiro, 14 jan. 2014.



A TV aproveita o que é divulgado em termos de imagens das mídias sociais, *youtube*, *sites*, que surgiram recentemente de grupos alternativos, de protesto, enfim, coisas dessa natureza e esses *sites*, esses canais virtuais, também acabam reproduzindo, em seus canais, as matérias televisivas que utilizam as imagens que eles mesmos produziram. Então acaba se tornando um vai e vem, né? (GRUPILLO, 2014).²⁰⁵

De uma maneira geral, a pesquisa etnográfica mostra a insatisfação dos jornalistas atuantes no mercado e a necessidade de preparar os profissionais para que eles consigam driblar as armadilhas contemporâneas e compreender que, em meio a tantas possibilidades, só aumenta a necessidade de atenção na construção de um produto telejornalístico. Em outras palavras, o que a pesquisa aponta é a tentativa de escapar dos silêncios que se instauram no espaço midiático atual, diante da falácia com a presença constante de imagens apócrifas, onde diariamente os profissionais são colocados à prova, durante a produção das suas atividades jornalísticas.

De fato, os *modus operandi* do telejornalismo está mudando e, pela perspectiva do telejornalismo apócrifo, os modos de silêncio se perpetuam. Como na hipótese da “Espiral do Silêncio”, os temas selecionados ou escolhidos conforme a demanda (ou a hora do fechamento do telejornal), ganham cada vez mais força ao serem exibidos ou, ao contrário, agonizam até a morte ao serem silenciados, perdendo totalmente o seu valor. Ocorre que o valor que se atribui hoje a uma notícia televisiva não corresponde necessariamente àquilo que tem valor-notícia, portanto deveria obedecer a critérios de noticiabilidade (TRAQUINA, 2012). Ao contrário, são trocados por cenas/flagrantes cotidianas e banais, que servem para preencher a grade de programação e capturar o público pela visualidade que se expõe.

5. Considerações finais

Dispensar as imagens produzidas pelo cidadão seria negar a colaboração do público em plena cultura participativa – e não é para uma visão tecnofóbica que a

²⁰⁵ *Idem*



pesquisa exposta nesse artigo aponta. Como então trabalhar as câmeras de videovigilância e/ou amadoras no jornalismo sem que seja atribuído um teor apócrifo? A sugestão é que esses produtos sejam interpretados como mais um elemento da narrativa telejornalística, baseada, portanto na construção social da notícia. O jornalista, sobretudo, o da área de televisão, deve encarar essas imagens como fragmentos de um produto telejornalístico.

A pesquisa etnográfica indicou que os próprios jornalistas admitem que a grande questão está no profissional, que precisa, portanto, ser cada vez mais atento e capacitado para saber separar o joio do trigo na hora de apurar o que, de fato, tem valor-notícia e deve, então, ser exibido.

Mas eu acho que a gente ainda não sabe lidar com esse tipo de câmera totalmente [...]. Porque é muito volume de imagens feitas de câmeras, de vídeos feitos. (MONTEIRO, 2014).²⁰⁶

Quanto mais imagens, quanto mais registros chegarem à TVs, mais apuradores teremos que ter, mais produtores teremos que ter, mais editores teremos que ter. Salvo, se exibirmos no ar apenas uma coletânea de registros e não uma coletânea de reportagens. Isso é uma questão de opção editorial (DÔNOLA, 2013).²⁰⁷

A gente tem que aprender a mexer com esse negócio. A usar esse tipo de imagens [...]. Na televisão tem vários vídeos que mostram esses vídeos assim, assados. Não sei o quê, o cara escorregando. Aí o cara fala: “ah, essa besta aí escorregou”. Isso é uma coisa, claro, isso é um empobrecimento. Você não sabe do que se trata, não sabe quando foi filmado, só sabe que o cara tomou um escorregão. Mas aquele escorregão foi de verdade? (DURAN, 2014).²⁰⁸

O tempo vai dizer para onde isso vai. Acho que está em curso. Vai mudar? Acho que vai mudar, a tecnologia vai mudar, teremos uma tecnologia mais avançada [...]. Enfim, fazendo com critério, com respeito, com seriedade, acho que tudo pode e as pessoas estarão interessadas sim, mas o tempo vai dizer (ÁVILA, 2014).²⁰⁹

²⁰⁶ *Idem*

²⁰⁷ DÔNOLA, Vinícius – Rede Record de Televisão. Entrevista concedida. Rio de Janeiro, 06 dez. 2013.

²⁰⁸ *Idem*

²⁰⁹ ÁVILA, Edmilson – Rede Globo de Televisão. Entrevista concedida. Rio de Janeiro, 16 jan, 2014.



Como visto, apesar dos próprios profissionais da área reconhecerem os silêncios que permeiam o fazer jornalístico atual (com a consciência disso mais ou menos flagrante), da mesma forma intuem que é o amadurecimento da atividade e o investimento na capacitação que vão delinear os parâmetros éticos capazes de atenuar as coerções que ora enfocamos.

Referências

DUCROT, O. **Dire et ne pas dire**. Paris: Hermann, 1972.

GOULART DE ANDRADE, A. P. **Telejornalismo apócrifo**. Dissertação de mestrado – Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Comunicação, 2014.

HOHLFELDT, A. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em Comunicação. In: HOHLFELDT, A; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. (Orgs.). **Teorias da Comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

LANDOWSKI, E. **Presenças do Outro**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar, 2005.

ORLANDI, E. **Análise de discurso**. Campinas: Pontes, 2005.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

SANTAELLA, L. **O que é Semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1970.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo – Volume I**. Florianópolis: Insular, 2012.

_____. **Teorias do jornalismo – Volume II**. Florianópolis: Insular, 2008.

WOLF, M. **As teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WOLFF, F. O silêncio é a ausência de quê? In: NOVAES, A. (Org.). **Mutações**. São Paulo: Edições Sesc, 2014.



Os silêncios que ecoam na cobertura noticiosa do câncer pelo telejornalismo brasileiro

Iluska Coutinho²¹⁰

Allan Gouvêa²¹¹

Resumo: Análise do fazer jornalístico e das relações que envolvem o campo da comunicação e saúde, no âmbito da televisão brasileira, na abordagem do câncer pelos noticiários de uma emissora pública e outra comercial. O estudo contempla matérias veiculadas em um dos produtos televisivos mais consolidados da Rede Globo – o *Jornal Nacional*, e no *Repórter Brasil Noite*, o telejornal mais representativo da TV Brasil. São analisados criticamente os elementos de construção da narrativa jornalística e suas estratégias estruturais, especialmente os silêncios constitutivos dessa cobertura. Além dos referidos telejornais, foram analisados outros dois programas, que se dedicam, em alguma medida, a uma abordagem especializada de saúde: *Bem-estar* (Rede Globo) e *Ser Saudável* (TV Brasil).

Palavras-chave: comunicação; saúde; telejornalismo; câncer; silenciamentos.

1. Introdução

A presença das temáticas de saúde no âmbito do Jornalismo, e os silêncios e ausências implicados, quase sempre reivindicam uma série de questões em torno de dilemas éticos, tensionamentos referentes às peculiaridades de cada campo e, ao mesmo tempo, uma forte relevância, em termos sociais, ao estabelecerem uma interdependência. Em um dos principais espaços públicos da contemporaneidade – o telejornalismo –, e na sua abordagem em torno do câncer, verificamos silêncios

²¹⁰ Jornalista diplomada, doutora em Comunicação, professora do Curso de Jornalismo da Facom-UFJF e do PPGCOM-UFJF, bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq, e líder do Grupo de Pesquisa “Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais” da UFJF, email: iluska@uol.com.br.

²¹¹ Jornalista diplomado e mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora, integrante do Grupo de Pesquisa “Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais” da UFJF, com bolsa Fapemig, e-mail: allanguvea@yahoo.com.br.



constitutivos de todos os aspectos mencionados, em uma cobertura que ainda se vê marcada por algumas particularidades e potencialidades. Nesse sentido, importa problematizar a informação como estratégia de promoção da saúde, capaz de esclarecer sobre fatores de risco e formas de prevenção. No entanto, esse debate é ainda mais profundo, porque a cobertura da doença envolve produção de sentidos, implica em estabelecer relações simbólicas, produzir e reforçar identidades; em suma, configurar as representações sociais do câncer e de seus atores.

Os símbolos e os significados que permeiam o câncer parecem ser ainda mais complexos, do ponto de vista social, porque é uma doença que mobiliza inúmeros estigmas, já que é recorrentemente associada à morte e à mutilação. Investigamos, nessa perspectiva, em que sentido os mitos e os preconceitos em torno das neoplasias têm repercussão no meio televisivo, tão onipresente no Brasil. Os resultados apontam para o fato de que muitos aspectos da doença são silenciados, de tal forma que, por vezes, pacientes são interditados no discurso telejornalístico, os familiares (que são muito afetados pela doença indiretamente) não tem seus problemas visibilizados, as políticas públicas para os pacientes e os seus direitos durante o tratamento do câncer são quase que absolutamente interditados, e muitos saberes não são contemplados, tendo em vista que o câncer exige o comparecimento de conhecimentos de diversas áreas.

Na abordagem do câncer pelo telejornalismo subsiste uma centralidade informativa concentrada nos profissionais da medicina, que parecem ser as únicas autoridades especializadas habilitadas a falar e a dar orientações; a despeito de áreas estratégicas como a psicologia, o serviço social, a nutrição etc. Com isso, nota-se uma visão pouco global do ser humano, quando acometido por uma doença. Esses dados foram obtidos por meio da análise empírica dos produtos jornalísticos audiovisuais veiculados no telejornal mais longo e de maior audiência na televisão brasileira (*Jornal Nacional*), no matutino *Bem-estar*, transmitido pela mesma emissora; além das recentes experiências do telejornalismo público, representadas pelo seu principal telejornal, *Repórter Brasil*, e pelo programa *Ser Saudável*.

Pretende-se compreender, comparativamente, a forma e o sentido da prática do telejornalismo, ao abordar as expressões de saúde, tendo como amostra matérias e



reportagens que versam sobre os tumores. Na perspectiva de análise qualitativa, embasada por exame quantitativo, percebemos que a ocultação de determinados aspectos do câncer no espaço telejornalístico sinaliza para o fato de que, em alguma medida, a mídia contribui para a manutenção do caráter metafórico e estigmatizador que envolve a percepção popular acerca das neoplasias.

A estimativa de incidência do câncer, só no Brasil, todos os anos, é de quase 600 mil novos casos, de acordo com o Instituto Nacional do Câncer (INCA). Trata-se, desse modo, de uma enfermidade que atinge direta ou indiretamente milhões de famílias em todo o país. Num contexto em que as informações estão cada vez mais acessíveis, que altera fortemente o comportamento dos pacientes (enquanto consumidores e cidadãos), esse trabalho busca refletir sobre a importância da televisão nesse cenário, enquanto veículo que ainda está fortemente presente no cotidiano dos brasileiros, como apontam diversas pesquisas sobre mídia no país, a exemplo da “Pesquisa Brasileira de Mídia 2014”.

Como método de procedimento, utiliza-se a análise de conteúdo, visando, sobretudo, os critérios qualitativos; com a finalidade de respaldar os resultados esperados: elucidar a lógica de produção telejornalística no âmbito da saúde, analisando a forma e o conteúdo, os sentidos mobilizados, as relações de poder (dimensão política em sentido *lato*), o tipo de narrativa, os espaços de fala, as representações dos atores, a produção do conhecimento, os ditos e não ditos e suas possíveis repercussões no âmbito social. Além disso, objetiva-se contribuir com o conhecimento acadêmico, respaldar as descobertas científicas, sobretudo porque o tema é muito pouco explorado pela academia, já que quase não se encontram estudos que tratam especificamente dos elementos ‘telejornalismo’ e ‘câncer’ – o que configura, assim, certo silenciamento científico nesse tocante.

2. O jornalismo que aborda (ou não) as notícias sobre saúde e doença

O comparecimento das pautas de saúde na atividade diária do jornalismo envolve uma série de questões que repercutem diretamente na vida dos brasileiros, isso



porque, possivelmente, os temas que versam sobre o bem-estar das pessoas potencializam algumas limitações e características comuns do próprio fazer jornalístico. Não é de hoje, por exemplo, a noção de que muitas vezes a imprensa tem um interesse particular pelas notícias que podem gerar interesse humano, sensibilização e, até mesmo, comoção do público. Falar de câncer, portanto, pode atingir esse objetivo, por ser ainda uma doença repleta de tabus, mitos, desconhecimentos e preconceitos. É comum ouvir, a título de exemplo, pessoas de mais idade dizendo que, há algum tempo, não se dizia sequer a palavra “câncer”, pois havia, talvez, um temor ou autocensura consensual. Esse fato pode possibilitar o entendimento, numa perspectiva histórica, do quanto a interdição do tema é prejudicial para que as pessoas lidem com a doença, e essa necessidade se estende aos diferentes atores sociais em cena: pacientes, familiares, amigos, profissionais de saúde etc.

A imprensa, nesse sentido, assume uma função preponderante para desmistificar o assunto; mas, para isso, precisa encontrar uma fórmula, um modo de fazer que dê conta das complexidades inerentes a esse tipo de cobertura. As principais fragilidades, apontadas pela crítica, dizem respeito à ênfase no sensacionalismo ou na dramatização, à superficialidade do conhecimento que evoca, ao tensionamento existente entre jornalistas e especialistas, aos interesses (público e privado) que mobilizam – perspectiva política –, à codificação da linguagem pouco usual, à identidade e à representação, além da narrativa que sustenta ou prejudica a observância desses elementos.

Numa perspectiva macro, é preciso pensar, com as lentes das ciências sociais, os discursos que podem ser construídos para minimizar as desigualdades, sobretudo no dizer sobre saúde em países historicamente subdesenvolvidos (WANZO, 1998). Essa autora mobiliza os pensamentos de Foucault e Lacan para compreender essas formas de tratamento da saúde pública, no âmbito das ciências sociais, com discursos que reivindicam muitas vezes atitudes do poder público. É uma abordagem que envolve ainda tensionamentos entre o lugar e o poder de fala, os sujeitos a que se refere e as estratégias colocadas para atender aos interesses em jogo.



Aquela pergunta ao paciente que sofre levava implícito o reconhecimento de um saber sobre a sua dor. Isso abriu todo um campo de conhecimento que mudou as verdades naturais, ideais e absolutas da enfermidade em verdades dependentes do dizer do enfermo e de seu sofrimento, que fraturavam a onipotência médica. Talvez essa palavra do outro, que muitas vezes é desvalorizada, sempre em nome de uma suposta objetividade científica, essa percepção, tenha sido vivida como uma ferida para o discurso romântico das ciências da época clássica, verdadeiramente uma fala como forma de fracasso, produzindo, portanto, um rechaço do sujeito que sofre e de suas ideias acerca da causa do seu sintoma (WANZO, 1998, p. 338, *livre tradução nossa*).

Com isso, torna-se imperativo investigar o dizer daquele que protagoniza as situações de dor, e não apenas daquele que detém um saber científico e empírico de lidar com esses protagonistas e suas dores. Em que medida, portanto, a representação desses atores no contexto jornalístico reproduz a realidade que eles vivenciam? Quais são os elementos que compõem essa abordagem?

Quando o jornalismo se propõe representar o universo da saúde, deve-se, antes de tudo, estar consciente de que o conhecimento nessa área precisa se engajar com valores éticos e deontológicos, a fim de potencializar a expectativa por notícias e reportagens isentas, imparciais e com correção. O dizer em saúde pode influenciar a percepção das pessoas sobre a forma com que percebem o próprio corpo, pode interferir nos hábitos e costumes da população (gerando ou eliminando necessidades), além de questões que mobilizam a opinião do público a respeito da oferta do serviço de saúde oferecido pelo Estado. Em suma, a informação em saúde pode configurar, por intermédio dos operadores simbólicos que utiliza, mudanças estruturais e estruturantes.

Ericson Saint Clair, em seu trabalho de doutoramento, vai propor que a mídia no âmbito da saúde, apropria-se do conceito foucaultiano de *governamentalidade*. O pesquisador estuda os sentidos atribuídos à “depressão”, desde os anos 1970 até os dias atuais, a partir da *Folha de S. Paulo* e da Revista *Veja*. Nesse sentido, “o jornalismo de temas de saúde produzirá sua estruturação da condução de conduta segundo certos padrões discursivos” (SAINT CLAIR, 2012, p. 85), no qual se entende, para efeitos de estudos epistemológicos, a ideia de governamentalidade “como grade de análise geral



da racionalidade das relações de poder pautadas pela condução de conduta dos outros, formatando o campo possível da ação desses” (SAINT CLAIR, 2012, p. 86).

Acrescente-se a esse debate as noções do mesmo pensador sobre as definições de “biopoder” e “biopolítica”, que perpassam a lógica de produção simbólica do jornalismo, que também são mobilizadas pelo pesquisador que tem como objeto de análise central o jornalismo da depressão. Não obstante, trazendo a análise teórica para a cobertura do *jornalismo do câncer*, em que pese as informações que suscitam a culpabilização (pela não prevenção ou pelo diagnóstico tardio) e, em muitos casos, a quase sentença de morte, é preciso pensar e problematizar essa cobertura justamente pelo jogo semântico que determina idiosincrasias no plano da economia política da informação em saúde. No terreno, portanto, do jornalismo de saúde, cumpre analisar a solidificação dos padrões vigentes, identificando as ‘infertilidades comunicativas’, que geram mitificação, mantêm preconceitos e sustenta farta parcela da população no âmbito do desconhecimento.

Por essa razão, é pertinente compreender os efeitos sociais do *que* é dito sobre saúde nos meios de comunicação, mas principalmente *como* é dito. Como assinala Bourdieu (1996, p. 27 e 83), nenhuma palavra é inocente e a mídia, por inferência, atua como o *porta-voz*, o representante da sociedade, ao falar e agir em nome do grupo, a que também se dirige. E o ato de dizer publicamente também constitui uma tarefa altamente complexa, pelo simples fato de que não é possível retratar a totalidade da realidade social em discursos verbais e visuais. Soma-se a isso as já descritas necessidades de enquadramento, o imperativo do tempo, as limitações estruturais e, no caso em questão, as tensões naturais inerentes à própria interlocução entre dois campos sociais distintos. Toda e qualquer apropriação midiática do real prevê, desse modo, um reducionismo; a expectativa ideal (ou utópica), por outro lado, é um conteúdo mais diverso, aprofundado e com pluralidade de vozes.

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de *exclusão*. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa... (FOUCAULT, 2009, p. 9)



A abordagem da saúde nos meios de comunicação também mobiliza um modo particular de dizer o que precisa ser dito. Isso porque é preciso que a forma e o conteúdo do discurso estejam para as exigências do mercado. Em outras palavras, trata-se da necessidade de tornar acessível um conhecimento complexo, da competência de um grupo restrito. Além disso, é preciso “suavizar” determinadas falas, a fim de que não passem a ideia de algo grosseiro, vulgar ou banal. Por isso, a fórmula jornalística quase sempre lança mão de discursos que

constituem sempre *eufemismos* inspirados pela preocupação de “dizer bem”, de “falar direito”, de produzir produtos ajustados às exigências de um determinado mercado, *formações de compromisso* resultantes de uma transação entre o interesse expressivo (o que deve ser dito) e a *censura* inerente a relações particulares de produção linguística (...) que acaba se impondo a um locutor dotado de uma certa competência social, ou melhor, de um poder simbólico mais ou menos importante sobre estas relações de força simbólicas (BOURDIEU, 1996, p. 66, grifos do autor)

O autor também entende que o sentido social das trocas linguísticas é uma espécie de expressão simbólica de todos os traços sociologicamente pertinentes ao mercado e que vai orientar a produção do discurso. No caso dos discursos de autoridade, haveria uma especificidade, porque não basta que ele seja compreendido, mas reconhecido como tal para que tenha seu efeito próprio.

3. Reflexões sobre o discurso telejornalístico que retrata a dor do câncer

As considerações desse estudo são oriundas de um longo estudo analítico, que contemplou o conteúdo veiculado pelo *Jornal Nacional* (JN), pelo *Bem-estar* (BE), pelo *Repórter Brasil Noite* (RB), e pelo *Ser Saudável* (SS), durante o período de um ano, entre julho de 2013 e junho de 2014. Os produtos transmitidos sobre câncer nesse período foram analisados, tendo em vista a sua dimensão informativa. Nesta análise, priorizamos as matérias classificadas como de abordagem integral do câncer, ou seja, a doença era o principal assunto da notícia ou reportagem. Das 43 matérias encontradas no JN nesse período, 14 eram de abordagem integral do câncer; no BE, 26 de 60; no



RB, 20 de 20 (pesquisa por busca manual, dia a dia, no acervo digital dos meses de outubro e novembro de 2013) e uma do SS (dentro do período de um ano). Em virtude das limitações de um artigo, apresentaremos a avaliação geral dessas análises, que levaram em conta as expectativas ou os parâmetros: a *presença do suporte especializado*, sobre o que está habilitado a falar, o que ele fala e de que lugar; a *participação popular* de pacientes, ex-pacientes e familiares, ou pessoas comuns, e como eles são ouvidos, como se dá a sua *representação*, se estão aptos ou não a *reivindicar suas demandas*; quais os *critérios de noticiabilidade* ou por que o câncer aparece nos programas; quais os *enquadramentos* e as *angulações* construídas; a *potencialidade comunicativa*, percebida por meio da narrativa, em relação às estratégias de personificação, humanização, dramatização e sensibilização do relato; as *relações* e as *metáforas* empregadas para se referir aos tumores; os *ditos* e os *não ditos* sobre as formas enunciativas do dizer do estado de saúde ou de doença; as *relações de poder* que emergem, a política, em sentido *lato* – o papel do Estado, o personalismo político e as políticas públicas; a *qualidade técnica* da sequência audiovisual; a *acessibilidade da linguagem*, com vistas a perceber eventuais ruídos pela escolha de termos e dados dificilmente codificados pelo público leigo.

Das 14 unidades informativas do telejornal global, oito fazem parte de uma série especial sobre o câncer, publicada em agosto de 2013. As observações dessa série revelam que a cobertura (seriada, com uma promessa ou um discurso de profundidade) faz jus ao modelo dramatúrgico de lidar com os eventos cotidianos, na construção narrativa audiovisual que apresenta estratégias para sensibilização, sensacionalização ou humanização do relato noticioso. Os pacientes, quase sempre, são vítimas do sistema ineficiente e também agentes causadores do seu próprio mal estar, porque podem, de repente, não ter cultivado “hábitos saudáveis” ou porque foram negligentes com a própria saúde e não identificaram o problema na fase inicial (culpabilização). Médicos (autoridades de poder simbólico) e pacientes curados são os heróis dessa realidade mediada, que vencem ou que venceram o grande inimigo: o tumor maligno. O Estado é ordinariamente um vilão silencioso que não assegura as condições mínimas para um tratamento eficaz, que garanta resultados mais promissores. Apesar de tudo isso, na



materialidade telejornalística, está sempre como pano de fundo a esperança, a possibilidade de um “final feliz”, que é o da superação desse mal que adquire *status* coletivo.

Nesse espaço público moderno, a ordem do dia é a busca por iniciativas que tentem promover avanços para o setor, que devem pressupor ações conjuntas dos profissionais de saúde, da população, dos cientistas e dos administradores da máquina pública. Não se pode omitir, ainda, que essa abordagem assume um viés extremamente genérico, que se vale de pequenos contextos, amostras pontuais para representar um todo. Acrescido aos interesses empresariais em disputa, ressaltamos os aspectos que são silenciados, ainda que a fórmula jornalística seriada se proponha e se apresente, de fato, como um relato aprofundado de se abordar o assunto, sem se prender à superficialidade dos relatos factuais. Mas é claro, contudo, que há muito ainda por ser dito, sobretudo no que tange às políticas públicas, aos direitos dos pacientes e a uma grande parcela da população que não é representada nesse contexto, mostrado como uma esfera pública de abrangência nacional.

No outro conjunto de matérias isoladas do JN, a representação dos pacientes e de sua fragilidade física e psicológica parece ser o ponto principal desse segundo grupo. Em diversas situações, verificamos que o câncer é tido como uma doença que limita, ainda que temporariamente, o paciente de suas habilidades e suas competências; colocando-o ainda como aquele indivíduo com o qual precisamos nos solidarizar, ter piedade. O jornalismo, nesse caso, assume um papel moralizador da sociedade que circunda esse público. Até mesmo quando pacientes são mostrados como exemplos de superação, o enquadramento deixa implícito que a segurança pessoal e a autoestima são posteriores ao tratamento – a cura é uma condição para o bem-estar psicológico. Por conseguinte, o discurso mobiliza uma tentativa de mudança cultural, de visões de mundo, como no caso da necessidade de fazer o exame que detecta o câncer de próstata – um grande tabu, que inclui preconceito e desconhecimento. Valoriza-se, ademais, a questão do diagnóstico precoce e dos hábitos que precisam ser evitados, para se precaver de uma “terrível batalha” contra os tumores malignos, que levam à morte e à mutilação.



Sobre a análise das edições do BE, salientamos o fato de que os próprios médicos participantes parecem ter assimilado o *modus operandi* das formas enunciativas da televisão. Eles parecem atender à expectativa de dramatizar os casos e incrementá-los com argumentos de autoridade; suscitando símbolos de medo, esperança, congratulação, alerta etc. O padrão global de narrar as histórias também é adotado largamente no Bem-estar, que se potencializa porque são formas de dizer da dor, do sofrimento e da adversidade do outro. Apesar de ser declarada uma “guerra ao câncer”, as personificações, via de regra, são encerradas com um final feliz, como numa narrativa clássica ficcional. É um verdadeiro paradoxo discursivo, porque o câncer é símbolo de morte, de interdição, de mutilação, mas ao mesmo tempo pode ser vencido, superado, se observadas as boas práticas e uma forma salutar de lidar com a doença. Mas, mais importante do que vencer, é prevenir; e a profilaxia se dá com a adoção de normas de conduta preconizadas pelos detentores do saber (médicos) e divulgadas pelo programa. Deve-se “aprender com o Bem-estar”. Sem dúvida, o que mais ressalta dessa análise é a necessidade vocalizada reiteradamente de contemplar todas as ações pautadas – e não são poucas. Na edição do dia 25 de setembro de 2013, por exemplo, o programa reproduz o cenário de um banheiro, a fim de demonstrar a posição ideal para se assentar no vaso sanitário. O discurso dos jornalistas, sempre em concordância com os profissionais, evidencia ainda um forte viés moralizante, sobre como os indivíduos devem ver, sentir e agir na situação de doença e na de saúde, para que vençam ou não tenham a doença, respectivamente. O drama maior sempre é o das celebridades, retratados como guerreiros inspiradores e, aos anônimos, o espaço é dado somente para falar sobre sintomas, formas de lidar com a doença e outros detalhes emocionais. Um tópico praticamente silenciado é aquele que suscita as políticas públicas e os direitos dos pacientes; mesmo sendo um espaço ampliado de cobertura, esse público dispõe mais de informações sobre seus deveres (em relação ao corpo) do que de direitos que poderiam até beneficiar a realização desses deveres. Apesar das tentativas de desmistificar a doença, como o próprio programa enuncia, alguns sentidos são reforçados, principalmente quando se referem ao câncer como a doença que ninguém



gosta de falar o nome, ou simplesmente quando, de maneira implícita, fomenta o “discurso do medo” – outra contradição.

O principal ponto a ser discutido em torno da cobertura do RB volta-se muito para as questões políticas que ela suscita, pois o SUS é, por vezes, criticado e, aparentemente, enaltecido pelo telejornal, concomitantemente. No entanto, as críticas, de um modo geral, aparecem nas matérias produzidas pelas TVs que colaboram com a TV Brasil, de caráter universitário, que parecem tentar exercer a crítica de modo mais efetivo. Apesar dessas contribuições de conteúdo provenientes de outros estados brasileiros, percebe-se uma concentração no eixo Brasília - região Sudeste, mais ainda na capital federal, sede principal da emissora. Destacamos, porém, que por esse fato as políticas públicas são bem mais abordadas nesse canal, em comparação com o comercial. Por outro lado, pelo menos no âmbito do telejornal, há poucas abordagens no sentido de estabelecer objetivos educativos para a informação em saúde. De vez em quando, percebemos que o princípio de equilíbrio, em apresentar visões contrárias de um fato nuclear, não é contemplado. É preciso, ainda, investir na qualidade técnica e editorial dos conteúdos para que a emissora venha a se configurar, verdadeiramente, como uma alternativa comunicativa em meio ao oligopólio brasileiro; que preconize a independência, a autonomia e a pluralidade, enquanto adjetivos desse serviço público, de modo a cumprir sua função social, sobretudo em se tratando de um tema relevante como a saúde.

Acreditamos que o formato e o conteúdo empregados pelo programa Ser Saudável se aproximam muito de um modelo que poderíamos idealizar para a informação em saúde. O que é algo bastante sintomático justamente porque se trata de um produto menos ou não jornalístico, visto que é apresentado por médicos e não está condicionado às técnicas e aos rituais do jornalismo canônico. Em nenhum momento, o SS faz alarde em torno da doença, não estabelece um regime comportamental para prevenção ou tratamento, procura desmistificar a doença (com perguntas no estilo ‘mitos e verdades’) e, principalmente, ao utilizar a personificação como estratégia de cobertura televisiva, o faz muito mais com a perspectiva de humanização do relato, sem



apelar para as emoções ou para o sensacionalismo. É um modelo que, de alguma maneira, pode servir de referência para os demais.

4. Considerações finais

A informação tem posição central nas questões de saúde pública. O conhecimento de seu corpo, das mazelas pode vir a ter, dos direitos que lhe competem nessa seara, das escolhas que pode livremente fazer, pode determinar, para os indivíduos, uma série de relações simbólicas, que estabelecem uma hierarquia do corpo social. Os médicos são os grandes detentores desse saber, isso data de tempos imemoriais, e, dessa forma, estão aptos a deliberar em função de normas de conduta, decisões de políticas públicas e a definirem, com autoridade e propriedade, o que é verdade ou não no âmbito da saúde. A mídia vem, então, legitimar esse *status* e, em alguns casos, é razoável considerar que tal credibilidade pode acarretar algum autoritarismo. Em se tratando ainda de poder, percebe-se também uma competição com o Estado, representado pelos políticos, e com a imprensa, que detém poder de dizer quem, o que, quando e como fala.

Com isso, tendo em vista a preocupação das ferramentas comunicativas para a promoção da saúde, além de outras questões mais complexas, percebemos que também no caso do câncer a informação está no meio do campo de batalhas para que este se torne mais aceitável, ou menos estigmatizado pela população. E, sendo produtos de nossa cultura, notícias e reportagens tentam abordar esses mitos, às vezes desconstruindo e, em outros momentos, mantendo-os, ainda que de maneira indireta.

Nesse sentido, a problemática das neoplasias no espaço televisivo vem demarcada por todas as metáforas a que a doença esteve sujeita durante as últimas décadas. A terrível doença é um dos grandes males a ser combatido, pois, ainda incurável, é uma das principais causas de morte, gerando dor e sofrimento, além de ocasionar mutilação. Em vários momentos, a TV tenta dizer que o tratamento oncológico avançou muito e tem tido resultados promissores; mas, concomitantemente, esse mesmo meio de comunicação associa a doença às suas graves consequências,



valendo-se em não raros momentos do que se denomina “discurso do medo” – como se verifica nos telejornais, mas, acima de tudo, no programa Bem-estar.

A ideia de discurso do medo, nesse caso, seria a noção de que a provocação desse sentimento vai fazer com que as pessoas busquem se prevenir; afinal, se é tão ruim, as pessoas teoricamente vão se ver instadas a empreender medidas e esforços para evitar a manifestação de um tumor maligno. Porém, nem sempre a adoção de toda a profilaxia recomendada, em se tratando de neoplasias, é eficaz no combate à doença, simplesmente porque a ciência ainda não descobriu o que, de fato, ocasiona o aparecimento de células cancerosas.

Por não ser conhecida a causa do câncer, há muita especulação na própria mídia, que ventila incertezas e possibilidades, dando abertura para mitos como os de que os tumores se desenvolvem em função de problemas morais ou emocionais, por um trauma, pela falta de atenção, pelo ressentimento ou pela mágoa. O câncer assume para si, portanto, para além de todos os outros dilemas que lhe são característicos, um efeito moralizante, que vem logo depois do diagnóstico, com o término do tratamento ou pelo seu estadiamento. A TV materializa, assim, essas lições morais que vêm travestidas de prescrições médicas, num momento em que se poderia ampliar o debate com outros segmentos. É possível encontrar até, na análise da cobertura do câncer, a mobilização de temas como fé e espiritualidade.

Há um grande paradoxo discursivo, como já dissemos, na tessitura telejornalística de abordagem do câncer. Ao mesmo tempo em que ela veicula informações promissoras sobre avanços no tratamento, descobertas científicas que suscitam esperanças, que não se deve ter tanto medo quanto existia há algum tempo; é a própria TV que transmite, com frequência e veemência, que os tumores são a segunda maior causa de morte no mundo, que ela mutila, que causa transtornos psicológicos, que gera fragilidade física e emocional e tantos outros desdobramentos negativos. Constitui-se aqui um jogo de disputas de sentido que, de um lado, reforçam todos os velhos mitos e, de outro, tentam propor novas formas de encarar a doença. Soma-se a isso, a questão cultural que permeia o exame diagnóstico do câncer de próstata, que é um legítimo sintoma do machismo que ainda impera na sociedade. A própria televisão também



incorpora linguisticamente esse dilema, quando diz que os homens precisam “encarar” o constrangimento e o urologista – uma espécie de “mal necessário” para evitar um mal maior, que seria um processo metastático ou a morte.

É quase impossível não associar a questão da informação com o acontecimento histórico de um século atrás (a Revolta da Vacina), quando a população carioca se recusava a tomar a vacina contra a varíola, fruto do desconhecimento e da desinformação. Na atualidade, ainda existem aquelas pessoas que não vão ao médico, recusam-se até a receber informações sobre “aquela doença ruim”, porque têm medo de “pegar”; aliás, também ainda vige a noção de que câncer é contagioso, talvez porque há algum tempo as famílias escondiam. Hoje ainda, a família esconde do paciente que ele está com câncer, por medo de que ele, ao saber, venha a morrer.

Em suma, vale dizer que ainda há muito o que dizer sobre uma doença que foi, historicamente, interdita em seus sentidos e conhecimentos; e a mídia, enquanto elemento central da vida cotidiana, precisa auxiliar no processo de desmistificação da doença, a fim de eliminar os pavores suscitados por essa doença, que já poderiam ser obsoletos. Parece necessário, para isso, trazer à tona todos os aspectos silenciados para que sejam debatidos, problematizando e propondo soluções para as dificuldades.

Referências

ALSINA, Miquel Rodrigo. *A construção da notícia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ARAÚJO, Inesita; CARDOSO, Janine. *Comunicação e saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas – o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. *Pesquisa brasileira de mídia 2014: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira*. Brasília: Secom, 2014.

CARVALHO, Carlos Alberto de. *Atores em disputa de sentido: jornalismo e homofobia nas narrativas da Folha de S. Paulo e O Globo*. Tese, UFMG, 2010.



COUTINHO, Iluska. *Dramaturgia do telejornalismo: a narrativa da informação em rede e nas emissoras de televisão de Juiz de Fora-MG*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

ESTIMATIVA 2014: Incidência de Câncer no Brasil / Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva, Coordenação de Prevenção e Vigilância. Rio de Janeiro: INCA, 2014.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso* – aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 2009.

GITLIN, Todd. *The Whole World Is Watching: Mass Media in the Making and Unmaking of the New Left, With a New Preface*. California, University of California Press, 2003.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis, Vozes, 1985.

GOUVÊA, Allan; COUTINHO, Iluska. *Telejornalismo e saúde: abordagens do câncer nos noticiários da televisão brasileira*. Trabalho de Conclusão de Curso, Facom-UFJF, 2013.

MORAES, Nilson A. Comunicação e saúde: entre sentidos, interesses e estratégias. *ECO-PÓS* – publicação da pós-graduação em comunicação e cultura, v. 10, n. 01, p. 64-78, jan.-jun. 2007.

RODRIGUES, Adriano Duarte. *Estratégias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

SAINT CLAIR, Ericson. *A depressão como atualidade midiática no Brasil contemporâneo: fazendo o arquivo falar (1970-2010)*. Tese. UFRJ: Rio de Janeiro, 2012.

SODRÉ, Muniz. O “ethos” midiaticizado. In: *Antropológica do espelho – uma teoria da comunicação linear em rede*. Petrópolis: Vozes, 2006.

WANZO, Maria Cristina. El outro discurso de las ciencias sociales en salud. In: *História, Ciências, Saúde*, v. 5, n. 02, p. 331-347, jul-out. 1998.

WILLIAMS, Raymond. *Televisión: tecnología y forma cultural*. Buenos Aires: Paidós, 2011. (Livre tradução nossa)

WOLTON, Dominique. *Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão*. São Paulo: Ed. Ática, 1996.



O silêncio no jornalismo em saúde: a ordem médica e o discurso da autoridade

Gislene Silva²¹²

Amanda Miranda²¹³

Resumo: A partir dos conceitos de ordem médica e discurso da autoridade competente, discute-se o papel dos médicos como fonte dos produtos do jornalismo especializado em saúde. O objetivo é, a partir dessas reflexões, compreender como ocorrem os silenciamentos de saberes que não se coadunam à ciência da medicina. Reconhece-se nas rotinas do jornalismo a necessidade de se privilegiar o status da fonte, mas salienta-se a importância da diversidade para que o jornalismo, aqui entendido como forma de produção social do conhecimento, explore saberes que não se enquadram nestes moldes. Embora o discurso médico desempenhe um papel pedagógico importante é a partir dele que se pode constituir um novo território de difusão da ordem médica, que por sua vez também alimentaria a autoridade do jornalismo especializado em saúde.

Palavras-chave: jornalismo especializado em saúde, ordem médica, fontes.

1.Introdução

Este trabalho discute o protagonismo dos médicos como fontes do jornalismo especializado em saúde e o conseqüente silenciamento de outras vozes. São silêncios marcados pela força de um discurso historicamente autoritário, seja pelo poder da cura ou pela validação do método científico. Tem como objetivo refletir de que forma a voz do médico se constitui como autoridade e como sua participação como fonte aumenta ciclicamente esse papel, sobrepondo-se a outras falas e percepções acerca da realidade dos problemas e das questões relacionadas à saúde. Trata-se daquilo que Chauí (1981)

²¹² Gislene Silva: Professora do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em Ciências Sociais/Antropologia pela Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP), com pós-doutorado na Universidade de São Paulo (USP). Autora do livro “O sonho da casa no campo: jornalismo e imaginário de leitores urbanos”. Email: gislenedasilva@gmail.com.

²¹³ Amanda Miranda: Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Jornalista e Mestre em Educação Científica e Tecnológica, também pela UFSC. Professora do Bom Jesus/Ielusc, em Joinville (SC). Email: amanda.souzademiranda@gmail.com



chama de “discurso competente” e do que Clavreul (1978) denomina “ordem médica”.

Entende-se que o jornalismo científico, no qual se insere a temática da saúde, é um campo onde pouco se vê o confronto entre fontes e a divergência sobre determinados assuntos, mesmo os mais polêmicos. O que se percebe é uma vinculação do discurso científico ao discurso da verdade – uma verdade que se fecha aos contrapontos e afirma e reafirma a ciência como uma instituição marcada pelas suas relações com o ideal da objetividade.

Evidentemente se toma este aspecto com um olhar crítico à maneira como o jornalismo especializado em saúde tem sido produzido e articulado nos últimos anos. Pois, ao mesmo tempo em que pode ser um aliado da promoção da saúde, também pode caminhar em direção oposta justamente por suas características e especificidades de produção. A escolha das fontes é fundamental para se compreender esse movimento. Ao amplificar a voz da autoridade médica e entender a figura do médico como centro das estratégias de prevenção corre-se o risco de se silenciar manifestações importantes, que poderiam conferir pluralidade e diversidade à pauta.

Para amparar este estudo, percorre-se um caminho que se vincula à discussão sobre a ordem médica e o discurso da autoridade competente, na problematização sobre a utilização das fontes no jornalismo de saúde e na reflexão sobre os silêncios que obstaculizam a diversidade e limitam a compreensão da saúde. A escolha em não utilizar objeto empírico parte da preocupação em não segmentar essa discussão a uma determinada mídia ou produto jornalístico NESTE MOMENTO, tomando o objeto de estudo de forma ampla e evocando discussões que extrapolam os suportes da informação.

2. Ordem médica

O esforço aqui apresentado está na direção de compreender a força do discurso médico a partir de dois autores que o colocam como instrumento de poder e de dominação: Michel Foucault e Jean Clavreul. Com esse referencial, busca-se estabelecer uma reflexão acerca do poder e da identificação do profissional da medicina com o



discurso da verdade, afinal é dele e do seu conhecimento que se alimenta o jornalismo especializado em saúde.

Embora a história da medicina tenha seus primeiros registros na antiguidade, foi a partir do nascimento da medicina social, no bojo do surgimento da anatomia patológica, que ela começou a se manifestar também como forma de controle e vigilância. Michel Foucault (1998) traça essa historiografia em *Microfísica do Poder*. No texto, registra que o controle da sociedade inicia com o controle do corpo - tida como força produtora do capitalismo. Segue, então, para uma abordagem que compreende a medicina como uma estratégia biopolítica.

Foucault problematiza a política médica da Alemanha dos séculos XVIII e XIX, quando se deu início ao fenômeno de normalização da prática e dos saberes médicos. A Ciência ganhava em autoridade e seus avanços eram inenarráveis. O ensino da medicina também passou a ser normalizado. Como apontou o autor, “antes de se aplicar a noção de normal ao doente, se começa por aplicá-la ao médico”. (Foucault, 1998, p. 83).

Nessa mesma época, a medicina era tomada como uma força do Estado. Tinha-se uma espécie de pirâmide de médicos. No topo, estavam aqueles que administravam a saúde de determinadas regiões. Eram como delegados, com domínio, poder e exercício da autoridade. Não se ousaria, portanto, contrapor-se ao discurso autorizado pela Ciência e referendado pelo Estado.

Em outra direção, a França também assistiu o fenômeno de predominância da medicina frente às outras ciências. No processo de urbanização das cidades, o controle das epidemias e das pragas exigia profissionais que estivessem dispostos a controlar o sistema para que ele não fosse destruído pela peste. A vigilância e a inspeção constantes atingiam públicos de todas as classes: era no desejo que os pobres não contaminassem os ricos que se exigia cada vez mais rigor na prevenção e na limpeza das epidemias.

A medicina urbana, com seus métodos de vigilância, de hospitalização, etc, não é mais do que um aperfeiçoamento, na segunda metade do século XVIII, do esquema político-médico da quarentena que tinha sido realizada no final da idade média, nos séculos XVI e XVIII. A higiene pública é uma variação sofisticada do tema da quarentena e é daí que provém a grande



medicina urbana que aparece na segunda metade do século XVIII e se desenvolve sobretudo na França (Foucault, 1998, p. 89).

A medicina urbana, dessa forma, se organizou na perspectiva de detectar e controlar tudo o que pudesse ser foco de doenças, como os cemitérios, por exemplo, no controle da circulação da água e do ar e na organização dos espaços. O médico, novamente, assumia essa postura de autoridade, de detentor do saber e da cura. Aqui, percebe-se que essa força foi se arrastando ao longo dos séculos e parece pouco ter mudado na contemporaneidade. Porém, em vez de se ter o controle de pragas, hoje o médico tem o controle da vida. É capaz de modificar genes, de gerar embriões ou de manufaturar crianças, como apontou o antropólogo Le Breton (2011).

Foucault (1998) ainda resgata a diferença entre o que se poderia chamar de “cuidados médicos” e aquilo que se chama de controle. A vacinação, por exemplo, no entendimento do autor, é uma estratégia de controle de epidemias e não de cuidado ou prevenção. Daí a compreensão de que as insurreições que ocorreram na Inglaterra na segunda metade do século XIX nada mais poderiam ser do que uma espécie de resposta a esse tipo de controle, contra “o controle médico que se abate essencialmente sobre a população pobre” (Foucault, 1998, p. 97).

No Brasil, medidas de higienização e limpeza relacionadas ao controle do corpo também tiveram êxito. Ao longo de todo o século XIX, seguiu-se a tônica de favorecer “um conjunto de tecnologias de controle e disciplina do corpo (...) para as medidas de controle coletivo, que priorizariam as regras sociais de prevenção” (Edler, 1998, p. 174). Neste mesmo momento histórico, o discurso da medicina e do médico ganhava cada vez mais força como discurso da verdade e da cura. Era hegemônico e símbolo de uma ideologia que apostava no conceito de neutralidade da ciência para se disseminar.

Para Clavreul, o discurso médico afasta “certo número de elementos que não deixam de ter interesse em si mesmos. É da visada totalitária do discurso médico (como de todo discurso) nada querer nem poder saber do que não lhe pertence” (CLAVREUL, 1978, p.84). Sua crítica à ordem médica não deixa de ser uma crítica à Ciência, de um modo geral, e ao positivismo, de forma particular, pois, segundo ele:



o discurso médico não se sustenta senão por sua objetividade, sua cientificidade, que é seu imperativo metodológico. Ele deve poder ser enunciado por qualquer pessoa sobre qualquer pessoa, o primeiro estando colocado em posição de médico, o segundo em posição de doente (Clavreul, 1978, p. 30).

É importante situar que as críticas do pesquisador ocupam um lugar de quem está preocupado em defender que psicanalistas não precisam de formação em medicina para exercerem a função. Obviamente, seu texto tem um tom de manifesto, mas traz provocações legítimas para se pensar a posição de autoridade ocupada pelo discurso médico. Essa posição é chamada de “ordem médica”, uma espécie de força ideológica superior à medicina como instituição e aos médicos como profissionais.

Nessa força residem os mitos do desejo de saber, desejo de curar, do gênio do cientista e dos dons da observação. Estas características são atribuídas ao médico e à medicina, mas segundo o autor são noções imprecisas e indemonstráveis. São como mitos gerados para assegurar a predominância da ordem e servir à manutenção de uma “concepção positivista, que permita reter apenas os fatos positivos que articula, com exclusão de qualquer outra consideração sobre o que ela constitui por um lado, e o que destitui por outro”. (Clavreul, 1978, p. 226).

A ordem médica, nesse sentido, além de reforçar e manter os seus dogmas de forma cíclica e contínua também mascara qualquer sinal de subjetividade: tanto a do médico, como a do seu paciente. É nessa vinculação ao discurso científico que o saber médico mune-se da autoridade competente, conceito problematizado pela filósofa Marilena Chauí (1980) a partir da reflexão sobre a posição que os sujeitos ocupam ao elaborarem um discurso. É “a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir” (Chauí, 1980, sn).

Partindo-se desse princípio, pode-se inferir que qualquer discurso técnico é institucionalmente autorizado. Entretanto, entende-se, aqui, que no campo da saúde a forte hierarquização entre os saberes médicos e os demais provoca a predominância do discurso médico como discurso da autoridade competente. Se a regra geral do discurso



da autoridade competente é que “não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância”, quando se fala em medicina parece existir uma tendência à exceção.

O que é o discurso competente enquanto discurso do conhecimento? Sabemos que é o discurso do especialista, proferido de um ponto determinado da hierarquia organizacional. Sabemos também que haverá tantos discursos competentes quantos lugares hierárquicos autorizados a falar e a transmitir ordens aos degraus inferiores e aos demais pontos da hierarquia que lhe forem paritários. (CHAUÍ, 1980, sn).

Esta hierarquia encontra-se amparada na tradição da medicina enquanto Ciência e do médico como profissional e como cientista. Vale destacar que, além do papel da história no que se refere ao fortalecimento da figura do médico e da sua ordem, há também o papel da cultura, dos mitos e dos símbolos que levam os cidadãos a conferirem a tais profissionais uma espécie de superioridade técnica – e às vezes até mesmo moral – em detrimento a outros que atuam na área da saúde.

Se a história registra o poder do médico, a contemporaneidade não nega sua ascensão. Em *Adeus ao Corpo*, o antropólogo David Le Breton (2011) resgata as transformações do corpo na modernidade. Essa reflexão evidentemente não passa à margem da medicina. O pesquisador chama o poder da procriação conferido ao médico pelas técnicas de fertilização de “manufatura de crianças”. Para Le Breton, “a medicina não é psicoterapia, nem busca de sentido, mas obrigação de prestar contas tendo em vista uma eficácia exigida pelo paciente” (Le Breton, 2011, p. 70). Evidentemente, isso acarreta um conceito de corpo cada vez mais volátil e indefinido, capitaneado pela medicina e por seus profissionais ainda empenhados em exercerem posição de autoridade e controle.

Em *Tecnopólio*, o filósofo Neil Postman (1994) também reflete acerca da imponência de uma ordem médica, mas por meio da evolução e disseminação das tecnologias. Por conta desse fenômeno, segundo ele, “o que o paciente sabe não é digno de confiança; o que a máquina sabe é confiável”. (Postman, 1994, p. 106). Além disso, a evolução da medicina também promoveria a especialização de profissionais– por



exemplo, radiologistas, patologistas etc. – que se distanciam cada vez mais dos sujeitos e se voltam cada vez mais para órgãos do corpo humano, vistos como partes isoladas.

Trata-se, assim, do silenciamento de discursos outros que não os técnicos. A voz que fala é a voz do médico, profissional da saúde, cientista e detentor do conhecimento científico. Na profusão de sua voz, cala-se o paciente, cujo conhecimento e bagagem cultural por vezes são considerados nulos, e calam-se também outros discursos situados em escala hierárquica vista como inferior.

3. Fontes do jornalismo em saúde

O interesse deste estudo é entender de que forma a ordem médica promove silenciamentos no jornalismo especializado em saúde. Para refletir sobre esse fenômeno torna-se importante retomar uma discussão clássica das teorias e estudos do jornalismo: a que supõe os conflitos e interesses que regem a relação entre jornalistas e fontes. Com base nessa relação os médicos e a medicina disseminam seus discursos, mediados pelo jornalismo.

No manual *A Saúde na Mídia*, a jornalista Roxana Tabakman (2013) busca estabelecer alguns parâmetros de relacionamento entre médicos (os demais profissionais da saúde não são citados) e jornalistas. No texto, deixa claro que se trata de uma relação coberta de tensionamentos, o que chama de “casamento por conveniência”. Além disso, reconhece que as fontes são repetidas por disponibilidade (dada a organização da rotina jornalística) ou por autoridade. “Entre os especialistas, os líderes de opinião são aqueles que, por sua posição profissional, influenciam os demais” (TABAKMAN, 2013, pg. 30).

Trata-se, também, de uma relação permeada por uma diferença cultural, que origina o que Peters (1995) chama de comunicação intercultural. Para entender como se dá o diálogo entre especialistas da área da Ciência e jornalistas ele fez um estudo qualitativo, partindo de um questionário aplicado com os dois grupos. As conclusões confirmaram sua hipótese de que ambos veem o outro com expectativas que extrapolam a de suas funções sociais e profissionais. O que parece é existir uma exigência grande



tanto por parte dos jornalistas como dos cientistas – algumas delas teriam impacto nas rotinas profissionais de maneira estrondosa.

Isso significa que, quando em contato, médico e jornalista estabelecem uma relação comunicacional sujeita a conflitos. Evidentemente isso também pode acontecer entre o repórter e suas fontes de outras áreas, mas trata-se, aqui, de ver as pautas oriundas da medicina como temáticas que se aproximam das estratégias públicas de prevenção e promoção da saúde. Esses conflitos impactam, inclusive, na concepção do produto jornalístico.

(...)os especialistas têm expectativas diferentes dos jornalistas em relação ao estilo da informação. Eles querem a informação apresentada de maneira mais séria e menos politizada que os jornalistas. Mais do que os jornalistas, eles querem que a informação se dirija à razão, e não aos sentidos e às emoções. (PETERS, 1995, p. 151)

Gomis (2004) problematiza a relação entre fontes e jornalistas assegurando que as fontes também configuram os fatos. Ao escolher um e não outro especialista para ter espaço em sua produção, o jornalista acaba por silenciar outras vozes. Isso não deveria ser questionado, porque é evidente que nenhuma reportagem consegue esgotar qualquer assunto, mas a questão que emerge aqui é justamente o poder do jornalismo no sentido de manter a ordem médica a partir da autoridade que confere aos seus entrevistados. Como também lembra Rodrigo (2009, p. 63), trata-se de um jogo que envolve relações de poder, já que há agentes sociais com acesso praticamente imediato aos meios de comunicação e outros que sequer conseguem entrar no circuito da informação. Este processo gera informações, mas também produz silêncios.

Parece que fica bem claro que as redes de informação estabelecidas institucionalizam a utilização de algumas fontes (...) As fontes que aparecem nos discursos informativos são importantes, já que são elas as que se institucionalizam socialmente. Inclusive, poderíamos dizer que elas são elementos essenciais para o estatuto da prevalência da verdade desses discursos. (RODRIGO, 2009, p. 174).



Retomando outros estudos, Rodrigo (2009) afirma que a relação entre jornalistas e fontes pode ter múltiplos níveis: uma relação de completa independência, uma relação de cooperação ou ainda uma relação de total submissão do jornalista, quando a fonte é quem faz a notícia. No caso do jornalismo em saúde, o mais comum é que a fonte faça a notícia, seja pela imponência da ordem médica ou pelas dificuldades de se comunicar de forma crítica com profissionais de uma área muito técnica. Citado por Peters (1995 p.174), Dunwoody (1986) argumenta “que os cientistas nada têm a ganhar na interação com os jornalistas e que, como os jornalistas dependem dos cientistas para obter informações, é pouco provável que surja uma relação simbiótica”.

Nessa pesquisa, o entendimento é de que existem interesses tanto da parte do médico, que ganha cada vez mais autoridade na medida em que difunde seus discursos, quanto da parte do jornalista, que depende dessas informações para gerar seus produtos. O que pode ocorrer é justamente uma desproporção entre os papéis que cada um assume: o jornalista submete-se a ordem médica e não desempenha seu papel de confrontar fontes e de problematizar determinados aspectos da realidade, enquanto o médico conquista cada vez mais espaço. Muitos têm, inclusive, se transformado em verdadeiros comunicadores – vide o caso dos consultores do Programa Bem Estar, exibido diariamente pela Rede Globo.

Hall et all (1978) também fizeram um importante estudo sobre a relação entre jornalistas e fontes, mas tendo como foco a cobertura da política. A partir da constatação de que determinados especialistas são privilegiados e detêm mais poder nas coberturas, estabeleceram o conceito de definidores primários, que seriam as fontes oficiais. Na interpretação de Schimitz (2011, p.19), são aqueles que estão ligados a determinado tipo de instituição ou que adquirem mais notoriedade, poder e especialização.

O saber médico pode também ser localizado como um saber de conformação dos definidores primários. A autoridade e supremacia de seu conhecimento, difundidos amplamente pelo jornalismo, retroalimentam a ordem médica e mobilizam na audiência uma sensação de segurança. Entre um médico e um enfermeiro ou um médico e um curandeiro é inegável que exista uma diferença de poder, que nem sempre está ligada a diferença de saber.



Do ponto de vista prático, o olhar para a rotina jornalística também pode apontar reflexões acerca das relações entre jornalistas e fontes. Os prazos cada vez mais rígidos para a execução das pautas, a pressa constante e a diversidade de assuntos que os repórteres investigam no seu dia a dia acabam obrigando o jornalista a, muitas vezes, optar pelos caminhos mais simples quando em contato com um assunto novo. E o caminho mais simples é aquele da fonte que atende, que gosta de aparecer ou que tem uma assessoria de imprensa disponível. É inegável que esses aspectos também se manifestam no jornalismo especializado em saúde e geram uma sistemática repetição das fontes, que se empoderam e empoderam a medicina como ciência e a ordem médica como discurso hegemônico.

4. Silenciamentos

Neste artigo, entende-se o jornalismo como uma forma de conhecimento, de entendimento do mundo. No caso do jornalismo especializado em saúde, é também a partir dele que se torna possível ter acesso a informações, estratégias de prevenção e a dados que antes circulavam somente nos consultórios médicos ou nos hospitais. Claro que essa concepção não ignora a finalidade comercial dos veículos de comunicação e as rotinas que regem a atividade jornalística, o que produz equívocos de todas as ordens e, muitas vezes, interfere de forma determinante no processo de recepção.

Silva (2005, p. 101) traz reflexões centradas no culturalismo e na antropologia para discutir o jornalismo como conhecimento. Ao abordar um dos trabalhos de Stuart Hall, lembra que o autor destaca o papel da notícia “na construção seletiva do conhecimento social pelo qual percebemos o mundo, as realidades vividas”. Segundo a compreensão de Hall, essa percepção é importante para que se constitua “imaginariamente um mundo global inteligível”.

Esta compreensão também é importante para se problematizar o conhecimento produzido pelo jornalismo especializado em saúde. Não se trata de um conhecimento enciclopédico, que tem espaço nos bancos escolares, mas sim de um conhecimento útil para o entendimento do mundo a partir dos fatos e registros que têm espaço na notícia.



Em resumo, “como produto de consumo cultural, o jornalismo produziria e organizaria sentidos, quase sempre conectados ao senso comum” (SILVA, 2005, p. 103).

Assim, a palavra conhecimento ganha uma dimensão ampliada, no sentido de que se pode reconhecer aquilo que não está no universo da Ciência sistematizada como uma possibilidade de compreensão do mundo. Nesse sentido, percebe-se o jornalismo como uma forma de conhecimento capaz de trabalhar com a diversidade, com a pluralidade e com diferentes formas de se atentar aos fatos. Quando alicerçado predominantemente na fonte médica, considerando-se toda a história da medicina como discurso da autoridade, reproduz-se aquilo que já se vê na sociedade: a hierarquização dos saberes técnicos.

Lopes et al (2012) reconhecem que o jornalismo em saúde produz conhecimento para além do que se constrói em uma situação de consulta médica, ainda que nem sempre tenha a interação que uma consulta obrigatoriamente deva ter. Trata-se de um conhecimento que não raras vezes municia o paciente em momento anterior à consulta. Este chega cada vez mais informado ao médico, ou porque pesquisou no Google o que uma alteração no exame pode significar ou porque viu na TV os sintomas de uma doença que julgar ter contraído.

A comunicação mediática passou a ser entendida como o meio privilegiado para aumentar o conhecimento e a consciência das populações sobre os assuntos de saúde, bem como para influenciar as suas percepções, crenças e atitudes, muito para além do clássico modelo de comunicação médico-paciente. (LOPES et al 2012, p. 131).

Mas essa reflexão acerca das potencialidades do jornalismo em saúde também abre o campo para críticas e dúvidas acerca das suas finalidades. Para Saint Clair (2012), a mídia exerce um papel de governança sobre a informação em saúde e reivindica o protagonismo na divulgação das informações das instâncias competentes. Seu estudo baseia-se no conceito de risco em saúde e, para tanto, organiza-se para combater duas hipóteses: a hipótese didática e hipótese do receptor racional. Na primeira delas, estaria a ideia de que o jornalismo em saúde serve para a prevenção, com fins pedagógicos. Na segunda, estaria a convicção de que o receptor é racional o



suficiente para utilizar essas informações da forma como o emissor intencionou. Seria como uma relação neutra: um está pronto para doar e o outro para receber.

O núcleo dessa simplificação residiria na premissa iluminista da “educação dos que não sabem”, que se pauta por uma ideia de comunicação como transmissão de informações. Pouco se avança se pensamos a partir desse modelo, uma vez que os problemas por ele produzidos giram em torno de se implementar “mais acesso”, como na inundação de escolas por computadores que seriam encarregados, apenas por sua existência, de incrementar a educação. O mesmo raciocínio embasa os desejos de “aperfeiçoar” formas de transmitir educação sobre saúde, como na veiculação governamental de propagandas sedutoras e de “fácil linguagem” para a população “menos esclarecida”. (SAINT CLAIR, 2012, p. 119).

Partindo desse raciocínio, de que o jornalismo especializado em saúde não é, em sua gênese, um tratamento de saúde, o questionamento acerca da predominância do discurso médico torna-se ainda mais importante. Por que reforçar a dependência de uma fonte e tratá-la como única detentora do conhecimento e do saber? Muito além disso: por que não destrinchar o conhecimento em saúde a partir de sua multi e transdisciplinaridade, respeitando inclusive o conhecimento popular, buscando estabelecer um diálogo com ele?

A medicina tem uma narrativa própria e peculiar. Como ciência, dá base a textos que seguem um método e um ideal de objetividade. O jornalismo, por sua vez, tem uma narrativa aberta à produção de sentidos. Por oferecer um conhecimento mais simplificado ao leitor, “nos ajuda a classificar e compreender os incidentes. Orienta nossa vida prática, comportamento e decisões, (...) torna natural o mundo social, tal como ele se apresenta” (MOTTA, 2013, p.55). Trata-se, assim, de uma narrativa que se dispõe a mediar o que dizem os sábios (da narrativa científica, da ordem médica) e o que sabem os leitores. Trata-se, também, de um jogo de poder entre aqueles que dizem.

(...) trata-se de uma complexa relação de poder entre grupos e atores sociais que se envolvem em uma disputa na esfera pública pelo direito de dizer, de construir visibilidades, credibilidades e identidades. Relações entre visões de mundo



diferenciadas na disputa pelo consenso cultural e construção de uma realidade discursiva hegemônica. Ou seja, a construção da *verdade verdadeira* no imaginário coletivo (MOTTA, 2013, p. 213, grifo do autor).

Essa verdade verdadeira, no jornalismo em saúde, tem seu lugar de destaque na ordem médica. É difícil desprender-se dela. A palavra final precisa ser dada por fontes gabaritadas, aceitas pela ciência. A performance sociocultural do jornalista prevê que na fala da fonte autorizada reside a base do conhecimento que se dispõe a construir no texto. Assim, embora a narrativa jornalística seja o espaço de mediação que tenta se firmar em torno do que o médico diz e em torno do que o público pensa ou projeta no seu cotidiano, o jogo pode ser desigual.

Em 2011, foi ao ar, pelo Fantástico, a série “É bom pra quê?”, na qual o médico-comunicador Drauzio Varella mostrava como são usadas ervas e medicamentos fitoterápicos no país. Um dos episódios é exemplar para refletir sobre a narrativa como lugar de mediação.

O médico-comunicador foi até a cidade de Imperatriz, no interior do Maranhão, para conhecer o extrato de graviola formulado pelo pesquisador Antônio Frazão, professor da Universidade Estadual do Maranhão. Descobriu, entre outras coisas, que o químico fazia diagnósticos e prescrevia medicamentos, além de realizar testes em seres humanos sem qualquer consentimento dos comitês de ética em pesquisa. A narrativa se constrói amparada em uma denúncia e na perspectiva de buscar, junto à ciência e à medicina, formas de desautorizar a atuação do químico.

Pelo menos onze fontes são ouvidas nos dez minutos de reportagem, um número que poderia indicar a pluralidade de vozes em disputa dentro da narrativa. Mas dessas onze, duas são pacientes, tratadas como leigas, ocupando a voz do senso comum. Três são fontes que apoiam o uso e indicação medicinal do extrato da graviola (um médico local, uma enfermeira local e o pesquisador). As outras seis são fontes autorizadas pela ciência e pela medicina a evidenciar os riscos e os problemas do uso de fitoterápicos, especialmente da pomada de graviola. Importante destacar que dessas seis, duas são pesquisadoras que realizam testes empíricos no produto e constataam que ele não tem



qualquer efeito na cicatrização de feridas e que pode aumentar a multiplicação de células cancerígenas.

Varella, o narrador, utiliza termos fortes, pouco usuais no jornalismo, para entoar a narrativa. Expressões como “pasmem”, por exemplo, aparecem em seu discurso. Adjetivos como “absurdo” e construções como “risco à vida dos brasileiros” também. Apesar da contundência, ele não se posiciona como fonte, mas como repórter. Ele é “aquele que se dirige ao leitor, apresentando-lhe o mundo” (RICOEUR 1995 *apud* MOTTA 2013, p. 213). Sua importância na construção narrativa se encontra também no lugar de mediação que assume ao se comportar como repórter, pois, conforme Motta (2013, p. 215):

A partir do conceito de polifonia, desaparece a consciência autoral única, porque o narrador passa a dialogar com seus personagens e se torna, ele próprio, uma pluralidade de centros de consciência irreduzíveis a um denominador comum.

Apesar disso, essa pluralidade de centros de consciência baliza-se exclusivamente na ciência e na medicina, vistas como única fonte de saber, muito embora uma das entrevistadas tenha conseguido engravidar após iniciar tratamento com o fitoterápico temendo não conseguir ser mãe devido a um tumor no olho.

Esse exemplo serve para mostrar que a narrativa do jornalismo em saúde ocupa um espaço importante na construção e desconstrução dos fatos científicos, com uma linguagem própria, onde interagem o saber médico e o saber do senso comum. Apesar disso, mostra justamente o ponto de desequilíbrio, o lugar em que o discurso médico assume tal autoridade que desconstruí-lo só é possível no campo da recepção, já que a emissão revela-se alinhada à ordem médica.

De certa forma, este alinhamento pode ser fruto das rotinas de produção do jornalismo, que têm no tempo um forte agente de pressão e que, por conta disso, recorrem a fontes com status de autoridade para aferirem credibilidade ao próprio discurso. Neste movimento, conforme buscou-se salientar nesse texto, o jornalismo confere poder à medicina, que confere poder ao jornalismo. Para o leitor, nesse caso, o



ônus seria a perda da diversidade.

Soma-se a esta problemática um fator crucial que passou à margem da discussão aqui apresentada, mas que não pode ser ignorado: as relações econômicas entre médicos e indústria farmacêutica e entra esta e os veículos de comunicação. Sabe-se que a indústria farmacêutica é anunciante nos grupos de mídia e que os anunciantes são capazes de promover tensões na conformação do produto jornalístico. Perceber isso é não apenas fomentar um olhar crítico para a informação em saúde, mas reforçar que o silenciamento pode ocorrer por conta de fatores organizacionais.

Por fim, é preciso encerrar esse texto reconhecendo que o jornalismo especializado em saúde encontra-se em permanente transformação, talvez apontando para uma mudança de cultura e de entendimento dos conceitos de cuidado e de prevenção. Aos poucos deixa as editorias de ciência para ocupar um espaço próprio. Aos poucos vê suas principais fontes transformando-se em comunicadores. É, portanto, um rico campo de investigação.

Porém, nesse movimento de modificações, que deixam evidente um rastro de mudanças culturais, há que se problematizar aquilo que parece mais imutável.

Enquanto os produtos jornalísticos especializados em saúde forem dependentes do discurso da medicina – em geral prescritivos, impositivos e normativos porque amparados no discurso da autoridade competente – eles poderão se tornar meros reprodutores daquilo que, por suas características, poderia intencionar combater.

Referências

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **O discurso competente**. Disponível em: <http://www.abimaelcosta.com.br/2012/10/o-discurso-competente-marilena-chai.html>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2015.

CLAVREUL, Jean. **A ordem médica: poder e impotência do discurso médico**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

GOMIS, Lorenzo. Os interessados produzem e fornecem os fatos. In: **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, V.1, n.1, maio 2004.



EDLER, Flavio Coelho. A MEDICINA BRASILEIRA NO SÉCULO XIX: UM BALANÇO HISTORIOGRÁFICO. *Asclepio*, Madrid, v. 2, n. 1, p.169-186, maio 1998.

FOUCAULTt. Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

LE BRETON, David. **Adeus ao corpo**: Antropologia e Sociedade. Campinas: Papirus, 2003.

LOPES, Felisbela et al. (org). Ebook. **A saúde em notícia. Repensando práticas de comunicação**. Universidade do Minho. 2013. Disponível em: <http://www.ics.uminho.pt/uploads/eventos/EV_8167/20131217286093508750.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2013.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da Narrativa**. Brasília: Editora UnB, 2013.

PETERS, Hans. A interação entre cientistas e especialistas científicos: cooperação e conflito entre duas culturais profissionais. In: Massarani, Luisa, Turney, Jon, Moreira, Ildeu. **Terra Incógnita – a interface entre ciência e público**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência, Museu da Vida e Vieira & Lent, 2005. p. 139-160.

SAINT CLAIR, Ericson. **A depressão como atualidade midiática no Brasil contemporâneo: fazendo o arquivo falar**(1970-2010). 2012. 254f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFRJ, 2012.

SILVA, Gislene (2005). Jornalismo e construção de sentido: pequeno inventário. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis, vol. 2, n. 2, 2o. semestre, p. 95-107, 2005.

SCHULTZ, Silvana. Desdobramentos do uso de fontes científicas no jornalismo especializado em saúde. In: XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2014, Foz do Iguaçu. **Anais da Intercom**, 2014.

TABAKMAN, Roxana. **A saúde na mídia**. São Paulo: Summus Editorial, 2013.



La fabrication polyphonique des informations locales en PQR

Joël Langonné²¹⁴
Sandy Montañola²¹⁵

Résumé : Si la fabrication de l'information est une œuvre collective dans laquelle un nombre indéfini d'acteurs prennent la parole, la diversité de ces voix n'apparaît pas véritablement dans l'espace du journal. Grâce à une observation de type ethnographique dans deux rédactions locales d'un journal de presse quotidienne régionale (PQR), nous avons pu nous intéresser particulièrement à la manière dont deux des acteurs qui gravitent autour de la rédaction locale ont pu, ont su, se saisir du journal comme d'une médiation pour dire ce qu'ils avaient à dire, pour dire ce qu'ils pensaient devoir être dit à un moment donné. Certes, le journal et son information locale savent faire taire, au final, certains de ces acteurs de l'énonciation polyphonique. Cet effacement relatif de la polyphonie qui le constitue est sans doute essentiel à sa cohérence. Mais malgré cela, nous retenons ici que le journal est fait par des acteurs sociaux qui s'y investissent car ils croient à son rôle de médiation, et leur engagement contribue à subjectiver constamment son processus de fabrication et son contenu.

Mots-clés : presse régionale, énonciation, engagement, acteur social, usagers, ressources

Le journal régional est un espace partagé, collectif qui implique un ensemble d'acteurs aux différents stades de sa conception. Pourtant, la diversité des voix qui s'y exprime ne reflète pas la diversité de la participation, qui est tue dans une large mesure. Nous souhaitons montrer ici que ce procédé, constitutif du dispositif dans lequel s'insère l'information locale du journal, révèle des stratégies d'acteurs et des engagements de la part de ces derniers.

Pour ce faire, nous avons observé un *continuum* (Ringoot, Ruellan, 2006) de production d'information locale, en cherchant à capter un maximum d'acteurs engagés dans cette dynamique (Barbier, Trépos, 2007). Notre recherche repose sur le croisement de trois méthodes. Un premier travail, ethnographique, a été mené en juin 2011 au sein de deux rédactions locales d'un même titre de presse quotidienne régionale (PQR)²¹⁶. Celui-ci a été complété par des entretiens menés auprès de journalistes, chefs de

²¹⁴ Doctorant, Centre de recherche sur l'action politique en Europe, CNRS/UMR 6051, Université Rennes 1.

²¹⁵ Maître de conférences, Centre de recherche sur l'action politique en Europe, CNRS/UMR 6051, Université Rennes 1.

²¹⁶ Ce travail est issu de Langonné J., Montanola S., Ruellan D., La PQR à l'heure du numérique, M@rsouin.



rédaction, ressources institutionnelles et « usagers-ressources » pour saisir les éléments non visibles lors de l'observation et les représentations qui les accompagnent. Enfin, la recherche comporte une analyse d'un corpus d'articles qui permet l'étude des marqueurs de *l'énonciation collective* (Souchier, 1996) et la place laissée à la polyphonie.

L'analyse a fait émerger deux usagers-ressources, deux acteurs très différents, parmi un nombre indéfini d'autres participants à cette énonciation collective. Il s'agit d'un entrepreneur retraité et d'une correspondante locale de presse (CLP). A partir d'une information exclusive transmise par le premier et confirmée et développée par la seconde, ils ont pris, chacun à sa manière et à un moment de notre observation, une place prépondérante dans le processus de fabrication de l'information locale. Pourtant, l'étude discursive du corpus d'articles montre que ni la CLP, ni l'entrepreneur ne laisse de traces à la mesure de l'importance des ressources fournies. Le procédé est connu, l'écriture médiatique masque la polyphonie de la pratique journalistique alors que le journaliste a bien souvent, pour matière première, des discours d'acteurs sociaux (Marnette 2004). Ainsi les sources (qui prennent la parole, qui sont interrogées par les journalistes, qui contactent les journalistes pour soumettre une idée, etc.) ne sont ni mentionnées, ni citées dans leur diversité.

Si le procédé est confirmé à l'échelle de notre corpus, nous avons souhaité, pour cette présentation, nous centrer sur un exemple révélateur du phénomène en nous demandant comment les acteurs concernés se servent également de cet effacement le cadre d'un engagement local. C'est en développant la nature de la participation de ces deux usagers-ressource apparus comme « remarquables » que nous proposons d'essayer de comprendre ce qui est en jeu, d'une part, dans un attachement particulier et contingent au journal et, d'autre part, dans la manière dont le journal invisibilise les traces de ce contact. Tous deux tâchent de se saisir du journal comme d'une *médiation* (Jeanneret, 2014) pour dire ce qu'ils pensent devoir être dit. À leur manière, ils ancrent l'information locale dans un *dispositif* qui fait le lien entre, d'un côté, le journal et ce qu'il contient et, de l'autre, un territoire et ceux qui y vivent. Dans cette mesure, on peut dire que le dispositif dont il est question est plus grand que le journal : nos protagonistes se retrouvent en fait au centre d'un système local de communication dont le journal n'est



que l'un des outils.

Observons donc quelques unes des médiations induites par la présence de ces deux acteurs dans le dispositif. Que se passe-t-il lorsque qu'ils entrent dans le continuum de fabrication de l'information ? Qu'induisent-ils de possible dans le process ?

Les secrets des correspondants locaux de presse (CLP)

Lors de notre observation sur le terrain, un journaliste a mis la main sur une information importante, en exclusivité : le dépôt de bilan d'un organisme associatif d'aide à l'insertion sociale par le travail. A partir de cette information, le localier n'a, dans un premier temps, contacté qu'une seule ressource, qu'il a utilisée d'une part pour confirmer et développer son information, et d'autre part pour savoir si d'autres sources étaient disponibles.

Son unique interlocutrice donc, contactée par téléphone, faisait partie du bureau de l'organisme en difficulté dont il était question. Elle était aussi CLP d'un journal concurrent. Pourquoi a-t-elle décidé de parler à ce journaliste et non à ceux de sa rédaction ? Selon ce dernier : « Elle sait pour qui je bosse : je lui demande une info, elle me parle en off. C'est une info qu'elle ne veut pas sortir elle-même parce qu'elle ne veut pas mélanger ses casquettes de correspondante et d'élue de l'asso. »²¹⁷

Le journaliste et la CLP du journal concurrent échangent souvent. Lorsque, comme ici, elle pense qu'elle ne peut pas passer une information dans le journal avec lequel elle collabore, elle n'éprouve aucun malaise à la glisser au journal concurrent, pourvu que cette information revête une importance pour le territoire dans lequel elle vit. Ce type d'interactions, nous l'avons découvert, n'est pas un cas isolé.

Une autre correspondante d'un autre journal collabore régulièrement avec le journaliste. Ce dernier considère même que cette CLP-là est sa « meilleure source politique ». En fait, le chef de rédaction du journal concurrent est proche du maire de la ville, et la correspondante en question est politisée, engagée dans un autre parti. Elle est consciente qu'elle ne peut pas dire certaines choses dans son journal : « cette

²¹⁷ Les propos entre guillemets de ce point émanent d'un entretien avec un journaliste localier.



correspondante est au Parti Socialiste. Elle m'a lâché des infos qui pouvaient embêter monsieur le maire. Elle se dit : « Ça passera pas chez moi ». Selon le journaliste, toujours : « Elle [la CLP] a une vision assez claire de son statut de correspondante et du rôle du journaliste. Elle se dit qu'elle, elle n'a pas à traiter ce type d'info, et que si un journaliste l'interroge là-dessus, pourquoi pas répondre ? Et elle n'est pas dans une optique de guerre des titres non plus. On est concurrents, mais elle, elle s'en fout. » Ce dont elle se « fout », c'est effectivement la concurrence entre les deux titres. Ce qui est important à ses yeux, par contre, c'est que ces informations soient publiées, fût-ce dans le journal concurrent. On voit par là que, s'il fournit sa production au journal auquel il est rattaché, le CLP est aussi en mesure de « braconner », dirait de Certeau, en dehors du collectif de ce journal. Il se positionne en fait comme une figure centrale d'un système qui lui est propre : sa communauté, son territoire (Gimbert, 2011).

Le second exemple concerne le même dépôt de bilan d'un organisme d'aide à l'insertion sociale et illustre, selon nous, la manière dont un usager-ressource est à même, l'espace de quelques jours, d'occuper les pages locales à son profit, de se faire, via le journal, le porte-parole de son propre monde.

Clamer et chuchoter dans un même mouvement

L'usager-ressource que nous évoquons ici est un chef d'entreprise retraité, reconverti dans le secteur social. Il dirige un garage automobile associatif destiné aux personnes disposant de moyens limités. Son association, signalons-le, dégage des bénéfices.

L'homme, qui est aussi chanteur amateur, a contacté la rédaction par téléphone au sujet d'un concert à venir auquel il participe. À partir de cette conversation téléphonique, le journaliste va tirer d'autres fils offerts par son interlocuteur, dont il affirme qu'il a « un très beau réseau sur tout ce qui concerne les questions sociales et politiques ». De fait, les deux hommes vont convenir d'un rendez-vous et les informations fournies par le directeur du garage lors de cette rencontre vont constituer des ressources pour la fabrication de plusieurs articles, qui paraîtront quelques jours



plus tard.

C'est lors de cette entrevue que le directeur du garage va révéler l'information du dépôt de bilan d'un autre organisme social d'insertion professionnelle œuvrant sur le territoire, à côté de sa structure à lui. Cette annonce va être à la base de la rédaction de quatre articles, dont deux articles de tête. L'homme signalera en outre l'ouverture d'un nouvel atelier dans son garage, avec deux emplois à la clé, ainsi que l'ouverture d'une annexe, dans une autre commune. Ici aussi l'information fera l'objet d'un article de tête et le journaliste contactera ses collègues pour les avertir de l'ouverture prochaine d'un garage solidaire sur leur territoire et les mettre en contact avec sa source. Bref, l'observation du corpus constitué *a posteriori* montre que le directeur du garage est finalement présent, d'une manière ou d'une autre, dans cinq articles rédigés par le journaliste lors de notre observation, ainsi que dans un autre article (celui qui annonce l'ouverture d'une structure homologue ailleurs, rédigé par un autre journaliste du titre).

Nous avons rencontré cet usager-ressource, quelques jours plus tard, lors d'un long entretien pour tenter de connaître les motivations qui l'ont poussé à se lier au journal. On a compris qu'à l'instar des CLP, l'homme sait utiliser les pages d'information locale comme une médiation, participant à sa manière à l'expression du rapport collectif au territoire. Le sujet le concerne directement et pourrait être considéré comme un moyen de faire la publicité de son organisme : à la différence du CLP, rien ne le contraint à réserver ses informations à un seul média, et on pourrait penser qu'il tente d'en capter un maximum pour parvenir à se faire entendre. Pourtant, lui ne souhaite s'exprimer que dans un seul journal et ne collabore pas ou peu avec le principal concurrent (d'où le caractère exclusif de l'information, souligné plus haut). Deux raisons peuvent être avancées pour comprendre son choix. D'abord, on a dit que le rédacteur en chef du titre concurrent est un ami du maire, et notre ressource traîne un vieux contentieux avec la municipalité en place, qui n'accorde que très peu de subventions à son garage solidaire. Ensuite, il se dit « agacé » par le turn-over important des journalistes chez le concurrent. Ce qui est important, pour lui, dans la relation avec un journaliste, c'est la « confiance », et « la confiance se construit dans le temps ».

La médiation d'un journaliste de confiance lui permet donc de parler du succès et



de l'agrandissement de son garage social. En entretien, il s'explique : « Je veux faire savoir aux politiques, faire savoir à la population qui peut être concernée, et montrer aux gars qui sont là que ça sert à quelque chose, que c'est utile et qu'on peut y arriver. Ensemble. Et ça, on peut le faire savoir que par la presse. » Ce n'est pas tout, car en révélant au journaliste qu'un organisme social un peu semblable au sien est en train de sombrer, il se sert du journal pour dénoncer aux mêmes (les « politiques » – *i. e.* : le maire –, « la population » et les « gars » qui travaillent dans son garage) l'incompétence de ceux qui ont échoué. Il nous confie encore : « Il n'y a aucune raison qu'on y arrive nous [...] et qu'on n'arrive pas à faire la même chose pour [il cite l'organisme en dépôt de bilan] ! » Une manière comme une autre, finalement, pour mettre en avant sa conception de la bonne gestion d'un organisme social : « On s'aperçoit que pour que ça fonctionne, il faut un chef. Un responsable qui est cohérent dans ses actions, par rapport au personnel qu'il a sous ses ordres. Et quand cette personne n'est pas cohérente avec elle-même, sur les principes de l'insertion, ça peut pas fonctionner. »

Au fond, sa démarche auprès du journal lui a permis de dire tout cela dans les pages de sa locale. En effet, en retraçant le circuit de la fabrication de ces informations, on se rend compte combien ce responsable associatif parvient à s'exprimer, en son nom propre ou en silence, par la médiation, par la *traduction* (Akrich, Callon, Latour, 2006) opérée par le journal.

Car que fait le journal de ce qu'il dit ? Un premier article de tête, on l'a dit, qui annonce qu'une association d'insertion par le travail « a déposé le bilan [...] sans faire de bruit », puis un second article de tête presque concomitant, qui relate l'extension d'une association analogue – la sienne – dont « le succès [...] ne se dément pas », et cela, chose rare, sur six colonnes à la Une au lieu des quatre d'usage. Le message, *les* messages du responsable associatif sont bien passés .

Des contreparties silencieuses, pour les acteurs-ressources ?

Ces exemples tendent à montrer que l'objet journal, saisi comme une *médiation*, devient un « lieu pratiqué », un espace (De Certeau, 2008) traversé par des hommes et



des choses. Ces acteurs – des CLP, un directeur de garage solidaire et bien d'autres – façonnent une information locale ancrée dans un dispositif d'énonciation collective du territoire. Un dispositif qui enracine le journal dans une sorte de « conflictualité créative » (De Certeau, 2008). Un dispositif qui façonne un journal plastique, travaillé par tous les acteurs du continuum de fabrication de l'information.

Cependant, c'est notre seule présence sur le terrain qui nous a permis d'avoir accès à cette énonciation collective. La diversité des sources, de celles qui parlent, que l'on fait parler, que l'on cite mais aussi que l'on ne cite pas, la variété des voix du journal, n'est pas toujours restituée. C'est en confrontant le corpus d'articles aux observations de terrain que nous avons constaté que globalement, 40% des ressources qui permettent la rédaction des articles ne sont pas citées ou sont discursivement masquées. Si l'on adoptait un point de vue médiacentré, on pourrait affirmer que moins de la moitié des gens qui participent à l'énonciation collective reçoivent cette « rétribution symbolique » (Tétu, 2002, p. 3) qui consiste à être cité par le journal (Tétu, 2002). Mais depuis le point de vue des CLP ou du directeur du garage solidaire, les choses semblent différentes. Les articles ne sont qu'un moyen, jamais une fin. Déroulant cet argument, on pourrait tordre le bâton dans l'autre sens : il nous est possible, après cette enquête, de penser que certains acteurs n'utilisent le journal que dans la mesure où, justement, ils ne sont pas cités. Ces acteurs parviennent à dire ce qu'ils ont à dire au sujet du territoire et de la façon dont il doit être géré. Ils le font grâce à la médiation du journal, sans payer le prix d'une mise en visibilité.

Le journaliste qui a eu affaire à ceux-là connaît leur démarche et sait qu'il participe lui-même de projets qui, dans une certaine mesure, lui échappent, échappent au journal. Reste que c'est bien ce dernier qui garde la main sur qui et sur ce qui doit paraître dans le journal ou non. À ce stade de notre enquête, nous n'avons rien constaté de véritablement homogène, dans la façon de faire apparaître les ressources ou pas au sein de l'article. Il n'y a pas de mode d'emploi pour masquer la polyphonie tant elle apparaît contingente aux messages dispensés et aux messagers qui les portent. Disons que chaque journaliste parvient, avec son propre savoir-faire, à masquer la polyphonie qui émane nécessairement des ressources qui ont pris part à la construction de l'article.



Ce sont les journalistes qui, au nom de leur titre et sans doute par convention (Becker, 1986) contiennent la plasticité du journal, conservent la cohérence du quotidien au quotidien. C'est à dire qu'à un moment donné du processus – celui de la rédaction de l'article – le journaliste ordonne la polyphonie, il ré-énonce l'information, il l'*altère* (Jeanneret, 2014) pour la rendre acceptable à ses yeux, acceptable aux yeux de sa hiérarchie, et acceptable aux yeux de ses ressources.

Conclusion

Cette étude nous enseigne que la presse locale peut être envisagée comme faisant partie d'un *dispositif* profondément subjectivé, au sens où les individus s'en saisissent et y agissent en fonction de leurs propres intérêts et engagements. Si les journalistes conservent une part d'autonomie dans la manière de mettre en œuvre² les objectifs qui leur sont assignés, on voit aussi qu'ils œuvrent en contact permanent avec des acteurs qui poursuivent leurs logiques propres. Leurs sources travaillent à la fabrication du journal selon des règles qu'elles définissent en partie elles-mêmes. Elles savent comment donner à leur locale de la force productive. Elles sélectionnent des informations, elles les travaillent pour les rendre plus disponibles. Mais elles ne font cet effort que parce qu'elles y trouvent une contrepartie, qui est la mise en visibilité de faits ou d'opinions auxquels elles sont attachées, quitte à ce que leur voix reste couverte, ou même précisément parce que leur voix est couverte par le journal.

Bibliographie

AKRICH M., CALLON M., LATOUR B, (2006), *Sociologie de la traduction. Textes fondateurs*, Presses des Mines, Coll. Sciences sociales.

BARBIER R., TREPOS, J.-Y., (2007), « Humains et non-humains : un bilan d'étape de la sociologie des collectifs », *Revue d'anthropologie des connaissances*, vol. 1, n°1, pp. 35-58.

BECKER H., (1988), *Les mondes de l'art*, Flammarion, coll. Champs.



DE CERTEAU M., (2008), *L'invention du quotidien. Vol. 1, arts de faire*, Folio, coll. Essais.

FOUCAULT M., (1994 [1977]) « Le jeu de Michel Foucault », entretien, *Ornicar ? Bulletin périodique du champ freudien*, 10, pp. 62-93. Publié dans *Dits et écrits 1954-1988 par Michel Foucault*, T. III, Paris, Gallimard, pp 298-329.

GIMBERT C., (2011)« Le correspondant, un amateur du local mis à distance du journal », colloque *Le journalisme, une activité collective*, 16-18 mars, Paris.

JEANNERET Y., (2014), *Critique de la trivialité, Les médiations de la communication, enjeu de pouvoir*, Paris, Éditions Non Standard, 2014.

MARNETTE S., (2004), « L'effacement énonciatif dans la presse contemporaine ». *Langages*, 156, pp 51-54.

RINGOOT R., RUELLAN D., (2006), « Pairs, sources et public du journalisme », pp. 63-77 (p. 70), dans OLIVESI S. (dir), *Sciences de l'information et de la communication. Objets, savoirs, discipline*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble.

SOUCHIER E., (1996), « L'image du texte, pour une théorie de l'énonciation éditoriale », *Les cahiers de médiologie*, n°6, pp. 137-145..

TETU J-F., (2002), « Les stratégies de la citation dans la presse », Les séminaires du GRIMIA, n ° 3, p.13-24. En ligne
http://hal.archives-ouvertes.fr/docs/00/39/74/00/PDF/tetu_strategies_citation.pdf



Jornalismo sensacionalista na Paraíba e a cobertura do fait divers: uma realidade silenciada e os discursos dessa ocultação

Joana Belarmino de Sousa²¹⁸

Amanda Carvalho de Andrade²¹⁹

Resumo: Os acontecimentos bizarros, que quebram a normalidade do cotidiano, e aqueles que resultam em mortes têm espaço garantido nos noticiários mundo a fora desde os primórdios do jornalismo. Entretanto, essa temática, sensacionalista em si, é vista como um tabu para o jornalismo chamado de referência, que busca, a partir de seus slogans, passar a imagem de um noticiário objetivo e neutro. Por muitos anos, o termo sensacionalista foi usado de forma pejorativa para descrever os deslizes do jornalismo. Porém, é prática presente no jornalismo, diferenciando apenas o grau de sensacionalismo, que pode estar na escolha dos temas até os elementos da notícia. Os *fait divers* (fatos diversos) são os principais ingredientes do jornalismo sensacionalista, mas que também estão presentes no noticiário dos jornais de referência.

PALAVRAS-CHAVE: Sensacionalismo; fait divers; jornalismo de referência.

1. Introdução

A história do jornalismo nos mostra que, desde a sua origem, os acontecimentos que emocionam o público atraem leitores e aumentam as vendas de jornais. A cobertura de fait divers, que segundo Barthes é uma forma de classificar o inclassificável, aqueles acontecimentos que quebram a normalidade do cotidiano, parece ser a estratégia principal utilizada pela maioria dos veículos jornalísticos, para fisgar suas audiências e mantê-las fidelizadas. Nelson Traquina (2013) destaca que, na época das "folhas volantes", semanários que focavam apenas num tema e não tinham periodicidade do século XVII, assuntos mais abordados eram milagres, abominações, catástrofes e acontecimentos bizarros, mas que sobretudo existia um fascínio pelos homicídios. Séculos mais tarde, outro tipo de fazer jornalismo, influenciado pelas sociedades pós-

²¹⁸ Professora Associada nível 1 da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

²¹⁹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



industriais, ditas de massa, alterou significativamente os processos de produção do trabalho jornalístico, em particular, naquelas rotinas dedicadas ao estabelecimento do que é notícia: os *penny press*, que ficaram conhecidos por fazer um jornalismo sensacionalista.

O termo sensacionalismo, na imprensa, tornou-se uma forma de classificar aquele jornalismo de mau-gosto, de notícias erradas, mentirosas e exageradas, praticado pelos jornais voltados à classe popular, inculta. Entretanto, a estratégia de sensacionalizar o fato não é apenas de domínio desse tipo de jornal, mas pode ser vista nos diários que, sob os seus slogans e discursos de objetividade e responsabilidade com o leitor, tentam silenciar ou ocultar essa realidade. Alberto Dines, na década de 1960, afirmou que existem graus de sensacionalismo e que isso está presente em toda a imprensa e que o próprio lide, técnica da pirâmide invertida amplamente usada no jornalismo, é uma forma de sensacionalismo.

O presente trabalho busca, por meio da Análise de Conteúdo dos dois principais diários da Paraíba, o Correio da Paraíba e Jornal da Paraíba, explorar essa hipótese, demonstrando, através da análise de algumas coberturas, os graus de sensacionalismo que predominam nesses veículos. Pretendemos mostrar que o sensacionalismo é uma realidade do jornalismo praticado na atualidade, mas que os jornais tentam silenciar essa estratégia, reforçando a imagem de jornalismo objetivo e neutro.

Sob o slogan “Jornalismo com ética e paixão”, o jornal Correio da Paraíba é considerado um jornal de referência, termo usado por Amaral (2005) para descrever os diários voltados às classes média e alta, para leitores com maior grau de educação. Criado em 1953, o diário é dividido em editorias, claramente sinalizadas. Da mesma forma, o Jornal da Paraíba, também é considerado um diário de referência, que circula no estado desde 1971. O diário, que já teve o slogan “Leia e decida”, também conta com conteúdo dividido em editorias, trazendo informações da Paraíba e as principais notícias do país e do mundo.

Os jornais de referência buscam, diariamente, legitimar o que Alsina (2009) chamou de contrato fiduciário pragmático. Ou seja, eles precisam reafirmar o seu compromisso ao fazer um jornalismo que ficou consagrado no imaginário da sociedade:



objetivo, neutro, claro e conciso. O papel dos meios de comunicação seria trazer à luz aquilo que estaria sendo obscurecido pelas instâncias de poder, ou seja, informar o que a sociedade precisa saber de forma clara, objetiva, apresentando apenas a verdade.

As técnicas de construção da notícia, como a escolha dos acontecimentos de maior relevância para a maior parte da sociedade, o lead (técnica conhecida como pirâmide invertida, em que as informações principais de um acontecimento estão no primeiro parágrafo do texto) reforçam a objetividade da notícia. Dessa forma, os jornais de referência se distanciam do que ficou conhecido como jornalismo sensacionalista, cuja receita também ficou no imaginário da sociedade: manchetes engraçadas e exageradas, fotos e notícias de crimes, exploração de tabus e sexo.

É na análise das notícias dos jornais Correio da Paraíba e Jornal da Paraíba que buscaremos compreender como o sensacionalismo está presente no noticiário paraibano e de que forma essa prática é silenciada pelos jornais de referência. Para isso, vamos nos embasar em autores como Roland Barthes, Nelson Traquina, Ciro Marcondes Filho, Márcia Franz Amaral, Danilo Angrimani, Alberto Dines, entre outros. Para isso, selecionamos apenas as notícias do caderno Cidades. Não consideramos as informações contidas nas colunas presentes nas páginas dessa editoria. Selecionamos, de forma aleatória, como a metodologia de Análise de Conteúdo²²⁰ prevê, a semana de 12 a 18 de janeiro de 2015.

2. Sensacionalismo: uma estratégia antiga

Em *A História Natural do Jornal* (2008)²²¹, Robert Park afirma que, nas sociedades industriais, a luta de sobrevivência dos jornais é a luta pela circulação. Nessa batalha, os empresários usam de diversas estratégias e armas que têm como principal

²²⁰ A Análise do Conteúdo permite diversas estratégias de constituição do corpus de análise, conforme Fonsêca Júnior (2006). É o caso da regra da representatividade, cuja amostra é parte representativa do universo inicial. Uma delas é a amostragem não probabilística, em que se escolhe no calendário a semana que servirá como referência inicial e, dentro dela, o dia que se começará a análise.

²²¹ O artigo usado no nosso trabalho, *A História Natural do Jornal*, foi publicado originalmente no *The American Journal of Sociology*, 29(3), p.273-289, em 1924. Utilizamos a publicação no livro *A Era Glacial do Jornalismo*, de 2008.



objetivo vender mais jornais, atraindo a atenção do leitor. Uma dessas estratégias é a sensacionalização do fato: dar um tratamento sensacional a um acontecimento que, em outras circunstâncias editoriais, não mereceria tal tratamento (ANGRIMANI, 1995). A história do jornalismo nos mostra que, desde a primeira circulação de notícias, os acontecimentos inusitados, fantásticos e que envolvam a morte têm espaço reservado no noticiário.

A morte tem o maior valor-notícia dentro de qualquer sistema de jornalismo. Segundo Traquina (2013, p.65), no século XIX os jornais eram dominados pelo polo político e vistos apenas como uma arma política. Após a chegada dos penny press (nome dado por causa do baixo valor que o jornal era vendido) dá início a um novo jornalismo. “O New York Sun dava ênfase às notícias locais, às histórias de interesse humano e apresentava reportagens sensacionalistas de fatos surpreendentes. Day (dono do jornal) contratou repórter para escrever artigos em estilo humorístico sobre os casos que surgiam diariamente na delegacia local da polícia”. Dessa forma, esse tipo de jornalismo conseguiu redefinir a notícia de forma a “satisfazer os gostos, interesses e a capacidade de compreensão das camadas menos instruídas da sociedade”.

Mesmo acontecimentos políticos e econômicos eram ‘traduzidos’ de forma simples e acessível ao seu público-alvo. As páginas do New York Sun, conforme o autor, eram repletas de histórias de crimes, escândalos, tragédias e notícias que o homem comum achava interessantes ou divertidas. O resultado dessa nova abordagem foi o crescimento vertiginoso das tiragens, uma média de 30 mil exemplares por dia, quinze vezes mais que a tiragem nos meses de lançamento.

A professora Márcia Franz Amaral (2005, p.21) afirma que todo jornal é sensacionalista a partir do momento que todos buscam fidelizar o leitor e vender mais edições. A diferença, segundo ela, é a intensidade, o grau de sensacionalização. Ela explica que o sensacionalismo “está ligado ao exagero; à intensificação, valorização da emoção; à exploração do extraordinário; à valorização de conteúdos descontextualizados; à troca do essencial pelo supérfluo ou pitoresco e inversão do conteúdo pela forma.



Rausch (2011) também defende que existem níveis de sensacionalização e que mesmo um diário considerado de referência pode apresentar um discurso sensacionalista e propôs que o sensacionalismo pode ser considerado um gênero jornalístico, pois há características próprias que definem o discurso como sensacionalista ou não.

Para definir o sensacionalismo como gênero, Rausch criou um quadro codificador, com 19 verbetes baseados em termos usados por oito autores que se dedicaram a problematizar a temática do sensacionalismo na imprensa. Os verbetes foram ordenados em quatro categorias: a) estrutura (distorção; imprecisão; pejorativo); b) características (sensacional; sensacionalismo; sensacionalista); c) temática (crime; escândalo; morte; tabu); d) elementos (calúnia; emoção; estereótipo; exagero; preconceito; ridículo; sádico; sensação; exagero).

Para o nosso trabalho, não vamos considerar o sensacionalismo como gênero, mas uma estratégia de construção da notícia. Acreditamos que, como apresentado por Amaral e Rausch, existem níveis de sensacionalização do acontecimento e essa estratégia não está delimitada apenas aos jornais focados nas edições populares, mas pode ser encontrada em jornais de referência. Nesses jornais, como se dá o uso do sensacionalismo? É essa a pergunta que buscaremos responder na nossa análise dos dois principais jornais de referência na Paraíba.

3. Os *fait divers* na cobertura do cotidiano

O que seria um *fait divers*? A categorização de um fato diverso é feita por meio da temática do acontecimento, ou seja, são *fait divers* as mortes, os assassinatos, os acidentes, suicídios, enfim, todo aquele acontecimento que quebra, de alguma maneira, a normalidade do cotidiano (ou pelo menos aquilo que o senso comum chama de normalidade). Foi Roland Barthes (1970) quem primeiro conceituou a questão da estrutura narrativa desse tipo de discurso. Conforme o autor, os fatos diversos têm uma estrutura fechada (que não precisa de informações externas para contextualizá-la, podendo ser compreendida em qualquer momento histórico), que compreende a relação de pelo menos dois termos, cuja relação constitui o *fait divers*.



As relações apontadas por ele são de casualidade e coincidência. A de casualidade seria sempre paradoxal, levando em conta a desproporção entre causa e efeito (uma aberração ou diferente daquilo que se espera em que o objetivo é espantar e surpreender). Barthes (1970) dividiu essa categoria em dois tipos: Causa Perturbada e Causa Esperada. No primeiro estão aqueles que não se podem saber a causa do acontecimento de imediato, que foi subdividido em duas categorias: os prodígios (fenômenos paranormais, religiosos, etc) e os crimes misteriosos. A ênfase nessas narrativas está nos detalhes e nos efeitos do acontecimento. O segundo agrupa as informações em que as menores causas resultam em grandes efeitos, enfatizando nos personagens dramáticos. Nesse tipo de narrativa, a causa é conhecida, porém ele espanta por ser uma ruptura da normalidade, transgredindo a ordem do esperado.

Na relação de coincidência, o autor a dividiu em dois tipos: de Repetição e Antítese. O primeiro se dá quando um mesmo tipo de acontecimento se repete a uma mesma pessoa, localidade ou circunstâncias familiares (uma joalheria assaltada quatro vezes numa mesma semana, uma série de acidentes num mesmo cruzamento entre avenidas de modo parecido, etc). Esse tipo de narrativa transfere a responsabilidade do efeito para a noção de destino, criando uma espécie de mistério (o cruzamento entre as avenidas pode ter algo de sobrenatural que atrai os acidentes ou a casa onde ocorreram vários crimes pode estar mal-assombrada, etc). Já a narrativa de Antítese é caracterizada quando dois estereótipos aparecem invertidos, ou seja, duas noções ou termos opostos que se encontram num mesmo acontecimento (o homem que morde o cão; o policial que é preso roubando, etc).

Para Dion (2007, p. 125), o sentido primeiro do *fait divers* é de ordem profissional, pois designa uma categoria de notícias, e é o tipo de informação privilegiado pelas massas populares por abordar os dramas da vida privada das pessoas comuns, aproximando-se das preocupações familiares de cada uma. Ou seja, aqueles “fatos diversos” podem acontecer com qualquer pessoa. Porém, também pode significar uma notícia sem importância, sem valor histórico. “O *fait divers* é sempre a narração de uma transgressão qualquer, de um afastamento em relação a uma norma (social, moral, religiosa, natural)”.



4. Jornal da Paraíba: noticiário de saúde e denúncias

O Jornal da Paraíba está no seu 44º ano de circulação e é considerado um dos principais jornais do Estado. Atualmente não atua sob nenhum slogan específico, mas em anos anteriores chegou a trazer na capa, logo abaixo do nome do diário, o slogan: “Leia e Decida”. O diário, que faz parte da rede Paraíba de Comunicação, que conta com um canal de TV aberta, filiada à Rede Globo, a TV Cabo Branco (em João Pessoa) e TV Paraíba (em Campina Grande; os portais de notícias na Internet G1 e Globo Esporte.com, e as rádios Cabo Branco FM e CBN João Pessoa.

Na semana analisada, pudemos dividir o noticiário em 11 temáticas: Saúde (11 notícias), Cidadania (duas notícias), Denúncias (oito notícias), Obras (quatro notícias), Protestos (duas notícias), Crimes Diversos (13 notícias), Homicídios (cinco notícias); Mortes por Acidentes (quatro notícias); Operações (três notícias), Serviço (sete notícias); e História de Interesse Humano (uma notícia).

A semana analisada trouxe 22 notícias que podemos encaixar como *fait divers*: notícias sobre assassinatos, crimes diversos e mortes por acidentes. Essas notícias ocupam, na maioria das vezes, as duas últimas páginas da editoria Cidades e temas como esses estiveram presentes em todas as edições analisadas, inclusive na de domingo, que trouxe uma matéria especial denunciando a falta de serviço de saúde e resgate nas praias paraibanas. Uma das coordenadas, que abre a segunda página, é sobre a mortalidade por afogamento no litoral do Estado. A morte também é o foco de uma notícia de saúde, que trouxe o número de vítimas da doença de Chagas nos últimos cinco anos na Paraíba.

Para o nosso trabalho, selecionamos aleatoriamente, para análise qualitativa, a notícia “Envolvidos em estupro vão deixar Lar do Garoto. O juiz Max França confirmou que saída dos três adolescentes acontecerá no próximo mês”, noticiada no dia 16 de janeiro de 2015. Pela temática, ela se encaixa na categoria de *fait divers*. O enunciado é uma continuação de um fato que aconteceu em fevereiro de 2012 que ficou conhecido como “Barbárie de Queimadas” e “Estupro Coletivo de Queimadas”, quando



cinco mulheres foram violentadas e duas delas assassinadas por terem reconhecido os criminosos, que eram amigos das vítimas. Os três adolescentes que participaram do crime foram liberados por terem cumprido a pena máxima de três anos prevista pelo Estatuto da Criança e Adolescente.

Figura 1 Capa e matéria selecionada para análise



Fonte: Edição 16 de janeiro de 2015

O lead já apela para o senso comum e o estereótipo de que a justiça brasileira é muito branda para os adolescentes que cometem crimes hediondos. O enunciado começa afirmando que “os três adolescentes acusados de participação na 'Barbárie de Queimadas' estarão nas ruas novamente” e que “as famílias das vítimas já estão sabendo da saída deles e temem que será a convivência na cidade”. Mais adiante, o texto traz outra afirmação que apela para a sensação de injustiça causada pelo fato, com a oração: “Apesar do crime bárbaro cometido, o magistrado explicou que não há como ampliar a internação”.



Depois, com a declaração do próprio juiz, delimitada pelas aspas, ele explica o motivo de estar liberando os criminosos, se eximindo da culpa (“Temos que cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente”), reforçando que eles cometeram um crime gravíssimo (“Eles foram acusados de um crime muito violento”) e ainda dá mais uma informação que aumenta a sensação de injustiça, que seria o fato de, após liberados, os rapazes “estarão livres para seguirem suas vidas sem dever mais nada à Justiça”.

Além da declaração oficial do magistrado, a notícia traz a declaração da irmã de uma das vítimas assassinadas, que relata a sensação de injustiça, medo, raiva e inconformidade. Entre as aspas que exime o enunciador da informação, o texto traz a emoção vivida pelos familiares e das vítimas: “(...) a verdade é que nós não estamos preparados para ficar cara a cara com aqueles que de maneira covarde amarraram, amordaçaram, violentaram e depois mataram as pessoas que nós amamos e agora não estão mais conosco”.

A notícia ainda tem uma coordenada a qual traz o relato sobre o acontecimento que originou essa segunda notícia. Esse enunciado traz detalhes macabros do crime que aconteceu no dia “12 de fevereiro de 2012, quando dez homens encapuzados invadiram uma casa estupraram cinco mulheres e mataram duas delas, depois que as vítimas reconheceram um dos acusados”. Do acontecimento, o que mais chocou a população foi a motivação do crime: “O mentor do crime foi Eduardo Pereira dos Santos que estava dando uma festa na casa dele, (...), para comemorar o aniversário do irmão, Luciano Pereira Santos, e convidou as vítimas. Tudo, inclusive a festa, fazia parte do plano macabro que já estava arquitetado havia 15 dias”.

O enunciado ainda traz outra informação que não influenciaria no entendimento do acontecimento e que, ao nosso ver, reforça o grau de sensacionalismo do texto: “Durante os abusos, os acusados colocaram músicas religiosas em volume alto, para não levantar suspeitas”.

A partir da codificação dos níveis de sensacionalismo no discurso jornalístico, apresentada por Rausch (2011), podemos dizer que, pela estrutura, a notícia não traz nenhuma distorção ou imprecisão dos fatos, seguindo as regras fundantes do jornalismo. Já as características do discurso mostram que há um apelo às emoções, como



apresentado anteriormente, como de injustiça e revolta. A temática em si é sensacionalista: o estupro de cinco mulheres, o assassinato de duas delas e a motivação banal e fria dos criminosos. Quanto aos elementos do texto, encontramos frases e declarações que reforçam estereótipos (a justiça brasileira ser branda com adolescentes que cometem crimes graves) e relatam as emoções que o acontecimento provocou nos familiares e na população da cidade.

5. Jornal Correio da Paraíba: foco nos acidentes de trânsito

O jornal Correio da Paraíba está no seu 61º ano de circulação na Paraíba e, diariamente, sai às ruas sob o slogan “Jornalismo com ética e paixão”. O diário é um dos produtos do Sistema Correio de Comunicações, que tem outro jornal, esse voltado ao público popular, o JÁ; duas televisões, a TV Correio (que funciona em João Pessoa e em Campina Grande), filiada da Record no Estado, e a RCTV, canal de TV por assinatura; um portal de notícias na internet, o Portal Correio, e outros dois sites de vendas; e 10 estações de rádio, como a Jovem Pan SAT AM e a 98 FM (João Pessoa e Campina Grande). O sistema ainda é responsável pela revista Premium.

Para o nosso trabalho, analisamos a mesma semana de 12 a 18 de janeiro de 2015. Ao contrário do Jornal da Paraíba, o Jornal Correio da Paraíba traz edições nas segundas-feiras. Nessa semana, dividimos as notícias da editoria Cidades em 14 temas: Saúde (cinco notícias); Cidadania (três notícias); Carnaval (quatro notícias); Fatos Diversos (uma notícia); Ações Públicas Diversas (quatro notícias); Denúncias (nove notícias); Obras (duas notícias); Crimes Diversos (10 notícias); Homicídios (seis notícias); Mortes em Acidentes (três notícias); Operações (seis notícias); Serviço (oito notícias); Institucional (uma notícia); e Suítes (quatro notícias).

Na análise quantitativa da temática, pudemos observar que o jornal também prioriza a cobertura de *fait divers*, com 19 notícias no total durante uma semana: crimes, homicídios e acidentes fatais. Para a nossa análise qualitativa, escolhemos a notícia “‘Surto’ da Violência no Trânsito. Acidente mata ex-diretor do TRE; estudo mostra que



a PB é o 1º, noticiada no dia 12 de janeiro, que foi manchete do dia e teve quatro suítes no decorrer da semana.

Figura 2 Capa e matéria selecionada para análise e a sua coordenada



Fonte: Edição 12 de janeiro de 2015

O acidente foi o gancho para trazer informações alarmantes sobre a pesquisa chamada Mapa da Violência sobre acidentes de trânsito: “a Paraíba teve um “surto” de 22% de aumento nos óbitos” e, no caso da população jovem, “o estudo destaca que a Paraíba teve “uma ‘eclosão de violência’ no transporte de sua população jovem, com um crescimento acima de 25% de um ano para outro”.

Na coordenada, o jornal traz informações sobre o velório da vítima e, ainda, informações técnicas da investigação policial, como sobre o exame toxicológico para detectar a presença de drogas ou álcool no organismo da vítima. Outra coordenada traz a reação de uma tia da vítima publicada numa rede social e replicada na notícia, afirmando que ela “ficou ‘sem chão’ com a notícia do acidente”.



Na mesma edição, o jornal trouxe em outra página, num box, a continuação da temática “morte no trânsito”: “‘Roleta-Russa’ na Madrugada: Estudo: colisões mais violentas ocorrem entre meia-noite e 6h”. Essa relembra uma matéria do próprio jornal, publicada em outubro, trazendo dados de uma pesquisa de uma seguradora de veículos. A matéria quer reforçar o motivo de ter acontecido o acidente que matou o ex-diretor do TRE. Ao nosso entendimento, essa matéria está sensacionalizando um fato que não merecia tal tratamento, inclusive repetindo uma notícia publicada há quase três meses. Em uma coordenada, o jornal trouxe a informação de outro acidente fatal, também no fim de semana, dessa vez sem destaque algum.

Ainda no box, o jornal lembrou três casos de acidentes de trânsito com mortes em João Pessoa, com uma breve descrição dos acontecimentos. No primeiro, o texto traz a declaração da irmã de uma das vítimas fatais em entrevista no final de 2014: “Esse é um horário crítico por causa das festas. Fico pensando que se tivesse uma blitz meu irmão não teria morrido. O homem que causou o acidente tinha começado a beber à tarde, em Bayeux, depois foi para a praia, em João Pessoa e quando estava voltando para Bayeux cruzou o caminho do meu irmão, mudando nossas vidas”, declarou Rosangela Soares.

Figura 3 Capa e matéria suíte





Fonte: Edição 13 de janeiro de 2015

No dia seguinte, a suíte do acidente na Avenida Epitácio Pessoa foi a segunda manchete do jornal e capa do caderno Cidades. Dessa vez o gancho foi o velório de Leonardo Lívio, que na descrição do texto, foi marcado por “emoção e lágrimas”. A notícia traz mais uma vez dados de mortalidade do trânsito e a declaração de um especialista sobre os principais motivos dos acidentes: embriaguez e alta velocidade.

As coordenadas trouxeram mais declaração do especialista em trânsito apontando possíveis soluções para evitar mais mortes no trânsito da Avenida Epitácio Pessoa; uma sobre as investigações do acidente e outra sobre o luto oficial no TRE. Uma delas traz declarações de familiares da vítima, repletas de emoção: Vicente Rafael Souza, tio de Leonardo, ressaltou que o sobrinho era filho único. “Não dá para medir a dor. É difícil falar”, disse, com voz embargada.

Figura 4 Capa e mais uma suíte



CORREIO DA PARAÍBA | 82 | Paraíba • Sábado, 17 de janeiro de 2015 | Cidades | CORREIO DA PARAÍBA

Hoje tem reggae e forró no Lovina
 Versão 6 na Coreia traz Banda Marabó, Os Gonzagas e Ceolha; após às 17h, tem Sotões e mais atrações

LIBERAR BONGARÉAS
 A cidade de Bonga...
 O prefeito...
 O projeto...
 O plano...
 O projeto...
 O plano...

CONCURSO DE CAMPINA
 Seu Jorge conta hoje em tombado...
 O projeto...
 O plano...

O FIM DAS GANCHAS
 Fal chopp não podem manter controlado dentro da grades...
 O projeto...
 O plano...

Prefeituras terão menor prazo para prestar conta
 TCE deve reduzir de 45 para cinco dias o tempo de envio dos balancetes

A CAATINGA PEDE SOCORRO
 Edição desta semana traz reportagem sobre a fome que se espalha na região

PM expulsa policiais condenados por tortura
 Um sargento e seis soldados que atuavam em Caatinga...
 O projeto...
 O plano...

Cai o limite de TED entre bancos
 O limite de transferência...
 O projeto...
 O plano...

Novo regra reduz em 26,5% o acesso a seguro-desemprego
 O projeto...
 O plano...

Depois já encia bolotas do IPVA
 O projeto...
 O plano...

Após assaltar turista em JP, homem morre atropelado
 O projeto...
 O plano...

Sorteios de prêmios
 O projeto...
 O plano...

MISSA DE SÉTIMO DIA DE LEONARDO LÍVIO SERÁ HOJE
 O projeto...
 O plano...

SPRINTER MODERNA
 O projeto...
 O plano...

PROJETO PARA MORAR
 O projeto...
 O plano...

GANHE UMA COZINHA PROJETADA
 O projeto...
 O plano...

VERÃO 2015
 O projeto...
 O plano...

BESSA
 O projeto...
 O plano...

RIO ICÁ
 O projeto...
 O plano...

ÁRIAU
 O projeto...
 O plano...

SAALÃO DAIALADO
 O projeto...
 O plano...

REALIZE SEU MAIOR SONHO
 O projeto...
 O plano...

Fonte: Edição 17 de janeiro de 2015

No dia seguinte, mais uma suíte sobre o acidente, notícia com foto da vítima. Dessa vez uma denúncia dos familiares de que os pertences da vítima tinham sido furtados no momento do acidente e o acompanhamento das investigações, com informações do delegado responsável. Uma das tias da vítima declarou que, “quem tem capacidade de levar coisas no momento de um acidente, tem a capacidade de usar os cartões”. O acidente de Leonardo Lívio ainda foi notícia no dia 17 de janeiro: o gancho foi a missa de 7º dia da morte. A notícia trouxe o acompanhamento das investigações do acidente, com declarações do delegado responsável. Dessa vez a notícia não trouxe foto.

Essa cobertura do acidente de trânsito mostra que o jornal Correio da Paraíba prioriza os acontecimentos que chocam a normalidade da sociedade, não apenas pela gravidade do acidente, mas por ter sido com uma pessoa notória. Isso fica claro nas coordenadas de uma das matérias que relembra três casos de acidente de trânsito, tendo como vítimas também pessoas notórias: uma era filha de um ex-agente da Polícia



Federal e especialista em Criminologia e Psicologia Criminal Investigativa; uma era desembargadora no Tribunal de Justiça e as outras eram da família do cantor Zé Ramalho.

Na categorização de Rausch (2011), na notícia principal, não encontramos distorção, imprecisão ou exagero dos fatos, atributos que ele definiu como uma estrutura sensacionalista. Quanto as características, podemos dizer que o jornal superdimensionou o fato, pois a edição traz uma notícia da mesma natureza, mas essa sem nenhum destaque. A temática é sensacionalista em si: um acidente de trânsito que tirou a vida de um jovem com uma carreira proeminente. Também podemos encontrar o sensacionalismo nos elementos do texto que exploram o trágico da situação, mostrando números que comprovam que a Paraíba passa por um “surto” de mortes no trânsito e, no caso dos jovens, há uma “eclosão de violência”, e ainda apela ao senso comum e ao estereótipo das vítimas de acidentes de trânsito, que são homens jovens, e ao lado emotivo da situação: a tia que ficou “sem chão”.

6. Considerações Finais

Os crimes, os acidentes fatais e os homicídios são acontecimentos que estarão sempre presentes no noticiário. Com alto valor-notícia, essas temáticas chamam a atenção da sociedade desde os primeiros jornais. Os *fait divers* fazem parte do jornalismo e, mesmo buscando camuflar ou até silenciar a exploração desse tipo de fatos, os jornais continuarão a noticiá-los. O principal desafio do repórter e dos editores é não cair na armadilha do sensacionalismo gratuito, explorando a emoção humana apenas para vender jornais. Mas sim, a partir de uma temática que por si só já é sensacionalista, exercer o principal papel do jornalismo: o de informar com seriedade e sobriedade.

Os jornais analisados têm, perante o leitor, o contrato de leitura de jornais sérios, focados na informação “objetiva” e na “neutralidade” jornalística. Porém, a temática sensacionalista faz parte do agendamento desses jornais, que trazem metade do seu noticiário com notícias de crimes, acidentes fatais e homicídios, ou seja, um noticiário



de *fait divers*. Os graus de sensacionalismo também podem ser vistos na construção dos enunciados e no enfoque. O jornal Correio da Paraíba, durante a semana analisada, explorou por vários dias um mesmo fato, um acidente de trânsito fatal, com vários ganchos diferentes, inclusive repetindo uma matéria do próprio jornal publicada três meses antes. O Jornal da Paraíba não trouxe nenhuma notícia sobre esse mesmo acidente na editoria Cidades.

Figura 6 Porcentagem de notícias por temática: Jornal da Paraíba

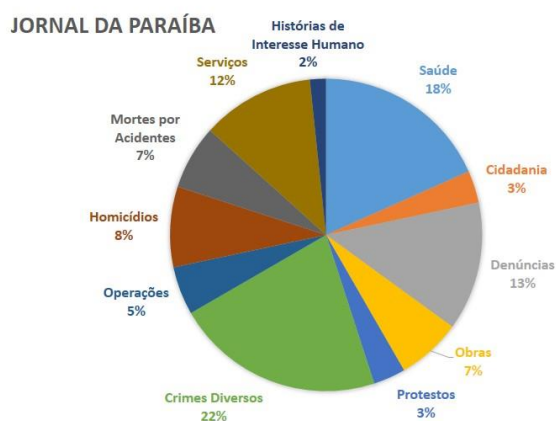
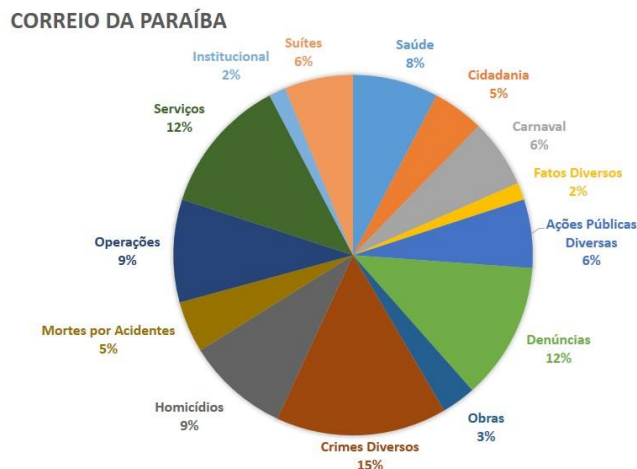


Figura 7: Porcentagem de notícias por temática: Correio da Paraíba



Como podemos ver nas figuras 1 e 2, a maior porcentagem de notícias nos dois jornais está na temática crimes diversos (22% no Jornal da Paraíba e 15% no Correio da Paraíba). Somando as principais temáticas do sensacionalismo apresentada por Rausch (2009), que são crime; escândalo; morte; tabu, temos 37% do noticiário do Jornal da Paraíba e 29% do noticiário do Correio da Paraíba.

Ao nosso entendimento, explorar a temática sensacionalista ou o noticiário de *fait divers*, não é sinônimo de um fazer jornalístico precário ou de má qualidade. Esses tipos de acontecimentos têm valor-notícia para o jornalismo desde os seus primórdios e continuará existindo. Entretanto, a construção do enunciado deve respeitar as técnicas e as premissas do jornalismo, como apuração completa dos fatos, ouvir declarações dos dois lados, não omitir informações por interesses próprios ou de outrem, etc.

Referências bibliográficas

ALSINA, Miguel Rodrigo. **A Construção da Notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

AMARAL, Franz Márcia. **Jornalismo Popular**. São Paulo: Contexto, 2006.

ANGRIMANI Sobrinho, Danilo. **Espreme que sai sangue : um estudo do sensacionalismo na imprensa**. São Paulo : Summus, 1995.



DION, Sylvie. O “fait divers” como gênero narrativo. In Revista Letras – Literatura, Outras Artes & Cultura das Mídias, n° 34, Santa Maria, Junho de 2007.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. **Análise de Conteúdo**. In Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação / Jorge Duarte, Antonio Barros - organizadores. São Paulo: Atlas, 2006.

GRADIM. Anabela. **Manual de Jornalismo**. Covilhã: LabcomBooks, 2000.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. **Análise de Conteúdo em Jornalismo**. Metodologia de Pesquisa em Jornalismo / Claudia Lago, Marcia Benetti. Petrópolis, RJ : Vozes, 2007.

PARK, Robert. **A história natural do jornal**. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz(Orgs.). A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PEDROSO, Rosa Nívea. **A Construção do Discurso de Sedução em um Jornal Sensacionalista**. São Paulo: Annablume, 2001.

RAUSCH, Fábio Antônio Flores. **O jornalismo sensacionalista na imprensa sul-riograndense: uma proposta de codificação de gênero**. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, 2011.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo – Volume II**. Florianópolis: Insular, 2013.



SILÊNCIO E A REPRESENTAÇÃO DAS IDENTIDADES NACIONAIS E DOS GRUPOS SOCIAIS



Le journalisme transfrontalier : une typologie des silences journalistiques

Bénédicte Toullec²²²

Résumé: En se basant dans un premier temps sur l'idée de durée des silences, à l'image de la typologie des silences en musique, cette communication vise à interroger la diversité des silences présents lors de la production d'information transfrontalière. Le cas du quotidien régional *Le Républicain lorrain* permettra de mesurer les enjeux d'une production informationnelle partiellement rationalisée. Après avoir défini les particularités de cette information, il s'agira donc d'observer relations entre les différents acteurs contribuant à occulter ce sujet ou à en apporter une vision partielle si ce n'est originale. Il s'agira à terme de comprendre comment s'articulent ces éléments du dispositif médiatique dans une symphonie dont le silence peut être bruyant et le bruit partiellement silencieux, reposant sur des spécificités dialogiques des acteurs en présence...

Mots-clés : journalisme transfrontalier, silences, dialogique

« Si la parole n'est pas libre, le silence ne l'est pas davantage. » (David Le Breton, 1997, P. 283)

La notion de silence se définit avant tout par sa dimension dialogique. Les silences journalistiques, peuvent être entendus comme des sujets dont on ne parle pas ou peu ou qui n'existent pas aux yeux de l'ensemble des publics auxquels le journaliste est confronté (tant en amont, du point de vue des sources qu'en aval, du point de vue de ses différents interlocuteurs). Les silences n'existent pas en tant que tels, mais sont désignés par le chercheur qui, en les nommant, assume par la même une injonction, un rôle quasi-normatif, appelle à parler, à combler cet « impensé » laissé par tout acteur impliqué dans le dispositif médiatique. L'information transfrontalière offre une opportunité intéressante de les interroger : l'objet n'existe pas de façon évidente, il oblige à questionner les différentes relations justifiant son existence, à en saisir les différentes formes, et la vision contrastive permise par les sujets présents et traités dans différents pays conduit à étudier ces silences en profondeur. Le cas étudié ici est le *Républicain*

²²² Bénédicte Toullec est maître de conférences en Sciences de l'information et de la communication à l'Université de Rennes 1 (CRAPE, UMR 6051). Cette communication fait suite à un projet développé au sein de la MSH Lorraine (Infotransfront, 2011-2014).



lorrain, titre de presse quotidienne française présent dans une zone bordée de trois frontières (belge, luxembourgeoise et allemande). Le processus d'innovation lié à la pratique du journalisme transfrontalier invite à s'intéresser à l'information résultant d'un processus dialogique entre les différents acteurs du dispositif journalistique (au sein d'un cadre établi, celui de l'entreprise de presse, celui du public supposé et celui du journaliste).

En décembre 2012 était édité un ouvrage de Kevin Grieves portant sur le « *Journalism across boundaries* » et accordant notamment une place à ce qu'il appelait le « *transborder journalism* ». Il apporte un éclairage à un objet dont l'existence même pose question : ce que nous appellerons « le journalisme transfrontalier », en se basant sur cet objet dont il situe l'apparition au milieu des années 1970, dans l'étude de Robert H. Schmidt (1978). Reprenant la définition de ce dernier, Kevin Grieves précise que le journalisme qualifié de « transfrontalier » peut prendre trois principales formes telles que :

- la distribution ou la diffusion d'informations (ou de programmes informationnels) d'un pays au delà de la frontière du pays voisin ;
- la production d'informations liées au pays voisin ;
- la production conjointe de programmes d'information de stations/chaînes audiovisuelles de pays frontaliers.

A ces trois catégories, nous ajouterons celle de la production d'une information locale dont le public est le (travailleur) transfrontalier, dont la problématique nécessite une certaine adaptation de l'information à son style de vie²²³. La seconde catégorie de journalisme transfrontalier reprise par Kevin Grieves va également attirer notre attention. Appréhender les silences du journalisme dans un espace transfrontalier ne peut se résumer à se focaliser sur une seule catégorie d'acteurs (les journalistes), au risque d'aboutir à une vision simpliste de cette production collective et mobilisant de

²²³ « La manière de toucher ce public qui est assez volatile et qui a un fort pouvoir d'achat c'est d'essayer de lui fournir des informations pratiques et parfois des informations culturelles sur les espaces transfrontaliers que nous connaissons », Michel Klekowicki (collaborateur du rédacteur en chef du *Républicain lorrain*, entretien du 25 mars 2015)



nombreux acteurs et intermédiaires allant de la source d'information aux partenaires informationnels jusqu'aux acteurs gouvernant le journalisme. Il s'agit donc d'appréhender les silences dans leur dimension dialogique, à partir notamment de l'appréhension des relations des journalistes avec les acteurs impliqués dans cette production informationnelle. Par ailleurs, la particularité de l'objet étudié (le transfrontalier) de par sa nature a minima binationale contribue également à établir une vision contrastive des facteurs de silence... Les productions d'informations transfrontalières au sein du *Républicain lorrain* offrent ainsi une opportunité d'appréhender les différents acteurs à l'origine de différents silences.

Cette communication se place dans la continuité d'un travail de recherches conduit principalement entre 2011 et 2014 sur le traitement journalistique de l'information transfrontalière au sein de l'espace grandrégional (Sarre, Lorraine, Luxembourg, Rhénanie-Palatinat, Wallonie, Communauté française et germanophone de Belgique) : la quasi-absence de corpus lié à ce sujet²²⁴ avait conduit à appréhender les pratiques des journalistes travaillant au cœur des rédactions les plus frontalières à travers la conduite d'entretiens auprès de journalistes et responsables de ces rédactions (notamment celles du *Républicain lorrain* et de la *Saarlandischer Rundfunk*) (Goulet et Toullec, 2014 ; Toullec, 2015). Ces travaux ont fait l'objet d'une réactualisation permettant de saisir deux dimensions importantes des silences : la dynamique temporelle et formelle des silences des acteurs. Les silences figurent alors comme une pause dans un flux continu d'informations.

Les temporalités de l'information transfrontalière au sein du *Républicain Lorrain*.

L'histoire du *Républicain lorrain* est marquée par la dimension transfrontalière (voir trans-nationale) du territoire qu'elle raconte. Cette caractéristique a pu évoluer en fonction notamment de la conjoncture dans laquelle se situait la région. Du *Metzer Freies Journal* au *Républicain lorrain*, ce quotidien régional a connu différentes phases de production d'informations liées au pays voisin. En se focalisant plus récemment sur

²²⁴ Cette quasi-absence révèle notamment les enjeux liés au rubriquage.



une quinzaine d'années, on constate que l'information transfrontalière connaît des phases de silences plus ou moins longues au sein du *Républicain lorrain*. Les silences n'existant que par opposition à la parole, ils sont rythmés par des temporalités particulières. A ce propos, l'exemple que nous fournit la musique est intéressant car il met en avant neuf variétés de silence, le *Républicain lorrain* en tant qu'entreprise de presse propose également plusieurs modalités de silence, dont la durée peut sensiblement varier, selon les contenus proposés et de part les acteurs impliqués :

- Le *Républicain lorrain* a ouvert une édition au Luxembourg qui a disparu en 2001 au profit d'un nouveau titre de presse quotidienne luxembourgeois de langue française *Le Quotidien*, fruit de la collaboration du *Républicain lorrain* et d'Editpress Luxembourg SA au sein de la société Lumédia.

- le supplément trilingue « Extra » commun au *Républicain lorrain*, au quotidien allemand *Tageblatt* et au *Saarbrücker Zeitung*, initié en 2004 est élaboré par une rédaction composée d' étudiants et de lycéens de trois pays (France, Allemagne, Luxembourg) et dirigée par une journaliste, Hélène Maillason. Il paraît sur une périodicité trimestrielle et renvoie à la troisième forme d'information transfrontalière définie par Kevin Grieves.

- La rubrique « Frontières express » du *Républicain lorrain* est passée d'une fréquence hebdomadaire à une fréquence quotidienne (sauf les dimanches et lundis) depuis l'automne 2013.

Ces fréquences informationnelles révèlent donc des silences dont l'existence repose sur les relations entre les différents acteurs en présence. Deux principaux facteurs vont ainsi dominer la production journalistique transfrontalière : la gouvernance de cet objet par les politiques et le management qui en est fait au sein des entreprises de presse.

Le journalisme transfrontalier sous domination ou les silences médiatico-institutionnels ?

Du point de vue de la gouvernance de l'information transfrontalière, l'existence même de l'objet pose problème : son ancrage à un niveau supralocal (européen) va



marquer son existence sur le territoire grandrégional. Au-delà de ce constat, les politiques en présence vont modeler cet objet, lui donner une empreinte culturelle supposée mobiliser davantage d'individus et être porteuse de valeurs²²⁵, voire vont orienter son traitement par les journalistes. L'existence passée de l'association de journalistes IPI illustre cette situation en ayant doté les journalistes des ressources et en leur ayant attribué un rôle au sein de la Grande Région. Cette gouvernance fonctionne comme une injonction au flux informationnel ou, en son absence, à un silence partiel voire quasi-définitif comme en témoigne la fin de l'IPI en 2007. L'avènement d'une autre Grande Région, celle de l'Alsace, Lorraine et Champagne-Ardenne (ALCA) adoptée par l'Assemblée nationale le 17 décembre 2014 et validée par le Conseil Constitutionnel le 15 janvier 2015 va ouvrir une autre dynamique : Michel Klekowicki (rédacteur en chef adjoint du *Républicain lorrain*, entretien du 25 mars 2015) prévoit une accentuation de l'orientation de l'information vers Paris.

Cette gouvernance peut également orienter les silences à l'égard de certains publics. C'est le cas du supplément destiné à la jeunesse franco-allemande « Extra²²⁶ ». Initié en 2004 par le Haut Conseil culturel franco-allemand et par la Fondation pour la coopération culturelle franco-allemande, par le Conseil Culturel Franco-allemand, il est également soutenu par le conseil général de la Moselle et par l'Office franco-allemand pour la jeunesse.

Par ailleurs, la dynamique lancée à l'automne 2013 en passant à un rythme quotidien la rubrique Frontière Express correspond à un souffle nouveau d'un point de vue politique, dans lequel s'inscrit le projet de la Frankreich Strategie Sarre - Lorraine. Ainsi, lors de son discours en septembre 2014 au Conseil Général lors de la réception d'Annegret Kram-Karrenbauer, Mathieu Klein annonce :

« Une troisième série d'actions visera à communiquer sur ce qu'est la Sarre, ce qui s'y passe, donner envie de la connaître, la visiter, la comprendre. Dans cet objectif [...] nous adresserons des communiqués de presse à nos partenaires médias chaque fois que

²²⁵ Discours politique lors de la 1ère conférence de l'IPI en 1993.

²²⁶ Ce supplément est distribué dans environ 350 000 foyers et a approximativement un million de lecteurs.



de grands événements s'y dérouleront, »²²⁷.

Reconnaissant cette logique tacite du flux informationnel, cette gouvernance va toutefois être à l'origine de désaccords. Ainsi, ce discours qui citait également en exemple l'un des projets importants de la Grande Région (celui d'Esch-Belval) résonne étrangement quand par ailleurs les journalistes restent dans une situation d'attente, voire de circonspection autour de projets, dont la concrétisation se fait désirer renforçant cette tendance à basculer entre silence et critique.

De l'attribution du silence du journaliste au déni de l'objet par le journaliste.

Le rôle « démiurgique » du journaliste peut être questionné par le chercheur, c'est du moins ce que l'un des journalistes interrogés posait comme constat dans un entretien en 2011 en soulignant que l'« objet » transfrontalier n'existe que dans les discours : discours des chercheurs (à la recherche de ses moindres traces) et discours politiques (saluant les vertus des perspectives de projets communs). Ce constat expliquait par ailleurs le refus de ce journaliste d'évoquer ce sujet ce qui reviendrait à relayer notamment (de façon un peu trop servile) les discours politiques.

« tantôt il se substitue à la parole [...] tantôt il renforce la parole en la scandant [...] tantôt le silence désavoue et récusé un énoncé » (Jacques, 1982, p. 227)

Cette pratique renvoie à un « *acte énonciatif in absentia* » (Van den Heuvel, in Defays et alii p. 67), il s'agit d'une stratégie d'interlocution incomplète qui met à jour une forme d'implicite (il y a une intentionnalité discursive). Il s'agit donc d'évoquer ici un silence bavard, un silence dont l'origine renvoie à une prise de position forte à l'égard d'un objet qui semblerait poser problème. La question de l'existence ou non de cet objet ne doit-elle toutefois pas faire face à une réalité sociologique (Cavet et alii, 2006) : celle des presque 100.000 frontaliers français sortants (75.399 vers le Luxembourg et 19.800

²²⁷ <http://mathieuklein.fr/2014/09/mathieu-klein-recevait-hier-au-conseil-general-annegret-kramp-karrenbauer-ministre-presidente-du-land-de-sarre/>



vers l'Allemagne²²⁸) qui migrent chaque jour... L'intérêt porté à cette population et véhiculé par des études réalisées par les journaux eux-mêmes et avivé par la concurrence récente et naissante de la presse gratuite (Lamour, 2014) semble toutefois relayer la définition délicate de cet objet et les enjeux de sa concrétisation. Par ailleurs, ce silence plus que bavard pourrait être avant tout qualifier de contestataire à l'encontre de sa dimension politique. Cette pratique renverrait alors à une autre stratégie discursive de décrédibilisation de l'objet posée par l'un des journalistes du *Républicain lorrain* qui privilégie l'ironie au silence en titrant son article du 7 juin 2014 : « Elle a (presque) tout d'une grande », et qui dénonce ces mêmes discours politiques : « *Le discours, on commence à le connaître par cœur [...] en dépit de sa situation géographique privilégiée, et de tous les autres atouts qu'on veut bien lui trouver, la Grande Région tarde sérieusement à décoller.* ». Cet écart entre discours politiques et principe de réalité pose la question de la relation, des représentations de leur sujet par les journalistes et de leur choix d'interprétation et d'interpellation oscillant entre critique et silence.

Sous l'éclairage du tropisme métropolitain

Le management du journalisme transfrontalier par les entreprises (ou par les groupes de presse) conduit également à passer sous silence cet objet. L'évolution de la situation du *Républicain lorrain* entre 2004 et 2015 contribue à développer des tropismes différents... comme peuvent l'indiquer les deux cartes suivantes.

228 Rapport sur la situation économique et sociale de la Grande Région, PUBLICATION CESGR, 05-11-2014

http://www.granderegion.net/fr/documents-officiels/reso-doc-cesgr/WSAGR-CESGR_Bericht_zur-wirtschaft_soz_-Lage-der-GR---Rapport-sur-la-situation-eco_soc_-de-la-GR_2013-2014.pdf [en ligne, consulté le 10 mars 2015].



dernière décennie n'a pas été synonyme d'absence du Républicain lorrain au Luxembourg, mais cette présence fut partielle, limitée à la seule présence d'une agence commerciale, jusqu'à la délégation fin 2013 d'un journaliste de la rédaction de Thionville comme reporter à l'agence de Luxembourg contribuant alors à assurer la notoriété du journal outre-frontière dans un rôle proche de celui d'ambassadeur.

L'effet du groupe de presse a aussi pu impacter le traitement journalistique de la venue de François Hollande au Luxembourg (la première fois depuis 23 ans). Le reporter en charge de couvrir ce sujet s'est retrouvé entre deux injonctions : la production d'information pour l'édition régionale et pour le bureau parisien (au niveau du groupe), répondant alors à des contraintes d'heures de bouclage, de forme et de formats différents, qu'il ne maîtrisait pas forcément. Au sein du *Républicain Lorrain*, le classement de l'article « « Réglo-réglo » au pays du « gagnant-gagnant » » en page région (p. 9) de l'édition du samedi 7 mars 2015 souligne la reconnaissance d'une certaine proximité du pays voisin, lui ôtant toute dimension nationale (ce pour quoi le journaliste a toutefois été missionné), un autre article (de l'AFP) venant compléter cette couverture pour la rubrique économique. Cet événement révèle une sorte de hiatus dans les relations entre les acteurs en présence posant des questions de rôles, voire de statuts au sein de l'organisation...

Les silences épisodiques dans les relations sources-journalistes

La présence d'un journaliste sur un autre territoire peut lui permettre d'entretenir une relation de proximité plus importante à l'égard de ses sources d'information. Deux principales difficultés vont se poser à lui du point de vue de la dimension transfrontalière. La première repose sur son identification par les « informateurs ». Ainsi, les organisations susceptibles de lui faire parvenir communiqués de presse, dossiers de presse, invitation à des conférences de presse peuvent soit envoyer ceux-ci à

[http://www.granderegion.net/fr/documents-officiels/reso-doc-cesgr/WSAGR-CESGR Bericht-zur-wirtschaft_so-_Lage-der-GR---Rapport-sur-la-situation-eco_soc_-de-la-GR_2013-2014.pdf](http://www.granderegion.net/fr/documents-officiels/reso-doc-cesgr/WSAGR-CESGR_Bericht-zur-wirtschaft_so-_Lage-der-GR---Rapport-sur-la-situation-eco_soc_-de-la-GR_2013-2014.pdf) [en ligne, consulté le 10 mars 2015].



l'agence du RL la plus proche (parfois située juste de l'autre côté de la frontière), soit l'envoyer à la rédaction centrale qui les redistribuera selon un laps de temps plus ou moins long lié au circuit d'information (reposant sur l'identification de l'interlocuteur idoine inscrite dans la durée). Au-delà de ce cas, il s'agit également d'être en mesure de s'adapter aux spécificités des relations journalistes-sources, celles-ci reposant sur des modalités culturellement circonscrites comme l'indique l'exemple français de la « tournée » ou le fonctionnement des conférences de presse (Christoph Vatter, 2014), ou l'identification des distances relationnelles (culturellement définies). Par ailleurs, de façon intentionnelle, certaines sources peuvent rentrer dans une logique de préférence nationale comme en témoignait une de journalistes ayant pu travailler dans ce qui était une édition luxembourgeoise du Républicain Lorrain (entretien de juin 2011), privilégiant la relation au journaliste du titre « local ». Cette relation contribue à entretenir les pratiques de circulation de l'information entre médias selon leur territorialité.

Du journalisme sacrificiel aux plaisirs des pratiques personnelles

Le journalisme transfrontalier repose sur une volonté du journaliste de travailler sur un sujet qui l'engage plus spécifiquement de par son histoire personnelle, de par ses compétences, de par ses opinions. Le poids de ce travail repose sur ses épaules, au prix d'un investissement en terme de ressource temps, ces choix sont intégrés par les journalistes (Toullec, 2015) qui peuvent alors privilégier comme en témoignait le cas de la Saarlandische Rundfunk le choix d'un statut précaire. La rémunération symbolique liée à cette tâche pourrait en contrepartie contrebalancer ce prix.

Du point de vue du Républicain lorrain, la rédaction d'information transfrontalière octroie un certain espace de liberté, au-delà de ne plus avoir à se soumettre au poids des accords professionnels imposant par exemple qu'un photographe soit présent aux côtés d'un journaliste pour traiter un sujet dans le cadre « traditionnel »... *« J'ai carte blanche, [...] Il n'y a aucune ligne, aucune stratégie, aucun cadre, rien du tout. Donc, c'est frustrant à bien des égards mais ça a aussi ses*



avantages, de pouvoir faire ce que je veux. » témoigne un journaliste citant l'exemple de la rédaction d'un article sur... le parcours du groupe de musique Shaka Ponk (journaliste du RL, 10 mars 2015). Quatre ans auparavant ce même journaliste expliquait qu'il lui arrivait de rédiger deux moutures d'un même article : l'une qu'il lui plaisait d'écrire et l'autre qu'il pensait décriée comme étant directement publiable par le responsable de l'édition. Le journalisme transfrontalier opère alors comme un moyen de retravailler les pratiques professionnelles... Le ton de ce journaliste dont témoigne l'article du 6 mars 2015 « Hollande au Luxembourg : ce sera bref mais intense²³⁰ » indique cette rupture quand il est apposé à l'article de l'AFP « «la reprise est là» mais elle est «fragile» » (paru en rubrique Economie le 6 mars 2015, comptabilisant 52 vues sur le site). Jouant des sujets qui l'intéressent, testant des pratiques rédactionnelle parfois inspirées de la presse allemande, il crée une signature qui lui est propre au sein du journal, acquérant une certaine autonomie...

²³⁰ « Hollande au Luxembourg : ce sera bref mais intense » , Républicain lorrain, 6 mars 2015. « François Hollande est au Luxembourg pour une visite au pas de charge, comme autrefois les adeptes de l'évasion fiscale. Mais il ne trottinera pas d'agences bancaires discrètes en boutiques flashy : il a d'autres chats à fouetter. »



POLITIQUE - DÉPLACEMENT AUJOURD'HUI

Hollande au Luxembourg : ce sera bref mais intense

le 06/03/2015 à 03:00 par Christian KNOEPFFLER Vu 3301 fois



Le Président se rend sur le site d'Esch-Belval, qui bénéficie du label Opération d'intérêt national... au Grand-Duché. Photo Anthony PICOTÉ

François Hollande est au Luxembourg pour une visite au pas de charge, comme autrefois les adeptes de l'évasion fiscale. Mais il ne trottera pas d'agences bancaires discrètes en boutiques flashy : il a d'autres chats à fouetter. Atterrissage en milieu de matinée, décollage en milieu de soirée. Un déjeuner de travail et un dîner de gala, une réception à l'ambassade de France, un dépôt de gerbe, deux visites et quantité de rencontres, d'entretiens et d'entrevues... Au Grand-Duché, on ne sait trop comment qualifier l'événement. Programmé en tout juste douze heures montre en main, le passage de François Hollande au Luxembourg, aujourd'hui, ne mérite pas vraiment l'appellation « visite d'Etat », qui impliquerait un séjour de trois jours avec First lady et tout le tralala. D'un autre côté, leurs altesses royales le Grand-Duc Henri et la Grande-Duchesse Maria Teresa accordent à la venue du président de la République française des égards (entrevue le matin, dîner de clôture à 20h, en présence du couple héritier) qui dépassent largement le cadre d'une simple « visite officielle ». Le grand voisin jouit donc de privilèges réservés aux « amis » de longue date. Celui-ci, en retour, se gardera bien d'évoquer publiquement les sujets qui fâchent, comme la fiscalité avantageuse accordée aux entreprises multinationales. On est, finalement, entre gens de bonne compagnie. Que vient faire François Hollande au Grand-Duché, exactement ? D'abord signer un contrat (juteux) avec la Société européenne de satellites (SES). En France, si l'on associe trop facilement le Luxembourg à une place financière et à l'évasion fiscale, on oublie que le Grand-Duché est aussi un géant de l'espace : SES, avec sa cinquantaine de satellites diffusant plus de 6 000 programmes TV et radio pour 245 millions de foyers dans le monde (!), est tout simplement le premier opérateur européen dans ce domaine. Au retour de son passage à Luxembourg, François Hollande pourra se vanter d'avoir « raccroché » Arianespace (ainsi qu'Airbus Défense & Space) à ce partenaire historique. Ce qui n'était pas évident, car il est très convoité ailleurs dans le monde. Et forcément capricieux, pour ne pas dire lunatique. Autrement dit : « François Hollande, one point ».

Débloquer Esch-Belval

Et peut-être « 2 points » si le Président réussit à débloquer de façon crédible quelques serpents de mer qui hantent la France frontalière (Lorraine) depuis des années. Il se rendra ainsi sur le site de la ville nouvelle d'Esch-Belval (sud-ouest du Grand-Duché), à laquelle une opération d'intérêt national (OIN) tarde à répondre sur le versant français. Alors que toute la Lorraine l'appelle de ses vœux. Un « entretien », en fin de journée, avec Werner Hoyer et Ambroise Frajola, respectivement président et vice-président de la Banque européenne d'investissement (BEI), pourrait toutefois changer le donne de façon décisive.

Les Français de la frontière (qui ont dû définitivement enterrer Florange après le départ d'Edouard Martin pour le Parlement européen de Strasbourg) ne se contenteront pas de si peu. Ils seront déçus s'ils ne perçoivent pas un geste présidentiel en matière de transports transfrontaliers (A 31 bis ?) et « une relance » de la Commission intergouvernementale franco-luxembourgeoise, « à l'arrêt de puis novembre dernier ».

Christian KNOEPFFLER.



La permanence des silences liés au cadre national

Les contraintes liées au cadre national contribuent à ce que le journaliste taise ou non certaines caractéristiques d'une information. Le silence peut ne pas être total : un sujet peut être traité de façon partielle. Ainsi, le choix du cadrage interprétatif lié à certains sujets relève de la préférence nationale ; c'est le cas du traitement du nucléaire, relativement central dans le territoire grandrégional. La position de la France d'un côté et de l'Allemagne et du Luxembourg de l'autre conduit à des silences non partagés au sujet du nucléaire. Comme le rappelait le reporter français du *Républicain lorrain* envoyé à Luxembourg qui précisait que Cattenom est « *la seule centrale qui en cas de coup dur raye le Luxembourg de la carte* » (Chris Knoepffler, 10 mars 2015), mais qui par ailleurs contribue à produire 8% de l'électricité française. Ceci explique la spécificité du regard luxembourgeois comme en témoigne l'article de *L'essentiel* du 4 février 2015 « Accident nucléaire : la France pas assez préparée »²³¹ et la difficulté à développer une information véritablement transfrontalière. Par ailleurs, les besoins français conduisent à un traitement différencié de ce sujet (pour rappel, la centrale nucléaire de Cattenom produit donc 8 % de l'électricité française, elle emploie environ 1 200 personnes, c'est la 2ème centrale nucléaire en France, et la 7ème en au Monde en 2012). Le traitement du nucléaire pose donc la question de l'acceptabilité d'un cadrage interprétatif mobilisable et acceptable par des publics différents et permettant d'entretenir le dialogue avec ses sources et ses publics. La difficulté et l'intérêt de la pratique du journalisme transfrontalier étant de venir travailler les marges de ces silences culturels.

Conclusion

Tenter de saisir quelques silences journalistiques liés à la production d'information

²³¹ « Accident nucléaire : la France pas assez préparée », *L'essentiel*, 4 février 2015 (<http://www.lesessentiel.lu/fr/news/dossier/cattenom/story/Accident-nucleaire-la-France-pas-assez-preparee-16710951>)



transfrontalière contribue à mettre à jour différentes formes de silences dont la temporalité relève à chaque fois de spécificités allant de la permanence liée au cadre culturel et national dans lequel s'inscrit le journaliste jusqu'à des phases plus ponctuelles liées au rapport dialogique avec certaines sources. Ce sont donc différentes temporalités de silences qui sont mises à jour et différents niveaux relationnels, et différents niveaux de rapports dialogiques entretenues par les acteurs du dispositif médiatique (groupe, entreprise de presse, groupes professionnels, journalistes, publics, sources...) expliquant la forme actuelle de l'information transfrontalière. L'existence d'un silence pouvant également être considéré comme partiel. Ce travail incite également à dépasser les facteurs structurels du journalisme pour en avoir une lecture plus pragmatique pointant alors vers des formes de silence sourdes mais néanmoins présentes dans la définition de l'objet étudié : l'information transfrontalière. Ce qui définit cet objet peut reposer non pas sur une lecture « journalistique » de la situation mais davantage sur des éléments du dispositif qui, aussi infimes soient ils contribuent donc à en définir les caractéristiques.

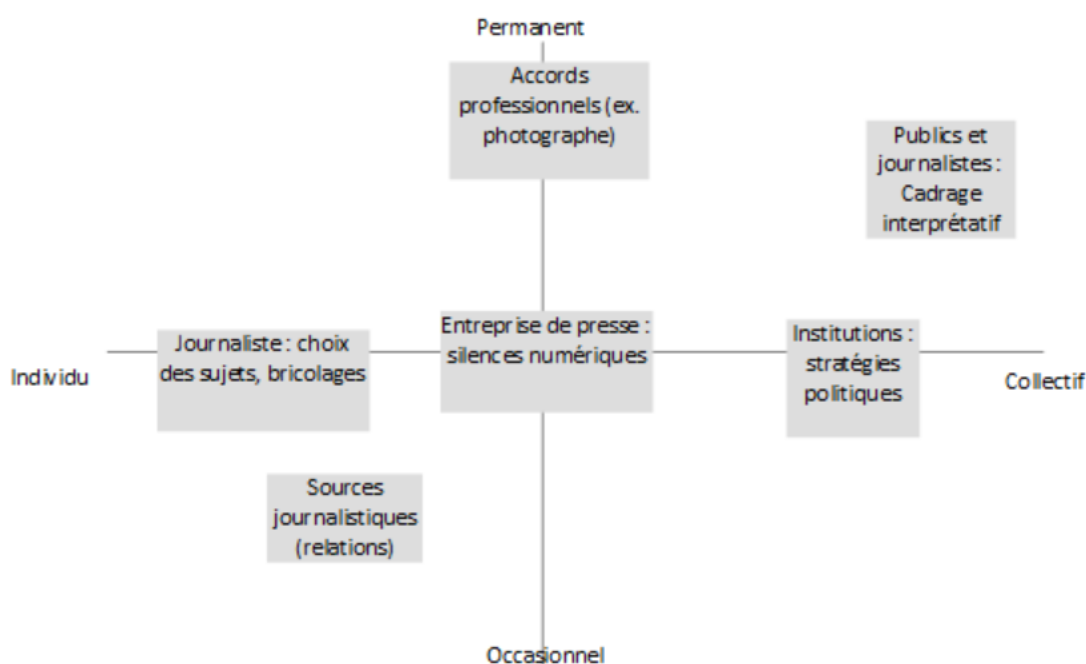


Schéma- Récapitulatif des formes de silence de l'information transfrontalière



Par ailleurs, la frontière géographique recouvre la frontière journalistique, elle représente au-delà des nombreuses contraintes qu'elle délimite un espace de liberté, liberté d'innover, espace d'expérimentation. Ce dernier représente la possibilité de déplacer les pratiques professionnelles, comme en témoignent les articles parfois corrosifs de Chris K. Enfin, les silences numériques peuvent également représenter un autre objet d'étude, les dispositifs technologiques existants (Martin in Goulet et Vatter, 2014) s'avérant essentiels dans la vie des transfrontaliers...

Bibliographie

BARBET Denis, HONORE Jean-Paul (dir.), «Le silence en politique », *Mots*, n° 103, novembre 2013, 164 p., ENS Éditions.

HAMEZ Grégory, Du transfrontalier au transnational : Approche géographique. L'exemple de la frontière franco-belge. *Geography*. Université Panthéon-Sorbonne - Paris I, 2004. French. <tel-00007191>

LE GUERN Michel. « Sur le silence », *Littérature*, n° 149, mars 2008. pp.

CAVET M., FEHLEN F., GENGLER Cl., 2006, *Vivre dans la Grande Région. Études des pratiques transfrontalières dans les espaces frontaliers intérieurs de la région SarLorLux/Rhénanie-Palatinat/Wallonie*, Collection Forum Europa., n° 2, Luxembourg.

CHURCH Andrew and REID Peter, « Cross-border Co-operation, Institutionalization and Political Space Across the English Channel », *Regional Studies*, Vol. 33.7, pp. 643-655.

DEFAYS, Jean-Marc, Laurence ROSIER et Françoise TILKIN, Éditeurs (1998), *À qui appartient la ponctuation ?*, Actes du colloque international et interdisciplinaire de Liège (13-15 mars 1997), Paris, Bruxelles, Duculot, 465 p.

GOULET V. & TOULLEC B, 2014, « Ce que le concept de 'champ journalistique' peut dire de l'espace médiatique transfrontalier de la Grande Région », in GOULET V., VATTER C. (dir.), *Mediale Felder und Grenzen in der "Grossregion" SaarLorLux und in Europa*, Universaar, p. 81-108. Accès : http://universaar.uni-saarland.de/monographien/volltexte/2014/113/pdf/SaraviPontes_1.pdf



GRIEVES K., 2012, *Journalism across boundaries. The Promises And Challenges Of Transnational And Transborder Journalism*, Palgrave Macmillan.

HALL Patrik, « Opportunities for Democracy in Cross-border Regions? Lessons from the Øresund Region », *Regional Studies*, Vol. 42.3, pp. 423–435, April 2008

HAMMAN P., 2011, “Penser la différence à l'aune des espaces frontières.”, in Thiéblemont-Dollet S. & Denooz L. (dir.) *Le moi et l'autre*. Presses Universitaires de Nancy. pp. 29-41.

JACQUES, Francis, *Différence et subjectivité*, Paris, Aubier Montaigne, coll. « Analyse et raisons », 1982, 423 p.

LAMOUR, Christian, L'essentiel et le “super-flux” : mouvements et tremblements dans la civilisation métropolitaine des gratuits sur les marges étatiques et démocratiques de l'Europe, thèse ne sciences de l'information et de la communication, sous la direction de Jacques Walter, soutenue à Metz le 17 novembre 2014.

LE BRETON David, *Du silence*, 2015, Paris, Métailié, Suites Essais, 301 p.

Rapport sur la situation économique et sociale de la Grande Région, PUBLICATION CESGR, 05-11-2014. En ligne : http://www.granderegion.net/fr/documents-officiels/reso-doc-cesgr/WSAGR-CESGR_Bericht-zur-wirtschaft_soz_-Lage-der-GR--Rapport-sur-la-situation-eco_soc_-de-la-GR_2013-2014.pdf. [consulté le 10 mars 2015]

REVAZ Françoise, L'éloquence du silence : analyse de la médiatisation du procès Swissair, communication au colloque « Le français parlé dans les médias : les médias et le politique » (Lausanne / 2009), Marcel Burger, Jérôme Jacquin, Raphaël Micheli (éds)

THEVIOT Anaïs, « Un silence numérique bavard. Controverses autour de l'interdiction de la propagande politique en ligne avant le vote », *Mots. Les langages du politique* [En ligne], 103 | 2013, mis en ligne le 16 décembre 2015, [consulté le 24 février 2015]. URL : <http://mots.revues.org/21482>.

ZIMMERMAN C., HUDEMANN R. et KUDERNA M., 2010, *Medienlandschaft Saar 1 – 3*, Munich: Oldenbourg Wissenschaftsverlag.



Enchente na fronteira? Noticiabilidade e cobertura ao vivo

Ada Cristina Machado da Silveira²³²
Clarissa Schwartz²³³

Resumo: O artigo faz uma análise dos critérios de noticiabilidade utilizados na cobertura televisiva ao vivo de uma calamidade climática ocorrida nas cidades limítrofes entre Brasil e Argentina, no inverno de 2014. O referencial teórico ocupa-se ainda da caracterização da narrativa de proximidade e da narrativa de reconstituição. O corpus de análise foi selecionado após a identificação das reportagens sobre enchentes exibidas no telejornal gaúcho RBS Notícias no mês de julho. A ênfase na estratégia de localização, com a finalidade de obter efeito de proximidade da região fronteira, e a utilização da cobertura ao vivo predominantemente como narrativa de reconstituição foram as mais exploradas discursivamente. Em que pese sua capacidade técnica, a cobertura limitou-se a abordar a enchente em solo brasileiro, a despeito de que consequências semelhantes ocorriam na Argentina, demonstrando a compreensão editorial do telejornal quanto à dimensão de proximidade para constituição dos critérios de noticiabilidade adotados.

Palavras-chave: cobertura ao vivo; noticiabilidade; televisão; fronteira; ambiente.

1. Introdução

O artigo analisa a cobertura televisiva ao vivo da enchente do inverno de 2014 no Rio Grande do Sul exibida pelo telejornal RBS Notícias. Trata-se de um telejornal produzido e veiculado em rede regional pela RBS TV no Estado (afiliada da Rede Globo) que apresenta um resumo dos principais fatos do dia. É exibido de segunda-feira a sábado por volta das 19 horas com dois apresentadores que chamam do estúdio reportagens produzidas pela rede de emissoras televisivas da capital e do interior, bem como as entradas ao vivo dos repórteres da rede.

²³² Doutora em Jornalismo pela *Universitat Autònoma de Barcelona* com estágio pós-doutoral pela *Universidad Nacional de Quilmes*. Pesquisadora do CNPq. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: adac.machadosilveira@gmail.com

²³³ Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria. Professora colaboradora e bolsista de estágio pós-doutoral PNPd Institucional Capes do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: clarissaschwartz@yahoo.com.br



A cheia do rio Uruguai em julho de 2014 deixou mais de 20 mil pessoas desabrigadas, atingiu 163 municípios gaúchos (DEFESA CIVIL RS, 2014) e em muitos lugares foi considerada a maior enchente dos últimos trinta anos (ELY, 2014). A análise detém-se nas notícias elaboradas sobre os municípios gaúchos de São Borja, Itaqui e Uruguaiana na fronteira com a Argentina, onde se concentrou o maior número de desabrigados do Estado. As três cidades limitam-se com os municípios argentinos de Santo Tomé, Alvear e *Paso de Los Libres*, respectivamente.

Estudos sobre a cobertura nacional das fronteiras internacionais produzida pela mídia de referência e sua repercussão sobre o noticiário produzido localmente indicam que a mídia alimenta um imaginário de cidade dividida como uma forma de prevenir a contaminação pelo que é estranho (SILVEIRA, 2012). Observamos que a cobertura da enchente realizada pelo telejornal se concentrou na captação de notícias referentes a acontecimentos ocorridos no Brasil. É neste aspecto que foi detectado um silêncio na cobertura que caracteriza elementos da linha editorial do telejornal e um entendimento dos critérios de noticiabilidade. Para compreender tais processos, elaboramos as seguintes questões: Como se desenvolveram as narrativas resultantes da cobertura ao vivo? Como foi explorada a dimensão de proximidade na enchente de 2014? Acreditamos que, com tais perguntas, teremos elementos narrativos que podem apontar para os critérios de noticiabilidade adotados.

2. Análise de uma cobertura ao vivo de telejornal

Fechine (2008, p. 26) lembra que “a transmissão direta é, antes de mais nada, um fato técnico” porque permite simultaneidade entre produção, transmissão e recepção. Com alto custo tecnológico e de pessoal, os “vivos”, como se denominam tecnicamente as entradas ao vivo dos repórteres durante a programação, constituem-se em forma de privilegiar determinados fatos na cobertura jornalística, segundo a autora.

O corpus de pesquisa foi selecionado após a identificação das inserções sobre o tema enchente exibidas no telejornal RBS Notícias durante o mês de julho de 2014 e postadas no site de notícias G1 RS, conforme se expõe a seguir:



Tabela 1 – Assunto enchente no telejornal RBS Notícias no mês de julho/2014

No. Edições	27			
Presença do tema enchente	21			
Inserções do tema enchente	Notas cobertas	Notas ao vivo com imagens	Reportagens gravadas	Reportagens ao vivo
45	6	8	14	17

Fonte: elaboração das autoras

Os quatro formatos identificados são descritos por Maciel (1995), Siqueira e Vizeu (2014) e Curado (2002) nos seguintes termos: a) nota coberta: composta por uma cabeça²³⁴ lida pelo apresentador ao vivo e um texto gravado em *off* coberto por imagens; b) nota ao vivo com imagens: composta por cabeça lida pelo apresentador ao vivo e um texto lido também ao vivo coberto por imagens; c) reportagem gravada: registro de imagens e entrevistas que são posteriormente editados e d) reportagem ao vivo: simultaneidade entre fato e transmissão.

Cada reportagem ao vivo foi analisada segundo cinco características:

- 1) estrutura: entrada ao vivo seguida de reportagem gravada, entrada ao vivo com inserção de imagens gravadas (ilustração), entrada ao vivo com entrevista, entrada ao vivo apenas com a imagem do repórter;
- 2) ambiente: vivo transmitido ou não do local do acontecimento;
- 3) duração: até 30”, entre 30” e 1’; entre 1’ e 2’, mais de 2’;
- 4) tempo relatado: tempo real ou tempo atual e
- 5) visão da espacialidade: modo de identificar a fronteira.

Posteriormente, partimos para a análise das características discursivas dos textos audiovisuais.

²³⁴ Texto lido pelo apresentador que serve de introdução dos assuntos.



3. Acontecimentos, linha editorial e noticiabilidade

Charaudeau (2013) discute a questão da hierarquia dos acontecimentos a partir de dois tipos de critérios adotados pela mídia: externos e internos. Os externos referem-se à forma de surgimento dos acontecimentos: inesperados, programados ou provocados e os internos englobam as escolhas que a mídia faz, para despertar interesse ou provocar emoções no público que podem até se sobressair aos critérios de proximidade temporal ou espacial e, muitas vezes, resultam em contradição: “O acontecimento é selecionado em função de seu potencial de saliência, que reside ora no notável, no inesperado, ora na desordem” (CHARAUDEAU, 2013, p. 141).

Buscando sistematizar os estudos sobre a noticiabilidade, apresentamos o Quadro 1:

	Atualidade	Proximidade	Importância e interesse	Ruptura	Anormalidade
Charaudeau	orienta escolhas temáticas feitas pela mídia	notícia adquire interesse diferenciado quando ocorre no mesmo espaço da instância da recepção mais do que a localização geográfica, forma de tratar a notícia resulta em aproximação ou distanciamento com o lugar do acontecimento	mídia utiliza critérios internos para escolher assuntos que despertem interesse ou provoquem emoções no público	notícia precisa sempre de um elemento recente e também inesperado para evitar a saturação	potencial de “imprevisibilidade”, a instância midiática evidencia o extraordinário, o estranho



Wolf	traz a contribuição de Golding e Elliot (1979) de que notícias escolhidas devem fazer referência aos acontecimentos próximos ao momento dos noticiários	proximidade não se limita à questão geográfica, abrange também a semelhança cultural	nível hierárquico dos envolvidos, impacto sobre o país, número de pessoas envolvidas e significado do acontecimento em relação à situações futuras interferem na importância da notícia interesse da história ligado à imagem que jornalista faz do público	trabalho jornalístico seria dirigido para captar fatos pontuais	a notícia é o que altera a rotina
Franciscato	pondera que a noticiabilidade de um acontecimento não pode estar somente ligada ao polo do imediatismo.	local onde o meio de comunicação circula define os valores noticiosos que serão adotados	importância refere-se àquelas informações que as pessoas necessitam saber na vida pública e privada e a dimensão do interesse teria um significado mais leve.	notícias movem-se entre os polos de continuidade e ruptura.	bastante semelhante ao anterior, restringindo-se às rupturas com padrões de comportamento, de objetos e também de situações consideradas normais.

QUADRO 1 – Critérios de noticiabilidade

Fonte: elaboração das autoras a partir de Charaudeau (2013), Wolf (2001) e Franciscato (2014).

4. A transmissão direta

Calamidades climáticas enquadram-se em transmissões sem planejamento prévio. “As próprias equipes de TV não têm como prever o que poderão mostrar quando sua participação é levada ao ar” (FECHINE, 2008, p. 69-70). A autora comenta as marcas de continuidade que enfatizam a atualidade e a autenticidade das transmissões e salienta que reduzir o tempo entre a ocorrência dos fatos e sua divulgação é um dos principais desafios dos telejornais. Nesse sentido, Fechine (2008) lembra que a



transmissão direta é uma estratégia utilizada pelos editores para buscar essa proximidade, mesmo quando o tempo relatado não é o tempo real, ou seja, quando o momento do acontecimento é diferente do momento de sua narração.

Charaudeau (2013, p. 133) destaca que a “cotemporalidade enunciativa” entre o acontecimento e sua divulgação é uma das principais tarefas da mídia. Abordando as características da narrativa midiática, ele cita a narrativa de simultaneidade (quando o acontecimento e a narrativa são simultâneos) e a narrativa de reconstituição (quando o acontecimento é anterior à narrativa). Comparando a cobertura realizada pela rádio francesa France-Info e os canais de televisão LCI e CNN, o autor avalia que a televisão ainda tem dificuldades para combinar os tempos do acontecimento, da enunciação e da transmissão, estando atrás das rádios neste aspecto.

5. A caracterização da cobertura ao vivo

No período da pesquisa, o telejornal foi apresentado por Elói Zorzetto e Simone Lazzari e contou com a participação do repórter André Azeredo, também de Porto Alegre, que fez as entradas ao vivo de Itaqui, além da equipe da RBS TV Uruguaiana, especialmente da repórter Josiane Pimentel, responsável pelas entradas ao vivo de Uruguaiana. A análise das participações ao vivo pode ser visualizada no Quadro 2:

Nº	Dia	Estrutura	Ambiente	Dura-ção	Assunto principal	Tempo	Visão da espacialidade
1	3	Vivo com entrevista, inserção de arte e seguido de reportagem gravada	Local do acontecimento (Itaqui)	+ 2'	Casas volantes	Real e atual	Fronteira oeste
2	3	*	Cidade do acontecimento (Uruguaiana)	1 a 2'	Rio Uruguai sobe em Uruguaiana	Atual	Prefeitura naval da Argentina
3	3	*	Cidade do acontecimento (Brasília)	30'' a 1'	Governo vai fazer pedido coletivo de ajuda	Atual	-
4	3	*	Local do acontecimento (Itaqui)	1'a 2'	Situação da enchente em quatro regiões	Real e atual	Fronteira oeste
5	4		Cidade do	1'a 2'	Prefeitura	Atual	-



		*	acontecimento (Urugaiana)		decreta situação de emergência		
6	4	Vivo seguido de reportagem gravada	Local do acontecimento (Itaqui)	1' a 2'	Moradores fazem vigília para evitar saques	Real e atual	Fronteira Oeste País vizinho Cidade de Alvear
7	5	*	Local do acontecimento (Itaqui)	30" a 1'	Nível do rio Uruguai baixa	Real e atual	Fronteira oeste
8	5	*	Cidade do acontecimento (Urugaiana)	30" a 1'	Nível do rio Uruguai sobe	Atual	Ponte Intern.
9	7	Vivo seguido de reportagem gravada	Cidade do acontecimento (Urugaiana)	30" a 1'	Retorno para casa	Atual	Fronteira Oeste
10	7	Vivo apenas com imagem do repórter	Local do acontecimento (Porto Alegre)	Até 30"	Artistas fazem show solidário	Real e atual	-
11	7	Vivo seguido de reportagem gravada	Cidade do acontecimento (Porto Alegre)	Até 30s	Solidariedade dos gaúchos	Atual	-
12	8	*	Cidade do acontecimento (Urugaiana)	1' a 2'	Rio Uruguai baixa	Atual	Fronteira oeste
13	9	*	Cidade do acontecimento (Urugaiana)	30" a 1'	Rio Uruguai baixa	Atual	Fronteira Oeste
14	10	*	Cidade do acontecimento (Urugaiana)	30" a 1'	Rio Uruguai baixa	Atual	-
15	17	*	Cidade do acontecimento (Urugaiana)	30" a 1'	Chuva volta a preocupar	Real e Atual	Fronteira Oeste
16	23	*	Cidade do acontecimento (Urugaiana)	30" a 1'	Prefeitos discutem prioridades	Atual	Fronteira Oeste
17	25	* seguido de reportagem gravada	Cidade do acontecimento (Urugaiana)	30" a 1'	Prejuízos do frio	Real e Atual	Fronteira Oeste

* vivo com ilustração

QUADRO 2 – Análise das entradas ao vivo da cobertura no telejornal

Fonte: elaboração das autoras

5.1 Vivos: uma transmissão de simultaneidade ou uma reconstituição?

A análise identificou a predominância de entradas ao vivo com inserção de imagens gravadas (ilustração). Dos 17 vivos analisados, 11 seguiram a referida estrutura, três foram seguidos de reportagem gravada, um foi realizado apenas com a imagem do repórter, um reuniu duas estruturas: vivo com inserção de imagens gravadas



seguido de reportagem gravada e outro reuniu três estruturas: entrevista, inserção de imagens gravadas e ainda reportagem gravada.

Quanto ao ambiente, mais da metade dos vivos (12 entradas) foram transmitidos da cidade do acontecimento em cenário sem identificação direta com o fato. A localização dos vivos nos auxilia a compreender o uso intenso da inserção de imagens gravadas: como o repórter, na maior parte dos casos, não estava posicionado no local do acontecimento, foi necessário inserir imagens para ilustrar o texto narrado. Cinco vivos foram transmitidos direto do local do acontecimento (Fig. 1). Nessas entradas, predominou a narrativa de simultaneidade, com o repórter descrevendo fatos que estavam acontecendo no momento da enunciação, demonstrando que o telejornal tinha condições técnicas de realizar uma cobertura em tempo real da enchente, complementadas por imagens gravadas de um helicóptero que mostravam as áreas ilhadas.



Figura 1 – Entrada ao vivo direto do local do acontecimento

Fonte: Reprodução RBS Notícias 03/07/2014

Como a maior parte dos vivos utilizou a narrativa de reconstituição, o relato do tempo atual prevaleceu sobre o tempo real. Em dez inserções foi identificado apenas o tempo atual e em sete entradas foram encontradas algumas marcas de continuidade de tempo real como informações sobre o clima e a temperatura. No entanto, nenhum vivo relatou apenas o tempo real.



O tempo dos vivos concentrou-se entre 30 segundos e um minuto (nove entradas) e entre um e dois minutos (cinco entradas). Dois vivos tiveram até 30 segundos e um deles teve mais de dois minutos.

Quanto à visão da espacialidade, nove entradas usaram apenas “fronteira oeste” e cinco não fizeram nenhuma referência à fronteira. Termos como prefeitura naval da Argentina, país vizinho, cidade argentina de Alvear e ponte internacional foram encontrados em três inserções.

5.2 Unilateralidade da visão de fronteira

A análise das entradas ao vivo permitiu identificar que a proximidade e a atualidade estabeleceram-se como os principais critérios de noticiabilidade adotados durante a cobertura da cheia na fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Verificamos, no entanto, que as dimensões de importância e interesse, ruptura e anormalidade também pautaram as inserções de forma complementar. A descrição está a seguir.

O RBS Notícias de três de julho concentrou sua cobertura na enchente. Das oito reportagens postadas no site G1, cinco tinham relação com a cheia, além da previsão do tempo. Esse dia também deu início à cobertura ao vivo na fronteira oeste (entrada ao vivo nº1). Uma cabeça dividida entre os apresentadores anunciou a transmissão:

Já são 110 municípios atingidos pelas enchentes no estado, 58 estão em situação de emergência e dois decretaram estado de calamidade pública. E a situação mais grave agora é na fronteira oeste. Só em Itaqui são quase dez mil pessoas fora de casa. É pra lá que a gente vai ao vivo conversar com o repórter André Azeredo. André, como é que essas famílias todas estão acomodadas? Boa noite! (RBS Notícias, 03/07/2014)

O repórter relatou que a maioria dos desabrigados foi para a casa de parentes e que foram disponibilizados ginásios para os atingidos. Em seguida, descreveu o cenário onde estava destacando a dimensão do interesse:



A gente está num local onde tem a questão mais curiosa em relação à Itaqui, que são essas casas chamadas volantes. São aproximadamente 300 casas, Simone [referindo-se à apresentadora do telejornal], que são casas que podem ser transportadas. Elas ficam normalmente do lado de lá do rio que a gente não tem como mostrar porque está muito escuro. A energia elétrica foi devidamente cortada por causa do risco e elas estão aqui, foram trazidas com o auxílio de tratores, correntes, elas que são montadas em cima de troncos de árvores, justamente por já estarem acostumados com níveis de cheia, não tão altos como esse agora. (RBS Notícias, 03/07/2014)

O repórter relatou que continuava a chover forte e entrevistou moradores que reclamaram da situação. Depois, o jornalista explicou, com o apoio de uma ilustração, que o leito do rio é mais raso naquela região e, por isso, a gravidade da cheia é maior. Em seguida, chamou uma reportagem gravada que, utilizando imagens aéreas, buscou dimensionar a enchente.

A mesma edição apresentou um vivo de Uruguaiana (nº 2). O local em que a repórter estava posicionada não foi identificado, mas não tinha relação direta com a enchente. Ela estava em uma calçada e o cenário, escuro em função da noite, mostrava um prédio, um carro estacionado e uma rua. A repórter relatou que o rio continuava a subir e mil pessoas tinham abandonado as casas. Ela usou a prefeitura naval da Argentina como fonte para atualizar o nível do rio em São Borja, mas não trouxe informações sobre a cheia no país vizinho. Ao resumir fatos do dia relacionados à enchente, a entrada ao vivo destacou a dimensão da atualidade.

O mesmo telejornal apresentou nova entrada ao vivo de Itaqui (nº 4). O repórter disse que alguns desabrigados faziam vigília em frente às casas com medo de saques. Nesse momento, a câmera mostrou um morador em frente a uma residência. Depois, o repórter trouxe informações relacionadas com a chuva em outros pontos do estado. A segunda inserção ao vivo de Itaqui pouco acrescentou informações sobre a cheia na região. Serviu para o repórter narrar fatos de outras regiões, reunidos por critérios de proximidade e atualidade por abordarem o mesmo assunto naquele dia.

Na edição seguinte foi feita nova entrada ao vivo de Uruguaiana (nº 5). A cabeça destacou que o município havia decretado situação de emergência. A repórter atualizou o número de desabrigados em Uruguaiana, trouxe dados de uma ponte interrompida e



continuou com informações de São Borja: “o rio Uruguai já baixou dois metros. Mesmo assim, a orientação é de que os três mil moradores atingidos ainda não voltem para casa porque é preciso verificar a segurança das estruturas e da rede elétrica”. Apesar de não ter citado a fonte da orientação, esse vivo destacou a dimensão da importância ao repassar uma informação relevante para a proteção das famílias atingidas.

Na mesma edição, a situação de Itaqui foi atualizada (vivo nº 6). Posicionado em frente a várias casas alagadas, o repórter descreveu o local valorizando um critério de anormalidade. “A gente tá bem no centro E. [apresentador do programa] nesse momento justamente pra mostrar que é a área da cidade que também tá alagada, viu? Não é só na questão ribeirinha”. O repórter continuou mostrando um churrasco dos moradores: “A gente pensa assim, tá um clima tranquilo, o pessoal fazendo um churrasco, a casa toda debaixo d’água, mas não é bem por aí, não é seu Henrique?” Os moradores responderam que passavam as noites em vigília para evitar os saques nas residências. No dia em o Brasil venceu a Colômbia em jogo da Copa do Mundo, o repórter ainda perguntou aos moradores: “Tem como ter clima de copa num momento como esse? Chegaram a acompanhar o jogo do Brasil ou não?” Com essa pergunta, que teve uma resposta negativa, o repórter buscou explorar o afastamento midiático que a enchente provocou naquela comunidade. Uma reportagem gravada mostrou o exército auxiliando os moradores a desocupar as casas e abrigos lotados. A passagem da reportagem foi feita de um prédio em Itaqui.

Do alto deste prédio é possível ter um panorama de como está a situação no centro de Itaqui, uma região bem atingida pela cheia do rio Uruguai. Muitas casas e ruas debaixo d’água. Lá atrás a gente vê o rio Uruguai, correndo naquela direção. Do outro lado da margem, aquela construção branca que aparece no fundo, já é a cidade argentina de Alvear, ali é o porto e a gente pode perceber que no país vizinho também tem alagamento. (RBS Notícias, 04/07/2014).

Esse foi o único registro de referência à enchente no país vizinho encontrado pela pesquisa. Apesar da proximidade espacial, algumas marcas do discurso (“lá”, “do



outro lado da margem”, “aquela”) indicaram um distanciamento com a cheia do outro lado da fronteira.

A cobertura ao vivo em Itaqui terminou no dia 5 de julho (nº7). A pergunta do apresentador sugeriu uma mudança no fluxo da cobertura: o rio começava a baixar na cidade mais atingida pela enchente.

O volume de chuva aumentou na fronteira oeste. Já são 19 mil e 600 pessoas desabrigadas ou desalojadas em 117 municípios. A situação mais crítica segue em Itaqui e é para lá que a gente vai ao vivo onde está o repórter André Azeredo. O nível do rio baixou por aí André? Boa noite! (RBS Notícias, 05/07/2014)

Posicionado em frente a uma rua alagada, o repórter informou que o rio baixou sete centímetros. Também forneceu dados sobre a situação do tempo e resumiu ocorrências do dia relacionadas à enchente como distribuição de remédios e de alimentos. No mesmo dia foi feito um vivo de Uruguaiana (nº 8) em que o critério predominante foi a atualidade. A repórter relatou que o número de desabrigados havia triplicado.

Na semana seguinte, os vivos passaram a ser ancorados exclusivamente de Uruguaiana. O assunto principal passou a ser a volta para casa dos desabrigados, indicando nova ruptura na cobertura (nº 9). A repórter atualizou informações sobre o nível do rio em Uruguaiana. Após o vivo, foi exibida uma reportagem que atualizou a situação da enchente também em São Borja e Itaqui. Mapas foram usados para localizar as três cidades, mas o texto não fez referências à fronteira e a arte se restringiu ao território brasileiro (Fig. 2).





Figura 2 – Mapa inserido sobre imagem da Ponte Internacional

Fonte: Reprodução RBS Notícias 07/07/2014

A entrada ao vivo de nº 12 valorizou mais uma vez a dimensão do interesse (Fig. 3). “Em São Borja, o rio Uruguai baixou 7 metros [...] e lá a carcaça de uma vaca foi encontrada em cima de um poste de energia elétrica”.



Figura 3 – Carcaça de vaca é encontrada em poste de luz

Fonte: Reprodução RBS Notícias 08/07/2014

Os vivos nº 13 e nº 14 forneceram dados sobre a quantidade de desabrigados e o nível do rio. Nas edições seguintes, houve uma redução na cobertura da enchente que passou a ser feita principalmente por notas cobertas.

Uma semana depois, houve nova entrada ao vivo (nº 15) que destacou a dimensão da ruptura: “A chuva que voltou a cair no estado colocou em alerta a Defesa Civil gaúcha. Vamos até Uruguiana, na fronteira oeste, que ainda tem moradores fora



de casa. Josiane Pimentel, a chuva voltou aí? Boa noite!”, destacou o apresentador. A repórter relatou como estavam as condições do tempo e esse foi o primeiro registro de tempo real verificado nas participações ao vivo de Uruguaiana. “Boa noite Elói. Agora a chuva parou, mas durante toda a quinta-feira o tempo ficou bastante instável por aqui”.

O vivo nº 16 aconteceu na semana seguinte e abordou uma reunião de prefeitos para discutir as prioridades de investimento de verbas de auxílio do governo federal.

A última inserção sobre a enchente no mês de julho aconteceu no dia 25 e teve o frio como o assunto principal. A repórter fez o segundo registro de tempo real dos vivos de Uruguaiana, ao descrever as condições do tempo no momento da enunciação: “E agora a temperatura à noite vai caindo, o frio vai se intensificando, o que fica mais difícil ainda pra essas pessoas que perderam quase tudo”. A entrada ao vivo foi seguida de uma reportagem gravada sobre os prejuízos que o frio trouxe para as cerca de duas mil pessoas que seguiam desabrigadas.

6. Narrativas de reconstituição e proximidade restringida

Apesar de se estender por um mês, a cobertura não avançou no sentido de trazer informações sobre a cheia no país vizinho. Sendo assim, interpretamos que a divulgação da enchente apenas do lado brasileiro estabeleceu a dimensão da proximidade com um dos principais critérios de noticiabilidade adotados, tornando o outro lado da fronteira um lugar distante e sem conexão com a realidade abordada, reforçando o imaginário de cidade dividida.

Outro critério de noticiabilidade verificado de forma recorrente em nossa análise foi a atualidade. Até mesmo por ser um telejornal noturno que apresenta um resumo dos principais fatos do dia, as notícias relacionadas à enchente eram factuais. No entanto, a cobertura ao vivo, especialmente de Uruguaiana, ficou bastante restrita às informações de órgãos oficiais, como número de desabrigados, nível do rio e distribuição de donativos para as famílias atingidas, uma escolha editorial que pode conduzir a cobertura para a saturação. Mesmo assim, consideramos que as entradas ao vivo foram válidas, uma vez que privilegiaram o tema na cobertura jornalística, marcando a



presença dos repórteres e do telejornal no fato, apesar das limitações de tempo impostas em função da cobertura já prevista e planejada da Copa do Mundo.

7. Considerações finais

Os resultados encontrados após a análise da cobertura ao vivo realizada durante um mês apontam que a ênfase na estratégia de localização com a finalidade de obter efeito de proximidade da região fronteira e a utilização da cobertura ao vivo predominantemente como narrativa de reconstituição foram as mais exploradas discursivamente.

Sobre a questão da narrativa, não acreditamos que a televisão brasileira tenha dificuldades de combinar os tempos do acontecimento, da enunciação e da transmissão como o caso descrito por Charaudeau (2013). As entradas ao vivo diretamente do local do acontecimento são cada vez mais comuns nos telejornais brasileiros, principalmente a partir dos avanços tecnológicos que permitem o envio de imagens ao vivo por dispositivos móveis.

O período analisado coincidiu com a realização da Copa do Mundo no Brasil. Um acontecimento mobilizador de toda a energia midiática e que, nas fronteiras, prova as mais básicas regras de convivência frente à paixão futebolística, convertendo-se em capital simbólico de uma cobertura, como o caso da rivalidade no futebol. Especialmente a situação da cidade de Uruguaiana foi explorada em reportagens sobre a tradicional rivalidade entre Brasil e Argentina. Em que pese a presença desse elemento, em todas as edições do telejornal analisadas, apenas uma reportagem fez referência à cheia no país vizinho (nº 6).

Talvez a dificuldade decorra de uma especial relação com a Argentina, dado que a fronteira Brasil-Uruguai apresenta maior convivialidade. Reportagem exibida em 24 de julho relatou que comerciantes uruguaios de Rio Branco estavam com suas lojas ameaçadas pela cheia do rio Jaguarão. Vale a pena trazer a reflexão de um de nossos autores e sua experiência no Hemisfério Norte:



Mas essa questão do *aqui* e do *fora daqui* é relativa, pois também tem a ver com o imaginário. Quando existiam os chamados países da “cortina de ferro”, a Iugoslávia, para os ocidentais, era tão longínqua, no imaginário, quanto a Chechênia. A partir do conflito na ex-Iugoslávia, esses países estão situados na Europa, “às portas de Paris”, como destacaram alguns jornais em suas manchetes [...] (CHARAUDEAU, 2013, p. 136).

Quanto às coberturas televisivas ao vivo, em que pese seu custo, elas ainda oferecem e demandam grande autonomia dos repórteres. Elas podem ser um espaço apropriado para propor mudanças nos critérios de noticiabilidade ainda restritos à noção de fronteira da Guerra Fria.

Referências

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CURADO, O. **A notícia na TV: o dia-a-dia de quem faz telejornalismo**. São Paulo: Alegro, 2002.

DEFESA CIVIL RS. **Número de desabrigados cai pela metade e municípios atingidos pelas chuvas já pensam na reconstrução dos danos**. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://www.defesacivil.rs.gov.br>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

ELY, D. Cheia do rio Uruguai já é a maior em trinta anos em municípios gaúchos. **Zero Hora**, Porto Alegre, 27 jun. 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/06/cheia-do-rio-uruguai-ja-e-a-maior-em-30-anos-em-municipios-gauchos-4537751.html>>

FECHINE, Y. **Televisão e Presença** uma abordagem semiótica da transmissão direta. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2008.

FRANCISCATO, C. E. Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre a noticiabilidade. In: SILVA, G.; SILVA, M. P.; FERNANDES, M. L. (Org.). **Critérios de noticiabilidade - Problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 2014. v. 1, p. 85-113.

G1. **RBS Notícias**. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/rbs-noticias/videos/>> Acesso em 01 out. 2014.

MACIEL, P. **Jornalismo de Televisão**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1995.



SILVEIRA, A. C. M. A cobertura jornalística de fronteiriços e favelados. Narrativas securitárias e imunização contra a diferença. **Intercom**, São Paulo, v.35, 2012. p.75 - 92,

SIQUEIRA, F. C. de; VIZEU, A. Jornalismo em transformação: as escolhas dos formatos das notícias na TV. In: VIZEU, A.; MELLO, E.; PORCELLO, F.; COUTINHO, I. (Orgs.) **Telejornalismo em questão**. V. 3. Florianópolis: Insular, 2014.

WOLF, M. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 2001.



Silêncio e invisibilização identitária dos países de língua portuguesa a partir da *Folha de S. Paulo* e do *O Globo*

Elton Antunes²³⁵

José Cristian Góes²³⁶

Resumo: Esse trabalho se insere numa investigação sobre os modos de silêncio e de invisibilização construídos pelo jornalismo, onde refletimos sobre o processo de constituição das identidades coletivas. Por entendemos que as relações de poder entrelaçam os fenômenos identitário e jornalístico, produzindo os ditos e também os silêncios, sustentamos que o reiterado silêncio produzirá invisibilizações. Empiricamente analisamos como os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* noticiaram a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) nos primeiros dez anos dessa instituição. Os resultados desse levantamento indicam dois tipos de silêncios: por ausência e por ocultação.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; silêncio; invisibilização; identidades; CPLP

1. Pensando as identidades como dispositivo

Partimos da localização da ideia de *identidades*. Através das Ciências Sociais, elas não têm um conceito acabado e estável. Ao contrário, as identidades são um *processo* inscrito na Cultura, construções socioculturais complexas, sepultando a ideia de algo natural, biológico, herdado. Além disso, elas têm ampla dimensão imaginária em sua manipulação, garantindo sempre aberturas e fluxos interpretativos. As identidades são reconstruídas incessantemente (HALL, 2006).

Os Estudos Culturais nos ajudam a perceber que, mesmo as identidades nacionais não são fixas, imutáveis, mas comunidades de fantasia. Porém, pensá-las em processo permanente não significa imaginar um percurso sem rumo, ao sabor das vontades pessoais. Até mesmo as identidades que se pensavam sólidas “escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação” (SANTOS, 1993, p. 31).

²³⁵ Elton Antunes é professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em Sociologia pela UFMG e doutor em Comunicação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (eantunes@ufmg.br).

²³⁶ José Cristian Góes é doutorando em Comunicação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), jornalista, especialista em Comunicação e mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) (cristiangoes_brasil@yahoo.com.br).



Assim, um aspecto central é compreender que as identidades são construídas, convocadas e se movimentam em razão das relações de poder. Por isso, elas são tensionadas entre o trânsito, o móvel e o fixo, o estável. Essas formulações nos encaminham para pensar em “identidades como um *dispositivo discursivo* porque são atravessadas por profundas divisões e diferenças” (HALL, 2006, p. 61, grifos do original).

Inserimos nesse debate sobre identidades a ideia de *dispositivo*, não como um aparato técnico, mas um conjunto heterogêneo de elementos que envolve “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (FOUCAULT, 1979, p. 244). Esses elementos estabelecem uma rede entre si, estando inseridos em estratégias e jogos sutis de poder, porém lembra Foucault (1988, p. 83), que “é somente mascarando uma parte importante de si mesmo que o poder é tolerável. Seu sucesso está na proporção daquilo que consegue ocultar”. Deleuze usa a ideia de novelo para tratar de dispositivo, onde múltiplas linhas se entrelaçam como uma meada em torno dele. O dispositivo é constituído por linhas e “curvas de enunciação e de *visibilidade*” (DELEUZE, 1990, p. 158, grifo nosso).

As identidades nacionais formam um dispositivo na medida em que se constituem como um conjunto heterogêneo de discursos que produz memórias, esquecimentos, mitos fundadores, inimigos, heróis, pertença e diferença. Esse *dispositivo identitário* se enreda por instituições materiais e imateriais, como povo, nação, língua; por organizações arquitetônicas, como monumentos, paisagens; por leis, a exemplo da Carta Magna; por enunciados morais, como a imagem do ser brasileiro. Esse dispositivo se entrelaça a outros tantos, como cultura, política, economia, religião, *mídia*, estando inscrito em disputas pouco visíveis. Foucault (1979, p. 244) chama atenção que “o dito e o *não dito* são elementos do dispositivo”.

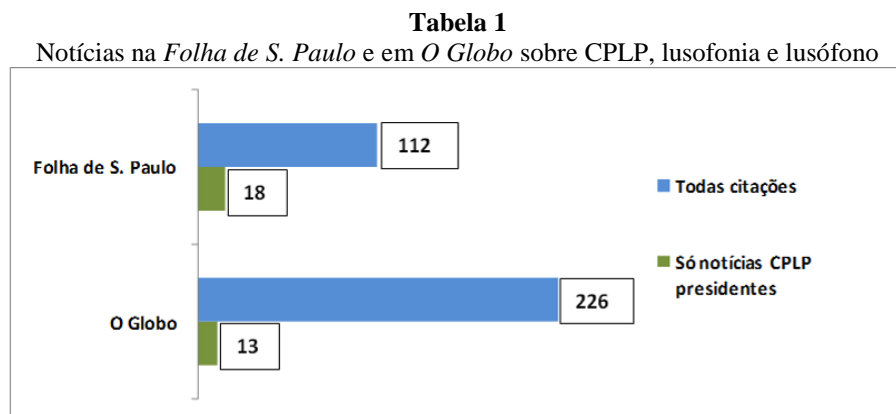
Essas formulações são importantes para discutirmos as relações identitárias dos países de língua portuguesa. Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe, na África; Timor Leste, na Ásia; Brasil, na América do Sul; e Portugal, na Europa guardam pontes históricas incontornáveis por conta do processo de colonização. Foi essa condição histórica, cultural, linguística, identitária que possibilitou a tardia criação de uma entidade lusófona, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em 17 de julho de 1996, em Lisboa. Propomos algumas questões: como o Brasil vê essa comunidade e



como se posiciona nela? O que é dito e o que é silêncio sobre a CPLP? Como o jornalismo brasileiro noticia esses países? Em que medida as notícias revelam nossos traços identitários?

Ao tentar responder essas questões, buscamos discutir os modos de visibilização e de invisibilização²³⁷ pelo jornalismo dos traços identitários que nos unem. Escolhemos os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* na medida em que se apresentam como de referência nacional. Selecionamos os primeiros dez anos da CPLP, ou seja, de 01 de janeiro de 1996 até 01 de janeiro de 2006 e utilizamos o acervo desses jornais com palavras-chave: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, lusofonia e lusófono. Ao todo, encontramos 112 registros na *Folha de S. Paulo* e 226 em *O Globo*.

Porém, verificamos registros que não contribuem aos objetivos da pesquisa. Por isso, refinamos o recorte inicial, gerando a exclusão de textos de opinião, resenhas de livros e de filmes, notinhas em colunas, citações isoladas, cartas do leitor e publicidade. A investigação focou apenas nas notícias, editoriais e entrevistas onde os presidentes da República do Brasil eram peças-chave junto com a CPLP. Com esse novo recorte, tivemos 31 notícias, sendo 18 na *Folha de S. Paulo* e 13 em *O Globo* (Tabela 1).



Fonte: Pesquisa no acervo do jornal de janeiro de 1996 a janeiro de 2006

Ressaltamos que a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi de 1996 a 2002 e o Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi de 2003 até 2010. Como

²³⁷ A opção pelo uso de *visibilizações/invisibilizações* no lugar de *visibilidade/invisibilidade* decorre da busca por uma coerência argumentativa que os compreende como condição momentânea, instáveis e que se alternam a depender das forças em jogo.



nosso objetivo era analisar os dez anos da CPLP e a coleta se encerrou em 01/01/2006, nossa apuração abrangeu sete anos do Governo FHC e os três primeiros anos do Governo Lula.

2. Comunicação, jornalismo e (in)visibilizações

Parece impossível, em especial na contemporaneidade, discutir processos identitários sem levar em conta a comunicação. É por meio das interações, das experiências, das relações que nos reconhecemos, que somos reconhecidos e que nos diferenciamos. O comunicar faz emergir uma espécie de laço que, em certa medida, nos ata e nos faz apreendermo-nos como humanidade. Os sujeitos agem e sofrem em razão dos atos comunicacionais, construindo-se e sendo construído por eles (QUÉRÉ, 1991). As identidades funcionam aí como mediações.

Essas mediações são centrais no dispositivo identitário. São como uma espécie de “centro de produção das identidades” e que “num mundo transnacional caracterizado pela circulação global de imagens e sons, mercadorias e pessoas, têm enorme impacto sobre as identidades nacionais e o sentido de comunidade” (SHOHAT e STAM, 2006, p. 28). Comunicação e identidades emergem entrelaçadas e, por isso, são construções que exigem a relação dialógica, “não no sentido binário do diálogo entre dois sujeitos já constituídos, mas no sentido de sua relação com outro ser fundamentalmente constitutivo do sujeito” (HALL, 2013, p. 89). Considerar identidades “é designar um complexo relacional que liga o sujeito a um quadro contínuo de referências” (SODRÉ, 1999, p. 34).

Nesse sentido, a comunicação também está implicada nas relações de poder assim como as identidades. Braga (2010) nos lembra que a comunicação é marcada por conflitos e inúmeros interesses, por isso diálogos e mediações são fenômenos imperfeitos, seletivos e interessados e que produzem tanto vozes quanto silêncios, ditos e não ditos. É provável que a ação de comunicação impulse os interlocutores ao entendimento, mas isso não passa de uma “tentativa”, ou seja, não devemos esperar “nem uma concordância de pensamentos ou de opiniões, nem uma convergência de pontos de vistas pessoais” (QUÉRÉ, 1991, p. 7).

Em razão do jogo de forças no processo comunicacional, inferimos existir um *regime de seleção*, isto é, a construção da compreensão mais imediata do mundo a partir de uma série de julgamentos, resultando sínteses organizativas e explicativas da realidade. O jornalismo é uma das instituições sociais que seleciona e produz uma espécie de tradução do mundo. É da



ação do jornalismo escolher, o que significa também, excluir. Ele se insere em uma rede de intencionalidades constituída por linhas de força assimétricas que se entrecruzam, construindo o ver e o falar, externando um *menu* do que seria o mundo, mas essa mesma ação carrega exclusões, silêncios deliberados, memórias e esquecimentos, o não visto e o não dito.

Retomemos os dados das notícias sobre a CPLP em dez anos. O que dizer de um tema que apareceu em somente 31 notícias em meio 7,3 mil edições de dois diários nacionais em dez anos? Apesar de relacionadas aos presidentes da República da época, aqueles registros se constituíram em peças mudas, em concreto esquecimento. Essa condição indica a pouca ou nenhuma importância dos países de língua portuguesa na pauta desses jornais e dos governos. Acreditamos que o silêncio reiterado nesses dez anos sobre a CPLP em dois dos principais jornais brasileiros tem explicações identitárias. O silêncio em razão da inexistência temática produz uma primeira invisibilização, que chamamos de *invisibilização por ausência*.

Essa constatação nos impõe uma ressalva importante. Quando tratamos de jornalismo, recusamos formulações que o considera decisivo para a conformação do que seria a realidade. Seus efeitos são limitados. No entanto, reconhecemos que ele ainda é uma instituição que se apresenta como socialmente autorizada a fazer mediações, constituindo-se em lugar de fazer ver e de fazer falar. Apesar do jornalismo não ter a condição exclusiva de (in)visibilização das ocorrências do mundo, ele continua sendo uma peça importante nas construções identitárias, reforçando valores, intensificando diferenças, externando supostos consensos, muitas vezes excluindo discordâncias, impondo silêncios.

Chamamos atenção que esse silêncio também pode ser resultado de seu inverso, ou seja, do excesso de luzes, do encandear pelo ver e falar. A intensidade proposital de relatos pode provocar um programado “não ver” diante do visível, um *cegar* diante do visto. Assim, não seria apenas o escuro, mas enunciações intensas, politicamente desviantes que também poderiam causar invisibilizações, constituindo-se numa espécie de *simulacro do visível*.

3. O Brasil e a silenciada comunidade portuguesa

Além das ideias sobre identidades, dispositivo e jornalismo, sustentamos que a busca para entender os silêncios e as invisibilizações requer, no nosso caso, uma análise histórica. Segundo Furtado (2005), o Brasil foi incluído no mapa do mundo no final do século XV em



razão da expansão mercantil europeia. A imposição dessa vocação – ser lugar de *exploração* – para atender interesses capitalistas, se não foi decisiva, pelo menos norteou às ideias de uma nação tardia, que só surgiu no século XIX. Esse longo período de “não nação” terá profundos reflexos em nosso trânsito identitário. Parte das gentes mobilizadas *para e no* Brasil se insere, a maioria por força, nessa lógica de produção. Daí não só a escravização de índios e negros, mas todas as formas de exploração humana aqui foram centrais. “O ‘ser humano universal’ (o burguês europeu) gerava um ‘inumano universal’, capaz de abrigar todos os qualitativos referentes a um ‘não-homem’: bárbaros, negros, selvagens” (SODRÉ, 1999, p. 54).

A identidade europeia como referência leva a elite brasileira a desenvolver o “caráter nacional”: homem branco, culto, cordial. Em princípio, essa foi uma linha de força mestra nos processos identitários, com acentuação à diferença. O diferente era um *outro* que carregava a brasilidade “maldita” e que explicaria o atraso do Brasil, o seu não ingresso na modernidade. Nessa faixa estariam negros, pobres, crioulos, africanos, brasileiros africanizados, rudes, malandros, preguiçosos, desonestos. Surge uma série de soluções, como as teses do negro como um criminoso nato, de Nina Rodrigues²³⁸ e outros; a defesa da imigração de europeus nórdicos, por Sílvio Romero²³⁹ para “embranquecer” a população; a aceitação da miscigenação em Gilberto Freyre²⁴⁰, como uma etapa que o país teria que passar para ficar limpo do “sangue negro”. Assim, temos a construção da síntese de *identidade nacional brasileira* que exige o *moderno*, buscando acertar os passos com a ideia civilizatória europeia, do colonizador.

A harmonia das raças, a construção do moderno são linhas de força no dispositivo identitário que buscam ocultar os traços de colonizados, fazendo silenciar as diferenças. A imposição de um parâmetro europeu, que Stam e Shohat (2006) chamam de “eurocentrismo” se espalha até as raízes mais profundas da formação da nação, o que ajuda a compreender algumas questões do agora, como racismos, preconceitos e, no caso dos países de expressão portuguesa, algumas de nossas relações exteriores. Até hoje persiste certa utopia civilizatória

²³⁸ Mais em RODRIGUES, N. (1957), *As raças humanas*. São Paulo: Ed. Progresso.

²³⁹ Mais em ROMERO, S. (1943), *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio.

²⁴⁰ Mais em FREYRE, G. (1946), *Casa Grande & Senzala*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio.



européia, onde os europeus, diretamente ou por meio das elites nacionais, muitos donos de mídias “continuam reproduzindo o discurso de enaltecimento do seu valor universalista, como garantia da colonialidade do poder” (SODRÉ, 1999, p. 33),

Curioso é notar que na construção identitária no Brasil pelas elites nacionais há um certo distanciamento de Portugal, o que não significa uma reação histórica à colonização, mas ao fato de Portugal ter sido, por longos anos, também um país periférico em seu continente, “atuando como correia de transmissão entre as colônias e os grandes centros de acumulação, sobretudo a Inglaterra a partir do século XVIII” (SANTOS, 1993, p. 44). Para esse autor, em 1808, com a fuga da corte de Dom João VI para o Brasil, a colônia se tornou a cabeça política e econômica do império português. Isso passa a ideia de igualdade entre Brasil e Portugal. Depois da independência, a elite brasileira entendeu que está atrelada às forças lusitanas não permitia superar o passado de colônia e, assim, buscava o padrão europeu de moderno para além de Portugal, país que passou simbolicamente a ser porta para uma Europa desenvolvida.

Há dois aspectos que podem nos ajudar a refletir sobre o silêncio e a invisibilização identitária dos países de língua portuguesa no Brasil. O primeiro é que somos um dos últimos países a encerrar com a escravidão negra. Aqui, nas vésperas do século XX, muitos africanos eram propriedades, objetos sem alma. Temos um sistema escravocrata que fincou raízes por mais de 300 anos em nossa formação. O segundo é que as colônias portuguesas na África deixaram essa condição há menos de 40 anos. Só em 1976, por exemplo, Moçambique se liberta de Portugal. E mesmo depois da independência, alguns países africanos mergulharam em longas guerras civis. Timor Leste, colônia abandonada pelos portugueses e invadida pela Indonésia, só conquista a independência em 2002.

4. Invisibilização por ausência: alguns números

Os aspectos históricos e constitutivos do povo brasileiro e as relações geopolíticas com as nações africanas e com Portugal nos ajudam a pensar sobre as disputas identitárias e sobre o flagrante desinteresse brasileiro pela CPLP, especialmente partindo do governo, que é um importante ator na agenda do jornalismo. “Além da retórica de países irmãos unidos pela história, os indicadores entre Brasil e CPLP estão aquém do que se poderia considerar relações privilegiadas” (MIYAMOTO, 2009, p. 33). A coleta de dados dessa pesquisa revela



as raras notícias sobre a CPLP. Os poucos registros (Tabelas 2 e 3) indicam um jornalismo de silêncio identitário, que não possibilita reconhecer o Brasil inserido no mundo lusófono.

Tabela 2 - Notícias na *Folha de S. Paulo* sobre CPLP, lusofonia e lusófono

Anos Critérios	Anos										TOTAL
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	
Presidente FHC	05	-	01	01	01	-	02	-	-	-	10
Presidente Lula	-	-	-	-	-	-	-	04	04	-	08
SUBTOTAL	05	00	01	01	01	00	02	04	04	00	18

Fonte: Pesquisa no acervo do jornal de janeiro de 1996 a janeiro de 2006

Tabela 3 - Notícias em *O Globo* sobre CPLP, lusofonia e lusófono

Anos Critérios	Anos										TOTAL
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	
Presidente FHC	04	-	-	-	02	-	01	-	-	-	07
Presidente Lula	-	-	-	-	-	-	-	-	04	02	06
SUBTOTAL	04	00	00	00	02	00	01	00	04	02	13

Fonte: Pesquisa no acervo do jornal de janeiro de 1996 a janeiro de 2006

Os números revelam que no período dos dez primeiros anos da CPLP, sete anos foram no Governo FHC e três anos no Governo Lula, porém as notícias dessa comunidade dizem de uma intensidade maior nos três primeiros anos do presidente Lula do que nos sete de FHC. Chama atenção tanto na *Folha de S. Paulo* quanto em *O Globo* à concentração das notícias. No Governo FHC, a maioria se deu em 1996, quando é criada a entidade. Outro detalhe é que nos anos 1997 e 2001, na *Folha*, não há nenhuma notícia que ligue a CPLP ao presidente. Com Lula, não existe citação em 2005, aliás, nesse jornal não há uma notícia sobre a CPLP em todo ano de 2005. Em *O Globo*, FHC não aparece ligado à lusofonia em 1997, 1998, 1999 e 2001. Com o presidente Lula, nesse jornal não há registro em 2003.

Ao fazermos uma apuração mais detalhada por meses, percebemos que ficou evidente uma concentração de notícias em poucos dias, coincidindo com viagens presidenciais e logo depois um longo silêncio temático. Por exemplo, na *Folha de S. Paulo* há cinco notícias com FHC em 1996, sendo que quatro delas foram publicadas de 14 a 18 de julho, em razão da



viagem do presidente para a criação da CPLP. Depois, só reaparece uma pequena notícia em 1998. Com o presidente Lula, o quadro é parecido. Em 2004, o jornal publicou quatro notícias com Lula e a CPLP, sendo que todas foram de 21 a 28 de julho, também em razão de uma viagem do presidente, porém, o destino foi à África. Na sequência, há silêncio, incluindo todo ano de 2005. Condensação e longo silêncio também ocorreram em *O Globo*. Chama atenção o ano 2000, onde foram lembrados os 500 anos do Brasil. Várias atividades foram realizadas, de celebrações a protestos. Mas nem a *Folha de S. Paulo* nem *O Globo* agendaram a comunidade de língua portuguesa. Naquele ano há somente um registro na *Folha* e dois em *Globo*.

Podemos reafirmar aqui uma primeira constatação: a da existência, nesses dois jornais, de uma *invisibilização por ausência* da comunidade de expressão portuguesa em razão do reiterado silêncio temático nos seus primeiros dez anos.

5. Para além dos números: invisibilização por ocultação

Quando analisamos as 31 notícias dos dois jornais que envolveram os presidentes nos primeiros dez anos da CPLP, somos levados a convocar a análise histórica. O fato de que seis dos nove países dessa comunidade são africanos e um pequeno asiático (Timor Leste) parece ser decisivo para as coberturas ou nas suas ausências na *Folha* e em *O Globo*. Os raros textos revelam a tentativa de distanciamento e ocultação identitária no Brasil em relação aos países da CPLP, especialmente os africanos, que são classificados pelos jornais como pobres, em conflitos permanentes, castigados por corrupção e ditaduras. Em alguns momentos, os jornais deixam escapar a filiação histórica entre Brasil e as nações africanas, mas apenas para marcar as diferenças entre nós, o “primo rico” e eles, os “primos pobres”. Essa condição de “rico” leva os jornais a defenderem que o Brasil tenha uma postura que remete a ações neocoloniais, assumindo o comando e o destino dos países pobres em troca do apoio à pretensão brasileira a um assento no Conselho de Segurança da ONU.

É significativa a análise da notícia em *O Globo* (O País, p. 3), de 16 de julho de 1996, um dia antes de ser criada a CPLP em Lisboa. Repercute-se a entrevista do presidente FHC ao jornal português *Diário de Notícias*, onde ele afirma que o “brasileiro pensa como caipira” (Figura 1). Para FHC, nossa “mentalidade caipira e provinciana rejeita a globalização da economia”. E o presidente explica de onde vem esse defeito: “sem dúvida nenhuma, é uma



variante da *mentalidade criolla*”. Parece ser uma nítida referência aos negros na formação brasileira. Essa entrevista, com o mesmo teor, também foi publicada na *Folha* (Brasil, p. 5).



Figura 1 – Recorte de parte da notícia em *O Globo* (*O País*, 16/07/1996, p. 3)

Desde as primeiras notícias sobre a CPLP, os jornais já indicavam que papel o Brasil deveria ter na comunidade. Na *Folha de S. Paulo*, em 14 de julho de 1996, a manchete revela quem é o ator: “*FHC formaliza em Lisboa um novo bloco*”. Na notícia, surgem as marcas das diferenças identitárias e dos interesses em jogo: “Não chega a ser um bloco potente e nem tem as ambições comerciais do Mercosul”; “...a idéia é *buscar apoios* para a candidatura do Brasil a uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas; “Contar com o voto de *cinco países africanos de língua portuguesa* é sempre um ativo importante para a diplomacia brasileira, por *pobres e fracos que sejam*” (Todo os grifos nossos).

FHC e Lula são enquadrados como líderes que doam recursos e perdoam as dívidas dos países africanos. Em 18 de julho de 2000, na *Folha de S. Paulo* (Brasil, p.7) a manchete é: “Presidente perdoa dívida de Moçambique”. E segue o relato: “De uma só vez, *FHC mandou recados* para dissidentes políticos de Angola, *cobrou união* do grupo para enfrentar os efeitos da globalização, *estabeleceu prioridades* para o desenvolvimento comum, *distribuiu verbas* para treinamento de pessoal e *disponibilizou tecnologia*”. E para finalizar: “o discurso do presidente foi voltado principalmente para os *‘primos pobres’ africanos*”. (Todos os grifos nossos) (Figura 2).





Figura 2 – Recorte de parte da notícia na Folha de S. Paulo (Brasil, 18/07/2000, p. 7)

Mesmo quando lembram que o Brasil é membro da CPLP, os jornais buscam deslocar os sentidos de pertencimento, de modo a silenciar, não lembrar a relação histórico-colonial no Brasil. Em 13 de abril de 1999, a *Folha* (Brasil, p. 6) noticia uma viagem do presidente FHC a Portugal para participar de uma reunião da CPLP. Relata a *Folha*: “A visita a Portugal seria mais de *compadrio*, dado o relacionamento histórico entre os dois países, não fosse o Timor Leste”. O Timor lutava pela libertação da Indonésia e o Brasil foi o último país da CPLP a apoiá-lo. Diz a notícia: “A CPLP, que reúne, além de Brasil e Portugal, as antigas colônias africanas de Portugal...”. Apenas africanos são “antigas colônias”? Apaga-se do Brasil essa condição e se diz que temos com Portugal “um relacionamento histórico”, um “compadrio”.

No Governo Lula (os três primeiros anos) há rápidos *lapsos*, onde o presidente fala de marcas de identidade entre Brasil e países africanos. Mas no geral, o silêncio da comunidade dos países de língua portuguesa é tanto que a própria *Folha* desconhece que a CPLP já existia e anuncia em 12 de julho de 2003 que “Lula propõe bloco da língua portuguesa”. Na notícia, o jornal publica falas reveladoras do presidente: “A CPLP, talvez mais que nenhuma outra instância, *mostra o quanto Portugal e Brasil podem realizar juntos*. Afinal, não nos faltam o que poderiam chamar de vantagens comparativas – a língua, a cultura, a afinidade natural” (Grifos nossos). Em duas notícias na *Folha* (03/11/2003 e 27/07/2004) as falas de Lula quase se repetem: “Temos especial urgência em ajudar a África na luta contra o dramático ciclo de pobreza, violência e fatalismo, disse Lula”. Em *O Globo*, a situação é semelhante à *Folha*. Os relatos são os mesmos, a exemplo da edição do dia 26/07/2004 (Figuras 3 e 4).



Lula chega à África no papel de primo rico

Brasil patrocina encontro dos chefes de Estado e de governo da comunidade de países de língua portuguesa

Lula Dama
Estado especial
 O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chega hoje a São Tomé e Príncipe, país da África Central, para participar da 1ª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), organizada com dinheiro doado pelo governo brasileiro. O Brasil repassou US\$ 500 mil para a organização da conferência, mas interrompeu por seis meses a liberação de recursos de crédito assinados por Lula em novembro do ano passado com o governo de São Tomé e Príncipe. O dinheiro só voltou a ser liberado na semana passada, atrasando projetos nas áreas de educação, saúde e agricultura.



Presidente Lula: ampliação da ajuda a São Tomé e Príncipe

A agenda presidencial

QUARTA E QUINTA (26 e 27)
 Lula chega a São Tomé e Príncipe para participar da 1ª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

AMANHÃ E QUARTA (27 e 28)
 Lula embarca às 13 horas de manhã para o aeroporto de Luanda, capital da Guiné-Bissau, onde se encontra com o presidente da Guiné-Bissau, Amílcar G. Tombal, para discutir o fortalecimento da cooperação entre os dois países.

HOJE E AMANHÃ (dias 26 e 27)
 Lula participa em São Tomé e Príncipe do encontro da CPLP.

na África, que passaram a atender 400 famílias em 2005, e da doação de 60 a 70 quilos de medicamentos para o tratamento da Aids e de um telecentro, composto de dez terminais de computador e um servidor.

Relevo na África lusófila
Guiné e Cabo Verde
 Na reunião da CPLP, que discutirá os efeitos das tecnologias e da informação na boa gestão pública e a inclusão digital, o governo brasileiro insistirá na aprovação de uma declaração para que o acordo ortográfico da língua portuguesa, já referendado pelo Brasil, por Portugal e por Cabo Verde, entre outros em vigor. A CPLP foi criada em 17 de julho de 1996 e é integrada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Lula: democracia política é frágil se não houver progresso econômico

Em São Tomé, presidente defende solidariedade entre os países pobres

Lula Dama
Estado especial
 O presidente Luiz Inácio Lula da Silva abriu ontem a 1ª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em São Tomé e Príncipe, primeira etapa de sua viagem à África, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que os regimes democráticos não são suficientes, se não houver progresso econômico e bem-estar da população. Segundo Lula, a democracia política só se completa quando há também democracia econômica e social. O presidente destacou a situação da CPLP na defesa dos princípios de igualdade e inclusão que a entidade deve seguir para garantir a participação de todos os países da comunidade. Lula afirmou que valores democráticos que progressos. Por isso, disse, a situação atualmente se processa abertamente em São Tomé e Príncipe. Sabemos que a democracia política e econômica não são suficientes para a realização da democracia econômica e social. Temos que avançar em direção à democracia econômica e social. Temos que avançar em direção à democracia econômica e social. Temos que avançar em direção à democracia econômica e social.



Lula beijou Ana, no topo da foto, e missionária Adriana Bernardes, no abraço a São Tomé

Figuras 3 e 4 – Recorte de parte de notícias em O Globo (O País, 26/07/2004, p. 8 e 27/07/2004, p. 8)

Na visita de Lula a alguns países africanos em julho de 2004, tanto a *Folha* quanto *O Globo* registram em suas edições do dia 27 que a comitiva presidencial seguiu as orientações do Itamaraty e, durante o vôo até São Tomé e Príncipe, todos passaram repelentes para se proteger da picada do mosquito transmissor da malária. Também parece significativo que a *única* foto utilizada pelo *O Globo* para ilustrar a chegada de Lula em São Tomé foi a de um beijo do presidente em uma criança, uma menina de pele branca, e que estava com sua mãe, uma missionária (Figura 4), apesar de o jornal informar que Lula tinha sido recebido no país por uma pequena multidão de jovens, crianças, grupos folclóricos.

6. (Em) Conclusão



Os dados e análises apresentadas nos impulsionam a refletir sobre silêncios reiterados no jornalismo e que vão construindo, em razão do tempo, invisibilizações. Nesse trabalho, sustentamos que os silêncios e invisibilizações se configuram como um processo de seleção, de ação identitária deliberada de grupos de poder majoritário que reforçam ou tentam apagar elos, pontes históricas e constitutivas entre Brasil e os países de língua portuguesa.

Não é demais insistir para essa análise com algumas ideias norteadoras, por exemplo, de que as identidades estão em fluxo, em trânsito. Elas são construções sociais complexas, configuradas como um dispositivo, isto é, como um conjunto heterogêneo de elementos que engloba discursos, instituições materiais e imateriais e profundamente entrecortadas por linhas de força, jogos de poder. As identidades se movimentam na tensão entre as tentativas do fixo e do móvel, do estável e do instável. O jornalismo participa desse processo, na grande maioria das vezes, para conformar um quadro de naturalidade, silenciando discordâncias. Sendo um lugar de fazer ver e de fazer falar, o jornalismo seleciona, inclui e exclui, produzindo ao longo do tempo visibilizações e de invisibilizações.

A análise histórica crítica é fundamental na tentativa de compreender os movimentos de fala e de silêncio pelo jornalismo. Ela desnuda as relações de poder e o regime de seleção adotado. No caso dessa pesquisa, observados os primeiros dez anos da CPLP na *Folha de S. Paulo* e em *O Globo* e concluímos pela existência de dois movimentos: o primeiro é o da *invisibilização por ausência*, onde consideramos que os 31 registros dos dois jornais são insignificantes diante do volume de notícias em dez anos. Essa ação não é natural, obra do acaso, uma falha, esquecimento, mas a consideramos como uma opção identitária interessada, revelando disputas que buscam silenciar, esquecer, apagar nossos traços comuns e históricos.

Um segundo movimento é da *invisibilização por ocultação*. Ao se analisar as raras notícias no período, verificamos que elas reafirmam opções identitárias no Brasil, marcadas na história e na cultura, fixando pontes que parecem intransponíveis entre *nós*, uma nação que buscaria o moderno apagando o passado, e os *outros*, as “ex-colônias portuguesas”. Os *outros*, que não somos *nós*, estariam fixados ao longe, no passado, presente e futuro. Apesar dos inúmeros traços constitutivos do *nós*, as notícias silenciam sobre esse aspecto. Revelam um Brasil em “relação de compadrio” com Portugal e que, no máximo, é um “primo rico” das ex-colônias. Nos dez primeiros anos da CPLP na *Folha* e em *O Globo* há uma invisibilização



identitária que se constituiu e sugere um tipo de desconhecimento, de indiferença, de não reconhecimento e até de apagamento do *nós* enquanto uma comunidade possível.

Referências

BRAGA, José Luiz. Nem rara, nem ausente – tentativa. **Matrizes**, ano 4, nº 1, São Paulo: ECA-USP, jul./dez. 2010. p 65-81. Disponível

<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/179> Acesso em 16/8/2014.

DELEUZE, Gilles. ¿Que és un dispositivo? In: BALBIER, E. et al. **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990, p. 155-161.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Microfísica do poder**. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

HALL, Stuart; SOVIK, Liv (Org.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. 2ª ed. Belo Horizonte/ MG: Editora UFMG, 2013.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. RJ: DP&A, 2006.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 52, n. 2, p. 22-42, 2009. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35814269002> Acesso 11/8/2013.

QUÉRÉ, Louis. **De um modelo epistemológico da comunicação a um modelo praxiológico**. Traduzido por Lúcia Lamounier Sena e Vera Lígia Westin. Do original: “D’un modèle épistémologique de la communication à un modèle praxéologique”. In: Réseaux, n. 46/47. Paris: Tekhné, 1991.

SANTOS, Boaventura de Souza. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP, SP**, 1993, p.31-52. Disponível em

<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/11597> Acesso em 02/06/2014.

STAM, R. e SHOHAT, E., **Crítica da imagem eurocêntrica**. Multiculturalismo e representação. São Paulo, Cosac Naify, 2006.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.



L'« invisibilisation » de la question de l'immigration dans la presse quotidienne régionale : entre professionnalisme et stratégies éditoriales

Paula De Souza Paes²⁴¹

Resumé: A partir de l'étude de cas de « violences urbaines » ayant eu lieu dans le quartier de la Villeneuve à Grenoble en 2010, l'article porte d'abord une attention particulière aux configurations qui relient les agents participant à la mise en évidence de la question de l'immigration en France. Il aborde ensuite la manière dont le quotidien régional *Le Dauphiné Libéré* participe du processus d'« invisibilisation » du sujet « immigration, » à travers une analyse de contenu de la presse. L'article cherche également à questionner les règles du « jeu » du travail routinier de sélection et de la hiérarchisation des informations de ce quotidien régional qui occupe une position privilégiée par rapport aux autres médias de la région Rhône Alpes.

Mots-clés: immigration, presse quotidienne régionale, pratiques journalistiques, normes professionnelles

La question de l'immigration est un sujet qui, depuis les années quatre-vingt, pose problème en France car imbriquée avec celles de la sécurité, de la violence et de la délinquance (Bonnafous S., 1991). Le processus d'institutionnalisation d'un « problème immigré » se renforce actuellement (De Souza Paes P., 2014). Pendant la campagne présidentielle de Nicolas Sarkozy (UMP), au début des années 2000, l'immigration a été présentée comme une question d'intérêt général. Lors d'une conférence de presse, en 2006, il soulignait : « [...] *Beaucoup de français voient dans l'immigration une menace pour leur sécurité, leur emploi, leur mode de vie [...] Nous avons le devoir d'y apporter une réponse* ²⁴² ». Selon le candidat du parti de droite UMP, l'immigration posait donc problème aux citoyens français. En 2010, le positionnement politique du chef de l'Etat et du gouvernement sur le sujet « immigration » est mis en évidence lors des actes de violence impliquant un habitant. En juillet de cette année-là, un groupe d'habitants de la

²⁴¹ Docteure et chercheure rattachée au laboratoire Gresec (Groupe de recherche sur les enjeux de la communication) – France

²⁴² Conférence de presse sur l'immigration, Paris, le 11 décembre 2006. Disponible sur : <http://www.interieur.gouv.fr/Archives/Archives-de-Nicolas-Sarkozy-2005-2007/Interventions/11.12.2006-Conference-de-presse-sur-l-immigration>, consulté le 13 juillet 2013.



Villeneuve, quartier situé en zone urbaine sensible²⁴³, à Grenoble, avait incendié des voitures et échangé des tirs avec la police, après la mort d'un jeune homme, Karim Boudouda, descendant d'immigrés²⁴⁴ et habitant du quartier. Celui-ci avait été abattu par la police, après avoir commis un vol au casino d'Uriage (commune près de Grenoble). Quelques habitants du quartier réagissent à sa mort, en incendiant des voitures et des poubelles, en jetant des cailloux contre les policiers et les gendarmes qui cernent le quartier. Il y a également des tirs d'armes à feu contre les forces de l'ordre. Lors de son passage à Grenoble, fin juillet, le Président propose alors, la déchéance de la nationalité aux individus qui commettent des crimes contre les forces de l'ordre. Nicolas Sarkozy propose une modification du code pénal suggérant la suppression de la nationalité française pour les personnes qui commettent une infraction pénale. Un article supplémentaire au projet de loi « Immigration, Intégration et Nationalité²⁴⁵ » est élaboré quelques mois après sa déclaration. L'Etat impose ainsi une définition des incidents en renforçant les aspects socialement convenus sur le « problème immigré ». Ils se traduisent par le rapport entre l'immigration et les cas de violence ayant lieu dans des quartiers d'habitat social. L'immigré apparaît comme « coupable » de la « crise » dans le discours de Nicolas Sarkozy pendant qu'au niveau local le maire socialiste, Michel Destot (1995-2014), se refuse de parler sur l'immigration ou la présence d'immigrés ou des descendants d'immigré dans le quartier. Notamment car la communication territoriale présente Grenoble comme une ville « ouverte » et d'intégration. Ainsi, le discours du chef de l'Etat est un discours sans opposition et qui finit par « taire » le moindre conflit au niveau local. Le silence des pouvoirs locaux

²⁴³ Selon la définition officielle, la zone urbaine sensible est un « Territoire infra-urbain défini par les pouvoirs publics pour être la cible prioritaire de la politique de la ville, en fonction des considérations locales liées aux difficultés que connaissent les habitants de ces territoires », disponible sur <http://www.vie-publique.fr/th/glossaire/zone-urbaine-sensible-zones-urbaines-sensibles.html>, consulté le 26 février 2014.

²⁴⁴ Le terme « descendant d'immigré » ne fait pas l'objet d'une définition officielle. Nous faisons référence à la définition utilisée par l'Insee : « est descendant d'immigré toute personne née en France ayant au moins un parent immigré ». Breem Yves, « Les descendants d'immigrés », *Info migrations*, n°15, juillet 2010. Le jeune homme tué par la police, Karim Boudouda, âgé de 27 ans, est fils d'algériens. Il rentre ainsi dans cette définition.

²⁴⁵ Article additionnel au projet de loi Immigration, Intégration et Nationalité, le 20 septembre 2010, dans : *L'Assemblée Nationale*, URL : <http://www.assemblee-nationale.fr/>, consulté le 15 avril 2012.



devant le positionnement politique partisan du Président se prolonge par le biais des médias locaux, qui sont souvent caractérisés comme légitimistes (Frisque C., 2002).

Contextualisation sociale des incidents à la Villeneuve

Les différences entre les pratiques des journalistes nationaux et locaux ont déjà fait l'objet d'études en sociologie des médias (Neveu E., 1999 ; Frisque C., 2002). La particularité des médias locaux la plus saisissante, dans ces recherches, est la relation très étroite des journalistes en province avec leurs interlocuteurs, qu'ils croisent quotidiennement. Cette relation de proximité impliquerait une prudence professionnelle supplémentaire dans le travail des localiers. Ceux-ci parlent des contraintes liées à ce rapport étroit avec les principaux acteurs locaux : la municipalité, la gendarmerie, la police ... Il s'agit d'une relation qui se tisse au long terme. La construction de ce rapport est fondée également sur la « fidélité », autant de la part de l'interlocuteur que du journaliste, dans la restitution d'une information. Néanmoins, la relation de proximité avec les forces de l'ordre et les pouvoirs locaux pèse sur le travail des journalistes. Selon la politique rédactionnelle des quotidiens régionaux, les journalistes sont amenés à établir un rapport « *partenarial voire consensuel avec les pouvoirs locaux et de respect des institutions* » (Frisque C., 2002 : 370). Dans ce cas, il s'agit d'éviter les conflits avec ces acteurs. C'est ce qui ressort de l'analyse de contenu²⁴⁶ des articles publiés entre 2010 et 2011 dans le quotidien régional *Le Dauphiné Libéré* sur les incidents à la Villeneuve.

²⁴⁶ Pour l'analyse des articles publiés entre juillet 2010 et juillet 2011, nous avons constitué une grille qui comprend cinq « registres » : le « factuel » qui est observable dans les articles qui reprennent (parfois intégralement) le contenu des dépêches de l'AFP (Agence France-Presse). Ce sont donc des « papiers » qui ne révèlent pas d'un travail d'analyse. Le registre « controversé » consiste à contextualiser les faits à travers le recours à différentes paroles et donc à différents points de vues. Le registre « explicatif » est utilisé lorsque le journaliste analyse des documents officiels, statistiques et sondages. L'accent est mis sur l'interprétation des faits en lien avec l'action publique. Dans les articles qui relèvent du registre « polémique », le rédacteur prend position et le ton assumé dans le papier est critique et cynique. Enfin, les papiers rédigés à partir de l'histoire ou de l'immersion dans la vie d'un individu entrent dans le registre « témoignage ». Le corpus est composé de 80 articles au total. L'analyse a été réalisée dans le cadre d'un travail de thèse de doctorat en sciences de l'information et de la communication.



Dans le journal, les incidents sont contextualisés en rappelant l'histoire du quartier et de la ville de Grenoble. Ils sont interprétés comme le résultat de deux facteurs intrinsèquement liés : l'évolution de la société et la défaite du projet de construction du quartier. Pour montrer cette évolution, la posture adoptée par le journal consiste à généraliser les caractéristiques des habitants des ZUS en affirmant que « *la population devient en grande majorité issue de l'immigration du Maghreb ou d'Afrique noire* »²⁴⁷. Or, les ZUS ont des caractéristiques très diversifiées et varient selon la région du pays. La zone urbaine sensible de l'agglomération grenobloise comprend 17, 732 habitants dont 15,3 % d'étrangers²⁴⁸.

Les modes d'écriture observés dans le service « fait divers – police » de ce journal montrent le rapport que les journalistes font entre la vie du jeune homme Karim Boudouda qui a vécu dans le quartier (histoire familiale et historique scolaire) et les violences qui y ont lieu (notamment le trafic de drogue). L'analyse des articles indique un mode sociétal d'écriture de la presse qui consiste à s'intéresser à ce qui relève des rapports sociaux. La relation entre « banlieue » et « immigration » se renforce au fur et à mesure que l'accent est mis sur la contextualisation sociale des incidents (la dégradation des bâtiments, l'échec scolaire, la difficulté des jeunes enfants de parents immigrés à entrer sur le marché du travail, l'accroissement de familles monoparentales étrangères). Les « violences urbaines » sont ainsi considérées dans le quotidien essentiellement comme un enjeu politique qui concerne un problème urbain et les descendants d'immigrés.

L'analyse des informations politiques révèle deux aspects : l'information politique se focalise sur les discours politiques (annonces, reprise des déclarations d'autres médias ou encore communiqués de presse) et elle correspond ainsi moins à une information portant sur la politique que sur les différentes réactions des « adversaires » politiques. Les journalistes finissent par faire écho à chaque déclaration ou annonce. Les modes de recueil de l'information le montrent: les informations politiques se focalisent

²⁴⁷ « La Villeneuve », comment en est-on arrivé là ? », le 20 juillet 2010.

²⁴⁸ Bertholot Alain, « Précarité dans l'agglomération de Grenoble : pas uniquement dans les zones urbaines sensibles », Insee Rhône Alpes, La lettre Analyses, n°99, 2008, disponible sur www.insee.fr/rhonealpes.



sur les messages destinés aux médias. Parfois, le fait rapporté se résume à la déclaration d'un porte-parole. Dans le service politique du *Dauphiné*, des « papiers » sont rédigés suite à des conférences de presse de partis politiques ou à des déclarations de responsables politiques car l'information politique nationale et internationale est dépendante de l'AFP.

Les journalistes contribuent donc à l'institutionnalisation du « problème immigré », en stigmatisant à la fois ces derniers et les habitants des quartiers d'habitat social. Cette posture s'explique par la focalisation des articles sur la parole des interlocuteurs institutionnels, surtout les forces de l'ordre avec lesquels les journalistes « localiers » ont un contact quotidien à travers notamment des visites à l'hôtel de police. Le quotidien présente donc une posture institutionnelle, privilégiant la production d'articles sur les forces de l'ordre et les réactions des pouvoirs locaux. Ceci peut être expliqué par les caractéristiques de la PQR (presse quotidienne régionale) : le journal régional «*se veut un journal de tous* » (Noyer J., Raoul B., 2013) et s'oriente vers ce qui fait le lien des individus membres d'une commune. Ainsi, les articles publiés sur ces événements « dépolitisent » les véritables problèmes qui rencontrent les descendants d'immigrés qui habitent en banlieue. Ce terme est compris ici au sens d'une « déconflictualisation » ou neutralisation. La façon dont les incidents sont présentés dans la presse renvoie à la contextualisation des situations et à la recherche des responsables plutôt qu'à des explications plus structurales du problème. La « déconflictualisation » se manifeste aussi par l'absence d'une mise en perspective historique du phénomène migratoire et de l'évolution de la politique de l'immigration.

Le choix politique du *Dauphiné Libéré* dans la mise en visibilité du sujet « immigration » est conforté par des stratégies des acteurs divers comme le CSA (Conseil supérieur de l'audiovisuel) et les organisations médiatiques. Des politiques publiques pour la représentation de la diversité de la société française dans les médias sont mises en œuvre par le CSA après des actes de violence en 2005 dans quelques banlieues françaises et privilégient des mesures particulières aux « jeunes issus de l'immigration », comme la création de l'Observatoire de la diversité en 2007. Il a pour vocation de formuler des propositions sur toute question relative à la diversité dans les



médias. La première réflexion lancée par l'Observatoire a porté sur la représentation des banlieues à la télévision, dans le cadre de la lutte contre les stéréotypes dévalorisants²⁴⁹. Le Conseil participe donc de la définition des « violences urbaines » et pose le problème en termes de « crise » du rôle social des médias. Les groupes médiatiques, comme *France Télévisions et Radio France*, renforcent la définition des problèmes dits de « violences urbaines » en présentant une action affirmée envers les jeunes descendants d'immigrés qui habitent dans les banlieues. Comme, par exemple, la création d'un délégué à la diversité et à l'intégration, suivie de la mise en place, en 2009, d'un comité pour la diversité des chaînes publiques, après d'autres actes de violence dans quelques quartiers d'habitat social²⁵⁰.

L'interdépendance des journalistes avec leurs interlocuteurs, notamment les responsables politiques et les forces de l'ordre, et leurs stratégies de communication est un facteur qui compte dans la constitution de ce processus d'« invisibilisation » de l'immigration en tant qu'enjeu politique dans la presse. En ce qui concerne la presse régionale, la relation de proximité des journalistes avec leur lectorat et leurs « sources » est une relation complexe qui mérite donc une attention particulière.

Les enjeux de proximité

La notion de proximité est soulignée par les journalistes locaux comme un impératif du travail d'un quotidien régional, d'autant plus que cette notion en rejoint une autre, celle du lien social et de communauté locale. Le chef d'édition du *Dauphiné Libéré* affirme que le quotidien est un « journal de proximité » contrairement aux quotidiens nationaux :

« On n'est pas un quotidien national, donc nous, on s'adresse à l'électorat de notre zone de diffusion. [...] Les journalistes nationaux n'ont pas du tout les mêmes prétentions que nous. Nous, comme on a ces relations privilégiées,

²⁴⁹ « Le Conseil crée l'Observatoire de la diversité audiovisuelle », communiqué de presse publié le 28 mars 2008.

²⁵⁰ Disponible sur : <http://www.ftv-diversite.fr/index.php/france-televisions-et-la-diversite.html>, consulté le 23 janvier 2014.



on essaie d'avoir des informations que les autres n'ont pas. Nous, on fait simplement notre travail²⁵¹ ».

Selon lui, la proximité du quotidien à son lectorat est définie par la zone de diffusion qui est plus précise et stricte que celle d'un quotidien national. Il a ainsi une conception étanche du champ journalistique qu'il divise en deux parties : d'un côté les quotidiens nationaux et de l'autre les quotidiens régionaux. Le chef d'édition regroupe donc les journaux dans des catégories conventionnelles où les quotidiens présentent le même comportement ou la même politique rédactionnelle. Pour les journalistes, la proximité vis-à-vis des lecteurs est une « loi » (Restier-Melleray, C., 2005), comme pour ce journaliste du service « fait divers » au *Dauphiné Libéré*, qui souligne la différence entre les journalistes parisiens de l'audiovisuel et de la presse : « *la télé travaille dans l'urgence, n'a pas forcément les mêmes sources que nous, n'as pas forcément la même connaissance du terrain ou le même recul*²⁵² ». Le chef d'édition de ce quotidien régional estime également que la différence de traitement entre les deux (les médias nationaux et locaux) réside sur la connaissance du territoire. Le manque d'une connaissance approfondie a entraîné un traitement stigmatisé, comme cela a été le cas, selon lui, au moment des incidents à la Villeneuve. « Les nationaux » ont stigmatisé la ville et le quartier car ils ne le connaissaient pas :

« La journaliste de Grenoble qui s'en occupait connaissait très bien le quartier, les interlocuteurs, les élus, les juges, les procureurs » [...]. « Vous avez les quotidiens nationaux qui débarquent, comme si c'était l'Afghanistan. On avait l'impression que le quartier était occupé par la police, donc forcément vous avez cette image-là tout de suite et forcément vous ne connaissez pas le quartier, c'est terminé !²⁵³ ».

Un journaliste correspondant au *Monde* à Grenoble affirme également que la façon d'appréhender les situations quand on est journaliste à Paris ou quand on est à Grenoble est différente. Il prend pour exemple l'article qu'il a écrit pour le magazine *Inrockuptibles*, au moment des incidents à la Villeneuve. Il raconte qu'il avait écrit un

²⁵¹ Entretien du 27 janvier 2012.

²⁵² Entretien du 22 avril 2011.

²⁵³ *Ibid.*



papier *neutre*²⁵⁴ sur les incidents. Néanmoins, le rédacteur en chef du magazine n'a pas accepté son article. Selon lui, son attitude reflète la « façon parisienne » de voir les choses :

« Le rédacteur en chef des *Inrock* m'avait dit : « Ce n'est pas ce que je veux. » Il attendait quelque chose d'un peu trash : que la Villeneuve c'était un quartier mal famé, qu'il n'y avait que des voyous où l'on vendait de la drogue²⁵⁵ ».

La journaliste considérée comme la spécialiste des fait divers dans le *Dauphiné* a le même argument à propos des journalistes nationaux, parce qu'ils n'ont pas de relation de proximité aux sources et au public ils peuvent écrire « *ce qu'ils veulent*²⁵⁶ ». Selon cette journaliste, les localiers, au contraire, ont plus de chance de rencontrer au quotidien leurs interlocuteurs, ce qui entraîne une vigilance supplémentaire dans leur posture professionnelle.

Les journalistes ont ainsi un discours binaire sur le territoire français (national-local). Tout porte à croire que c'est une manière de justifier les raisons pour lesquelles ils acceptent les règles du jeu relationnel avec les interlocuteurs locaux. Ce mouvement renforce le constat à propos du poids des pouvoirs locaux dans le travail des journalistes, avec l'exemple de la « couverture » des incidents à Grenoble.

La façon un peu mécanique avec laquelle les journalistes définissent leurs pratiques est également liée au poids accru des logiques économiques dans le champ médiatique qui se traduisent par l'augmentation de la part de publicité dans les recettes (Chupin I., Hubé N., Kaciaf N., 2009). Le discours binaire des journalistes locaux est une façon de valoriser leur travail vis-à-vis du travail des journalistes qui sont à Paris et s'imposer sur un marché concurrentiel. Le recours à un discours valorisant fait apparaître ainsi les positions inégales occupées par les médias dans le secteur médiatique. Ainsi, la proximité peut être une norme commerciale mais aussi un

²⁵⁴ Entretien du 29 novembre 2011.

²⁵⁵ *Ibid.*

²⁵⁶ Entretien du 3 mai 2011.



« *argument justificateur* » (Kaciaf N., 2005) de l'intérêt des médias pour des situations liées au quotidien et au vécu des individus.

Le rapport de proximité avec les journalistes et leurs interlocuteurs relève d'un jeu relationnel dynamique, une « *interdépendance des joueurs* » pour reprendre une expression de Norbert Elias (1991 : 157). La reporter de l'AFP à Grenoble affirme que pendant la « crise » de la Villeneuve, l'information n'était pas difficile à obtenir car les sources de son réseau habituel étaient très disponibles pour parler :

« La police communiquait énormément et, puis, le parquet. Et on peut dire qu'il y avait presque une espèce de match, de compétition de communication entre la police et la justice parce que chacun voulait se montrer le plus possible par rapport au pouvoir, il fallait montrer qu'on tapait du poing, qu'on arrêtait les gens, etc. Pour moi en tant que journaliste ce n'était pas mal parce que comme ils étaient en compétition, ils voulaient être cités sur la moindre crise, chacun voulait absolument communiquer²⁵⁷ ».

Une autre journaliste localière partage cet avis et rappelle qu'au moment des incidents à la Villeneuve, la police donnait aux journalistes des chiffres inexacts concernant les incidents, comme le nombre de voitures brûlées et les arrestations de jeunes :

« Le parquet communiquait beaucoup. Il y avait une communication politique incroyable. Tous les matins, on nous disait : « il y a tant de voitures qui ont brûlé, tant de gamins qui ont été arrêtés », sauf que le nombre de voitures brûlées, c'était le nombre de voitures sur l'ensemble du département. En fait, on s'apercevait qu'il n'y avait pas forcément eu plus de voitures brûlées au mois de juillet que l'année dernière à la même époque²⁵⁸ ».

Même si les actions et les réactions de la police et du parquet leur semblaient exagérées, ces journalistes ne pouvaient s'en passer : il y avait trop de pression pour rendre compte de tout ce qui se passait dans le quartier.

Les journalistes ont tendance à amplifier leur rôle en affirmant que les interlocuteurs veulent à tout prix avoir accès aux médias. Cependant, les professionnels

²⁵⁷ Entretien du 17 mars 2012.

²⁵⁸ Journaliste « spécialisée » dans la banlieue à *Libération* à Lyon, Entretien du 17 février 2012.



des médias ne peuvent pas contrôler le rapport de force comme ils le déclarent ou pensent. Les interlocuteurs, quant à eux, savent que les médias dépendent, surtout dans une situation d'urgence, de leurs déclarations. C'est ce que montre l'initiative de l'ancienne directrice départementale de la sécurité publique²⁵⁹ qui, pendant les incidents à la Villeneuve, a décidé de faire des conférences de presse régulières pour essayer de contrôler l'information, car elle sait que les policiers donnent des informations aux journalistes de manière anonyme. Elle explique, dans le passage suivant, que l'objectif pendant la « crise » était d'informer le plus vite possible tout en organisant sa prise de parole :

« J'ai pris la décision, lors des événements de la Villeneuve, de communiquer directement, tout de suite et rapidement, c'est-à-dire de ne pas laisser attendre. Ça a même étonné certains journalistes parce que c'était la première fois qu'ils vivaient cela. J'ai même donné des rendez-vous à des journalistes et je leur ai dit : « écoutez, je ne peux pas vous parler maintenant parce que je suis occupée mais dans une heure on fait une conférence de presse et je vous dirai »²⁶⁰ ».

Certes, les événements ont fait l'objet d'un fort affichage politique. Ces observations permettent donc de comprendre que les logiques des pratiques journalistiques se fondent sur le rapport étroit entre celles-ci et les stratégies de communication, notamment celles de la police (Sedel J., 2007) et du ministre de l'Intérieur, ce qui affecte l'autonomie des rédactions dans le choix des sujets (suivi du *planning* communication) et les modalités de production.

La façon dont les journalistes définissent leur travail en local et la manière dont la proximité est ressentie dans leur travail quotidien manifestent des logiques professionnelles qui n'ont pas un rapport exclusif au territoire sur lequel le média est inscrit : il s'agit des conventions professionnelles, soumises au fonctionnement du champ journalistique, qui veulent marquer les frontières entre les différents médias. Le rapport de proximité est lié à la structure d'un média.

²⁵⁹ Depuis avril 2011, elle est directrice centrale de la sécurité publique à Paris. Directrice départementale de la sécurité publique, Entretien du 6 décembre 2011.

²⁶⁰ *Ibid.*



La position privilégiée du Dauphiné Libéré

La relation de proximité avec les interlocuteurs relève également de la structure des médias locaux et de leur niveau de spécialisation. C'est ce qu'affirme un journaliste²⁶¹ qui travaille à *France Bleue Isère*. La rédaction de la radio est une petite rédaction qui n'est pas répartie en service comme c'est le cas de la rédaction du *Dauphiné*. Ils sont dix journalistes (y compris le rédacteur en chef) pour couvrir tout le département. Quand il y a un incident, comme par exemple celui de la Villeneuve, le premier journaliste qui est disponible dans la radio est celui qui part. Quand nous lui demandons s'il a des rapports étroits avec la police il répond : « *On n'a pas de fait diversiers spécialisés. On n'est pas non plus nombreux et comme on couvre un département complet, on est beaucoup moins présents que d'autres journalistes constamment aux cotés des policiers*²⁶² ».

Le service « fait divers et justice » est un service particulier par rapport aux autres services au sein du *Dauphiné Libéré*. En plus d'être le service avec le plus grand nombre de journalistes (ils sont quatre²⁶³), il a comme particularité de bénéficier de la liberté que les journalistes « fait diversiers » ont de se déplacer dans l'intégralité du sud du département (et éventuellement dans d'autres départements) en fonction des événements. Quelle que soit la localisation, ces journalistes sont donc amenés à intervenir. La ligne éditoriale du journal s'impose ainsi à la dimension territoriale du quotidien. La logique politique du journal explique le nombre d'articles classés « fait divers » au moment des événements de la Villeneuve (49 sur 80 articles). Les pouvoirs publics contribuent ainsi à faire passer un message qui correspond aux logiques qui dominant le champ journalistique.

Les journalistes des autres médias interviewés disent s'inspirer des sujets publiés au *Dauphiné Libéré*. Localement, il est considéré comme le média « référent ». Ce quotidien est distribué sur neuf départements : Ain, Ardèche, Drôme, Hautes-Alpes, Alpes-de-Haute-Provence, Haute-Savoie, Isère, Savoie et Vaucluse. Ce sont vingt-deux

²⁶¹ Entretien du 29 novembre 2011.

²⁶² *Ibid.*

²⁶³ Au service politique, par exemple, ils sont seulement deux.



éditions et près de trois cent mille exemplaires par semaine²⁶⁴. En Isère, il y a deux centres départementaux : pour l'Isère Sud la direction est à Grenoble ; pour le nord du département elle est à Bourgoin-Jallieu. Cette disposition indique le poids de Grenoble par rapport aux autres villes et communes.

Le rédacteur en chef de la chaîne privée locale *Télé Grenoble*, qui y travaille depuis le début de la chaîne affirme que : « *Quand on est au courant d'une info c'est souvent par le biais du Dauphiné Libéré*²⁶⁵ ». *Télé Grenoble*, inaugurée en 2005, a une petite rédaction comme la chaîne *France Bleue Isère*. Elle est composée de cinq jeunes journalistes (entre 25 et 35 ans) et d'environ cinq pigistes réguliers qui travaillent un ou deux jours par semaine. Il n'y pas de spécialités : chaque journaliste est censé traiter tous type de sujet. Le rapport de proximité avec les interlocuteurs est donc directement lié au nombre de journalistes.

La disposition du champ médiatique français permet également de comprendre le rapport entre la position d'un média et la production d'une information. La venue des journalistes parisiens à Grenoble pour « couvrir » les actes de violence ne peut être expliquée que par un intérêt supposé des lecteurs. Certaines villes sont moins « privilégiées » quant au nombre d'équipements de communication et donc de journalistes en poste. A Grenoble, il n'y a pas de bureau de *TF1*, par exemple, comme à Marseille. La relation des médias avec les territoires est donc beaucoup plus complexe que les journalistes le disent. La concentration des équipements de communication dans les grandes villes relève des stratégies territoriales qui sont inhérentes à la dimension marchande des médias. Toutefois, les journalistes ne présentent pas leur rapport au territoire où ils travaillent en termes de stratégie commerciale. Ces professionnels sont dotés de fortes aspirations démocratiques qui fondent la conception du métier, comme par exemple le rôle social des médias de donner la parole aux classes populaires. La manière dont les journalistes conçoivent leur place dans la production de l'information manifeste des logiques et des stratégies professionnelles qui reposent sur des idéaux démocratiques (Ruellan D., 2007). Les déclarations des journalistes révèlent donc des

²⁶⁴ Présentation du *Dauphiné Libéré* sur : <http://www.ledauphine.com/a-propos/tout-sur-le-dauphine>, consulté le 2013.

²⁶⁵ Entretien du 25 novembre 2011.



habitudes et des normes professionnelles qui font apparaître le processus d'« invisibilisation » de la question de l'immigration en France en tant qu'enjeu politique.

Références bibliographiques

Bonnafeux Simone, *L'immigration prise aux mots*, Paris, Editions Kimé, 1991.

Chupin Ivan, Hubé Nicolas, Kaciaf Nicolas, *Histoire politique et économique des médias en France*, Paris, Editions la Découverte, 2009.

De Souza Paes, Paula, *La communication publique et les pratiques journalistiques au prisme des mutations sociales : la question de l'immigration en France (1980-2010)*, Thèse en SIC, sous la direction de Isabelle Pailliart, Gresec, 2014.

Elias Norbert, *Qu'est-ce que la sociologie ?*, La Tour-d'Aigues, Éditions de l'Aube, 1991.

Frisque Cégolène, *L'activité journalistique au quotidien. Travail relationnel, identitaire et rédactionnel des journalistes de la presse quotidienne régionale*, Thèse sous la direction de Michel Dobry Université Paris-X Nanterre, Faculté de Droit et Science politique, 2002.

Kaciaf Nicolas, « Parle-moi de moi. Il n'y a que ça qui m'intéresse ». Les implications idéologiques d'un impératif de proximité. L'exemple du « Treize heures » de TF1 », dans : Christian Le Bart, Rémi Lefebvre (dir.), *La proximité en politique*, Rennes, PUR, 2005, p. 271-284.

Neveu Erik, « Médias, mouvements sociaux, espaces publics », *Réseaux*, n°98, 1999.

Noyer Jacques, Raoul Bruno, « Le « travail territorial » des médias. Pour une approche conceptuelle et programmatique d'une notion », *Etudes de communication*[en ligne], n° 37, 2011, mis en ligne le 01 décembre 2013, consulté le 29 mai 2012. URL : /index2933.html.

Restier-Melleray Christiane, « La proximité dans les médias : retour sur une « loi », dans : Christian Le Bart, Rémi Lefebvre (dir.), *La proximité en politique*. Rennes, PUR, 2005, p. 251-270.

Ruellan Denis, *Le journalisme ou le professionnalisme du flou*, Grenoble, PUG, 2007.

Sedel Julie, *La banlieue comme enjeu de lutte symbolique. Contribution à l'étude des relations entre médias et champs sociaux*, Mémoire de doctorat en sociologie, sous la direction de Patrick Champagne, 2007.



Morte e Silêncio: o racismo e o não dito no jornalismo quando se aborda se aborda o genocídio da juventude negra

Luiz Martins da Silva²⁶⁶

Kelly Tatiane Martins Quirino²⁶⁷

Resumo: A violência do e sobre o jovem negro é uma problemática nacional. O presente artigo pretende discutir violência, juventude negra e o silenciamento no jornalismo tendo como parâmetro o debate sobre raça, racismo na perspectiva dos estudos pós-coloniais. A maioridade penal, o Programa do Juventude Viva e a Chacina na Cabula serão casos utilizados para exemplificar como o jornalismo silencia o debate racial no Brasil.

Palavras-chave: raça, colonialismo, jornalismo, juventude negra e violência

A questão racial é uma temática ainda não resolvida na contemporaneidade, inclusive na sociedade brasileira. Como defende o filósofo argentino Enrique Dussel, com a chegada da Europa nas Américas, 1.492, há uma hierarquização do sistema mundo entre o eu – Europa – e o Outro – que naquele momento era a América – e hoje é todo o resto do mundo.

Nesta hierarquização eurocêntrica, os conhecimentos produzidos no ocidente foram considerados elevados e melhores do que os outros e durante o processo de colonização a Europa expandiu e normatizou modelos já concebidos de: classe, étnico-racial, gênero, sexualidade, particular de organização de Estado, espiritualidade, epistemologia, institucionalização da produção de conhecimento, idioma, pedagogia e economia orientada para acumulação de capital. (Grosfoguel, 2012, p. 342)

²⁶⁶ Professor Doutor do departamento da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília – FAC – UNB. Email dailvaluizmartins@gmail.com

²⁶⁷ Doutoranda do Curso de Comunicação da Universidade de Brasília - FAC -UNB, email:

kely_tatiane@yahoo.com.br



Nos países latino-americanos, mesmo após a independência, predominaram os modelos ditados pelas metrópoles europeias, ou seja, oriundos das elites locais. A reprodução deste poder colonial continuou sendo exercida pelas elites crioulas nos países latinos. Este fenômeno foi denominado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano de “colonialidade do poder”, que assim o define como:

As novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se. (Quijano, Aníbal, 2005, p. 204)

A ideia de colonialidade do poder pode ser exemplificada como a manutenção do homem branco, capitalista, heterossexual, militar, cristão (Grosfoguel. 2012 p. 343) em todos os espaços de poder em países como Bolívia, que tem maioria da população indígena ou o Brasil que mais da metade da população é negra. A naturalização dessas identidades/raças associadas a um status de trabalho e poder criou uma hierarquização entre raças que só aconteceu no período Moderno.

Desta forma, este artigo pretende utilizar os conceitos teóricos decoloniais utilizados por *Enrique Dussel*, *Aníbal Quijano* e *Ramón Grosfoguel* para problematizar a questão racial na Modernidade de países que foram colonizados, tendo como foco o Brasil. Após entender a questão de Raça e Racialismo no contexto do colonialismo brasileiro, será avaliado como isto é refletido no campo jornalístico na cobertura do genocídio²⁶⁸ da juventude negra brasileira.

²⁶⁸ O movimento negro tem utilizado o termo – genocídio – para qualificar a morte sistêmica dos jovens negros. Ver por exemplo no site <http://www.geledes.org.br/tag/genocidio-da-juventude-negra/#axzz3VuhUzYmP> há uma tag - genocídio juventude negra - com várias notícias relacionadas a morte dos jovens negros . Não há um consenso quanto ao uso do termo, no dia 20/03/2015, em audiência sobre violação dos Direitos humanos na Organização dos Estados Americanos as entidades Justiça Global e Anceid denunciaram o Estado Brasileiro pelo extermínio da juventude negra (<http://www.geledes.org.br/o-genocidio-da-populacao-negra-pelo-estado-brasileiro-e-denunciado-em-audiencia-da-oea-em-washington-nos-eua/#axzz3VuhUzYmP>). Já a Câmara dos Deputados instalou uma CPI para investigar a Morte e o Deseaparecimento dos Jovens Negros recusando a utilizar termos como



1. Conceito de Raça como construção social e categoria mental da Modernidade, a partir de Quijano

A ideia de raça, vinculada à Biologia, conforme correntes teóricas do século XIX não se sustentam na contemporaneidade. Apesar de no senso comum ainda existirem jargões que remetam a estes conceitos como “tal grupo tem mais predisposição as atividades de atletismo”, “outro grupo são melhores nas disciplinas de matemática”, são manifestações arraigadas de reprodução de discurso do que de validação científica.

Na atualidade, raça é uma construção social diretamente relacionada com as diferenças fenotípicas e os lugares sociais herdados historicamente e que muitas vezes, utiliza-se hoje para manutenção do modelo eurocêntrico de gênero, classe e raça. Segundo Quijano, a ideia de raça, em seu sentido de hierarquização, não tem história conhecida antes da colonização da América. A hipótese é que as diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados tenham sido utilizadas para criar diferenciais entre os grupos. Dentro desta perspectiva:

A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: *índios*, *negros* e *mestiços*, e redefiniu outras. Assim, termos como *espanhol* e *português*, e mais tarde *européu*, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. (Quijano, Aníbal, 2005, p. 202)

Com o passar do tempo, raça ficou diretamente relacionada com os traços

extermínio e genocídio. <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2015/03/26/cpi-da-morte-e-desaparecimento-de-jovens-negros-e-instalada>. Como a proposta deste artigo é dar voz aos silenciados, utilizaremos o termo genocídio



fenotípicos dos colonizados e os colonizadores definiram como características emblemáticas da categoria racial. A colonização da América foi a primeira experiência de hierarquização do Outro, e se iniciou com a Raça, o que legitimou as relações de dominação impostas pela conquista. A expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo a partir do século XIX empreendeu a expansão do eurocentrismo e a naturalização das relações colônias e de superioridade de uma raça em detrimento de outra, normatizando o modelo europeu. Conforme Grosfoguel,

Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial. (Quijano, Anibal, 2005, p. 203)

Para Quijano, raça está diretamente ligada com o êxito da colonização europeia no mundo, pois é a vitória de um modelo que as pessoas acreditam que são naturais os espaços de poder que cada grupo racial ocupa na sociedade e os bônus e ônus que acarretam estes lugares para os grupos subalternizados.

O Brasil, país colonizado por Portugal e que possui na sua formação populacional os negros e os indígenas, construiu um discurso de orgulho por ser um país mestiço. Todavia, na manutenção do poder prevaleceu o modelo eurocêntrico descrito por Grosfoguel - homem branco, capitalista, heterossexual, militar, cristão.

Abordar a questão de raça no Brasil é delicada, remetendo ao início do artigo. Não se fala de raça no Brasil, porque não somos racistas, somos todos mestiços. Qualquer brasileiro médio dirá isto se for abordado para responder a uma enquete, entrevista ou mesmo em um papo informal na presença de alguém. A ideia do mestiço



no imaginário do brasileiro deve-se especialmente às formulações de Gilberto Freyre. A seguir, será explicado este processo de Raça, Racialismo e Mestiçagem no Brasil.

2. Raça como signo

O conceito de raça será utilizado neste trabalho como signo, assim definido pela antropóloga Rita Segato “e, como tal, depende de contextos definidos e delimitados para obter significação, definida como aquilo que é socialmente relevante”. Ao conceituar raça como signo, Segato sustenta que raça tem significante e significado na realidade social concreta, desconstruindo a ideia de raça biológica, porém sustentando que, em sociedades racializadas e pós-coloniais, raça possui um valor simbólico dentro das estruturas sociais.

“Raça é signo” significante produzido no seio de uma estrutura onde o estado e os grupos que com ele se identificam produzem e reproduzem seus processos de instalação em detrimento de e as expensas dos outros que este mesmo processo de emergência justamente secreta e simultaneamente segrega. (Segato, 2005, p. 10)

Todo sistema de signo é relacional. Nas sociedades colonizadas, a questão racial se deu dando significantes positivos ao signo branco e negativos aos outros grupos raciais. Neste processo, os grupos dominantes atribuíram significados negativos ao Outro além de estabelecer uma estrutura responsável por manter outros grupos sociais subalternizados em espaços de menor prestígio econômico e de poder. É desta forma que o signo raça opera dentro das estruturas sociais, os brancos passaram a dominar os espaços de poder em detrimento dos outros grupos, citando mais uma vez Quijano e naturalizou esta práxis.

3. Raça, Racismo e Mestiçagem no Brasil – Breve Panorama

Segundo estatísticas de 1532 até 1850 cerca de 5 milhões de negros chegaram ao Brasil para serem escravizados. Após 1888, a população afrodescendente teve que



encontrar por si só maneiras para sobreviver no país, já que o Estado Brasileiro não elaborou nenhuma política pública de inserção econômica para este segmento.

A hierarquização criada pelo europeu e levada, por meio da colonização, para todos os países colonizados, como defende Ramon Grosfoguel normatizando diferenças superiores e inferiores, cria o racismo assim definido como:

uma hierarquia etnorracial, na qual os grupos construídos/identificados como ocidentais dominam em termos de poder, status e prestígio os grupos etnoraciais construídos e constituídos como não ocidentais, isto é, como “o outro” cultural e/ou biologicamente ‘inferior. (Grosfoguel, 2012, p. 343)

Em Portugal, a mestiçagem entre o homem português junto a mulheres indígenas e negras é uma marca desta colonização. Boaventura de Souza Santos destaca que isto se deve a forma da cultura portuguesa ser fronteiriça, ou seja, há uma forte heterogeneidade interna porque os lusitanos historicamente tiveram contato com os mouros (por conta da ocupação árabe na Idade Média) e com o norte da África. O fato de eles não terem introjetado que o cruzamento entre raças era algo ruim, explica a relação entre colonizador e colonizado nas colônias portuguesas, como no Brasil.

Para os críticos pós-coloniais anglo-saxões a cor da pele é um limite incontornável às práticas de imitação e assimilação porque, consoante os casos, ou nega por fora da enunciação o que a enunciação afirma ou então afirma o que ela nega. No caso do pós-colonialismo de língua oficial portuguesa há que contar com a ambivalência e a hibridação na própria cor da pele, ou seja, o espaço-entre, a zona intelectual que o crítico pós-colonial reivindica para si, encarna no mulato e na mulata como corpo e zona corporal.

O desejo do outro em que Bhabha funda a ambivalência da representação do colonizador não é um artefato psicanalítico nem é duplicado pela linguagem: é físico, criador, multiplica-se em criaturas. A miscigenação não é a consequência da ausência de racismo, como pretende a razão lusocolonialista ou lusotropicalista, mas certamente é a causa de um racismo de tipo diferente. Por isso, também a existência da ambivalência ou hibridação é trivial no contexto do pós-colonialismo português. Importante será elucidar as regras sexistas da sexualidade que quase sempre deitam na cama o homem branco e a mulher negra, e não a mulher branca e o homem negro. (Santos, 2003, p.27)



Gilberto Freyre, ao falar das características gerais da colonização portuguesa no Brasil, já destacava o hibridismo nas sociedades coloniais portuguesas como um triunfo em relação aos ingleses e franceses. “É certo que através de muito maior miscibilidade que os outros europeus, as sociedades coloniais de formação portuguesa têm sido todas híbridas, umas mais outras menos” destaca Freyre (1981) na obra *Casa Grande e Senzala*.

Outro destaque na obra de Freyre, apontado por Boaventura de Souza Santos, no artigo *Entre Próspero e Caliban – Colonialismo, Pós Colonialismo e Interidentidade* é a miscigenação entre o homem branco e a mulher negra ou indígena que vai sustentar a colonização portuguesa. Primeiro, porque o português não tinha gente suficiente para povoar as colônias e também já tinha contato com outros povos africanos que os tornavam mais tolerantes em relação à raça do que outros colonizadores.

Freyre destaca que:

O português (...) por todas aquelas felizes predisposições de raça, de mesologia e de cultura a que nos referimos, não só conseguiu vencer as condições de clima e de solo desfavoráveis ao estabelecimento de europeus nos trópicos, como suprir a extrema penúria de gente branca para a tarefa colonizadora unindo-se com a mulher de cor. Pelo intercuro com a mulher índia ou negra multiplicou-se o colonizador em vigora e dúctil população mestiça, ainda mais adaptável a ele puro ao clima tropical. A falta de gente, que o afligia, mais do que a qualquer outro colonizador, forçando-o à imediata miscigenação – contra o que não o indispunham, aliás, escrúpulos de raça, apenas os preconceitos religiosos – foi para o português vantagem na sua obra de conquista e colonização dos trópicos. Vantagem para a sua melhor adaptação, senão biológica, social. (Freyre, 1981, p. 13)

A relação entre o colonizador e a colonizada negra/indígena, o mulato e a formação do Brasil tendo a família aristocrática como estrutura fundamentou, a partir da década de 30, a formação social do país sob a égide de uma harmonia racial defendida por Freyre.

Há no imaginário brasileiro o mito (por meio do discurso), criado por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*, de que o Brasil é uma democracia racial. Há um consenso na formação racial de que brancos, índios e negros formaram a população



brasileiro. Porém, na década de 60, Florestan Fernandes, Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, comumente chamada escola sociológica paulista, vão defender que a abolição de escravidão do Brasil não incorporou o negro na estrutura econômica do Brasil.

Estes intelectuais vão defender que o processo de abolição no Brasil se deu por uma questão econômica. No processo de transição de um país agrícola, para um país industrializado, o país precisava de uma população consumidora e para isso, era necessário ter trabalhadores assalariados. A esse processo econômico, juntou-se o pensamento positivista do final do século XIX, já citado neste artigo, de que para o Brasil progredir não podia ter a enorme população negra que existia no país no início da República.

A imigração europeia como massa trabalhadora assalariada foi a solução para a questão econômica e também para o enbranquecimento da população brasileira, já que o negro era associado a um ser inferior e atrasado.

O êxito do colonialismo brasileiro é a democracia racial. Gilberto Freyre, ao colocar o mestiço como o símbolo da união das três raças na formação social brasileira, negou que houvesse conflitos raciais diretos no Brasil. O modelo eurocentrizado de poder manteve-se intacto. Os negros ainda conseguiram legitimidade na perspectiva cultural tendo o samba, a música e o futebol alavancados como símbolos nacionais e herdeiros diretos da vinda dos afrodescendentes e os poucos índios que sobraram conquistaram a Funai como 'órgão' para manter suas terras e tentar garantir suas tradições.

O modelo foi naturalizado no imaginário do brasileiro e os imigrantes europeus se beneficiaram rapidamente disto, mesmo com menos tempo no Brasil em relação aos negros e indígenas. O discurso da democracia racial se disseminou por isso mesmo. As relações cordiais entre todos os grupos sociais nos espaços como o futebol, o bar e a vizinhança corroboram para que supostamente não haja racismo no Brasil. Quem nunca ouviu a sentença 'Eu não sou racista, tenho um amigo negro!?' Ela seria o exemplo de que o Brasil não é racista.



Porém, o racismo existe no Brasil porque indicadores socioeconômicos apontam que os negros possuem os piores indicadores no acesso à educação, saúde, moradia e trabalho digno. Estes dados não estão relacionados à questão racial, mas a questões econômicas, ou seja, são uma forma de não se falar de raça e racismo no Brasil.

4. O silenciamento no jornalismo ao se falar do genocídio da juventude negra

O tema racial veio a público no país no início dos anos 2000, com a discussão das políticas de cotas raciais como uma das ações de políticas afirmativas nas universidades públicas brasileiras. Apesar de todas as críticas, positivas ou negativas as cotas, pela primeira vez se discutiu raça e racismo de forma ampla no Brasil e o jornalismo foi um dos campos que deu visibilidade para esta temática.

O jornalismo foi um campo que disseminou a discussão das cotas raciais junto à opinião pública e poderia ser um aliado na questão da morte dos jovens negros. A morte de jovens cresceu muito no Brasil nos últimos 30 anos. Segundo dados preliminares do Mapa da Violência 2014 – em 1980, as mortes por homicídio eram 19,6 a cada 4100 mil jovens e em 2012 alcança o índice de 57,6%.

No Brasil, o homicídio é a principal causa das mortes entre os jovens. A principal faixa etária compreende de 15 a 29 anos; os homens são mais vitimados em relação às mulheres. Além da questão de gênero, a violência no Brasil também tem um componente racial, jovens negros morrem mais do que jovens brancos. Dados de 2014 apontam entre os brancos, no conjunto da população, o número de vítimas diminuiu de 19.846 em 2002 para 14.928 em 2012, o que representa uma queda de 24,8%. Entre os negros, as vítimas aumentam de 29.656 para 41.127 nessas mesmas datas: crescimento de 38,7%. (Flacso, 2014,p. 130).

A análise dos dados aponta que como não houve alteração significativa no total da morte dos jovens, o que ocorre é uma seleção de que tipo de jovem que morre no cotidiano. Ai que entra as questões teóricas raciais que este paper discute desde o início:



Mas, olhando o País como um todo, sem considerar a questão da cor, foi possível constatar que não aconteceram grandes mudanças nas taxas nacionais de homicídio: em 2002, a taxa nacional foi de 28,9 por 100 mil habitantes, e em 2012, de 29,0, quase idêntica.

Podemos concluir, então, que, sem grandes alterações na superfície, no atacado aconteceram profundas transformações na lógica interna da violência que precisa ainda ser trabalhada e aprofundada: a crescente seletividade social dos que vão ser assassinados. (Flacso, 2014, p. 130).

A seletividade social está no segmento da juventude negra que possui 73% mais chance de morrer assassinada do que um jovem branco, segundo dados do Mapa da Violência de 2014. Desde 1979, a Unesco, junto com Instituto Ayrton Senna e o Ministério da Justiça, mapeiam as causas de óbito na juventude brasileira e no final da década de 70, os dados sobre a mortalidade dos jovens negros eram superiores comparado ao segmento branco .

O relatório do Mapa da Violência em 2004 já sugeria que os meios de comunicação poderiam exercer uma influência positiva junto à opinião pública para a mudança deste quadro.

Sem dúvida, os meios de comunicação possuem um papel estratégico na superação dessa problemática. A televisão, o rádio e a imprensa escrita ocupam um lugar fundamental na disseminação de conhecimentos sobre o tema da violência juvenil e a divulgação de experiências inovadoras de prevenção existentes no Brasil. A mídia tem a capacidade de despertar a discussão pública sobre o tema, bem como divulgar informações para que a sociedade observe os princípios dos direitos humanos e as várias recomendações internacionais sobre o assunto. (Waiselfisz, 2004, p.8)

Todavia tanto a imprensa e o poder público ainda não conseguiram reverter este quadro, principalmente entre os jovens negros. As estatísticas comprovam que a cada ano, mais jovens negros morrem em decorrência da violência. É provável que o jornalismo utiliza-se da naturalização do euro centrismo para não se falar de raça, de racismo gerando um silenciamento da morte dos jovens negros nos noticiários. Desta



forma, não se vincula questões históricas raciais do nosso país com a violência que a população negra em geral sofre, e que neste caso, vítima a mais os jovens negros²⁶⁹.

Para exemplificar este silenciamento, este paper trará dois casos concretos: o programa juventude viva e a chacina no bairro Cabula ocorrida em fevereiro de 2015.

5. O programa juventude viva como valores-notícias

A imprensa brasileira passou a abordar na última década a questão racial devido às políticas de ações afirmativas. A grande mídia, de forma geral, se posicionou contra estas ações porque no Brasil com o principal argumento de que todo mundo no Brasil é negro, porque somos um país mestiço.

Por deficiência até na formação dos jornalistas e também por este segmento social representar a elite com pensamento eurocêntrico e colonizado, recusou-se a problematizar melhor as ações afirmativas impossibilitando de desconstruir os significantes negativos ao signo negro.

A juventude negra convive com dois grandes problemas sociais: o alto índice de mortes que a acomete e, por outro lado, os crimes hediondos cometidos por este grupo. Como já explicitado, por meio de várias pesquisas, os jovens negros morrem mais do que os brancos e, em sua maioria, são vítimas de assassinato.

Porém, há também a violência exercida pelo jovem negro. A pauta sobre a violência sofrida pela juventude negra é pouco discutida no jornalismo. Entretanto, a violência protagonizada por estes garotos é exaustivamente midiaticizada.

Numerosas pesquisas apontam o elevado índice de representação dos negros no sistema carcerário, desde os sistemas de reabilitação juvenil às famosas cadeias para adultos, porém, outros dados apontam que só 2% dos jovens infratores cometem crimes

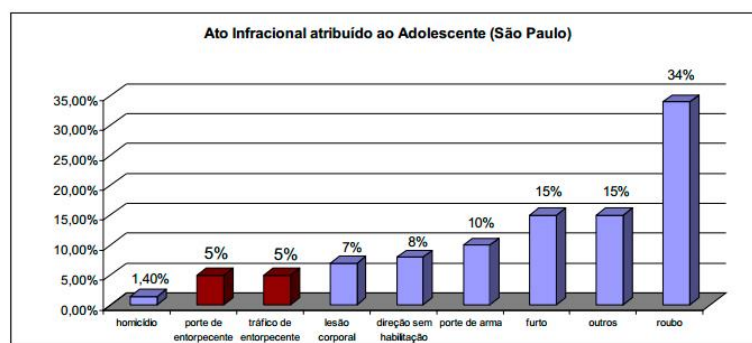
²⁶⁹Aqui cabe ressaltar a fala de Orlandi (2009) como uma hipótese dos motivos que as relações raciais não entra no discurso jornalístico. “Todo dizer (e não dizer) é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa. Nas palavras dos sujeitos (...) o discurso é o lugar do trabalho da língua e da ideologia. (Orlandi, 2009, p.38)



hediondos. Entretanto, como valores notícias e agendamento²⁷⁰ realizado pelos jornais, só os crimes hediondos entram na pauta. Isto recrudescer o debate sobre o aumento da maioridade penal como uma forma de coibir estes crimes efetuados por menos de 2% dos jovens. Segundo relatório da Unicef de 2007 os homicídios são crimes de exceção cometidos por jovens.

Dos crimes praticados por adolescentes, utilizando informações de um levantamento realizado pelo ILANUD [*Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquent*] na capital de São Paulo durante os anos de 2000 a 2001, com 2.100 adolescentes acusados da autoria de atos infracionais, observa-se que a maioria se caracteriza como crimes contra o patrimônio. Furtos, roubos e porte de arma totalizam 58,7% das acusações. Já o homicídio não chegou a representar nem 2% dos atos imputados aos adolescentes, o equivalente a 1,4 % dos casos.²⁷¹

Graficamente é possível verificar estes dados:



Fonte: ILANUD

A grande imprensa não debate o baixo índice de homicídios cometidos pelos jovens e também não discute os dados da maior probabilidade de um jovem negro morrer por conta da violência. Sobre estas duas temáticas fez-se uma pesquisa

²⁷⁰O termo agendamento é proveniente do inglês Agenda Setting. Esta teoria se insere na tradição funcionalista dos estudos norte-americanos em comunicação, que tem como ponto nodal a análise e detecção das funções e dos efeitos causados pelos meios de comunicação sobre a audiência, tradição que é designada por alguns autores como mass communication research (WOLF, 1985)

²⁷¹Extraído da Reportagem de Vinicius Bocato, Razões para não reduzir a maioridade penal, publicado na Revista Fórum link <http://revistaforum.com.br/blog/2013/04/razoes-para-nao-reduzir-a-maioridade-penal/>. Acessado em 15/05/2013



preliminar no site de busca Google. O objetivo era verificar por meio das palavras-chaves – juventude viva – e – maioria penal – quais vinham relacionadas como notícia dentro dos veículos de comunicação.

O termo juventude viva faz referência ao programa do governo federal²⁷² que tem como objetivo reduzir a alta mortalidade dos jovens negros. A ação foi lançada em dezembro de 2012 e começou no estado de Alagoas, que como dito anteriormente neste artigo, é a unidade da federação com o maior índice de mortes de jovens, inclusive negros.

Dos 100 primeiros links que apareceram como resultado em apenas 8 o termo juventude viva está relacionada como notícia em portais de comunicação midiáticos. Os links estão relacionados a portais do governo federal, instituições não governamentais, partidos políticos e blogs de opinião. Já o termo maioria penal²⁷³ aparece como valor-notícia em 65 links do total de 100. Fica evidente que a maioria penal entra como valor notícia no jornalismo brasileiro em detrimento da campanha Juventude Viva.

Ao se fazer esta breve pesquisa, verificou-se que a primeira não entra como valor-notícia no jornalismo e a segunda entra imediatamente. Quais são os motivos? Se

²⁷²O programa Juventude Viva foi lançado em dezembro de 2012 pelo governo federal. O foco são os jovens negros de 15 a 29 anos do sexo masculino, em sua maioria com baixa escolaridade, que vivem nas periferias dos centros urbanos. Além disso, rapazes em situação de exposição à violência, como aqueles que se encontram ameaçados de morte, em situação de violência doméstica, em situação de rua, cumprindo medidas socioeducativas, egressos do sistema penitenciário e usuários de crack e outras drogas também são público do Juventude Viva. O plano prioriza 132 municípios brasileiros, distribuídos em 26 estados e no Distrito Federal, que em 2010 concentravam 70% dos homicídios contra jovens negros. A relação inclui as capitais de todos os estados brasileiros. Na primeira fase de implementação, as ações estão voltadas aos jovens de quatro municípios de Alagoas: Maceió, Arapiraca, União dos Palmares e Marechal Deodoro. Mais informações no site <http://www.juventude.gov.br/juventudeviva/>

²⁷³A responsabilidade penal, ou seja, o dever jurídico de ser penalizado por cometer um delito ocorre no Brasil aos 12 anos e a maioria penal aos 18, segundo o artigo 228 da Constituição Federal de 1988, pelo artigo 27 do Código Penal e pelos artigos 102 e 104 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA [Lei nº 8069/90]. Os crimes praticados por menores de 18 anos são considerados atos infracionais e os jovens cumprem medidas socioeducativas. A polêmica que divide a sociedade é que a maioria penal deve ser diminuída para 16 anos.



for analisar as categorias por critérios de noticiabilidade Wolf (1985) classifica os tipos de interesse para um assunto ser noticiável:

- **Categorias substantivas:** importância dos envolvidos, quantidade de pessoas envolvidas, interesse nacional, interesse humano, feitos excepcionais.
- **Categorias relativas ao produto:** brevidade (dentro dos limites do jornal), atualidade, novidade, organização interna da empresa, qualidade (ritmo, ação dramática), equilíbrio (diversificação de assuntos).
- **Categorias relativas ao meio de informação:** acessibilidade à fonte/local, formatação prévia de manuais, política editorial.
- **Categorias relativas ao público:** plena identificação de personagens, serviço/interesse público, protetividade (evitar divulgar suicídios, etc.).
- **Categorias relativas à concorrência:** exclusividade ou furo, gerar expectativas, modelos referenciais.

Tanto o assunto Juventude Viva quanto maioridade penal podem ser analisados dentro das categorias substantivas porque são dimensões de interesse nacional e interesse humano. A maioridade penal entra como valor-notícia dentro dos jornais porque possui estas características. O programa Juventude Viva e os seus desdobramentos não entram como valores-notícia mesmo tendo as mesmas características de a maioridade penal.

A maioridade penal é exaustivamente noticiada nos meios de comunicação. Como o jornalismo não consegue contextualizar esta temática, como foi apontado por Silva (2012) informações sobre o número de jovens que cometem crimes hediondos, como se dá a legislação internacional sobre jovens infratores, gastos com saúde pública, medidas socioeducativas, custo para o Estado e o próprio sistema carcerário são debatidos de forma superficial e sem profundidade. Isto gera como resposta da população o maniqueísmo: ser contra ou a favor da maioridade penal.

O programa juventude viva pretende diminuir a morte de 33 mil jovens negros que são assassinados no Brasil anualmente. É uma política pública que quer melhorar as condições socioeconômicas destes jovens garantindo os direitos constitucionais: acesso à saúde, educação, moradia, lazer, trabalho e dignidade humana.



6. O silenciamento jornalístico na chacina da Cabula

Na madrugada do dia 06 de fevereiro de 2015, 13 jovens negros foram assassinados por policiais militares no bairro Cabula, na cidade de Salvador. Segundo o jornal *A Tarde* houve troca de tiros entre os policiais e os suspeitos porque havia uma denúncia de que os suspeitos assaltariam uma agência bancária da região.

Todos os suspeitos morreram. Eram homens, jovens, na faixa de 15 a 29 anos e negros. O único jornal é repercutir a chacina da Cabula foi o portal G1²⁷⁴ replicando a matéria que foi produzida pela sucursal da Bahia. Os meios midiáticos relacionados a grupos de esquerda como a Revista Fórum²⁷⁵ e na Carta Capital²⁷⁶ foi publicada uma nota pública do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente repudiando a chacina.²⁷⁷

Os outros canais midiáticos que repercutiram a chacina estão diretamente relacionados ao movimento negro ou direitos humanos²⁷⁸. No que tange a grade mídia como a Folha de São Paulo houve um silenciamento sobre o caso. Utilizando a metodologia de Análise de Conteúdo, numa perspectiva quantitativa, num período de 30 dias de 07 de fevereiro de 2015 a 07 de março de 2015 só saiu uma nota, no jornal Folha de São Paulo sobre este assunto na versão impressa. Todavia, não houve nenhuma discussão ou debate nem na perspectiva dos direitos humanos e muito menos na do racismo. Ao não divulgar esta notícia, o jornalismo se exime de debater junto à opinião

²⁷⁴ Segue a reportagem <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/02/policiamento-no-cabula-e-reforcado-apos-12-mortes-em-confronto-policial.html>

²⁷⁵ Segue reportagem <http://www.revistaforum.com.br/blog/2015/02/segundo-testemunha-vitimas-da-chacina-do-cabula-na-bahia-estavam-desarmadas/>

²⁷⁶ Segue a nota pública <http://negrobelchior.cartacapital.com.br/2015/03/03/nota-publica-do-conanda-sobre-chacina-do-cabula-em-salvador/>

²⁷⁸ Sites como Correio Nagô, Geledés, Blogueiras Negras, Portal Áfricas noticiaram e repercutiram esta chacina como mais uma caso de genocídio da juventude negra.



pública as implicações que o mito de democracia racial gera no que tange a violência. Um exemplo claro é o discurso muito utilizado pelo senso comum de que não é possível identificar quem é branco ou negro no Brasil. E sabe o que um jovem que mora na periferia irá responder: pergunte ao policial que ele saberá!

Todo estereótipo que o jovem negro carrega é histórico. Aos negros foi dado um lugar social desfavorecido para a manutenção do status quo da elite brasileira. Este lugar é pobre, feio e desprovido de bens materiais. Então, no Brasil as questões social e racial estão imbricadas, mas são insuficientes para se tornar valores-notícia dentro do jornalismo.

Esta práxis no jornalismo perpetua a hierarquização das raças, a naturalização do modelo europeu e não possibilita dar significado positivo ao signo negro. A melhor proposição para o jornalismo, no rompimento do silêncio sobre o racismo, seria a prática do fenômeno denominado eficácia comunicativa proposto por Rita Segato quando no debate das cotas raciais:

Se a cor da pele negra é um signo ausente do texto visual geralmente associado ao poder, à autoridade e ao prestígio, a introdução desse signo modificará gradualmente a forma em que olhamos e lemos a paisagem pelos ambientes que transitamos. À medida que o signo do negro, o rosto negro, se fizer presente na vida universitária, assim como em posições sociais e profissões de prestígio onde não se inseria, essa presença tornar-se-á habitual e modificará as expectativas da sociedade. (Segato, 2002, p. 10)

Pensado em uma sociedade plural, multiétnica, latina e brasileira, o jornalismo nacional poderia romper com o pensamento eurocentrizado e colonial e praticar uma nova fórmula a partir de um olhar descolonizado, antirracista e com o olhar no Outro – mulheres, indígenas e negros. Seguindo a ideia do Grosfoguel, o jornalismo poderia rumar para uma transmodernidade descolonial (2012) contemplando estes sujeitos que historicamente foram subalternizados.



Referências Bibliográficas

CASHMORE, Ellis. Dicionário das relações étnicas e raciais. Trad. Dinah Kleve – São Paulo: Summus, 2000.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. 3.ed. São Paulo, 1989.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.

GROSGOUEL, Ramon. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial in Revista Contemporânea, v. 02. Jul-Dez 2012. P. 337-362

HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. O negro no Brasil de hoje. São Paulo: Global, 2006.

ORLANDI, Eni P. Análise do discurso: princípios e procedimentos. 8ª ed. Campinas: Pontes, 2009.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina . *En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org).* Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. A invenção do “ser negro”: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade do negro. São Paulo: Educa/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SEGATO, Rita. Raça é Signo. Série Antropologia. Brasília, 2005

SODRÉ, Muniz. O Monopólio da Fala: função e linguagem da televisão do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1ª ed. 1977.

_____. Claros e Escuros: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

TRAQUINA, N. Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2 ed, v.1, 2005.

TRAQUINA, N. Teorias do jornalismo: uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2 ed, v.2, 2008.



WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2012 - Os novos padrões da violência homicida no Brasil. Instituto Sangari. São Paulo, 2012.

WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação. Lisboa: Editorial Presença, 1985.



A Prática Da Invisibilidade Social Sobre As Áreas De Concentração De Pobreza Na Imprensa De Blumenau (SC)

Magali Moser²⁷⁹

Jorge Kanehide Ijuim²⁸⁰

Resumo: Diante da imagem de cidade rica, polo industrial e detentora de um dos melhores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do País, a cidade de Blumenau/SC esconde outra realidade por trás dos morros. O processo de exclusão associado a práticas de higienização social adotadas em todo o país se repetem no município conhecido por ostentar títulos como “Europa brasileira” e “Loira Blumenau”. Mas os contrastes observados em Blumenau são chocantes: dados do IBGE colocam a cidade como a maior possuidora de habitantes em favelas do Estado. No entanto, a invisibilidade social das áreas de concentração de pobreza alcança também a imprensa. Como a questão dificilmente vem à tona, é como se o problema não existisse. A intenção deste artigo é provocar o debate a respeito dessas práticas no jornalismo e problematizar a questão do deslocamento de populações numa clara demonstração de que para o poder público ao longo do tempo, a prioridade é remover e não resolver a situação. Com base numa amostra de textos publicados pela mídia, pretendemos discutir os porquês para o silêncio da imprensa regional para a exclusão social em Blumenau. A proposta de reflexão do trabalho se ampara nos conceitos de reportagem, jornalismo libertador e nas ideias de Boaventura de Sousa Santos.

Palavras-chave: Jornalismo e sociedade, Reportagem, Silêncio sobre a pobreza, Invisibilidade social, Blumenau.

1. Para além de um “Vale Europeu”

Uma outra Blumenau se esconde por trás da marcada pelas raízes alemãs, de gente galega, pele branca e olhos claros. Conhecida nacionalmente pela Oktoberfest – propagada como a segunda maior festa alemã do mundo, atrás apenas da de Munique, na Alemanha – o município no Vale do Itajaí constitui um dos polos econômicos mais significativos do Estado. Líder catarinense da geração de empregos por quatro anos

²⁷⁹ Jornalista, especialista em Estudos Literários, mestranda do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professora do Curso de Jornalismo da Universidade Regional de Blumenau (FURB) - magali.moser@gmail.com.

²⁸⁰ Jornalista, doutor em Ciências da Comunicação/Jornalismo pela Escola de Comunicação e Artes da USP; Professor do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - ijuim@cce.ufsc.br.



consecutivos (2011 a 2014)²⁸¹ e detentora da sétima posição na classificação de todos os municípios brasileiros, incluindo as capitais, a terceira cidade mais populosa do Estado. Apresenta um dos melhores PIBs de Santa Catarina, com destaque nacional em diversos setores econômicos, como o têxtil e a informática. É reverenciada pelas tradições germânicas trazidas desde a chegada do farmacêutico responsável por batizar a então colônia, Hermann Blumenau, em 1850.

Embora costumeiramente aclamado como “herói”, há facetas escondidas na vida de Hermann que merecem aprofundamento e pesquisa. Uma delas se configura na sua proibição da circulação de jornais na Blumenau Colônia. Documentos históricos dão conta de que o fundador Hermann Blumenau era contra a veiculação de jornal, pois temia abusos e transtornos no seu empreendimento²⁸². “Não desejava, pois, no seio da família blumenauense, tal instrumento de ódios e dissensões partidárias.”

O fato talvez explique porque a imprensa na cidade foi instituída com atraso, 31 anos após a fundação da colônia, em 1881, com a criação do jornal *Blumenauer Zeitung*, editado em língua alemã e fundado por Hermann Baumgarten. Possivelmente também ajude a entender práticas conservadoras ligadas à imprensa em Blumenau até hoje, como o fato de a cidade, embora considerada a terceira maior do Estado, tenha apenas um único jornal diário em circulação, e a resistência em abordar os problemas sociais que a acompanham. Questões históricas à parte, apesar dos indicadores positivos que colocam a cidade como referência, a realidade encontrada atrás dos morros destoa da imagem vendida nos cartões postais e inclusive em reportagens sobre Blumenau, considerando este o gênero jornalístico mais adequado para desvendar a realidade (LLOMBART, 2011).

Blumenau é a cidade catarinense com maior número de favelas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base no Censo 2010, o

²⁸¹ De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, com base em dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). O município é líder do ranking estadual de geração de empregos, com 4.777 registros movimentados ano passado.

⁴ O número é resultado da pesquisa desenvolvida pela assistente social Jacqueline Samagaia (UFBA) em conjunto com a jornalista Magali Moser em 2010 e publicada na Revista Blumenau em Cadernos, do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, de Blumenau, em março daquele ano com o título O Processo de Favelização em Blumenau.

⁵ Centenário de Blumenau. P 318



município possui mais habitantes que residem nas chamadas “aglomerações urbanas subnormais”: um total de 23.131 dos estimados 330 mil moradores do município. Os residentes em áreas de concentração de pobreza⁵ são 7,5% da população. Sabe-se que este é um exemplo entre tantos outros das cidades brasileiras. Mas talvez pelos números positivos que apresenta Blumenau como líder na geração de empregos do Estado e pelos indicadores econômicos e de qualidade de vida, os contrastes observados no município sejam ainda mais chocantes.

A cidade enfrenta o desafio de crescer de forma organizada e incluyente. As precárias condições de moradia e infraestrutura somam pelo menos 47 áreas²⁸³ responsáveis por formar um abismo social entre a periferia e a imagem criada nos jornais. Este artigo se propõe a pensar de que maneira o Jornalismo pode contribuir para discutir o assunto. Além disso, propõe reflexões acerca da reportagem como formato capaz de gerar a contextualização necessária sobre a temática. Apesar de ter ocupado na década de 1980 o primeiro lugar no ranking nacional do IDH, Blumenau perdeu a posição especialmente pela crise no setor têxtil, como observam THEIS e ZENI (2000). Mas destaca-se ainda. Em relação aos 193 municípios catarinenses, a cidade ocupa a 7ª posição no levantamento.

O processo de ocultação da pobreza segue as práticas de remoções para “limpar a paisagem”, observadas no restante do país e remonta ao ano de 1949, com a transferência dos moradores da primeira favela de Blumenau, a Farroupilha, no Centro, às margens do Rio Itajaí Açu, para áreas afastadas, numa clara demonstração de que a prioridade do poder público era remover e não resolver a questão. Às vésperas das comemorações do centenário da cidade (1950), o então prefeito municipal, Frederico Guilherme Busch, acatou a recomendação de comissão constituída na Câmara de

²⁸³ De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, com base em dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). O município é líder do ranking estadual de geração de empregos, com 4.777 registros movimentados ano passado.

⁵ De acordo com o Censo, Blumenau possui 17 aglomerados. São eles: Cidade Jardim I e II, Coripós, Lot. Sol Nascente Morro da Figueira, Morro do Laguna, Morro do Valério, Morro Dona Edith, Rua Araranguá, Rua Benjamin Franklin, Rua Gervásio João Sena, Rua Gustavo Zeck, Rua Pedro Krauss Senior (Beco das Cabras), Toca da Onça, Vale do Selke, Vila Bromberg, Vila Jensen e Vila União. O número 47 é resultado da pesquisa feita pela autora juntamente com a assistente social Jacqueline Samagaia, publicado na Revista Blumenau em Cadernos em abril de 2010.



Vereadores com a remoção dos moradores daquela comunidade. Eles foram transferidos para áreas periféricas e precárias que tinham em comum o fato de estarem atrás dos morros e distantes da paisagem central, as Ruas Pedro Krauss Sênior, no Bairro Vorstadt, e Araranguá, no Garcia. Pretende-se aqui provocar o debate a respeito dessas práticas no jornalismo desde o deslocamento em 1949 das 102 famílias (cerca de 600 moradores) que residiam na Favela Farroupilha, sem quaisquer problematização por parte dos jornais na época, que se limitaram a registrar o episódio – talvez por a medida ser comum em outros centros urbanos naquele momento.

Araci Manoel Ponciano é testemunha de que historicamente Blumenau esconde seus pobres. Moradora da primeira favela na cidade, a Farroupilha, próximo à Ponte de Ferro, ela foi deslocada para a Rua Pedro Krauss Sênior. Perdeu a casa na tragédia de 2008 e foi parar num abrigo provisório. A trajetória da octogenária exemplifica os impactos da falta de uma política habitacional eficaz para as populações de baixa renda. Em entrevista concedida por ela à autora em 2010 para o artigo A indisfarçável favelização em Blumenau, publicado na Revista Blumenau em Cadernos, do Arquivo Histórico de Blumenau, em abril daquele ano, Araci desabafou: “Fomos despejados como animais. Saímos com uma mão na frente e a outra atrás”. O objetivo era instituir, no local da Favela Farroupilha, um loteamento com residências de alto padrão a serem vendidas a terceiros (A NAÇÃO, 1949, p. 2, 6ª coluna).

[...] o histórico da pobreza em Blumenau, ao se explicitar espacialmente como questão urbana, tem início já no final da década de 1920, mais especificamente em 1929, quando o processo de industrialização local estava se consolidando. O primeiro aglomerado que surgiu em condições “ilegais” do ponto de vista da aquisição dos terrenos, situava-se bem no centro da cidade, ao lado da ponte de ferro (hoje Ponte Aldo Pereira de Andrade) que outrora era passagem do trem. A ocupação do local tem relação direta com a construção da ponte de ferro, levando-se em conta que grande parte dos moradores da localidade eram operários que trabalhavam na sua construção. A pequena comunidade chegou a abrigar 102 famílias e foi autodenominada pelos próprios moradores de “Favela Farroupilha”, como ficou conhecida na cidade. (SAMAGAIA, 2010, p. 105).



Para o historiador Marcos César Muniz, cujo trabalho de conclusão do curso de graduação em História foi sobre a Favela Farroupilha, em 2007, na Furb, cria-se assim um apartheid social em Blumenau. Os não bem quistos, os pobres, chamados migrantes ou "os de fora" são isolados ou afastados do convívio direto com o restante da sociedade: A exclusão socioespacial se dá como algo natural. Os pobres devem viver distantes do Centro da cidade, do centro das discussões. A iniciativa de "varrer" os pobres do Centro era uma prática adotada no país inteiro na época. A busca pelo projeto "modernizante" com enfoque higienista, importado da Europa, servia de modelo na tentativa de "eliminação" dos pobres dos centros urbanos. Em Blumenau, a particularidade fica por conta dos morros e por essas áreas terem sido escondidas por tanto tempo.

O terreno onde ficava a antiga favela foi reflorestado, contribuindo para a apagamento da memória coletiva sobre o episódio. “O favelamento no Centro da cidade estava aumentando e por isso deveria ser escondido. É (...) esconder a pobreza atrás dos morros e colocar o pobre como o responsável pelos problemas existentes”, avalia a historiadora Evemara Faustino em artigo publicado, em 2002, na revista Blumenau em Cadernos. Mais de 60 anos após a medida, as duas áreas para onde os moradores foram removidos ainda concentram parte da população excluída do município, o que ratifica a ideia de que o deslocamento agravou o problema. O maior conglomerado de moradores em situação de pobreza em Blumenau é o da Rua Araranguá, bairro Garcia, com 3.741 habitantes, conforme do IBGE.

Esconder e maquiar os contrastes acompanham Blumenau desde a Favela Farroupilha e persistem. Em 2002 o jornal alternativo de circulação nacional O Pasquim fez uma entrevista com o então prefeito de Blumenau Décio Lima (PT) que foi publicada com a seguinte manchete: “Blumenau é uma cidade sem favelas”. A pesquisa nas páginas dos jornais reforça a dificuldade da imprensa abordar o tema com aprofundamento e contextualização.

Raramente o jornalismo praticado na cidade consegue romper o silêncio sobre a existência dessas comunidades e abordar o assunto com a complexidade exigida. Como a questão dificilmente vem à tona, é como se não existisse. O senso comum reforça a



ideia de que não há moradores em condições de risco e a concepção de “cidade jardim” ou “Vale Europeu” se mantém. As áreas de concentração de pobreza raramente aparecem na cobertura jornalística. Quando citadas, surgem de modo pejorativo. O silenciamento sobre essas comunidades, geralmente periféricas e distantes dos interesses econômicos disputados pelos jornais, costuma ser quebrado apenas quando há movimentos específicos que tomam dimensão para além daquelas áreas, de modo que se torna inevitável a cobertura pela imprensa.

Está longe de ser uma exclusividade de Blumenau. Em janeiro de 2014 a ocupação Amarildo, em Florianópolis, ganhou as páginas do Diário Catarinense, do Grupo RBS. A cobertura teve destaque nas edições dos meses de janeiro e fevereiro especialmente no espaço assinado pelo colunista político Moacir Pereira. O tom dos textos foi marcado por julgamentos, a começar pela escolha de termos impregnados de carga negativa que legitimam a expulsão dos ocupantes do terreno, como “invasões ilegais”. Em 21 de janeiro, na página 6, o colunista finalizou uma nota sobre o caso da seguinte maneira:

“A cada dia surge uma nova barraca, novas ações guerrilheiras estão programadas, segundo a prefeitura. Os organizadores estariam criando grupos entre os invasores para, no caso de execução da reintegração de posse, invadirem diversas áreas públicas espalhadas pela Ilha. De preferência nas praias mais valorizadas. Depois disso, só falta invadirem casas de verão no Norte da Ilha.”

As críticas ao movimento se fortaleceram. Em 7 de fevereiro, na página 6, o colunista voltou a ser agressivo:

“Invadir propriedade particular na Ilha, na principal via de acesso às praias, para ocupar um imóvel na mais valorizada região urbana, sob o pretexto de reforma agrária é motivação infantil e ridícula, é conversa para boi dormir. É realmente incrível a desfaçatez com que certas seitas esquerdistas agridem a inteligência da maioria.”

Há de se registrar aqui a discordância dos autores em relação a escolha de termos como invasão e invasores, deturpando a imagem do movimento e criando a ideia de que a “invasão” assumia o significado de roubo.

Em Blumenau, as 47 áreas de concentração de pobreza saem do silêncio para serem pautas também em situações extremas, geralmente ligadas a desastres e tragédias,



como casos de deslizamentos. Um exemplo que corrobora a constatação foi o problema no abastecimento de água em final de janeiro de 2014, justamente no período em que a cidade chegou a registrar temperaturas de 40° em dias típicos de verão tornando a situação ainda mais difícil para as comunidades afetadas. A falta d'água durou pelo menos quatro dias (conforme as informações publicadas pela imprensa) e atingiu oito bairros e cerca de 50 mil pessoas, principalmente moradores dos morros Dona Edith e Figueira, no Bairro Velha Grande, uma das áreas que concentra a maior problemática social na cidade, com deficiências básicas de infraestrutura como esgoto a céu aberto, falta de creches, déficit habitacional e ocupações irregulares.

O problema enfrentado pelos moradores só veio à tona após várias manifestações feitas pela comunidade incluindo protestos com o bloqueio de ruas. Na edição do Jornal de Santa Catarina do dia 27 de janeiro o assunto foi manchete: “Moradores reagem à falta d'água na Velha”. Nas páginas internas, o subtítulo da reportagem, no entanto, dá ênfase para conotação negativa ao associar o movimento à violência, ainda que de forma indireta: “Polícia Militar teve que conter protesto de moradores do Morro Dona Edith”. Esta associação reforça preconceitos e estereótipos em relação às comunidades pobres.

A cobertura sobre o caso ganhou destaque ainda na edição de final de semana, dias 8 e 9 de fevereiro, quando o Loteamento Vila Jensen, na Itoupava Central, também listado entre as 47 áreas de concentração de pobreza, foi centro da discussão.

“No Loteamento Vila Jensen, na Itoupava Central, a água é o despertador que acorda as famílias na madrugada, sem horário previamente acertado. Quando sobe os canos até as caixas d'água no alto dos morros, os barulhos do líquido arrancam famílias inteiras do sono e da cama. Nas três casas coladas do lote 27 as noites mal dormidas fazem parte da rotina de quem não pode descansar direito em vigília pela água que virá”.

A cobertura também faz pensar sobre como os jornais cobrem os temas que envolvem as populações mais carentes. Sabe-se que há uma grande resistência em mostrar conteúdos positivos sobre a vida em comunidades periféricas ou reivindicações que pressionem governos por serviços públicos. No caso verificado em fins de janeiro



de 2014, há o reconhecimento de que a comunidade só se tornou pauta em função da mobilização criada em torno de um problema crônico. No entanto, muitas outras questões relacionadas àquela área poderiam ser pauta e dificilmente veem à tona.

Talvez o principal problema na cobertura jornalística dessas áreas esteja em contextualizar os assuntos tratados de modo a não parecer que o problema da falta d'água, por exemplo, seja isolado ou desconexo da realidade em que estão inseridos. Historicamente, a Rua Araranguá, um dos destinos dos moradores da primeira favela na cidade, canaliza problemas de ordem social, desde que passou a ser o destino dos moradores da primeira favela da cidade – é a comunidade que mais reúne afrodescendentes na cidade de acordo com dados do IBGE. No entanto, essa realidade quase não aparece problematizada na cobertura jornalística sobre aquela comunidade. Sem contextualização, os textos sobre a região aparecem de forma fragmentada, isolada, destoam da realidade.

O problema das ocupações irregulares ganhou repercussão nacional no final de novembro de 2008 com o caso batizado pela mídia na época como “a maior tragédia climática do Brasil”. O termo é criticado por especialistas. Na avaliação deles, culpar as chuvas pelo episódio é postura equivocada. O fato só teria tomado a dimensão alcançada pela histórica falta de políticas públicas direcionadas para o déficit habitacional na cidade, defendem. Os deslizamentos causaram a morte de 24 pessoas só em Blumenau e a destruição de centenas de casas. Segundo a professora Jacqueline Samagaia, cuja tese de doutorado em Geografia na UFSC foi sobre as reconfigurações da pobreza em Blumenau, o maior número de famílias atingidas pelo desastre foi, visivelmente, a de trabalhadores empobrecidos residentes em áreas de morros, nas periferias e já vinham, há anos, solicitando respostas da administração pública de forma organizada para a situação.

2. Reportagem e inclusão

Reportagem é onde o jornalismo pulsa em plenitude. Considerado o gênero jornalístico mais nobre, carrega a própria essência da atividade jornalística, com o



desafio de esgotar um fato em um relato ampliado. Tido como o lugar por excelência dos anônimos, a reportagem rompe com a superficialidade ao abrir espaço para a pluralidade de vozes e, como consequência, a possibilidade de compreender a questão apresentada em profundidade (LAGE, 2001). Requer abordagens múltiplas e conexões com o passado e presente.

A pressa e a cultura do texto fragmentado a que está submetida a cultura jornalística impedem a reflexão de informações que carecem de análise. Conforme sugere LLOMBART, *como e por que* ocorreu um evento é o propósito da reportagem. A reportagem só chegou aos jornais nos anos 1920. Observação, narrativa envolvente e valor documental são elementos obrigatórios do gênero. SODRÉ e FERRARI elencam as principais características de uma reportagem: predominância da forma narrativa, humanização do relato, texto de natureza impressionista e objetividade dos fatos narrados.

Conforme o assunto ou o objeto em torno do qual gira a reportagem, algumas dessas características poderão parecer com maior destaque. Mas será sempre necessário que a narrativa (ainda que de forma variada) esteja presente numa reportagem. Ou não será reportagem.

Reportagem é interpretação do fato jornalístico, como define Cremilda Medina. Nela, o jornalista se livra da “ditadura do ontem”. Pode eternizar o que escreve: enquanto a notícia registra o aqui, o já, o acontecer, a reportagem interpretativa determina um sentido desse aqui num círculo mais amplo, reconstitui o já no antes e no depois, deixa os limites do acontecer para um estar acontecendo atemporal ou menos presente (MEDINA, 1973, p.7). Reportagem também é o espaço para os que não têm voz. Os excluídos, os mais fracos, os desgraçados, os miseráveis, as vítimas, os que estão à margem do sistema.

A autora Begoña Echevarría Llombart defende que esse gênero jornalístico nos dá pistas para compreender a realidade em que vivemos em profundidade e o que há por trás da notícia. “A reportagem é a forma futura do jornalismo escrito. Frente à competência dos novos meios audiovisuais, capazes de dar informação oportuna e rápida, a reportagem permite chegar aos dados a fundo, suas causas e todos os seus



pormenores” (LLOMBART, 2011, p. 19). Para a autora, “se a notícia é uma fotografia da realidade, a reportagem é uma radiografia da mesma, uma possibilidade de diagnóstico, que o jornalista oferece ao leitor” (2011, p.19).

No entanto, a crise que atingiu a imprensa nos últimos anos reduziu drasticamente as redações e o espaço concedido à reportagem. O jornalista argentino Tomaz Eloy Martinez constata: "o jornalismo nasceu para contar histórias e parte desse impulso inicial, que era a sua razão de ser e seu fundamento, está se perdendo".

A reportagem perdeu espaço nos jornais diários diante da alegação de limitações orçamentárias e comprometimento com a rotina burocrática e apressada das redações. Com isso, jornalistas se prenderam a fontes oficiais como assessorias de imprensa e secretarias de comunicação. A ausência da reportagem e a redução da capacidade analítica dos textos ajudaram a transformar os produtos jornalísticos em objetos de entretenimento. É preciso reconhecer na reportagem um dos fundamentos do próprio jornalismo.

3. Rompendo a invisibilidade no jornalismo

O jornalismo como o conhecemos hoje remonta à experiência europeia no século XVII, como já verificamos anteriormente (IJUIM, 2014). Serviu inicialmente aos interesses econômicos e difusão de ideias da burguesia. A transformação do fazer jornalístico de atividade artesanal à empresa de comunicação de massa seguiu o pensamento predominante do século XIX – Positivismo comteano – e estabeleceu parâmetros semelhantes a uma fábrica do sistema capitalista.

A evolução dos meios de comunicação exigiu a adoção de métodos e de processos fabris que permitissem maiores tiragens e em periodicidade mais curta. Também foi necessária a formação de profissionais com a rapidez que essa demanda determinava. A inevitável padronização do fazer jornalístico, ao mesmo tempo em que propiciava regularidade ao material publicado, colocava em risco sua densidade e a necessária contextualização. A departamentalização das indústrias (cartesiana) é transferida às empresas de comunicação na forma de setorização, editorias, para concentrar esforços em assuntos



preestabelecidos, muitas vezes “fechando-se” ao ponto de negligenciar relações e correlações entre acontecimentos. (IJUIM, 2014)

Nos moldes em que foi criada, a imprensa se prestou a servir como multiplicadora das ideias da burguesia, que contava com os jornais para dar ressonância aos seus interesses. Nesse sentido é compreensível entender os motivos que levam à exclusão das áreas de concentração de pobreza do noticiário.

Como observa Boaventura de Sousa Santos, a Modernidade impôs ao mundo um sistema de distinções por conta de duas noções advindas das tensões entre os esforços de emancipação social e regulação social. A primeira, desenvolvida ao longo da expansão do imperialismo e do colonialismo, a que Santos chama de Pensamento Abissal, ganha grande impulso na idade moderna. A segunda, trata-se de uma razão indolente fruto dos conflitos entre as ideias iluministas e os interesses capitalistas que gera algumas monoculturas.

O Pensamento Abissal consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos: o universo “deste lado da linha” e o universo “do outro lado da linha”. Para Santos (2002),

A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível.

Complementa o autor que a característica fundamental deste pensamento é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. Para além dela há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética. Daí a criação de linhas entre o colonizador e o colonizado, do civilizado e o selvagem, do branco e do negro, Norte e Sul.

Já a razão indolente típica da Modernidade causa distinções porque, em favor de uma elite hegemônica, deturpa as noções de universal e particular. Ao eleger suas preferências e interesses como ideal (parte) quer que estes se estendam ao todo. Ou seja,



as possíveis variações do movimento das partes não afetam o todo e são vistas como particularidades (Santos, 2002). Assim, são criadas as dicotomias que separam, que hierarquizam pessoas e fenômenos, como cultura científica/cultura literária; conhecimento científico/conhecimento tradicional; homem/mulher; Ocidente/Oriente.

Esta razão indolente supõe uma lógica produtivista e assenta na monocultura dos critérios de produtividade capitalista. Conforme Santos (2002), nos termos desta lógica, o crescimento econômico é um objetivo racional inquestionável. “Segundo esta lógica, a não-existência é produzida sobre a forma do improdutivo que, aplicada à natureza, é esterilidade e, aplicada ao trabalho, é preguiça ou desqualificação profissional”. Assim, estão condenados à não-existência o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo.

Por estas razões, as populações removidas do centro de Blumenau para trás dos morros também são condenados à não-existência. Pobres, supostamente com baixo nível de escolaridade e pouca ou nenhuma qualificação profissional, estão do “outro lado da linha”.

Por suas origens, pela suposta primazia das tradições germânicas, Blumenau provavelmente tenha reelaborado ao longo de sua história uma razão indolente e estabelecido suas linhas abissais. Se a imprensa é reflexo do pensamento predominante de um tempo e de um lugar, como lembra Dines (2009), “[...] não se pode dizer que a imprensa de determinado país ou região é ruim ou boa. Ela é reflexo e segmento da própria sociedade que a serve” (2009, p. 73), a invisibilidade desta marginalização repercute nas páginas do jornalismo regional. Para a elite política e econômica de Blumenau, como para a imprensa local, a realidade “trás dos morros” simplesmente não existe.

Mas há esperança e alternativa para que as realidades de pelo menos 23 mil pessoas sejam visíveis ao todo da população?



4. Considerações finais

Uma corrente que encontra eco na necessidade de narrar o presente sob a perspectiva do outro é o chamado Jornalismo Libertador, nascido com base nos estudos da jornalista e professora Elaine Tavares a partir de pressupostos teóricos seguidos pela Filosofia da Libertação. Filósofo argentino, Enrique Dussel foi um dos principais fundadores da corrente de pensamento surgida na América Latina nos anos 1960 que “propôs pensar o mundo a partir do ponto de vista do oprimido, da vítima que está fora do centro, fora da totalidade”, como resume Tavares ao definir o Jornalismo de Libertação: “Busca-se olhar o mundo a partir do olhar da comunidade das vítimas do sistema capitalista, o jornalismo de libertação se compromete em narrar a vida que vive nas estradas secundárias, nas vias marginais” (TAVARES, 2004).

Um processo de libertação pressupõe entender, e não negar, o diferente. A capacidade de superar preconceitos constitui-se um dos fundamentos desta corrente. É necessário reconhecer, no entanto, a dificuldade de colocar na pauta de grandes veículos a vida fora do centro. “O pensamento que se refugia no centro termina por ser pensado como a única realidade. Fora de suas fronteiras está o não-ser, o nada, a barbárie, o sem-sentido”. (DUSSEL:1976, p. 11).

O Jornalismo Libertador se estrutura na prática de um jornalismo não hegemônico, que é feito sob a ótica dos empobrecidos, junto e comprometido com a comunidade das vítimas – aqueles que têm ameaçadas suas condições mínimas de sobrevivência e os seus direitos como cidadãos. Narra a vida a partir do pressuposto de cada ser como único, diferente, mas real. Dá visibilidade ao marginalizado não como o pobre ou a vítima. Mas como ser colocado à margem do sistema capitalista e capaz de superar esta condição.

O Jornalismo de Libertação tem como elemento a vida nas comunidades ditas marginalizadas e oprimidas. Rompe com a moral de dominação e o modo funcionalista, contrapõe o texto gelado e sem identidade. Busca não só novas fontes, mas novos olhares. Rejeita o trabalho baseado em fundamentos impessoais, requer jornalistas que tenham posição diante do mundo.



O jornalista de que precisa o mundo dito pós-moderno – vazio de sentido e individualista – é um ser poético, que vá para além do humano, que consiga enxergar o que há de singular nos fatos, que ultrapasse a barreira da *normose* (a normalidade dos fatos), do igual. O ser poético é aquele que tem como pressuposto uma posição ética sempre a serviço da vida, da beleza, da festa, não apenas para alguns, mas para todos. Se isso é utópico ou até mesmo irreal, não importa (TAVARES: 2004, p. 23)

O jornalismo comprometido com os excluídos e marginalizados pelo sistema ganha diferentes terminologias, de acordo com o olhar de teóricos. Alguns autores se referem a ele como Jornalismo Comunitário ou Jornalismo Social, mas opta-se por não trabalhar a partir desta perspectiva por enxergar nela uma redundância.

Por estas razões, recorrer ao gênero reportagem e aos pressupostos do Jornalismo Libertador pode ser uma possibilidade efetiva para tornar visíveis os protagonistas e as questões aqui levantadas. Há que se indagar, no entanto, quem quer assumir o compromisso social de romper com o silêncio da imprensa hegemônica. Nossa expectativa é que a mobilização popular e jornalistas comprometidos consigam alterar o quadro.

5. Referências bibliográficas

A NAÇÃO. *Poderá desaparecer até o fim do corrente ano a “Farroupilha”*. Ano VI, n. 130. 29 de outubro de 1949.

ANGIONI, Marilda e SAMAGAIA, Jacqueline. *A Situação dos Atingidos pelo Desastre e a Assistência (Des) Organizada*. In: FRANK, Beate e SEVEGNANI, Lucia. Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: Água, Gente e Política. Blumenau: Agencia de Água do Vale do Itajaí, 2009 (12-21).

CENTENÁRIO DE BLUMENAU. *Edição da Comissão de Festejos*. Blumenau. Tipografia e Livraria Blumenauense S.A, 1950.

DUSSEL, Enrique. *Filosofia da libertação*. São Paulo/Piracicaba: Loyola/UNIMEP, 1976.

FAUSTINO, Evemara. *Rua Araranguá: memória e origem*. Revista Blumenau em Cadernos, novembro/dezembro. 2002.

IJUIM. Jorge Kanehide. *Ciência e Jornalismo: Apontamentos sobre as ideias de Boaventura de Sousa Santos para a compreensão do jornalismo*. 2014.

JORNAL DE SANTA CATARINA. *Moradores reagem à falta de água a Velha*. Blumenau. 27 de janeiro de 2014. Pg. 10



_____. *Água. Moradores voltam a protestar na Velha Grande*. Blumenau. 28 de janeiro de 2014. Pg 10

_____. *Água que não chega*. Blumenau : 8 e 9 de fevereiro de 2014. Pgs 20 e 21

_____. *Invasões ilegais e políticas*. 21 de fevereiro de 2014. Pg. 6.

_____. *Invasões: omissão ou covardia*. 25 e 26 de janeiro de 2014. Pg. 8

_____. *Os invasores e os precedentes*. 7 de fevereiro de 2014. Pg 6.

LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LLOMBART, Begoña Echevarría. *El reportaje periodístico - Una radiografía de la realidad*. Espanha: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2011.

MEDINA, Cremilda de Araújo e LEANDRO, Paulo Roberto. *A arte de tecer o presente*. São Paulo: Média, 1973.

MOSER, Magali. *A indisfarçável favelização em Blumenau: uma reflexão sobre as áreas de concentração de pobreza no município*. Revista Blumenau em Cadernos, abril de 2010. (Pgs 86 a 110)

_____. *Cidade Escondida*. Série de reportagens. Jornal de Santa Catarina, dias 24, 25, 26 e 27 de fevereiro de 2007.

MUNIZ, Marcos César. *Favela Farroupilha: A Face Oculta do Desenvolvimento Blumenauense - o discurso e a prática da década de 1940*. Trabalho de Conclusão de Curso de História. Universidade Regional de Blumenau/FURB. 2007.

SAMAGAIA, Jacqueline. *Globalização e Cidades: reconfigurações dos espaços de pobreza em Blumenau*. Tese de doutorado em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC. 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 78, Outubro 2007, p.3-46. Disponível em <http://rccs.revues.org/753> . Acesso 14 mar 2015.

_____. *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, Outubro 2002. p. 237-280. Disponível em <http://rccs.revues.org/1285> . Acesso 14 mar 2015.

SODRÉ, Muniz; Ferrari, Maria Helena. *Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus, 1986.

TAVARES, Elaine. *Jornalismo nas Margens – uma reflexão sobre comunicação em comunidades empobrecidas*. Florianópolis: Companhia dos Loucos, 2004.

THEIS, I.; TOMIO, F.; MATTEDI. (Org) Blumenau: Edifurb, 2000. VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela*. Do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.



O SILENCIAMENTO DAS PRÁTICAS NO JORNALISMO (II): GESTÃO DAS INTERAÇÕES



La responsabilité sociale des journalistes de Sport : un impensé collectif

Fabien Wille²⁸⁴

Un certain nombre de reproches récurrents adressés à la presse jettent un discrédit permanent sur la nature des relations qui lient le sport, les médias et le monde économique. Ces critiques ont été déterminantes dans la résurgence d'un débat éthique et déontologique à propos de la presse sportive au milieu années 1990. On retrouvait la rhétorique classique du progrès et de la perversion (dopage, argent), basée sur la « naturalisation » du phénomène sportif et particulièrement du sport médiatisé²⁸⁵ (l'égalité des chances vers l'inégalité des résultats, l'universalité, l'altruisme et la méritocratie de la performance...), mettant en parallèle une autre forme de « naturalisation », celle de la communication²⁸⁶ (valeurs de maîtrise individuelle, d'égalité immédiate, de transparence...). La relation du sport aux médias s'inscrivait dans cette double perspective, posant ainsi la question du statut des valeurs respectives. Le sport pouvait-il encore porter ses valeurs présupposées, au moyen d'un support qui en déconstruisait son « essence » ? Les médias sont alors souvent montrés du doigt dans de telles circonstances, puisqu'ils apparaissent bien souvent comme étant eux-mêmes à l'origine de ces dysfonctionnements. Aux yeux du public, le journaliste devient alors complice. Il est même souvent désigné comme coupable de silences.

Paradoxalement, au sein de la profession, les journalistes de sport occupent une position particulière dans un « sous champ journalistique²⁸⁷ ». En effet, les journalistes de sport ont peine à s'imposer comme de réels professionnels de l'information, en

²⁸⁴ Professeur des Universités STAPS-Lille. URePSSS EA 4110.

²⁸⁵ Papa, Françoise, « Jeux Olympiques et Communication. Albertville 1992, de la communication de l'événement à la communication généralisée », Thèse pour l'obtention du diplôme de Doctorat en Sciences de l'Information et de la Communication. Université Stendhal, Grenoble, 1996, (841 p.), dir Professeur B. Miège.

²⁸⁶ Breton, Philippe, L'utopie de la communication, Paris, La Découverte, 1992.

²⁸⁷ Marchetti, Dominique, Les sous-champs spécialisés du journalisme, *Réseaux*, CNET, n°111, 2002 a, p. 22- 55.



raison de la place que l'objet « sport » occupe dans l'espace sociale, comme « frappé du sceau de l'illégitimité culturelle »²⁸⁸ mais cette position est également l'émanation de la façon dont les journalistes de sport pensent leur métier et révèle une posture assumée, se considérant comme un acteur volontaire, défenseur d'un ensemble de valeurs et dépositaire des vertus présumées du sport, pour le légitimer, le promouvoir, le préserver ou le défendre, posture dont il tire une part de sa légitimité auprès des acteurs du sport. En effet, le sport, souvent présenté et perçu comme un fait prosaïque, apolitique et idéologiquement neutre, mais néanmoins centré sur des valeurs, fait consensus et lie les différents acteurs impliqués dans le processus de médiatisation. L'approche « humaniste » semble dominante dans l'espace médiatique. D'inspiration néo coubertinienne, elle idéalise naïvement le fait sportif et le discours « prêt à penser » qui légitime, défend l'orthodoxie sportive se retrouve dans les médias qui publicisent les actions positives et occultent les dissensus.

Le spectacle sportif médiatisé constitue alors un objet consensuel, mais notre propos pose alors un préalable qui est de déconstruire les présupposés relatifs au sport, ses valeurs « mythiques » qui répondraient *ipso facto* aux problèmes sociétaux actuels tel que tels que la santé publique, le bien être et la sécurité des populations ou l'intégration des minorités, que la réalité vient souvent contredire pour interroger la responsabilité sociale des journalistes au regard des enjeux sociétaux actuels. Si la question de la RS des médias, considérés comme un des « lieux de la parole publique »²⁸⁹, et des journalistes en tant que porteur de cette parole, est amplement étudiée, elle n'est pas véritablement posée à propos du sport. L'objectif de notre proposition est donc d'interroger une profession, confrontée à un objet spécifique, le sport qui constituerait déjà à lui seul un vecteur de diffusion d'une responsabilité

²⁸⁸ Jean-François Diana, Guy Lochard (dir.), «Le sport médiatisé du voir au savoir», Médiamorphoses, n°11, INA, 2004, p.17.

²⁸⁹ Rabatel A., Koren R., « La responsabilité collective dans la presse », *Question de communication*, Centre de recherche sur les médiations, Université Paul Verlaine-Metz, n°13, 2008.



sociale²⁹⁰. Si l'objet « sport » semble faire consensus, centré sur les valeurs qu'il est susceptible d'incarner, les postures des journalistes de sport révèlent un certain nombre de paradoxes et de contraintes qui conduisent à un impensé collectif sur cette question.

Notre proposition s'insère dans un projet scientifique global et se base sur différentes rencontres et entretiens effectués dans le cadre du programme MARS (Medias Against Racism and Sport)²⁹¹ par la confrontation de plusieurs points de vues à l'échelle européenne²⁹², sur différents travaux menés en collaboration, avec Françoise Papa et Sandy Montañola, et sur une recherche effectuée lors des Jeux Olympiques de Londres (2012). Cette recherche nous a permis d'associer le traitement de ces jeux au sein d'un quotidien régional (La voix du Nord) confronté à des entretiens effectués auprès des deux envoyés spéciaux. Ces différents résultats se trouvent confirmés par une récente rencontre avec les journalistes de France-Télévisions lors d'une journée de formation sur les stéréotypes dans le sport (Mars 2015).

Cadre théorique générale de la proposition :

En France, les travaux de Bohec (2000)²⁹³, Ramonet (2001)²⁹⁴ et Champagne (2000)²⁹⁵ font explicitement référence aux positions théoriques de Bourdieu (1996)²⁹⁶ selon lesquelles la responsabilité sociale des médias reste incompatible avec la doctrine libérale de la presse. Ils dénoncent ainsi l'usage d'une rhétorique d'entreprise citoyenne

²⁹⁰ SMITH C.T Aaron *et al.* (2007), *Sport as a Vehicle for Deploying Corporate Social Responsibility*, La Trobe University, Australia.

²⁹¹ Programme Piloté et financé par le Conseil de l'Europe, construit sur la base d'échanges dans différents pays d'Europe.

²⁹² Wille F, Blion R. Le programme MARS, *Media Against Racism and Sport* : une tentative de construction de la responsabilité sociale des médias de sport. (dir) Delforce, B. et Watine, T. *Journalisme de sport : mutations et spécificités*, Les cahiers du journalisme n°25, Ecole Supérieure de Journalisme de Lille, Université Laval Québec. Lille 2013.

²⁹³ Le Bohec J., *Les mythes professionnels des journalistes*, Paris, L'Harmattan, 2000

²⁹⁴ Ramonet I., *La Tyrannie de la communication*, Folio Actuel, n° 92, 2001

²⁹⁵ Champagne P., « Le journalisme à l'économie », in *Actes de la recherche en sciences sociales*, n°131-132, Paris, Seuil, 2000, 3-7.

²⁹⁶ Bourdieu P., *Sur la télévision*, Paris, Liber-Raisons d'Agir, 1996. Bourdieu Pierre, « Journalisme et éthique », *Les Cahiers du journalisme*, n°1, juin 1996, 70-77.



à des fins de promotion commerciale et de relations publiques. Mais si l'on ré-interroge la profession de journaliste (Ruellan,1993)²⁹⁷ en partant du postulat que la fonction essentielle des médias consiste moins à informer à propos d'évènements que de « *donner du sens* » au monde qui nous entoure, il convient alors d'attribuer au journaliste une responsabilité sociale individuelle dans la construction du « sens » de l'information (Delforce²⁹⁸,1996) comme dans celle de la vision du monde (Tétu, 1999)²⁹⁹. Les productions des journalistes ne peuvent donc que venir bousculer ou, au contraire, conforter des discours sociaux qui leur préexistent. « Donner du sens » implique donc une responsabilité sociale de la part du journaliste dans la mesure où sa pratique professionnelle lui impose de prendre en compte les effets sociaux de l'acte médiatique. Cette fonction fait du journaliste un acteur social à part entière, et non un simple témoin-médiateur du jeu social. Dans ce cas, les dérives qui émanent d'actes de violence sportives ou sociales conduisent à une forme d'impensé amenant les journalistes à faire la distinction entre ces déviations et le sport : « ce n'est pas du sport » ou « la fête est gâchée » les exonérant alors de leur devoir d'explication. On pourrait également évoquer les lois homophobes promulguées en Russie qui ont fait débat dans l'espace public à l'occasion des Jeux olympiques d'hiver de Sotchi 2014, débat dans lequel les journalistes de sport n'ont pas pris part, générant ainsi d'autres silences.

Par ailleurs, le sport est considéré comme un lieu important de construction de cohésion, d'intégration sociale et d'expression de la diversité (Ragi, 2003)³⁰⁰ ; (ONU, 2005)³⁰¹ ; (Gasparini et Cometti, 2010)³⁰² tout en étant un secteur majeur

²⁹⁷ Ruellan D., *Le professionnalisme du flou. Identité et savoir-faire des journalistes français*, Grenoble, PUG, 1993.

²⁹⁸ Delforce Bernard., « La responsabilité sociale du journaliste : donner du sens », *Les Cahiers du journalisme*, n°2 (Le journaliste, acteur de société), École supérieure de Journalisme de Lille, déc. 96, p.16-33. (1996),

²⁹⁹ Tétu J-F., « Introduction », dans Jamet Claude, Jannet Anne Marie (Eds.), *Les stratégies de l'information*, Paris, L'Harmattan, Collection *Champs visuels*, p. 1-17. (1999),

³⁰⁰ Ragi T., *Sport et intégration sociale*. revue Agora, l'Harmattan, 2003.

³⁰¹ Rapport de l'ONU, *Le Sport au Service du Développement et de la Paix: Vers la Réalisation des Objectifs du Millénaire pour le Développement*, Nations Unies, 2005.

³⁰² Gasparini W., Cometti A., *Le Sport à L'épreuve de la diversité culturelle: integration et dialogue interculturel en Europe: Analyse et exemples de pratique*, Council of Europe, 2010.



d'investissement de l'industrie médiatique (Jeanrenaud et Késenne, 2006)³⁰³. Toutefois, la couverture médiatique du sport est loin de refléter la diversité sociale et culturelle et de garantir une équitable représentation de toutes et tous. Si le sport est lieu symbolique de concrétisation de ces idéaux démocratiques d'une juste compétition entre égaux : il est, dès lors, un terrain propice apparaissant comme une réponse à la question du vivre ensemble, et, tout à la fois, un terrain où émergent les problèmes (question du racisme dans les stades, de l'homophobie, des discriminations liées au sexe, genre ou au handicap) qui contrarient ce modèle. Sur le plan européen, le programme MARS-CoE s'appuie sur de nombreux exemples³⁰⁴. L'étude de *l'International Sports Press Survey* en 2011³⁰⁵, montre le non respect des règles de déontologie professionnelle par les journalistes de sport puisque 26 % des articles publiés ne s'appuient sur aucune source et 41% ne citent qu'une seule source et confirme l'hyper-masculinisation de l'information sportive dans la presse écrite internationale (85% des articles de sport concernent des hommes).

Les événements sportifs, présentés comme vertueux, sont plutôt enclins à attiser les rivalités plutôt que de les apaiser. Dans le même temps, les discours de ces mêmes journalistes conduisent par exemple à stigmatiser les différences au travers de l'expression de lieux communs ou à les naturaliser dès lors que, centrés sur le corps, ils permettent « d'objectiver » ces différences. Les discours produits par les journalistes tendent en effet à mesurer, comparer ce qui semble contribuer au renforcement des discriminations.

Pour ne citer que quelques exemples, comme celui de la co-construction par les médias d'avant-guerre du mythe de l'athlète noir³⁰⁶ (Deville-Danthu, 1992) suite aux

³⁰³ Jeanrenaud C., Késenne S., *The Economics of Sport and Media*, Cheltenham, Edward Elgar Publishing, 2006.

³⁰⁴ http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/mars/presentation_en.asp.

³⁰⁵ http://www.playthegame.org/fileadmin/image/PTG2011/Presentation/PTG_Nieland-Horky_IPSPS_2011_3.10.2011_final.pdf

³⁰⁶ Deville-Danthu B., « Le Mythe de l'athlète noir. L'AOF pépinières d'athlètes Révélation, illusions et désillusions », *Jeux et sport dans l'histoire*, tome 1, association et politique, p. 256-270. (1992).



victoires des athlètes américains de couleur lors de Jeux de Berlin de 1936, est révélateur de ce processus. Plus proche de nous, Montañola³⁰⁷ (2012) a démontré comment Caster Semenya, athlète sud-africaine, a déclenché une polémique dans le domaine sportif suite à sa victoire aux championnats du monde de Berlin (2009). Montañola précise que ses résultats, son style de course, son style vestimentaire, sa voix ont été jugés masculins (elle « *a assommé la concurrence... et si c'était un homme ?* », *Libération*), l'IAAF a missionné une commission d'experts pour déterminer son appartenance sexuée. Les médias ont été confrontés à une véritable difficulté quant à cette « affaire », symbolisée par des hésitations dans sa désignation : « *cette personne* » (*L'Équipe*) ; « *Elle, ou il, est encore très jeune* » (*Libération*), mais également par le recours à de très nombreux locuteurs (famille, entraîneurs, médecins, gynécologues, associations intersexes). En France, les métaphores employées pour qualifier la performance sportive d'un(e) athlète issu(e) de la diversité ethnique ou d'origine française font par exemple ré-apparaître la stigmatisation coloniale du temps de l'Empire français et le rapport dominant/dominé. Celui-ci s'observe par exemple dans la presse écrite à travers la métaphore « technologique » pour le dominant, le colonisateur et la métaphore « animale » pour le dominé, le colonisé. Les discours produits par les journalistes à l'occasion des JO de Londres qualifient par exemple Christophe Lemaître de 'Bolide' (*Ouest France*, 7/08/2012) et, 20 ans après son premier titre olympique sur 400m, Marie-José Pérec de 'Gazelle' (*L'Express*, 27/07/2012). Les métaphores ou dénominations employées soulignent les routines langagières et professionnelles des journalistes et posent la question de la responsabilité sociale dans sa globalité.

Le projet MéDiS : de l'analyse du traitement médiatique à la responsabilité.

Il apparaît nécessaire de poursuivre et d'élargir les études qui portent une expertise sur les effets présupposés des discours sociaux produits, comme cela a pu être

³⁰⁷ Montañola S., *et al.* *L'affaire Semenya : approches disciplinaires*, Journées d'études, Rennes 1. (2013),



fait dans le baromètre de la diversité, avec son volet sur le sport, produit par le CSA belge (2010-2012) ou encore français (2008). Plusieurs études, relatives aux commentaires sportifs télévisés, ont également démontré leur influence dans la catégorisation physique, intellectuelle, sociale des sportifs de couleurs par les téléspectateurs ou le public des salles de sport (Charlot et Clément, 2007)³⁰⁸; (McCarthy et Jones, 1997)³⁰⁹; (Bruce, 2004)³¹⁰. Les discours co-construisent les représentations sociales des identités de genre et reproduisent des discours coloniaux et de catégorisation ethnique. C'est la conclusion de plusieurs études menées sur les médias d'Amérique du Nord (Billings & Eastman, 2003)³¹¹, des Pays-Bas (Van Sterkenburg & Knoppers, 2004. Van Sterkenburg & al. 2010, 2012)³¹², en Ecosse (Kelly, 2011)³¹³ ou encore en Slovénie (Ličen, 2011)³¹⁴.

³⁰⁸ Charlot, Vincent and Jean-Paul Clément (2007) 'Les Blancs et les noirs: stéréotypes sportifs et stéréotypes raciaux – L'exemple du basket-ball professionnel à Pau (France)'. *Sciences de la société* 72: 111-131.

³⁰⁹ McCarthy, David and Robyn L. Jones (1997) 'Speed, Aggression, Strength, and Tactical Naivete: The Portrayal of the Black Soccer Player on Television'. *Journal of Sport and Social Issues* 21(4): 348-362.

³¹⁰ Bruce, Toni (2004) 'Marking the Boundaries of the 'Normal' in Televised Sports: The Play-by-Play of Race'. *Media, Culture & Society* 26(6): 861-879.

³¹¹ Billings Andrew *et al.* (2003), « Framing identities: gender, ethnic, and national parity in network announcing of the 2002 Winter Olympics », *Journal of Communication*, vol. 53, n°4, p. 69-386.

³¹² Van Sterkenburg, Jacco and Annelies Knoppers (2004) 'Dominant Discourses about Race/Ethnicity and Gender in Sport Practice and Performance'. *International Review for the Sociology of Sport* 39(3): 301-321. Van Sterkenburg, Annelies Knoppers and Sonja De Leeuw (2010) 'Race, Ethnicity, and Content Analysis of the Sports Media: A Critical Reflection'. *Media, Culture & Society* 32(5): 819-839. Van Sterkenburg, Jacco, Annelies Knoppers and Sonja De Leeuw, A. (2012) 'Constructing Racial/Ethnic Difference in and Through Dutch Televised Soccer Commentary'. *Journal of Sport and Social Issues* 36(4): 422-442.

³¹³ Kelly, John (2011) "'Sectarianism" and Scottish Football: Critical Reflections on Dominant Discourse and Press Commentary'. *International Review for the Sociology of Sport* 46(4): 418-435.

³¹⁴ Ličen, Simon (2011) Embracing or Despising Diversity? Sports Broadcasts on Public Television, the Case of Slovenia [PDF document], Play the Game 2011: Bringing Change to the Heart of Sport Conference, German Sport University, Cologne. Retrieved from http://www.playthegame.org/fileadmin/image/PTG2011/Presentation/Simon_Licen_-_Embracing_or_despising_diversity_ONLINE.pdf



L'étude que nous avons menée (Wille F., Waquet A., Borel F., 2015)³¹⁵ montre que l'appartenance ethnique ne semble pas influencer pas de façon significative sur le choix éditorial, le résultat sportif apparaissant alors comme le critère subordonnant. Il faudrait néanmoins pouvoir pousser cette investigation sur les résultats secondaires. La question du handicap ne peut être explorée que sous l'angle d'une différenciation des moyens mobilisés au regard de la séparation des deux compétitions. L'orientation sexuelle est évacuée car nécessiterait une posture inclusive. Par contre nos résultats confirment bon nombre de travaux antérieurs à savoir que le traitement médiatique du sport opère à une différenciation sexuée de l'information malgré une présence équilibrée « hommes-femmes » lors la rencontre internationale étudiée, c'est à dire les Jeux Olympiques de Londres en 2012. Parallèlement, si l'on différencie les articles provenant des agences de ceux produits par les envoyés spéciaux du journal, il apparaît que les journalistes, salariés du quotidien, ont la charge du choix éditorial et des principaux articles. Leur responsabilité s'en trouve donc renforcée. Par contre, il n'existe pas de différences significatives dans le traitement sexué du sport entre les envoyés spéciaux et les agences. Il y aurait alors un implicite qui conduirait à un impensé collectif sur les normes professionnelles

Lors des entretiens, il est apparu que seuls trois champs de la diversité parmi les quatre identifiés méritent d'être interrogés dans le traitement de l'information sportive. En effet, si le genre se détache comme principal facteur de discrimination, que le handicap et l'homosexualité gênent aux entournures, l'origine ethnique ne semble pas être un point sensible. Nous pourrions dire que la diversité des résultats obtenus par les athlètes fait la diversité ethnique, que le vainqueur de l'épreuve est déterminé par sa 'perf' et non par son phénotype. La question de la distribution des couches sociales et des origines ethniques dans chacune des disciplines (les Est-Africains en course de fond, les Jamaïcains en sprint, la présence élevée de ressortissants des DOM ou des anciennes colonies dans la délégation française) échappe aux deux journalistes. La vue

³¹⁵ Projet MéDiS (Médias Diversité et Sport) sur la responsabilité sociale des journalistes de la Voix du Nord dans le traitement de la diversité à l'occasion des Jeux Olympiques de Londres 2012. Ce projet financé par la MESHS en 2013 (6000€)



des différentes unes du cahier JO de La Voix du Nord et la liste des rendez-vous ressentis comme 'incontournables' par nos interlocuteurs ne répond à aucune détermination ethnique. Preuve en sont les deux 'temps forts' des JO identifiés par les deux journalistes, les finales du 100 mètres masculin et du 50 mètres nage libre masculin, ont été enlevés par Usain Bolt et Florent Manaudou respectivement.

'Incontournable': le qualificatif revient trop souvent pour être ignoré. Que ce soit sur la couverture d'un rendez-vous ponctuel comme les JO ou le suivi quotidien de l'information, il apparaît aux propos des deux envoyés spéciaux, qu'il y a, dans le traitement de l'info sportive, des passages obligés, des obligations à respecter, des attentes implicites. La Voix du Nord *'doit être'* ici ou là, en l'occurrence là où sont tous les autres médias et les attentes supposées du public majoritaire. *'Il est difficile le lendemain du 100 mètres olympique de ne rien faire dans La Voix du Nord'*. Cela renforce cette impression de suivi des uns par les autres. Cette posture qui n'est pas propre aux deux journalistes interviewés a pour conséquence de reproduire les inégalités de représentation dans la population active du domaine traité.

Pour questionner ainsi la responsabilité sociale des médias et des journalistes, nous sommes interpellés par la contradiction apparente entre cette forme d'impuissance à changer le cours des choses et le fait d'*être* le cours des choses, du moins en matière sportive. *'Je reste convaincu que les médias font aussi l'opinion et que si les médias se décidaient de parler énormément d'un seul coup d'un sportif, il gagnerait une notoriété, une popularité qui pourrait aider'*, (David Delporte). Plus loin, il ajoute ceci: *'beaucoup de confrères se disent que tous les 4 ans, les JO sont la fenêtre d'exposition des petits sports. Comme si on leur disait: 'Allez-y, c'est votre moment'.* '. C'est-à-dire le seul moment où la sphère publique s'ouvre pour les y laisser entrer, ou l'attention du public leur est offerte. Mais que sait-on des attentes du public, en-dehors du temps des JO, envers les sports minoritaires ? *'C'est un peu paradoxal car la gym est un des sports qui fait le plus d'audience aux JO, troisième ou quatrième en termes d'audience télé, mais dans la presse écrite ça reste très limité'*, constate pourtant David Delporte.

Mais si nos interlocuteurs sont lucides sur la capacité des médias à créer et alimenter des tendances de fond, ils se sentent incapables, ramenés à leur pratique



quotidienne, d'influer sur ces tendances. *'Je trouverais même dommage qu'on ait une démarche militante avec 'la page féminine', dit ainsi Sébastien Varnier, suivi par son confrère : 'ça pourrait nous amener à faire un article sur quelque chose qui ne mérite pas d'être traité'*. Le critère du mérite n'est pas interrogé ni même spécifié : il s'agit de l'intérêt supposé du public, de besoin d'être là où se situe 'l'incontournable'. Et 'l'incontournable' le devient indépendamment du journaliste, lui tombe dessus ; l'exemple de la meneuse de jeu de l'équipe de France basket, Céline Dumerc, est éclairant. Non prévue dans la liste des portraits (la Voix consacrait une page par jour de son cahier à un 'portrait' d'athlète), la joueuse a bousculé la hiérarchie prévue en obtenant d'excellents résultats avec ses équipières (finaliste), mais aussi en *'traînant beaucoup en zone mixte'*. Il y a ceux (celles) qui doivent marquer de leur présence auprès des médias pour faire parler d'eux, et ceux qui auront inévitablement les médias dans leur sillage.

Cette tendance s'applique à la journée du 2 août telle que vécue par David Delporte: *'Sur le canoë-kayak, le jour où Emilie Fer est championne olympique, je n'y vais pas pour elle mais pour le C2 masculin français qui peut être sur le podium et finit quatrième ou cinquième. J'ai des collègues qui partent, je vois qu'Emilie Fer est bien classée après la première manche, je reste et elle est championne olympique. C'est la belle histoire, du coup ça fait la grosse ouverture du supplément. Honnêtement, en partant le matin, il n'était pas du tout prévu de parler Emilie Fer.'* Le traitement par défaut accorde faveur aux hommes, il faut que les femmes se distinguent pour conquérir un traitement équivalent. La distribution du pouvoir entre journaliste sportif et athlète change selon le genre de ce(tte) dernier(ère). Emilie Fer et Céline Dumerc prouvent qu'il n'est pas si difficile de faire bouger les lignes de 'l'incontournable' mais les journalistes eux-mêmes n'en prennent pas l'initiative.

Nous avons, comme mentionné plus haut, également abordé les autres critères de diversité faisant sens dans le sport, l'homophobie et le handicap, pour constater en premier lieu qu'ils se posent avec moins d'évidence, alors que les enjeux sociétaux sont peut-être plus élevés dans ces domaines précis. Autrement dit, si le traitement de ces deux aspects de la diversité semblent appartenir au registre de l'impensé, c'est que le



poids du tabou pesant sur eux est encore élevé. Ainsi l'hétéro- ou homosexualité de tel ou tel athlète n'en parlons pas afin de vivre dans l'illusion que cela n'existe pas – ou existe mais ne mérite pas que l'on en parle. En tout cas pas dans la PQR. Le cas du décathlonien Romain Barras illustre ce constat. A l'occasion d'un reportage à son sujet, David Delporte avait évoqué la série de photographies que le calaisien avait accordé à Têtu, un magazine ouvertement homosexuel. L'échange s'était semble-t-il fait sur le ton de la complicité : *'Là-bas, en discutant, je parle des athlètes qui le chambrent sur son Facebook car il est consacré comme icône gay. Un moment d'interview, je lui dis 'tout le monde te vanne un peu, ça t'amuse où ça t'agace ? '. Il me raconte toute l'histoire, que le magazine Têtu l'a élu sportif du mois ou quelque chose comme ça. Il m'a dit que ça ne le dérangeait pas, qu'il trouvait ça marrant, qu'il avait plein d'amis homos et rien contre l'homosexualité. Mais après il dit 'voilà, je suis hétéro et je le revendique. L'homosexualité me pose aucun problème mais je suis hétéro'. Comme on faisait deux pages en Voix des Sports et deux en Voix du Nord, je me suis dit on va en faire un petit angle marrant. Je pense qu'il n'avait pas envie que les gens pensent qu'il soit homo.'*

Cette position de porte-à-faux du journaliste pris entre les divers enjeux et contraintes de l'employeur, du public, des sources, du poids des convenances internes à la profession, est décrite explicitement par le même David Delporte, cette fois-ci dans le cas du handicap. *'Le dopage dans le handisport est aussi un sujet sensible. Alors que je sais par des témoignages de médecins, que les handisport sont dix fois plus chargés que les athlètes valides',* dit-il. En escamotant ce sujet, *'alors que personne n'est choqué si on fait un dossier sur le dopage dans le sport des valides',* le journaliste respecte une série de contrats, tacites ou concrets: avec la source (le fameux 'off'), avec le public (ne pas le choquer), avec le sujet de l'information (ne pas le représenter sous un jour défavorable, ne pas se le mettre à dos), le tout au service de la pérennité de son travail. Mais un contrat est brisé, celui du principe fondateur de recherche de la vérité évoqué dans les diverses chartes de la profession. *'Dans l'absolu, ça serait du devoir du journaliste de faire ce type de sujet. Mais le jour où tu mets le pied là-dedans, il va falloir que tu sois blindé dans tes témoignages, tes accusations (...). Je sais pas si j'aurais le soutien de ma hiérarchie mais c'est indispensable de l'avoir.'*



Heureusement, conclut-il, *'on a la chance dans le sport d'être moins confrontés aux sujets sensibles'*, alors qu'il vient de nous prouver l'inverse. Si cette responsabilité semble être intégrée, elle apparaît comme minorée au regard d'un certain nombre de présupposés concernant les enjeux qui touchent au sport. En clair, cette responsabilité est limitée du fait de l'illégitimité culturelle et sociétale du sujet qu'ils traitent.

Il est paradoxal – mais compréhensible – que les deux rédacteurs en appellent à leur liberté d'informer quand nous évoquons la possibilité d'une contrainte de discrimination positive imposée à leurs traitements éditoriaux. *'Je trouverais même dommage qu'on ait une démarche militante avec la page féminine'*, dit donc M. Varnier, rejoint par son confrère qui ne veut pas parler de quelque chose *'qui ne se justifie pas'*. En prenant une telle position, ils se réapproprient cette liberté de choix à laquelle ils renoncent par ailleurs en laissant apparaître à quel point, les attentes présumées du public, le maintien des bonnes relations avec les sources ou contraintes de l'audience (l'événement 'incontournable') dictent la 'recherche de vérité'.

Conclusions

Si le traitement médiatique de la diversité s'impose comme un défi sociétal à relever, elle fait peser sur les acteurs des médias une responsabilité qui ne peut être contestée. En matière sportive cette responsabilité relève de l'impensé et met à jour les paradoxes du journalisme de sport. La responsabilité reste à construire et ne peut alors se limiter à la simple défense des valeurs présupposées du sport, la simple publicité des faits sportifs suffirait à s'y conformer. Cela nécessite de porter une expertise sur les conséquences objectives de l'agir dans leurs interactions avec les enjeux et les contraintes qui pèsent sur les pratiques professionnelles. Celles ci concernent les liens organiques existant entre la presse, le milieu sportif, le monde économique et politique qui occultent les dissensions. Dans le même temps, la proximité et la connivence parfois nécessaire interrogent la faisabilité de la construction de cette responsabilité sociale. Les stratégies d'audience, d'intérêt suscitées par la médiatisation ou les présupposés concernant les attentes du lecteur incitent à la démesure et à l'affrontement symbolique



peu propice à une vision apaisée de l'engagement sportif et peu enclin à bousculer une parole normalisée et consensuelle à propos du sport. Dans les années 1950-60, le sport constituait un laboratoire technique pour les médias, peut-il réellement constituer un laboratoire médiatique, tourné vers des préoccupations sociétales contemporaines ?



A crise do jornalismo: ecos e silêncios nas práticas e nas narrativas

Christa Berger³¹⁶

Vanessa Hauser³¹⁷

Resumo: Pesquisadores e jornalistas dedicam-se a compreender que tensionamentos abalam o sistema de produção de sentido que até então ostentava certa hegemonia como discurso que representa um presente social de referência (GOMIS, 1999). Este artigo reflete sobre o modo como a crise do jornalismo tem aparecido nos discursos e nas práticas da própria imprensa. A suspeita inicial é a de que a crise configura-se em acontecimento silenciado pela mídia hegemônica. Por outro lado, inevitavelmente ela transparece também nas práticas jornalísticas, uma vez que tem atingido de forma intensa a estrutura de funcionamento das redações. Além disso, tem provocado os jornalistas a reverem suas competências e o campo a transformar – de certo modo – seus pressupostos e modos de fazer.

Palavras-chave: crise do jornalismo; práticas; hegemonia; futuro do jornalismo.

1. Introdução

Em agosto de 2014 circulou um suplemento especial de *Zero Hora* (RS) para estudantes de comunicação em que se discutiu o futuro do jornalismo. A publicação foi veiculada praticamente no mesmo momento em que o Grupo RBS, a quem pertence o jornal, anunciava 130 demissões. Em seu pronunciamento oficial sobre a decisão, o presidente do grupo, Eduardo Meltzer, afirma: “os modelos tradicionais [de comunicação] estão altamente desafiados [...] O avanço tecnológico e a forma de consumir mídia nunca geraram tantas oportunidades e tanta abertura para a inovação como nos dias de hoje. Aquelas empresas que têm a coragem de se posicionar no

³¹⁶ Jornalista, doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo ECA/USP. Professora titular do PPG em Ciências da Comunicação da Unisinos. Pesquisadora 1B do CNPQ. christab177@gmail.com.

³¹⁷ Jornalista, mestre em Jornalismo (UFSC), doutoranda no PPG em Ciências da Comunicação da Unisinos, Linha de Pesquisa “Linguagem e Práticas Jornalísticas”. Professora no Curso de Jornalismo da Universidade Luterana do Brasil. hauservanessa@gmail.com.



mundo novo sairão fortalecidas”³¹⁸. Nesse sentido, a publicação pretende tranquilizar os jovens sobre o futuro do jornalismo, abordando temas como “para onde vai o mundo da comunicação” ou “o que é ser jornalista hoje e no futuro”. Além disso, o material explica em detalhes as modificações editoriais feitas em 2014. Já na capa, a diretora de redação Marta Gleich afirma: “*Zero Hora* reafirma, com este gesto, sua crença nos jornalistas, no jornalismo e na qualidade dos futuros talentos desta área”.

A crise que ecoa nessas publicações tem sido um termo recorrente nos debates atuais sobre o jornalismo, tanto na academia quanto entre profissionais. Pesquisadores e jornalistas dedicam-se a compreender que tensionamentos abalam o sistema de produção de sentido próprio desse campo e que até então ostentava certa hegemonia como discurso que representa um presente social de referência (GOMIS, 1999). O debate é intenso: revira as salas de redação de jornais tradicionais mundo afora e – em alguns poucos casos – formaliza-se em manifestações como o blog *Periodismo con Futuro*³¹⁹ editado pelo jornal *El País* (Espanha).

Neste contexto, a proposta deste artigo é refletir sobre o modo como a crise tem aparecido nos discursos e nas práticas da própria imprensa. A suspeita inicial é a de que ela configura-se em acontecimento silenciado pela mídia hegemônica, que releva sua importância para a sociedade contemporânea na relação com a comunicação e, mais precisamente, com a nova cultura de consumo da informação que se instaura a partir da consolidação do ciberespaço. Por outro lado, inevitavelmente a crise transparece nas narrativas jornalísticas, uma vez que tem atingido de forma intensa a estrutura de funcionamento das redações. Além disso, tem provocado os jornalistas a reverem suas competências e o campo a transformar – de certo modo – seus pressupostos e modos de fazer.

A reflexão concretiza-se a partir da análise de textos veiculados em jornais, assim como em pesquisa de campo de caráter etnográfico realizada na redação de *Zero Hora* no mês de maio de 2014 – exercício que integra o processo metodológico de tese

³¹⁸ A íntegra da carta está no site da Carta Maior: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Presidente-da-RBS-anuncia-130-demissoes-como-expressao-de-coragem-e-desapego/12/31528>.

³¹⁹ <http://blogs.elpais.com/periodismo-con-futuro/>



de doutorado em andamento e revela indícios importantes sobre como as redações tem lidado com o momento atual do jornalismo.

2. Ecos da crise nas narrativas do jornalismo

É natural pressupor que não interessa ao jornalismo falar sobre sua própria crise. Isso demonstraria as fragilidades de seu sistema, tanto do ponto de vista econômico como simbólico e acarretaria, por óbvio, em questionamentos ainda mais efetivos por parte do público quanto à sua credibilidade. No entanto, é no mínimo instigante tentar entender como se processa esse silenciamento, ao passo em que o debate sobre os rumos do jornalismo é, acredita-se, fulcral para a reflexão sobre um possível empoderamento da sociedade sobre a atividade que narra o presente. É uma proposta que vai ao encontro do pensamento de Groth (2011) sobre o jornalismo como obra cultural que nunca é realizada completamente. Para o autor, é justamente esta realização sempre inacabada que “impulsiona os sujeitos criadores e usuários a um aprimoramento da obra [...]”. O jornalismo, neste entendimento, viveria um momento dialético de negação. Um contexto em que, entende-se, é propício para pensar sobre o futuro da atividade e o seu papel social.

É possível, pois, entender a crise como a condição essencial que faz da realidade (ou do jornalismo) um processo. Entendida do ponto de vista sistêmico, porém, ela pressupõe a conservação da projeção básica de um sistema, de modo que os entraves internos são sempre solucionáveis (DEMO, 1995). Ao contrário, um processo de transformação não sistêmico ou transcendente, implicaria a ultrapassagem do universo estabelecido e a criação de algo radicalmente novo. “A transcendência chamaria a atenção que a realidade social, do ponto de vista processual, seria aberta, tão aberta, que não admitiria apenas o aperfeiçoamento do vigente, mas até mesmo a superação dele. Porque o primeiro tipo de abertura (sistêmica) é, com efeito, uma maneira elegante de se fechar” (DEMO, 1995, p. 149-150).

O antagonismo argumentativo deu origem à dialética na Grécia Antiga e se desenvolveu em sentido filosófico, passando a caracterizar o princípio da negatividade:



é a negação que promove crises e rupturas em nome de uma nova síntese. A antítese, portanto, é o conteúdo mais específico deste modo de compreensão da realidade.

Se estivermos diante de uma antítese benigna, sistêmica, seu resultado será um rearranjo do sistema em questão, será um melhoramento das condições dadas, serão realocações dos mesmos elementos; Se, porém, estivermos diante de uma antítese mais radical que questione não só pontos esparsos do sistema, mas ele próprio globalmente, o teor do novo pode superar o teor do velho na síntese (DEMO, 1995, p. 157).

Ao realizar-se na história, o jornalismo sofreu inúmeras transformações. Seja do ponto de vista tecnológico ou simbólico. Afinal, já narrou o presente de diferentes modos e com diferentes linguagens. O momento atual, contudo, inaugura uma nova fase de transformação. Coloca em cheque a própria necessidade da profissão. O que o rádio fez sobre os jornais impressos ou o que a TV significou para o rádio traduz-se, de certa forma, como a reafirmação das especificidades de cada meio: o rádio é mais instantâneo, o jornal tem maior profundidade, a TV conta com a chancela das imagens para a interpretação dos acontecimentos. O tensionamento imposto sobre as práticas jornalísticas agora, em função da internet, representa – acima de tudo – a urgência da revisão sobre a necessidade do jornalismo, o que antes não havia ocorrido de forma tão emblemática. Pela primeira vez, o jornalismo é tensionado a olhar para si, para as suas funções.

Em trabalho anterior (BERGER; HAUSER, 2014) constatou-se, por meio da análise das publicações do jornal *El País* sobre o tema “crise do jornalismo”, que a diferenciação é um dos argumentos propulsores de um discurso de fortalecimento das práticas jornalísticas ditas tradicionais como sendo fundamentais para a manutenção das sociedades democráticas em função de preceitos calcados, historicamente, na capacidade crítica da atividade e sua credibilidade. Ramonet (2012) endossa essa ideia ao afirmar que os jornais impressos considerados de referência são ainda muito demandados pela audiência nas suas versões online. Interessante notar que o *El País*, nesse caso, é um dos poucos no mundo a utilizar sua página na internet para trazer à tona o tema. Na maioria dos demais periódicos – como o *The New York Times* (EUA), o



The Guardian (Inglaterra), a *Folha de S. Paulo* e *O Globo* (Brasil) – não foram encontradas mais que cinco referências ao termo.

Em uma matéria intitulada *Wikileaks y 'los viejos del lugar*, por exemplo, publicada no dia 21 de dezembro de 2010, o jornal espanhol relata o encontro de representantes de cinco grandes jornais do mundo que estavam publicando materiais divulgados pela organização liderada por Julian Assange. “Viejos del lugar” (os velhos do lugar) foi a expressão para designar os jornais diante do Wikileaks, representação expressiva de como a informação circula na rede. O termo “crise do jornalismo” aparece, no entanto, vinculado à ideia de valorização do “bom e velho jornalismo”, quando Esther Vera, mediadora do debate, afirma que o “Wikileaks valorizou o jornalismo tradicional em um momento de mudanças, de crise, tanto do jornalismo como da política”. A declaração se refere, supomos, ao fato de Assange ter buscado parceria com jornais de referência para divulgação de seus dados, apostando em sua credibilidade.

Na *Folha de S. Paulo*, o tema ganhou algum destaque no final de 2008 com a publicação de um artigo de autoria de Marcos Nobre. O autor argumentava que a característica fundamental dos jornais é a notícia, formato que estaria em crise³²⁰. “O formato notícia pretende ter o monopólio da informação neutra e objetiva. Foi com base na notícia que o jornal construiu sua legitimidade e seu prestígio”, afirmou. “A internet minou essas distinções de maneira irremediável”. A preocupação, segundo Nobre, seria averiguar se as práticas formadoras do jornalismo como um tipo específico de conhecimento sobre o mundo (GENRO FILHO, 1989) podem adquirir novos sentidos.

Em tese de doutorado, Thaís Jorge (2013) aborda esta questão – a mutação das notícias – a partir de duas linhas argumentativas que podem ser aplicadas quando pensamos o jornalismo como obra cultural de modo mais geral. A primeira é sócio-histórica: as características das notícias estão se adaptando desde o seu surgimento – e a autora defende que isso tenha ocorrido já na pré-história – em função dos tipos de

³²⁰ O artigo, intitulado “Notícia em Crise”, foi publicado na edição impressa do jornal *Folha de S. Paulo* em 23 de dezembro de 2008. Disponível para acesso virtual em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2312200806.htm>. Acesso: 22 set 2014.



sociedade que se desenvolvem. A segunda é tecnológica, uma vez que a notícia estaria enfrentando sua mutação mais intensa com o advento da internet.

Neste mesmo sentido, Lafuente (2012) afirma que o jornalismo tem sido, nos últimos 15 anos, empurrado pouco a pouco para a beira de um abismo pela revolução digital. “Nunca antes uma mudança tecnológica havia transformado tanto nosso ecossistema”, afirma o jornalista responsável pela elaboração da estratégia digital do jornal *El País*. E prossegue (2012, p. 7): “pela primeira vez temos que administrar uma transformação que supõe a perda de um dos elementos chave e que convertia em essencial a existência do nosso ofício: a administração exclusiva da intermediação”.

Em 2009, a revista *Time* (EUA) publicou um artigo intitulado “How to save your newspaper?” (como salvar o seu jornal), no qual afirmava que no ano anterior um estudo revelara que mais pessoas nos Estados Unidos estavam consumindo notícias gratuitamente através da web do que pagando por jornais e revistas impressos. Por isso a preocupação em salvar o papel. A fase segue sendo de experimentação e, por isso, sentimento de crise. Um modelo de jornalismo não sólido perde espaço mais facilmente do que um que está consolidado perante o público.

A preocupação com as transformações do jornalismo e também dá origem ao blog *Periodismo con Futuro*³²¹, uma proposta do próprio Lafuente, para que a discussão sobre a crise do jornalismo seja promovida e sustentada pelos protagonistas desse movimento: jornalistas e pesquisadores da área. “¿Hacia dónde va el periodismo? Los desafíos de informar, en todos los soportes, con nuevos estilos”, é a frase que descreve o blog. A primeira publicação foi ao ar no dia 07 de março de 2011, defendendo que há, sobre o futuro do jornalismo, poucas certezas. A última postagem é do dia 24 de abril de 2014. Mas o blog não é destinado ao público em geral, ainda que possa ser acessado por qualquer leitor. Um debate fechado, portanto, do ponto de vista da produção. Em iniciativa mais recente, o *The New York Times* publicou um documento que trata do contexto atual, as preocupações que ele acarreta para as grandes empresas jornalísticas e sobre a necessidade de inovação para desenvolver a audiência: “O NYT precisa

³²¹<http://blogs.elpais.com/periodismo-con-futuro/>.



desenvolver novas estratégias para aumentar a audiência. A urgência está crescendo pois a mídia digital está aumentando, consolidando-se e tornando-se mais inovadora” (The New York Times Innovation Report, 2014, p. 3).

Segundo Pavlik (2014), podem ser distinguidas três fases do jornalismo online. A primeira delas correspondeu apenas a replicação do conteúdo da edição impressa dos jornais no ambiente online. A segunda fase é marcada pela produção de conteúdo exclusivo para a web, diferenciado através do uso de hiperlinks, interatividade e multimídia. A terceira corresponderia ao jornalismo de conteúdo original, com narrativas não lineares e experiências únicas de consumo da informação proporcionadas pelas tecnologias digitais. Para o autor, estaríamos vivenciando, ainda, o segundo estágio.

3. No interior da crise: a experiência de Zero Hora

3.1 A estrutura da redação de Zero Hora

Há aproximadamente três anos, *Zero Hora* passou por um processo de integração das redações, de modo que a ilha de produção de *zerohora.com* foi desfeita e seus repórteres e editores foram redistribuídos pelas editorias do jornal impresso (SEIBT, 2014). Praticamente dois anos depois, em 1º de maio de 2014, passou por nova mudança, reconhecida pelo próprio veículo como “uma das mais impactantes de sua história”³²². Além de alterar seu logotipo, o jornal modificou o projeto gráfico e editorial da versão impressa e o site passou por uma reformulação no design. Mas a transformação mais importante foi nas redações: impresso e online voltaram a trabalhar de forma separada. A ilha de *zerohora.com*, antes extinta, voltou a funcionar de um lado. Do outro, estão as editorias do impresso. Ao centro, o editor-chefe, os editores de imagem e de capa. A opção do jornal foi voltar atrás com relação ao modelo de integração, numa clara fase de experimentação sobre qual a melhor forma de fazer jornalismo no atual momento. Os profissionais estão divididos em dois núcleos: (1)

³²² Tal afirmação consta em um texto publicado no caderno especial para estudantes de comunicação, publicado em agosto de 2014.



multiplataforma, que produz o material do papel, mas sem perder de vista as outras plataformas; (2) foco digital, especializado em conteúdo para os meios digitais.

O primeiro aspecto a ser ressaltado sobre esta estrutura organizativa é o papel que desempenham os editores de integração. Em síntese, evitam o retrabalho. Ou seja, que dois repórteres estejam fazendo a mesma coisa, ou a mesma apuração, mesmo que sejam de equipes diferentes. Na maioria dos casos, o papel aproveita a apuração do *online* ou vice e versa. Só quando o assunto é muito estratégico para ambas as plataformas, é que ocorre a apuração própria, mas sempre há a troca de materiais. Os editores de integração participam de todas as reuniões de pauta – digital e multiplataforma – a fim de que estejam por dentro de todas as apostas do dia, em ambas as plataformas, e das possíveis interações. Na reunião da equipe do multiplataforma, por exemplo, é atribuição do editor de integração fazer uma síntese da reunião do digital: apresentar quais serão as apostas do dia na versão online do jornal.

3.2 Os primeiros indícios

O editor de conteúdo da plataforma digital tem experiência no impresso: “*são 15 anos trabalhando na geral, uma editoria de muita precisão*”, contou. Segundo explicação dada por ele, o trabalho no digital organiza-se de tal forma a contemplar, se possível, uma atualização a cada hora. O mais importante, contudo, para além da rapidez das atualizações, é o rigor das informações apresentadas. “*A essência é a mesma: apuração exhaustiva. Isso é muito importante para nós, por isso queremos trazer para o online de modo natural. É pensar com a cabeça do papel quanto ao critério na hora de apresentar as informações*”, explica.

O cuidado com a criteriosa apuração ou com a publicação de notícias mais analíticas no online talvez represente uma preocupação com outro fato bastante característico deste tipo de redação: a relação direta com a audiência. Na redação de *zerohora.com* três aparelhos de televisão ficam em um lugar estratégico, mostrando quais as matérias mais acessadas ou com maior engajamento (as notícias nas quais os leitores dedicaram mais tempo de sua atenção). Quando a pesquisa exploratória



ocorrera, poucas notícias consideradas *hard news* alcançaram o topo das listas. Na reunião de pauta com foco no digital, por sua vez, o que mais se ouve é “teve audiência” ou “não teve audiência”. Ao colocar na roda de avaliações uma matéria sobre o PIB que havia circulado no dia anterior, um dos membros da equipe diz que a notícia não foi tão bem quanto ao número de acessos. Os jornalistas dedicaram-se, por alguns minutos, a avaliar o motivo deste resultado, já que a informação era de serviço: “Entenda o que o aumento do PIB tem a ver com você”, numa clara tentativa de aproximação com o leitor. A notícia foi, inclusive, chamada nas redes sociais. Não adiantou. “*As pessoas não estão acostumadas com isso, elas veem PIB e não se interessam*”, argumentou uma das jornalistas. “*É a relevância, a questão toda é essa*”, afirmou o editor de conteúdo, no sentido de defender a importância da notícia.

Naquele momento, a notícia sobre o PIB tinha texto e uma ilustração, não contendo características próprias do jornal online. Essa transposição do conteúdo “com cara de papel” para *zerohora.com* estava presente na maioria das matérias. Os fatores que diferenciavam a cobertura do digital estavam centrados em três aspectos: velocidade, recursos de imagem e vídeo (em alguns casos) e relação com a audiência. É muito mais fácil medir o que a audiência “gosta ou não gosta” em um jornal online. Mas *zerohora.com* ainda não havia constituído uma identidade própria como jornal inserido no ciberespaço. Coincidentemente, no momento da escrita deste artigo, a manchete de *zerohora.com* é “*Como um PIB de 0,1% interfere na sua vida*”³²³. A matéria está na editoria “ZH Explica” e cumpre a função, literalmente, de explicar o que é o PIB e como sua alteração afeta a vida das pessoas. O texto conta, inclusive, com uma sessão de perguntas e respostas. Logo abaixo da manchete principal, estão outras três matérias relacionadas ao tema: (1) *Economia tem pior resultado desde 2009*; (2) *Brasil é um dos que menos crescem*; (3) *Em 1 minuto, entenda o cálculo do PIB* (imagem 1). Os textos 1 e 2 tem caráter noticioso. O texto 1 possui um infográfico interativo que explica o que é o Produto Interno Bruto, quais as consequências de suas variações, como é feito o

³²³ Dia 27 de março de 2015. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/03/como-um-pib-menor-interfere-na-vida-das-pessoas-4727075.html>.



cálculo do PIB e quais os objetivos deste cálculo³²⁴. O texto 2 apresenta um gráfico interativo que permite comparar o PIB de alguns países do mundo³²⁵. Já a manchete 3 está direcionada a um vídeo explicativo sobre como é feito o cálculo do PIB.

The image shows the homepage of the Zero Hora website. At the top left, there is a weather widget for Porto Alegre showing 24°C and 'Previsão completa'. The Zero Hora logo is prominently displayed in the center. To the right, there are links for 'Entrar' and 'Assine'. Below the logo, a navigation bar includes categories like 'Notícias', 'Entretenimento', 'Esportes', 'Porto Alegre', 'Vida e Estilo', 'Mais ZH', and 'Assinantes'. The main headline is 'Como um PIB de 0,1% interfere na sua vida'. Below this, there are three featured content blocks: a bar chart titled 'EVOLUÇÃO DO PIB' with the sub-headline 'Estagnação Economia tem pior resultado desde 2009'; a photo of people at a summit titled 'BRICS 2014 Em 2014 Brasil é um dos que menos cresceram'; and a video thumbnail titled 'VIDEO Em 1 minuto, entenda o cálculo do PIB'.

Figura 1: Capa do jornal Zerohora.com em 27 de março de 2015

É possível compreender, com base nestes indícios, que o processo produtivo em *zerohora.com* está em construção. Se há um ano a matéria sobre o PIB não obteve sucesso junto ao público, o jornal traçou novas estratégias para atrair o leitor sobre um assunto considerado *hard news*. Mas não deixou de abordar o tema porque ele não teve audiência.

Além disso, a partir da observação realizada, fica claro que a equipe do jornal digital está diante de um novo meio e, por isso, precisa se adaptar às suas características, sintetizadas através dos conceitos de hipertextualidade, interatividade e multimídia (NOCI, 2008). Em conversa com o editor de integração que trabalhava no turno da manhã, algumas questões vem à tona: “*Tudo é muito novo, por isso o processo é truncado. Está todo mundo aprendendo a lidar com essa nova organização*”. A observação do outro editor do turno da tarde segue a mesma lógica: “*O rigor do papel continua no online, mas precisa ficar com cara de online. O*

³²⁴ <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/03/economia-cresce-0-1-em-2014-pior-resultado-desde-2009-4727092.html>

³²⁵ <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/03/brasil-e-um-dos-paises-que-menos-cresceram-em-2014-4727061.html>



infográfico postado hoje, por exemplo, sobre crimes, é de papel, estático, não deveria ser assim. Acho que o papel está mais bem resolvido que o online, já achou o seu caminho. O jornal de papel consolida a cobertura do dia". A segunda questão, no entanto, diz respeito ao modo como a adaptação a tais características também dialoga com fundamentos do jornalismo que se cristalizaram historicamente, como o critério na apuração das informações e o interesse público. *"A informação é a mesma, mas precisamos empacotar para diferentes plataformas"*, comenta o editor.

Alguns jornalistas, ao que parece, preocupam-se seriamente com o fato de que o público do jornal digital não consome informações *hard news* com tanta intensidade quanto as de esportes ou entretenimento. É possível fazer um jornal que só agrade ao público? Sem dúvida, a resposta da equipe seria negativa. O jornal, em síntese, tem uma função social a cumprir, seja em sua versão online ou impressa. Interessa, assim, investigar em que medida essa função continuará sendo cumprida e com quais características. Conforme aponta Leal (2013 apud LEAL et. all, 2013, p. 11), "é importante perceber que, sendo um fenômeno cultural, as regras e procedimentos do jornalismo são sempre marcados por valores, características e percepções que o vinculam a tempos e espaços particulares", afirmação que está em diálogo com o entendimento do jornalismo enquanto obra cultural (GROTH, 2011).

As transformações não configuram-se somente através do impacto causado pelas tecnologias, mas também no contexto social, histórico e cultural dos usos da informação. A transformação está, sobretudo, em diálogo com o que já foi constituído no passado e com aquilo que o jornalismo pode vir a ser no futuro. Haverá um novo jornalismo ou um novo sistema de produção de sentidos sobre o mundo? A reflexão de Henn (2014, n.p)³²⁶, ao tratar do ciberacontecimento, ajuda a elucidar as sínteses possíveis para esta resposta:

[...] o parâmetro de permanência, muito forte em sistemas que historicamente consolidam potência organizacional para fazer frente à entropia eminente, entra em ação nos momentos críticos em que o sistema reorganiza-se transformado, mas mantendo alguns núcleos de sua identidade. Pensa-se que o jornalismo, dados a sua história, os

³²⁶ Citação retirada dos arquivos originais do livro, antes da publicação.



fundamentos culturais e sociais que o legitimam e sua faceta empresarial arraigada nos poderosos conglomerados de mídia, tem um conjunto de elementos de grande fôlego para transmutar-se nesse processo crítico e continuar sendo jornalismo.

4. Considerações Finais

Ainda que a maioria das matérias publicadas pelo *El País* possua um caráter de reforço do “bom e velho jornalismo”, alguns poucos textos sinalizam questionamentos sobre o futuro da profissão. É o caso da entrevista com o cronista Martín Caparrós, que em abril de 2014 acabava de publicar “El Interior”, obra literária sobre a Espanha. Em sua fala, o escritor encarava a crise como uma possibilidade de renovação: “¿La crisis del periodismo? “Las crisis sirven para que las cosas cambien. Hace veinticinco años nadie se preguntaba por nuestro porvenir. El nerviosismo actual sobre el oficio en realidad es un estado de alerta que abre muchas posibilidades” (CRUZ, 2014). Groth (2011) já dissera que o jornalismo, enquanto obra cultural, possui um sentido teleológico orientado pelas intenções (finalidades atribuídas) e trabalho humano. Toda obra cultural é dotada de um sentido, que caracteriza-se por conter uma disposição, uma tendência, que nunca é realizada completamente.

Os indícios aqui relatados ou, ainda, o silenciamento sobre o tema nos outros veículos, permitem observar a existência de um discurso de reforço sobre os princípios historicamente consolidados do jornalismo e a escassez de um debate sobre suas possibilidades em aberto.

Existe uma crise. E ela não é apenas econômica. Os jornais a percebem, enquadrando-a como processo evolutivo natural que está relacionado a mais uma nova tecnologia – neste caso, as redes sociais digitais. O que fazer para manter fortalecidos os preceitos do jornalismo? Como reafirmar um campo cujos pressupostos que o constituíram são questionados? E, principalmente, como enfrentar (ou incorporar) as possibilidades que o momento oferece, sendo elas justamente o que propulsiona a crise? O impasse é visível dentro das redações e também nas narrativas do jornalismo sobre si. Os silêncios, ao que parece, reafirmam o momento de incerteza sobre o futuro: como se



transformar sem deixar de ser jornalismo? Como lidar com uma aproximação cada vez maior do público, cujas respostas incidem de forma muito mais direta sobre as práticas e narrativas do jornalismo? Como consolidar uma nova relação com o leitor e ao mesmo tempo não integrá-lo ao debate sobre o futuro do jornalismo? Revolucionar-se seria admitir a perda da hegemonia para contar o presente?

É natural que o jornalismo crie resistência a sua transformação pelos condicionamentos econômicos e a necessidade de sobrevivência das instituições. Por isso, parece conflituosa a relação entre a necessidade de encontrar um novo modelo de produção de sentido sobre o presente e manter as estruturas históricas em funcionamento. Esse paradoxo aparece em Pavlik (2014, p. 22): “Este jornalismo digital é normalmente desenvolvido por profissionais do fazer jornalístico que sejam éticos e capazes de, cada vez mais, colocar as histórias em um contexto mais amplo. Ainda assim, a incerteza do estado financeiro do jornalismo digital é uma grande preocupação da área”. Stephens (2014) também argumenta neste sentido: o jornalismo vive uma mudança de paradigma e ao mesmo tempo sofre dificuldades ao resistir à noção – fortalecida nos Séculos 19 e 20 – de que a atividade é uma colecionadora de fatos. A saída apontada por ele revela, ao mesmo tempo, que é preciso retornar a uma visão histórica sobre os profissionais do campo: “não como repórteres do que está se passando, mas como sujeitos capazes de oferecer uma sábia versão sobre o que está acontecendo” (2014, p. 18, tradução nossa).

O conceito de *suprassunção*, em Hegel, contribui à compreensão desse momento – num equilíbrio entre a manutenção dos preceitos tradicionais e uma reinvenção da atividade. A palavra contém três sentidos. No seu desmembramento: *supra* significa elevar, ir além ou ultrapassar; *assumir* que quer dizer conservar ou manter para si e *sumir* indica negação ou desaparecimento. Quando a humanidade alcança novas formas de desenvolvimento, conhecimentos atualizados, isso não significa que o passado foi esvaziado ou esquecido. Quer dizer, apenas, que ele está se integrando ao novo. Postula-se, por fim, que esse seja um movimento reflexivo que pode servir como referência para pensar a crise do jornalismo para além de sua dimensão econômica.



5. Referências

BLANCHAR, Clara. Wikileaks y "los viejos del lugar". **El País**, 2010. Disponível em: <http://elpais.com/elpais/2010/12/21/actualidad/1292923049_850215.html>.

BOLTER, J.D; GRUSIN, R. **Remediation: understanding new media**. Cambridge, Mass: MIT Press, 2000.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Ortiz, 1989.

GOMIS, Lorenzo. **Teoría del periodismo: cómo se forma el presente**. Barcelona: Paidós, 1991

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HEGEL, G.W.F. **A fenomenologia do espírito**. Parte 1. Tradução: Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 1992.

HENN, Ronaldo. **El Ciberacotecimento: producción y semioses**. Barcelona: Editorial UOC e InconUAB, 2014.

ISAACSON, Walter. How to save your newspaper. **Time Magazine**, 2009. Disponível em: <<http://time.com/3270666/how-to-save-your-newspaper/>>

JORGE, Thaís de Mendonça. **Mutação no jornalismo**. Como a notícia chega à internet. Brasília: Editora UnB, 2013.

LAFUENTE, Gumersindo. **A melhor maneira de fazer jornalismo é pela internet: entrevista com Gumersindo Lafuente Parte 1**. In: MAROCCO, Beatriz. O jornalista e a prática: entrevistas. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2012, p. 211-218.

_____. ¿Como hemos llegado hasta aquí? **Cuadernos de Comunicación Evoca**, Madrid, 2012.

LEAL, Bruno Sousa et. all. **A “crise do jornalismo”**: o que ela afirma, o que ela esquece. Encontro Nacional de História da Mídia, Ouro Preto (MG), 2013. Anais...Ouro Preto, 2013. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-do-jornalismo/a-201ccrise201d-do-jornalismo-o-que-ela-afirma-o-que-ela-esquece>>. Acesso em 20 de junho de 2014.

NOBRE, Marcos. **Notícia em Crise**. Folha de S. Paulo, 2008.



NOCI, Javier Díaz. **A History of Journalism on the Internet:** A state of the art and some methodological trends. *Revista Internacional de Historia de la Comunicación*, n. 1, 2013, p. 253-272.

_____. **Definición teórica de las características del ciberperiodismo:** elementos de la comunicación digital. *Doxa Comunicación*, n. 6, 2008, p. 53 – 91.

PAVLIK, John. Entretenimento e informação no envolvimento da audiência (entrevista a Andriolli Costa). **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. São Leopoldo: Unisinos, 2014.

RAMONET, Ignacio. **A explosão do jornalismo:** das mídias de massa à massa de mídias. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

SEIBT, Taís. **Redação Integrada:** a experiência do jornal Zero Hora no processo de convergência jornalística. 2014. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2014.

STEPHENS, Mitchell. **Beyond News:** The Futuro of Journalism. New York: Columbia, 2014.

THE NEW YORK TIMES. **Inovation**. New York, 2014.



Futuro e passado presentes na produção noticiosa: *habitus* profissional na seleção de fontes do jornalismo³²⁷

Hendryó André³²⁸
Elza Oliveira Filha³²⁹

Resumo: A partir de uma reflexão sobre a interiorização das formas de seleção e tratamento de fontes pelos jornalistas (*habitus*), este trabalho esmiúça lacunas relativas à valorização excessiva de especialistas nas notícias. Embora se parta de um pressuposto de que esse tipo de fonte seja fundamental para o exercício do jornalismo, o trabalho aponta elementos que, embora sejam inerentes à produção científica, são incapazes de interpretar o mundo social de forma autônoma. Esse fato corrobora a noção de que o conhecimento científico não pode ser considerado como a única forma legítima de saber na contemporaneidade. Assim, o artigo parte de uma discussão sobre como o conceito de *habitus* se aplica ao jornalismo, com ênfase nas fontes. Em seguida, elenca alguns aspectos da especialização, que aludem para a sobrevalorização de fontes especializadas na atividade profissional e, por fim, discorre sobre fatores que apontam características pouco exploradas pelo jornalismo no que tange à apropriação de personagens nas notícias.

Palavras-Chave: Fontes jornalísticas; *habitus*; especialistas; personagens.

1. Introdução

Numa mesma notícia, concepções sobre passado e futuro costuram o imediatismo da produção jornalística a partir das fontes. Quando se abordam problemas no trânsito, crimes hediondos ou de catástrofes ambientais, o *habitus* profissional segrega *personagens* de *especialistas* e *fontes oficiais*. É rotineira a busca por figuras populares para detalhar um acidente de trânsito, depor sobre um homicídio, ou ainda, relatar o deslizamento de casas em função de uma tempestade – e essa perspectiva só tende a crescer com a potencialidade que o público tem de registrar acontecimentos com

³²⁷ Paper encaminhado ao *Eixo D* da chamada de artigos do *III Colóquio Internacional Mudanças Estruturais no Jornalismo* (MEJOR 2015).

³²⁸ Doutorando em Jornalismo pela UFSC. Professor do curso de Jornalismo da Universidade Positivo. E-mail: hendryoandre@gmail.com.

³²⁹ Doutora em Ciências da Comunicação pela Unisinos. Professora do Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação da UTFPR. E-mail: elzaap@homail.com.



dispositivos móveis. Por outro lado, para opinar sobre conjunturas e caminhos futuros do trânsito, da segurança pública e do meio ambiente, a opção jornalística costuma recair sobre fontes oficiais ou especializadas – muitas delas, *pró-ativas* (SCHMITZ, 2011) –, como se apenas em raros fatos um personagem pudesse ser protagonista de uma concepção de seu próprio futuro ou de uma justificativa/explicação de seu passado.

Este trabalho reflete sobre os silêncios e efeitos relativos à interiorização das formas de seleção de personagens pelos jornalistas. Parte-se da presunção de que o papel das fontes deva ser um caminho relevante para trilhar o jornalismo como uma das novas profissões do conhecimento (MEDITSCH, 1997). No campo há possibilidades de percorrer uma trajetória para constituí-lo numa forma de conhecimento legitimada e distinta do saber tradicional. Para isso, seria preciso refletir sobre o uso desproporcional dessas fontes nos conteúdos jornalísticos. Dito de outro modo, a área parece estar numa encruzilhada frente a duas formas antagônicas de saber: o *científico*, pautado majoritariamente pela razão validada mediante o rigor do método; e o *senso comum*, expresso nas observações cotidianas, no conhecimento do “homem da rua” (BERGER; LUCKMAN, 2003). Para Santos (2002), há desperdício da riqueza social quando se restringe o conhecimento validado ao de teor científico, já que a experiência social vai além da ciência. Isso só seria superado a partir de “um modelo diferente de racionalidade” (SANTOS, 2002, p. 238). Acredita-se que o jornalismo – enquanto modo de conhecimento – agrega de forma latente princípios que podem legitimar uma nova forma de racionalidade. Por isso, a área – que enfrenta uma decadência no modelo de negócio e no desprestígio profissional – depara-se com a oportunidade de reposicionar-se como uma nova profissão do conhecimento numa das épocas de auge da crise na Modernidade (GIDDENS, 1991) e do próprio conhecimento científico (DUARTE JUNIOR, 2002).

Conforme se pode perceber, a apologia ao conhecimento científico estabeleceu “parâmetros disciplinadores do saber” (DUARTE JUNIOR, 2002, p. 14), capazes de tornarem a razão como prioritária na construção da realidade. No entanto, fruto de uma contradição interna, o jornalismo funciona como uma forma de conhecimento que produz ou reproduz novos saberes, ao mesmo tempo em que os degrada (MEDITSCH,



1997). Assim, a tensão entre conhecimento científico e senso comum encontra-se nas mais diversas fases do processo de produção noticiosa, embora o foco deste trabalho esteja na seleção e tratamento das fontes. Como a crise moderna parece ser fruto exatamente da hegemonia de um conhecimento racionalizado e desumanizado – cujas raízes estão fixadas em instituições que legitimam a Modernidade, entre elas, o jornalismo –, vislumbra-se que o campo possa se reconstituir a partir de uma concepção que o fomenta enquanto forma legítima de conhecimento. Acredita-se que voltar a atenção para os personagens seja um passo importante e, ao mesmo tempo, “silenciado” nos estudos jornalísticos.

Para atingir esse resultado, o trabalho parte de uma reflexão em torno do conceito de *habitus*, especialmente na seleção e tratamento das fontes, esmiúça algumas lacunas das fontes especializadas no que se refere à riqueza social e, nas considerações finais, elenca algumas potencialidades no enriquecimento da experiência social disponibilizado pelo jornalismo mediante o uso de personagens como protagonistas.

2. O Conceito De *Habitus*

Diferentes grupos sociais têm *habitus* específicos cristalizados ao longo da prática social, capazes de reservar respostas espontâneas para situações semelhantes. Estas reações não reflexivas dispensam os cálculos de custo e benefício, significando economia de tempo na ação e contribuindo para a manutenção da estabilidade social. Os agentes sociais só tomam consciência de seu agir, no tempo, quando não encontram uma solução mais ou menos pronta em seu arsenal de *habitus* e são obrigados a calcular as reações com base nos fins pretendidos.

Bourdieu (1983), alargando as determinações da ação social, muitas vezes atribuídas apenas à origem de classe, define *habitus* como um:

[...] sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas ao seu fim sem supor



a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um regente (*Ibid.*, p. 61).

Habitus designa uma maneira de ser, uma predisposição, uma inclinação. As práticas sociais, no geral, encontram-se ajustadas às chances objetivas de suas realizações e as rotinas produtivas, comuns a todas as atividades, inclusive as de trabalho, são grandes formuladoras do *habitus* de um grupo profissional.

Barros Filho e Martino (2003) desenvolvem a aplicação deste conceito no meio jornalístico brasileiro e identificam alguns traços comuns na categoria profissional. Para os autores, “o *habitus*, somado às especificidades de interação de cada campo, constitui o núcleo gerador do cotidiano” (BARROS FILHO; MARTINO, 2003, p. 64-65).

Para entender melhor o conceito é interessante voltar às suas origens, em Aristóteles. O pensador grego dizia que a atribuição de sentido a qualquer mensagem dependia da participação do receptor em função de seus hábitos. Nesse sentido, hábito remete a um saber prático e cotidiano que não tem a pretensão de tornar-se ciência. Além disso, qualquer reflexão sobre hábito é inseparável do aspecto da repetição, pois, para Aristóteles, a experiência não significa apenas o conhecimento sensível; a experiência da vida é o conhecimento repetido de certas situações:

Todo hábito é um tipo particular de saber prático, ou seja, de conhecimento voltado para a ação, para a práxis. Assim, dada uma certa situação, essa práxis pode ser precedida de um cálculo, de uma reflexão consciente com base em efeitos presumidos e fins a alcançar. Nem sempre, no entanto, este cálculo é necessário. A observação repetida de situações, constatadas como análogas, pode produzir no agente social uma reação espontânea, não refletida (*Ibid.*, p. 69).

O conceito de *habitus* em Bourdieu tem como premissa o fato de que indivíduo e sociedade não são entidades paralelas, mas interdependentes. “Uma vez que todo indivíduo é socializado, passa a carregar a sociedade em suas ações. É justamente este processo de socialização que possibilita a aquisição de certos saberes práticos que se incorporam e dispensam cálculos, ou seja, possibilita o *habitus*” (*Ibid.*).

Cada agente – tenha ou não consciência desse fato – é produtor e reproduzidor de sentido objetivo, num processo contínuo de codeterminações onde suas ações são fruto



da cristalização de práticas socialmente aceitas, ao mesmo tempo em que influencia as práticas futuras. No âmbito de uma redação, por exemplo, os valores-notícia acionados pelos jornalistas para identificar os acontecimentos que serão transformados em matérias fazem parte do *habitus* da comunidade jornalística. Da mesma forma, a escolha das fontes consultadas para elaboração de materiais jornalísticos, em especial as reportagens, é determinada pelo *habitus* – isso explica, pelo menos parcialmente, a intensa repetição de fontes que encontramos em todos os veículos e, ainda, contribui para justificar porque largos segmentos da sociedade são silenciados pela imprensa.

O *habitus* deve ser visto como produto da história, um sistema de disposições aberto, permanentemente afetado por novas experiências onde o agente social é um ‘individual coletivo’ e um ‘coletivo individualizado’ pelo fato da incorporação. Todo agir social é classificado levando em consideração um repertório valorativo de comportamentos construídos por meio de observações anteriores. Estas influências do passado, no entanto, não eliminam o confronto com a realidade em sua dimensão dialética e permitem uma atualização permanente dos esquemas de classificação pré-existentes e inseridos nos limites do saber prático constituído.

Evidentemente, o repertório interiorizado pelo *habitus* não é capaz de dar conta de todas as situações da vida cotidiana. E aqui, novamente, os jornalistas podem ser considerados uma categoria diferenciada por estarem sempre em busca do novo, do inusitado, do “acontecimento imprevisível que irrompe acidentalmente à superfície epidérmica dos corpos”, na definição de Rodrigues (1999, p. 29) e a respeito dos quais, muitas vezes, não há comportamentos ou reações cristalizadas.

O comportamento dos profissionais no campo jornalístico vai sendo moldado aos ambientes de trabalho, nas redações, como um processo de socialização que se dá tanto ao nível do diálogo e da discussão das condições concretas de trabalho e das tarefas cotidianas, quanto – e principalmente – por um sistema tácito de aprendizagem, ancorado justamente na rotina de trabalho. Em um texto clássico sobre a profissão, Robert Darnton, que foi repórter do The New York Times na década de 1950, sustenta que “o contexto do trabalho modela o conteúdo das notícias e as matérias também



adquirem forma sob a influência das técnicas herdadas de contar histórias” (DARNTON, 1990, p. 96-97).

3. Fontes

Entre os fatores que contornam a notícia estão as negociações envolvendo jornalistas e fontes, a existência de valores partilhados entre os profissionais e a dependência dos canais de informação de rotina. Moretzsohn (2002) demonstra que todos estes aspectos estão imbricados:

Mais do que a interferência dos interesses políticos e econômicos, equivocadamente vistos como ‘estranhos no ninho’ (como se o jornalismo pudesse existir numa esfera ideal, independente da teia de interesses do poder), é o *habitus* que proporciona o estabelecimento de rotinas que levam a notícia a ser procurada ali onde ela é sempre encontrada, o que cria um círculo vicioso que envolve a relação com as fontes (MORETZSOHN, 2002, p. 66).

As organizações burocratizadas em que se transformaram os jornais atuais, assim como os demais veículos de informação, criaram grande dependência dos canais de rotina (conferências de imprensa, tribunais, agências noticiosas, press-releases). Estas estruturas complementam as atividades das fontes individuais que, em entrevistas cada vez menos presenciais, fornecem informações aos jornalistas. Medina (2001, p.18) explica que a entrevista jornalística “é uma técnica de obtenção de informações que recorre ao particular; por isso se vale, na maioria das circunstâncias, da fonte individualizada e lhe dá crédito, sem preocupações científicas”.

Muitas pesquisas já foram feitas a respeito da relação entre jornalistas e seus informantes, sendo que um dos aspectos fundamentais do trabalho jornalístico é exatamente o cultivo de fontes. “O estudo das fontes assume especial relevo porque a matéria-prima da informação não pertence ao informador profissional. Daí uma relação de dependência do jornalista em relação à fonte” (BARROS FILHO, 2003, p.190). Apesar de efetivamente necessitarem das fontes, os profissionais da notícia – dada à multiplicidade de informantes existentes no tecido social e a autonomia relativa que



adquirem no desempenho da função – podem também “silenciar” algumas fontes, impedindo ou dificultando seu acesso aos jornais. Jornalistas e fontes – sejam elas políticas, econômicas, jurídicas ou ligadas a qualquer outro segmento – pertencem a diferentes campos sociais e se orientam em direções distintas, mas precisam manter uma interação, incorporando alguma lógica um do outro.

Na cultura jornalística, a relação entre a fonte e o profissional é de extrema importância, cercada até mesmo pelo estatuto do sigilo que garante ao jornalista (inclusive com respaldo legal na maior parte dos países) o direito de preservar a identidade de sua fonte, sendo considerada falha profissional grave a quebra desse preceito. Os jornalistas sabem que, no geral, fontes são pessoas interessadas e para avaliar a confiabilidade das informações, de acordo com Traquina (2004), utilizam três critérios: a autoridade, a produtividade e a credibilidade. Existe uma hierarquia de credibilidade que estabelece uma relação direta entre a posição social da fonte e a aceitação de suas informações como verdadeiras. Além disso, uma fonte com credibilidade comprovada pode significar informação a custo mais baixo e em menor tempo, já que não haverá necessidade de checagem complementar. A questão da produtividade está relacionada à quantidade e qualidade dos materiais que a fonte é capaz de fornecer. “Devido a estes critérios é fácil compreender que as fontes oficiais correspondam melhor do que as outras às necessidades organizativas das redações. As fontes oficiais acabam por assumir uma credibilidade adquirida com o tempo e com a rotina” (TRAQUINA, 2004, p.192).

Wolf enumera algumas classificações para as fontes de informação: elas podem ser institucionais ou oficiosas; estáveis ou provisórias; ativas ou passivas. “As fontes não são todas iguais e todas igualmente relevantes, assim como o acesso a elas e o seu acesso aos jornalistas não está uniformemente distribuído. (...) A rede de fontes que os órgãos de informação estabelecem como instrumento essencial para o seu funcionamento, reflete, por um lado, a estrutura social e de poder existente e, por outro, organiza-se a partir das exigências dos procedimentos produtivos” (WOLF, 1995, p. 200). Têm maior acesso aos jornalistas aqueles que detêm poder econômico ou político, enquanto os segmentos sociais destituídos de poder se transformam em fontes



normalmente apenas quando suas ações produzem efeitos negativos, social ou moralmente. São constantes os exemplos de movimentos reivindicatórios de setores subalternos (trabalhadores, sem terra, sem teto ou minorias diversas) que utilizam mecanismos de transgressão social (greves, ocupação de prédios públicos, fechamento de ruas ou estradas e outros) para chamar a atenção da imprensa e conseguir publicizar suas demandas.

Além da importância individual da fonte, há que se considerar a estrutura da qual ela se cerca para fornecer notícias com credibilidade e produtividade. A existência de serviços de assessoria de imprensa nas principais organizações sociais da atualidade também interfere no vínculo dos jornalistas com as fontes. Na relação entre jornalistas e fontes, acrescenta Sousa (2002), as organizações noticiosas tendem para a passividade, enquanto as fontes interessadas tendem para a atividade. Este fato torna os órgãos jornalísticos mais permeáveis às fontes mais ativas, capazes de corresponder mais rapidamente às suas necessidades informativas. A prática jornalística faz uso das fontes de muitas maneiras e sempre com objetivos diferentes – embora mascarados pelo mesmo ideal, o de mediador. Escolher uma fonte já é angular notícia, é excluir outras possibilidades de representação. A busca pelas fontes pode se dar de maneira a representar determinado assunto de forma coerente e democrática, desde que a escolha dos entrevistados seja feita pelo jornalista de forma refletida. Esse processo fica mais complexo à medida que a mídia passa a ser agendada pelas fontes. Escolher, contudo, é intrínseco à prática jornalística. Portanto, se faz necessário perceber como vem sendo feitas escolhas e se há de fato uma preocupação em usá-las de maneira a representar a diversidade de vozes presentes na sociedade.

4. Especialistas

Acredita-se que o jornalismo possa ser um dos campos precursores na busca por um novo modo de racionalidade legítima, embora se partilhe do princípio de Santos (2002) de que esse é um desafio tributado a toda ciência. De antemão, uma propriedade muito particular do jornalismo enquanto forma de conhecimento é o fato de que o



campo exige de seus representantes – os jornalistas – expertises para lidar com os mais variados sistemas abstratos. Giddens (1991, p. 35) considera que a Modernidade é tangenciada por sistemas abstratos, formas de saber que funcionam como “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje”. Aos jornalistas coube, historicamente, a alcunha de *especialistas em generalidades*, fator que precisa ser revisto, mas que alude à exigência do caráter de demiurgo que esses profissionais devem possuir, ou seja, à capacidade que esses peritos necessitam ter para organizar o caos da realidade social por meio do desenvolvimento do *habitus* profissional, conforme discutido nos primeiros tópicos.

Para avançar a discussão, entretanto, é preciso deter certa atenção em algumas divergências que ainda não foram tratadas entre o conhecimento de cunho científico com aquele que se almeja formular para o campo. De acordo com Giddens (1997), um aspecto inerente à ciência moderna, taxada metaforicamente pelo autor como um campo movediço nivelado por certa quantia de concreto, é a *especialização*. O autor enumera cinco atributos da especialização que precisam ser contextualizados:

[...] primeiro, a especialização é desincorporadora; em contraste com a tradição, em um sentido fundamental não tem local determinado e é descentralizada. Segundo, a especialização não está ligada à verdade formular, mas a uma crença na possibilidade de correção do conhecimento, uma crença que depende de um ceticismo metódico. Terceiro, o acúmulo de conhecimento especializado envolve processos intrínsecos de especialização. Quarto, a confiança em sistemas abstratos, ou em especialistas, não pode ser imediatamente gerada por meio de sabedoria esotérica. Quinto, a especialização interage com a reflexividade institucional crescente, de tal forma que ocorrem processos regulares de perda e reapropriação das habilidades e conhecimento do dia-a-dia (GIDDENS, 1997, p. 105).

Quando o autor diz que a especialização é desincorporadora, ele quer dizer que as ciências sociais³³⁰, justamente pela característica de desenvolver teorias que buscam explicar as regularidades dos fenômenos, desvinculam-se da vida cotidiana ou, nas palavras do próprio autor, “a especialização está, em princípio, desprovida de

³³⁰ O princípio é válido para as outras formas de ciência, mas a intenção é reduzir à discussão ao campo do jornalismo.



vinculações locais” (*Ibid.*). A título de ilustração, ao fornecer informações, uma fonte científica especializada em segurança pública é, em tese, capaz de contextualizar elementos do fenômeno da violência urbana como um todo, sem a necessidade de possuir, por exemplo, quaisquer tipos de vínculos com o local ou com os envolvidos no crime. Essa especificidade científica, por um lado, é de extrema importância para a compreensão de parte da complexidade da pauta abordada e, por outro, é um elemento que alheia o tema de uma realidade mais concreta – daí um primeiro apontamento que explica que o uso de especialistas ou de informações de caráter científico por si só não dá conta das potencialidades que o jornalismo oferta como forma de saber, embora seja um elemento, sem qualquer sombra de dúvidas, importante quando se trata da construção das notícias.

O princípio da busca pela regularidade na ciência ajuda ainda a explicar a possibilidade de superação do conhecimento pelo conhecimento, ou a noção de que, ao menos nas ciências sociais e humanas, os conteúdos disciplinares não são necessariamente cumulativos, segundo item destacado por Giddens (1997). Afinal, a ciência – na maior parte das vezes, via jornalismo – é um discurso – comunicável, portanto; os problemas e soluções “não são meramente declarados em termos lógicos e inteligíveis, mas em formas que podem ser checadas através do experimento ou referência à realidade empírica à qual esses termos se referem” (PARK, 2008, p. 57). Ainda ilustrando com situações provenientes do campo da segurança/violência, na imprensa, de modo geral, é comum a exposição de notícias relativas a pesquisas científicas que apontam, por exemplo, que alguns jogos de videogame encorajam a personalidade violenta e, dias, meses ou anos depois, outra notícia – por vezes, no mesmo veículo de comunicação – aponta que aquele próprio produto potencializa o desenvolvimento de uma expertise qualquer. No entanto, o que mais importa desse segundo elemento é o fato de que o ritmo de produção científica, por conta da exigência do rigor do método, não suporta as demandas do jornalismo – um segundo argumento que afasta o jornalismo enquanto forma de conhecimento da ciência e que fomenta o princípio de que outros tipos de fontes são cruciais para o bom jornalismo.

O terceiro ponto levantado por Giddens (1997) – aquele que admite que o



acúmulo de saber especializado é responsável pela geração de sistemas abstratos – não condiz com a realidade jornalística, que precisa estabelecer diálogos transversais entre os diferentes campos científicos em somatória com as experiências do mundo social. Daí que o quarto fundamento da especialização devesse soar quase como uma ofensa ao jornalismo: a incorporação de conhecimentos oriundos da ciência é majoritariamente aceita como verdade inquestionável, enquanto que as experiências do mundo social são refutadas. Por fim, enquanto uma das mais voláteis instituições da Modernidade, o jornalismo parece ser um dos primeiros campos a sofrer com a reflexividade institucional, quinto elemento destacado por Giddens (1997). Assim, historicamente, quando se inventa o rádio, a imprensa escrita entra em crise, quando é criada a televisão, o rádio parece definhar e, por fim, quando a internet altera toda a lógica do mundo social, atinge o jornalismo e outras áreas – como a publicidade, por exemplo – que estão na linha de frente.

Todas essas características da especialização tornam o campo do jornalismo cercado por fronteiras que não oferecem qualquer tipo de resistência a outros tipos de saber. Em outra época de grandes transformações sociais, Park (2008) atribuiu à notícia o estatuto de conhecimento num período em que a cidade de Chicago passava por um intenso processo de urbanização, industrialização e recebimento de imigrantes, momento propício para entender as contradições sociais. O estabelecimento do jornalismo como uma nova forma de saber parece estar em plena fase de florescimento, inclusive para questionar os princípios da razão metonímica, ou seja, uma forma de análise do mundo social “obcecada pela ideia da totalidade sob a forma da ordem” (SANTOS, 2002, p. 241). De acordo com a crítica à razão metonímica, as partes têm vida própria na não relação com o todo. Isso é chamado por Santos (2002) de sociologia das ausências, voltada à discussão dos modos de produção da não existência frente à razão metonímica. Alcinhas como “ignorante”, “residual”, “inferior”, “local” e “improdutivo” fomentam-se e reproduzem intolerância, exclusiva e respectivamente, à monocultura do saber (científico), à racionalização do tempo linear (noção de progresso ordenado, globalização, modernização, evolução social em fluxo contínuo), à lógica da classificação social (homem versus mulher, branco versus negro, rico versus pobre,



magro versus obeso), à lógica da escala dominante (global) e à apologia pela produtividade (crescimento econômico como meio e fim). É pertinente observar que a força do discurso científico é um elemento central no *habitus* enraizado na prática do jornalismo.

Embora ainda embrionário, o campo tem possibilidades concretas, ao traçar perspectivas singulares por meio de histórias protagonizadas por personagens, de trilhar um caminho distinto do percorrido pela ciência, conforme aponta Meditsch (1997):

É o fato de operar no campo lógico da realidade dominante que assegura ao modo de conhecimento do Jornalismo tanto a sua fragilidade quanto a sua força enquanto argumentação. É frágil, enquanto método analítico e demonstrativo, uma vez que não pode se descolar de noções pré-teóricas para representar a realidade. É forte na medida em que essas mesmas noções pré-teóricas orientam o princípio de realidade de seu público, nele incluídos cientistas e filósofos quando retornam à vida cotidiana vindos de seus campos finitos de significação. Em consequência, o conhecimento do jornalismo será forçosamente menos rigoroso do que o de qualquer ciência formal mas, em compensação, será também menos artificial e esotérico (MEDITSCH, 1997, p. 07).

Em meio a esse leque, de acordo com Meditsch (1997), três abordagens circundam o jornalismo enquanto forma de conhecimento. A primeira delas é aquela que contempla a sabedoria como algo abstrato e o restringe à ciência que, próxima de uma ideologia, assume-se como a única capaz de ordenar o progresso. Nessa vertente, não haveria qualquer possibilidade de o jornalismo nos moldes atuais produzir conhecimento válido – ou seja, de cunho científico –, já que a atividade jornalística apenas contribuiria “para a degradação do saber” (MEDITSCH, 1997, p. 02). Entretanto, ao voltar-se de maneira hegemônica para essa visão, o campo se afastaria das sensibilidades humanas, algo similar ao que ocorre com a ciência moderna (DUARTE JUNIOR, 2002). Logo, a crise da Modernidade – seja pelo *exaurido* modelo europeu, ou ainda, pelo grau *tardio* latino-americano – é fruto de uma exaustão da ciência, mas atinge as próprias práticas cotidianas. É importante frisar que entre as principais conquistas modernas está o direito à divergência, embora tenham existido poucos questionamentos sobre as formas de legitimação do não consenso nas sociedades



ocidentais. Em outras palavras, ao fomentar debates “legítimos” sobre o mundo unicamente a partir do rigor do método científico, ignorando as experiências singulares do mundo social, a ciência foi obrigada a especializar-se, o que gerou problemas para o estabelecimento de “um universo simbólico uno e coeso que abranja todos os setores da vida” (DUARTE JUNIOR, 2002, p. 38). À vista disso, enquanto o mundo social transforma-se em ritmo intenso, a ciência fragmenta-se cada vez mais. Não ser capaz de explicar avanços, retrocessos e contradições do mundo social são apenas algumas das lacunas do projeto científico moderno.

Uma segunda abordagem defende que o jornalismo seria uma espécie de *protociência*, ou seja, uma expressão rudimentar de sapiência, e sem legitimidade por ser essencialmente mal feito (MEDITSCH, 1997). Não obstante, ao contrário da corrente anterior que não enxerga qualquer possibilidade de relevância na atividade jornalística como produtora de saberes autênticos, essa perspectiva concede ao campo um caráter funcionalista, ao enfatizar que o jornalismo tem certa utilidade. Segundo Park (2008, p. 51), “a função da notícia é orientar o homem e a sociedade no mundo real”. Essa abordagem, por si, atrela o jornalismo enquanto elemento instrumental para a proliferação dos valores da modernidade e, por isso, não dá conta das potencialidades do campo de conhecimento.

Por fim, uma terceira perspectiva converge justamente às características originais do jornalismo. Nessa adoção, o estabelecimento de vínculos entre jornalismo e ciência é secundário, quase marginal, já que o jornalismo não teria como incumbência revelar uma realidade próxima à científica, pois o jornalismo “simplesmente releva diferente. E ao revelar diferente, pode mesmo revelar aspectos da realidade que os outros modos de conhecimento não são capazes de revelar” (MEDITSCH, 1997, p. 03). Ao produzir e reproduzir saberes oriundos dele e de outras instituições, seguindo critérios que valorizam a produção em tempo real, o jornalismo funciona como um grande elemento de cognição social, pois “ao se fixar na imediatividade do real, o Jornalismo opera no campo lógico do senso comum” (MEDITSCH, 1997, p. 06). Essa propriedade intrínseca ao jornalismo de criar uma coerência para o senso comum também é levantada por algumas áreas da ciência, como a antropologia e a sociologia



do conhecimento (BERGER; LUCKMANN, 2003). A adoção de tais questionamentos faz com que a razão científica, embora hegemônica, comece a demonstrar algumas lacunas que podem ser preenchidas pelo o que Meditsch (2007) chama de “razão mais refinada”. Duarte Junior (2002) complementa tal perspectiva ao frisar a necessidade de construir-se uma nova razão:

Uma razão não mais fragmentada, feita a instrumental, mas que leve em conta outras dimensões do homem, como o desejo e o sentimento. Uma razão que não tome o conhecimento como sinônimo estrito de saber intelectualmente parcializado, mas que esteja aberta à nossa sabedoria sensível e às questões éticas. No fundo, uma razão mais colada à vida e menos fundada em abstrações generalizantes (DUARTE JUNIOR, 2002, p. 109).

Por fim, o grande trunfo do jornalismo enquanto forma de conhecimento parece ser justamente a capacidade de socializar – e não apenas de transmitir – as experiências do mundo social (MEDITSCH, 1997).

5. Considerações Finais

Mediante o conceito de *habitus*, este trabalho pretendeu trazer à tona alguns elementos que medeiam a interiorização de um silêncio relativo à autoridade concedida às fontes especializadas na prática jornalística. Como o jornalismo, em geral, apropria-se de personagens para expressar opiniões ligadas ao senso comum, este trabalho procurou evidenciar algumas lacunas oriundas das fontes especializadas, de modo a valorizar a pluralidade quantitativa e, principalmente, qualitativa de fontes. Embora o foco não tenha sido os potenciais dos personagens, é importante frisar que a "força dos relatos anônimos está nessa possibilidade de transcenderem a versão 'oficial' [...]. Certamente, na seleção e ordenação dessas vozes, até então dispersas, em novas narrativas, há um papel de ressignificação do passado, que também é arduamente disputado por indivíduos, grupos e, em especial, [pela] indústria cultural" (MUSSE, 2014, p. 354).

Uma notícia que aborde uma morte específica em boa parte das vezes gera



mais atenção (audiência) do que outra que aglutine várias. Esse princípio mostra, por um lado, a força da singularidade num acontecimento jornalístico. No entanto, a singularidade não se aplica de forma hermética: junto com ela, outro elemento parece servir de base: a humanização. Num dossiê que projeta o ecossistema do jornalismo norte-americano em 2020, Anderson, Bell e Shirky (2014) frisam, sem cair em amarras apocalípticas que contaminam boa parte dos estudos voltados a cenários futuros, que não há possibilidades de no futuro os jornalistas restringirem suas atribuições à narração de fatos. Para os autores, além de uma eminente remodelação no modelo de negócios, o lugar ocupado pelo jornalismo na sociedade estará intimamente ligado à humanização dos dados, que estarão cada vez mais disponíveis e acessíveis tanto para jornalistas profissionais quanto para o público. “A capacidade de reconhecer, localizar e narrar um fato relevante no formato mais condizente para um público específico segue sendo necessária, mas o número de formatos e a variabilidade da audiência aumentaram [com a internet]” (*Ibid.*, p. 46).

A consequência disso é o que Ijuim (2012) chama de racionalidade criativa e emoção solidária, na qual o jornalista deve assumir uma postura voltada ao questionamento constante do mundo social, a fim de desatar nós da complexidade das experiências cotidianas. Por conseguinte, a narrativa jornalística humanizada funcionaria como uma forma de “organização do que está disperso, com as ligações do que está desconexo, rica em contexto que possa esclarecer, proporcionar compreensão. Assim, seu trabalho respeita as diferenças de qualquer natureza e se isenta de prejulgamentos, de preconceitos e estereótipos” (IJUIM, 2012, p. 133-134).

Com este artigo pretendeu-se, mediante uma discussão sobre a seleção e tratamento de fontes, compreender o jornalismo enquanto gênero de conhecimento autônomo, comparando-o com dois polos do saber: o científico, ligado aos pressupostos da racionalidade moderna, e o senso comum, saber adquirido a partir de uma observação não sistemática da realidade. Dentro desse fundamento, na argumentação houve preocupações em torno da necessidade de angariar elementos para a constituição de uma forma de racionalidade intrínseca ao jornalismo, que supere os "riscos da incorporação acrítica da racionalidade [científica e do senso comum] e do empirismo



pelas redações jornalísticas" (IJUIM, 2012, p. 131).

Por um lado foi possível observar que o jornalismo carrega elementos das duas formas de conhecimento sem, conquanto, reverberar para direção nenhuma – algo que alude para o fato de que a soma das disciplinas científicas com o senso comum não condiz com a realidade do que é o jornalismo. É possível perceber, com isso, que o campo pode sustentar-se como um novo gênero do conhecimento, cuja essência está na singularidade, nas apropriações de saberes que revelam elementos únicos da experiência social, a partir da humanização dos personagens:

O jornalismo humanizado produz narrativas em que o ser humano é o ponto de partida e de chegada, o que supõe que este fazer começa antes da pauta, na consciência do ser jornalista. No trabalho de apuração, busca versões verdadeiras e não, necessariamente, produz a verdade, pois o repórter não se relaciona com um objeto, mas com outros seres humanos envolvidos no processo comunicativo. Dessa forma, sua busca envolve a compreensão das ações dos sujeitos da comunicação – é a expressão dos sentidos da consciência. Na procura da essência dos fenômenos, atribui-lhe significados, os sentidos, para proporcionar ao público, mais que a explicação, a compreensão das ações humanas (IJUIM, 2012, p. 133).

Percebe-se que o jornalismo limita sua capacidade de revelar as conexões e contradições da realidade objetiva a partir do momento em que se reduz a bordar o pano de fundo do mundo social exclusivamente com os fios da ciência. É possível verificar que o jornalismo – enquanto novo modo de conhecimento – teria que adquirir um estatuto que vagueie entre o discurso científico e o senso comum sem, todavia, incorporar as formas de regularidade que perfazem os dois primeiros gêneros.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, C. W.; BELL, Emily; SHIRKY, Clay. Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. **Revista de Jornalismo ESPM**, São Paulo, v. 5, p.30-90, 2014. Trimestral. Disponível em: <http://www.espm.br/download/2012_revista_jornalismo/Revista_de_Jornalismo_ESPM_5/#30>. Acesso em: 26 jan. 2015.

BARROS FILHO, Clovis; MARTINO, Luiz Mauro de Sá. **O Habitus na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003.



BERGER, P; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de Sociologia do Conhecimento. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel – Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Sociologia**. Renato Ortiz (org.). São Paulo: Ática, 1983.

CHARON, J. Los medios y las fuentes. Los límites del modelo de agenda-setting. In: DARNTON, Robert. Jornalismo: toda notícia que couber a gente publica. In: **O beijo de Laumourett**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

DUARTE JUNIOR, J. F. **Itinerário de uma crise**: a modernidade. ed. 2. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização Reflexiva**: Política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. Unesp, 1997. Cap. 2. p. 73-133.

_____. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

IJUIM, Jorge Kanehide. Humanização e desumanização no jornalismo: algumas saídas. **Revista Comunicação Midiática: Revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UNESP**, Bauru, v. 7, n. 2, p.117-137, ago. 2012. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.mundodigital.unesp.br/revista/index.php/comunicacaomidiatica/article/viewFile/196/132>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista, o diálogo possível**. 4 ed. São Paulo, Ática, 2001.

MEDITSCH, E. O jornalismo é uma forma de conhecimento? **Media & Jornalismo**, Lisboa, v. 1, n. 1, p.9-22, set. 2007. Semestral. Disponível em: <http://www.cimj.org/images/stories/docs_cimj/mj_1.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2014.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em “tempo real”**: o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

PARK, Robert E. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Org.). **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Editora Sulina, 2008. v.2. p. 51-70.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Editora Vega, 1999.



SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63. Coimbra: outubro de 2002, p. 232-280.

SCHMITZ, A. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argus, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2004.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 4 ed. Lisboa: Editorial Presença, 1995.



O silêncio da primeira página no jornalismo on-line

Adriana Barsotti³³¹

Leonel Aguiar³³²

Resumo: As manchetes estampadas nas primeiras páginas eram anunciadas, em meados do século 19, aos gritos nas ruas, tornando-se peça mercadológica estratégica para a venda dos jornais. Hoje, o silêncio ronda as home pages, equivalentes às primeiras páginas no jornalismo on-line. Com sucessivas quedas em suas audiências, não funcionam mais como porta de entrada para a leitura. A maioria dos internautas não vai mais até elas, acessando o conteúdo dos jornais por links publicados em portais e nas mídias sociais ou por mecanismos de busca. O objetivo deste artigo é investigar os efeitos do silêncio e da invisibilidade das home pages na produção de sentido operada pelo jornalismo e na cultura profissional dos jornalistas.

Palavras-chave: primeira página; home page; jornalismo on-line; silêncio.

1. Introdução

Em 1829, um dos jornais mais vendidos de Nova York pedia desculpas aos seus leitores por ter estampado notícias em sua primeira página (SCHUDSON *apud* TRAQUINA, 2005). Até então, os leitores estavam acostumados a encontrar os chamados “artigos de fundo” – os editoriais – nas capas dos jornais impressos. O preenchimento da primeira página com notícias foi uma das muitas mudanças introduzidas no jornalismo no século XIX. Manchetes e chamadas presentes nas capas dos jornais não só instauram uma forma de sentido que ordena os acontecimentos noticiáveis, mas também fascinam e atraem o público, com uma linguagem jornalística que vende publicitariamente o jornal: a transformação da primeira página em peça mercadológica foi fundamental num momento em que os jornais passaram a adotar a venda avulsa, com os jornaleiros anunciando nas ruas, em alto e bom som, as principais notícias do dia.

³³¹ Doutoranda do PPGCOM da PUC-Rio e professora dos cursos de Jornalismo da ESPM-Rio e do Ibmecc-RJ.

³³² Professor do PPGCOM da PUC-Rio e Doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ.



Há quase duzentos anos, a edição da primeira página dedicada às principais notícias da véspera faz parte das rotinas produtivas da cultura profissional dos jornalistas. Essa prática foi transposta para o jornalismo *on-line*: os sites de notícia seguem a mesma lógica dos jornais impressos: o espaço de suas *home pages* é composto de manchete e chamadas sobre os acontecimentos mais relevantes (do momento). Tal como na primeira página, o objetivo da *home* é “vender” aos leitores os destaques das principais editorias dos sites. Manchetes e chamadas são redigidas segundo os mesmos princípios do jornal impresso, de acordo com os valores-notícia consagrados pela cultura profissional. Também se observa ali o emprego do valor-notícia que mantém o equilíbrio do noticiário, com uma distribuição equânime das chamadas pelas editorias (BARSOTTI, 2014).

Tanto empenho na edição da *home page*, entretanto, parece estar sendo em vão. O objetivo deste artigo é questionar a eficácia comunicacional da primeira página no jornalismo *on-line*. Se há dois séculos os gritos anunciavam manchetes e chamadas, hoje o silêncio ronda as *home pages*. Um documento redigido pela equipe de inovação da redação do *The New York Times* – intitulado *Innovation* – decreta: “o valor da primeira página está minguando”. O estudo revela que somente um terço dos leitores do jornal alguma vez visitou a *home page* do veículo. Um gráfico mostra que, em 2011, a primeira página do jornal *on-line* teve 160 milhões de visitantes contra apenas 80 milhões em 2013³³³. Cada vez mais, os leitores procuram nas redes sociais e nos *sites* de busca as informações sobre as quais desejam estar informados.

No Brasil, o cenário não foge à regra. Pelo menos 45% dos leitores *on-line* dos cinco maiores jornais do país não acessam seus sites por meio de suas *home pages*³³⁴. Para investigar as consequências do silêncio – ela não reverbera mais – e da invisibilidade da primeira página para o jornalismo *on-line*, realizamos uma pesquisa no *site* de *O Globo* nos meses de setembro e outubro de 2014 para acompanhar o processo de edição da *home page* do *site* do jornal.

³³³ Disponível em <http://www.niemanlab.org/2014/05/the-leaked-new-york-times-innovation-report-is-one-of-the-key-documents-of-this-media-age/>. Acesso em 15 dez 2014.

³³⁴ Os dados foram obtidos a partir de consultas à ferramenta Alexa e estão detalhados no item 2 do artigo.



A partir da imersão na redação, novas questões surgiram. Se a primeira página do jornal (impresso e *on-line*) produz sentido a partir do conjunto de seus elementos textuais e visuais, pergunta-se: 1) quais as consequências de sua invisibilidade para o jornalismo, já que a maioria dos leitores passou a escolher os “atalhos”, os *links*?; 2) quais serão os efeitos desse processo de desintegração da primeira página *on-line* para a cultura profissional dos jornalistas?

2. Do grito do papel ao silêncio no *on-line*

O preenchimento da primeira página dos jornais com notícias foi uma das muitas mudanças – além do *lead*, da pirâmide invertida, da reportagem e da entrevista – introduzidas pela chamada *penny press* nos EUA, no século XIX, demarcando a passagem de um jornalismo de opinião para um jornalismo de informação. Esses novos jornais eram vendidos ao preço de um centavo (*penny*) em oposição aos tradicionais, de *six penny* (de seis centavos). O contexto social favoreceu a consolidação deste novo tipo de jornalismo, que passou a separar fatos de opiniões, calcado na estratégia da objetividade, e a abordar temas do cotidiano, diferentemente do jornalismo político e literário da fase anterior, em que os jornais se caracterizavam pela defesa de bandeiras políticas, se restringiam à cobertura de política e economia e tinham como público-alvo as elites comerciais e políticas. No início do século XIX, os EUA assistiam a uma urbanização acelerada e, com ela, o surgimento de uma classe média alfabetizada, o que contribuiu para a massificação dos jornais (SCHUDSON, 2010).

A necessidade de ampliação do público leitor, por meio da publicação da maior variedade de assuntos, levou os jornais a utilizarem seu espaço de forma mais racional. Manchetes e chamadas para as notícias passam a ocupar as primeiras páginas, substituindo os editoriais ou anúncios que eram tradicionalmente publicados ali. No artigo intitulado *Origens do jornal moderno: um estudo comparativo dos diários de St. Louis de 1875 a 1925*, Orland Kay Armstrong observa que as mudanças na diagramação do jornal foram reflexo, desde 1875, de todos os avanços no processo de produção dos



diários: a introdução das manchetes, o aumento do espaço dedicado às ilustrações o agrupamento das notícias por temas, o estilo e a distribuição dos anúncios (1926, p.4).

A aproximação do leitor não se deu exclusivamente pela abordagem de temas de seu cotidiano. A *penny press* introduziu a venda avulsa, com a contratação de meninos para vender os jornais nas ruas. Até então, os jornais eram vendidos apenas por assinatura (SCHUDSON, 2010). Diversos jornais da época publicaram anúncios com o apelo: “procura-se meninos”. A primeira edição do jornal *The Public Ledger*, da Filadélfia, oferecia emprego para 50 homens e meninos que quisessem tirar proveito do “vantajoso negócio de fazer circular o jornal” (LEE, 1917, p.201).

No fim do século XIX, o clima era outro, e as manchetes dos jornais, replicadas em cartazes nas ruas e gritadas por pequenos jornaleiros – tão familiares nas ruas de Londres e Birmingham (e de outras cidades) quanto nas de Chicago e Nova York –, tornavam-se mais importantes do que os textos ou as reportagens sobre acontecimentos legislativos (BRIGGS & BURKE, 2004, p.211).

No Brasil, quando *A Província de São Paulo* (futuro *O Estado de S. Paulo*) passou a adotar a prática, em 1876, com jornaleiros usando buzina nas ruas para chamar a atenção do público para as manchetes, a população se indignou e houve protestos contra a iniciativa, que levaria à mercantilização da imprensa (AMARAL, 1996). A venda dos jornais dependia essencialmente do apelo de suas manchetes.

Essa afirmação, entretanto, pode não ser mais válida para o jornalismo *on-line*. Um documento interno do *The New York Times* de 96 páginas, intitulado *Innovation* e datado de 24 de março de 2014, expõe as dificuldades que o jornal vem atravessando em sua transição do impresso para o digital e dedica boa parte de sua atenção para a queda na audiência da *home page* do jornal, equivalente à primeira página do impresso³³⁵. Um dos gráficos do documento mostra como a audiência da *home page* do *New York Times* vem caindo desde 2011. Naquele ano, a *home* do jornal chegou a ter

³³⁵ Disponível em <http://www.niemanlab.org/2014/05/the-leaked-new-york-times-innovation-report-is-one-of-the-key-documents-of-this-media-age/>. Acesso em 15 dez 2014.



160 milhões de visitantes. No fim de 2013, o tráfego caíra à metade. “Nossa *home page* vem sendo a nossa principal ferramenta para levar jornalismo aos leitores, mas seu impacto está minguando. Somente um terço de nossos leitores alguma vez a visitou”, diagnostica o documento. Diferentemente do jornal impresso, que chega ao leitor onde quer que ele esteja, no jornalismo *on-line* espera-se que ele vá até o *New York Times*, pontua o estudo:

Nossa distribuição domiciliar do jornal e nossos esforços para a venda avulsa representaram uma das mais sofisticadas operações para se atingir o consumidor na história. Mas quando chegou o momento de distribuirmos nosso jornalismo na *web*, adotamos uma abordagem muito mais passiva. Publicamos reportagens na nossa *home page* e presumimos que a maioria das pessoas virão até nós (2014, p.23).

O relatório publica um gráfico mostrando que a queda na audiência da *home page* não é um problema exclusivo do *New York Times*: reflete uma mudança de comportamento na internet. Visitas às *home pages* dos *sites* estão declinando enquanto o tráfego nas redes sociais está aumentando. As mídias sociais respondem hoje por metade da audiência na internet enquanto os sites de notícia representam apenas 1,5% do total. A solução, conforme aponta o estudo, seria dedicar mais atenção ao “empacotamento” e “promoção” das reportagens nas mídias sociais.

Precisamos fazer melhor uso dessas ferramentas e táticas porque as estruturas atuais para distribuir nosso jornalismo digital, muitas das quais baseadas nas tradições e limitações do impresso, estão perdendo força. O tráfego da *home page* vem caindo mês após mês, durante anos. O tráfego nas *homes* das editorias é desprezível. O tráfego em nossos aplicativos móveis, que são réplicas principalmente da *home page* e das *homes* das editorias, diminuiu muito (2014, p.27).

No *New York Times*, somente 7,8% dos leitores que visitam o site vêm do *Facebook*³³⁶. O relatório menciona que no BuzzFeed – que ultrapassou o *Times* em audiência em 2013 e se intitula “o site de notícias mais compartilhável” –, a percentagem de leitores que chegam ao veículo via redes sociais é mais do que o sêxtuplo. “Eles aprenderam, entre outras coisas, que um ótimo post no *Facebook* se

³³⁶ As pesquisas podem ser feitas em <http://www.alexa.com>. Acesso em 15 dez 2014.



tornou um meio mais eficaz de promoção do que uma manchete”, compara o documento.

No Brasil, os sites de jornais vivem cenário parecido. Os cinco maiores títulos do Brasil no segmento de referência (WOLF, 2009) experimentam o mesmo dilema³³⁷. Pelo menos 45% dos leitores da *Folha de S. Paulo*, de *O Globo*, de *O Estado de S. Paulo*, do *Zero Hora* e do *Estado de Minas* não chegam a esses sites por meio de suas *home pages*. Esses leitores vão aos sites dos jornais por três caminhos principais: portais de notícias, mecanismos de busca e mídias sociais. Ou seja, os leitores clicam em *links* que levam aos sites dos jornais espalhados em portais; buscam alguma notícia no *Google* e escolhem o resultado que leva a esses veículos; ou acessam *links* para as notícias por eles publicadas em suas páginas no *Facebook* e no *Twitter*. Os indicadores podem ser obtidos na ferramenta *Alexa (Actionable Analytics for the Web)*, que mapeia, entre outros dados, as origens do tráfego em um site. Os números – que revelam o enfraquecimento da primeira página *on-line* – podem ser ainda mais preocupantes, mas a ferramenta só apresenta os dados completos de origem de acesso para seus clientes.

Os dois maiores jornais do país no segmento de referência – *A Folha de S. Paulo* e *O Globo* – tiveram queda de audiência em suas *homes* entre maio de 2013 e maio de 2014. Em *O Globo*, a queda de visitantes únicos na *home* no período foi de 31% e no número de visitas, de 12%. Na *Folha*, o decréscimo foi menor: a *home* perdeu 3% de audiência em visitantes únicos e 6% em visitas³³⁸. Pelo menos 46,4% dos leitores da *Folha de S. Paulo* não chegam ao site entrando em sua *home page*. Esses leitores vão ao site do jornal por meio do portal UOL (17,4%), do *Google* (16%) ou acessam *links* para as notícias do jornal no *Facebook* (13%)³³⁹. Em *O Globo*, a situação é parecida. Em maio de 2014, os *links* externos responderam por

³³⁷ O ranking dos maiores jornais do país é da Associação Nacional de Jornais. Neste estudo, eliminamos o *SuperNotícia* e o *Extra*, respectivamente o primeiro e o quinto do ranking, por pertencerem ao segmento popular. Para fins de comparação com o cenário do *New York Times*, a pesquisa se ateve aos jornais de referência, segundo definição de Wolf (2009). Foram incluídos o *Zero Hora* e o *Estado de Minas*, respectivamente o sexto e o décimo-quinto do ranking, pois do sétimo ao décimo-quarto estão jornais de perfil popular. Disponível em <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil>. Acesso em 15 dez 2014

³³⁸ Os dados foram extraídos da ferramenta *Media Builder*, da *ComScore*.

³³⁹ As pesquisas podem ser feitas em <http://www.alexa.com>. Acesso em 15 dez 2014.



64,8% dos acessos ao *site*, as buscas no Google levaram 16,4% da audiência e as mídias sociais, 9,6%. Somente 9,1% dos leitores digitaram a URL do jornal para acessá-lo. Ou seja, mais de 90% do público jamais leem a primeira página do *site*. A queda no acesso direto ao site (pela *home page*) já apresentara queda de 6% em relação a maio de 2013³⁴⁰.

O ostracismo da *home page* dos jornais também fica evidente na comparação com as páginas *on-line* de suas editorias. Seis editorias da *Folha de S. Paulo* tiveram mais visitantes que a *home* do jornal em maio de 2014: Cotidiano, F5, Poder, Esportes, Mercado e Ilustrada. Em maio de 2013, a *home* estava duas posições acima, perdendo apenas para Cotidiano, Esportes, Ilustrada e Mercado. Em *O Globo*, nove editorias estavam à frente da *home page* do jornal em maio de 2014: Patrícia Kogut, Cultura, Blogs, País, Ela, Rio, Economia, Mundo e Esportes. Em um ano, a primeira página *on-line* de *O Globo* também perdeu duas posições. Em maio de 2013, ela ainda tinha mais visitantes que Economia e Esportes.

3. Metodologia

Para investigar os efeitos do silêncio da primeira página para o jornalismo *on-line*, realizamos uma pesquisa no *site* de *O Globo* durante quatro quartas-feiras dos meses de setembro e outubro de 2014 (24/9, 1/10, 8/10 e 15/10). A metodologia consistiu na observação participante, na qual um dos autores, Adriana Barsotti, cumpriu jornadas de oito horas diárias na redação do jornal, das 7h às 15h, para acompanhar o processo de edição da *home page* do *site* do jornal. Após a pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas em profundidade com um subeditor, um redator e um editor que trabalham na edição da *home*.

Durante os quatro dias, a jornada de pesquisa na redação de *O Globo* teve início às 7h. A partir deste horário, a *home page*, que permanece praticamente inalterada durante a madrugada, salvo aconteçam notícias de última hora, começa a ser atualizada. A equipe que edita a *home* do site é composta de oito jornalistas: três trabalham das 7h

³⁴⁰ Os dados são do *Google Analytics* e foram fornecidos pela Infoglobo.



às 15h, três das 15h às 23h, um no turno da madrugada e o editor, com uma jornada mais flexível, que tende a acompanhar o horário comercial. Diariamente às 8h, acontece a primeira das três reuniões de pauta do jornal. Nela, os editores do jornal, que também são responsáveis por suas respectivas editorias *on-line*, vendem as apostas que acabaram de ser publicadas no site ou o serão em seguida. Há sempre um editor da *home* presente. A pesquisadora também participou como observadora dessas reuniões.

A partir de dados oficiais e informais coletados no período, foi feito um diário de campo, com as seguintes informações: 1) a quantidade de trocas da manchete do site (não há “uma” primeira página, mas “primeiras páginas”, no plural); 2) o processo de “venda” de chamadas para a *home*; 3) dados de audiência do site; 4) conversas formais dos jornalistas durante as reuniões de pauta e informais, ao longo do processo de observação; 5) as entrevistas em profundidade com três editores da *home*.

Durante as oito horas de trabalho, a pesquisadora sentou-se em uma cadeira na redação ao lado do editor Leonardo Pimentel e de frente para a redatora Marcella Sobral. Leonardo é o jornalista que coordena na parte da manhã o trabalho de dois redatores que trabalham na edição da *home*. O momento da reunião de pauta, das 8h às 9h, era o único em que ela se deslocava, acompanhando Pimentel na tarefa. A partir da imersão na redação, a premissa de que a primeira página do site já não “grita” pôde ser confirmada a partir das métricas e da convicção dos próprios jornalistas que editam a *home*. Mas outras questões surgiram: 1) A partir da premissa de que a primeira página é uma construção simbólica, a produção de sentido operada por ela resistirá a essa fragmentação da leitura?; 2) Quais as consequências de sua invisibilidade para a cultura profissional dos jornalistas?

4. A primeira página se desmancha no ar

Durante as quatro quartas-feiras de observação, a manchete do *site* de *O Globo* foi trocada de 5 a 6 vezes durante as 8 horas do período pesquisado, o que resultou numa média de uma manchete publicada a cada 1h e 28min. “A orientação é para não mantermos uma manchete por mais de duas horas”, explica Pimentel. Isso não significa



que houve apenas entre 5 e 6 primeiras páginas *on-line* nestes dias, já que inúmeras atualizações são feitas nas demais chamadas que compõem a *home*.

Na verdade, o processo de construção da primeira página *on-line* é, antes, sua própria desconstrução. Sucessivas atualizações decretam a efemeridade de notícias que minutos antes foram julgadas como as mais importantes do dia (ou do momento). Sua construção também não começa com uma página em branco, como no jornal impresso. Ela é sempre feita e refeita a partir de escombros das primeiras páginas anteriores, pois nunca a *home* é 100% atualizada de uma só vez. Não estariam os jornalistas *on-line* contribuindo eles mesmos para a invisibilidade de seu trabalho ao operarem essas diversas construções e reconstruções ao longo do dia? Ao iniciar sua jornada no dia 24/9/2014, o editor do *site*, Eduardo Diniz, reclama que diversas chamadas na *home* já estavam publicadas no jornal impresso daquele dia. Sua equipe então começa a buscar sucessoras que possam derrubá-las o quanto antes. No dia 1/10, Leonardo Pimentel olha para o relógio e comemora: “São 11h e já expurguei tudo (as notícias) da véspera”. Sua fala dá pistas sobre a cobrança dos próprios jornalistas pela atualização frequente: “Quando a matéria está no ar há muito tempo dizemos que ela tem barba”, diverte-se.

O processo de “venda” de chamadas e edição da *home* também subverte completamente a rotina do jornalismo impresso. Para a construção da primeira página do jornal, há uma reunião às 16h, em que os editores “vendem” as principais notícias de suas editorias para a edição do dia seguinte. Após a reunião, o diretor de redação se reúne com os editores-executivos responsáveis pela produção do jornal e pelo fechamento da primeira página para decidirem quais serão as chamadas e a manchete. É a partir daí que os editores planejam a diagramação das páginas internas. O tamanho de uma notícia dependerá do destaque que ela terá na primeira página.

No *site*, o processo tem outra lógica. Primeiro os editores publicam os fatos que julgam ser relevantes e depois o material é “vendido” para os editores da *home*, por e-mail, e/ou para a Globo.com, portal em que *O Globo* está abrigado. Ou seja, a notícia *on-line* não é dimensionada a partir do julgamento de sua importância pelos editores da capa do site. Ela já nasce com vida própria. Muitas notícias que sequer são chamadas na *home* tornam-se as mais lidas do dia, expondo, assim, os limites do poder da primeira



página *on-line*. Um exemplo foi a notícia “Virgílio descobrirá mentira de Helena e ficará irado”, sobre a novela “Em família”, publicada pela colunista de TV Patrícia Kogut, que foi a mais lida do mês de maio de 2014, com 570 mil *pageviews*. Ela não mereceu chamada na home de *O Globo*, mas foi destacada na capa do portal *Globo.com*, responsável por 29,9% da audiência do site de *O Globo* naquele mês.

Muitos editores, relata Pimentel, sequer vendem as chamadas de suas editorias para a home de *O Globo* e preferem apostar suas fichas diretamente na *Globo.com*. Para isso, eles contam com uma ferramenta chamada Onias, um formulário *on-line* em que “vendem” suas chamadas para os jornalistas que editam a capa do portal. Pimentel explica que tal prática é vista com bons olhos e até estimulada pela chefia:

O fluxograma é este: primeiro o editor publica a matéria, depois vende a chamada para a *Globo.com* e, em seguida, para a *home* de *O Globo*. Quando veem que a notícia foge ao perfil do site, eles nem chegam a vendê-la para nós. Aliás, geralmente nem chamamos na *home* de *O Globo* o que está chamado na *Globo.com* porque temos perfis diferentes. Além disso, já sabemos que o que for chamado lá terá muita audiência³⁴¹.

Atenção especial também é dedicada às redes sociais. Em *O Globo*, o editor de mídias sociais, que cuida da distribuição das notícias do jornal no *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*, é um jornalista experiente, ex-editor da *home* do *site*. Entretanto, sua equipe é composta de jornalistas recém-formados. Por isso, na sua ausência, o editor do *site*, Eduardo Diniz, dá orientações sobre o que deve ser publicado nas redes. O poder do *Facebook* é tão grande que a equipe do *site* já criou o jargão “matéria *Walking Dead*” por causa da rede. “São aquelas matérias mortas e enterradas que alguém compartilha e, de repente, são viralizadas”, explica Marcella Sobral. Não raro tais notícias “velhas”, muitas vezes de anos atrás, entram na lista das mais lidas do dia, alvejando um dos valores-notícia mais caros ao jornalismo, a atualidade.

À medida que as notícias ganham vida autônoma na web – uma notícia, um *link* –, se desprendem do contexto da edição e fluem pela rede. A complexa rede de distribuição de conteúdo na redação – calcada na exportação de links para portais e redes sociais – contribui para o esvaziamento da primeira página como produtora de

³⁴¹ Em entrevista à autora Adriana Barsotti, no dia 1/10/2014.



sentido. O *Manual de Redação da Folha de S. Paulo* explicita a importância do “conjunto de reportagens” e do “todo” para a edição do jornal:

Atenção especial deve ser dada à sequência de títulos e reportagens nos cadernos. A edição deve ser capaz de hierarquizar a leitura, em cada página e na sequência delas, de maneira clara, organizada e em ordem progressiva de interesse, a fim de não confundir o leitor. O editor só conseguirá realizar essa ordenação se tiver uma visão clara do conjunto das reportagens que está publicando e do peso relativo de cada uma delas no todo da edição (2013, p.34).

Refletindo sobre a forma e o conteúdo no livro *O Jornal: da forma ao sentido*, Mouillaud observa que “à primeira vista, a embalagem e o objeto podem ser separados sem que o objeto perca sua identidade; entretanto, um perfume continua a ser um perfume sem seu frasco? O limite material está evidente, e o limite simbólico?” (1997, p.29). A teoria do *newsmaking* (TUCHMAN, 1978), que estabeleceu um novo paradigma para os estudos de jornalismo a partir dos anos 1970, enxerga as notícias como construções sociais da realidade. Partindo da premissa de que a linguagem não é neutra, ela não poderia agir como transmissora direta dos acontecimentos. Para Hall *et al.* (1999), ao dar publicidade aos acontecimentos, os jornalistas devem procurar encaixá-los nos “mapas de significado” já previamente conhecidos da sociedade de modo a torná-los compreensíveis (1999). Bird e Dardenne (1999) relacionam as notícias à constituição de um sistema simbólico. Para Aguiar “o processo de produção da informação se configura como um espaço público de lutas micropolíticas, no qual diversas forças sociais, políticas e econômicas disputam a produção de sentido sobre o real” (2009, p.180). Mouillaud enxerga o jornal como um “operador sócio-simbólico”:

O sentido se constrói dia após dia [...].Trabalho de coerência no espaço, mas também no tempo: assiste-se à invenção do que Umberto Eco, a partir de Aristóteles, chama de a “intriga”, quer dizer, “a procura e o estabelecimento de uma coerência, de uma unidade em uma diversidade, para nós, caótica”. Trata-se de constituir um todo cujas partes estejam coordenadas (1997, p.50-51).

Para Rodrigues (1999), a especificidade do campo dos *media* é fazer a religação entre os outros campos sociais, que se autonomizaram na modernidade. Caberia ao



campo dos *media* traduzir para a sociedade a especificidade dos demais campos. Ele enfatiza o papel dos títulos e dos discursos jornalísticos nesta “transposição conceitual” entre os campos:

Ao contrário dos outros campos sociais, que procuram na autonomização conceitual e terminológica a eficácia simbólica da sua própria autonomização, o discurso mediático procura na transposição conceitual e na metaforização terminológica o exercício da sua relação especular com os diferentes domínios da experiência e a eficácia simbólica da sua função de mediação entre os outros campos sociais. Os exemplos mais notáveis destes processos de metaforização encontram-se nos títulos da imprensa e nos discursos jornalísticos (*idem*, p.30).

Mas “os mapas de significado” traçados pelo “operador sócio-simbólico” estão agora em contínua diluição na *web*. Jornalistas os constroem repetidamente e os leitores os destroem incessantemente. Não somente ao navegarem por *links* espalhados pela internet e pelas redes sociais. O leitor dispõe de outros caminhos para se informar nos meios digitais, como, por exemplo, por meio de alertas de notícias na tela de seu celular. Neste caso, ele pode jamais passar pela *home* do jornal, seja na tela de seu computador, seja na do celular.

Então por que os jornalistas continuam editando a *home page* e conferindo a ela o mesmo status da primeira página do jornal impresso? Ao refletir sobre a invisibilidade da primeira página *on-line*, frente à crescente navegação por links nos portais e nas redes sociais, a jornalista Marcella Sobral demonstra ter consciência sobre o ostracismo da *home*. Entretanto, defende a manutenção do papel do jornalista na defesa do interesse público.

Uma percentagem muito pequena de nossa audiência vem pela *home*. Temos consciência disso. Mas nossa função é continuar oferecendo ao leitor um cardápio do que achamos mais importante, que é o que está chamado na nossa capa. Nem tudo gira em torno da audiência. Temos que cumprir com nosso papel³⁴².

O editor Eduardo Diniz diz se incomodar com a “quantidade de energia” gasta na edição da *home page*. Ele tece autocríticas ao seu trabalho, afirmando que frequentemente o processo de edição da *home page* segue a do jornal impresso, com

³⁴² Em entrevista à autora Adriana Barsotti, no dia 1/10/2014.



manchetes ocupando todas as colunas no alto da página. “Muitas vezes rasgamos o site com uma manchete, na lógica do modelo anterior de achar que ela vai gritar”. Ele acredita que a *home page* não é mais relevante para a construção de audiência, mas acha que é dever dos jornalistas continuar editando-a:

Existem duas perspectivas para analisar essa questão. Do ponto de vista do público, a *home page* não é mais relevante. Ele escolheu navegar pelo Facebook e Twitter, onde inclusive não há manchetes. Por outro lado, tem a nossa gestão de conteúdo como órgão de imprensa tradicional. Vamos continuar selecionando e hierarquizando as notícias. Nossa obrigação continua sendo a de “imprimir”, no sentido de deixar nossa marca, chamando a atenção para o que é importante³⁴³.

Como aponta Traquina (2005), o jornalismo sempre se desenvolveu entre dois polos: a ideologia segundo a qual seria um serviço público e o fato de ser um negócio lucrativo. “É justamente essa dualidade que faz do jornalismo uma atividade singular no sistema capitalista. Foi o polo que o relaciona à prestação de serviço público que o fez merecer a alcunha de Quarto Poder” (BARSOTTI, 2014, p.25). A expressão é atribuída ao historiador Macaulay, que a teria empregado para designar a galeria de imprensa do Parlamento inglês no início do século XIX. Em 1850, foi usada como título de um livro sobre a imprensa escrito pelo jornalista F. Knight Hunt e, depois disso, amplamente difundida pela Europa e pelos EUA (BRIGGS & BURKE, 2004, p.197).

Os valores-notícia que dividem as notícias entre *importantes* e *interessantes* refletem esse paradoxo do jornalismo. Eles traduzem os dois polos por meio dos quais o jornalismo firmou sua identidade: informar (serviço público) e entreter (negócio lucrativo). As notícias importantes são aquelas que contribuem para dar sentido à responsabilidade social do jornalismo nas democracias ao zelarem pelo *interesse público*. Já as interessantes são antagônicas às importantes e dependem da capacidade de entreter o público (GOLDING; ELLIOTT *apud* WOLF, 2009, p.205).

Os leitores podem não estar mais consumindo o pacote de notícias ofertado pelos jornalistas, mas estes continuam praticando, no jornalismo *on-line*, os valores

³⁴³ Em entrevista à autora Adriana Barsotti, no dia 29/09/2014.



consagrados desde o século XIX, quando o jornalismo transformou-se em atividade profissional.

5. Considerações finais

A primeira página, consolidada há quase duzentos anos como vitrine do jornal, está perdendo sua eficácia no jornalismo *on-line*. Dados de audiência nos Estados Unidos e no Brasil revelam um aumento na navegação via redes sociais e queda no acesso direto às *home pages*, equivalentes *on-line* das primeiras páginas. As manchetes, que já foram gritadas por meninos nas ruas, hoje estão silenciadas em páginas cada vez menos acessadas.

Pretendemos aqui fazer uma investigação inicial sobre as consequências deste silêncio e invisibilidade da primeira página para o jornalismo *on-line*, sob duas perspectivas: 1) seu esvaziamento como produtora de sentido; 2) os efeitos do enfraquecimento deste outrora poderoso instrumento para a cultura profissional dos jornalistas.

A *home*, diferentemente da primeira página do jornal impresso, não é mais majoritariamente a porta de entrada para a leitura. À medida que as notícias na *web*, com suas respectivas URLs, desprendem-se do contexto da edição e passam a ser unidades autônomas na rede, os mapas de significado presentes nos elementos textuais e visuais que compõem a primeira página perdem sua eficácia. Ainda assim, os jornalistas dedicam-se a editá-la por acreditarem que é seu dever profissional selecionar e hierarquizar as notícias para seus leitores, reforçando seu papel de zelar pelo interesse público.

Um dos caminhos ainda a serem explorados é investigar o efeito que a diluição da primeira página terá para a memória e a história do jornalismo. Com mais de uma centena de primeiras páginas *on-line* sendo produzidas por dia, alguma delas entrará para a história?



6. Referências bibliográficas

AGUIAR, Leonel Azevedo de. A validade dos critérios de noticiabilidade no jornalismo digital. In: RODRIGUES, Carla (org.). *Jornalismo on-line: modos de fazer*. Rio de Janeiro/ Sulina: EdPUC-Rio/Sulina, 2009.

AMARAL, Luiz. *A objetividade jornalística*. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1996.

ARMSTRONG, Orlando Kay. *Beginnings of the modern newspaper: a comparative study of St. Louis Dailies from 1875-1925*. University of Missouri Bulletin 27, n. 5, Journalism Series, n.39. February, 1926.

BARSOTTI, Adriana. *Jornalista em mutação: do cão de guarda ao mobilizador de audiência*. Florianópolis: Insular, 2014.

BIRD, Elizabeth; DARDENNE, Robert. Mito, registo e ‘estórias’: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1999.

BURKE, Peter; BRIGGS, Asa. *Uma história social da mídia – de Gutenberg à internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FOLHA DE S.PAULO. *Manual da redação*. São Paulo: Publifolha, 2013.

HALL, Stuart; CHRITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Brian. A produção social das notícias: o ‘mugging dos media’. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1999.

LEE, James Melvin. *History of American Journalism*. Boston: Mifflin Company, 1917.

MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio D. (Orgs.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

_____. Crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: _____. PORTO, Sérgio D. (orgs.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

RODRIGUES, Adriano Duarte. *Experiência, modernidade e campos dos media*. 1999. Biblioteca On Line de Ciências da Comunicação. Portugal, 1999. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-expcampmedia.html>>. Acesso em 8 de março de 2015.

SCHUDSON, Michael. *Descobrendo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos*. Petrópolis: Vozes, 2010.



TUCHMAN, Gaye. *Making news: a study in the construction of reality*. New York: Free Press, 1978.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 2009.



Anatomie du "bâtonnage de dépêche"

Juliette De Maeyer³⁴⁴

Résumé: On désigne par "bâtonnage de dépêches" l'activité qui consiste, pour des journalistes, à éditer, mettre en forme et publier des dépêches d'agence de presse. Cette communication explore le concept de bâtonnage, en montrant comment il est régulièrement présenté comme étant au cœur des activités des journalistes web (et donc de leur identité), et comment il s'oppose aux tâches journalistiques traditionnellement valorisées dans la presse, que sont le reportage de terrain et l'écriture de contenus originaux. Cette communication tente de cerner l'identité discursive des journalistes à l'œuvre, en cherchant les traces de bâtonnage dans des textes journalistiques. À l'aide une analyse exploratoire d'une centaine d'articles (extraits des sites d'information de la presse francophone belge) et des dépêches qui en sont la source, je propose une typologie des opérations que les journalistes effectuent quand ils bâtonnent.

Mots-clés: bâtonnage, dépêches, typologie, identité discursive

Anatomie du "bâtonnage de dépêche"

On désigne par "bâtonnage de dépêches" la pratique journalistique qui consiste à éditer, mettre en forme et publier des textes de dépêches publiées par les agences de presse. Même si le bâtonnage et la reprise de dépêches existaient déjà bien avant l'arrivée du web (Colson, De Maeyer, & Le Cam, 2013, pp. 32–35), la pratique a acquis une nouvelle visibilité avec l'avènement de l'information en ligne. Dès les premières descriptions des processus de production du journalisme web, la figure du journaliste cantonné à des opérations de copier-coller s'impose (Pélissier, 2003, p. 104).

Avec cette nouvelle visibilité, le dénigrement de ces pratiques s'impose également dans les discours journalistiques et académiques. Le bâtonnage serait "une des tâches les plus ingrates du journalisme" (Antheaume, 2012) ce type de journalisme "assis" apporterait une piètre valeur ajoutée et contribuerait à la "pauvreté" généralisée de l'information en ligne (Raphaël, 2013). L'opprobre qui pèse sur la reprise de dépêche est

³⁴⁴ Juliette De Maeyer est professeure adjointe au département de Communication de l'Université de Montréal.

Courriel : juliette.de.maeyer@umontreal.ca



clairement lisible dans certains manuels de journalisme. Ainsi, dans un passage de *L'écriture de presse, l'art d'informer* intitulé "Le collage ne passera pas!" Line Ross (2005, p. 48) s'attaque à l'utilisation de dépêches et de communiqués en ces termes :

Le paresseux, l'incompétent et, très souvent, le débutant tombent aussitôt dans le piège : il n'y a plus qu'à jouer de la colle et des ciseaux, qu'à recopier des morceaux (bien) choisis. Voilà bien une des plus sûres façons de courir à la catastrophe journalistique! (Ross, 2005, p. 48)

Les journalistes web, premiers concernés, considèrent eux-mêmes que cet aspect de leur métier n'est pas du "vrai journalisme" (Vobič & Milojević, 2014), qu'il s'agit de "la partie pas très glorieuse du métier" et de "petit journalisme" (Degand, 2012, p. 325) et que les tâches de *desk* qui "ne permettent guère de s'atteler à d'autres tâches que la reprise de dépêches", sont une activité "moins enrichissante que le reportage" (Cabrolié, 2009, p. 139).

En somme, le bâtonnage de dépêches a mauvaise presse. Effet secondaire indésirable des modes de production visant l'instantanéité et la réactivité tout en misant sur une main-d'œuvre aux effectifs restreints (Cabrolié, 2009, p. 139) ce journalisme de copier-coller participerait à l'homogénéisation croissante des médias d'information (Boczkowski, 2010). La question de l'homogénéisation des contenus journalistiques a toujours été un des enjeux centraux de l'étude des médias (McQuail, 2013) parce qu'elle est le pendant d'un idéal normatif qui traverse les médias d'information dans les sociétés démocratiques contemporaines : celui de la diversité. Cette notion renvoie à l'idéal de pluralisme de l'information, et à des préoccupations relatives à la diversité sociale et culturelle reflétée par les médias (Rebillard & Loicq, 2013).

Mais les critiques du bâtonnage de dépêches ne renvoient pas nécessairement de manière explicite à de tels idéaux normatifs. Dans les discours des journalistes, on voit plutôt s'esquisser une critique qui trouve ses fondements dans l'opposition à deux aspects jugés fondamentaux de la pratique journalistique : le reportage de terrain et l'écriture. Les discours journalistiques et académiques désignent de cette façon ce que le bâtonnage n'est pas, en mobilisant ces deux aspects qui sont, eux, symboliquement valorisés (Degand & Francoeur, 2012, p. 42). En opposant le bâtonnage à ces pratiques présentées comme nobles il s'agit donc, également, de le qualifier.



Le reportage de terrain ("*original reporting*") est au cœur de l'identité professionnelle des journalistes (Coddington, 2014, p. 679). On trouve, par exemple, la consigne "rely on your own original reporting" parmi les principes fondamentaux du journalisme défendus dans le célèbre manuel *The Elements of Journalism*, de Kovach et Rosenstiel (2007, p. 112). Dans un contexte contemporain où la publication d'informations est accessible et élargie, le reportage de terrain constitue l'élément que les journalistes professionnels mettent en avant pour distinguer leur pratique d'autres producteurs d'information tels que les agrégateurs (Anderson, 2013) — qui, en suivant cet argument, sont présentés comme des activités de "simple dissémination" (Coddington, 2014, p. 679). Or, les journalistes web dont l'essentiel de la tâche consiste à reproduire des dépêches d'agence sont précisément ceux qui vont rarement sur le terrain.

L'autre pratique journalistique symboliquement valorisée qui s'oppose au domaine du bâtonnage est celle de l'écriture. Les journalistes qui bâtonnent n'écrivent pas, ils *réécrivent*, mettent en forme, mettent en page (Le Cam, 2005, p. 305). Leur activité première "n'est pas d'écrire, c'est d'assembler" (Degand, 2012, p. 332). Des enquêtes auprès des journalistes web qui traitent l'information sans l'écrire montrent que l'absence d'écriture crée de la frustration (Degand, 2012, p. 330; Degand & Francoeur, 2012, p. 42). Les termes utilisés pour parler du travail des journalistes web sont d'ailleurs révélateurs de ce rapport à l'écriture : ils font de *l'édition*, de *l'agrégation*. C'est la figure du journalisme comme auteur qui est ici malmenée par la réalité du travail de *desk*. Le reportage n'est donc pas uniquement valorisé en tant que présence sur le terrain, en tant que contact direct (largement fantasmé) entre les journalistes et les faits : le travail d'écriture, de production d'un texte original, est également à l'œuvre dans la mythologie du "vrai journalisme".

Si le reportage de terrain et l'écriture de textes originaux, au cœur du travail journalistique tel que conçu traditionnellement sont exclus du bâtonnage, de quel travail s'agit-il alors? Voilà la question qui préoccupe cet article. Les descriptions que des enquêtes de ethnographiques (Boyer, 2013) en font présentent des opérations qui, loin d'être uniquement mécaniques, mettent en œuvre un savoir-faire et une "intervention



éditoriale" (Boyer, 2013, p. 1616) qui s'expriment dans de nombreuses manipulations : les journalistes qui bâtonnent reformulent les titres, clarifient certaines phrases, retravaillent les sources (Degand, 2012, p. 325), ajoutent des éléments de contexte, fusionnent des extraits de plusieurs dépêches, optimisent l'article pour les moteurs de recherche, ajoutent des illustrations, écrivent des chapeaux attrayants (Boyer, 2013, p. 1628).

Le Cam (2012, p. 70) a montré que la gestion des dépêches d'agence de presse fait partie des "gestes quotidiens relativement identiques" qui fondent les traits identitaires transnationaux des journalistes web. Si réécrire et retravailler les dépêches est parmi les caractéristiques principales de ces journalistes, en quoi exactement consiste ce travail? S'agit-il d'une reproduction à l'identique? Quelle marge de manœuvre ont les journalistes dans leurs tâches de bâtonnage? Quels savoir-faire sont mis à l'œuvre? S'il y a une intervention éditoriale, comme se traduit-elle dans le texte des articles bâtonnés?

Pour explorer et mieux comprendre de quoi le bâtonnage de dépêche est fait, je mobiliserai les outils conceptuels des recherches qui se sont penchées sur le travail d'édition dans la presse écrite, d'une part, et sur la réécriture de communiqués de presse, d'autre part.

Si les tâches de collecte des faits et d'écriture sont, comme on l'a vu, ce qui constitue le cœur du processus de production journalistique de la presse écrite, les tâches d'édition sont considérées comme séparées (Cotter, 2011, p. 23). Elles sont (ou du moins étaient) d'ailleurs, en presse écrite traditionnelles, dévolues à d'autres professionnels que les journalistes-reporters : les secrétaires de rédaction, les correcteurs. Le travail d'édition est décrit, par ceux qui l'ont étudié (Bell, 1991; Cotter, 2011) comme opérant à deux niveaux : l'édition du contenu (*content editing*) et l'édition de la forme (*line editing*). Cotter (2011, p. 23), décrit l'édition du contenu comme la vérification de l'exactitude et de l'exhaustivité des informations d'un article, alors que l'édition de la forme est préoccupée par la correction de la langue, la composition de titres et, d'une manière générale, de la lisibilité. Bell (1991) décrit quant à lui les différentes opérations qui constituent la "linguistique de l'édition" (1991, p. 69). Les



chargés d'édition travaillent les textes journalistiques selon trois catégories d'opérations : ils suppriment les éléments d'information jugés superflus, effectuent des substitutions lexicales, et veillent à la correction de la syntaxe.

Cette typologie des opérations d'édition est reprise et raffinée par des études qui se sont penchées sur la façon dont les journalistes réécrivent les communiqués de presse issus des relations publiques. Loin d'entériner la thèse d'une reproduction mécanique et intégrale, plusieurs études (Maat & Jong, 2013; Van Hout, Pander Maat, & De Preter, 2011) montrent que ces articles, s'ils restent globalement similaires aux communiqués, sont l'objet de nombreuses microtransformations qu'il est possible de repérer et de qualifier (Maat, 2010).

Objectifs et méthodologie

Dans cet article, je chercherai donc à déterminer un cadre pour décrire précisément en quoi consiste le bâtonnage de dépêches. Pour ce faire, je propose d'établir une typologie des opérations d'édition constituant le bâtonnage de dépêche. Une analyse exploratoire de 102 articles "bâtonnés" permet de tester la pertinence des catégories d'édition établies pour décrire les opérations d'édition de texte de presse écrite et de réécriture de communiqués (Bell, 1991; Maat, 2010) et de faire émerger de nouvelles catégories.

Dans cette recherche exploratoire, j'ai choisi d'analyser les textes d'articles "bâtonnés" et de les comparer au texte des dépêches d'agence qui en constitue vraisemblablement la source. Il s'agit donc de chercher des traces du processus de production journalistique et des pratiques journalistiques dans les textes des articles publiés. En cela, je rejoins la conception de "l'identité discursive" des journalistes proposée notamment par Charron et de Bonville (2004), qui suggère qu'on peut trouver, dans leur propre énonciation, des représentations que les journalistes donnent d'eux-mêmes (2004, pp. 191–192). Plus particulièrement, on trouve dans les textes journalistiques, des traces de l'énonciateur — "l'auteur tel qu'il se manifeste dans le texte à partir des indices qu'il y laisse de lui" (de



Bonville & Moreau, 2004, p. 321) — et parmi toutes ces traces, des traces du processus d'énonciation, c'est-à-dire du processus de production journalistique.

Il faut souligner que les textes journalistiques compliquent l'identification des traces que l'auteur laisse de lui dans les énoncés. D'une part, parce que le journalisme se caractérise par une quête de "transparence énonciative" (de Bonville & Moreau, 2004, p. 330), c'est-à-dire l'absence apparente de l'énonciateur et la recherche d'un style d'écriture neutre et désincarné. D'autre part, l'identification d'un énonciateur précis est brouillée par le caractère éminemment collectif de la production journalistique, qui est caractérisée par une forte intertextualité (Charron & de Bonville, 2004, p. 197). Aussi, dans cette recherche, je propose de rendre visible un énonciateur particulier (le journaliste en train de bâtonner) en comparant systématiquement le texte de la dépêche source avec l'article publié. La comparaison permet de mettre au jour les éléments du texte qui ont subi des transformations, et plusieurs enquêtes de terrain (Boyer, 2013; Degand, 2012; Le Cam, 2005) — y compris mon propre travail de terrain dans certaines rédactions des médias étudiés (De Maeyer, 2013) — laissent raisonnablement penser que les journalistes web sont les seuls intervenants à ce moment précis de la production journalistique, entre la dépêche et l'article publié sur le site d'information.

Construction de la typologie

La liste des transformations opérées sur les communiqués de presse par des journalistes proposée par Maat (2010) — qui s'appuie elle-même sur les travaux de Bell (1991) et de Cotter (2011) — sert de base à la typologie élaborée ici. Elle comprend des opérations d'édition générale, et des opérations spécifiques au traitement des communiqués de presse (par exemple des opérations visant à supprimer ou introduire des références à l'entreprise qui est la source du communiqué). Seules les opérations d'édition plus générales ont été retenues (voir tableau 1). On notera que la plupart de ces opérations peuvent se concevoir dans un sens négatif (supprimer un aspect) ou positif (ajouter un aspect). Quand c'est le cas, les deux modalités ont été créées dans l'analyse.



Pour compléter cette liste de transformations possibles et constituer une typologie exhaustive, j'ai ajouté à ces catégories d'opération effectuées sur les dépêches par les journalistes les opérations décrites par les enquêtes de terrain (Boyer, 2013; Degand, 2012; Le Cam, 2005) qui décrivent le travail des journalistes web. On y trouve notamment des éléments relatifs aux opérations textuelles suivantes : modification du titre ; ajout d'un chapeau ; ajout ou suppression d'éléments d'attribution et d'identification des sources.

Tableau 1 - Typologie des opérations d'édition extraite de la littérature

Opération d'édition	Description	
Détails	Ajouter (supprimer) des détails	tiré de Maat (2010)
Longueur	Allonger (raccourcir) une formulation	
Jargon	Ajouter (supprimer) du jargon	
Caractère formel	Rendre plus (moins) formel	
Nombres et symboles	Ajouter (supprimer) des nombres et des symboles	
Contexte	Ajouter (supprimer) des éléments de contexte	
Cause	Ajouter (supprimer) des informations causales	
Généralisation	Généraliser, synthétiser	
Titre	Modification du titre	Tiré de Boyer (2013) et Degand (2012)
Chapeau	Ajout d'un chapeau	
Attribution	Ajouter (supprimer) des éléments d'attribution, préciser la source	

Constitution du corpus



Le corpus exploratoire analysé ici comprend un total de 17 cas de bâtonnage repérés dans six sites d'information belges francophones, c'est-à-dire un total de 102 articles et de 17 dépêches de l'agence de presse Belga.

Le corpus a été constitué sur base de tous les contenus publiés par six sites de la presse en ligne belge francophone en 2012 et 2013 (corpus collecté dans le cadre d'une autre recherche, voir De Maeyer, 2013). Un algorithme de similarité³⁴⁵ permet de détecter parmi tous ces articles, ceux dont les contenus sont fortement similaires entre eux, c'est-à-dire les articles dont le texte est presque identique à travers les six sites. Pour cette analyse exploratoire, j'ai volontairement retenu des cas qui étaient les plus similaires (un taux de similarité de 75% ou plus), afin d'observer les pratiques les plus caricaturales de bâtonnage, pour mettre à l'épreuve et raffiner la typologie. Pour mener à bien la recherche exploratoire présentée ici, j'ai sélectionné les 102 premiers cas (l'échantillon n'est donc pas représentatif, mais répond aux besoins c'est-à-dire tester et raffiner une typologie).

Une fois les cas repérés, j'ai procédé à des recherches dans la base de données Tellpress de l'agence Belga, avec la date de parution des articles et ses mots-clés principaux, afin de retrouver une éventuelle dépêche qui pourrait être la source des articles. Dans chaque cas recherché, j'ai trouvé une dépêche correspondante.

Chaque article est systématiquement comparé à la dépêche. L'analyse est préparée en découpant chaque texte selon les phrases qui le composent (les phrases sont délimitées par la ponctuation), et les phrases de la dépêche et de l'article sont alignées pour la comparaison (Maat, 2010, p. 92). Un logiciel de comparaison de fichiers³⁴⁶ permet de mettre en évidence les différences entre les deux versions (voir figure 1). Cet outil informatique permet de rendre plus visibles les transformations (qui sont parfois très discrètes, comme la correction d'une faute d'orthographe ou la suppression d'un seul mot), mais c'est à l'analyste de les catégoriser, dans un processus de codage manuel. Chaque fois qu'une différence apparaissait, j'ai donc cherché à la catégoriser parmi les

³⁴⁵ Il s'agit du module "text similarity" <https://metacpan.org/pod/distribution/Text-Similarity/doc/README.pod>

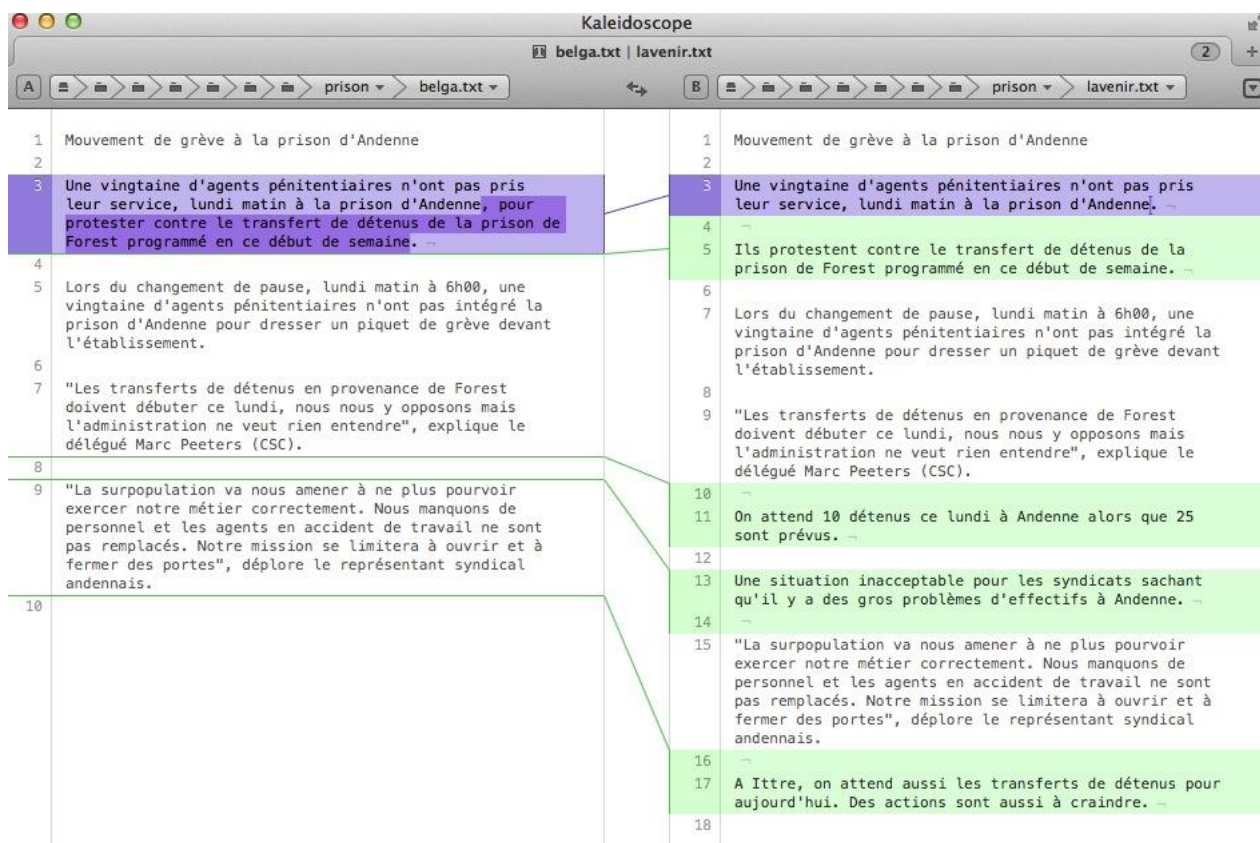
Celui-ci mesure la similarité de deux textes en comptant le nombre de mots qu'ils ont en commun (après avoir supprimé les mots vides, et en normalisant la mesure selon la longueur du texte).

³⁴⁶ <http://www.kaleidoscopeapp.com/>



opérations d'édition détaillées ci-dessus. Quand elles ne correspondaient à aucune d'entre elles, j'ai itérativement créé de nouvelles catégories afin de raffiner et compléter la typologie.

Figure 1- Exemple de comparaison d'une dépêche et d'un article avec le logiciel de comparaison de fichiers



Résultats

Les dépêches analysées ont une longueur moyenne de 218 mots. Les articles analysés ont une longueur moyenne de 228 mots : cette différence laisse penser que malgré leur grande similarité, les articles ont bel et bien fait l'objet de certaines transformations. 35% des articles sont plus courts que la dépêche-source, 22% ont un nombre de mots exactement semblable, et 43% sont plus longs que la dépêche d'origine.



Parmi les opérations proposées dans la typologie de Maat (2010), celles-ci n'ont jamais été repérées dans le corpus : généralisation, jargon, caractère formel, cause. La modalité "nombres et symboles" m'a paru rejoindre une catégorie d'opération plus large, c'est-à-dire toutes les interventions sur la typographie. Certaines opérations n'ont été repérées que dans leur modalité positive (contexte — seuls des ajouts d'éléments contextuels ont été repérés) ou négative (longueur des formulations — seuls des cas de raccourcissement ont été repérés). Les modalités "ajouter (supprimer) des éléments de contexte" et "ajouter (supprimer) des éléments de détails" ont été difficiles à distinguer analytiquement, je suggère donc de les rassembler au sein d'une même catégorie.

D'autres opérations ne correspondaient à aucune catégorie existante. Par conséquent, de nouvelles catégories ont été créées de manière émergente. Il s'agit des catégories suivantes :

- Intertitre : Ajout d'un ou de plusieurs intertitre(s)
- Temps : Modification ou précision des aspects temporels
- Lieu : Modification ou précision des aspects géographiques
- Ordre : Modification de l'ordre des phrases ou des paragraphes
- Orthographe : Correction de fautes d'orthographe ou de grammaire

Toutes ces opérations appartiennent à l'un ou l'autre des niveaux d'édition suggérés par Cotter (2010) : *l'édition du contenu*, qui concerne la précision et l'exhaustivité des informations, et *l'édition de la forme*, qui cherche à améliorer la lisibilité. Il s'agit certes d'une distinction simpliste entre forme et contenu, mais elle permet d'organiser les catégories d'opérations effectuées sur le texte. Le tableau 2 reprend la typologie que je propose au terme de cette analyse exploratoire, ainsi que des exemples.

Tableau 2 - Typologie des opérations de bâtonnage

Opération d'édition	Description	Exemple Texte de la dépêche	Texte de l'article
---------------------	-------------	--------------------------------	--------------------

Édition du contenu



Contexte, détails	Ajouter (supprimer) des éléments de contexte, des détails	Par ailleurs, 6.936 personnes sont montées à sa cime, avec une moyenne de 230 par jour.	Par ailleurs, <u>malgré la météo maussade</u> , 6.936 personnes sont montées à sa cime, avec une moyenne de 230 par jour.
Attribution	Ajouter (supprimer) des éléments d'attribution, préciser la source	Chez les enfants d'origine turque et marocaine, ce pourcentage grimpe toutefois jusqu'à environ 80%.	Chez les enfants d'origine turque et marocaine, ce pourcentage grimpe toutefois jusqu'à environ 80 %, <u>explique De Standaard</u> .
Temps	Modifier ou préciser les aspects temporels	De Morgen affirme <u>mardi</u> que l'épargne-pension connaît un succès croissant	De Morgen affirme <u>ce mardi</u> que l'épargne-pension connaît un succès croissant
Lieu	Modifier ou préciser les aspects géographiques	a précisé Gerald Pickering, le chef de la police de Webster, petite localité au bord du lac Ontario.	a précisé Gerald Pickering, le chef de la police de Webster, petite localité au bord du lac Ontario, <u>près de Rochester</u> .

Édition de la forme

Titre	Modifier le titre	USA: le meurtrier ayant piégé deux pompiers a laissé une note effrayante	USA: l'effrayante note du meurtrier de deux pompiers
Chapeau	Ajouter un chapeau	L'homme qui a tué par balles deux pompiers américains,...	<u>L'homme qui a ouvert le feu sur des pompiers près de New York apparaît comme extrêmement violent</u> L'homme qui a tué par balles deux pompiers américains,...
Intertitre	Ajouter un ou de plusieurs intertitre(s)	Par sa présence, le premier ministre a souhaité s'associer aux messages des associations : "le Sida ne se guérit pas, la protection reste indispensable". Elio Di Rupo a souligné le lancement du plan Sida...	Par sa présence, le premier ministre a souhaité s'associer aux messages des associations : "le Sida ne se guérit pas, la protection reste indispensable". <u>Un plan sida qui sera effectif en juin 2013</u> Elio Di Rupo a souligné le lancement du plan Sida...
Longueur	Allonger (raccourcir) une formulation	Huit enfants sur dix qui parlent turc ou marocain à la maison, reçoivent une punition lorsqu'ils parlent cette langue à l'école, révèle un sondage mené par des chercheurs des universités d'Anvers, Gand et Louvain <u>et détaillé mardi dans De Standaard</u> .	Huit enfants sur dix qui parlent turc ou marocain à la maison, reçoivent une punition lorsqu'ils parlent cette langue à l'école, révèle un sondage mené par des chercheurs des universités d'Anvers, Gand et Louvain. <u>Ce fait est révélé mardi par De Standaard</u> .
Ordre	Modifier l'ordre des phrases ou des paragraphes	L'indépendance de la Flandre, qui figure pourtant dans les statuts de la N-VA, ne bénéficie actuellement pas de suffisamment de soutien dans l'opinion flamande. C'est pourquoi le parti préconise la confédéralisme, "la plus acceptable et la plus efficace des solutions", <u> juge vendredi le député Ben Weyts dans une interview à Metro</u> . "Il est évident à nos yeux qu'il n'y a pas aujourd'hui de base suffisante pour une Flandre indépendante. Mais cela ne veut pas dire qu'il n'y a pas de déficit démocratique, et cela nous devons le comprendre.	L'indépendance de la Flandre, qui figure pourtant dans les statuts de la N-VA, ne bénéficie actuellement pas de suffisamment de soutien dans l'opinion flamande. C'est pourquoi le parti préconise la confédéralisme. "Il est évident à nos yeux qu'il n'y a pas aujourd'hui de base suffisante pour une Flandre indépendante. Mais cela ne veut pas dire qu'il n'y a pas de déficit démocratique, et cela nous devons le comprendre", <u> juge vendredi le député Ben Weyts dans une interview à Metro</u> .
Orthographe	Corriger des fautes d'orthographe, de syntaxe, de grammaire	Les quatre jeunes femmes ont été interpellées par une dizaine de policiers	Les quatre jeunes femmes ont été interpellées par une dizaine de policiers
Typographie	Modifier un élément typographique	Chez ING Belgique, on a dénombré 21.250 nouveaux épargnants pour la pension (+10%).	Chez ING Belgique, on a dénombré 21.250 nouveaux épargnants pour la pension (+10 %).

L'objectif de cette analyse exploratoire était de générer, tester et raffiner une typologie des opérations de bâtonnage. Une analyse plus systématique sur un échantillon représentatif sera nécessaire pour décrire et quantifier exactement la



fréquence de ces opérations au sein du corpus, et les mettre en relation avec les spécificités de chaque média. À ce stade-ci de la recherche, sur base de l'échantillon étudié ici, il n'est donc pas pertinent de présenter des statistiques descriptives. À titre d'information, on notera toutefois que 81% des articles ont subi au moins une transformation. Le tableau 3 présente, en guise d'illustration, le nombre d'occurrences de chacune des transformations dans le corpus, ainsi que le nombre d'articles qui présentent au moins une occurrence de chaque opération.

Tableau 3 - Occurrences des opérations d'édition dans le corpus (n=102)

	Nombre total d'occurrences de l'opération	Nombre d'articles contenant au moins une fois l'opération
<i>Édition du contenu</i>		
Contexte	56	21
Lieu	22	19
attribution	6	6
Temps	6	6
<i>Édition de la forme</i>		
titre	70	70
typographie	44	19
chapeau	28	28
intertitre	13	11
orthographe	10	9
ordre	9	9
longueur	8	7

Discussion, limites et ouvertures

Les résultats de cette analyse exploratoire interviennent à deux niveaux. D'abord, ils permettent d'affirmer qu'il se passe *quelque chose* quand les journalistes bâtonnent des dépêches : le texte des articles publié n'est pas une copie conforme des dépêches, même s'ils sont très similaires. Il y a donc une marge de manœuvre, certes modeste, que les journalistes utilisent, ce qui tend à montrer qu'une reproduction



strictement mécanique des dépêches (de manière automatisée, par exemple), ne satisferait pas les exigences éditoriales des médias étudiés.

D'autre part, cette analyse m'a permis de proposer une typologie des opérations de bâtonnage. Celle-ci correspond, en grande partie, au travail d'édition déjà décrit par des recherches précédentes (Bell, 1991; Cotter, 2011; Maat, 2010). Cela nous permet donc, à ce stade de la recherche, de qualifier le travail bâtonnage comme étant essentiellement un travail d'édition, de la forme et du contenu. L'identité discursive des journalistes web, telle que rendue visible par la comparaison des textes des articles et des textes de dépêches, correspond donc bien aux résultats des enquêtes de terrain qui montrent que l'identité et l'activité des journalistes web se construisent en dehors des tâches journalistiques traditionnellement valorisées telles que le reportage de terrain et l'écriture de contenus originaux.

La typologie esquissée ici servira également de base à une analyse systématique des activités de bâtonnage dans l'ensemble du corpus, qui permettra de quantifier la fréquence de chacune de ces opérations d'édition et de les mettre en relation avec la ligne éditoriale de chaque média. Je chercherai également, dans les étapes suivantes du projet, à prendre en compte les dimensions non textuelles des opérations de bâtonnage (en prenant la mesure, par exemple, de l'ajout de photographies, d'éléments multimédias ou de liens hypertextes).

L'analyse exploratoire présentée ici n'est qu'une étape d'un projet de recherche plus vaste, qui s'intéresse à la diversité et l'homogénéité des contenus d'information, dont le bâtonnage de dépêches n'est qu'une incarnation très spécifique. Il s'agira donc, dans les étapes ultérieures du projet, de diversifier les mesures d'homogénéité et de diversité, ainsi que de mettre en œuvre des comparaisons entre médias (comparaison des journaux papier et des sites web), diachroniques (comparaison de corpus contemporains et anciens), et transnationales (comparaison de médias belges et québécois).

Références

Anderson, C. W. (2013). What aggregators do: Towards a networked concept of journalistic expertise in the digital age. *Journalism*, 14(8), 1008–1023.
<http://doi.org/10.1177/1464884913492460>



Antheaume, A. (2012, January 24). La novlangue des journalistes en ligne. Retrieved November 23, 2012, from <http://blog.slate.fr/labo-journalisme-sciences-po/2011/01/24/la-novlangue-des-journalistes-en-ligne/>

Bell, A. (1991). *The language of news media*. Oxford ; Blackwell, Cambridge, Mass.

Boczkowski, P. J. (2010). *News at Work: Imitation in an Age of Information Abundance*. University of Chicago Press.

Boyer, D. (2013). *The Life Informatic: newsmaking in the digital era*. Cornell University Press.

Cabrolié, S. (2009). La recomposition d'une organisation de presse : le cas du Parisien.fr (enquête), *15*(1), 127–145.

Charron, J., & de Bonville, J. (2004). Typologie historique des pratiques journalistiques. In C. Brin, J. Charron, & J. de Bonville (Eds.), *Nature et transformation du journalisme : théorie et recherches empiriques* (pp. 141–218). Québec: Presses de l'Université Laval.

Coddington, M. (2014). Defending judgment and context in “original reporting”: Journalists’ construction of newswork in a networked age. *Journalism*, *15*(6), 678–695. <http://doi.org/10.1177/1464884913501244>

Colson, V., De Maeyer, J., & Le Cam, F. (2013). *Du pigeon voyageur à Twitter. Histoires matérielles du journalisme*. (Liberté, j'écris ton nom). Bruxelles: Centre d'Action Laïque.

Cotter, C. (2011). *News talk : investigating the language of journalism*. Cambridge: Cambridge University Press.

De Bonville, J., & Moreau, L. (2004). Journalistes et magistrats : le concept d'identité discursive appliqué à la couverture de l'actualité judiciaire en 1950 et en 2000. In C. Brin, J. Charron, & J. de Bonville (Eds.), *Nature et transformation du journalisme : théorie et recherches empiriques* (pp. 317–368). Québec: Presses de l'Université Laval.

Degand, A. (2012). *Le journalisme face au web : Reconfiguration des pratiques et des représentations professionnelles dans les rédaction belges francophones*. Université catholique de Louvain (UCL).

Degand, A., & Francoeur, C. (2012). L'organisation interne des rédactions en ligne. In B. Grevisse & A. Degand (Eds.), *Journalisme en ligne pratiques et recherches* (pp. 35–60). De Boeck.

De Maeyer, J. (2013). *L'usage journalistique des liens hypertextes. Étude des*



représentations, contenus et pratiques à partir des sites d'information de la presse belge francophone. U libre de Bruxelles, Bruxelles. Retrieved from <http://theses.ulb.ac.be/ETD-db/collection/available/ULBetd-06042013-151542/>

Kovach, B., & Rosenstiel, T. (2007). *The Elements of Journalism: What Newspeople Should Know and the Public Should Expect, Completely Updated and Revised* (Rev Upd edition). New York: Three Rivers Press.

Le Cam, F. (2005, June 7). *L'identité du groupe des journalistes du Québec au défi d'Internet*. Université Rennes 1. Retrieved from <http://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00011013>

Le Cam, F. (2012). Une identité transnationale des journalistes en ligne? In B. Grevisse & A. Degand (Eds.), *Journalisme en ligne pratiques et recherches* (pp. 61–86). De Boeck.

Maat, H. P. (2010). Editing and Genre Conflict: How Newspaper Journalists Clarify and Neutralize Press Release Copy. *Pragmatics*, 18(1). Retrieved from <http://elanguage.net/journals/pragmatics/article/view/572>

Maat, H. P., & Jong, C. de. (2013). How newspaper journalists reframe product press release information. *Journalism*, 14(3), 348–371. <http://doi.org/10.1177/1464884912448914>

McQuail, D. (2013). La diversité de l'information dans toute sa diversité : évolution d'un concept pour les médias et les politiques publiques. In F. Rebillard & M. Loicq (Eds.), *Pluralisme de l'information et media diversity un état des lieux international* (pp. 19–39). Bruxelles: De Boeck.

Pélessier, N. (2003). Un cyberjournalisme qui se cherche. *Hermès*, (35). <http://doi.org/10.4267/2042/9322>

Raphaël, B. (2013). Pourquoi le “batonnage” de dépêches ne sert à rien (ou presque). Retrieved January 8, 2015, from <http://benoitraphael.com/2013/10/pourquoi-le-batonnage-de-d%C3%A9p%C3%AAtes-ne-sert-%C3%A0-rien-ou-presque.html>

Rebillard, F., & Loicq, M. (2013). Introduction. L'approche du pluralisme de l'information en France et la recherche internationale sur la media diversity. In F. Rebillard & M. Loicq (Eds.), *Pluralisme de l'information et media diversity un état des lieux international* (pp. 5–15). Bruxelles: De Boeck.

Ross, L. (2005). *L'écriture de presse : l'art d'informer* (2e éd.). Montréal: GMorin.

Van Hout, T., Pander Maat, H., & De Preter, W. (2011). Writing from news sources: The case of Apple TV. *Journal of Pragmatics*, 43(7), 1876–1889.



Vobič, I., & Milojević, A. (2014). “What we do is not actually journalism”: Role negotiations in online departments of two newspapers in Slovenia and Serbia. *Journalism*, 15(8), 1023–1040. <http://doi.org/10.1177/1464884913511572>



Mentira e silêncio, o caso da foto da lua na versão digital do jornal *Zero Hora*

Elstor Hanzen³⁴⁷

Victor Gentili³⁴⁸

Resumo: O artigo pensa o jornalismo já na perspectiva “pós-industrial” conforme estudo de Tow Center for Digital Journalism da Columbia Journalism School. O silêncio em torno de uma foto enviada por um internauta para o sítio online do jornal Zero Hora, que serve como motivo de análise. Também foram consultados autores que conceituam o silêncio das mídias, além de pesquisas em artigos atuais sobre a temática. Contudo, não se pretende exatamente um estudo de caso, mas um breve ensaio sobre como uma foto “mentirosa” repercute, mas o próprio jornal mantém o caso exclusivamente em sua página no facebook, o que configura silêncio na versão impressa.

Palavras-chave: jornalismo pós-industrial; rotinas produtivas; foto da lua; silêncio, gatekeeper

1. Introdução

No dia 20 de agosto de 2013, a página do jornal *Zero Hora no facebook* solicitou aos seus leitores-internautas que enviassem fotos da lua cheia para serem publicadas – ou postadas. Os leitores gostaram da ideia e mandaram imagens ao veículo. Um dos registros, uma lua perfeita e atrativa aparece refletida nas águas do mar, foi ‘bancada’ e publicada na página do Facebook do jornal.

Em pouco tempo, a foto começou a repercutir e virou piada na internet, quando os próprios leitores identificaram que a imagem havia sido manipulada no computador, ou seja, tratava-se de uma informação inventada pelo internauta que foi usada pelo jornal como registro de um fato da realidade.

³⁴⁷ Jornalista pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) 2007; especialização em Jornalismo e Convergência das Mídias pela Universidade FEEVALE (2014) – Novo Hamburgo/RS: elstorh@yahoo.com.br

³⁴⁸ Jornalista desde 1975. Mestre (1995) e doutor (2003) em Ciências da Comunicação pela ECA-USP. Professor associado da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES): vgentili@uol.com.br



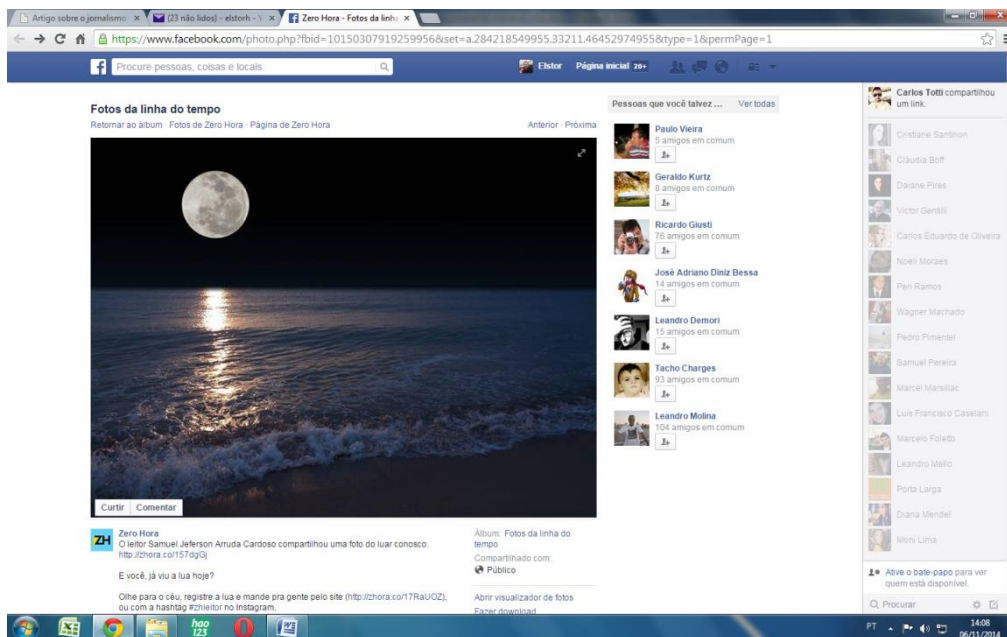


Fig. 1

A foto (figura 1), logo ficou popular e obteve mais 2,7 mil compartilhamentos e ultrapassou as seis mil curtidas, além de inúmeros comentários, em geral, bem humorados e irreverentes, como este: *meu cachorro viu que isso é montagem...* E mais esta: *muito me admira um veículo de todas as mídias como a ZH postar uma foto dessas! Ok, realmente a lua estava bonita, a lua é bonita, mas não afrontem nossa inteligência com essa foto montagem.* Outro diz: *po ZH. Montagem tosca assim num jornal sério é feio (SIC).*

No dia seguinte, 21 de agosto, o *facebook* do jornal publicou uma errata e um link com a informação corrigida, sob este título:

valeu pelos comentários, pessoal! Diante de tantos questionamentos, investigamos e comprovamos: a foto não era mesmo autêntica. O webdesigner Michel Fontes de ZH é usado como fonte, que explica os motivos da alteração da imagem, nesta sequência: *o tamanho do reflexo não é condizente com o da lua – A lua, na foto, é muito mais larga. A cor do reflexo é muito mais amarelada que a cor da luz da lua. Em fotos noturnas – mesmo com super lua – o tempo de exposição deve ser mais longo, o que significa que a onda que chega na praia JAMAIS estaria ‘congelada’, mas um borrão de movimento.* Entre outros detalhes, por fim, diz que há um programa para detectar falsificações: *existe um software de análise das assinaturas de JPGs, o*



JPEGSnoop. Quando uma foto vem de uma câmera, essa carrega a assinatura de quem a originou. Por esse programa, podemos ver que a imagem original foi editada. (CLICRBS, 2013).

Mesmo com o reconhecimento e a correção do erro, as críticas na *timeline* do jornal seguiram: “A ZH não notou que é foto fake...putz!; Caíram no conto do Photoshop...; kkk foi o estagiário que escolheu a foto; Vou mandar a minha foto com a hashtag #zhburra.” Contudo, apesar da intensa repercussão do fato, o sítio CLICRBS não deu uma linha sobre o assunto, como também nenhum outro veículo do Grupo RBS – jornal Zero Hora, Rádio Gaúcha, RBS TV - se referiu ao tema. Ou seja, tudo ficou restrito ao blog e ao Facebook.

2. O Grupo RBS e a nova realidade do jornalismo

E nesse caso não se trata apenas de mais um sítio na internet que publica informações de forma aleatória, mas há por trás da notícia o nome do Grupo RBS, uma das maiores empresas de comunicação multimídia do Brasil e a maior afiliada à Rede Globo. Segundo informações próprias, atualmente o grupo trabalha com conteúdos jornalísticos, de entretenimento e de serviços por meio de emissoras de rádio e de televisão, jornais e portais de internet. Também atua com o que chama de “empresas digitais e negócios adjacentes”. Com mais de seis mil funcionários, é o segundo maior empregador de jornalistas do país. Além da estrutura, a marca RBS construiu uma cultura e um conceito para produção de conteúdo jornalístico, que hoje serve como referência para a população do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Com o ingresso dos tradicionais grupos de comunicação nas plataformas online, assim como o fez o ZH em 2000, a relação entre o emissor e o receptor da informação acabou se aproximando e, conseqüentemente, as empresas jornalísticas ficaram expostas à opinião pública. Essa realidade tem sido acentuada com o avanço tecnológico e de conectividade por meio das redes sociais, fazendo com que indivíduos sejam ao mesmo tempo produtores, consumidores e comentaristas da notícia. O protagonismo do internauta cresceu na geração e na oferta de conteúdo, e também na sua repercussão,



agora imediata. Para o profissional, crescem os riscos de falhas e aumenta a vulnerabilidade com efeitos na credibilidade da informação gerada no mundo online, tal qual aconteceu com a foto da lua.

A nova realidade implica num olhar atento de como os meios de comunicação administram a informação diante das novas variáveis da interação. Essas mudanças que ocorreram no jornalismo, desde o advento da internet, e, mais recentemente, com as mídias sociais, acabaram interferindo de modo decisivo no processo de construção e de distribuição do produto jornalístico.

O surgimento das novas tecnologias, o uso intensivo de bases de dados no jornalismo e a mudança dos hábitos da sociedade, além da interação com múltiplas fontes e com o público no processo produtivo da notícia, resultou no chamado jornalismo pós-industrial. A expressão é de um relatório de pesquisa de 2012 produzido pelo Tow Center for Digital Journalism da Columbia Journalism School, traduzido e publicado no Brasil pela revista da ESPM (ANDERSON, 2012). Por ora, vale ressaltar que esses avanços imprimiram uma nova dinâmica na forma de produzir notícia o que deixou os profissionais da área com menos certezas com relação a sua atuação no mercado da comunicação.

3. Convergência vertical e horizontal

A interatividade no jornalismo é uma tarefa difícil não só pela complexidade dos processos, mas também pela constante modificação e evolução das plataformas onde ele está inserido. Essa tendência começou a se desenvolver no jornalismo ainda nas décadas de 1980 e 1990, com a chegada da informática e a seguir da internet. Para Baldessar (2005), citado por Belochio (2012), as grandes mudanças no cotidiano produtivo dos jornalistas começam com a informatização das redações dos jornais e revistas do Brasil. Com a introdução dos computadores, os jornalistas também tiveram que se adaptar a uma realidade profissional que incluía a exigência de maior qualificação e a especialização crescente, por conta das modificações nas condições do trabalho.



A chegada da internet em 1994 abriu caminhos, mexeu nas linguagens e foi impondo mudanças na prática profissional. As rotas do mundo virtual se abriram em múltiplas direções, às vezes, desorganizadas, mas com uma rapidez inédita e com origens bastante variadas. A conectividade marca um novo cenário de comunicação para um conjunto de pontos que circulam em contínuo fluxo e em múltiplas direções, numa dinâmica mais horizontal. Uma relação de dupla mão.

A verticalidade de produção informativa, eixo emissor/receptor, diluiu-se de forma gradual para se submeter a um regime mais uniforme. De acordo com d'Andréa (2012), hoje há a convergência vertical no jornalismo – produção multimídia feita por profissionais -, e a convergência horizontal – realizada por meio da participação do cidadão. A prática do jornalismo - de forma engajada ou eventual - por não-profissionais é um dos assuntos mais discutidos neste campo nos últimos anos. É uma das formas de compreender o que se chama de “jornalismo cidadão”. Esta convergência comunicacional, a prática interativa em via de dupla mão, também privilegia a participação do usuário no contexto produtivo do conteúdo, exigindo dos veículos mudanças nas plataformas físicas e na própria forma narrativa da notícia, fazendo com que o modelo autocrático e unilateral de produção jornalística passe a ser mais democrático.

Ao mesmo tempo, observa-se, cada vez em maior escala, os canais de comunicação aproveitando os serviços dos internautas, como produtores e “repórteres”, para obtenção de informações. Conforme Jenkins (2008), a lógica se resume nesta máxima. “Você produz todo o conteúdo. Eles ficam com todo lucro” (pag. 110). Além disso, Aroso (2003) acrescenta que a credibilidade informativa também está em jogo: sem qualquer controle da informação, é difícil saber o que é verdadeiramente notícia e o que é opinião ou especulação, decorrendo em “notícias” sem interesse, não verdadeiras, inexatas e até mesmo ofensivas. Além do que, o trabalho de produção de notícias de um profissional não vive só de vontade, é preciso: dinheiro, tempo e dedicação.

A legitimação da informação jornalística, portanto, sem a mediação central das empresas e de profissionais dessa área se baseia no reconhecimento de que, na contemporaneidade, segundo Jenkins (2008), vivemos uma “explosão das mediações”



que reclassificam e reposicionam o intenso fluxo de informações às quais estamos submetidos. O que é chamado por Castilho (2014) de “guerra de informação”. Conforme essa lógica, as mediações surgem de diversas fontes, assim incidindo nos processos de comunicação e formando as interações comunicativas dos atores sociais, alimentando certa desorientação informativa. Podemos reconhecer que, em função das articulações em rede, por exemplo, um relato de maior interesse social pode ganhar visibilidade e legitimidade à revelia dos *gatekeepings*, estabelecidos por veículos noticiosos, assim como ocorreu com o caso da lua.

Por causa dessa apropriação do conhecimento e socialização das informações por parte dos usuários, os porteiros das redações procuram muitas vezes forçar o controle no fluxo das notícias, assim como ocorreu com a informação da lua, que obteve grande interesse público e repercussão nas redes sociais do Grupo RBS, mas não mereceu espaço em nenhum outro veículo, além do online.

Há um fenômeno que Jenkins (2008) chama de antagônico. É quando uns querem pôr a mão no conhecimento e outros tentam protegê-lo. “Controle do fluxo de informações só serve para mascarar a realidade”. As tentativas de impor o controle na circulação das informações nas diversas plataformas, observa Jenkins (2008), pode estar ligado ao medo da fragmentação e erosão do mercado, ou seja, o medo da audiência não mais voltar para os meios tradicionais. Essa postura, portanto, pode redundar em uma estratégia de erro na administração das informações, no momento em que a sociedade não vive mais num gueto e tem acesso a diversos canais alternativos à informação. Negar ou esconder notícias à audiência acaba sendo um caminho perigoso e obsoleto, no momento em que estamos vivendo a plena convergência das mídias.

4. O jornalismo pós-industrial

No relatório de pesquisa sobre o jornalismo pós-industrial (ANDERSON, 2012), pesquisadores norte-americanos citam e analisam vários exemplos de cobertura jornalística com o envolvimento dos internautas por meio das redes sociais, casos semelhantes a da lua, feito pelo Facebook do ZH. Entre as páginas 43 e 58 os



especialistas destacam a importância do trabalho da reportagem e a necessidade criteriosa na apuração das informações, apesar da facilidade de acesso e o grande volume de dados gerados no mundo online. Também falam da principal característica da convergência, o papel colaborativo no jornalismo virtual.

Por isso, está cada vez mais difícil o profissional concorrer com o batalhão de testemunhas publicando notas em tempo real, no Facebook ou no Twitter. E com a enxurrada de publicações nos meios virtuais, somadas a pressão de ser o primeiro a publicar a notícia, o jornalista tende abrir mão da tarefa essencial de checar a veracidade da informação. Ao invés de entrar na rota frenética de disputar produção de informação, o caminho mais eficaz de transmitir uma notícia pode estar na personalização e no conhecimento sobre o assunto a ser abordado, já que as tarefas de escrever, fotografar, filmar fatos de interesse jornalístico e até dar furos, estão acessíveis a qualquer cidadão.

Conforme o estudo, estamos em meio a uma revolução da comunicação, em que o uso intensivo de bases de dados e a interação com múltiplas fontes e com o público são essenciais para a sobrevivência do jornalismo profissional. Mas, além de estar inserido e atuando neste cenário, o jornalismo precisa apurar e checar os dados da notícia, além de trazer sua experiência para o palco no sentido de filtrar e contextualizar a notícia. Caso contrário, a função do profissional será irrelevante em meio ao emaranhado de publicações nas redes sociais.

Porém essa condição ainda não foi assimilada pela maioria das publicações digitais, que costumam tomar duas posições distintas em relação ao batalhão de cidadãos munidos do poder de mídia: ignorar solenemente ou usá-los como agentes produtoras de conteúdo. O exemplo da lua ilustra bem isso, que em muitos casos a imprensa não está preparada para operar o jornalismo nesta nova realidade. Ou seja, ainda não aprenderam a conviver com formas mais recentes de apuração de informações de interesse jornalístico.

Nesta análise, o veículo aplicou a estratégia do “crowdsourcing”, termo que implica por si só uma relação de “um com vários” para o jornalista, que lança uma pergunta a um grande grupo de pessoas ou recorre a esse exército de gente para achar respostas. Mas essa multidão também pode ser uma série de indivíduos atuando por



meio de redes – multidão que pode ser interrogada e utilizada para uma versão mais completa dos fatos ou para a descoberta de coisas que seriam difíceis ou demoradas de apurar com o modelo tradicional de reportagem. Antes esse trabalho era feito por uma equipe de funcionários contratados.

Apesar de coletar uma grande quantidade de informações, no caso da imagem da lua o jornal menosprezou os dados além de não interagir e estabelecer uma relação de diálogo com os participantes. Essa imissão na interação com os usuários acabou deixando o veículo fora da discussão e o debate acabou se dando sem um mediador. Pois, segundo a caracterização do jornalismo pós-industrial, qualquer seja o meio de disseminação, a informação hoje é instantaneamente compartilhada, discutida, comentada, criticada e louvada – ao vivo, sem possibilidade de controle.

Com toda essa fartura de dados gerados e de fácil acesso, assim como as ferramentas capazes de mostrar o índice de audiência instantâneo, a mídia apela para o entretenimento e, de preferência, usando casos genéricos e de rápido entendimento do público, tal como a imagem da lua. No Tow Center for Digital Journalism os autores citam outros casos, com o uso de animais nas notícias. De acordo com eles, embora muito jornalista vá torcer o nariz para o exemplo a seguir, ao falar das fotos de “bichos decepcionados” que turbinam o tráfego de seu site, Jonah Peretti (do BuzzFeed) “martela a tese de que é preciso muita habilidade para determinar o que torna um conteúdo apetecível para que outros o compartilhem”.

No Brasil, caso parecido com animais foi o de moradores de um prédio em Porto Alegre que gravaram os maus-tratos a um filhote de cão e postaram o vídeo no YouTube, em maio de 2013, conforme publicado no site do G1. Inicialmente o caso gerou mobilização e repercussão nas redes sociais e logo ganhou amplo espaço em todos os canais de comunicação como rádios, TVs e jornais. O fato evidencia como a disponibilidade da tecnologia - e o assunto animais - têm atraído grande número de interessados.

Já a imagem da lua, apesar de ser da mesma linha de assuntos dos animais, também obteve bastante atenção e repercussão nas redes sociais, porém não teve a chance de aparecer nos veículos tradicionais do grupo RBS. Portanto, com base no



jornalismo pós-industrial, cujo foco está na troca de informações e na interação entre produtores e consumidores de notícias, os tradicionais meios de comunicação ainda ignoraram e silenciam quanto à livre circulação e publicação das informações, ou melhor, usam-nas conforme seus próprios interesses no mercado da comunicação.

5. O controle das notícias

No caso da lua, num primeiro momento o controle por parte do *gatekeepers* não entrou em ação, porque a informação enviada pelo internauta foi usada pelo veículo como sendo confiável e verdadeira, mas sem fazer a checagem disso. Possivelmente sequer houve cogitação de necessidade de checagem. Checar o quê em fotos da lua cheia? Já no passo seguinte, o grupo assumiu o seu protagonismo ao fazer a correção e também por optar em não repercutir o assunto nem mesmo no clickrbs.com, jornal online da rede. Menos ainda no jornal, no rádio ou na TV. Mesmo com o livre fluxo de informação, os porteiros das redações acabam fazendo o controle institucional do que vai ser publicado – apesar da avalanche de conteúdo gerado e disponibilizado atropelar em alguns momentos o processo.

A nota publicada no dia seguinte dos acontecimentos foi apenas uma tentativa de amenizar a repercussão negativa, porque o caso ficou associado à marca do grupo. Porém, se quisesse mesmo valorizar seu jornalismo colaborativo, deveria ter esclarecido e ampliado a informação nos outros veículos. O fato de silenciar demonstra uma atitude de falta de amadurecimento para lidar com o jornalismo colaborativo, conforme Primo (2013), além de prejudicar a relação de confiança com os internautas.

Para os pesquisadores americanos do jornalismo pós-industrial, esse comportamento protocolar não assenta para a comunicação online. Eles salientam que é preciso entender o melhor o jornalismo colaborativo e interpretar os *feedbacks* para conseguir traduzir um conteúdo que faça sentido ao público. Pois as informações chegam rápidas e em grande quantidade aos produtores, mas muitas vezes o material farto não é compreendido e passa despercebido debaixo do nariz do profissional, criando-se um verdadeiro desperdício e silêncio em volta dos dados.



Essa falta de habilidade para potencializar as informações e o não diálogo com os participantes do jornalismo colaborativo podem trazer um decréscimo no valor do capital social que é construído, pois as trocas são reduzidas, segundo Primo (2013). A constatação do autor serve para enquadrar o caso da lua, na qual havia milhares de internautas interagindo e gerando conteúdo enquanto os profissionais ficaram apenas assistindo a evolução dos acontecimentos. Além do comportamento passível, o veículo não usou os dados para produzir uma notícia mais elaborada para aproveitá-la nas demais plataformas dos canais do grupo.

Mesmo o cidadão sendo mais ativo na escolha e na divulgação das informações, e o profissional não ter mais o poder centralizador de decidir o que merece ser ou não notícia, o jornalista e as organizações ainda usam seus mecanismos de controle da notícia. Essa realidade pode ser constatada a partir do momento em que o Grupo RBS resolve silenciar sobre o fato nos seus veículos tradicionais – tanto nos impressos como nos eletrônicos - mesmo com toda a repercussão obtida nas redes sociais. Ou seja, mesmo com a intervenção e o interesse do público referente o assunto, os porteiros insistiram no exercício do poder de silenciar.

6. Os silêncios do jornalismo

Embora a imprensa tenha o dever constitucional de dizer a verdade aos leitores, além de informar, educar, entreter e prestar serviços, sempre de olho no interesse da maioria dos cidadãos, há uma série de outras demandas neste processo. Lippmann (2008) argumenta que muitas vezes a mídia não quer esclarecer a opinião pública, mas só procura atender os interesses da sua classe e vender os anunciantes, ao invés de servir com informações privilegiadas e relevantes aos indivíduos. Em casos como esses, a notícia deixa de ser o que interessa para a maioria e transforma-se em mercadoria a serviço de interesses particulares.

O silêncio e a mentira são inerentes à própria democracia para Lippmann (2008). No raciocínio dele, a imprensa acaba usando a estratégia de ressaltar os fatos à medida que lhe convém e deixar invisíveis ou omitir as informações quando não contribuem



para os objetivos da proposta. Além disso, algo aparentemente contraditório numa democracia - quem consegue eliminar o conflitante na opinião, tem muito mais chances de obter êxito na estratégia de servir a opinião pública.

Outro aspecto tratado por Lippmann (2008) é a desinformação do público sobre o assunto abordado. Quando mais distante a informação estiver do receptor mais fácil fica o profissional manipulá-la, porque sabe que o cidadão não tem experiência e contato direto com o tema. Segundo o autor, isto muito acontece com notícias internacionais e também com informações cujas decisões são comandadas por poucos membros de altas cúpulas do poder. Essas informações, portanto, ficam invisíveis para a maioria do público quando não são apresentados pela imprensa. Ou seja, pouco se fala e quando ninguém trata deles, a impressão que fica é simplesmente não existissem. E nesses casos, dependemos da imprensa para ter acesso ao conteúdo.

Contudo, essa realidade mudou com o surgimento das redes sociais. As distâncias encurtaram-se e os assuntos ficaram mais visíveis com a participação e interação dos internautas. Com isso, as manobras para a imprensa não dar um espaço para um debate que já ganhou interesse do público e audiência nas plataformas virtuais, requer um esforço bem mais engenhoso além de ser um grande risco. Então se torna mais prático, mesmo contra a vontade e os interesses da linha editorial, dar a informação para não perder audiência e credibilidade.

Mesmo assim, muitas vezes a imprensa não leva em conta o contexto atual. Foi o que aconteceu com o caso da lua, em que o veículo simplesmente virou as contas à repercussão do fato na internet. Além disso, ao levar o assunto para os meios tradicionais poderia aproveitar a discussão como serviço de utilidade pública – orientando e esclarecendo as pessoas sobre as armadilhas de manipulação e falsificação das informações que circulam na internet. Ou até tentar buscar uma entrevista com o autor que gerou a imagem falsa. Porém nada disso foi feito.



7. Conclusões

Com uma sociedade mais participativa, questionadora e um fluxo constante de informações no mundo virtual, fica cada vez mais difícil à imprensa controlar ou silenciar os assuntos que interessam ao público. O que, de certa forma, acaba refletindo na forma de fazer jornalismo. Antes, conforme situa Appadurai (2004), a força dos valores notícia eram definidos “de dentro para fora”, agora essa lógica mudou para “de fora para dentro”. Com essa condição, portanto, o poder e o controle sobre a definição da notícia se deslocam das mãos do profissional para os dos leitores.

Isso não significa que a mídia não tenta impor as decisões para atender seus interesses, como é possível notar a partir do exemplo apresentado neste trabalho. Como bem observou Lippmann (2008), o silêncio e a mentira são inerentes à própria democracia. Só que, manter esta postura com o jornalismo pós-industrial é cada vez mais arriscado, com a enxurrada de produções nos meios virtuais, somadas a disposição do público de debater as notícias.

A nova realidade trouxe uma aceleração e uma ampliação no fluxo de notícias, proporcionando um ambiente mais dialógico entre profissional e público. Assim, ignorar ou esconder informações do público passam a ser comportamentos desajustados, até porque, de uma ou outra forma, o público terá acesso ao conteúdo que o veículo o sonogou. O acesso à tecnologia e às redes sociais favorece o público na divulgação das informações e na mobilização em prol das próprias ideias no espaço online. Assim, o compromisso e a responsabilidade pela qualidade dos conteúdos são fatores cada vez mais importantes para o jornalista e os meios de comunicação, justamente para se diferenciarem em relação ao emaranhado de notícias publicadas no mundo virtual.

Para não incorrerem em enganos como o conteúdo falso da lua, os meios de comunicação e os jornalistas devem ter cautela ao aplicarem a estratégia do “crowdsourcing”, como se fosse uma simples substituição da notícia produzida por um profissional da área. Até porque a chance de publicar uma informação errada se reduz de forma significativa se a notícia passar pelo crivo de um ou mais profissionais compatíveis com esta nova realidade.



Contudo, erros e silêncios acontecem, mas é fundamental admiti-los e corrigi-los, o mais rapidamente possível. O que não é aceitável é que o erro fique exposto por mais de 24 horas na rede, como aconteceu com o recorte analisado até ser retificado. Essa demora na correção da informação é contraditória com a velocidade da circulação do conteúdo online, ainda mais que na hora de publicá-la a urgência acabou tendo preferência - mesmo não se tratando de um assunto factual.

É claro que com essa análise não foi possível esgotar toda a nova configuração do jornalismo e seus silêncios e mentiras, mas se buscou compreender o jornalismo colaborativo, a partir da publicação e repercussão da foto fake de uma lua no Facebook do jornal ZH, cujo conteúdo foi gerado por um internauta. Com isso foi possível constatar que a interferência e o controle na informação têm importante reflexo no resultado da notícia e também na sua divulgação.

Referências

ANDERSON, C.W., BELL, Emily e SHIRKY, Clay Tow Center for Digital Journalism da Columbia Journalism School. ESPM, Revista. Jornalismo pós-industrial, 2012. Disponível em:

http://www.espm.br/download/2012_revista_jornalismo/Revista_de_Jornalismo_ESPM_5/files/assets/common/downloads/REVISTA_5.pdf Acesso em março de 2015.

APPADURAI, Arjun. Dimensões culturais da globalização. Lisboa: Teorema, 2004.

AROSO, Inês. A internet e o novo papel do jornalista, 2003. Disponível em:

<http://www.bocc.ubi.pt/pag/aroso-ines-internet-jornalista.pdf> Acesso em março de 2015

BELOCHIO, Vivian. Jornalismo em contexto de convergência: implicação da distribuição multiplataforma na ampliação dos contratos de comunicação dos dispositivos de Zero Hora, 2012. Disponível em:

<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/61450> Acesso em março de 2015.

CASTILHO, Carlos. Pesadelo diário, 2014. Disponível em:

http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed799_pesadelo_diario Acesso em março de 2015.

D'ANDRÉIA, Carlos. WebTVs no cenário da(s) convergência(s): a produção audiovisual por veículos jornalísticos de tradição impressa, 2012. Disponível em:



http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/10encontro/comunicacoes_cordenadas/carlos_d_andrea.pdf Acesso em março de 2015.

FACEBOOK, Zero Hora. Já viu a lua hoje? Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10150307919259956&set=a.284218549955.33211.46452974955&type=1&permPage=1> Acesso em março de 2015.

GRUPO RBS <http://www.gruporbs.com.br/quem-somos/o-grupo-rbs/> e <http://www.gruporbs.com.br/areas-de-atuacao/> Acesso em março de 2015

JENKINS, Henry. Cultura da Convergência. São Paulo: Ed. Aleph, 2008.

PRIMO, Alex. Interações mediadas e remediadas: controvérsias entre as utopias da cibercultura e a grande indústria midiática. In: PRIMO, Alex (org.). Interações em rede. Porto Alegre: Sulina, 2013.

WHITE, David Manning. O gatekeeper. Uma análise de caso na seleção de notícias. IN: TRAQUINA, Nelson (org). Jornalismo: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1993. p. 143.



Formação profissional do jornalista – os silêncios e os dizeres sobre as novas diretrizes curriculares

Edgard Patrício³⁴⁹

Resumo: As novas diretrizes curriculares do Curso de Jornalismo foram aprovadas no ano de 2013, pelo Ministério da Educação (MEC). Uma comissão de especialistas foi montada para dar cabo à tarefa de elaboração. O processo teve início em 2009. Publicamente, a Comissão decidiu ouvir preliminarmente a sociedade. No Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará (UFC), tão logo a aprovação das Diretrizes se tornou ato oficial, foi estruturada uma Comissão, ainda em 2013, envolvendo seis professores e dois estudantes, para dar início às discussões sobre o processo de atualização da proposta do Curso. E, da mesma forma que a comissão nacional, a comissão local de implantação das novas diretrizes curriculares do Curso de Jornalismo da UFC estruturou um processo de ‘escuta’ dos diversos segmentos envolvidos e com interesses no processo. A estratégia de trabalho contemplou a realização de workshops, que tinham como orientação, para as discussões, a seguinte pergunta: quais as demandas atuais de formação para o profissional jornalista? É a partir dessa escuta que abrimos a possibilidade de uma discussão sobre os discursos institucionais que estão por trás da implantação das novas diretrizes curriculares do Jornalismo. O quê nos dizem esses discursos? O quê silenciam? Como esses discursos percebem as transformações que ocorrem no Jornalismo? E como essas transformações, a partir desses discursos, podem repercutir na formação do profissional jornalista?

Palavras-chave: jornalismo; diretrizes curriculares; formação profissional.

1. Os debates em torno da elaboração das novas Diretrizes

1.1 O processo de elaboração

O processo de elaboração das novas diretrizes curriculares do Jornalismo chegou ao fim depois de um intenso debate sobre a individualização da habilitação de Jornalismo em curso de graduação, com a possibilidade de apartamento do Curso de Comunicação Social. Uma comissão de especialistas foi montada para conduzir os trabalhos. A Comissão tinha na coordenação o professor José Marques de Melo. Ainda eram membros Alfredo Vizeu, Carlos Chaparro, Eduardo Meditsch, Luiz Gonzaga Motta, Lucia Araújo, Sergio Mattos e Sonia Virginia Moreira.

³⁴⁹ Jornalista, doutor em Educação. Professor do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará.



Foram realizadas três audiências públicas, abertas à participação de agentes dos processos jornalísticos: no Rio de Janeiro, professores, estudantes, pesquisadores, dirigentes de escolas, cursos, departamentos de ensino e pesquisa expressaram suas aspirações, representando a comunidade acadêmica; no Recife, foi a vez da comunidade profissional, representada pelas organizações sindicais ou corporativas: empresas, setor público e terceiro setor; em São Paulo manifestaram-se lideranças e representantes da sociedade civil organizada: advogados, psicólogos, educadores, religiosos, ecologistas, bem como outros segmentos comunitários. Os cidadãos interessados na questão tiveram oportunidade de encaminhar recomendações por meio de uma consulta pública, realizada pelo portal do MEC, na internet, o que permitiu o recebimento de uma centena de sugestões.

O processo teve início em 2009. Depois de elaborada a proposta da Comissão, o documento foi encaminhado ao Conselho Nacional de Educação (CNE) em 15 de abril de 2010. Dois meses depois, em 09 de junho de 2010, foi distribuído para parecer à Comissão formada pelos conselheiros Arthur Roquete de Macedo (presidente) e Reynaldo Fernandes (relator). A Comissão do CNE realizou audiência pública em Brasília, no dia 08 de outubro de 2010. Nessa audiência, segundo o Parecer da Comissão dado a conhecer depois³⁵⁰, e distribuído inicialmente de maneira informal entre alguns pesquisadores da área, diversos representantes de entidades profissionais e acadêmicas ligadas ao jornalismo manifestaram “apoio à proposta elaborada pela Comissão de Especialistas”. Entre essas entidades “destacamos a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), o Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ) e a Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor)”.

Também foi disponibilizado o correio eletrônico audiencia.jornalismo@mec.gov.br para que outras contribuições pudessem ser enviadas à Comissão do CNE. Ainda segundo o relato da Comissão, “Diversos professores e coordenadores de cursos de Comunicação/Jornalismo participaram e encaminharam sugestões sobre diversos pontos específicos da proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais”. Mas destaca que duas

³⁵⁰ Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo. Processo no Conselho Nacional de Educação de nº 23001-000087/2010-91. Parecer de nº 39/2013.



instituições se manifestaram claramente “contrárias à proposta”. No relato, são identificadas como opositoras ao texto das novas diretrizes a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (Enecos).

1.2 Os posicionamentos de entidades representativas³⁵¹

Pelo tom divergente da proposta formulada pela comissão de especialistas, e pela representatividade que detêm junto à área de Comunicação, destacamos aqui os posicionamentos de duas entidades em torno da discussão. A Compós, ainda segundo o Parecer, via “com preocupação o estabelecimento de Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para os Cursos de Jornalismo, separadas das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Comunicação Social”. Em documento formal encaminhado ao CNE, a Compós diz-se preocupada com

a atomização do campo comunicacional que a adoção das diretrizes propostas poderia vir a causar numa área que vem tentando se construir do ponto de vista acadêmico-científico e suas consequências para a formação do aluno de Comunicação e para o Jornalista, para a formação para a docência e para a pesquisa.

A Compós ainda afirma que a proposta da Comissão de Especialistas “deixa entrever uma perspectiva ‘separatista’ que em nenhum sentido contribui com a formação do jornalista ou com a consolidação da área no Brasil”, se traduzindo em uma visão fragmentada e limitada da formação jornalística. Estaria presa a um “pensamento tecnicista e disciplinar, enquanto no resto do mundo centros de pesquisa e pesquisadores tornam-se cada vez menos apegados a rótulos disciplinares e a objetos nitidamente recortados”. Para a COMPÓS,

³⁵¹ É interessante observar, nesse momento, os posicionamentos que pautaram as discussões durante o processo de elaboração da proposta das novas Diretrizes pela Comissão de Especialistas. Quando da discussão sobre a reforma curricular do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará, poderemos ver as aproximações e distanciamentos dos participantes dos workshops em relação a essas ideias do debate nacional.



a relação entre Jornalismo, Comunicação e Ciências Sociais Aplicadas e o contexto contemporâneo prevê ou favorece o comunicador polivalente: tecnologias, ampliação dos mercados, relação entre desigualdade social e diversidade cultural, o que demandaria um jornalista com capacidade de olhar mais amplamente a sociedade.

Do mesmo modo, a Enecos se manifestou de forma contrária a existência de Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para os Cursos de Jornalismo. O estabelecimento de tais Diretrizes daria início a um processo de “separação” das habilitações que hoje compõem a Comunicação Social e, como consequência, levaria à extinção da área. Em e-mail enviado ao CNE, a Enecos afirma que “o que está colocado para nós com a NDJ (Novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Jornalismo) é a extinção da área de Comunicação Social como área de conhecimento”.

A Enecos questiona também a forma pela qual o processo foi conduzido, uma vez que o mesmo não teria possibilitado a ampla participação dos interessados. Especificamente em relação às audiências públicas realizadas, para auscultar da sociedade, a Enecos afirma que “a constituição de três audiências públicas (Rio de Janeiro, São Paulo e Recife) para a formulação pública da proposta de NDCJ (Novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Jornalismo) não contempla nem 1% das escolas de comunicação existentes no Brasil”. E defende “que a proposta de Diretrizes Curriculares para o Jornalismo, neste momento, seja paralisada, ou seja, que não se aprove as NDJ e que se reabram audiências públicas e debates políticos em todos os estados do Brasil”.

Do ponto de vista das entidades representativas favoráveis à proposta das NDCJ, em 2013, no Dia da Imprensa, 1º de junho, é divulgada uma carta aberta da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), em parceria com a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e o Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ), exortando o MEC a homologar as novas diretrizes, após emissão do parecer pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Nessa Carta³⁵², as instituições afirmam que a proposta das NDCJ representa “o corolário de uma luta secular da área de

³⁵² Disponível em <http://www.sbpjor.org.br/sbpjor/wp-content/uploads/2013/06/carta-SBPJor-FENAJ-FNPJ-ano-2013-diretrizes-curr.pdf> (acesso em 29/03/2015).



Jornalismo pela qualidade e especificidade de sua formação profissional”, referenciada pelo I Congresso Brasileiro de Jornalistas, que fundou a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em 1908, e reafirmada no 32º Congresso promovido pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), em 2006, e pelo 9º Encontro do Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo (FNPJ), promovido naquele mesmo ano. A revisão curricular aprovada no CNE “tem apoio de entidades acadêmicas da área, e incorpora as recomendações da Unesco para a formação profissional específica”, afirma ainda a Carta.

Antes, em 2010, a SBPJor já havia lançado uma outra carta aberta com propostas à fase de consulta durante o processo de elaboração do parecer pelo CNE. Na Carta³⁵³, a instituição defende a forma democrática como a Comissão de Especialistas levou a cabo a elaboração da proposta e se alinha, especificamente nos itens 2 e 3, aos direcionamentos tomados pela Comissão.

2) A proposta de diretrizes ao curso de jornalismo expressa uma busca por identidade acadêmica própria na formação profissional, integrada à área de conhecimento da Comunicação Social; 3) O documento encaminhado pela Comissão de Especialistas reforça, em vários momentos, a inserção do curso de jornalismo na área de Comunicação, e a proposta de Conteúdos Curriculares distribuídos em seis eixos temáticos de formação demonstra um equilíbrio entre conhecimentos da área de humanidades, teorias da comunicação e estudos em jornalismo, articulados a eixos de formação técnico-práticos em jornalismo.

Nos pontos 5 e 6, da mesma Carta, a SBPJor faz críticas pontuais ao teor da proposta elaborada pela Comissão, quanto ao trabalho de conclusão de curso e ao estágio curricular supervisionado. Mas nada que agrida e que seja contrário ao que foi afirmado nos pontos anteriores de maneira tão categórica, quando se posiciona a favor do teor central da proposta.

353

Disponível em http://www.sbpjor.org.br/sbpjor/wp-content/uploads/2010/10/Carta_da_SBPJor_sobre_as_novas_diretrizes_curriculares_para_o_curso_de_jornalismo.pdf (acesso em 29/03/2015).



1.3 O pensamento que embasou a resolução do MEC³⁵⁴

O Parecer, que embasou a instituição da Resolução das novas Diretrizes, inicialmente situa o ponto de partida para o rumo das discussões.

Como destacado, grande parte das críticas a atual proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para Jornalismo é, na verdade, uma crítica à existência de Diretrizes específicas para o Curso de Jornalismo. Então, a primeira questão a ser respondida seria: deveríamos ter Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para Jornalismo? Caso a resposta seja afirmativa, a segunda questão seria: a proposta elaborada pela Comissão de Especialista é adequada?

E daí segue suas argumentações. Uma primeira constatação, indicada pelo Parecer, é que a instituição de diretrizes específicas para o Jornalismo, além de orientar a formação do jornalista, ensejaria o estímulo para a criação de bacharelados específicos na área. E resume claramente as divergências percebidas frente à questão, estabelecendo uma dicotomia ante os posicionamentos.

Para alguns a ênfase em questões e teorias gerais da Comunicação seria positiva para formação do jornalista. Ela proporcionaria aos futuros profissionais a necessária capacidade de “olhar mais amplamente a sociedade”, evitando assim uma formação estritamente “tecnicista”. Por outro lado, os que defendem o modelo de bacharelados específicos de Jornalismo alegam que o atual modelo reduz demasiadamente o espaço para discussões fundamentais à atividade do Jornalismo em troca de discussões de natureza mais abstratas sobre comunicação e o papel da mídia.

Ante a dicotomia, estabelece seu parâmetro de juízo pelo qual irá se pautar, na formulação do Parecer.

Uma vez que a questão diz respeito à melhor maneira de formar um jornalista, parece razoável considerar que a posição que deva prevalecer é aquela de maior respaldo entre os que militam no Jornalismo e que, de algum modo, estejam pensando sobre a formação do profissional.

³⁵⁴ Importa nos determos, de forma mais acurada, no Parecer que deu sustentação à Resolução do MEC que instituiu as novas Diretrizes. É no Parecer que podemos divisar o posicionamento do MEC sobre os debates havidos no processo de elaboração, que fogem à frieza do texto da Resolução, embora o mesmo seja embasado no texto do Parecer.



O problema é que o parâmetro soa distorcido quando não leva em consideração o teor da argumentação das entidades ‘não representativas da área’, mas simplesmente sua ‘aproximação’ ou não ao campo do Jornalismo. E o quê mediria essa distância? A princípio, depreende-se, a presença ou não do nome ‘jornalismo’ em sua denominação.

Nesse aspecto é importante destacar que as manifestações recebidas pela Comissão do CNE e provenientes de entidades profissionais e acadêmicas ligadas ao jornalismo (FENAJ, FNPJ e SBPJor), professores de jornalismo e jornalistas ou foram favoráveis a existência de Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para o Curso de Graduação em Jornalismo ou se limitavam a discutir pontos específicos da proposta. O posicionamento contrário à definição de Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para Jornalismo surgiu de associações ligadas à área geral de Comunicação Social, como são a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (Enecos).

Um segundo, e último, argumento utilizado pelo Parecer do CNE, em prol das diretrizes específicas para o Jornalismo, aponta a ausência de ineditismo desse fato, uma feita que o Curso de Cinema e Audiovisual já teria se desmembrado da área geral de Comunicação Social, ao estabelecer diretrizes próprias em 2006. Argumento também falho por não alisar os desdobramentos que se seguiram ao estabelecimento dessas diretrizes específicas.

2. O quê dizem as novas Diretrizes

Foi a Resolução CNE nº 1³⁵⁵, de 27 de setembro de 2013, que estabeleceu o texto das novas diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, na modalidade bacharelado.

É no artigo 4º, do texto da Resolução, que podem ser percebidos os primeiros indicativos do direcionamento para a formação específica do jornalista. Quando,

355

Disponível

em

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=14242&Itemid=
(acesso em 29/03/2015).



também, se sobressai a compreensão sobre a atuação profissional e o contexto de atuação. O artigo, em seus incisos, orienta a elaboração dos novos projetos pedagógicos do Curso de Jornalismo. Alguns desses incisos merecem destaque, pela relevância que assumem ao dar conta da especificidade da profissão. Por sua compreensão, o projeto pedagógico deve:

II - enfatizar, em sua formação, o espírito empreendedor e o domínio científico, de forma que sejam capazes de produzir pesquisa, conceber, executar e avaliar projetos inovadores que respondam às exigências contemporâneas e ampliem a atuação profissional em novos campos, projetando a função social da profissão em contextos ainda não delineados no presente;

III - orientar a formação teórica e técnica para as especificidades do jornalismo, com grande atenção à prática profissional, dentro de padrões internacionalmente reconhecidos, comprometidos com a liberdade de expressão, o direito à informação, a dignidade do exercício profissional e o interesse público;

VI - ter como horizonte profissional o ambiente regido pela convergência tecnológica, em que o jornalismo impresso, embora conserve a sua importância no conjunto midiático, não seja a espinha dorsal do espaço de trabalho, nem dite as referências da profissão;

VIII - atentar para a necessidade de preparar profissionais que possam exercer dignamente a atividade como autônomos em contexto econômico cuja oferta de emprego não cresce na mesma proporção que a oferta de mão-de-obra.

O artigo 5º é representativo do tom ‘conciliador’ das novas Diretrizes, ao tentar estabelecer uma ponte entre o pensamento dos ‘generalistas’ e dos ‘especificistas’ quanto à formação profissional do jornalista.

O concluinte do curso de Jornalismo deve estar apto para o desempenho profissional de jornalista, com formação acadêmica generalista, humanista, crítica, ética e reflexiva, capacitando-o, dessa forma, a atuar como produtor intelectual e agente da cidadania, capaz de responder, por um lado, à complexidade e ao pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas, e, por outro, possuir os fundamentos teóricos e técnicos especializados, o que lhe proporcionará clareza e segurança para o exercício de sua função social específica, de



identidade profissional singular e diferenciada em relação ao campo maior da comunicação social.

Esses princípios gerais e competências específicas estão sistematizados no estabelecimento dos eixos de formação, que delineiam o perfil do egresso. São seis eixos.

I - Eixo de fundamentação humanística, cujo objetivo é capacitar o jornalista para exercer a sua função intelectual de produtor e difusor de informações e conhecimentos de interesse para a cidadania, privilegiando a realidade brasileira, como formação histórica, estrutura jurídica e instituições políticas contemporâneas; sua geografia humana e economia política; suas raízes étnicas, regiões ecológicas, cultura popular, crenças e tradições; arte, literatura, ciência, tecnologia, bem como os fatores essenciais para o fortalecimento da democracia, entre eles as relações internacionais, a diversidade cultural, os direitos individuais e coletivos; as políticas públicas, o desenvolvimento sustentável, as oportunidades de esportes, lazer e entretenimento e o acesso aos bens culturais da humanidade, sem se descuidar dos processos de globalização, regionalização e das singularidades locais, comunitárias e da vida cotidiana.

II - Eixo de fundamentação específica, cuja função é proporcionar ao jornalista clareza conceitual e visão crítica sobre a especificidade de sua profissão, tais como: fundamentos históricos, taxonômicos, éticos, epistemológicos; ordenamento jurídico e deontológico; instituições, pensadores e obras canônicas; manifestações públicas, industriais e comunitárias; os instrumentos de autorregulação; observação crítica; análise comparada; revisão da pesquisa científica sobre os paradigmas hegemônicos e as tendências emergentes.

III - Eixo de fundamentação contextual, que tem por escopo embasar o conhecimento das teorias da comunicação, informação e cibercultura, em suas dimensões filosóficas, políticas, psicológicas e socioculturais, o que deve incluir as rotinas de produção e os processos de recepção, bem como a regulamentação dos sistemas midiáticos, em função do mercado potencial, além dos princípios que regem as áreas conexas.



IV - Eixo de formação profissional, que objetiva fundamentar o conhecimento teórico e prático, familiarizando os estudantes com os processos de gestão, produção, métodos e técnicas de apuração, redação e edição jornalística, possibilitando-lhes investigar os acontecimentos relatados pelas fontes, bem como capacitá-los a exercer a crítica e a prática redacional em língua portuguesa, de acordo com os gêneros e os formatos jornalísticos instituídos, as inovações tecnológicas, retóricas e argumentativas.

V - Eixo de aplicação processual, cujo objetivo é o de fornecer ao jornalista ferramentas técnicas e metodológicas, de modo que possa efetuar coberturas em diferentes suportes: jornalismo impresso, radiojornalismo, telejornalismo, webjornalismo, assessorias de imprensa e outras demandas do mercado de trabalho.

VI - Eixo de prática laboratorial, que tem por objetivo adquirir conhecimentos e desenvolver habilidades inerentes à profissão a partir da aplicação de informações e valores. Possui a função de integrar os demais eixos, alicerçado em projetos editoriais definidos e orientados a públicos reais, com publicação efetiva e periodicidade regular, tais como: jornal, revista e livro, jornal mural, radiojornal, telejornal, webjornal, agência de notícias, assessoria de imprensa, entre outros.

3. O quê dizem os interessados pelas Diretrizes

3.1 A ‘escuta’ realizada pelo Curso de Jornalismo da UFC

Vencidos os primeiros momentos, de consultas, elaboração e aprovação, iniciou-se uma corrida dos cursos de graduação em Comunicação Social em estabelecer os processos de atualização das matrizes curriculares e dos projetos pedagógicos, referenciados às novas diretrizes. O Curso de Jornalismo da Universidade de Blumenau foi o primeiro curso no Brasil a ser implantado, em 2014, tendo sua proposta sido elaborada já a partir das novas diretrizes. No Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará (UFC), o processo de atualização curricular não foi diferente. Tão logo a aprovação das Diretrizes se tornou ato oficial, foi estruturada uma Comissão,



ainda em 2013, envolvendo seis professores e dois estudantes, para dar início às discussões sobre o processo de atualização da proposta do Curso.

E, da mesma forma que a comissão nacional, a comissão local de implantação das novas diretrizes curriculares do Curso de Jornalismo da UFC estruturou um processo de ‘escuta’ dos diversos segmentos envolvidos e com interesses no processo. A estratégia de trabalho contemplou a realização de workshops, que tinham como orientação, para as discussões, a seguinte pergunta: quais as demandas atuais de formação para o profissional jornalista? De cada um dos workshops participaram representantes de segmentos perpassados pela atuação do jornalista: representante das empresas de comunicação, representante do professorado do Curso de Jornalismo da UFC, profissional com experiência na prática do mercado, profissional recentemente ingresso no mercado de trabalho e estudante concluinte do Curso. Os representantes das empresas de comunicação e os profissionais convidados poderiam estar vinculados a movimentos sociais e sindicatos.

Foram realizados cinco workshops, os quatro primeiros enfocando os suportes em que se trabalha o Jornalismo no Curso da UFC (jornalismo impresso, telejornalismo, radiojornalismo e jornalismo na internet) e o quinto abarcando os espaços de trabalho transversais, representados pelos processos envolvendo assessoria de comunicação, trabalhos desenvolvidos no chamado terceiro setor e empreendedorismo, dentre outros. Em cada um dos workshops, cada representante falava por 20 minutos, sendo que as falas eram complementadas por discussões com o público em torno de 60 minutos. Os áudios dos workshops foram registrados e transcritos.

É a partir desses registros que abrimos a possibilidade de uma discussão que estabelece uma relação entre os discursos institucionais que estão por trás da implantação das novas diretrizes curriculares do Jornalismo. Ao mesmo tempo, outra possibilidade que se estabeleceu foi o contraponto entre os discursos institucionais e profissionais ligados à prática jornalística. O quê nos dizem esses discursos? O quê silenciam? Como esses discursos percebem as transformações que ocorrem no Jornalismo? E como essas transformações, a partir desses discursos, podem repercutir na formação do profissional jornalista?



Pela extensão dos debates que ocorreram, e de nosso espaço nesse artigo, vamos nos deter aqui sobre as percepções das demandas de formação em torno do jornalismo impresso. O workshop foi realizado no dia 22 de agosto de 2013, portanto dois meses depois de homologadas das novas diretrizes, e foi o primeiro, da série de cinco realizados.

3.2 A percepção das demandas de formação a partir do jornalismo impresso

Participaram do workshop sobre jornalismo impresso um diretor de redação, com quase 20 anos de experiência, de um jornal de grande circulação no Ceará, representando o segmento da representação empresarial; uma jornalista com quase dez anos de experiência, representando o segmento profissional; um jornalista com três meses de graduação, mas que estagiava havia dois anos num jornal de grande circulação no Ceará; um professor de disciplinas de jornalismo impresso, com mais de 20 anos de ensino no Curso de Jornalismo da UFC; além da plateia, representada por graduandos e outros professores do Curso.

A pergunta orientadora das apresentações e discussões foi a seguinte: ‘Na sua concepção, quais são as demandas de formação atuais para o profissional jornalista?’.

3.2.1 As transformações no jornalismo impresso

A primeira percepção dos convidados foi que a divisão estabelecida para a realização dos workshops, aludindo aos suportes, não poderia ser seguida, frente às transformações por que vem passando o Jornalismo. Para o diretor de redação, ele é “um impresso que vai precisar cada vez mais de reportagens, de conteúdos diferenciados, de um olhar diferente, de ele ter uma linha editorial muito clara, muito bem definida” e que com isso ele possa se comunicar mais diretamente com seus leitores. Que o leitor possa dizer: ‘Olha, esse é o jornal que eu leio, porque ele me representa’. Mesmo com alguma convicção, a indefinição ainda segue:



(...) ninguém sabe para onde é que a gente está indo. Quem achar que sabe, dentro do impresso, é porque não tem a menor noção do que está acontecendo agora. Ninguém tem muita clareza. Tem três anos que a gente está discutindo, nós estamos rediscutindo o Jornalismo, estamos rediscutindo... E a gente continua rediscutindo um Jornalismo que a gente não tem nem ideia. A gente vai tateando.

As transformações no jornalismo impresso também não passam despercebidas pelo professor do Curso. Em sua opinião, “o jornal impresso, ele vai ter que agregar um valor a mais ao caráter informativo”, informações que ampliam o leque de cobertura a partir do fato principal.

(...) eu não quero saber se eu estou domingo na minha casa assistindo ao Grande Prêmio de Formula 1, pela televisão, e no outro dia, na primeira página do jornal está lá dizendo: “Vettel ganha mais uma na Fórmula 1”, ora porra, eu assisti, às nove horas da manhã, no domingo, tomei cerveja, comemorei ou não comemorei. Chega a segunda-feira, e eu queria saber o seguinte: o que foi que o Vettel fez depois? Ele foi transar? Ele foi para uma sauna de prostituta? Ele foi para alguma coisa? Ele brigou?

Outra decorrência das transformações no jornalismo impresso parte do processo de convergência, destacada pela jornalista. Ela destaca também como esse processo estabelece alterações em toda a cadeia de produção e consumo do jornal.

No mercado local talvez ainda nem tanto, os jornais ainda são muito lidos, as classes C e D começaram a ler jornal, tem gente de gerações anteriores que gosta de ler jornal no papel, mas, mesmo assim, você já vê uma influencia muito, desde a apuração, o cara do impresso pode usar a Internet para apurar, para pegar dados, ele tem que ter o bom senso de saber até onde aquilo é confiável ou não. Pode encontrar pautas, também, a rede social é extremamente rica em pauta. E depois também no formato dessa notícia, (...) já tem algumas editorias em que o repórter chega e o editor fala: “Hoje você para a Internet. Então hoje você vai fazer para o impresso.” Então esse cara que está sendo formado para o impresso tem que ter noção do formato para a web, para impresso e para Internet.

O jornalista recém-graduado, participante do workshop, já sente a diferenciação dentro do processo de produção vinculado ao jornalismo impresso, pois quando a “pessoa se forma, e vai depois para a editoria de cidade, de esportes, qualquer coisa, ela chega lá no jornal sem entender que ela deve fazer isso, que ela deve também fazer



vídeo, que ela deve tratar o site como coirmão, como uma parte, também, do emprego dela”. Percepção corroborada pelo diretor de redação, quando sentencia que os jornalistas “vão precisar saber alguma coisa básica de vídeo, alguma coisa básica de áudio, de arquivo de áudio, digitalmente falando, pá rá rá, pá rá rá, vocês vão ter que aprender a usar de uma forma mais sofisticada os recursos de busca na Internet”.

Se por um lado há uma demanda de formação para que a compreensão da produção do jornalismo impresso se amplie, por outro esse movimento pode disfarçar vantagens auferidas pelas empresas de comunicação a partir de um processo de precarização do trabalho. Como alerta o professor do Curso, ao indicar a necessidade de “ter uma certa cautela, para compreender o significado disso, o alcance disso do ponto de vista não só da atividade em si, não é só da atividade, é o ponto de vista da atividade em si, e do ponto de vista da empresa”.

Uma coisa puxa a outra. O processo de convergência também faz ver uma demanda de formação pela inserção tecnológica nos processos de produção do Jornalismo. Na compreensão da profissional, “é impossível, hoje, você discutir impresso sem falar de Internet. Então a formação desse aluno que está sendo preparado para ir para o impresso tem que passar também pela Internet”. A visão é complementada pelo diretor de redação, ao chamar atenção para a utilização das redes sociais. Mas direcionada, a utilização, para as especificidades do jornalismo.

E aí, por favor, eu não estou falando de usar redes sociais, porque isso, hoje em dia vocês certamente usam muito melhor do que eu, eu entrei ontem no Facebook, então eu era um E.T. Mas não é a história de você simplesmente ir lá, compartilhar, ou você retwittar, é de você saber procurar a informação, é de você saber usar aquilo ali para você absorver a informação, mas principalmente de você usar aquilo ali como ponto de pauta para a tua matéria. Aí entra o desdobramento.

A princípio, as NDCJ estão atentas para as transformações que vêm enfrentando o Jornalismo. Tanto que no artigo 4º já enfatiza que o Projeto Pedagógico, a ser elaborado frente às novas orientações, deve “ter como horizonte profissional o ambiente regido pela convergência tecnológica, em que o jornalismo impresso, embora conserve a sua importância no conjunto midiático, não seja a espinha dorsal do espaço de



trabalho, nem dite as referências da profissão”. No entanto, não ‘orienta’ nenhuma discussão sobre o processo de precarização que a inserção tecnológica na produção do Jornalismo pode vir a acarretar.

Mesmo o estabelecimento dos eixos de formação não traz essa discussão, chegando a insistir num modelo de produção anterior ao que as NDCJ apregoam em relação àquele que o Projeto Pedagógico insinua. Pelas Diretrizes, o objetivo do eixo de aplicação processual seria fornecer ao jornalista “ferramentas técnicas e metodológicas, de modo que possa efetuar coberturas em diferentes suportes: jornalismo impresso, radiojornalismo, telejornalismo, webjornalismo, assessorias de imprensa e outras demandas do mercado de trabalho”. E quanto à convergência? Essa preocupação estaria apontada no eixo de formação específica, quando menciona, de maneira aligeirada, as ‘inovações tecnológicas’?

E a inserção tecnológica na produção do Jornalismo é um fator de tamanha repercussão que alcança uma discussão mesmo ética da profissão. E a necessidade dessa discussão tornou-se mais evidente a partir da utilização da internet como suporte de disseminação dessa produção. Para Kucinski, há no jornalismo on-line a “primazia da velocidade sobre outros atributos da informação, tais como precisão, contextualização e interpretação. Esses atributos são sacrificados em nome da velocidade” (2004, p. 97-98).

Embora possa haver outra compreensão, que percebe que a dinâmica da produção do Jornalismo, pela inserção tecnológica, também possa ser acompanhada de uma ‘dinâmica’ na própria compreensão do conceito de ética. Christofolletti (2008, p. 94-95) salienta que “se a tecnologia modifica as relações interpessoais, também muda os valores morais e as éticas. Por isso, é preciso se deter um pouco nos movimentos que chacoalham os tempos atuais para compreendermos como a ética jornalística também está mudando”. Para melhor ou para pior? Esse é outro dilema que se instala e que as NDCJ poderiam ter mencionado com mais vagar.



3.2.2 Novas demandas de formação, velhos problemas

Mas, mesmo com toda a preocupação e discussão sobre a inserção tecnológica no processo de produção do Jornalismo, não passam despercebidos aos participantes do nosso workshop velhos problemas de formação. Embora ressaltem a importância da formação universitária. A profissional de jornalismo identifica os momentos em que essa formação diferenciada é sentida, chamando atenção principalmente para o processo formativo das universidades federais, representadas, no caso, pela UFC.

Eu também não posso deixar de ressaltar que o aluno, especialmente o aluno da UFC, é um aluno muito crítico, e eu acho que a universidade tem uma influencia nisso. É um aluno que tem uma visão diferente de conflitos (...), dos protestos da rua. Eles percebem que são movimentos legítimos, que são movimentos que tem razão de ser. A gente percebe isso, em alunos, especialmente da UFC. A gente percebe também que são alunos sensíveis a causas sociais, como a pobreza. Que gostam da cidade, que gostam do debate, e isso é muito bacana. Eu percebo muito isso, principalmente nos alunos que vêm da UFC, e eu tenho certeza que isso vem de algum elemento de formação do curso, também, aliado à rebeldia da juventude, que é bem peculiar, no momento em que ele está entrando nas redações.

E engana-se quem imagina que os veículos de comunicação, na defesa de seus interesses, são contrários a essa formação crítica. O diretor de redação participante do workshop, e que representava esses interesses, tem uma percepção diferenciada nesse aspecto. “Para a gente, é muito importante que a universidade seja um provocador disso, de algumas estruturas lá dentro. As estruturas das redações são muito cristalizadas, são muito paradas”, afirma ele. “E essa lufada que a universidade pode trazer para a gente seria muito bom, eu acho que seria extremamente produtivo”, complementa. E chama atenção para o debate que orientou as principais discussões sobre a proposta das novas diretrizes, em torno da formação ampla e da formação específica.

(...) o curso de comunicação, para deixar de ser curso de comunicação e ser curso de jornalismo, a gente tinha uma discussão enorme, gigantesca, que é sobre teoria, e eu, de modo algum eu acho que a gente possa abandonar a teoria, nem eu nem os meus colegas (...). Agora, certamente a gente acha que a teoria tem que ser mais bem ajustada. Qual é o peso que a gente está dando e que teoria a gente está



discutindo. Certamente me parece que passa por um estudo melhor da teoria, estudar a história do jornalismo, e estudar também teorias do jornalismo. O que é que está mais próximo?

Mas as preocupações e boas intenções de formação das empresas de comunicação podem se perder quando são percebidas as condições reais de produção do Jornalismo nos veículos. O depoimento de uma graduanda do Curso, que participou das discussões a partir da plateia, referencia a importância dessa discussão. Ela fala da dificuldade de uma estudante terminar a graduação pelo sistema de trabalho que enfrentava, enquanto estagiária, num veículo da imprensa local. E aponta o papel da universidade enquanto instância formadora para essas situações.

(...) ela conseguiu se formar a longas penas, porque ela era extremamente explorada mesmo, não existe outra palavra para isso. A gente não pode chegar e exigir, por exemplo, que a universidade esteja colocada já em um laboratório que siga o mesmo ritmo da redação, se a gente não questiona que ritmo de redação é esse, né. Que ritmo de redação é esse que, por exemplo, tanto no O Povo, quanto no Diário, que são os maiores daqui, acontece de você, a partir do sexto semestre, as pessoas que trabalham em jornal impresso elas só chegam a partir das três horas da tarde na universidade para a aula?

Mas o dilema se instala a partir de outra demanda de formação que parece não ser satisfeita pela Universidade. Nesse caso, a oposição entre Curso de Jornalismo e mercado se torna evidente. Para o profissional recém-graduado, “o estudante de jornalismo da UFC é tão carente de como funciona uma redação, que ele às vezes prefere deixar a faculdade, atrasar a faculdade e ter uma experiência na redação, do que terminar a faculdade e então passar por uma redação”, para estudante “ter noção de como funciona uma redação, ele precisa saber o que é colocar um jornal todo dia, o que é publicar um jornal todo dia”. E isso aparece nas relações de trabalho enquanto recém-graduado. “Quando você se forma, e surgem as vagas, você vai mandando seu e-mail, quando a pessoa te contrata, ela está te contratando como repórter, ela não está te contratando como estagiário”. Se a contratação é como repórter, “ela quer que você tenha noção de redação. Mas, infelizmente, a UFC não deu, a essa pessoa que nunca passou por uma redação, essa oportunidade”.



Mesmo a formação básica, mais técnica, ainda enfrenta problemas, segundo a profissional de Jornalismo. Ela observa que “alguns alunos, a maioria dos estagiários que chegaram assim de primeira pra gente, como editores, eles não dominam algumas técnicas básicas, como, por exemplo, um lead”. A matéria é factual, “a gente precisa só do lead, um lead ortodoxo. Aí você vai ver a matéria e tá aquela viagem...”. Então, algumas vezes “a gente precisa só da técnica, e é preciso ter o domínio da técnica. E se a matéria for um texto mais leve, e couber um lead não ortodoxo, sensacional, vamos fazer”. Mas, muitas vezes, “a gente precisa só da técnica, do lead lá, das perguntinhas: quem fez o quê, onde...”.

O professor do Curso de Jornalismo compreende que o momento de formação do jornalista não pode prescindir da aproximação entre a Universidade e o mercado de trabalho. E defende o estabelecimento de canais de comunicação e de troca de ideias mais regulares, mais efetivos, com as empresas jornalísticas e que pudesse haver uma aproximação, para, “inclusive, diminuir, por exemplo, o nível de demanda que é colocado, como foi colocado aqui”. Mas faz questão de estabelecer os limites dessa aproximação, enquanto elemento do processo formativo.

Evidentemente que a gente parte de uma premissa: a universidade não forma para o mercado de trabalho, ela forma para a vida. Essa é uma questão que eu considero, pelo menos é algo como se fosse basilar na minha trajetória como professor. Eu não formo para o mercado, eu formo para a vida. A minha preocupação é: dar essa contribuição para que, em formando para a vida esta figura, ela possa se inserir dentro do mercado profissional, né, no mercado de trabalho, tendo competências e podendo responder a determinadas demandas.

Em que ponto o aprofundamento da formação específica em Jornalismo poderia levar a um aprofundamento dos problemas já verificados nas relações mais amplas entre profissional e mercado de trabalho? Qual o espaço que seria destinado para essa discussão mais ampla? Seria possível, ao mesmo tempo, realizar o que preconiza as NDCJ, ao estabelecer como princípio formativo, na elaboração dos novos projetos pedagógicos, “orientar a formação teórica e técnica para as especificidades do jornalismo, com grande atenção à prática profissional, dentro de padrões



internacionalmente reconhecidos”, mas “comprometidos com a liberdade de expressão, o direito à informação, a dignidade do exercício profissional e o interesse público”?

Uma preocupação semelhante evidencia Costa, (2009, p. 237), ao discutir a relação entre ética e empresa jornalística. Por sua análise, a “preocupação ética, deontológica, se existe formal e normativamente nas instruções da mídia tradicional, inexistente em inúmeras de suas práticas. Dependendo da situação, pode existir ou não”. Nesse caso, nunca é demasiado lembrar Medina, e sua preocupação com o que está latente na formação do jornalista.

Sempre que o jornalista está diante do desafio de produzir notícia, reportagem e largas coberturas dos acontecimentos sociais, os princípios ou comandos mentais que conduzem a operação simbólica espelham a força da concepção do mundo positivista. Das ordens imediatas nas editoriais dos meios de comunicação social às disciplinas acadêmicas do jornalismo, reproduzem-se em práticas profissionais os dogmas propostos por Auguste Comte. (2008, p. 25)

4. Considerações finais

Tentamos fazer um recorte, nesse trabalho, a partir das discussões sobre os rumos da formação antes às Novas Diretrizes Curriculares do Curso de Jornalismo. Embora algumas discussões tenha se restringido a esse suporte, outras, transversais, extrapolaram esse direcionamento inicial – e isso comprova que as transformações por que passa o Jornalismo são complexas. Muitas outras questões não puderam ser tratadas aqui, e que foram exploradas pelos participantes do workshop. Entre elas, as demandas de formação para conteúdos específicos, que muitas vezes descambam para uma pretensa especialização no processo de formação; o empreendedorismo como dimensão chave para esses novos tempos do Jornalismo; e a própria necessidade de um processo formativo junto aos professores, responsáveis eles próprios pela formação dos futuros profissionais jornalistas. Infelizmente, por questão unicamente de espaço, tivemos que priorizar nossos enfoques.

A princípio, o dilema entre formação ampla e formação específica ainda não parece ter sido resolvido com a homologação das Novas Diretrizes Curriculares dos



Cursos de Jornalismo. Os debates acalorados havidos em eventos da área reafirmam esse pensamento. E essa realidade prenuncia desdobramentos para outras discussões a partir do trabalho apresentado aqui, primeiro passo para que as demandas efetivas dos interessados possam ser percebidas.

A partir desses questionamentos, e das demandas de formação explicitadas pelos interesses envolvidos, qual será a orientação na formulação dos futuros projetos pedagógicos dos cursos de Jornalismo, já elaborados a partir das novas diretrizes? Como esses novos projetos pedagógicos vão contemplar essa aparente dualidade de formação explicitada nos debates? E como esses princípios de formação serão concretizados nas matrizes curriculares das respectivas propostas pedagógicas?

Mesmo com a elaboração dos novos projetos pedagógicos e das novas matrizes curriculares, não será em um período curto de tempo que as respostas para essas perguntas poderão ser conhecidas. Pela própria experiência na aplicabilidade de diretrizes curriculares, uma coisa é o que aponta a frieza da letra. Outra é sua eficaz aplicabilidade no mundo concreto de sua execução. E disso, projetos pedagógicos e matrizes curriculares dos cursos de graduação de nossas universidades podem sofrer do mesmo problema.

Referências bibliográficas

- CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008;
- COSTA, Caio Túlio. **Ética, jornalismo e nova mídia** – uma moral provisória. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- KUCINSKI, B. **Jornalismo na era virtual**. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2004.
- MEDINA, Cremilda. **Ciência e Jornalismo** – da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.



Silêncios e desvios: desafios do fazer jornalístico diante de novos cenários sociais.

Mozahir Salomão Bruck³⁵⁶

Resumo: A discussão que ora apresentamos toma como ponto de partida as dificuldades e suas consequências para o fazer jornalístico diante de temas e assuntos marcadamente complexos que irrompem no contexto social e que se revelam de difícil compreensão e abordagens no momento de seu surgimento. Particularmente, neste artigo, nos interessa o aprofundamento do estudo das *eras* sinalizadas por Traquina (2003), relativas às fases que compreendem os momentos experimentados pelo jornalismo na cobertura da Aids. Segundo o autor, o momento inicial, marcadamente de invisibilidade, ou seja, de silenciamento da imprensa sobre o assunto, altera-se, logo em seguida, para uma sequência de desvios, generalizações e discurso marcadamente sensacionalista em torno da doença, em função do desconhecimento da própria ciência de suas causas, seu controle e possibilidades de tratamento. Um cenário novo e bastante complexo que impacta profundamente a sociedade.

Palavras-chave: Fazer jornalístico. Cenários Complexos Inaugurais. Aids.

1. Considerações táticas

Este artigo sintetiza momento atual da pesquisa que vimos desenvolvendo nos últimos dois anos, na qual busca-se construir o conceito, vinculado aos estudos sobre o jornalismo, dos *cenários complexos inaugurais*³⁵⁷. Nessa investigação, detivemo-nos, especialmente, nas análises das coberturas de dois temas importantes na imprensa: o surgimento e expansão da Aids e do crack (Brasil). A discussão que ora apresentamos toma como ponto de partida as dificuldades e suas consequências para o fazer jornalístico de temas e assuntos marcadamente complexos que irrompem no contexto social e que se revelam de difícil compreensão e abordagens no momento de seu surgimento. Particularmente, neste artigo, nos interessa o aprofundamento do estudo das *eras* sinalizadas por Traquina (2003), relativas às fases que compreendem os momentos experimentados pelo jornalismo na cobertura da Aids. Segundo o autor, o momento

³⁵⁶ Professor e pesquisador do PPGCOM da PUC Minas.

³⁵⁷ A noção de cenários complexos inaugurais surgiu a partir de nossa pesquisa sobre a cobertura pela imprensa mineira do surgimento e explosão do crack em Belo Horizonte (MG). Tal pesquisa teve sequência com nossa pesquisa pós-doutoral em Portugal sobre a cobertura da imprensa portuguesa sobre o fenômeno do *ecstasy* naquele país.



inicial, marcadamente de invisibilidade, ou seja, de silenciamento da imprensa sobre o assunto, altera-se, logo em seguida, para uma sequência de desvios, generalizações e discurso marcadamente sensacionalista em torno da doença, em função do desconhecimento da própria ciência de suas causas, seu controle e possibilidades de tratamento. Um cenário novo e bastante complexo que impacta profundamente a sociedade.

Em sua formulação inicial, apresentamos o conceito dos *cenários complexos inaugurais* como possibilidade para se pensar e buscar melhor compreender os modos de (re)ação do jornalismo em contextos de surgimento e desenvolvimento de circunstâncias/situações complexas que impactam a sociedade. Tais contextos, marcados pelo ineditismo, estabeleceriam novos parâmetros de compreensão e de abordagens de tais temas/assuntos, provocando, no tecido social, novos paradigmas de comportamento individual e coletivo e, muitas vezes, reorientando relações sociais. Diante de novos quadros de realidade e de suas exigências de explicação, o trabalho jornalístico tenderia a se desenrolar em circunstâncias de instabilidade, em função de incertezas, generalizações e mitificações – que se instalam nas lacunas abertas pela impossibilidade inicial de melhor compreensão de tais processos. Para tanto, realizou-se um estudo da cobertura da imprensa acerca da droga crack no jornal Estado de Minas (Belo Horizonte) e do *ecstasy* no jornal Público (Portugal) e, posteriormente, um estudo comparativo de pesquisas sobre a cobertura da imprensa acerca da Aids no Brasil (Carlos Alberto Carvalho, 2009) e em Portugal (Nelson Traquina, 2003). Neste artigo, retomamos, em especial, a teorização de Traquina (2003) sobre as fases percebidas pelo autor na cobertura pela imprensa portuguesa quando do surgimento da Aids. Tais fases – invisível, fantasmagórica, política e rotina – coincidem, em boa parte, com as conclusões apontadas pelo pesquisador Carlos Alberto de Carvalho (2009) em seu estudo sobre a cobertura da doença no Brasil pelo jornal *Folha de São Paulo*. O que se observa é que, em seus momentos iniciais, coberturas jornalísticas sobre temas complexos – aqui denominados novos quadros de realidade – impõem fortes desafios ao fazer jornalístico, à medida que, em função da ausência de parametrizações e quadros referenciais anteriores instala no trabalho jornalístico circunstâncias de desestabilização



em termos dos modos de abordagem e designação do referente, o acontecimento. Nossa hipótese é de que os rastreamentos realizados por Traquina (2003) e Carvalho (2009), no estudo da cobertura da imprensa sobre a Aids, revelam, por assim dizer, desafios que o jornalismo enfrenta na cobertura no momento de instalação desses processos complexos e que se materializam por meio de silenciamentos, desvios e refrações em termos dos enquadramentos e angulações que a visada noticiosa acaba por produzir cotidianamente. Assim, além de recuperarmos sinteticamente as discussões desses autores, propomos uma atualização de tais reflexões, à luz de novos tensionamentos. Para tanto, a comunicação que ora propomos, dedica-se a uma revisitação teórica aos estudos mencionados, nos aspectos que nos interessam em termos do que os autores indicam acerca das ocorrências de desvios e silenciamentos na cobertura jornalística sobre a Aids. Nossa metodologia, enfim, vai se valer, por meio de exercício comparativo, de escrutínios já formulados sobre temas em que percebemos a ocorrência das situações de complexidade, objeto de nosso interesse.

2. Da invisibilidade ao pânico: o estarrecimento da imprensa com a Aids

Os pesquisadores Nelson Traquina, (Universidade Nova de Lisboa) e Carlos Alberto de Carvalho (Universidade Federal de Minas Gerais) ofereceram importantes contribuições para o entendimento sobre como jornais portugueses e brasileiros reagiram às complexidades impostas pelo surgimento e rápido avanço da Aids em todo o mundo e, em especial, sobre as dificuldades na construção dessa cobertura jornalística e os modos de abordagem de um tema desconhecido e envolto, de modo alargado, em tabus, medos e incompreensões.

Nelson Traquina fez um aprofundado estudo sobre a atuação do periódico português *Diário de Notícias*, entre os anos de 1981 e 1991, na cobertura jornalística da Aids em Portugal. Segundo o autor, na cobertura da Aids pela imprensa portuguesa, a exemplo de tantos outros países, verificou-se posturas similares de simplificação do problema Aids e uma tendência ao estabelecimento de quadros explicativos redutores da complexidade da questão.



A problemática da AIDS como ‘estória’ homossexual é reforçada constantemente com um tema repetitivo em que as estatísticas são um imperativo: a doença ataca principalmente os homossexuais. Num artigo de 1 de julho de 1983, é feita uma referência ao termo *grupos de alto risco*, mas o tema homossexual continua dominante. Uma breve notícia publicada no dia 6 de setembro de 1983 faz referência à morte de dois homossexuais na Argentina e tem como título “A peste cor-de-rosa” (TRAQUINA, 2003, p. 161).

O pesquisador assinala que a presença da Aids no noticiário português experimentou diferentes “eras” nessa cobertura. Inicialmente, houve uma era invisível (pouca presença no noticiário e forte presença de fontes biomédicas – enquadramento da Aids como estória homossexual); em seguida uma era fantasma (um forte tom de medo, percebe-se aumento no número de notícias e postura ambígua da imprensa: discurso das autoridades tentando tranquilizar os leitores, mas as metáforas do próprio jornal evocando os riscos); a era política, marcada por um *boom* no número de notícias sobre a Aids, em que se destaca o governo e as políticas públicas de prevenção como atores principais do noticiário e, finalmente, a era da rotina, em que são relevados a investigação científica (portanto, acontecimento noticioso em desenvolvimento) e o avanço da epidemia em Portugal e no resto do mundo (acontecimento noticioso em continuação).

O estabelecimento dessas “eras” apontadas por Traquina parecem reforçar nossa percepção de que, na arrancada do processo de visibilidade do ‘tema’ Aids, dá-se a instalação de um cenário inaugural complexo. Como pode-se observar, no entendimento do analista, a cobertura segue de um ponto de ‘invisibilidade’ para uma era ‘fantasma’, com forte tom de medo e evocação de riscos – em canal direto, pelo que se pode deduzir, com discursos provenientes e retroalimentados no próprio senso comum. Avançando em sua análise, e retomando reflexões de Shelsinger (1993) e de Schudson (1986) sobre o tempo como variável como produção jornalística, Traquina nos lembra que sendo o jornalismo uma atividade prática diária, com curto tempo e ritmo intenso para executar seu trabalho, o trabalho jornalístico “exige uma ênfase nos acontecimentos e não nas problemáticas”. (Traquina, 2003,p.135).



Isto porque os acontecimentos estão “enterrados” concretamente na teia da facticidade, o quem, o que, quando, onde, por que e como do tradicional *lead* noticioso. [...] As notícias sobre a AIDS (...) são claramente orientadas para o acontecimento. A AIDS é notícia quando surgem acontecimentos específicos ligados a esta problemática, e as notícias sobre a AIDS são raramente iniciadas por jornalistas. (Traquina, 2003,p.135).

Para o pesquisador, uma conclusão possível de seu estudo é que, em casos como o da Aids, a cobertura jornalística não é proativa, mas reativa.

Os nossos dados mostram que as notícias sobre a AIDS aparecem no *Diário de Notícias* com acontecimentos específicos: a saída de um comunicado de imprensa, a realização de uma conferência, a condenação em tribunal de um soropositivo por violação sexual, as declarações do Papa acerca do uso de preservativos, a morte de uma estrela de cinema de Hollywood. Como já se referiu, os acontecimentos específicos ganham noticiabilidade se envolvem atores com notoriedade ou fontes autorizadas. (Traquina, 2003,p.136).

Traquina coloca em questão a capacidade prolongada da Aids em manter-se ‘noticiável’. Discordando de Rogers, Dearing e Chang, que entenderam que isso seria motivado por uma sucessão de subtemas que alimentaram a Aids como pauta novas informações e novas ênfases), o autor opina que tal visão “descontextualiza a cobertura dos seus laços reflexivos às práticas jornalísticas e obscurece as narrativas contínuas que constituem o fio primário das notícias sobre a AIDS, nomeadamente as “estórias” que são contadas acerca da AIDS”. (Traquina, 2003,p.138).

Ao determo-nos sobre estudos que analisaram o comportamento da imprensa brasileira nas coberturas referenciadas neste artigo (surgimento e explosão da Aids e do crack), observou-se que passado um momento de invisibilidade³⁵⁸, que também os jornais brasileiros adotaram, de modo sucessivo, posturas de alardeamento, cristalização de mitos e um momento posterior de reangulação da discussão, buscando estabelecer, de modo mais assentado, quadros explicativos mais esclarecedores.

³⁵⁸ Assim Traquina (2003) nomeia a primeira era das seguidas fases da cobertura pela imprensa portuguesa da Aids, a partir dos estudos de Rogers, Dearing e Chang (1991), “*AIDS in the 1980’s: The Agenda-Setting Process for a Public Issue*”, publicado na revista *Journalism Monographs*, nº 128.



2.1. A Aids na imprensa brasileira

Assim como em Portugal e tantos outros países, a cobertura pela imprensa do surgimento da Aids no Brasil, na primeira metade dos anos 1980, foi marcada por certo estarrecimento, que, entre outros motivos, pode ser explicado pelo que vimos denominando de *cenário complexo inaugural*, um novo contexto que se instala de modo tão impactante que tem o poder de estabelecer, no tecido social, novos paradigmas de comportamento coletivo e, muitas vezes, reorientando as relações sociais.

O pesquisador Carlos Alberto Carvalho realizou importante estudo sobre a cobertura jornalística da AIDS entre os anos de 1983 e 1987 (CARVALHO, 2009). Centrando seus estudos no jornal *Folha de São Paulo*, Carvalho assinala que no primeiro ano de seu *corpus* de observação (1983), apenas dez matérias foram publicadas no periódico sobre a AIDS. Para o pesquisador, a cobertura do tema teve um início “discreto” na *Folha* – o que sugere ser um período a “era de invisibilidade” destacada por Nelson Traquina, referindo-se ao trabalho do jornalismo sobre a AIDS em Portugal.

No entanto, não é apenas a restrição numérica que indica um aparecimento sem muito alarde. Também deve-se considerar que em nenhuma edição daquele ano por nós analisada, o tema foi destaque em chamada de primeira página, nem ocupou espaços nobre ou consideráveis do jornal (...) A Aids aparece na *Folha* pela primeira vez em um artigo de Paulo Francis, que comenta os reflexos do surgimento dos primeiros casos nos Estados Unidos, causando o que denomina “delírio do sexo”, levando preocupação aos norte-americanos, especialmente os homossexuais(...). (CARVALHO, 2009, p.98)

Importante observar que no ano seguinte aos primeiros registros, em 1984, o número de textos sobre a Aids na *Folha* caiu para apenas seis matérias, apesar de, na imprensa internacional, a doença ter sido assunto mais presente. Em 1985, este número tem uma forte elevação – 93 textos, mas voltou a cair no ano seguinte (37). A Aids se tornou tema muito presente no jornal somente a partir de 1987. Naquele ano, que parece corresponder, à era fantasmagórica, mencionada por Traquina (2003), foram registrados 259 matérias. Nos quatro anos (1983-87) de levantamento realizado por



Carvalho(2009), foram contabilizados 405 matérias. Desse total, o pesquisador aponta que a grande maioria (368) foi publicada no caderno *Geral/Cidades*.

Carvalho (2009) destaca que não apenas no primeiro ano de cobertura da doença, mas nos anos posteriores de seu estudo acerca da *Folha*, o acompanhamento realizado do jornal brasileiro apontou a persistência de enquadramentos enviesados da Aids:

qual seja, chamar a Aids de “doença de homossexuais”, repetindo procedimento comum a jornais do mundo todo, inclusive no Brasil, com a diferença de que, ao contrário do ocorreu no caso da *Folha*, verificou-se como procedimento recorrente em outros países tratamento sensacionalista, como chamadas de capa garrafais dando destaque ao “câncer gay” ou à “peste gay”, conforme se tratava a Aids, a partir dos conhecimentos médicos então disponíveis (Carvalho, 2009, p.98).

No entendimento do pesquisador, os próprios limites da compreensão das áreas médica e científica acerca da doença foram determinantes para a cobertura jornalística sobre a Aids. O autor salienta que em todos os anos pesquisados a noção de “grupos de risco” adotada na primeira hora por médicos e cientistas (e combatida anos depois pelos próprios especialistas pois significava um equívoco em termos do potencial de transmissão da doença), esteve sempre presente nos textos analisados. Esta noção, constantemente presente nos discursos de autoridades de saúde e, por consequência, nas matérias jornalísticas, demarcava como transmissores da Aids os homossexuais masculinos, os hemofílicos, os usuários de drogas endovenosas e os haitianos.

Deve-se observar que se a cobertura jornalística da *Folha* caracterizou-se, inicialmente, por uma certa “discrição”, o rápido crescimento do número de casos da doença fez com que o assunto passasse a estar presente quase que diariamente nas páginas do jornal a partir de 1987. Neste ano, a visível diversificação temática na abordagem da doença e das fontes de informação propiciaram que os tensionamentos presentes na sociedade – *agentes de saúde x cientistas x portadores do HIV x discursos moralistas*, entre tantos outros grupos e discursos - levou, por um lado, ao alardeamento dos riscos e um certo pânico e reforço do tom sexista em relação à doença, e, por outro,



ao ingresso numa certa rotinização da cobertura, à medida em que as fontes de informação e, em especial, os enquadramentos e angulações da temática, iam, por assim dizer, se estabilizando, a despeito de uma persistente tensão entre jornalistas e cientistas, como observou Carvalho (2009,p. 112) em função de uma mútua desconfiança, em que os repórteres partiriam do princípio que os pesquisadores sonogam deliberadamente informações, enquanto os segundos, quase sempre, não se sentiriam à vontade para expor suas pesquisas, “por acreditarem que eles, não sendo especialistas no tema científico, poderão promover abordagens superficiais ou mesmo distorcidas”. (Carvalho, 2009, p. 112).

Em estudo realizado sobre as narrativas construídas sobre a Aids também pelo jornal *Folha de São Paulo*, mas no período 1994-1995, Rosana de Lima Soares chamou a atenção para o fato de que já no início da cobertura, no início dos anos 1980, a imprensa, no caso aqui a referindo-se diretamente ao periódico *Folha de São Paulo*, já cristalizava muitos dos (pré) conceitos que, por décadas, iriam chancelar as referências a Aids.

O que se destaca nessas primeiras matérias é o fato de que alguns elementos nelas cristalizados permanecem até os dias de hoje. Entre eles, destacam-se as referências aos homossexuais (na matéria de 06/06/83, por exemplo, a expressão doença de homossexuais é usada como sinônimo de Aids) e aos usuários de drogas, o tom alarmista das matérias demonstrando que a ciência — que tudo sabe — não sabia sobre a doença e, de início, nem sobre seu agente transmissor, a ideia de que a doença “espalhava-se” pelo mundo, a imagem da doença como um “mal a ser combatido”. Foi assim que a Aids começou a escrever sua história nos primeiros escritos publicados na Folha de S. Paulo. (Soares, 1998, p 53).

Em seu estudo, Soares (1998) assinala que uma das explicações possíveis para a compreensão dessa perspectiva mitificante e cristalizadora de pré-concepções acerca de temas como a Aids está no fato de que mesmo na contemporaneidade, a cultura se reveste de elementos míticos, em função da impossibilidade de compreensão total das coisas do mundo.

A contemporaneidade, portanto, reveste-se de elementos cada vez mais míticos pela desproporção que se estabelece entre o que se conhece e o que se sabe. Em linhas gerais, trata-se de um profundo



desconhecimento em relação às novas tecnologias e aos objetos usados no cotidiano, funcionando da mesma forma que o fanatismo religioso ao criar o obscurantismo, o mítico, o mistério, o desconhecido. A Aids enquanto doença parece ser já bastante conhecida (a questão da informação), mas dela pouco se sabe (e é essa a busca incessante da ciência). A ciência — em relação à Aids — parece estar articulada como uma espécie de religião. Conserva, portanto, todas as características de uma religião, o que não quer dizer que haja uma substituição da religião como fé em Deus pela religião como culto à ciência (ou à teletecnociência de Derrida); há, sim, pontos de contato entre os dois processos (a religião e a ciência), principalmente no que se refere ao mistério — ligado a um não-saber — e à crença — crer mesmo sem conhecer. Não se trata, é necessário reafirmar, de estabelecer a ciência como uma nova religião (mesmo porque tal relação com a ciência, em se ampliando a questão para além da Aids, não é nova), mas sim de dizer que este processo está articulado como uma religião. Em relação à Aids, isso implica que, além de a ciência agir permanentemente em busca da cura — uma espécie de redenção —, projeta-se nela uma certa esperança: espera-se que traga a salvação, operando um milagre — a eliminação da doença. (Soares, 1998, p. 68)

Fausto Neto (1999) salientou, por sua vez, o fato de que as imagens construídas em torno da doença resultavam, antes, de uma disputa de sentido que envolvia uma diversidade de concepções e percepções sociais de origens distintas – tanto em termos de uma perspectiva médica, moral e científica.

A discussão sobre a irrupção da Aids na sociedade constitui uma questão que ilustra o funcionamento de complexos mecanismos de produção e de disputa de sentido entre as instituições. Ao mesmo tempo, retém a importância sobre fenômenos de linguagens, notadamente, quando pensamos as diferentes estratégias que os diferentes campos procuram realizar a revisitada tarefa de produção da verdade. Quando falam da Aids, as instituições levam em conta um problema de natureza política e outro de natureza simbólica. Do ponto de vista político, a Aids se caracteriza como uma questão étnico-moral-tecnológica e cultural estruturada por diferentes práticas dos campos sócio-institucionais. Do ponto de vista simbólico, a Aids é um significante com várias dimensões, resultado das diferentes construções de sentidos realizadas pelas estratégias de várias instituições (médica, política, religiosa, administrativa etc). Através dessa dupla articulação (macro-política e micro-discursiva), é que se engendram os poderes



com que as instituições semantizam a noção de Aids e, por consequência, se estabelecem, nos limites de suas próprias fronteiras, as significações atribuídas a AIDS. (Fausto Neto, 1999, p. 15).

Nessa mesma linha, Susan Sontag (1989), nos alerta sobre como constroem-se em relação à Aids representações as mais distintas e assim também são estimulados imaginários, seja na comunicação jornalística ou publicitária por meio de vozes oriundas do campos político, científico ou médico mas que, em especial na década de 1980, ganharam uma forte conotação e sugestão de regramento moral.

Toda epidemia particularmente temível provoca uma grita contra a indulgência, a tolerância, que passa a ser encarada como frouxidão, fraqueza, desordem, corrupção: doença. Exige-se que as pessoas sejam submetidas a “exames”, que sejam isolados os doentes e suspeitos de estar doentes ou transmitir a doença, que sejam levantadas barreiras contra a contaminação – real ou imaginária – representada pelos estrangeiros.

[...] as dúvidas a respeito da propagação da doença - até que ponto ela vai se espalhar, quando isso vai acontecer e quem será afetado – continuam a ser as questões centrais no discurso público a respeito da AIDS. (Sontag, 1989, p.95)

As análises e estudos mencionados revelam ainda que o marco zero dessas coberturas para os jornalistas denota uma perceptível dificuldade no modo de enquadramento e angulação de temas novos e mais complexos. Mais ainda: não apenas por se apresentarem como efetiva novidade, mas em função do complexo enredamento de que resultam, esses cenários inaugurais parecem provocar nos *media* uma reação de perplexidade em que alternam-se narrativas que tendem a valorizar do senso comum à abordagem médica; das experiências singulares às estatísticas globais, da contação de estórias a explicações científicas. Não que tais abordagens sejam, a princípio, excludentes, mas chamou a atenção a reiteração pelos analistas de que a cobertura da imprensa no caso da Aids, de certo modo, patrocinava e fazia reverberar aspectos emocionais, transformando a doença em verdadeiros ator social, dotado de poderes



mortificantes o que, em última análise, fragilizava as possibilidades de reflexão e esclarecimentos sobre seus graves efeitos sociais.

3. Dos silêncios e desvios à rotinização: o jornalismo diante de novos cenários

Retomando aqui a noção que parametriza nossa discussão – *os cenários complexos inaugurais* – e ao articulá-la a estudos promovidos sobre a cobertura jornalística do surgimento e da expansão da Aids no Brasil e em Portugal por Carvalho (2009) e Traquina (2003), respetivamente, o que observamos é que os momentos de inaugurais de novos cenários sociais impõem ao jornalismo alargados desafios e dificuldades para suas necessárias angulações e enquadramentos para a produção noticiosa cotidiana. Partindo-se do pressuposto que tais contextos, marcados pelo ineditismo, estabeleceriam novos parâmetros de compreensão e de abordagens de tais temas/assuntos, provocam, no tecido social, novos paradigmas de comportamento individual e coletivo e, muitas vezes, levando a reorientações nas relações sociais. Por isso mesmo, o trabalho jornalístico tenderia a se desenrolar em circunstâncias de instabilidade, em função de incertezas, generalizações e mitificações – que se instalam nas lacunas abertas pela impossibilidade inicial de melhor compreensão de tais processos.

De acordo com a nomenclatura adotada por Traquina (2003), avançaríamos de uma fase invisível para uma fantasmagórica. Especialmente esta transição interessa-nos nesta reflexão, pois sendo esta fase inicial, denominada por ele “invisível”, caracterizada pela ausência de inscrições na imprensa, ou seja, pelo silêncio do jornalismo a respeito de tais temas, o que se observa aí é, na verdade, uma ambiguidade. Teríamos, então, não um ponto inicial de significação, mas um marco zero, um nada. Nessa era invisível, o acontecimento ainda não tem nome, é algo estranho, distinto do cotidiano, mas isolado em sua ocorrência. Ainda inominado, por que não configurado e reconhecível por aqueles atores sociais – médicos, cientistas etc – que diretamente interagem com seus modos de ocorrência e registro, irrompe como um espectro, da natureza do diverso e do opacizado – fenômeno social em gestação.

Traquina nos lembra, por outro lado, que as organizações jornalísticas



funcionam no interior de um ciclo temporal específico, “marcado continuamente, incessantemente, despoticamente pelas horas de fecho” (Traquina, 2003, p. 135). Seria exatamente essa tirania das horas de fechamento, e da centralidade do conceito de atualidade no jornalismo, e, depois da internet, cada vez mais refém e exigido na sua capacidade de dar resposta ao *imediatismo* como valor-notícia (Roscho, 1976), que, segundo Traquina, levaria o jornalismo a fornecer aos leitores uma *novidade sem mudança*. Em uma palavra, nessa fase da invisibilidade, os jornalistas, obcecados pelo tempo, “dedicados à atualidade e obcecados pela novidade” estariam, de modo contínuo, envolvidos numa batalha aparentemente perdida para reagir a este tipo de novo acontecimento. Para o autor português, essa invisibilidade dos processos e problemáticas exigiria um poder de resposta por parte do campo jornalístico, a partir da garantia de efetivos meios e condições concretas de trabalho para realizar uma cobertura mais compreensiva de algo não-definido nem no espaço nem no tempo. Diante da impossibilidade dessas condições para fazê-lo, restaria ao jornalismo, “ironicamente, o subterfúgio do tempo para o ligar (o tema) à actualidade” (Traquina, 2003, p. 136).

Nesses contextos, mesmo a reincidência de um tipo diferenciado e desconhecido de infecção que passa a ser observado na área médica gera, a princípio, interesse. É visto como do âmbito das curiosidades, das excentricidades. O tema apenas parece ganhar uma centralidade quando envolve, como no caso da Aids, celebridades.

Não obstante, uma primeira fase, aqui chamada *era invisível*, estende-se até ao momento crucial que também marcou as notícias portuguesas, da ‘estória’ de Rock Hudson³⁵⁹. Nesta era invisível, a AIDS não é um tema com grande noticiabilidade. As notícias são marcadas pela forte presença das fontes biomédicas e enquadradas como uma *estória homossexual*, como vamos ver mais adiante. Significativamente, a primeira notícia publicada no *Diário de Notícias* tinha o título “Cancro nos homossexuais”. Após esta era invisível, a cobertura jornalística da AIDS passa pelo que designamos como *era fantasma*. (Traquina, 2003, p. 152)

Pode-se afirmar que no Brasil, a midiaticização da Aids pela imprensa experimentou momentos que podem assim ser percebidos. As notícias sobre a doença, que mereciam até então pouca atenção e quase nenhum destaque na imprensa. Se, como

³⁵⁹ O ator norte-americano Rock Hudson é considerado a primeira grande celebridade a morrer de Aids no mundo.



em Portugal, a morte de Rock Hudson, em 1985, chamou a atenção para Aids, o agendamento da presença da doença no País somente se fortaleceu a partir dos anos 1988-1989. Nesse período, a confirmação de que figuras públicas como o sociólogo Betinho e seus irmãos Henfil e Chico Mário eram portadores do HIV chamaram a atenção do público. Mas o fato que parece ter definitivamente instalado a Aids como assunto relevante foi a morte do ator do famoso ator de telenovelas Lauro Corona que, depois de ter omitido ser portador da doença, morreu de complicações infecciosas. Neste mesmo ano, um caso de enorme destaque também na imprensa foi o do cantor Cazuza que, diferentemente de Corona, não se esquivou de falar sobre sua doença, num momento em que falar de Aids era sinônimo de falar sobre a própria morte. Entrou para a antologia do jornalismo brasileiro, a edição da revista *Veja*³⁶⁰ que trouxe reportagem de capa com uma fotografia do cantor e a manchete “Uma vítima da Aids agoniza em praça pública”.

A fase dita invisível altera-se, em seguida, para a era fantasma em que parece prevalecer na cobertura jornalística sobre a Aids uma postura ambígua: por um lado, por meio de generalizações, um discurso de pavor frente à letalidade da doença e o desconhecimento da ciência e da medicina em termos dos seus modos de contágio e controle; e, por outro, a tentativa do estabelecimento de quadros explicativos para o novo cenário – seja a partir do esclarecimento de seus nexos causais ou mesmo na demarcação de atores principais de uma intriga que envolveria sexo e morte, como foi a constituição inicial da noção de *grupos de risco* que, segundo Carvalho (2009), é alterada, posteriormente, para comportamento de risco:

Conceitualmente, a noção quer indicar que somente pessoas pertencentes a esses grupos poderiam ser atingidas pela síndrome, estando todas as demais a salvo. Por exemplo, acreditou-se, entre alguns médicos e pesquisadores, que a Aids não poderia ser transmitida de uma mulher para um homem através de relações sexuais, mesmo quando a Aids era, na África, uma doença heterossexual. (...) Hemofílicos, prostitutas e usuários de drogas endovenosas completam o quadro dos “grupos de risco”, sendo que apenas os primeiros não sofrem acusações sociais diretas de transgressão das “normas aceitáveis de conduta”, por se situarem

³⁶⁰ Edição 1077, de 26 de Abril de 1989.



como vítimas involuntárias e compulsórias de um mal que se origina em outros locais, uma vez que adquirem o vírus através de transfusões de sangue a que são obrigados a se submeter por questão de sobrevivência.(CARVALHO, 2009)

Segundo o autor, um questionamento mais sistemático em relação à noção de “grupos de risco”, no entanto, somente ocorreu a partir do ano de 1987, quando já se percebiam conhecimentos mais consolidados sobre a doença, que tinha como origem um vírus e também seus modos de transmissão, que não excluíam nenhuma pessoa. Passou-se a adotar, então, a ideia de “comportamento de risco” (Carvalho, 2009, p.71-72). Mesmo assim, não apenas o entendimento, mas o próprio imaginário acerca de grupos prioritários de infecção ainda persistiu por um bom tempo tanto no senso comum quanto na própria imprensa.

4. Considerações finais

A retomada dos estudos das mencionadas coberturas sobre a Aids, de algum modo, acabaram por reforçar nosso entendimento de que diante de lacunas explicativas e falta de clareza no que diz respeito às relações causais desses fenômenos, tais coberturas ganharam uma forte tendência a posturas fetichizantes (Bruck, 2013) e de cristalização de mitos (Bird e Dardenne,1993). Circunstâncias e contextos que, ao seu modo, muitas vezes, acabaram por contribuir para a opacização ainda maior da visada sobre tais cenários, marcadamente complexos em seu nascedouro. Em uma palavra, os cenários complexos inaugurais. Como deve-se destacar também que, por outro lado, e também paradoxalmente, essas coberturas sobre a Aids apresentaram, em determinados momentos, discussões e debates que efetivamente contribuíram para iluminar o tema. Uma cobertura que faz com que as visões oferecidas pelos jornais esbocem-se, muitas vezes, em edições subsequentes, em uma sucessão pendular entre o sensacional e mítico e a descrição objetiva e pretensamente reflexiva.

Por assim dizer, vale ressaltar que nos estudos considerados neste artigo sobre a abordagem pela imprensa dos fenômenos o surgimento e expansão da Aids, observou-se uma associação entre os efeitos de uma cobertura marcada por uma fragmentação de



conteúdos e sobrevalorização das chamadas fontes de autoridade, ou seja, especialistas das áreas de saúde e autoridades governamentais. Além disso, deve considerar-se que a dificuldade inicial de enquadramento de tais temas e angulação das abordagens por parte dos jornalistas contribuíram para uma sobrevalorização equivocada de alguns dos aspectos dos mencionados fenômenos em função de seu ineditismo e complexidade, colocando-se para a imprensa como um desafio em termos de construção de relatos noticiosos mais assentados e esclarecedores.

5. Referências

- BIRD, S. Elizabeth e DARDENNE, Robert W. Mito, registro e estórias: explorando as qualidades narrativas das notícias. In TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa, Vega, 1993 (p. 263-277).
- BRUCK, Mozahir Salomão e CARVALHO, Carlos Alberto. **Jornalismo: cenários e encenações**. São Paulo, Intermeios, 2012.
- BRUCK, Mozahir S. A notícia como dispositivo de enunciação. Disponível em www.compos.org.br. Acesso em 12.01.2015.
- BRUCK, Mozahir S. Crack na imprensa: imaginários e modos de representação do jornalismo sobre o surgimento e a explosão da droga em Belo Horizonte (MG, Brasil). Artigo apresentado à Compós em 2013.
- CARVALHO, Carlos Alberto. **Visibilidades mediadas nas narrativas jornalísticas: a cobertura da Aids pela Folha de São Paulo de 1983 a 1987**. São Paulo, Annablume, 2009.
- FAUSTO NETO, A. **Estudo sobre a AIDS**. São Paulo, Hacker Editores, 1999.
- FAUSTO NETO, Antônio. Em busca da cena primária. Copião do autor. 1998.
- GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses**. Florianópolis, Editora Insular, 2009.
- SOARES, Rosana de L. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 2, n.2, 1998.
- SONTAG, S. **A AIDS e suas metáforas**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo, Editora Unisinos, 2003.

